

TRIBUNAL DE C

e-DOC 4F8982E9

Protocolo:

Proc 00600-00000439/2020-16-e

103173/2020

e-Doc: 4F50A4AA

28/05/2020 13:16:32

www.tc.df.gov.br/consultas





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 2980/2020 - SES/GAB

Brasília-DF, 26 de maio de 2020.

Senhora Conselheira-Presidente,

Cumprimentando-a cordialmente, reportamo-nos ao **Ofício nº 2310/2020-GP** (38987275), que encaminha o **Despacho Singular nº 207/2020-IM (Processo nº 00600-00000439/2020-16-e)** (38987255), referente à Representação nº 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao TCDF, versando sobre a dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) desta Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

No tocante ao determinado, a Subsecretaria de Administração Geral exarou os seguintes esclarecimentos:

-Despacho - SES/SUAG (39335500)

Versa o presente processo a respeito do **Ofício nº 2310/2020-GP** (38987275), que encaminha o **Despacho Singular nº 207/2020-IM**, referente à Representação nº 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao TCDF, versando sobre a dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) desta Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

O mencionado Despacho exara:

Assim, amparado no art. 40 da Lei Complementar n.º 01/1994, no art. 113, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993 e no art. 277 do RI/TCDF, de forma divergente à instrução, **DECIDO**, cautelarmente, por:

(...)

III. com fundamento nos arts. 230, § 9º, e 248, inciso V, do RI/TCDF, fixar prazo de 5 (cinco) dias para que:

a) a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF manifeste-se sobre os fatos representados e disponibilize acesso integral ao Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43;

(...)

Destarte, visando atendimento ao Despacho - SES/CONT/ASDOC (39288951), no que compete à Subsecretaria de Administração Geral apresentamos a manifestação da Diretoria de Aquisições Especiais, por intermédio do Despacho - SES/SUAG/DAESP (39313737):

Preliminarmente, registramos que constam, nestes autos, arquivo em

extensão .pdf (39297893) do Processo 00060-00109204/2020-43, no qual foi gerada a demanda e instruída a referida dispensa de licitação. Assim, entende-se que este pode ser remetido ao TCDF, mas atentamos também para a possibilidade de disponibilização de acesso externo à E. Corte de Contas, caso haja conta de e-mail disponível para tal, uma vez que a execução do contrato continua sendo instruída nestes autos, possibilitando, assim, acesso integral ao processo, o que resultará em pleno atendimento à decisão.

Passando à manifestação acerca dos fatos representados, destaca-se a introdução da Representação nº 12/2020 – CF (38987234):

Trata-se, pelo que se pôde apreender do extrato em referência, de terceirização das atividades da SES, que estão sob a responsabilidade da Diretoria de Assistência Farmacêutica (DIASF), unidade orgânica de direção vinculada à Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde – SAIS.

(...)

Como é sabido, tais serviços compreendem atividade especializada consoante a Portaria 187/15-SES e que devem envolver a Ética e Anamnese farmacêutica, por exemplo.

Ocorre que a Dispensa de Licitação nº 03/2020, ratificada para a "contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente", teve sua demanda instrumentalizada pelo Projeto Básico (37293085), cuja área demandante é a própria Diretoria de Assistência Farmacêutica (DIASF).

Assim sendo, sugerimos manifestação da área técnica demandante (DIASF/CATES/SAIS/SES) quanto ao enquadramento da demanda como terceirização das atividades da SES e ao cumprimento da Portaria 187/2015, com a contratação do serviço em questão.

Em continuidade, consta da supramencionada Representação:

Por outro lado, ao se pesquisar sobre a BRB Serviços, vê-se que se trata da antiga BSB Administradora de Ativos S/A, uma Empresa do BRB – Banco de Brasília S/A especializada na prestação de serviços de Cobrança Extrajudicial, Contact Center e Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas (<https://www.brb.servicos.com.br/>).

Afigura-se, assim, à primeira vista, que as atividades desempenhadas pela BRB Serviços não se compreendem no objeto contratado.

Passando à manifestação relativa a este tópico, resgatamos o parecer emitido pela área técnica acerca das propostas recebidas, sendo elas: (1) da empresa BRB SERVIÇOS (37825188) e (2) da empresa ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA (37825296), da qual destacamos do Despacho SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF (37905728) o seguinte trecho:

Cumpre-se ressaltar que **a primeira (37825188) explicitou os objetivos sociais previstos no Estatuto da empresa, tais como, in verbis:**

"Art. 4º [...]

IV - prestação de tele-serviços;

...

VI - sistema tecnológico e logístico de transporte, (grifo nosso)

Isso consoantes as exigências técnicas demandas pelo DOD 37291643;

Ademais, fez constar na proposta como dimensionou os serviços que serão ofertados mediante capacidade da central telefônica já instalada, inclusive com colaboradores contratado e experientes para atendimento aos usuários do GDF;

Operação logística de separação e entrega de medicamentos, através de empresa especializada e consolidada no mercado para tais fins e de acordo com todas as exigências da legislação sanitária vigente;

Considerando a segunda proposta, a empresa apenas precificou os serviços a serem executados, sem, no entanto, ressaltar como foi feito o dimensionamento, se tem, ou não, capacidade já instalada para as exigências do DOD e nem como seria feita a entrega em domicílio, se de acordo com as legislações sanitárias;

Dessa forma, por impossibilidade de análise técnica da segunda proposta e nem previsibilidade de adequação normativa no âmbito da Assistência Farmacêutica, **esta GCEAF, é favorável a primeira proposta, qual seja, 37825188, pela possibilidade de avaliação técnica e adequação às exigências normativas vigentes. (grifo nosso).**

Assim sendo, resta evidente que a avaliação do escopo de atividades desempenhadas pela empresa BRB Serviços foram devidamente analisadas, quando da qualificação técnica da empresa. Mais ainda, ao ratificar a Dispensa de Licitação nº 03/2020 (38044988), observou-se que consta documentação relativa à capacidade técnica, dentre as apresentadas para a habilitação (38040295).

Adicionalmente, observamos que a Dispensa de Licitação nº 03/2020, justificada por ser medida de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, foi conduzida sob os pilares dos princípios regentes da Administração Pública, em especial à legalidade, com plena observância à legislação especial vigente e ao Parecer Referencial SEI-GDF n.º 002/2020 - PGDF/PGCONS (38044862) e à economicidade, pois foi contratada a proposta mais vantajosa e de menor valor, dentre as apresentadas, como pode ser observado no ato de ratificação da referida dispensa de licitação (38044988).

Em complementação, a Diretoria de Assistência Farmacêutica, por intermédio do Despacho - SES/SAIS/CATES/DIASF (40809033), prestou as informações abaixo destacadas, corroboradas pela Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde (40834996):

Vimos através deste, Prestar informações para dirimir possíveis questionamentos que ainda persistem, em relação ao documento de número 38987234 do MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL.

Quanto aos questionamentos abaixo listados:

1) Trata-se, pelo que se pôde apreender do extrato em referência, de terceirização das atividades da SES, que estão sob a responsabilidade da Diretoria de Assistência Farmacêutica (DIASF), unidade orgânica de direção vinculada à Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde – SAIS. (...) Como é sabido, tais serviços compreendem atividade especializada consoante a Portaria 187/15-SES e que devem envolver a Ética e Anamnese farmacêutica, por exemplo.

R= Ressaltamos que não há terceirização das atividades Farmacêuticas das Farmácias do Componente Especializado (Farmácias de alto custo). Todas as unidades permanecem atendendo presencialmente aos usuários que por ventura não desejem receber seus medicamentos em casa, os Farmacêuticos continuam lotados em suas respectivas unidades realizando os atendimentos de primeira vez e prestando Cuidado Farmacêutico; realizando anamnese Farmacêutica e todas as demais atividades internas assistenciais permanecem inalteradas.

2) (...) Assim sendo, sugerimos manifestação da área técnica demandante (DIASF/CATES/SAIS/SES) quanto ao enquadramento da demanda como terceirização das atividades da SES e ao cumprimento da Portaria 187/2015, com a contratação do serviço em questão.

R=O Serviço de agendamento e entrega em domicílio, se faz necessário decorrente das medidas emergenciais de enfrentamento da COVID-19, onde o isolamento social é recomendado e cujos deslocamentos e as aglomerações favorecem o contágio da COVID-19,.

Considerando o número de atendimentos médio diário dessas unidades por volta de 460 pacientes, em cada uma das três unidades, o Serviço de agendamento e entrega foi uma alternativa coerente para salvaguardar as equipes e acima de tudo os usuários dos CEAFs, cujas comorbidades de base, são fatores de alto risco a esses pacientes contraírem a referida patologia, sejam nos deslocamentos ou no aguardo do atendimento nas extensas filas que existiam anteriormente ao Serviço de agendamento e Entrega em domicílio.

Esta Diretoria de Assistência Farmacêutica e a equipe dos CEAFs se encontra a a disposição para explicar os processos assistenciais de trabalho , bem como demais etapas administrativas inerentes ao funcionamento das Farmácias de alto custo.

As informações alusivas foram ratificadas pela Secretaria Adjunta de Gestão em Saúde e pela Secretaria Adjunta de Assistência à Saúde desta Pasta, conforme documentos (40390922, 40836623).

Posto isto, enviamos este expediente para apreciação de Vossa Excelência, ao passo que colocamo-nos à disposição para dirimir eventuais dúvidas que porventura venham a surgir.

Atenciosamente,

FRANCISCO ARAÚJO FILHO

Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal

A Sua Excelência a Senhora
ANILCÉIA MACHADO
Conselheira-Presidente
Tribunal de Contas do Distrito Federal
NESTA



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO ARAUJO FILHO - Matr.1635145-7**,
Secretário(a) de Estado de Saúde do Distrito Federal, em 27/05/2020, às 19:06, conforme art.
6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito
Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

e-DOC 4F8982E9
Proc 00600-00000439/2020-16-e



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **40765452** código CRC= **046D4F24**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 -
DF
(61)3348-6104

00600-00000619/2020-06

Doc. SEI/GDF 40765452



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA DAS SESSÕES

Ofício nº 2310/2020-GP

Brasília-DF, 17 de Abril de 2020.

Senhor Secretário,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar, em anexo, cópia do inteiro teor do Despacho Singular nº 207/2020-IM, com o(s) documento(s) e/ou processo(s) nele(a) indicado(s), proferido pelo CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO, Relator do Processo nº 00600-00000439/2020-16-e.

Na oportunidade, informo que o(s) documento(s) relacionado(s) ao mencionado processo, quando disponível(is) para consulta, encontra(m)-se no endereço eletrônico do TCDF, <http://www.tc.df.gov.br>, pesquisando processo pelo número, na aba "Peças".

Informo, ainda, que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br - Espaço do Cidadão - Acompanhamento por e-mail).

Atenciosamente,



Anilcéia Luzia Machado
Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor
FRANCISCO ARAUJO FILHO
Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES
Brasília - DF - DF

demczuk



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

Processo n.º: 00600-00000439/2020-16e

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF

Assunto: Representação

Ementa: Representação n.º 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao TCDF – MPJTCDF, de lavra da i. Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, versando sobre dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF. **Nesta fase:** análise de admissibilidade da representação. Unidade instrutiva propõe: não conhecer da Representação n.º 12/2020-CF, tendo em vista o não atendimento do requisito constante do art. 230, § 2º, inciso III, do RI/TCDF, uma vez que não foram apresentados os indícios de irregularidade relativos à Dispensa de Licitação n.º 03/2020 – SES/DF; e autorizar o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para fins de arquivamento. Prolação de Despacho Singular, com amparo no art. 40 da Lei Complementar n.º 01/1994, no art. 113, § 2º, da Lei nº 8.666/1993 e no art. 277 do RI/TCDF, de forma divergente à instrução, no sentido de: tomar conhecimento da Representação n.º 12/2020-CF, ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos incisos I a IV do § 2º do art. 230 do RI/TCDF e com fulcro no art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993; denegar o pedido de medida cautelar requerido na exordial, ante a ausência de plausibilidade jurídica e de perigo da demora, bem como da presença de perigo de dano reverso; fixar prazo de 5 (cinco) dias, com fundamento nos arts. 230, § 9º, e 248, inciso V, do RI/TCDF, para que (i) a SES/DF manifeste-se sobre os fatos representados e disponibilize acesso integral ao Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43 e (ii) a empresa BRB Serviços S/A., caso queira, apresente suas considerações acerca da representação, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa; dar ciência deste despacho singular à signatária da exordial; e autorizar o envio de cópia da Representação n.º 12/2020-CF e deste despacho singular aos envolvidos, a fim de auxiliar suas manifestações, e o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para manifestação acerca do mérito da exordial, em caráter urgente e prioritário.

DESPACHO SINGULAR N.º 207/2020 – GCIM

Tratam os autos da Representação n.º 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao TCDF – MPJTCDF, de lavra da i. Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, versando sobre dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF (e-DOC 84575837-e).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC 4F8982E9
Proc 00600-00000439/2020-16-e

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

O Diretor da 3ª Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – 3ª Diasp/TCDF, mediante a **Informação n.º 22/2020 – DIASP3** (e-DOC C89DBF9C-e), inicialmente contextualizou o teor da Representação n.º 12/2020-CF, assim:

“Trata-se de Representação, com pedido cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do DF – MPJTCDF, acerca de dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo), da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF.

2. Por meio da Exordial, noticiou-se a publicação da ratificação da Dispensa de Licitação 03/2020, relativa à citada contratação, no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF 45-A, de 02.04.20, Edição Extra.

3. Extrai-se que foi contratada a empresa BRB Serviços, no valor R\$ 10,8 milhões, pelo prazo de até 180 dias, e que a contratação está contida no Processo SEI 00060- 00109204/2020-43.

4. Ressaltou-se que os mencionados serviços estariam sob a responsabilidade da Diretoria de Assistência Farmacêutica - DIASF e apresentaram-se as principais características da prestação desses serviços, com base em matérias jornalísticas do Portal G1, notadamente que:

- a) os serviços são prestados por 3 Farmácias de Alto Custo (Asa Sul, Ceilândia e Gama);*
- b) o atendimento aos usuários do DF é feito pelo número 160, opção 3, ao passo que, para usuários de fora do DF, o deve-se utilizar o telefone 0800 644 0160;*
- c) a retirada do remédio nas unidades depende da apresentação de documento de identificação com foto e da receita original, e, no caso de medicamentos termossensíveis, é preciso levar um recipiente térmico com gelo;*
- d) em face da pandemia, os usuários que fazem parte dos grupos de risco para a Covid-19 – idosos, crianças, gestantes, imunodeprimidos, transplantados e portadores de doenças respiratórias – poderão cadastrar até 05 pessoas por paciente, para fazer a retirada dos medicamentos em seu lugar.*

5. Em seguida, destacou-se que os serviços em tela “compreendem atividade especializada consoante a Portaria 187/15-SES e que devem envolver a Ética e Anamnese farmacêutica, por exemplo”.

6. Noutro passo, destacou-se que a empresa BRB Serviços é atual denominação da antiga BSB Administradora de Ativos S/A, “uma empresa do Banco de Brasília S/A - BRB, especializada na prestação de serviços de Cobrança Extrajudicial, Contact Center e Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas”. Assim, alegou-se possível divergência entre o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

objeto do mencionado contrato e as atividades desempenhadas pela BRB Serviços.

7. *Em seguida, destacou-se a importância de a SES/DF esclarecer o motivo de a Pasta “não conseguir atender a demanda nas suas Farmácias de Alto Custo, mediante agendamento, visto que, como se sabe, os serviços essenciais foram mantidos, nesse período de calamidade, etc.”*

8. *Outrossim, foram ressaltadas iniciativas governamentais na busca de serviços gratuitos ou de menor custo, tendo sido citadas, em notas de rodapé, as seguintes iniciativas:*

a) *o Governo do Estado do Rio de Janeiro decidiu firmar parceria com as operadoras de telefonia móvel para a prestação de serviços de central telefônica para atendimento sobre a Covid-19 e remessa de SMS, de forma gratuita, embora, inicialmente, se tivesse tentado realizar contratação no valor de R\$ 10 milhões para o mesmo objeto;*

b) *a Caixa Econômica Federal estaria investindo R\$ 250 mil no desenvolvimento de aplicativo que usado para pagamento do “coronavoucher”¹, como anunciado pela imprensa.*

9. *Destacou-se que “todas as contratações efetivadas no período de emergência devem estar atreladas, ainda, à legalidade e à economicidade”, sobretudo porque a CLDF, ao aprovar a situação de calamidade no DF, havia reconhecido que a receita de impostos sofreria forte decréscimo, “de maneira que a utilização dos recursos públicos deve ser direcionada para a máxima eficiência”.*

10. *Por fim requereu ao Tribunal:*

a) *a concessão de medida cautelar para suspensão de qualquer pagamento alusivo à referida contratação;*

b) *a solicitação de cópia dos autos à SES/DF com audiência do seu Titular, em 05 (cinco) dias úteis, para que apresente esclarecimentos a respeito da referida contratação, inclusive justificativa de preço.”*

Na sequência, os requisitos de admissibilidade da Representação n.º 12/2020-CF foram examinados conforme tabelas a seguir:

2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE		
Todos os legitimados devem atender aos seguintes requisitos:	S/N/NA	Observação:
2.2.1 - A representação trouxe caracterização circunstanciada da situação (inciso I do § 2º do art. 230 do RITCDF)?	SIM	
2.2.2 - A representação foi redigida em linguagem clara e objetiva (inciso II do § 2º do art. 230 do RITCDF)?	SIM	

¹ Auxílio emergencial, no valor de R\$ 600,00, durante o período de 3 meses, aos cidadãos que atenderem aos requisitos da Lei Federal 13982/2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHOProc.: 00600-
00000439/2020-16e

2.2.3 - A representação está acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade identificada, apresentando, sempre que possível, a indicação dos princípios constitucionais, dispositivos legais ou regulamentares violados e o potencial impacto lesivo do ato inquirido (inciso III do §2º do art. 230 do RITCDF)?	NÃO	A Representação se limita a noticiar contratação realizada pela SES com fundamento na Lei 13.979/2020, sem apresentar os indícios de irregularidade.
2.2.4 - A representação tem enquadramento da matéria nas competências do Tribunal (inciso IV do § 2º do art. 230 do RITCDF)?	SIM	A fiscalização é de competência deste Tribunal, conforme art. 1º, inciso V, alínea "d", da Lei Complementar 1/94 – Lei Orgânica do TCDF.
2.2.5 - As informações trazidas apresentam verossimilhança com os fatos representados (Inc. I, §6º do art. 230 do RITCDF)	SIM	

² Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e na forma estabelecida nesta Lei Complementar, compete:

(...)

V – realizar, por iniciativa própria, da Câmara Legislativa ou de alguma de suas comissões técnicas ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Executivo e Legislativo, inclusive fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público e administração indireta;

(...)

d) das concessões, cessões, doações, permissões e contratos de qualquer natureza, a título oneroso ou gratuito, e das subvenções sociais ou econômicas, dos auxílios, contribuições e doações;

3. ANÁLISE PRELIMINAR DA ADMISSIBILIDADE:		
Requisitos	S/N/NA	Motivação para Negativa da Admissibilidade
3.1 - O Representante é legitimado?	SIM	
3.2 - A Representação atende a todos os requisitos de admissibilidade?	NÃO	
3.3 - Há necessidade de apresentação de esclarecimentos por parte da jurisdicionada ou interessado, conforme § 7º art. 230?	NÃO	
3.4 - Há pedido de cautelar nos termos do art. 277 do RITCDF?	SIM	

Ao final, o Diretor da 3ª Diasp/TCDF lançou as seguintes conclusões acerca da matéria:

“A Representação 12/2020-CF (Peça 3, e-DOC 84575837), com pedido cautelar, trata da Dispensa de Licitação 03/2020, relativa à contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo), da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF. O extrato de ratificação da mencionada dispensa consta do DODF 45-A, de 02.04.20, Edição Extra, pág. 1.

2. Inicialmente, ressalta-se que, por meio de busca na página da SES/DF na internet², identificou-se que já foi celebrado o contrato decorrente da mencionada dispensa: Contrato 63/2020.

3. Voltando-se à Exordial, observa-se que, com base em matéria jornalística de 02.03.20, o Parquet descreveu como os serviços das Farmácias de Alto Custo são prestados. Da descrição realizada, chama a atenção o seguinte trecho:

² <http://www.saude.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2019/07/Presta%C3%A7%C3%A3o-de-Contas-COVID-19.pdf>, acesso em 13.04.20.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

*Para **retirar o remédio nas unidades**, é preciso apresentar documento de identificação com foto e a receita original. Para medicamentos termossensíveis, é preciso levar um recipiente térmico com gelo*

4. Ademais, com base em outra reportagem, de mesma data, indicou-se que os usuários que fazem parte do grupo de risco para Covid-19 poderiam cadastrar até 5 pessoas para retirar os medicamentos em seu lugar.

5. Dessa forma, a contratação objeto da Exordial fora questionada por contemplar atividade especializada (na área de Farmácia), requerendo-se que a SES/DF justifique o motivo de não se conseguir atender a demanda nas suas Farmácias de Alto Custo, a despeito de os serviços essenciais terem sido mantidos.

6. Nesse passo, destaca-se que o objeto da contratação envolve “**agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos**”.

7. Contudo, extrai-se da Representação que a retirada de remédios pelos pacientes (ou pelas pessoas por ele indicadas) era feita de forma presencial. Infere-se, portanto, que a citada contratação tem como objetivo alterar a forma de prestação dos serviços aos usuários, dispensando a presença física dos usuários nas farmácias. Com efeito, o objeto do contrato envolve entrega em domicílio, motivo pelo qual se previu a contratação de pessoal para separação e transporte dos medicamentos.

8. Assim, não foram apresentados indícios de que a SES/DF não esteja conseguindo atender à demanda, haja vista que a contratação, como ressaltado, envolve serviços que não eram prestados anteriormente.

9. Ressalta-se que a atividade objeto do contrato, em uma análise superficial, é restrita (similar a um delivery) e de maneira alguma substitui as competências técnicas do pessoal especializado das Farmácias de Alto Custo – ou ainda, não foram apresentados indícios de que tal irregularidade esteja ocorrendo.

10. Nesse sentido, questionou-se a execução das atividades contratadas pela empresa BRB Serviços, haja vista que esta seria especializada em “cobrança extrajudicial, contact center e tecnologia da informação e comunicação”. Contudo, não se mostra razoável avaliar a pertinência da contratação apenas pelas atividades que a empresa seria especializada, ainda que essa informação conste de seu site oficial. A pertinência da contratação deve ser avaliada com base no Estatuto Social da empresa. Nesse sentido, observe-se o que o referido documento³ estabelece

Art. 4º A Empresa tem por objeto social exercer as seguintes atividades:

(...)

IX - Prestar serviços de:

³ Disponível em: <https://www.brbservicos.com.br/institucional/estatuto-social>, acesso em 13.04.20.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

(...)

f) suporte e operação de serviços de suprimento, transporte multimodal de itens afetos ao objeto da Companhia;

g) apoio logístico, gestão e execução de atividades inerentes aos serviços de operação bancária e de outros segmentos;

XI – cessão de mão-de-obra; (Destacou-se).

11. Como se observa, os serviços de transporte multimodal de itens, com fornecimento de mão de obra, encontram respaldo no Estatuto Social da empresa.

12. Outrossim, a pertinência dos serviços em questão para a realidade enfrentada não só pelo Distrito Federal, como também pelo Mundo, é patente. Com efeito, evitar o trânsito dos usuários que necessitam de fármacos de alto custo, ou mesmo de seus mandatários, é medida razoável, em face do risco de espalhamento do novo Coronavírus, sobretudo para a parcela de usuários que faz parte do grupo de risco para a Covid-19.

13. Noutro passo, foi ressaltado que outras Unidades da Federação têm buscado serviços gratuitos ou com o menor custo possível para a aquisição de bens e serviços necessários ao enfrentamento da pandemia. Citou-se, assim, serviço de central telefônica contratado pelo Estado do Rio de Janeiro, para atendimento sobre a Covid-19 e remessa de SMS. Porém, o intuito da contratação Distrital difere do realizado pelo estado fluminense, sobretudo em função dos serviços de entrega em domicílio.

14. Quanto aos serviços prestados pela Caixa, em montante de R\$ 250 mil, não há qualquer pertinência com o objeto do Contrato 63/2020.

15. Ressalte-se que cabe ao Gestor Público ofertar serviços necessários à população com o menor custo possível. Assim, se existirem alternativas mais econômicas para a prestação dos serviços em tela, ou até gratuitas, a escolha do gestor deve recair necessariamente sobre essa alternativa. Contudo, os casos apontados pelo Parquet não possuem relação com o objeto contratado. Ademais, não se apontaram indícios de sobrepreço, alternativas de contratação, nem irregularidades na dispensa de licitação, fundada na Lei 13.979/2020.

16. Não se pode negar que o montante de recursos é expressivo e que a contratação foi feita mediante dispensa de licitação, mas esses fatos, isoladamente, não representam qualquer irregularidade.

17. Portanto, entende-se que a Exordial não deve ser conhecida pelo Plenário, haja vista o não preenchimento do requisito de admissibilidade previstos no art. 230, §2º, III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal - RI/TCDF.

18. Ressalta-se que tal encaminhamento **não atesta a regularidade da contratação**, nem significa que o mencionado contrato necessariamente deixará de ser analisado pela Corte. Como é sabido, as atividades de acompanhamento da Corte envolvem a análise de ofício de contratos selecionados por meio de amostragem,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

conforme previsão do art. 5º da Resolução-TCDF 289/2016, in verbis:

Art. 5º A definição de **quais contratos deverão ser autuados**, considerando a previsão quantitativa mensal indicada no PSA, recairá sobre **amostragem**, obtida mediante acompanhamento do Diário Oficial do DF, de dispensas e inexigibilidades de licitação, bem assim de adesões a atas de registro de preços, cujos valores sejam iguais ou superiores a seis vezes os limites previstos no art. 23, inciso I, "c", e inciso II, "c", da Lei nº 8.666/93.

19. Ademais, ressalte-se que se encontra em elaboração, na Segecex, Plano de Ação com vistas à definição de estratégia de controle dos gastos relacionados ao combate à pandemia do coronavírus⁴. Dessa forma, o ajuste em questão pode vir a ser objeto de futura fiscalização, baseada em critérios de relevância, materialidade e risco.

20. Por fim, considerando a proposta de não conhecimento da Representação, não há necessidade de deliberação acerca da cautelar requerida pelo Parquet, que visa suspender os pagamentos da contratação sobre a qual não foram apresentados indícios de irregularidade." (grifos do original)

Diante do exposto, sugeriu-se ao eg. Plenário:

- "I. não conhecer da Representação 12/2020-CF, formulada pela Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira (Peça 3, e-DOC 84575837), tendo em vista o não atendimento do requisito constante do art. 230, §2º, III, do Regimento Interno do TCDF, uma vez que não foram apresentados os indícios de irregularidade relativos à Dispensa de Licitação 03/2020, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal;*
- II. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, para fins de arquivamento."*

As sugestões formuladas mereceram a concordância do titular da Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF (e-DOC 81ACB08A-e).

Os autos ingressaram em meu Gabinete às 20h08 do dia 15.04.2020 (ontem).

A presente fase processual trata do **exame de admissibilidade da Representação n.º 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar**, versando sobre dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

Tendo em conta que a representação contempla pedido de liminar e diante da urgência da matéria, cabe ao Relator do feito realizar o exame de admissibilidade da referida exordial, com fulcro no art. 40 da Lei Complementar n.º 01/1994, transcrito a seguir:

⁴ <https://intranet.tc.df.gov.br/blog/2020/04/09/gastos-do-gdf-durante-pandemia-serao-alvo-defiscalizacao-especial-pelo-tcdf/>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

“Art. 40. O Conselheiro Relator presidirá a instrução do processo, determinando, mediante despacho singular, por sua ação própria e direta, ou por provocação do órgão de instrução ou do Ministério Público, a adoção das providências consideradas necessárias ao saneamento dos autos, fixando prazo, na forma estabelecida no Regimento Interno, para o atendimento das diligências, após o que submeterá o feito ao Plenário ou à Câmara respectiva para decisão de mérito.” (destaquei)

Nesta oportunidade, a área instrutiva propõe ao Tribunal: não conhecer da Representação n.º 12/2020-CF, tendo em vista o não atendimento do requisito constante do art. 230, § 2º, inciso III, do RI/TCDF, uma vez que não foram apresentados os indícios de irregularidade relativos à Dispensa de Licitação n.º 03/2020 – SES/DF; e autorizar o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para fins de arquivamento.

Ao compulsar os autos, com as devidas vênias aos entendimentos contrários, tenho que o encaminhamento proposto pela Seasp/TCDF não merece prosperar.

No tocante à **admissibilidade da Representação n.º 12/2020-CF**, considero que a aludida exordial deve ser conhecida, ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos incisos I a IV do § 2º do art. 230 do RI/TCDF e com fulcro no art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993.

Destaco que, ao contrário do alegado pela 3ª Diasp/TCDF, há indício de irregularidade na elaboração/processamento da dispensa de licitação deflagrada pela SES/DF, com fundamento no art. 4º⁵ da Lei n.º 13.979/2020⁶, que culminou na celebração do Contrato n.º 063/2020-SES/DF⁷, com a empresa BRB SERVIÇOS S/A., no valor de **R\$ 10.815.750,36**, para um período de 180 dias.

Nada obstante concordar com a área instrutiva quando afirma que *“a citada contratação tem como objetivo alterar a forma de prestação dos serviços aos usuários, dispensando a presença física dos usuários nas farmácias [de alto custo da SES/DF]”, envolvendo, assim, dentre outras atividades, a “entrega em domicílio”, entendendo que a contratação de pessoal (mão-de-obra) para também*

⁵ “Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)”

⁶ Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

⁷ **Extrato do Contrato nº 063/2020-SES/DF:**

“Espécie: Contrato nº 063/2020-SES/DF. SIGGO: 40838. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa BRB SERVIÇOS S/A, inscrita no CNPJ nº 12.857.569/0001-80. Objeto: Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente. Vigência: ATÉ 180 (cento e oitenta) dias corridos, por se tratar de CONTRATAÇÃO por Dispensa de Licitação, enquadrando-se no artigo 4º, inciso IV, da Lei nº 13.979/2020. Do Valor: O valor total do Contrato é de R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos) em procedência do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual. Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 23901. Programa de Trabalho: 10126820225570100. Natureza da Despesa: 339039. Fonte de Recurso: 100000000. Nota de Empenho: 2020NE02875. Valor inicial: R\$ 1.521.507,50 (um milhão e quinhentos e vinte e um mil e sete reais e cinquenta centavos). Emitido em 02/04/2020. Sob o evento: 400091. Na modalidade: Global. Despesa de Publicação: SES. Processo nº: 00060-00109204/2020-43. Data de Assinatura: 02/04/2020. Pela SES/DF: FRANCISCO ARAUJO FILHO. Pela contratada: JULIANA GONÇALVES NAVARRO e MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS JACINTO. Testemunhas: HAROLDO CUSTODIO DE FARIAS e PAULO HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA.” (grifos nossos) (Fonte: Diário Oficial do Distrito Federal – DODF de 13.04.2020).

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHOProc.: 00600-
00000439/2020-16e

promover a **separação** dos medicamentos levanta dúvidas sobre a regularidade da aludida terceirização, uma vez que, como bem apontado pela própria 3ª Diasp/TCDF, o ajuste “*envolve [(ou deveria envolver)] serviços que não eram prestados anteriormente*”.

Nesse sentido, peço licença para discordar do posicionamento do corpo instrutivo de que “*a atividade objeto do contrato, em uma análise superficial, é restrita (similar a um delivery) e **de maneira alguma substitui as competências técnicas do pessoal especializado das Farmácias de Alto Custo***” (grifos acrescidos).

Diante do cenário de que a contratação em tela deveria envolver apenas serviços até então não prestados pela Pasta de Saúde (ou que deixaram de ser prestados em razão da pandemia do COVID-19, “*a despeito de os serviços essenciais terem sido mantidos*”), tenho por necessário o aprofundamento da questão representada; motivo pelo qual considero suficientemente atendido o requisito de admissibilidade elencado no inciso III do § 2º do art. 230 do RI/TCDF.

Assevero que a dispensa de licitação realizada com fulcro no art. 4º da Lei n.º 13.979/2020 para a contratação de serviços deve-se destinar exclusivamente “ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei”.

Em razão disso, destaco que a situação foi caracterizada de forma circunstanciada, a peça foi redigida em linguagem clara e objetiva, a matéria representada se enquadra nas competências do Tribunal, a jurisdicionada mencionada na representação está sujeita à jurisdição desta Corte e a exordial apontou a ocorrência de possíveis irregularidades na referida dispensa de licitação.

Quanto ao **pedido de prolação de medida cautelar** – no sentido de suspender “*qualquer pagamento alusivo à referida contratação, até que a Corte examine o mérito da dispensa*”, cabe trazer à baila alguns esclarecimentos acerca da questão.

Com o intuito de conferir o exercício jurisdicional requerido pela representante, lembro que esta Corte de Contas pode adotar medida cautelar, “*em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário, ao interesse público, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, (...) de ofício ou mediante provocação, (...) com ou sem a prévia oitiva da parte, determinando, entre outras providências necessárias à preservação da legalidade e do patrimônio público, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada, nos termos do art. 45 da Lei Complementar nº 1/94*” (grifei), com fulcro no art. 277, “*caput*”, do RI/TCDF.

Assevero, também, que o art. 113, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993 preconiza que “*os Tribunais de Contas e os órgãos integrantes do sistema de controle interno poderão solicitar para exame, até o dia útil imediatamente anterior à data de recebimento das propostas, cópia de edital de licitação já publicado, obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas*” (destaquei).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

No entanto, vale lembrar que, para adoção de ação acautelatória, mostra-se necessária a observação, simultânea, dos seguintes requisitos: o ***fumus boni iuris*** (plausibilidade jurídica do pleito) e o ***periculum in mora*** (perigo da demora).

Por outro lado, o RI/TCDF prevê, em seu art. 230, § 7º, que, *“conhecida a representação, o relator ou o Tribunal poderá dar conhecimento do assunto à jurisdicionada ou interessado com vistas à apresentação de esclarecimentos, desde que esta iniciativa não prejudique a apuração”*.

Por fim, o Regimento Interno desta Casa estabelece, em seu art. 277, § 3º, que, *“se o Plenário, o Presidente ou o relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até cinco dias úteis”* (grifei).

Feita essa breve contextualização, em sede de cognição sumária, entendo inexistir plausibilidade jurídica para motivar a concessão da medida cautelar requerida na representação, pelos motivos expostos a seguir.

Primeiro, porque a suspensão cautelar de pagamentos de contratos vigentes deve ser suficientemente fundamentada de modo a justificar a adoção de medida tão severa e danosa à empresa contratada, o que, a meu ver, não se mostra presente na Representação n.º 12/2020-CF. A aludida exordial não trouxe indício de sobrepreço algum na contratação em comento nem, sequer, apresentou qualquer análise/cotejamento dos valores ajustados com a empresa BRB Serviços S/A..

Segundo, porque a execução das atividades contratadas pela BRB Serviços S/A. (notadamente, suporte e operação de serviços de transporte multimodal de itens e fornecimento de mão-de-obra) encontra respaldo no Estatuto Social da aludida empresa, conforme apontado pela 3ª Diasp/TCDF, ainda que a firma seja especializada em *“cobrança extrajudicial, contact center e tecnologia da informação e comunicação”* (o que, em juízo perfunctório, não inviabiliza a execução contratual).

Terceiro, porque os exemplos trazidos na exordial de *“iniciativas governamentais na busca de serviços gratuitos ou de menor custo”* não se aplicam ao caso em comento, por não terem qualquer relação com a entrega em domicílio de fármacos/medicamentos disponibilizados pelas Farmácias de Alto Custo da SES/DF.

Quarto (e último), porque a regularidade da execução contratual e, principalmente, dos valores pactuados e efetivamente dispendidos no âmbito do Contrato n.º 063/2020-SES/DF poderá ser, em momento oportuno, objeto de análise por esta Corte de Contas, a depender do Plano de Ação a ser aprovado pelo Plenário desta Casa (em elaboração pela Secretaria-Geral de Controle Externo – Segecex/TCDF), que definirá a estratégia de controle dos gastos relacionados ao combate à pandemia do coronavírus, levando-se em consideração *“critérios de relevância, materialidade e risco”*.

⁸ Parceria firmada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro com as operadoras de telefonia móvel para a prestação de serviços de central telefônica para atendimento sobre a Covid-19 e remessa de SMS, de forma gratuita, bem como o desenvolvimento de aplicativo pela Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 250 mil, para pagamento do *“coronavoucher”*.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHOProc.: 00600-
00000439/2020-16e

Nesse sentido, considero que a argumentação jurídica trazida pela representante **não** se mostra capaz de fundamentar a prolação de medida cautelar de modo a suspender qualquer pagamento à empresa BRB Serviços S/A. no bojo do Contrato n.º 063/2020-SES/DF.

Quanto ao perigo da demora, entendo que o requisito em tela também não se mostra presente.

O Contrato n.º 063/2020-SES/DF foi celebrado em 02.04.2020, com prazo de vigência de até 180 dias (findando, a princípio, em 28.09.2020). Há, portanto, tempo suficiente para que o Tribunal adote, se for o caso, as medidas que porventura entenda necessárias no tocante à regularidade dos preços pactuados e efetivamente pagos em razão do aludido ajuste.

Por fim, considero que a concessão de medida liminar suspendendo qualquer pagamento à empresa BRB Serviços S/A. poderá culminar, indiretamente, na suspensão da execução⁹ contratual; situação que, sob o meu ponto de vista, reforça a necessidade de denegar a medida cautelar requerida na exordial.

Eventual concessão de medida cautelar poderá, portanto, originar o perigo de dano inverso; ou seja, quando o dano resultante da concessão da liminar é superior ao que se deseja evitar, causando prejuízo irreparável à parte contrária (no caso em tela, toda população beneficiária das Farmácias de Alto Custo).

Nesse sentido, o Novo Código de Processo Civil – NCPC (regido pela Lei n.º 13.105/2015) estabelece, em seu art. 273, § 2º, que *“não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado”*.

Assim, tenho que a medida cautelar requerida deve ser denegada também em razão da presença de perigo de dano reverso.

Reforço que posicionamento similar foi adotado por esta Casa quando da prolação, por unanimidade, das Decisões n.ºs 3.363/2018¹⁰ (e-DOC

⁹ Vale lembrar que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF tem, em algumas situações recentes, considerado que o TCDF não tem competência para, cautelarmente, sustar contratos administrativos (ainda que o encaminhamento adotado pela Corte de Contas seja no sentido de determinar à jurisdição que adote as providências para tanto).

¹⁰ “I – tomar conhecimento: a) da representação formulada pela empresa Stericycle Gestão Ambiental Ltda. com pedido de cautelar, versando sobre possíveis irregularidades na Dispensa de Licitação n.º 17/2018, deflagrada pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU/DF, que culminou na contratação, em caráter emergencial, da empresa Belfort Gerenciamento de Resíduos Ltda. para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de serviços de saúde Potencialmente Infectantes (Grupo A), Químicos (Grupo B) e Perfurocortantes (Grupo E), conforme classificação da RCD ANVISA n.º 222/2018, de forma regular, provenientes de todos os estabelecimentos da rede de saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF (e-DOC AD46ADDE-c), com fulcro no art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993 e tendo em conta o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos incisos I a IV do § 2º do art. 230 do RI/TCDF; b) da Informação n.º 137/2018 – 1ª DIACOMP/SEACOMP (e-DOC 0AA92832-e); II – **denegar o pedido de medida cautelar requerido na exordial, ante a ausência da plausibilidade jurídica e a presença de perigo de dano reverso**; III – determinar ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU, com fulcro no disposto no art. 230, § 9º, c/c o art. 248, inciso V, do RI/TCDF, que se manifeste, no prazo de 10 (dez) dias, acerca dos fatos representados; IV – nos termos do § 7º do art. 230 do RI/TCDF e em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, conceder à empresa Belfort Gerenciamento de Resíduos Ltda. o prazo de 10 (dez) dias para apresentar suas considerações sobre a exordial; V – dar ciência desta decisão à representante, informando-lhe que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDF Push (www.tc.df.gov.br - Espaço do Cidadão - Acompanhamento por e-mail); VI – autorizar: a) o envio de cópia da Representação (e-DOC AD46ADDE-c), do relatório/voto do Relator e desta decisão ao SLU/DF e à empresa Belfort Gerenciamento de Resíduos Ltda., para auxílio no cumprimento das diligências constantes dos itens III e IV, respectivamente; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento – Seacomp/TCDF, para análise de mérito da exordial em cotejamento com os esclarecimentos que vierem a ser encaminhados, com a urgência que o caso requer.” (grifos acrescidos)

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHOProc.: 00600-
00000439/2020-16e

AC74CB45-e) e 1.836/2019¹¹ (e-DOC B05211DE-e), no bojo dos Processos n.ºs 21.168/2018-e¹² e 11.981/2019-e¹³, respectivamente.

Diante de todo o exposto, cabe **denegar** a liminar requerida na Representação n.º 12/2020-CF, ante a ausência de plausibilidade jurídica e de perigo da demora, bem como da presença de perigo de dano reverso.

A fim de auxiliar o exame de mérito da exordial a ser realizado na próxima assentada, deve-se fixar prazo de 5 (cinco) dias para que a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF se manifeste sobre os fatos representados, com fundamento nos arts. 230, § 9º, e 248, inciso V, do RI/TCDF, bem como disponibilize acesso integral ao Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43 (que trata da aludida dispensa de licitação).

Da mesma forma e em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, cabe fixar prazo de 5 (cinco) dias para que a empresa contratada (BRB Serviços S/A.), caso queira, apresente suas considerações acerca da exordial.

Vale esclarecer aos interessados que os prazos processuais, o atendimento presencial ao público externo e a protocolização física de documentos junto ao Tribunal de Contas do DF permanecem inalterados para os processos urgentes (que é o caso destes autos), conforme disposto nos incisos¹⁴ IX e X do art. 1º da Portaria TCDF n.º 102/2020, publicada no DODF de 1º.04.2020.

Cabe, ainda, dar ciência deste despacho singular à signatária da Representação n.º 12/2020-CF.

Por fim, cabe autorizar o envio de cópia da Representação n.º 12/2020-CF e deste Despacho Singular à SES/DF e à empresa BRB Serviços S/A, a fim de auxiliar suas manifestações, e o retorno dos autos à Seasp/TCDF, em caráter urgente e prioritário.

¹¹ “I – tomar conhecimento: a) do Ofício SEI-GDF n.º 1897/2019-SEFP/GAB (e-DOC 56571E9E-c) e seus anexos (e-DOC E14ADF9A-c); b) da Nota Técnica SEI-GDF n.º 161/2019-SEFP/SAG/SCG/AGEAD (e-DOC 47F5097F-e); c) da cópia do Processo SEI n.º 0040-00012401/2019-81 (eDOC F0E8C87B-c); d) da Informação n.º 25/2019-Digem1 (e-DOC 9B830D6C-e); II – considerar cumprida a diligência constante do item II do Despacho Singular n.º 294/2019- GCIM, referendado pela Decisão n.º 1.800/2019; III – **denegar os pedidos de medida cautelar requeridos nas representações** formuladas pela Srª. Fernanda Gonçalves Machado e pelas empresas CJU Brasil Eireli ME, Vanerven – Soluções em Tecnologia e Teleatendimento Eireli e Datamétrica Teleatendimento S.A. (e-DOCs F17FF10A-c, 6F632161-c, DDFB26D0-c e 60643322-c, respectivamente), em face da Dispensa de Licitação n.º 01/2019 conduzida pela Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEFP/DF, com fulcro no art. 24, inciso IV, da Lei n.º 8.666/1993, para a seleção de empresa prestadora de serviços continuados e sazonais, visando a implantação e o fornecimento de solução global de Call Center, para atender os canais dos serviços da Central de Atendimento ao Cidadão do Distrito Federal – Central 156, **ante a ausência de plausibilidade jurídica e a presença de perigo de dano reverso**; IV – dar ciência desta decisão aos interessados (representantes e Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEFP/DF); V – autorizar: a) a realização de inspeção, caso se fizer necessária, na SEFP/DF e onde mais se fizer pertinente, para o completo exame dos fatos representados; b) o exame, em autos apartados, da regularidade da execução do contrato que vier a ser firmado em razão da Dispensa de Licitação n.º 01/2019-SEFP/DF, com amparo nos arts. 8º e 9º da Resolução TCDF n.º 289/2016; c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – Segem/TCDF, para exame de mérito das representações e demais providências cabíveis.” (grifei)

¹² Representação formulada pela empresa Stericycle Gestão Ambiental Ltda., com pedido de cautelar, versando sobre possíveis irregularidades na Dispensa de Licitação n.º 17/2018, deflagrada pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU/DF.

¹³ Representações, com pedidos de medida cautelar, formuladas por pessoa física (Srª. Fernanda Gonçalves Machado) e pelas empresas CJU Brasil Eireli ME e Vanerven – Soluções em Tecnologia e Teleatendimento Eireli, em face de contratação emergencial para prestação de serviços continuados e sazonais, visando a implantação e o fornecimento de solução global de Call Center, conduzida pela Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEFP/DF.

¹⁴ “IX – **suspender os prazos processuais relativos a processos físicos e eletrônicos, em tramitação no Tribunal, excetuados os processos urgentes;**

X – **suspender o atendimento presencial ao público externo e a protocolização física de documentos, excetuando-se os casos relacionados a processos urgentes;**” (grifos nossos)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Assim, amparado no art. 40 da Lei Complementar n.º 01/1994, no art. 113, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993 e no art. 277 do RI/TCDF, de forma divergente à instrução, **DECIDO**, cautelarmente, por:

I. tomar conhecimento:

a) da Representação n.º 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao TCDF – MPjTCDF, de lavra da i. Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, versando sobre dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF (e-DOC 84575837-e), ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos incisos I a IV do § 2º do art. 230 do RI/TCDF e com fulcro no art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993;

b) da Informação n.º 22/2020 – DIASP3 (e-DOC C89DBF9C-e);

c) do extrato do Contrato n.º 063/2020-SES/DF, celebrado entre a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e a empresa BRB Serviços S/A., publicado no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF de 13.04.2020;

II. denegar o pedido de medida cautelar requerido na exordial, ante a ausência de plausibilidade jurídica e de perigo da demora, bem como da presença de perigo de dano reverso;

III. com fundamento nos arts. 230, § 9º, e 248, inciso V, do RI/TCDF, fixar prazo de 5 (cinco) dias para que:

a) a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF manifeste-se sobre os fatos representados e disponibilize acesso integral ao Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43;

b) a empresa BRB Serviços S/A., caso queira, apresente suas considerações acerca da exordial, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa;

IV. esclarecer à SES/DF e à empresa BRB Serviços S/A. que os prazos processuais, o atendimento presencial ao público externo e a protocolização física de documentos junto ao Tribunal de Contas do DF permanecem inalterados para os processos urgentes, conforme disposto nos incisos IX e X do art. 1º da Portaria TCDF n.º 102/2020, publicada no DODF de 1º.04.2020;

V. dar ciência deste despacho singular à signatária da Representação n.º 12/2020-CF;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

VI. autorizar:

- a) o envio de cópia da Representação n.º 12/2020-CF e deste Despacho Singular à SES/DF e à empresa BRB Serviços S/A., a fim de auxiliar suas manifestações;
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF, para manifestação acerca do mérito da exordial, em caráter urgente e prioritário.

Brasília (DF), 16 de abril de 2020

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Administração Geral

Despacho - SES/SUAG

Brasília-DF, 29 de abril de 2020.

À ASDOC,

Versa o presente processo a respeito do **Ofício nº 2310/2020-GP** (38987275), que encaminha o Despacho Singular nº 207/2020-IM, referente à Representação nº 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao TCDF, versando sobre a dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) desta Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

O mencionado Despacho exara:

Assim, amparado no art. 40 da Lei Complementar n.º 01/1994, no art. 113, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993 e no art. 277 do RI/TCDF, de forma divergente à instrução, **DECIDO**, cautelarmente, por:

(...)

III. com fundamento nos arts. 230, § 9º, e 248, inciso V, do RI/TCDF, fixar prazo de 5 (cinco) dias para que:

a) a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF manifeste-se sobre os fatos representados e disponibilize acesso integral ao Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43;

(...)

Destarte, visando atendimento ao Despacho - SES/CONT/ASDOC (39288951), no que compete à Subsecretaria de Administração Geral apresentamos a manifestação da Diretoria de Aquisições Especiais, por intermédio do Despacho - SES/SUAG/DAESP (39313737):

Preliminarmente, registramos que constam, nestes autos, arquivo em extensão .pdf (39297893) do Processo 00060-00109204/2020-43, no qual foi gerada a demanda e instruída a referida dispensa de licitação. Assim, entende-se que este pode ser remetido ao TCDF, mas atentamos também para a possibilidade de disponibilização de acesso externo à E. Corte de Contas, caso haja conta de e-mail disponível para tal, uma vez que a execução do contrato continua sendo instruída nestes autos, possibilitando, assim, acesso integral ao processo, o que resultará em pleno atendimento à decisão.

Passando à manifestação acerca dos fatos representados, destaca-se a introdução da Representação nº 12/2020 – CF (38987234):

Trata-se, pelo que se pôde apreender do extrato em referência, de terceirização das atividades da SES, que estão sob a responsabilidade da Diretoria de Assistência Farmacêutica (DIASF), unidade orgânica de direção vinculada à Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde – SAIS.

(...)

Como é sabido, tais serviços compreendem atividade especializada

consoante a Portaria 187/15-SES e que devem envolver a Anamnese farmacêutica, por exemplo.

Ocorre que a Dispensa de Licitação nº 03/2020, ratificada para a "contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente", teve sua demanda instrumentalizada pelo Projeto Básico (37293085), cuja área demandante é a própria Diretoria de Assistência Farmacêutica (DIASF).

Assim sendo, sugerimos manifestação da área técnica demandante (DIASF/CATES/SAIS/SES) quanto ao enquadramento da demanda como terceirização das atividades da SES e ao cumprimento da Portaria 187/2015, com a contratação do serviço em questão.

Em continuidade, consta da supramencionada Representação:

Por outro lado, ao se pesquisar sobre a BRB Serviços, vê-se que se trata da antiga BSB Administradora de Ativos S/A, uma Empresa do BRB – Banco de Brasília S/A especializada na prestação de serviços de Cobrança Extrajudicial, Contact Center e Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas (<https://www.brb.servicos.com.br/>).

Afigura-se, assim, à primeira vista, que as atividades desempenhadas pela BRB Serviços não se compreendem no objeto contratado.

Passando à manifestação relativa a este tópico, resgatamos o parecer emitido pela área técnica acerca das propostas recebidas, sendo elas: (1) da empresa BRB SERVIÇOS (37825188) e (2) da empresa ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA (37825296), da qual destacamos do Despacho SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF (37905728) o seguinte trecho:

Cumpr-se ressaltar que a primeira (37825188) explicitou os objetivos sociais previstos no Estatuto da empresa, tais como, in verbis:

"Art. 4º [...]

IV - prestação de tele-serviços;

...

VI - sistema tecnológico e logístico de transporte, (grifo nosso)

Isso consoantes as exigências técnicas demandadas pelo DOD 37291643;

Ademais, fez constar na proposta como dimensionou os serviços que serão ofertados mediante capacidade da central telefônica já instalada, inclusive com colaboradores contratado e experientes para atendimento aos usuários do GDF;

Operação logística de separação e entrega de medicamentos, através de empresa especializada e consolidada no mercado para tais fins e de acordo com todas as exigências da legislação sanitária vigente;

Considerando a segunda proposta, a empresa apenas precificou os

serviços a serem executados, sem, no entanto, ressaltar como já foi feito o dimensionamento, se tem, ou não, capacidade já instalada para as exigências do DOD e nem como seria feita a entrega em domicílio, se de acordo com as legislações sanitárias;

Dessa forma, por impossibilidade de análise técnica da segunda proposta e nem previsibilidade de adequação normativa no âmbito da Assistência Farmacêutica, esta GCEAF, é favorável a primeira proposta, qual seja, 37825188, pela possibilidade de avaliação técnica e adequação às exigências normativas vigentes. (grifo nosso).

Assim sendo, resta evidente que a avaliação do escopo de atividades desempenhadas pela empresa BRB Serviços foram devidamente analisadas, quando da qualificação técnica da empresa. Mais ainda, ao ratificar a Dispensa de Licitação nº 03/2020 (38044988), observou-se que consta documentação relativa à capacidade técnica, dentre as apresentadas para a habilitação (38040295).

Adicionalmente, observamos que a Dispensa de Licitação nº 03/2020, justificada por ser medida de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, foi conduzida sob os pilares dos princípios regentes da Administração Pública, em especial à legalidade, com plena observância à legislação especial vigente e ao Parecer Referencial SEI-GDF n.º 002/2020 - PGDF/PGCONS (38044862) e à economicidade, pois foi contratada a proposta mais vantajosa e de menor valor, dentre as apresentadas, como pode ser observado no ato de ratificação da referida dispensa de licitação (38044988).

Diante do exposto, restituímos os autos, sugerindo instar a SAIS/SES para demais esclarecimentos.

IOHAN ANDRADE STRUCK

Subsecretaria de Administração Geral/SES

Subsecretário



Documento assinado eletronicamente por **IOHAN ANDRADE STRUCK - Matr.1677744-1, Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 30/04/2020, às 14:24, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=39335500 código CRC= **2743B836**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

(61)3348-6123



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Subsecretaria de Administração Geral
Diretoria de Aquisições Especiais

Despacho - SES/SUAG/DAESP

Brasília-DF, 28 de abril de 2020.

À
SUAG

Trata o presente processo do Ofício nº 2310/2020-GP (38987275), que encaminha o Despacho Singular nº 207/2020-IM, referente à Representação nº 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao TCDF, versando sobre a dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) desta Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

No Despacho Singular nº 207/2020 – GCIM (38987255), o Conselheiro-Relator decide:

(...)

III. com fundamento nos arts. 230, § 9º, e 248, inciso V, do RI/TCDF, fixar prazo de 5 (cinco) dias para que:

a) a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF manifeste-se sobre os fatos representados e disponibilize acesso integral ao Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43;

(...)

Neste sentido, vieram os autos a esta DAESP/SUAG, por meio do Despacho SES/SUAG 39303464, para conhecimento e manifestação acerca dos fatos representados, em especial:

Por outro lado, ao se pesquisar sobre a BRB Serviços, vê-se que se trata da antiga BSB Administradora de Ativos S/A, uma Empresa do BRB – Banco de Brasília S/A especializada na prestação de serviços de Cobrança Extrajudicial, Contact Center e Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas (<https://www.brb.servicos.com.br/>). Afigura-se, assim, à primeira vista, que as atividades desempenhadas pela BRB Serviços não se compreendem no objeto contratado.

Preliminarmente, registramos que constam, nestes autos, arquivo em extensão .pdf (39297893) do processo 00060-00109204/2020-43, no qual foi gerada a demanda e instruída a referida dispensa de licitação. Assim, entende-se que este pode ser remetido ao TCDF, mas atentamos também para a possibilidade de disponibilização de acesso externo à E. Corte de Contas, caso haja conta de e-mail disponível para tal, uma vez que a execução do contrato continua sendo instruída nestes autos, possibilitando, assim, acesso integral ao processo, o que resultará em pleno atendimento à decisão.

Passando à manifestação acerca dos fatos representados, destaca-se a introdução da Representação nº 12/2020 – CF (38987234):

Trata-se, pelo que se pôde apreender do extrato em referência, de terceirização das atividades da SES, que estão sob a responsabilidade da Diretoria de Assistência Farmacêutica (DIASF), unidade orgânica de

direção vinculada à Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde – SAIS.

(...)

Como é sabido, tais serviços compreendem atividade especializada consoante a Portaria 187/15-SES e que devem envolver a Ética e Anamnese farmacêutica, por exemplo.

Ocorre que a Dispensa de Licitação nº 03/2020, ratificada para a *"contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente"*, teve sua demanda instrumentalizada pelo Projeto Básico (37293085), cuja área demandante é a própria Diretoria de Assistência Farmacêutica (DIASF).

Assim sendo, sugerimos manifestação da área técnica demandante (DIASF/CATES/SAIS/SES) quanto ao enquadramento da demanda como terceirização das atividades da SES e ao cumprimento da Portaria 187/2015, com a contratação do serviço em questão.

Em continuidade, consta da supramencionada Representação:

Por outro lado, ao se pesquisar sobre a BRB Serviços, vê-se que se trata da antiga BSB Administradora de Ativos S/A, uma Empresa do BRB – Banco de Brasília S/A especializada na prestação de serviços de Cobrança Extrajudicial, Contact Center e Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas (<https://www.brb.servicos.com.br/>).

Afigura-se, assim, à primeira vista, que as atividades desempenhadas pela BRB Serviços não se compreendem no objeto contratado.

Passando à manifestação relativa a este tópico, resgatamos o parecer emitido pela área técnica acerca das propostas recebidas, sendo elas: (1) da empresa BRB SERVIÇOS (37825188) e (2) da empresa ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA (37825296), da qual destacamos do Despacho SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF (37905728) o seguinte trecho:

Cumpre-se ressaltar que a **primeira (37825188) explicitou os objetivos sociais previstos no Estatuto da empresa, tais como, *in verbis*:**

"Art. 4º [...]

IV - prestação de tele-serviços;

...

VI - sistema tecnológico e logístico de transporte, (grifo nosso)

Isso consoantes as exigências técnicas demandadas pelo DOD 37291643;

Ademais, fez constar na proposta como dimensionou os serviços que serão ofertados mediante capacidade da central telefônica já instalada, inclusive com colaboradores contratado e experientes para atendimento aos usuários do GDF;

Operação logística de separação e entrega de medicamentos, através de empresa especializada e consolidada no mercado para tais fins e de acordo com todas as exigências da legislação sanitária vigente;

Considerando a segunda proposta, a empresa apenas precificou os serviços a serem executados, sem, no entanto, ressaltar como foi feito o dimensionamento, se tem, ou não, capacidade já instalada para as exigências do DOD e nem como seria feita a entrega em domicílio, se de acordo com as legislações sanitárias;

Dessa forma, por impossibilidade de análise técnica da segunda proposta

e nem previsibilidade de adequação normativa no âmbito da Assistência Farmacêutica, **esta GCEAF, é favorável a primeira proposta, qual seja, 37825188, pela possibilidade de avaliação técnica e adequação às exigências normativas vigentes. (grifo nosso).**

Assim sendo, resta evidente que a avaliação do escopo de atividades desempenhadas pela empresa BRB Serviços foram devidamente analisadas, quando da qualificação técnica da empresa. Mais ainda, ao ratificar a Dispensa de Licitação nº 03/2020 (38044988), observou-se que consta documentação relativa à capacidade técnica, dentre as apresentadas para a habilitação (38040295).

Adicionalmente, observamos que a Dispensa de Licitação nº 03/2020, justificada por ser medida de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, foi conduzida sob os pilares dos princípios regentes da Administração Pública, em especial à legalidade, com plena observância à legislação especial vigente e ao Parecer Referencial SEI-GDF n.º 002/2020 - PGDF/PGCONS (38044862) e à economicidade, pois foi contratada a proposta mais vantajosa e de menor valor, dentre as apresentadas, como pode ser observado no ato de ratificação da referida dispensa de licitação (38044988).

Quanto à justificativa de preço, esclarecemos que não compete à DAESP/SUAG manifestar a este respeito e, para tanto, sugerimos encaminhamento à DIAQ/SUAG para este fim.

Sendo as considerações que cabem à esta Diretoria, restituímos os autos e colocamos nos à disposição para esclarecimentos adicionais, se necessário.

Atenciosamente,

EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO

Diretor de Aquisições Especiais



Documento assinado eletronicamente por **EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO - Matr.1437033-6, Diretor(a) de Aquisições Especiais**, em 28/04/2020, às 19:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **39313737** código CRC= **A94579E9**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

Gabinete

Brasília-DF, 18 de março de 2020.

À SAIS,

Desta forma, diante do cenário emergencial alicerçado na urgência acima descrita, **determino a contratação emergencial, no prazo de 48 horas, dos serviços de central**

telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados no Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis), bem como empresa especializada na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas, a qual ficará como responsável pelo desenvolvimento e execução dos meios de comunicação, digo, *softwares* que possibilitarão o desempenho dos serviços de entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados na rede pública de saúde do Distrito Federal, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades, quanto pelo tempo de espera pelo atendimento, conforme se depreende do bojo do processo nº 00060-00107460/2020-04, onde resta estampado o alinhamento estratégico, bem como os benefícios e resultados a serem alcançados pela presente medida.

Atenciosamente,

FRANCISCO ARAÚJO FILHO

Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO ARAUJO FILHO - Matr.1689145-7, Secretário(a) de Estado de Saúde do Distrito Federal**, em 18/03/2020, às 15:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=37266072 código CRC= **C7A34604**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

(61)3348-6104

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 37266072



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde

Despacho - SES/SAIS

Brasília-DF, 18 de março de 2020.

À DIASF
c/c à CATES

Senhora Diretora,

Trata-se Memorando Nº 78/2020 - SES/GAB (37266072), o qual trata do DECRETO Nº 40.475, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus;

Considerando a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia de 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

Considerando o DECRETO Nº 40.520, DE 14 DE MARÇO DE 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus;

Considerando a recomendação do Ministério da Saúde e demais autoridades sanitárias de se evitar aglomerações para reduzir a propagação do Covid-19, principalmente para os grupos de risco quais sejam: imunodeprimidos, portadores de doenças crônicas, idosos; gestantes.

Considerando que o perfil de usuários que são atendidos pelo Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal (CEAF-DF) compreende essencialmente pessoas pertencentes ao referido grupo de risco, ou seja, pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes;

Considerando a suspensão de atividades coletivas com mais de cem pessoas, determinada pelo decreto 40.520, de 14 DE março de 2020;

Considerando que o número médio de atendimentos por unidade do CEAF DF é de 500 usuários por dia, bem como a vulnerabilidade destes em aglomerações para acesso aos medicamentos;

Considerando o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), criado para contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todos os estabelecimentos de saúde do território nacional.

Urge a medida emergencial e preventiva da entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades quanto pelo tempo de espera pelo atendimento.

Desta forma, diante do cenário emergencial alicerçado na urgência acima descrita, **o Senhor Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal, determino a contratação emergencial, no prazo de 48 horas, dos serviços de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE**

(farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entrega de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis), bem como empresa especializada na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas, a qual ficará como responsável pelo desenvolvimento e execução dos meios de comunicação, digo, *softwares* que possibilitarão o desempenho dos serviços de entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados na rede pública de saúde do Distrito Federal, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades, quanto pelo tempo de espera pelo atendimento, conforme se depreende do bojo do processo nº 00060-00107460/2020-04, onde resta estampado o alinhamento estratégico, bem como os benefícios e resultados a serem alcançados pela presente medida.

Diante de todo o exposto, de ordem da Subsecretária de Atenção Integral à Saúde, encaminhamos os autos a Vossa Senhoria para conhecimento e providências de alçada.

Atenciosamente,

Queyla Caixeta Araujo Pereira

Assessora Técnica

GAB SAIS/SES



Documento assinado eletronicamente por **QUEYLA CAIXETA ARAUJO PEREIRA - Matr.1434170-0, Assessor(a) Técnico(a)**, em 18/03/2020, às 15:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **37288855** código CRC= **810518D1**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DEMANDANTE			
Unidade/Setor/Depto.: GCEAF/DIASF/CATES/SES			
Data:	17/03/2020		
Responsável pela Demanda:	Diogo de Amorim Barros	Telefone Resp.:	17/03/2020
E-mail do Responsável:	geceaf@saude.df.gov.br	Matr. do Resp.:	1672076-8

Integrante Técnico:	Isis Andrade Franco de Carvalho	Telefone do I.T.:	61 981516406
E-mail do Integrante Técnico:	geceaf@saude.df.gov.br		

Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).

Quantidade:	<i>Atendimento de aproximadamente 33 mil usuários cadastrados e ativos no CEAF-DF.</i>	Unidade de fornecimento :	<i>Aproximadamente 15 mil entregas em domicílio por mês; Aproximadamente 2750 ligações para os usuários por dia.</i>
Memória de Cálculo do quantitativo:	<i>Número total aproximado de pacientes cadastrados para atendimento nas unidades do CEAF-DF = 33 mil pacientes.</i>		
Código SES:	<i>Não se Aplica.</i>	Código BR:	20605
Programa de trabalho :	10.303.6202.4216.0001 Aquisição de Medicamentos - Assistência à Saúde Pública - DF.		
Fonte de Recursos:	Indicação do FSDF		

Considerando o DECRETO Nº 40.475, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus;

Considerando a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia de 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

Considerando o DECRETO Nº 40.520, DE 14 DE MARÇO DE 2020, que dispõe sobre as medidas para

enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus;

Considerando a recomendação do Ministério da Saúde e demais autoridades sanitárias de se evitar aglomerações para reduzir a propagação do Covid-19, principalmente para os grupos de risco quais sejam: imunodeprimidos, portadores de doenças crônicas, idosos; gestantes.

Considerando que o perfil de usuários que são atendidos pelo Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal (CEAF-DF) compreende essencialmente pessoas pertencentes ao referido grupo de risco, ou seja, pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes;

Considerando a suspensão de atividades coletivas com mais de cem pessoas, determinada pelo decreto 40.520, de 14 DE março de 2020;

Considerando que o número médio de atendimentos por unidade do CEAF DF é de 500 usuários por dia, bem como a vulnerabilidade destes em aglomerações para acesso aos medicamentos;

Considerando o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), criado para contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todos os estabelecimentos de saúde do território nacional.

Urge a medida emergencial e preventiva da entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades quanto pelo tempo de espera pelo atendimento.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

Item	<i>Alinhamento Estratégico:</i>
a)	<i>Plano Estratégico do Distrito Federal, Eixo Saúde, Batalha 1: Garantir que a população tenha acesso ao medicamento certo na hora certa</i>
b)	<i>Alinhamento com o Plano Distrital de Saúde - PDS, que traz que a aspiração maior do governo 2019-2022 no que concerne à assistência farmacêutica é garantir que a população tenha acesso ao medicamento certo na hora certa.</i>
c)	Para cumprir a Iniciativa nº 165 do eixo saúde no sistema gestor, cuja ação traz a necessidade de implantação de pelo menos uma unidade de farmácia de alto custo por Região de Saúde, descentralizaremos a distribuição dos medicamentos para atender à demanda da capilaridade do serviço.

BENEFÍCIOS/RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

Item	Benefícios/Resultados:
a)	Evitar exposição dos pacientes cadastrados no CEAF-DF tanto pelo deslocamento até as unidades quanto pelo tempo de espera pelo atendimento.
b)	Evitar a propagação do vírus Covid-19
c)	Evitar sobrecarga do sistema de saúde do Distrito Federal
d)	Aumentar a capacidade de resposta sistema de saúde do Distrito Federal diante do cenário atual de pandemia
e)	Contribuir para cumprimento do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP)
f)	Contribuir para o Uso Racional de Medicamentos
g)	Reduzir o risco de pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes serem infectados pelo coronavírus.

ÁREA DEMANDANTE

Diogo de Amorim Barros
Matrícula: 1672076-8

Brasília, 18 de Março de 2020

APROVAÇÃO

Conter a aprovação EXPRESSA da Contratação pela Autoridade imediatamente superior à área demandante.

O presente DOD tem força de Documento de Consolidação da Demanda - DCD, por não haver outra área demandante para a presente contratação.

AUTORIDADE IMEDIATAMENTE SUPERIOR

Samara Furtado Carneiro
Matrícula: 0196789-4

Brasília, 18 de Março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **SAMARA FURTADO CARNEIRO - Matr.0196789-4, Diretor(a) de Assistência Farmacêutica**, em 18/03/2020, às 17:25, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO DE AMORIM BARROS - Matr.1672076-8, Gerente do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica**, em 18/03/2020, às 17:42, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **37291643** código CRC= **9CE2115E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 37291643



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Administração Geral

Despacho - SES/SUAG

Brasília-DF, 18 de março de 2020.

À CEIC/SUAG,

Versam os autos acerca da **contratação emergencial, no prazo de 48 horas, dos serviços de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis), bem como empresa especializada na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas, a qual ficará como responsável pelo desenvolvimento e execução dos meios de comunicação, digo, *softwares* que possibilitarão o desempenho dos serviços de entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados na rede pública de saúde do Distrito Federal, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades, quanto pelo tempo de espera pelo atendimento, conforme se depreende do bojo do processo nº 00060-00107460/2020-04, onde resta estampado o alinhamento estratégico, bem como os benefícios e resultados a serem alcançados pela presente medida.**

Consta nos autos a emissão do Documento de Oficialização de Demanda - **DOD** - (37291643), com a indicação dos integrantes técnicos proferidos pela DIASF/SAIS, desde modo, esta Subsecretaria indica a servidora Cleitiana da Cruz de Almeida, matrícula 1.680265-9.

Contudo, por se trata o presente processo de medida ao enfrentamento do *SARS COV 2 (COVID - 19)*, e valendo-se da *Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020*, na qual dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, que no art. 4º estabelece:

Fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

Considerando ainda o que estabelece o Art 9º do Decreto Distrital nº 40.475, de 28 de fevereiro de 2020, que declara situação de emergência no âmbito do Distrito Federal, em razão da pandemia do novo coronavírus:

Art. 9º A tramitação dos processos referentes a assuntos vinculados a este Decreto se dará em regime de urgência e prioridade em todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

Posto isto, fica dispensado o fluxo previsto na Portaria 210 de 2017, sem prejuízo do Manual de Contratação desta SES/DF.

Portanto, para viabilidade da pretensa contratação, encaminha-se o presente para elaboração do Projeto Básico, com a urgência que o caso requer.

NELMA REGIA DA CUNHA LOUZEIRO

Subsecretaria de Administração Geral

Subsecretária



Documento assinado eletronicamente por **NELMA REGIA DA CUNHA LOUZEIRO - Matr.0132268-0, Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 18/03/2020, às 16:50, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **37292833** código CRC= **79987B53**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

(61)3348-6123

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 37292833



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Elaboração de Instrumentos de Contratação

Projeto Básico - SES/SUAG/CEIC

PROCESSO: 00060-00107460/2020-04

MODALIDADE DA LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO - EMERGENCIAL

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).

2. DA JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. **Lei nº 8.666/93**, que regulamenta as licitações e os contratos no âmbito da Administração Pública.

2.1.2. **Lei nº 9.611**, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o transporte multimodal de cargas.

2.1.3. **Lei nº 11.442**, de 05 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980.

2.1.4. **Decreto Distrital Nº 36.520**, de 28/05/2015, que 9/09/2016, que Estabelece diretrizes e normas gerais de licitações, contratos e outros ajustes para a Administração direta e indireta do Distrito Federal no âmbito do Distrito Federal.

2.1.5. **Resolução da Diretoria Colegiada nº 304**, de 17 de setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos.

2.1.6. **Resolução CFF nº 433** de 26 de abril de 2005 - Conselho Federal de Farmácias (CFF), que regulamenta a atuação do farmacêutico em empresa de transporte terrestre, aéreo, ferroviário ou fluvial, de produtos farmacêuticos, fitoquímicos e produtos para saúde.

2.1.7. **Decreto nº 3.411**, de 12 de abril de 2000, que regulamenta a Lei nº 9.611, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o Transporte Multimodal de Cargas, altera os Decretos nºs 91.030, de 5 de março de 1985, e 1.910, de 21 de maio de 1996, e dá outras providências.

2.1.8. **Resolução ANTT nº 794**, de 22 de novembro de 2004, que dispõe sobre a habilitação do Operador de Transporte Multimodal.

2.1.9. **Resolução ANTT nº 420**, de 12 de fevereiro de 2004, que aprova as instruções complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos e alterações.

2.1.10. **Instrução Normativa nº 05**, de 25 de maio de 2017 que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

2.1.11. **Portaria nº 386**, de 27 de julho 2017, que Organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do Distrito Federal.

2.1.12. **Portaria MS/GM nº 2.048** de 5 de novembro de 2002, que institui o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência.

2.1.13. **Portaria de Consolidação MS/GM nº 3** de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde, especificamente Rede de Atenção às Urgências e Emergências.

2.1.14. **Decreto nº 39.619, DE 07 de janeiro de 2019**, que declara a situação de emergência no âmbito da Saúde Pública do Distrito Federal e dá outras providências.

2.1.15. **Decreto nº 40.416/2020**, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de epidemia por doenças transmitidas pelo Aedes no âmbito do Distrito Federal.

2.1.16. **Decreto Nº 40.475**, de 28 de Fevereiro de 2020 que declara situação de emergência no âmbito do Distrito Federal, em razão da pandemia do novo coronavírus, ações complementares são essenciais no momento epidêmico.

A relação acima é meramente exemplificativa, frisando-se que a ausência de previsão expressa de qualquer legislação neste Projeto, não exige a Contratada de cumprir a todas as normas e legislações vigentes aplicáveis ao objeto deste processo de contratação.

2.2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.2.1. Considerando o DECRETO Nº 40.475, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus;

2.2.2. Considerando a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia de 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

2.2.3. Considerando o DECRETO Nº 40.520, DE 14 DE MARÇO DE 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus;

2.2.4. Considerando a recomendação do Ministério da Saúde e demais autoridades sanitárias de se evitar aglomerações para reduzir a propagação do Covid-19, principalmente para os grupos de risco quais sejam: imunodeprimidos, portadores de doenças crônicas, idosos; gestantes.

2.2.5. Considerando que o perfil de usuários que são atendidos pelo Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal (CEAF-DF) compreende essencialmente pessoas pertencentes ao referido grupo de risco, ou seja, pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes;

2.2.6. Considerando a suspensão de atividades coletivas com mais de cem pessoas, determinada pelo decreto 40.520, de 14 DE março de 2020;

2.2.7. Considerando que o número médio de atendimentos por unidade do CEAF DF é de 500 usuários por dia, bem como a vulnerabilidade destes em aglomerações para acesso aos medicamentos;

2.2.8. Considerando o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), criado para contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todos os estabelecimentos de saúde do território nacional.

2.2.9. Urge a medida emergencial e preventiva da entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades quanto pelo tempo de espera pelo atendimento.

2.2.10. O presente visa atender aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo).

2.2.11. Tal implementação visa evitar a descontinuidade do acesso aos medicamentos dos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) durante o período de situação de emergência no âmbito do Distrito Federal. Tendo em vista que se trata de um serviço de essencial que não pode ser interrompido.

2.2.12. Um sistema eficiente de comunicação e telefonia é a condição básica para a operacionalização de um sistema de emergência, tanto como ferramenta de garantia de um tempo-resposta adequado às necessidades da população, como também para determinar a vida ou a morte de um cidadão que procura o medicamento.

2.2.13. Benefícios/resultados a serem alcançados:

- a) Evitar exposição dos pacientes cadastrados no CEAF-DF tanto pelo deslocamento até as unidades quanto pelo tempo de espera pelo atendimento.
- b) Evitar a propagação do vírus Covid-19
- c) Evitar sobrecarga do sistema de saúde do Distrito Federal
- d) Aumentar a capacidade de resposta sistema de saúde do Distrito Federal diante do cenário atual de pandemia
- e) Contribuir para cumprimento do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP)
- f) Contribuir para o Uso Racional de Medicamentos
- g) Reduzir o risco de pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes serem infectados pelo coronavírus.

2.3. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO

Não há como se definir o fluxo de operação de cada empresa interessada na contratação, sem o risco de caracterizar direcionamento, o que é vedado pela legislação de regência.

Diante das necessidades de separação e transporte dos medicamentos, caberá à empresa contratada a definição de rotas, de acordo com a distância;

Sobre a aplicação dos recursos humanos disponíveis, o quantitativo irá variar conforme a tecnologia e sistemas utilizados por cada empresa interessada. Quanto maior a automatização dos processos, menor a necessidade de empregados;

A cotação dos seguros caberá às interessadas, devendo apenas ser garantida a cobertura mínima prevista em edital, não cabendo à SES/DF especificar o valor dos seguros, podendo ser cotado muito abaixo de qualquer previsão, de acordo com negociação feita pela interessada;

As soluções tecnológicas e sistemas podem variar, não cabendo à SES/DF definir qual deverá ser utilizado e, assim, sendo impossível precisar o valor de cada solução empregada;

Desta forma, a metrficação detalhada do quantitativo poderia resultar em uma limitação da competição, por ser passível de individualizar o objeto e evidenciar um suposto direcionamento.

Entretanto, após analisar licitações semelhantes faz-se evidente que não há óbice à apresentação das estimativas de quantitativos ao longo do contrato, devendo ser apresentada a planilha com os custos unitários da operação pela empresa CONTRATADA, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU (item 1.5.1.4, TC-015.378/2009-0, Acórdão nº 2.986/2009-Plenário e item 9.3.8, TC-008.753/2004-1, Acórdão nº 7.054/2010-2ª Câmara).

Tal conduta garante a transparência na aplicação dos recursos públicos, sendo demonstrados os custos efetivos da operação, respeitados os requisitos mínimos exigidos na licitação e em conformidade com a capacidade de cada empresa.

Diante do exposto, faz-se evidente que os quantitativos a serem contratados deverão ser estabelecidos pela empresa CONTRATADA com base nos processos de trabalho por ela adotados para atender aos requisitos estabelecidos no Termo de Referência dessa contratação.

Estima-se aproximadamente 15 mil entregas em domicílio por mês e 2750 ligações com agendamento efetivado para os usuários por dia.

3. SUBCONTRATAÇÃO

3.1. A contratada poderá subcontratar o objeto desse Projeto Básico, conforme estabelecido nos termos do Art. 72, da Lei 8.666/93:

Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

3.2. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

3.3. A LICITANTE, caso opte pela subcontratação, deverá indicar, na fase de habilitação, as entidades que subcontratará, com a descrição dos bens e serviços a serem subcontratados com a respectiva porcentagem, responsabilizando-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

3.4. A SUBCONTRATADA deverá possuir todas as autorizações necessárias à execução dos serviços contratados.

3.5. A CONTRATADA deverá substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

3.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4. ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO

4.1. O Serviço a ser contratado trata-se de contratação por **DISPENSA DE LICITAÇÃO** enquadrando-se no exposto no incisos IV, Art. 24 da Lei nº 8666/93.

5. DETALHAMENTO DO OBJETO

5.1. O serviço ofertado deverá atender a todos os itens descritos neste Projeto Básico e seus Apêndices como solução de fornecimento no âmbito do Distrito Federal e seu entorno, classificado, a saber:

ITEM	Código BR	DESCRIÇÃO	QTD	Unidade
01	20605	Contratação emergencial de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).	6 meses (180 dias)	Serviço

6. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

6.1. A CONTRATADA, através de seus funcionários, deverá estar apta a operar a central telefônica ativa e receptiva para realizar o atendimento, agendamento e entrega de medicamentos aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo);

6.2. Eventuais alterações do sistema operacional adotado pela CONTRATANTE serão notificadas à CONTRATADA em tempo hábil para as providências que couberem, sem ônus à SES - DF.

6.3. A CONTRATADA para prestação do serviço deverá executar suas atividades nos locais de trabalho e horários fixados pela contratante, obedecida a jornada de trabalho legalmente fixada na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional e utilizada para a respectiva atividade;

6.4. TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

6.4.1. A CONTRATADA deverá manter sob sua responsabilidade as ações de treinamento e capacitação inicial de seus funcionários, referentes às atividades de teleatendimento.

6.4.2. Cabe a CONTRATADA a documentação, através de registro individualizado, de todas as ações de treinamento, capacitação e aprimoramento contínuo de seus funcionários;

6.4.3. Cabe à CONTRATADA manter, dispor e realizar ações de capacitação e treinamento, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, assim como sua adequada substituição nos postos de atendimento e de transporte e entrega dos medicamentos durante estas ações.

6.4.4. Cabe à CONTRATADA a apresentação prévia do planejamento das ações de educação continuada ao CONTRATANTE.

6.5. QUALIDADE GERAL DOS SERVIÇOS

6.5.1. A qualidade geral dos serviços será avaliada periodicamente, em conjunto com representantes da SES, através dos instrumentos de avaliação e mensuração de serviços vinculados a este "Projeto Básico", acrescido das metodologias de avaliação adotadas pela SES-DF;

6.5.2. Para a qualidade geral dos serviços serão avaliadas assiduidade, asseio, postura e comportamento dos funcionários da CONTRATADA;

6.6. VOLUMETRIA E NÍVEIS BÁSICOS DE SERVIÇOS REQUERIDOS

6.6.1. Quanto aos serviços implantados, visando atender as demandas exigidas, ficam estabelecidas:

6.6.2. Volume Diário Médio de Ligações: A projeção do volume médio de ligações é de **2.750 ligações/dia**, devendo ser registradas e acompanhadas pelo CONTRATANTE através de relatório de produção. A CONTRATADA deverá garantir, através de seus funcionários, o atendimento de acordo com os padrões de qualidade estipulados neste Projeto Básico pelo CONTRATANTE.

6.6.3. Análise qualitativa das ligações:

6.6.3.1. Taxa de abandono de ligações inferior a 5%;

6.6.3.2. Velocidade de atendimento das ligações inferior a 10 segundos para o mínimo de 90% do total de ligações, garantindo o atendimento em tempo adequado: 90/10 90% das ligações atendidas em até 10 segundos, equivalente a atendimento em até 3 toques;

6.6.3.3. **Atendimento e agendamento efetivado para os usuários por dia.**

6.6.4. TMA (Tempo Médio de Atendimento):

6.6.4.1. < (menor que) 10 minutos por ligação.

6.6.5. Treinamento, capacitação:

6.6.6. Comprovação das ações de treinamento, capacitação referentes às atividades de teleatendimento e para todo o efetivo dos funcionários contratados em atividades deste Projeto Básico

6.6.7. Entrega:

6.6.7.1. > (maior a) 15 mil entregas em domicílio por mês.

6.7. PERFIL DOS PROFISSIONAIS

6.7.1. TELEFONISTA:

- a) Maior de 18 anos;
- b) Escolaridade mínima: Formação Nível Médio
- c) Experiência mínima de 06 meses em teleatendimento;
- d) Conhecimento da geografia do Distrito Federal;
- e) Habilidade em redigir textos e análises executivas;
- f) Conhecimentos e habilidade básicos em informática (sistemas operacionais, editores de texto, entre outros);
- g) Devem conhecer plenamente e serem capazes, após treinamento, de utilizar de forma eficaz as ferramentas associadas à função e aos serviços prestados;
- h) Perfil pessoal: Sensibilidade humana, facilidade de comunicação, fluência verbal, boa dicção, audição e com visão capaz de permitir a perfeita utilização do sistema, adequada postura profissional e emocional e pró-atividade, capacidade de manutenção de sigilo profissional, capacidade de trabalhar em equipe, disposição para cumprimento de normas, regulamentos e orientações, capacidade de absorção de conhecimento através de experiência diária, conhecimento e habilidade em informática, bem como através de treinamentos formais fornecidos pela CONTRATADA ou pela CONTRATANTE;

6.7.2. REMUNERAÇÃO

6.7.2.1. Os salários dos profissionais a serem alocados na prestação dos serviços, deverão, no mínimo, orientar-se pelos valores de referência da Convenção Coletiva da Categoria ou Sindicato, para cada categoria de profissionais.

6.8. TRANSPORTE e ARMAZENAMENTO

6.8.1. Transporte e armazenamento atendendo à:

6.8.1.1. Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos;

6.8.1.2. Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências;

6.8.1.3. Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis.

7. DA FISCALIZAÇÃO, CONTROLE DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

7.1. Os serviços objeto deste Contrato serão executados pela CONTRATADA, com a supervisão e fiscalização por servidor indicado pela CONTRATANTE.

7.2. A CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado;

7.3. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços especificados neste Projeto Básico, a CONTRATANTE; é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por funcionário indicado, podendo para isso:

7.4. Solicitar a imediata substituição do funcionário da CONTRATADA que agir fora das determinações descritas nos scripts ou de forma diversa das políticas e normas da CONTRATANTE; recomendadas aos prestadores dos serviços objeto deste Projeto;

7.5. Exigir junto à CONTRATADA a regularização das eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, comunicando à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência, tudo sem prejuízo às penalidades cabíveis;

7.6. Supervisionar as atividades CONTRATADA, mediante avaliação periódica.

7.7. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização, não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços contratados.

7.8. A execução dos serviços objeto desta contratação deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, por parte da SES.

7.9. O objeto do presente contrato será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela CONTRATADA, sendo tal relatório submetido à fiscalização da CONTRATANTE, que após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento.

7.10. Havendo inexecução total/parcial dos serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.11. A fiscalização e supervisão se darão através do acompanhamento quanto à qualidade dos serviços, controle de desempenho e cumprimento de horários pela CONTRATADA.

8. DA MEDIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

8.1. No último dia útil de cada mês, a CONTRATADA deverá efetuar a apuração dos serviços executados no respectivo mês, e, considerando os recursos contratados elaborar o correspondente relatório contendo os Agentes de Atendimento alocados, descrevendo dias e horários;

8.2. Para efeito de pagamento, as medições deverão ser realizadas com o seguinte procedimento:

8.3. No primeiro dia útil subsequente ao mês que os serviços foram prestados, a CONTRATADA deverá entregar o relatório contendo os quantitativos mensais de postos de trabalho e os respectivos valores apurados;

8.4. Na hipótese de glosas e/ou incorreções de quantitativos e/ou valores, o CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA a retificação do relatório, objetivando a emissão da Nota Fiscal Fatura;

8.5. Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

8.6. O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, descontadas as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo CONTRATANTE por motivos imputáveis à CONTRATADA;

8.7. A aplicação dos descontos indicados no item imediatamente acima não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA, em razão da não execução dos serviços;

8.8. O fiscal do contrato deverá apresentar os relatórios que comprovem a eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente da central telefônica e o relatório de conformidade nos padrões de qualidade que atestará a realização da prestação dos serviços contratados;

8.9. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, o CONTRATANTE atestará a medição mensal, comunicando a CONTRATADA, no prazo de 3 (três) dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e, autorizando a emissão da correspondente Nota Fiscal Fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados;

8.10. Não haverá qualquer forma de subordinação dos prestadores de serviços alocados para as atividades executadas ao CONTRATANTE, o qual se limitará a fornecer à CONTRATADA as corretas informações dos serviços a serem executados;

8.11. A CONTRATADA se obriga a manter a composição da equipe local, dentro dos parâmetros definidos em sua proposta. Qualquer modificação a ser efetuada pela CONTRATADA na composição das equipes locais e de seu Supervisor deverá ser comunicada a CONTRATANTE com antecedência de 72 (setenta e duas) horas;

8.12. Caso a CONTRATADA precise substituir um profissional alocado, deverá informar ao CONTRATANTE; com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis para que o novo profissional possa inteirar-se dos procedimentos técnicos e administrativos para a boa execução dos serviços contratados;

8.13. Ao critério exclusivo da CONTRATANTE este poderá solicitar a substituição de funcionário da CONTRATADA alocado nos serviços, devendo o pedido ser formalizado até 5 (cinco) dias úteis, antes da substituição, que se fará obrigatoriamente, sob pena de incorrer a CONTRATADA em falta contratual;

8.14. A CONTRATANTE utilizará ferramenta de gestão de informações para gerenciar os serviços realizados pela CONTRATADA, ao nível de relatórios gerenciais e indicadores de performance ou outra forma a ser definida entre as partes durante a implantação dos serviços;

8.15. Serão realizadas reuniões de trabalho entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA para a análise do desempenho desta, sempre que houver necessidade, sendo as mesmas registradas em ata que deverá ser juntada ao processo referente a presente contratação, sem ônus adicional à SES - DF;

8.16. A CONTRATANTE por intermédio de seus funcionários ou prepostos se reserva ao direito de efetuar inspeção de qualidade, em qualquer tempo, nos serviços realizados pela empresa CONTRATADA;

8.17. Na fase de implantação dos serviços, a CONTRATANTE deverá realizar a integração da equipe alocada no contrato, para fornecer conhecimento sobre o sistema de atendimento, recursos tecnológicos da Central, serviços a serem executados e procedimentos existentes.

9. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

9.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o controle da execução dos serviços e do contrato.

9.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto básico.

9.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no Art. 47 e no Anexo V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

9.5. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento, sendo que um dos seus principais objetivos é a busca da eficiência com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitem e estimulem a melhoria constante dos serviços prestados.

9.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Apêndice III, deste documento, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

9.7. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

9.8. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.9. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

9.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

9.11. O Fiscal/Gestor do contrato deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução dos serviços, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços executados.

9.12. O Preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

9.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo Fiscal/Gestor, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

9.14. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

9.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

9.16. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

9.17. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.18. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10. DAS OCORRÊNCIAS

10.1. Será atribuído a CONTRATADA pontuação a cada constatação das seguintes ocorrências, conforme tabela abaixo:

OCORRÊNCIA	PONTOS	PRAZO RESOLUÇÃO
Interrupção, parcial ou total, não programada nos serviços contratados, sem prévio comunicação a SES/DF, por evento, acrescido a cada hora.	0,3	1 hora
Seguidas interrupções nos serviços contratados em um lapso temporal de 07 (sete) dias, por evento, a pontuação será multiplicada pelo número de interrupções, por evento.	0,3	1 hora
Cobrança por serviços não prestados, por evento.	0,3	2 dias
Cobrança de valores em desacordo com o contrato, por evento.	0,3	2 dias
Utilizar profissionais em serviço sem a devida identificação (crachá e/ou camiseta), por evento.	0,3	1 dia
Utilizar profissionais em serviço com identificação em mal estado (crachá ilegível ou danificado), vestimentas sujas e/ou rasgadas (camiseta), por evento.	0,3	1 dia
Não apresentar corretamente a Nota Fiscal dos serviços prestados no mês, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico, que deverão conter todos os tributos, encargos e descontos, conforme preços contratados no processo licitatório, por evento.	0,5	2 dias
Atraso injustificado no recebimento de produtos pactuados no contratos direcionada à seu(s) Almoxarifado(s), dentro do horário de funcionamento estipulado neste documento.	0,3	1 dia
Atraso (injustificado) na entrega dos produtos objetos deste Contrato. O valor da pontuação deverá ser acrescido a cada 24 (vinte e quatro) horas de atraso.	0,5	24 horas
Não realizar as entregas previstas nas unidades de consumo nos prazos pactuados, por evento.	1	1 dia
Não entregar os produtos nos prazos e quantidades especificadas no documento de transferência às unidades de consumo, salvo autorização prévia da área técnica vinculada à CONTRATANTE, por evento.	0,5	1 dia
Mal funcionamento dos sistemas elencados ao Serviço, por evento.	0,5	2 dias
Inoperância dos sistemas elencados ao Serviço, por evento.	0,5	1 dia
Má conservação das instalações, equipamentos, aparelhos, materiais ou qualquer outro recurso de sua responsabilidade empregado no serviço, por evento.	0,5	2 dias
Não cumprir os horários mínimos de funcionamento previstos neste documento, salvo se autorizado, por escrito, pelo Gestor do Contrato, por evento.	1	1 dia
Não receber entrega direcionada à seu(s) Almoxarifado(s), dentro do horário mínimo de funcionamento previsto neste documento, salvo se por erro do entregador, por evento.	1	1 dia
Instalar durante a implementação do serviço, qualquer equipamento que não seja novo, de primeiro uso, salvo se autorizado, por escrito, pelo Gestor do Contrato, por evento.	1	3 dias
Descumprir qualquer OBRIGAÇÃO descrita neste documento, por evento.	1	3 dias
Causar qualquer tipo de problema de modo a dificultar a transição contratual, por evento.	1	1 dia
Não manter seus sistemas, equipamentos, pessoal ou qualquer outro objeto necessário ao funcionamento do serviço durante a transição contratual, por evento, acrescido a cada dia.	1	1 dia
Negligenciar medidas de segurança ou legislação pertinente, por evento.	1	1 dia
Utilizar mão de obra com qualificação incompatível com àquela necessária a execução dos serviços, por evento.	1	1 dia
Deixar de fornecer os relatórios gerenciais nos moldes e prazos requeridos, por evento, acrescido a cada dia.	1	5 dias
Deixar de realizar as auditorias e inventários nos moldes e prazos previstos, por evento, acrescido a cada dia.	1	5 dias

10.2. Para confirmação dos eventos será tomado como base os relatos de ocorrências direcionados ao Gestor/Fiscal do Contrato e aferição junto a CONTRATADA.

10.3. Os prazos serão contados a partir da data da ocorrência em relação ao pactuado ou relato oficial, quando aplicável.

10.4. O Gestor/Fiscal deverá realizar a avaliação mensal para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

10.5. O somatório da pontuação será apurado dentro do mês de prestação do serviço, coincidente com o mês civil.

10.6. Caso necessário, a somatória será arredondada, para mais ou para menos, levando em consideração quando o número estiver mais próximo daquele imediatamente superior ou inferior.

10.7. Esta pontuação servirá como base para que a CONTRATANTE aplique as seguintes sanções administrativas, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma sanção, esta será imediatamente aplicada, observado o processo administrativo.

Pontuação acumulada	Sanção
1 (um) ponto	Advertência
2 (dois) pontos	Advertência
3 (três) pontos	Multa correspondente a 3% (três por cento) do valor mensal do contrato

4 (quatro) pontos	Multa correspondente a 4% (quatro por cento) do valor mensal do contrato
5 (cinco) pontos	Multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor mensal do contrato
6 (seis) pontos	Multa correspondente a 6% (seis por cento) do valor mensal do contrato
7 (sete) pontos	Multa correspondente a 7% (sete por cento) do valor mensal do contrato
8 (oito) pontos	Multa correspondente a 8% (oito por cento) do valor mensal do contrato
9 (nove) pontos	Multa correspondente a 9% (nove por cento) do valor mensal do contrato
10 (dez) pontos	Multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato
11 (onze) pontos ou +	Suscetível a Rescisão Unilateral do Contrato

10.8. Durante o período de implantação dos serviços, conforme IMR previstos, poderão ser abrandados, em detrimento da necessidade de ajustes e correções nos serviços.

10.9. A ocorrência de três ou mais sanções consecutivas, acarretará sanção correspondente ao somatório das pontuações acumuladas nesses meses.

11. DA GARANTIA DO CONTRATO

11.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

11.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

11.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

11.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

11.5. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017, desde que não ocorram intercorrências que gerem ônus para a CONTRATANTE durante o período de transição contratual.

11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

11.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.9. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.10. Será considerada extinta a garantia:

- com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

11.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

11.12. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Projeto Básico e no Contrato.

12. DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

12.1. A prestação dos serviços de que trata este Projeto Básico e seus Apêndices não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a SES/DF, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

12.2. Os profissionais e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com o Estado.

12.3. Todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial, oriundas dos acidentes de trabalho e das doenças causadas pelo exercício das atividades laborais, entre outras, correm por conta exclusiva da CONTRATADA, a qual se obriga a saldar na época devida.

12.4. A CONTRATADA deverá manter vínculo, empregatício ou na forma de contrato de prestação de serviços, com todos os profissionais alocados nos serviços descritos neste Termo de Referência, de forma a garantir a subordinação de todos aqueles que trabalhem nas instalações da SES/DF às determinações emanadas pelo Preposto.

13. ESTIMATIVAS DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

13.1. A consolidação da estimativa de preços será realizada pelo setor competente subordinado a DIAQ/SUAG/SES.

14. DOS CUSTOS ENVOLVIDOS

14.1. Todos os componentes das Prestação do Serviço pela CONTRATADA para a execução dos serviços constantes deste documento são insumos pessoais do funcionário (uniforme, meios de comunicação e etc) da CONTRATADA para esta prestação, e deverão estar detalhados na proposta;

14.2. Todos os custos com pessoal, residentes ou não na SES/DF, correrão por conta da CONTRATADA, na forma deste documento, sem quaisquer ônus adicionais ao Contrato;

14.3. Todos os impostos e demais aspectos financeiros da execução deverão ser previstos e contidos nos preços da Proposta Comercial da licitante.

15. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

15.1. As propostas apresentadas pelas proponentes deverão ter validade não inferior a **90 (noventa) dias**, discriminando os valores mensais e quantitativos, conforme estabelecido neste Instrumento.

15.2. **O CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS SERÁ O DE MENOR VALOR ITEM;**

15.3. Nenhum item poderá ser cotado acima do valor estimado;

15.4. A empresa proponente deverá apresentar cotação para o serviço descrito no presente Projeto Básico devendo discriminar pormenorizadamente o serviço cotado, com todos os elementos necessários para a aferição da avaliação técnica dos mesmos (memória de cálculo), contendo o nome da empresa proponente, endereço, números do CNPJ e da inscrição estadual ou do Distrito Federal, estando em papel timbrado, datada e assinada e com a especificação em conformidade com o solicitado - Apêndice II – Modelo de Proposta;

15.5. **Todos os custos relativos a transporte, frete, e custos relativos à entrega de materiais complementares à prestação de serviços, deverão já constar no custo total efetivo das propostas para contratação do serviço;**

15.6. Os proponentes deverão apresentar, na ocasião da apresentação das propostas, a Convenção Coletiva, Acordo Coletivo ou Dissídio Coletivo da categoria profissional, às quais estão vinculadas;

15.7. Para garantia da exequibilidade dos preços e uniformização das propostas, os proponentes deverão adotar, sob pena de desclassificação, os valores referenciais de encargos sociais previstos na Convenção Coletiva de Trabalho, em obediência às Decisões n.º 2472/2013 e n.º 3836/2013 do TCF;

15.8. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da empresa proponente, das condições estabelecidas neste Projeto Básico;

15.9. No caso de omissões puramente formais em propostas, inclusive quanto ao seu prazo de validade, serão considerados aqueles descritos no Projeto Básico;

15.10. Informar o regime de tributação no qual está inscrita;

15.11. As empresas proponentes deverão apresentar a composição do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) na planilha de formação de preços, utilizando os percentuais correspondentes ao regime de tributação ao qual optou;

15.12. Para fins de composição de preço, esta Secretaria utilizou como base o Regime de Tributação de Lucro Real;

15.13. O proponente deverá prever em seus preços todas as despesas diretas e indiretas para a perfeita execução do objeto, bem como as deduções necessárias de custos, de forma a não caracterizar “bis in idem”, devendo considerar toda a legislação aplicável, a Convenção Coletiva de Trabalho em vigor e a jurisprudência atual dos tribunais, visando a uniformização das propostas e a tramitação isonômica do processo licitatório, sob pena de desclassificação da proposta apresentada.

16. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR E HABILITAÇÃO

16.1. PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1.1. A empresa proponente deverá apresentar descrição detalhada do serviço ofertado e anexar o respectivo escopo de suas soluções.

16.2. DA HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.2.1. O licitante vencedor deverá apresentar a documentação abaixo, podendo ser solicitado novamente no momento da contratação:

16.2.2. Para fins de comprovação da capacidade técnica, a empresa deverá apresentar **Atestado de Capacidade Técnica** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa prestado ou estar prestando o mesmo serviço objeto deste Projeto Básico, compatível em características de Teleatendimento, nas quantidades e prazos com o objeto deste Projeto Básico;

16.2.3. Os atestados deverão conter necessariamente:

16.2.3.1. A empresa poderá apresentar tantos atestados de capacidade técnica quantos julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto semelhante ao deste Projeto Básico, destacando-se a necessidade desses atestados demonstrarem que o interessado forneceu anteriormente, pelo menos, o quantitativo solicitado no subitem anterior.

16.2.4. Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;

16.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei 12.440, de 07 de Julho de 2011;

16.2.6. Prova de regularidade relativa ao FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (Certificado do F.G.T.S.);

16.2.7. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual/Municipal, do domicílio ou sede do licitante, composta de Certidão Negativa de Tributos Estadual/Municipal, ou positiva com efeito de negativa, expedida pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado/Município, ou outro meio equivalente admitido por lei;

16.2.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de *Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa*, expedida pelo *Tribunal Superior do Trabalho* (Lei Federal nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1470 de 24 de agosto de 2011);

17. DAS LOCALIDADES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1. As atividades previstas nos itens deste documento deverão ser executadas no Distrito Federal, sem qualquer custo adicional, de segunda à sexta, exceto feriados, das 08h às 17 h.

18. REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

18.1. O Regime de Execução do Contrato está disposto na Lei nº 8.666/93 - Art. 6º, VIII, A, qual seja: empreitada por menor preço LOTE/ITEM, por se tratar de execução de serviço por preço certo e total.

19. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

19.1. Para a prestação dos serviços será formalizado um Contrato Administrativo estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, garantias, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Projeto Básico e da proposta de preços da licitante vencedora.

19.2. O contrato terá vigência de **ATÉ 180 (cento e oitenta) dias corridos, IMPRORROGÁVEIS**, por se tratar de CONTRATAÇÃO por Dispensa de Licitação, enquadrando-se no Inciso IV, Art. 24 da Lei 8666/93.

20. PRAZOS DE ENTREGA

20.1. Prazo de Entrega: Os serviços deverão estar em plena execução em até 5 (CINCO) dias úteis, a partir da data da assinatura do Contrato.

21. MODELO DE EXECUÇÃO

21.1. O modelo de execução do contrato deverá contemplar condições necessárias ao devido fornecimento do Serviço para atendimento das necessidades do central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo), no que se refere ao objeto deste Instrumento, observando o que segue:

21.1.1. Realizar a convocação da CONTRATADA será realizada de forma IMEDIATA, após a assinatura do contrato, a qual deverá dar da CONTRATANTE, conhecendo o ambiente físico e tecnológico, dentro do escopo contratado, e absorver o conhecimento necessário para entrega e prestação dos serviços acordados.

21.1.2. A CONTRATADA deverá participar de reunião inicial, convocada pelo Gestor do contrato, com a participação da Equipe de Fiscalização da CONTRATANTE, do representante legal da CONTRATADA, e dos demais interveniente por ele identificado, cuja pauta observará, pelo menos: presença do representante legal da CONTRATADA, que apresentará o seu Preposto, assinatura, por parte da CONTRATADA, do Termo de Confidencialidade e Sigilo e do Termo de Ciência, esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gerenciamento do Contrato, nivelando os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Apêndices e Termos, bem como, esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

21.1.3. Informar à CONTRATADA que o pagamento dos serviços contratados e implementados será realizado após o aceite parcial e/ou definitivo da implantação.

21.1.4. A CONTRATADA deve assinar Termo de Ciência, comprovando que a mesma já detém conhecimento suficiente e que foram alcançadas as condições técnicas para realização dos serviços sem riscos operacionais.

21.1.5. A CONTRATADA deverá seguir todas as normas de segurança vigente na Instituição.

21.1.6. A CONTRATADA poderá, exclusivamente a seu critério e ônus, desenvolver, avaliar e incorporar métodos, processos e tecnologias para a melhoria na forma da execução contratual dos serviços ora licitados, desde que seus procedimentos estejam em conformidade com as definições, premissas e recomendações técnicas.

21.1.7. Todos os serviços que envolvam ações de desenvolvimento e implementação de atividades de melhoria contínua de ambiente, obedecerão a uma estruturação e planejamento prévios da CONTRATADA e autorização da CONTRATANTE, onde serão estabelecidos os prazos, horário e condições gerais da execução destas atividades.

21.2. DAS INSPEÇÕES E DILIGÊNCIAS

21.2.1. A CONTRATANTE poderá, se julgar necessário, realizar inspeções e diligências a fim de garantir que a licitante vencedora esteja em condições de fornecer os produtos/serviços pretendidos de acordo com a qualidade exigida neste documento.

22. DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

22.1. A CONTRATADA será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela SES/DF, tais documentos.

22.2. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto sem autorização por escrito da SES/DF, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.

22.3. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo de responsabilidade e sigilo, comprometendo-se a não divulgar nenhum assunto tratado nas dependências da SES/DF ou a serviço desses, salvo se expressamente autorizado, Apêndice I – Termo de Confidencialidade de Informações.

22.4. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo declarando estar ciente de que as informações disponibilizada pela SES/DF e pacientes não poderá ser utilizada para fins particulares e que a navegação em sítios da Internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando o endereço da SES/DF, ou acessadas a partir dos seus equipamentos, poderão ser auditadas.

22.5. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo de compromisso declarando total obediência às normas de segurança vigentes ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, na SES/DF.

22.6. Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou

oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. Abrange toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, protocolos, informações pessoais de pacientes e informações sobre as atividades da CONTRATANTE.

22.7. As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto.

22.8. As obrigações constantes deste DOCUMENTO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros e estranhos, sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

22.9. A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

22.10. A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO sobre a existência deste Projeto bem como da natureza sigilosa das informações.

22.11. A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente DOCUMENTO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

22.12. A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

23. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA

23.1. São instrumentos formais de comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA:

- 23.1.1. Chamados telefônicos registrados na Central de Atendimento.
- 23.1.2. Chamados registrados em Sistema de Gestão de Demandas.
- 23.1.3. Ofícios.
- 23.1.4. Relatórios.
- 23.1.5. Demais Termos previstos no instrumento convocatório.

24. DAS OBRIGAÇÕES

24.1. DA CONTRATANTE

- 24.1.1. Cumprir fielmente o Contrato de modo que a CONTRATADA possa realizar os serviços com esmero e perfeição.
- 24.1.2. Receber os empregados e prepostos da CONTRATADA, devidamente credenciados, para manutenção e conservação dos equipamentos, tomando as providências administrativas que garantam o livre desempenho de tais atividades.
- 24.1.3. Realizar sindicância para apurar RESPONSABILIDADE no caso de danos nos equipamentos da CONTRATADA, sob sua responsabilidade.
- 24.1.4. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, após assinatura do Contrato.
- 24.1.5. Receber o serviço fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 24.1.6. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando se tratar de contrato oriundo de Ata de Registro de Preços.
- 24.1.7. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato.
- 24.1.8. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do Serviço.
- 24.1.9. Definir produtividade ou capacidade mínima do Serviço por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável.
- 24.1.10. A CONTRATANTE se reserva o direito a qualquer momento de realizar diligências e inspeções junto à CONTRATADA a fim de garantir a qualidade dos serviços prestados e para esclarecimento de dúvidas.

24.1.11. Faculta-se ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, sempre quando necessário, agendar reuniões periódicas de caráter gerencial ou técnico para avaliar os trabalhos, adotar resoluções e obter esclarecimento de pendências durante toda a vigência do contrato.

24.1.12. Efetuar o pagamento de acordo com as normas orçamentárias e financeira do DF.

24.2. DA CONTRATADA

24.2.1. A executar fielmente os serviços especificados no Projeto Básico, através de funcionários devidamente treinados e com bons antecedentes.

24.2.2. Designar por escrito, preposto(s) que tenha(m) poder(es) para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato.

24.2.3. Manter o número acordado de profissionais para a execução do serviço, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença, greve, falta ao serviço, demissão, etc.

24.2.4. Realizar, diariamente, por intermédio do preposto, o controle de frequência do pessoal em serviço.

24.2.5. Manter a quantidade de profissionais com as qualificações indicadas neste Projeto Básico, e acordados, para realizar, caso necessário, substituições.

24.2.6. Fazer seguro de seus trabalhadores contra riscos de acidente de trabalho, plano de saúde, responsabilizando-se também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

24.2.7. Obedecer, na execução e desenvolvimento do seu trabalho, as determinações do Ministério do Trabalho, bem como, a legislação técnica vigente e as normas e procedimentos internos do CONTRATANTE, de engenharia de segurança e medicina e meio ambiente do trabalho, que sejam aplicáveis à execução específica da atividade.

24.2.8. Cumprir as legislações Federais, Estaduais e Municipais que interfiram na execução dos serviços.

24.2.9. Reparar e corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, qualquer irregularidade na prestação dos serviços que lhe for comunicada, sem prejuízo da aplicação de penalidades e da rescisão contratual, se cabível.

24.2.10. Manter constante e permanente vigilância sobre os serviços executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe a responsabilidade por quaisquer perdas e danos que venham a ocorrer, desde que por comprovada culpa, durante a vigência do contrato.

24.2.11. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização dos serviços pelo CONTRATANTE.

24.2.12. Toda solução a que se refere este documento deverá estar implementada, assim como, os profissionais, devidamente habilitados, referidos neste termo, aptos em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

24.2.13. Manter seus empregados regularmente registrados segundo as normas da Consolidação das Leis do Trabalho, assumindo inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes dessas relações de emprego.

24.2.14. Manter a suas expensas apoio psicológico aos seus funcionários uma vez tratar-se de serviço de urgência e emergência com carga emocional elevada.

24.2.15. Apresentar, no momento do início da execução dos serviços, relação nominal de seus empregados separados por turno, constando os respectivos números de telefones para contato, em atividade nas dependências da CONTRATANTE, responsabilizando-se por todos os prejuízos que esses possam ocasionar no desempenho de suas atribuições;

24.2.16. A relação, a que se refere este item, deverá ser atualizada sempre que houver alteração no quadro de empregados;

24.2.17. Afastar imediatamente das funções designadas qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada pela CONTRATANTE inconveniente, substituindo-o para que não haja prejuízo ao serviço

24.2.18. Atender prontamente todas as recomendações da CONTRATANTE, que visem à regular execução do presente Projeto Básico;

24.2.19. Manter seu pessoal identificado por meio de crachás, com fotografia recente; e identificação de sua função hierárquica;

24.2.20. A empresa ou instituição CONTRATADA deverá alocar nos serviços funcionários contratados sob regime trabalhista de acordo com a CLT.

24.2.21. Empregar preferencialmente Pessoas com Necessidades Especiais nos serviços objeto do contrato, nos termos da legislação específica;

24.2.22. Realizar a gestão e administração do contrato e da equipe alocada, englobando recursos humanos, qualidade geral dos serviços e relatórios gerenciais;

24.2.23. Diligenciar na escolha de seus funcionários a serem alocados nos serviços, de forma que os mesmos possam deslocar-se, alimentar-se e desenvolver outras atividades de

subsistência sem depender de auxílio dos servidores públicos e do próprio CONTRATANTE;

24.2.24. Efetuar os exames médicos, físicos e psíquicos necessários nos funcionários envolvidos nos serviços, responsabilizando-se integralmente por sua habilitação para o desempenho e contexto das funções;

24.2.25. A Empresa ou Instituição CONTRATADA, não poderá subcontratar os funcionários a serem alocados nos serviços objeto do contrato, bem como não poderá subcontratar ou associar-se ou consorciar-se ou estabelecer aliança ou parceria com terceiros para a execução dos serviços e para prover os recursos de infraestrutura previstos neste documento;

24.2.26. Manter equipe de apoio composta por profissionais capacitados objetivando a manutenção da qualidade de atendimento de forma a suprir as necessidades detectadas pela CONTRATADA especialmente no que se refere ao item Perfis e Responsabilidades dos seus Profissionais.

24.2.27. Quando necessário e desde que planejado com antecedência mínima de 10 dias, o CONTRATANTE; poderá solicitar reciclagem e/ou treinamento técnico ou comportamental dos profissionais da CONTRATADA envolvidos nos serviços;

24.2.28. Toda e qualquer comunicação à CONTRATANTE deverá se efetuada por escrito, podendo ser realizada por meio eletrônico;

24.2.29. Manter durante toda a execução do ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Projeto Básico.

24.2.30. Manter o fornecimento necessário de materiais de escritório para o desenvolvimento das atividades determinadas neste Projeto Básico, como por exemplo: papel sulfite, caneta, grameador, etc.

24.2.31. Proporcionar, durante a execução dos serviços ora contratado, aos seus profissionais toda a assistência para as necessidades especiais que os mesmos apresentarem.

24.2.32. Manter sob sua responsabilidade as ações de treinamento e capacitação inicial de seus funcionários, referentes às atividades de teleatendimento e de radio-operação, relacionadas ao melhor desempenho e qualidade da prestação do serviço.

24.2.33. Cabe a CONTRATADA a documentação, através de registro individualizado, de todas as ações de treinamento, capacitação e aprimoramento contínuo de seus funcionários;

24.2.34. Cabe à CONTRATADA manter, dispor e apresentar seus funcionários para as ações de capacitação e treinamento citadas acima, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, assim como sua adequada substituição nos postos de atendimento e despacho durante estas ações.

24.2.35. Cabe à CONTRATADA a apresentação prévia do planejamento das ações de educação continuada à SES - DF.

25. MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

Com base na atual estrutura organizacional da SES/DF, a gestão do contrato será realizada por Comissão Executiva da SAIS/SES.

Assim em atendimento a Portaria nº 57 de 25 de abril de 2011, para a gestão da contratação em tela, serão indicados Servidores Públicos Estatutários do Quadro de Carreira da SES/DF, lotados preferencialmente SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF.

25.1. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

25.1.1. O representante da SES/DF, Gestor do Contrato, deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas ou defeitos observados.

25.1.2. No sentido de permitir a fiscalização do contrato de forma plena, poderá ser indicado um Gestor Local e seu Suplente para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA.

25.1.3. A existência de fiscalização da SES/DF de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA na prestação dos serviços a serem executados.

25.1.4. A SES/DF poderá exigir o afastamento de qualquer profissional ou Preposto da CONTRATADA que venha causar embaraço a fiscalização, ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.

25.1.5. Os servidores designados à fiscalização do contrato poderão recusar, sustar, mandar refazer ou fazer quaisquer falhas ou problemas inerentes ao fornecimento do objeto, que estejam em desacordo com o preestabelecido.

25.1.6. A SES/DF se reserva o direito, a qualquer momento durante a vigência do contrato, de aferir a solução contratada, realizando testes, auditorias por meio de ferramentas e recursos próprios ou empresas contratada para este fim.

25.1.7. Independente dos sistemas de acompanhamento e supervisão que serão exercidos pela CONTRATADA, a SES/DF exercerá o seu processo de supervisão e acompanhamento do Contrato através de um ou mais técnicos designados para este fim, sob a supervisão do Gestor

do Contrato.

25.1.8. Dentre as diversas funções do acompanhamento e supervisão a serem exercidas pela SES/DF pode-se destacar:

- 25.1.8.1. Homologação de planos de ação, produtos, serviços, relatórios e documentação.
- 25.1.8.2. Acompanhamento da execução.
- 25.1.8.3. Realização de reuniões de coordenação para planejamento, organização e avaliação da prestação dos serviços.
- 25.1.8.4. Proposição de modificação na sistemática de prestação de serviços e nos processos de trabalho.
- 25.1.8.5. Aprovação prévia de metodologias, práticas e tecnologias que melhor se empreguem à execução dos serviços no âmbito da SES/DF.

25.2. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

A contratação oriunda deste Projeto Básico será fiscalizada por comissões de servidores constituídas para esse fim, composta pelo Gestor do Contrato, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Fiscal Requisitante, indicados pela SES/DF, juntamente com seus respectivos suplentes.

25.2.1. GESTOR DO CONTRATO:

- 25.2.1.1. Entidade: CONTRATANTE, indicado pela SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF;
- 25.2.1.2. Responsabilidade:
 - a) Verificar a eficiência: utilização de recursos de computação alocados a Solução de Gestão, desempenho dos profissionais envolvidos, tempo e custo de execução;
 - b) Constatar a eficácia: validação dos resultados gerados pela Solução e verificação de conformidade (se os resultados oferecidos estão atendendo adequadamente às necessidades dos usuários); e
 - c) Atestar a segurança: segurança em comunicação quanto à veiculação de dados por meios de comunicação.
- 25.2.1.3. As decisões e providências que ultrapassem a competência do Gestor do Contrato serão solicitadas aos seus superiores.

25.2.2. FISCAL TÉCNICO

- 25.2.2.1. Entidade: CONTRATANTE
- 25.2.2.2. Responsabilidade:
 - a) Encaminhar pendências que possam gerar fato administrativo, analisar e gerar relatórios das faturas emitidas, incluindo apontar não conformidades e desvios de qualidade, verificar prazos dos serviços contratados e fiscalizar tecnicamente o Contrato.

25.2.3. FISCAL ADMINISTRATIVO

- 25.2.3.1. Entidade: CONTRATANTE
- 25.2.3.2. Responsabilidade:
 - a) Fiscalizar o Contrato, quanto aos aspectos administrativos.

25.2.4. FISCAL REQUISITANTE

- 25.2.4.1. Entidade: CONTRATANTE
- 25.2.4.2. Responsabilidade:
 - a) Fiscalizar o Contrato do ponto de vista funcional da Serviço;

25.2.5. PREPOSTO OU GERENTE DE RELACIONAMENTO

- 25.2.5.1. Entidade: CONTRATADA
- 25.2.5.2. Responsabilidade:
 - a) Acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento e execução contratual;
 - b) Negociar, junto ao Gestor do Contrato, termos e condições complementares a este documento para a realização dos serviços;
 - c) Gerenciar e supervisionar a execução dos serviços, franqueando ao Gestor do Contrato, a qualquer tempo, o acesso a seus registros, para efeito de acompanhamento e

fiscalização de serviços técnicos efetivamente utilizados;

d) Tratar com o Gestor do Contrato questões relevantes à sua execução e providenciar a regularização de faltas, falhas ou defeitos observados.

e) Elaborar e encaminhar relatório mensal de atividades para avaliação pelo Gestor do Contrato;

f) Encaminhar à SES/DF nota fiscal ou fatura dos serviços aferidos no período, conforme medição efetuada; e

g) Providenciar a entrega de todos os produtos/serviços/sistemas/objetos, documentos, referentes à prestação dos serviços.

26. DO PARECER TÉCNICO

O Parecer técnico será dado por equipe de técnicos lotados na SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF.

27. DO REPASSE DE CONHECIMENTO

27.1. Por se tratar de um contrato em regime emergencial, cuja o objetivo é a manutenção dos serviços da central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado, o presente contrato não contemplará transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

28. DA PROPRIEDADE E PROVIMENTO DOS SERVIÇOS

28.1. Os produtos aplicados ou resultantes da prestação de serviços da CONTRATADA, tais como estudos, relatórios, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, páginas na Intranet e Internet, documentação didática em papel ou em mídia eletrônica, projetos, sistemas, programas objetos ou executáveis, bases de dados, arquivos, interfaces, drivers e correlatos, desenvolvidos especificamente para este objeto, serão de propriedade patrimonial exclusiva da SES/DF nos termos do Art. 111 da Lei nº 8.666/93, concomitante com o Art. 4º da Lei nº 9.609/98.

29. FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Programa de Trabalho 10.303.6202.4216.0001 Aquisição de Medicamentos - Assistência à Saúde Pública - DF.

30. DO PAGAMENTO

30.1. Os pagamentos do contrato serão efetuados conforme as normas orçamentárias e fiscais em vigor.

30.2. O serviço a ser contratado é prestado de forma contínua com pagamento em parcelas mensais mediante ateste das faturas de prestação do serviço.

30.3. A Nota Fiscal da empresa CONTRATADA deve ser emitida com data posterior ao Aceite do Recebimento e apresentado juntamente com o Termo de Aceite para o Gestor do Contrato. O pagamento se dará em até 30 (trinta) dias após o Gestor do Contrato receber o Termo de Aceite do Recebimento e as Notas Fiscais da Contratada.

30.4. As eventuais penalidades serão abatidas na fatura do mês subsequente ao da prestação de serviços, exceto no último mês do Contrato, cuja fatura já deverá contemplar todos os excedentes e eventuais penalidades.

31. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

31.1. Nos casos de atrasos injustificados ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração aplicar-se-ão as sanções administrativas estabelecidas no Decreto nº 26.851 de 30 de maio de 2006 e alterações previstas no Decreto nº 35.831 de 19 setembro de 2014, que regulamenta a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02.

32. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

32.1. É dispensada a elaboração dos Estudos Preliminares de acordo com o Art. 20, III, §2º, alínea b da IN nº5/2017.

Art. 20. O Planejamento da Contratação, para cada serviço a ser contratado, consistirá nas seguintes etapas:

I - Estudos Preliminares;

II - Gerenciamento de Riscos; e

III - Termo de Referência ou Projeto Básico.

§ 1º As situações que ensejam a dispensa ou inexigibilidade da licitação exigem o cumprimento das etapas do Planejamento da Contratação, no que couber.

§ 2º Salvo o Gerenciamento de Riscos relacionado à fase de Gestão do Contrato, as etapas I e II do **caput** ficam dispensadas quando se tratar de:

a) contratações de serviços cujos valores se enquadram nos limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993; ou

b) contratações previstas nos incisos IV e XI do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

33. DESCRIÇÃO DOS APÊNDICES QUE INTEGRAM O PROJETO BÁSICO

Apêndice I – Termo de Confidencialidade de Informações.

Apêndice II – Modelo de Proposta.

34. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO

Cleitiana da Cruz de Almeida - Matrícula: 1.680.265-9 - SES/SUAG/CEIC - Integrante Administrativo

Diogo de Amorim Barros - Matrícula: 1.672.076-8 - SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF - Integrante Demandante

Samara Furtado Carneiro - Matrícula: 196.789-4 - DIASF/CATES/SAIS/SES - Integrante Demandante

Autoridade Imediatamente Superior pela Aprovação do Projeto Básico:

Aprovamos o presente Projeto Básico, em conformidade com o artigo 20, inciso XIX da Portaria 210/2017 - SES/DF.

Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde
SAIS/SES

Apêndice I - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

A **CONTRATANTE**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº XXX, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **Empresa** estabelecida à _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pelo **S.r.** _____, (cargo) _____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, (profissão) _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliado em _____, e, sempre que em conjunto referidas como PARTES para efeitos deste **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, doravante denominado simplesmente **TERMO**, e, **CONSIDERANDO** que, em razão do atendimento à exigência do Contrato Nº XX/20XX, celebrado pelas PARTES, doravante denominado **CONTRATO**, cujo objeto é a **<objeto do contrato>**, mediante condições estabelecidas pelo **CONTRATO**;

CONSIDERANDO que o presente **TERMO** vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de **INFORMAÇÕES**, que a **CONTRATADA** tiver acesso em virtude da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Ministério da Saúde de que a **CONTRATADA** tomar conhecimento em razão da execução do **CONTRATO**, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às **INFORMAÇÕES**;

A **CONTRATANTE** estabelece o presente **TERMO** mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste **TERMO** é prover a necessária e adequada **PROTEÇÃO ÀS INFORMAÇÕES** da **CONTRATANTE**, principalmente aquelas classificadas como **CONFIDENCIAIS**, em razão da execução do **CONTRATO** celebrado entre as **PARTES**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

Parágrafo Primeiro: As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** reveladas pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo: A **CONTRATADA** se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** que venham a ser fornecidas pelo **CONTRATANTE**, a partir da data de assinatura deste **TERMO**, devendo ser tratadas como **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com

tratamento diferenciado pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: A **CONTRATANTE**, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as **INFORMAÇÕES** que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

Parágrafo Único: As obrigações constantes deste **TERMO** não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

1. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das PARTES;
2. Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente **TERMO**;
3. Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as PARTES cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** se compromete a utilizar as **INFORMAÇÕES** reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo segundo: A **CONTRATADA** se compromete a não efetuar qualquer cópia das **INFORMAÇÕES** sem o consentimento prévio e expresso da **CONTRATANTE**.

1. O consentimento mencionado no Parágrafo segundo, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das PARTES.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste **TERMO** e da natureza confidencial das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: A **CONTRATADA** deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quinto: Cada PARTE permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo Sexto: O presente **TERMO** não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

1. Os produtos gerados na execução do **CONTRATO**, bem como as **INFORMAÇÕES** repassadas à **CONTRATADA**, são única e exclusiva propriedade intelectual do **MI CONTRATANTE**.

Parágrafo Sétimo: A **CONTRATADA** firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao **CONTRATO**, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.

Parágrafo Oitavo: A **CONTRATADA** obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativo aos produtos gerados e às **INFORMAÇÕES** que venham a ser reveladas durante a execução do **CONTRATO**.

CLÁUSULA QUINTA - DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

Parágrafo Único: Todas as **INFORMAÇÕES** reveladas pelas PARTES permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

1. A **CONTRATADA** deverá devolver íntegros, e integralmente todos os documentos a ela fornecidos, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada pelo **CONTRATANTE** para entrega, ou quando não mais for necessária a manutenção das Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias.
2. A **CONTRATADA** deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham Informações Confidenciais do **CONTRATANTE**, quando não mais for necessária a manutenção dessas Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer

nas penalidades previstas neste Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

Parágrafo Único: O presente **TERMO** tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até 05 (cinco) anos após o término do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Parágrafo Único: A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na **RESCISÃO DO CONTRATO** firmado entre as PARTES. Neste caso, a **CONTRATADA**, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo **CONTRATANTE**, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro: Este **TERMO** constitui vínculo indissociável ao **CONTRATO**, que é parte independente e regulatória deste instrumento.

Parágrafo Segundo: O presente **TERMO** constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento de **INFORMAÇÕES**, principalmente as **CONFIDENCIAIS**, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas **PARTES** em ações feitas direta ou indiretamente.

Parágrafo Terceiro: Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste **TERMO** ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as **PARTES** tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: O disposto no presente **TERMO** prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à **CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES**.

Parágrafo Quinto: A omissão ou tolerância das PARTES, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetar os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Parágrafo Único: Fica eleito o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **TERMO**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estar justa e estabelecida às condições, a **CONTRATADA** assina o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Brasília/DF, ____ de _____ de 20xx.

Nome do Diretor ou representante legal da empresa

Cargo

CPF nº

Gestor do Contrato

Matrícula

<<Cargo/Função>>

<<Setor/Departamento>>

Fiscal Técnico do Contrato

Matrícula

<<Cargo/Função>>

Apêndice II - MODELO DE PROPOSTA

(Em papel timbrado da empresa)

À

Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

SAIN, Parque Rural S/Nº, bloco C, 1º andar

Asa Norte, Sede da SES/DF - Plano Piloto

CEP: 70086-900- Brasília, DF

Referência: Pregão Eletrônico SRP nº ____/____

Proposta que faz a empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____ estabelecida no(a) _____, para Dispensa de Licitação para futura Contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada para prestação de serviço de recursos humanos especializados de **central telefônica** ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) e serviço de **entrega de medicamentos em domicílio** e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos.

O valor total de proposta é de _____ (em algarismo e por extenso), para 180 (cento e oitenta) dias de contrato.

Os preços apresentados estão incluídos todas as despesas relativas à entrega, impostos, fornecimento, instalação, manutenção, customização, taxas, fretes, seguros e demais encargos e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS/LOTE/ITEM

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. TOTAL	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (6 MESES)
1	Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando <u>agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente</u> (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).	6 Meses (180 dias)	Serviço	R\$ -	R\$ -	R\$ -
VALOR TOTAL MENSAL						
VALOR GLOBAL (6 MESES)						

Nome do Diretor ou representante legal da empresa

Cargo

CPF nº

APÊNDICE III – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento, sendo que um dos seus principais objetivos é a busca da eficiência com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitem e estimulem a melhoria constante dos serviços prestados.

As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo para sua aferição mensal.

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Nº 1 - Central de atendimento	
Nº + Título do Indicador que será utilizado	
Item	Descrição
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de medição	
Forma de acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de Cálculo	
Início de Vigência	
Faixas de ajuste no pagamento	
Sanções	
Observações	
Exemplo de Indicador	
Nº 01 Prazo de atendimento de demandas (OS).	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do órgão.
Meta a cumprir	24h

Instrumento de medição	Sistema informatizado de solicitação de serviços - Ordem de Serviço (OS) eletrônica.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Cada OS será verificada e valorada individualmente. Nº de horas no atendimento/24h = X
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	X até 1 - 100% do valor da OS De 1 a 1,5 - 90% do valor da OS De 1,5 a 2 - 80% do valor da OS
Sanções	20% das OS acima de 2 - multa de XX 30% das OS acima de 2 - multa de XX + rescisão contratual
Observações	

Nº 2 - Entrega de Medicamentos em Domicílio	
Entregas realizadas	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a realização das entregas dos medicamentos padronizados no âmbito do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica aos usuários cadastrados, conforme especificado neste termo de referência.
Meta a cumprir	Realizar no mínimo 95% das entregas domiciliares agendadas (no limite máximo de 5.000 entregas/mês)
Documento de medição	Relatório de entregas realizadas.
Forma de acompanhamento	Monitoramento por meio dos relatórios das entregas.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Parâmetro: % (percentual) mensal de entregas domiciliares realizadas. Cálculo: (Quantidade de entregas realizadas dividido pela quantidade de entregas agendadas) x 100 = X
Início de Vigência	Início das atividades de Entrega de Medicamento em Domicílio, conforme cronograma de implantação.
Faixas de ajuste no pagamento	X maior ou igual a 95% = pagamento de 100 % do valor previsto para o item 6. Para X menor que 95% = pagamento de X vezes o valor previsto para o subitem item 6.
Sanções	Multa de 1% do valor mensal previsto para o contrato para cada 1% abaixo da meta.
Observações	Serão desconsideradas do cálculo as entregas não realizadas que estejam devidamente justificadas. em que fique comprovada a ausência de culpa da CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **SAMARA FURTADO CARNEIRO - Matr.0196789-4**, **Diretor(a) de Assistência Farmacêutica**, em 18/03/2020, às 17:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CLEITIANA DA CRUZ DE ALMEIDA - Matr.1680265-9**, **Membro da Comissão de Elaboração de Instrumentos de Contratação**, em 18/03/2020, às 17:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO DE AMORIM BARROS - Matr.1672076-8**, **Gerente do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica**, em 18/03/2020, às 17:32, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MOEMA LIZIANE SILVA CAMPOS - Matr.0158991-1**, **Subsecretário(a) de Atenção Integral à Saúde**, em 18/03/2020, às 19:06, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **37293085** código CRC= **1963EFC7**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão de Elaboração de Instrumentos de Contratação

Despacho - SES/SUAG/CEIC

Brasília-DF, 18 de março de 2020.

À GEAPRE

Senhor Gerente,

Trata o presente de **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente.**

Isto posto, encaminhamos os autos para análise do Projeto Básico e seguimento do processo de aquisição.

Atenciosamente,

**Membro da Comissão de Elaboração de Instrumentos de Contratação
CEIC/SUAG/SES**



Documento assinado eletronicamente por **CLEITIANA DA CRUZ DE ALMEIDA - Matr.1680265-9, Membro da Comissão de Elaboração de Instrumentos de Contratação**, em 18/03/2020, às 17:42, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **37297742** código CRC= **55AEE249**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Gerência de Análise e Preparação

Tabela - SES/SUAG/DIAQ/GEAPRE

ANÁLISE DO PROJETO BÁSICO - PB (Dispensa de Licitação - Inciso IV) – GEAPRE/DIAQ/SUAG/SES				
Itens a serem analisados		SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
1	Do Título/Nomenclatura - "PROJETO BÁSICO"	x		
2	Do Objeto	1		
3	Caracterização da situação emergencial (Justificativa)	2		
	Fatos que levaram a situação emergencial (Justificativa)	2		
	Peculiaridades da situação emergencial (Justificativa)	2		
4	Da Subcontratação e do Consórcio	3		
5	Do Enquadramento do Objeto	4		
6	Da Descrição Detalhada do objeto	5		
	Da equivalência do PB com o DCD	37293085; 37291643		
	Da Quantidade	2.2; 5		
	Da Unidade de fornecimento	5		
	Do CMM (ou justificativa do quantitativo)	2.3		
	Do Código BR	5		
	Do Código SES			x
7	Das Sanções administrativas	31		
8	Do Contrato, se houver. (contratos emergenciais não podem ultrapassar 180 dias)	18		
	Das Obrigações da Contratante	24.1		
	Das Obrigações da Contratada	24.2		
	Da Forma de Pagamento	30; 29		
	Do Prazo de entrega/execução do objeto	20		
	Do Local e horário de entrega/execução do objeto/ instalação			x
	Dos Critérios para o Recebimento do Produto			x
9	Do Valor Estimado	13		
10	Da Previsão Orçamentária			
11	Do Critério de Julgamento das Propostas	15		

12	Da Justificativa da Aquisição por Lotes, se for o caso			
13	Da Validade da Proposta	15.1		
14	Da Amostra - Critério objetivos para avaliação			x
15	Das Exigências Técnicas para a Proposta			x
16	Da Habilitação Técnica ou Qualificação Técnica	16.2		
17	Da Garantia Contratual	11		
18	Da Garantia Técnica			x
19	Da Assistência Técnica			x
20	Da equivalência de prazos entre a Garantia Técnica, a Assistência Técnica e o Contrato, se houver			x
21	Do Parecerista	26		
22	Do Executor do Contrato - Diferente do elaborador do PB	25.2.1		
23	Do Elaborador do Projeto Básico (nome/matricula/cargo, com assinatura e rubrica em todas as páginas)	x		
24	Da Aprovação Expressa pela Autoridade Superior Competente (nome/matricula/cargo, com assinatura e rubrica em todas as páginas)	x		
26	Da pesquisa por Atas de Registro de Preços - Adesão - Parecer 027/2015 da PGDF			x



Documento assinado eletronicamente por **BRENDA DOS REIS PRATES MARINHO - Matr.1695136-0, Gerente de Análise e Preparação**, em 18/03/2020, às 18:36, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 verificador= **37299271** código CRC= **E28F77F1**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria de Instrução para Aquisição
Gerência de Análise e Preparação

Despacho - SES/SUAG/DIAQ/GEAPRE

Brasília-DF, 18 de março de 2020.

SES/SUAG/GEAQ

À Gerência,

Trata o presente de Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente.

Seguem os autos para prosseguimento de instrução para aquisição, dada a emergencialidade da necessidade de contratação análise sob ID 37299271.

Vale ressaltar que esta gerência não entrou no mérito técnico da questão.

Atenciosamente,

Brenda dos Reis Prates Marinho
Gerência de Análise e Preparação
Gerente



Documento assinado eletronicamente por **BRENDA DOS REIS PRATES MARINHO - Matr.1695136-0, Gerente de Análise e Preparação**, em 18/03/2020, às 18:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=37300604 código CRC= **2AD20FB0**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria de Aquisições Especiais
Gerência de Aquisições Especiais

Ofício Nº 60/2020 - SES/SUAG/DAESP/GEAQ

Brasília-DF, 18 de março de 2020.

Às empresas interessadas em participar desta cotação,

Tendo em vista a necessidade de ações e procedimentos no que diz respeito a resposta à epidemia de *SARS COV 2 (COVID - 19)* no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) e amparados no Art 9º do Decreto Distrital nº 40.475, de 28 de fevereiro de 2020, que declara situação de emergência no âmbito do Distrito Federal, em razão da pandemia do novo coronavírus, a Subsecretaria de Administração Geral – SUAG/SES convoca Vossa Senhoria a apresentar proposta de preços até às 10 h do dia 20 de março de 2020, sexta-feira, por meio dos e-mails dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com; gepp.diaq@saude.df.gov.br; referentes à **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente** (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis), conforme descrição, características, prazos, condições, obrigações e demais informações constantes no Projeto Básico (37050581).

A proposta deverá:

- Apresentar cotação de forma eletrônica (digital) para o serviço descrito no Projeto Básico devendo discriminar pormenorizadamente o serviço cotado, contendo o nome da empresa proponente, endereço, números do CNPJ e da inscrição estadual ou do Distrito Federal, estando em papel timbrado, datada e assinada e com a especificação em conformidade com o solicitado - APÊNDICE II - MODELO DE PROPOSTA;

- Conter preço unitário e total do item, expresso em algarismo e por extenso em moeda nacional. Havendo divergência entre o preço unitário e o total do produto ofertado, prevalecerá o primeiro, e entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

- Conter Declaração expressa de que os preços oferecidos englobam todos os tributos, fretes, seguros e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta dispensa de licitação;

- Apresentar prazo de validade que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega;

- Apresentar dados bancários em atendimento ao Artigo 6º do Decreto 32767 de 17 de fevereiro de 2011:

Art. 6º Os pagamentos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A - BRB.

Parágrafo único. Excluem-se das disposições do caput deste artigo:

I. - os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública Federal;

II. - os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;

III. - os pagamentos a empresas de outros Estados da Federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

A contratada ficará obrigada a prestar o serviço de acordo com o Projeto Básico.

Certos de contarmos com vossa união nos esforços em prol da causa de saúde pública, solicitamos confirmação de recebimento do ofício e apresentação de proposta.

IOHAN ANDRADE STRUCK

Subsecretário de Administração Geral

Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

Setor de Áreas Isoladas Norte, Parque Rural S/N, Bloco A, 1º Andar, Sala 74, Asa Norte

CNPJ: 00394700/0001-08, – Brasília – DF

Tel.: (61) 2017- 1145 - Ramal: 1063

E-mail: dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com; gepp.diaq@saude.df.gov.br;



Documento assinado eletronicamente por **IOHAN ANDRADE STRUCK - Matr.1677744-1**, **Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 18/03/2020, às 19:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=37301064 código CRC= **79E48E2B**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

Convocação para proposta

Dispensa de Licitação <dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com>

18 de março de 2020 19:13

Para: Dispensa de Licitação <dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com>, gepp.diaq@saude.df.gov.br
Cco: BELI@pvax.com.br, MAX.TREVISAN@logfarma.com.br, ANDRE@kompazosaude.com.br, Anderson.souza@apollo.med.com.br, TANAKA@utclg.com.br, ANDERSON.CABRAL@voetur.com, MARCELO.OTTONI@invisual.com.br, EVANIRCAETANO@correios.com.br, CVASCONCELLOS@correio.com.br, NVANDRESEN@correios.com, COORDVENDASBSB@tiradentessaude.com.br, hugo lima <hugocarvalho@correios.com.br>, COMERCIAL.DF@quickdelivery.com.br, VTC LOG <licitacao.vtclog@vtclog.com.br>, licitacoes@tiradentessaude.com.br, Marcelo.Fonseca@unihealth.com.br, kaue.santos@conlicitacao.com.br, comercial@logfarma.com.br, Fernanda.costa@rvimola.com.br, beli@pvax.com.br, Thais.Silva@unihealth.com.br, sp.renato@cemedlog.com.br, kferreira@interobrasil.com.br, DONIZETECALIL@hotmail.com, Fernando.araujo@repress.com.br, Cristian@unifarma.net, comercial.df@quickdelivery.com.br, ggecom@brbservicos.com.br

Tendo em vista a necessidade de ações e procedimentos no que diz respeito a resposta à epidemia de SARS COV 2 (COVID - 19) no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) e amparados no Art 9º do Decreto Distrital nº 40.475, de 28 de fevereiro de 2020, que declara situação de emergência no âmbito do Distrito Federal, em razão da pandemia do novo coronavírus, a Subsecretaria de Administração Geral – SUAG/SES convoca Vossa Senhoria a apresentar proposta de preços até às 10 h do dia 20 de março de 2020, sexta-feira, por meio dos e-mails dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com; gepp.diaq@saude.df.gov.br; referentes à **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE** (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, **contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente** (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis), conforme descrição, características, prazos, condições, obrigações e demais informações constantes no Projeto Básico (ANEXO).

Certos de contarmos com vossa união nos esforços em prol da causa de saúde pública, solicitamos confirmação de recebimento do ofício e apresentação de proposta.

IOHAN ANDRADE STRUCK

Subsecretário de Administração Geral

--

Gerência de Aquisições Especiais - GEAQ/DAESP.
Diretoria de Aquisições Especiais - DAESP/SUAG.
Subsecretaria de Administração Geral - SUAG.
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES-DF.
Setor de Áreas Isoladas Norte, Parque Rural S/N, Bloco A, 1º Andar, Sala 74 Asa Norte.
CNPJ: 00394700/0001-08, CEP: 70.770-200 – Brasília DF.
Tel.: (61) 2017-1046

2 anexos



Ofício.pdf
119K



Projeto Básico.pdf
352K



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Aquisições Especiais

Gerência de Aquisições Especiais

Despacho - SES/SUAG/DAESP/GEAQ

Brasília-DF, 20 de março de 2020.

À

SUAG

Trata o presente processo do Memorando 78 (37266072), no qual o Secretário de Estado de Saúde determina "a contratação emergencial, no prazo de 48 horas, dos serviços de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis), bem como empresa especializada na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas, a qual ficará como responsável pelo desenvolvimento e execução dos meios de comunicação, digo, *softwares* que possibilitarão o desempenho dos serviços de entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados na rede pública de saúde do Distrito Federal, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades, quanto pelo tempo de espera pelo atendimento, conforme se depreende do bojo do processo nº 00060-00107460/2020-04, onde resta estampado o alinhamento estratégico, bem como os benefícios e resultados a serem alcançados pela presente medida".

Feita a instrumentalização da demanda por meio do Projeto Básico (37293085), foi elaborado o Ofício 60 (37301064) para a convocação das empresas para o recebimento das propostas (37383728) até as 10 horas do dia 20 de março de 2020, no entanto, até presente momento, não recebemos nenhuma proposta. Diante do exposto, encaminhamos os autos a Vossa Senhoria para conhecimento e orientações sobre o fluxo da condução do presente processo, tendo em vista o disposto no Despacho SES/SUAG 37292833.

Atenciosamente,

ERIKA MESQUITA TEIXEIRA

Gerente de Aquisições Especiais

EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO

Diretor de Aquisições Especiais



Documento assinado eletronicamente por **ERIKA MESQUITA TEIXEIRA - Matr.1693597-7, Gerente de Aquisições Especiais**, em 20/03/2020, às 15:21, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO - Matr.1437033-6, Diretor(a) de Aquisições Especiais**, em 20/03/2020, às 15:21, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **37383752** código CRC= **535E86C3**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

CEP: 70086-900- Brasília, DF

O valor total de proposta é de R\$ 26.511.446,04 (vinte e seis milhões, quinhentos e onze mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e quatro centavos), para 180 (cento e oitenta) dias de contrato. Os preços apresentados estão incluídos todas as despesas relativas à entrega, impostos, fornecimento, instalação, manutenção, customização, taxas, fretes, seguros e demais encargos e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

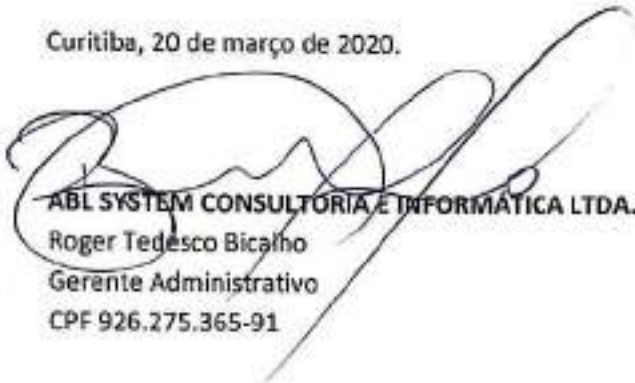
Validade da Proposta: 90 (noventa) dias

Scanned with CamScanner



Declaramos, que todos os custos relativos a transporte, frete, e custos relativos à entrega de materiais complementares à prestação de serviços, deverão já constar no custo total efetivo das propostas para contratação do serviço.

Curitiba, 20 de março de 2020.



ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA.
Roger Tedesco Bicalho
Gerente Administrativo
CPF 926.275.365-91

04 099 948/0001-05
ABL SYSTEM CONSULTORIA E
INFORMÁTICA LTDA
Rua Augusto Stresser, 453
Juvevê - CEP 80030-340
Curitiba - PR

Rua Augusto Stresser, 453. Curitiba – PR – Brasil - CEP 80.030-340 – Fone: +55 (41) 3078-4747
grupoabl.com.br

Proposta para contrato emergencial 00060-00170460/2020-04

Roger Tedesco Silva Bicalho <roger.bicalho@grupoabl.com.br>
 Para: dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com

20 de março de 2020 17:13

Ex.mo Subsecretário de Administração Geral Dr. Iohan A. Struck

Boa tarde.

Encaminhamos em anexo proposta que faz a empresa **ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA.** inscrita no **CNPJ nº 04.099.848/0001-05** estabelecida na **Rua Augusto Stresser, 453 Juvevê – Curitiba – Paraná**, para Dispensa de Licitação para futura Contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada para prestação de serviço de recursos humanos especializados de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) e serviço de entrega de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos.

Desde já nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,



Roger Bicalho
Gerente Administrativo

Administrativo
 +55 (41) 99203-5693 | +55 (41) 3078-4747

Grupo ABL - www.grupoabl.com.br
 Curitiba/PR - R. Augusto Stresser, 453, Alto da Glória

 **ABL SYSTEM_PROPOSTA_EMERGENCIAL_00060-0170460_2020_04.pdf**
 742K



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Aquisições Especiais

Gerência de Aquisições Especiais

Despacho - SES/SUAG/DAESP/GEAQ

Brasília-DF, 23 de março de 2020.

À

SUAG

Trata o presente processo do Memorando 78 (37266072), no qual o Secretário de Estado de Saúde determina "a contratação emergencial, no prazo de 48 horas, dos serviços de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis), bem como empresa especializada na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas, a qual ficará como responsável pelo desenvolvimento e execução dos meios de comunicação, digo, *softwares* que possibilitarão o desempenho dos serviços de entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados na rede pública de saúde do Distrito Federal, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades, quanto pelo tempo de espera pelo atendimento, conforme se depreende do bojo do processo nº 00060-00107460/2020-04, onde resta estampado o alinhamento estratégico, bem como os benefícios e resultados a serem alcançados pela presente medida".

Feita a instrumentalização da demanda por meio do Projeto Básico (37293085), foi elaborado o Ofício 60 (37301064) para a convocação das empresas para o recebimento das propostas (37383728) até as 10 horas do dia 20 de março de 2020. Em que pese tenhamos elaborado o Despacho SES/SUAG/DAESP/GEAQ 37383752, informamos que recebemos apenas uma proposta (37433072) da empresa ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA., porém foi enviada no dia 20 de março de 2020 às 17:13 (37434525), ou seja, fora do prazo estipulado. Diante do exposto, encaminhamos os autos a Vossa Senhoria para conhecimento e orientações sobre o fluxo da condução do presente processo, tendo em vista o disposto no Despacho SES/SUAG 37292833.

Atenciosamente,

ERIKA MESQUITA TEIXEIRA

Gerente de Aquisições Especiais

EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO

Diretor de Aquisições Especiais



Documento assinado eletronicamente por **ERIKA MESQUITA TEIXEIRA - Matr.1693597-7, Gerente de Aquisições Especiais**, em 23/03/2020, às 11:10, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO - Matr.1437033-6, Diretor(a) de Aquisições Especiais**, em 23/03/2020, às 11:10, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **37434579** código CRC= **5DF1EF81**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Administração Geral

Despacho - SES/SUAG

Brasília-DF, 24 de março de 2020.

À GEAQ/DAESP/SUAG/SES,

Trata o presente processo do Memorando 78 (37266072), no qual o Secretário de Estado de Saúde determina "a contratação emergencial, no prazo de 48 horas, dos serviços de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis), bem como empresa especializada na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas, a qual ficará como responsável pelo desenvolvimento e execução dos meios de comunicação, digo, *softwares* que possibilitarão o desempenho dos serviços de entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados na rede pública de saúde do Distrito Federal, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades, quanto pelo tempo de espera pelo atendimento, conforme se depreende do bojo do processo nº 00060-00107460/2020-04, onde resta estampado o alinhamento estratégico, bem como os benefícios e resultados a serem alcançados pela presente medida".

Considerando a situação de enfrentamento ao Corona Vírus, solicita-se estender o prazo para apresentação de propostas até quinta-feira 24/03/2020 as 15 horas.

IOHAN ANDRADE STRUCK

Subsecretaria de Administração Geral

Subsecretário



Documento assinado eletronicamente por **IOHAN ANDRADE STRUCK - Matr.1677744-1**, **Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 24/03/2020, às 11:32, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.





A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **37508690** código CRC= **3BB62898**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

(61)3348-6123

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 37508690



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Administração Geral

Ofício Nº 349/2020 - SES/SUAG

Brasília-DF, 24 de março de 2020.

A Secretaria de Saúde do Distrito federal, neste ato representada pela Subsecretaria de Administração Geral - SUAG/SES convoca as empresas interessadas para participar da Dispensa de Licitação, a qual será instruída com fundamento no inciso IV, artigo 24 da Lei nº 8.666/93, regime que institui normas para licitações e contratos no âmbito da Administração Pública.

O objeto do presente refere-se à aquisição do insumo conforme descrição, características, prazos, condições, obrigações e demais informações constantes na tabela abaixo e no Projeto Básico anexo.

Item	Objeto	Unidade	Quantidade
01	Contratação emergencial de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos	Serviço	6 meses (180 dias)

	a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).		
--	---	--	--

1. DO ENVIO DA PROPOSTA

1.1. A proposta comercial deverá ser enviada em papel timbrado; com todas as folhas rubricadas e numeradas; assinada pelo representante legal da empresa; via endereço eletrônico dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com, até o dia **30/03/2020**, às 15 horas.

- Passada a fase de recebimento das propostas, as mesmas serão avaliadas de acordo com os critérios de aceitação previstos no Projeto Básico. A empresa, cuja proposta tenha sido aprovada após avaliação técnica e que tenha ofertado menor preço pelo item a ser adquirido, deverá encaminhar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados a partir da solicitação, que será feita por meio do correio eletrônico contantes da proposta, toda a documentação de habilitação solicitada neste Ofício Circular, bem como no Projeto Básico.
- A documentação necessária à habilitação deverá ser apresentada por meio digital, autenticada por cartório competente ou validável digitalmente.
- **Somente serão aceitas as documentações por meio eletrônico, na forma acima citada.** Caso se faça necessário e devidamente motivado, serão solicitadas as documentações originais, de forma a verificar se a documentação apresentada previamente corresponde à original e para posterior arquivamento, conforme Portaria nº 459/2016 SEPLAG-DF, artigo 16, II.

2. DA PROPOSTA DE PREÇO

2.1. A Proposta de Preços deverá:

2.1.1. Conter o número deste ofício;

2.1.2. ser digitada, assinada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo a Razão Social, CNPJ, endereço da firma e dados bancários;

2.1.3. apresentar dados bancários, em atendimento ao artigo 6º do Decreto nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011;

2.1.4. Para as empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto, deverão apresentar o número da conta corrente e agência que deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011, publicado no DODF nº 35, pág. 3, de 18 de fevereiro de 2011.

2.1.5. conter preço unitário e total de cada item, expressos em algarismo e por extenso em moeda nacional. Havendo divergência entre o preço unitário e o total do produto ofertado, prevalecerá o primeiro, e entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

2.1.6. conter declaração expressa que os preços oferecidos englobam todos os tributos, fretes, seguros e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta Dispensa;

2.1.7. conter a indicação de uma única marca para cada item, sem prejuízo da indicação de todas as características do produto cotado, com especificações claras e detalhadas, inclusive tipo, referência, observadas as especificações constantes no Projeto Básico;

2.1.8. ter prazo de validade expresso, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega;

2.1.9. conter declaração expressa que a contratada ficará obrigada a fazer a entrega do material ou executar o serviço de acordo com o Projeto Básico.

3. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 3.1. Cédula de Identidade do responsável pela assinatura do contrato;
- 3.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 3.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 3.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 3.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4. DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

- 4.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);
- 4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 4.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme preconizado no artigo 1º do Decreto nº 6.106/2007;
- 4.4. Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Governo do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br;
- 4.5. Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, nos termos da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;
- 4.6. Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no artigo 4º do Decreto nº 6.106, de 30 de abril de 2007;
- 4.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 4.8. Nos termos do artigo 29, inciso III, da Lei nº 8.666/93, a regularidade fiscal deve ser comprovada em relação às fazendas Públicas (Distrital e Federal), independentemente do ramo de atividade do licitante;
- 4.9. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 5.1. Registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- 5.2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;

5.3. Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

6. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

6.2. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

7. OUTRAS DECLARAÇÕES

7.1. Declaração, sob as penas da lei, da superveniência de fato impeditivo da habilitação exigida; somente se houver fato impeditivo;

7.2. Declaração de que não utiliza mão-de-obra, direta ou indireta, de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666/93;

7.3. De acordo com a Portaria nº 356 de 29 de junho de 2019, da Controladoria Geral do Distrito Federal, a empresa participante deverá apresentar, na fase da licitação com vistas à habilitação jurídica e no ato na assinatura do contrato, declaração de que não possui servidor da Administração direta ou indireta no quadro societário da empresa, conforme Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019;

7.4. Declaração de que a empresa proponente tomou conhecimento de todos os critérios e exigências descritas no Projeto Básico, bem como no presente Ato Convocatório;

7.5. Em caso de divergência entre o presente Ato Convocatório e o Projeto Básico, prevalecerá as normas constantes do Projeto Básico;

7.6. Informamos que, para habilitação, as empresas deverão estar devidamente cadastradas e habilitadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

7.7. O proponente, cuja habilitação no SICAF, indicar documentos com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

7.8. É obrigatório à contratada manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, sob pena de rescisão do contrato e da execução da garantia para ressarcimento ao erário, além das penalidades já previstas em lei (artigos 55, inciso XIII, 78, inciso III, e 87 da Lei nº 8.666/1993).

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria do Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

IOHAN ANDRADE STRUCK

Subsecretaria de Administração Geral - SES/DF

Subsecretário



Documento assinado eletronicamente por **IOHAN ANDRADE STRUCK - Matr.1677744-1**, **Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 24/03/2020, às 12:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=37510147 código CRC= **04D10679**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF
(61)3348-6123

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 37510147



Dispensa de Licitação <dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com>

DISPENSA DE LICITAÇÃO OFÍCIO 349/2020**Dispensa de Licitação** <dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com>

24 de março de 2020 17:38

Para: Dispensa de Licitação <dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com>

Cco: BELI@pvax.com.br, MAX.TREVISAN@logfarma.com.br, ANDRE@kompazosaude.com.br, Anderson.souza@apollo.med.com.br, TANAKA@utclg.com.br, ANDERSON.CABRAL@voetur.com, MARCELO.OTTONI@invisual.com.br, EVANIRCAETANO@correios.com.br, CVASCONCELLOS@correio.com.br, NVANDRESEN@correios.com, COORDVENDASBSB@tiradentessaude.com.br, hugo lima <hugocarvalho@correios.com.br>, COMERCIAL.DF@quickdelivery.com.br, VTC LOG <licitacao.vtclog@vtclog.com.br>, licitacoes@tiradentessaude.com.br, Marcelo.Fonseca@unihealth.com.br, kaue.santos@conlicitacao.com.br, comercial@logfarma.com.br, Fernanda.costa@rvimola.com.br, beli@pvax.com.br, Thais.Silva@unihealth.com.br, sp.renato@cemedlog.com.br, kferreira@interobrasil.com.br, DONIZETECALIL@hotmail.com, Fernando.araujo@repress.com.br, Cristian@unifarma.net, comercial.df@quickdelivery.com.br, ggecom@brbsservicos.com.br, roger.bicalho@grupoabl.com.br, lbdtrust@lbdtrust.com.br, comercial@2aliancas.com.br, rodoseg-transportes@outlook.com, documentacao@logfarma.com.br, licitacao@voetur.com.br, VTC LOG <Licitacao.vtclog@vtclog.com.br>, comercial@pvax.com.br, anderson.salmazo@grupotpc.com

A Secretaria de Saúde do Distrito federal, neste ato representada pela Subsecretaria de Administração Geral - SUAG/SES convoca as empresas interessadas para participar da Dispensa de Licitação, a qual será instruída com fundamento no inciso IV, artigo 24 da Lei nº 8.666/93, regime que institui normas para licitações e contratos no âmbito da Administração Pública.

O objeto do presente refere-se à aquisição do insumo conforme descrição, características, prazos, condições, obrigações e demais informações constantes na tabela abaixo e no Projeto Básico anexo.

Item	Objeto	Unidade	Quantidade
01	Contratação emergencial de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE	Serviço	6 meses (180 dias)

	JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).		
--	---	--	--

DO ENVIO DA PROPOSTA

A proposta comercial deverá ser enviada em papel timbrado; com todas as folhas rubricadas e numeradas; assinada pelo representante legal da empresa; via endereço eletrônico dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com, até o dia **30/03/2020**, às 15 horas.

- Passada a fase de recebimento das propostas, as mesmas serão avaliadas de acordo com os critérios de aceitação previstos no Projeto Básico. A empresa, cuja proposta tenha sido aprovada após avaliação técnica e que tenha ofertado menor preço pelo item a ser adquirido, deverá encaminhar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados a partir da solicitação, que será feita por meio do correio eletrônico contantes da proposta, toda a documentação de habilitação solicitada neste Ofício Circular, bem como no Projeto Básico.
- A documentação necessária à habilitação deverá ser apresentada por meio digital, autenticada por cartório competente ou validável digitalmente.
- **Somente serão aceitas as documentações por meio eletrônico, na forma acima citada.** Caso se faça necessário e devidamente motivado, serão solicitadas as documentações originais, de forma a verificar se a documentação apresentada previamente corresponde à original e para posterior arquivamento, conforme Portaria nº 459/2016 SEPLAG-DF, artigo 16, II.

--

Gerência de Aquisições Especiais - GEAQ/DAESP.
Diretoria de Aquisições Especiais - DAESP/SUAG.
Subsecretaria de Administração Geral - SUAG.
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES-DF.
Setor de Áreas Isoladas Norte, Parque Rural S/N, Bloco A, 1º Andar, Sala 74 Asa Norte.
CNPJ: 00394700/0001-08, CEP: 70.770-200 – Brasília DF.
Tel.: (61) 2017-1046

2 anexos



SEI_GDF - 37510147 - Ofício.pdf
138K



SEI_GDF - 37293085 - Projeto Básico.pdf
350K



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde

Despacho - SES/SAIS

Brasília-DF, 25 de março de 2020.

À SES/SAIS/CATES

C/c SES/SAIS/CATES/DIASF

Senhora Coordenadora,

Trata-se o presente de Memorando Nº 78/2020 - SES/GAB (37266072), o qual trata do DECRETO Nº 40.475, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus.

Após confecção de DOD (37291643), bem como de Projeto Básico (37293085), com fulcro à contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente.

Desta feita, encaminhamos o presente a Vossa Senhoria para ciência e acompanhamento dos trâmites processuais de contratação.

Atenciosamente,

Suellen C. de Lacerda

Assessor/SAIS



Documento assinado eletronicamente por **SUELLEN CONCEIÇÃO DE LACERDA - Matr.1690603-9, Assessor(a)**, em 25/03/2020, às 10:33, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=37572902 código CRC= **D7599664**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 37572902



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde
Coordenação de Atenção Especializada à Saúde

Despacho - SES/SAIS/CATES

Brasília-DF, 25 de março de 2020.

À **DIASF.**

Senhor Diretora,

Trata-se o presente de **Memorando Nº 78/2020 - SES/GAB 37266072**), o qual trata do DECRETO Nº 40.475, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus.

Considerando despacho **SAIS (37572902)**, onde informa que após confecção de DOD (37291643), bem como de Projeto Básico (37293085), com fulcro à contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente. Desta feita, encaminha para ciência e acompanhamento dos trâmites processuais de contratação.

Isto posto, encaminhamos à Vossa Senhoria para conhecimento e acompanhamento do processo.

Atenciosamente,

JEFFERSON BRENO OLIVEIRA BARROZO

Assessor Técnico

CATES/SAIS/SES/DF



Documento assinado eletronicamente por **JEFFERSON BRENO OLIVEIRA BARROZO - Matr.1689279-8, Assessor(a) Técnico(a)**, em 25/03/2020, às 12:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **37587274** código CRC= **AE37E584**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Coordenação de Atenção Especializada à Saúde
Diretoria de Assistência Farmacêutica

Despacho - SES/SAIS/CATES/DIASF

Brasília-DF, 25 de março de 2020.

À GCEAF,

Trata-se da contratação emergencial, no prazo de 48 horas, dos serviços de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente, bem como empresa especializada na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas, a qual ficará como responsável pelo desenvolvimento e execução dos meios de comunicação, digo, *softwares* que possibilitarão o desempenho dos serviços de entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados na rede pública de saúde do Distrito Federal, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades, quanto pelo tempo de espera pelo atendimento, conforme se depreende do bojo do processo nº 00060-00107460/2020-04, onde resta estampado o alinhamento estratégico, bem como os benefícios e resultados a serem alcançados pela presente medida.

Em análise aos autos, verifica-se que o processo encontra-se na GEAQ/DAQ/SUAG, para recebimento de propostas.

Desta feita, encaminhamos os autos para acompanhamento por esta Gerência.

Atenciosamente,

Samara Furtado Carneiro
Diretoria de Assistência Farmacêutica
Diretora



Documento assinado eletronicamente por **SAMARA FURTADO CARNEIRO - Matr.0196789-4, Diretor(a) de Assistência Farmacêutica**, em 26/03/2020, às 20:20, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=37608726 código CRC= **E759B2D4**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

Proposta BRB SERVIÇOS Nº 20032020

Brasília, 20 de março de 2020

À
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
SAIN, Parque Rural S/Nº, bloco C, 1º andar
Asa Norte, Sede da SES/DF - Plano Piloto
CEP: 70086-900- Brasília, DF

Referência: Processo SES 00060-00107460/2020-04

Proposta que faz a empresa BRB SERVIÇOS S/A, inscrita no CNPJ nº 12.857.569/0001-80 estabelecida na Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco C, Asa Norte, Brasília – DF, para Dispensa de Licitação, para Contratação, em caráter emergencial, de empresa para prestação de serviços especializados de central telefônica ativa e receptiva, para atendimento aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo), contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos.

A contratação se justifica pelos Decretos Nºs 40.475/20, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, e no 40.520/20, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus; no perfil de usuários que são atendidos pelo Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal (CEAF-DF), compreendido essencialmente por pessoas pertencentes ao grupo de risco, ou seja,

1/4



pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes, além da suspensão de atividades coletivas com mais de cem pessoas, determinada pelo retro mencionado decreto 40.520/20.

Nesse sentido, o objeto da presente contratação é plenamente atendido pelos objetivos sociais previstos no Estatuto da BRB Serviços que prevê, entre outras atividades, a prestação dos serviços de teleatendimento, bem como a prestação de serviços de gestão de processos de negócio, incluindo sistema tecnológico e logístico de transporte, nos termos do seu art. 4º, "*in verbis*":

Art. 4º A Empresa tem por objeto social exercer as seguintes atividades:

[...]

IV - Prestação de telesserviços, incluindo serviços de Atendimento a Clientes - SAC, teleatendimento, atendimento presencial, Telecobrança, Telemarketing, Contact Center e outros serviços relacionados;

[...]

VI - Prestação de serviços de gestão de processos de negócios, tais como:

I. Sistema tecnológico e logístico de transporte;

[...]



2/4

Portanto, no presente caso, a contratação da BRB Serviços por dispensa de licitação, nos termos dos dispositivos citados, se justifica pela emergencialidade imposta pela pandemia do COVID-19, amparada pelo fato de que a BRB Serviços possui objeto social compatível, bem como a necessária expertise para prestação dos referidos serviços.

Dessa forma, após análise criteriosa do Projeto Básico SEI/GDF – 37293085, para execução dos serviços emergenciais necessários, a BRB Serviços dimensionou projeto com as seguintes especificações:

- Central Telefônica - ativa e receptiva, com 26 (vinte e seis) postos de trabalho (desse total 1 posto de trabalho será destinado à Supervisão e os outros 25 postos ao atendimento/agendamento), com funcionamento de 12 horas (07h às 19H), para atendimento aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) com sistema de agendamento. Essa central terá força de trabalho de 54 (cinquenta e quatro) funcionários (2 supervisores e 52 operadores de teleatendimento) com carga horária de 6 horas/dia cada, conforme estabelecido pela NR-17 e demais normas da categoria.
- Fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e acondicionamento dos medicamentos na quantidade de 7 Colaboradores (2 para cada unidade da Farmácia de Alto Custo e 1 Encarregado Operacional) para a separação e acondicionamento dos produtos;



3/4

- Operação logística por empresa especializada, devidamente licenciada para armazenamento e transporte de medicamentos, seguro dos medicamentos, colaboradores treinados com frota própria autorizada pela ANVISA e adequados à distribuição dos medicamentos, na quantidade necessária para realização das cerca de 33 mil entregas por mês.

O valor global da presente proposta, para execução dos serviços pelo prazo de 180 dias, é de R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil, setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos) – R\$ 1.802.625,06 (um milhão, oitocentos e dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais e seis centavos) mensais.

Nos preços apresentados estão inclusas todas as despesas relativas à entrega, impostos, fornecimento, instalação, manutenção, customização, taxas, fretes, seguros e demais encargos e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.


PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS/LOTE/ITEM

Item	Descrição	Quant Total	Unid.	Valor Mensal	Valor Total 6 meses
1	Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos	6 meses	Serviço	R\$ 1.802.625,06	R\$ 10.815.750,36

medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).				
Valor total Mensal: R\$ 1.802.625,06 (um milhão, oitocentos e dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais e seis centavos).				
Valor Global (6 meses): R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil, setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos).				

Atenciosamente,

BRB Serviços S/A


Marcos Fernando F. dos Santos Jacinto
Diretor Presidente

A

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

ATT. SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - IOHAN ANDRADE STRUCK

SAIN, Parque Rural S/Nº, bloco C, 1º andar Asa Norte, Sede da SES/DF - Plano Piloto

CEP: 70086-900- Brasília, DF

Referência: Dispensa de Licitação – Emergencial SRP nº 00060-00170460/2020-04

Proposta que faz a empresa **ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA.** inscrita no CNPJ nº 04.099.848/0001-05 estabelecida na Rua Augusto Stresser, 453 Juvevê – Curitiba – Paraná, para Dispensa de Licitação para futura Contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada para prestação de serviço de recursos humanos especializados de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) e serviço de entrega de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos.

O valor total de proposta é de R\$ 23.595.187,02 (vinte e três milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, cento e oitenta e sete reais e dois centavos), para 180 (cento e oitenta) dias de contrato. Os preços apresentados estão incluídos todas as despesas relativas à entrega, impostos, fornecimento, instalação, manutenção, customização, taxas, fretes, seguros e demais encargos e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS/LOTE/ITEM						
ITEM	DESCRIÇÃO	QNT Total	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NPCE (famílias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2010, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, de 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).	6 Meses (180 dias)	Serviços	R\$ 3.932.531,17	R\$ 3.932.531,17	R\$ 23.595.187,02

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias

Rua Augusto Stresser, 453. Curitiba - PR - Brasil - CEP 80.030-340 - Fone: +55 (41) 3078-4747
grupoabl.com.br

Curitiba, 30 de março de 2020.

Roger Tedesco Bicalho
Gerente Administrativo
CPF 926.275.365-91

04 099 948/0001-05
ABL SYSTEM CONSULTORIA E
INFORMÁTICA LTDA
Rua Augusto Stresser, 453
Juvevê - CEP 80030-340
Curitiba - PR

Rua Augusto Stresser, 453. Curitiba - PR - Brasil - CEP 80.030-340 - Fone: +55 (41) 3078-4747
grupoabi.com.br



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Aquisições Especiais

Gerência de Aquisições Especiais

Despacho - SES/SUAG/DAESP/GEAQ

Brasília-DF, 30 de março de 2020.

À

SUAG

Trata o presente processo do Memorando 78 (37266072), no qual o Secretário de Estado de Saúde determina "a contratação emergencial, no prazo de 48 horas, dos serviços de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis), bem como empresa especializada na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas, a qual ficará como responsável pelo desenvolvimento e execução dos meios de comunicação, digo, *softwares* que possibilitarão o desempenho dos serviços de entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados na rede pública de saúde do Distrito Federal, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades, quanto pelo tempo de espera pelo atendimento, conforme se depreende do bojo do processo nº 00060-00107460/2020-04, onde resta estampado o alinhamento estratégico, bem como os benefícios e resultados a serem alcançados pela presente medida".

Feita a instrumentalização da demanda por meio do Projeto Básico (37293085), foi elaborado o Ofício 349 (37510147) para a convocação das empresas para o recebimento das propostas (37547368) até as 15 horas do dia 30 de março de 2020. Sendo assim, informamos que recebemos duas propostas, uma do BRB SERVIÇOS (37825188) e uma da empresa ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA. (37825296). Diante do exposto, encaminhamos os autos a Vossa Senhoria para conhecimento e orientações sobre o fluxo da condução do presente processo.

Atenciosamente,

ERIKA MESQUITA TEIXEIRA

Gerente de Aquisições Especiais

EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO

Diretor de Aquisições Especiais



Documento assinado eletronicamente por **ERIKA MESQUITA TEIXEIRA - Matr.1693597-7, Gerente de Aquisições Especiais**, em 30/03/2020, às 17:12, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO - Matr.1437033-6, Diretor(a) de Aquisições Especiais**, em 30/03/2020, às 17:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **37825387** código CRC= **2B726E29**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Administração Geral

Despacho - SES/SUAG

Brasília-DF, 30 de março de 2020.

À GEPP/SUAG/SES, com vistas à GEAQ/DAESP/SUAG, para acompanhamento.

Trata o presente processo do Memorando 78 (37266072), no qual o Secretário de Estado de Saúde determina "a contratação emergencial, no prazo de 48 horas, dos serviços de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis), bem como empresa especializada na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas, a qual ficará como responsável pelo desenvolvimento e execução dos meios de comunicação, digo, *softwares* que possibilitarão o desempenho dos serviços de entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados na rede pública de saúde do Distrito Federal, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades, quanto pelo tempo de espera pelo atendimento, conforme se depreende do bojo do processo nº 00060-00107460/2020-04, onde resta estampado o alinhamento estratégico, bem como os benefícios e resultados a serem alcançados pela presente medida".

Ressalte-se o disposto no Despacho (37825387), exarado pela Gerência de Aquisições Especiais, no qual expõe:

"Feita a instrumentalização da demanda por meio do Projeto Básico (37293085), foi elaborado o Ofício 349 (37510147) para a convocação das empresas para o recebimento das propostas (37547368) até as 15 horas do dia 30 de março de 2020. Sendo assim, informamos que recebemos duas propostas, uma do BRB SERVIÇOS (37825188) e uma da empresa ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA. (37825296). Diante do exposto, encaminhamos os autos a Vossa Senhoria para conhecimento e orientações sobre o fluxo da condução do presente processo."

Nesse sentido, encaminha-se os autos para a GEPP/DIAQ/SUAG/SES, solicitando realizar Pesquisa de Preço, na sequência, devolver os autos para a GEAQ/DAESP/SUAG/SES, com vistas a solicitar a documentação das empresas que apresentaram propostas.

IOHAN ANDRADE STRUCK

Subsecretaria de Administração Geral/SES

Subsecretário



Documento assinado eletronicamente por **IOHAN ANDRADE STRUCK - Matr.1677744-1**, **Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 30/03/2020, às 17:31, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **37842890** código CRC= **1EA7CB0D**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

(61)3348-6123

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 37842890



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria de Instrução para Aquisição
Gerência de Pesquisa de Preços

Despacho - SES/SUAG/DIAQ/GEPP

Brasília-DF, 30 de março de 2020.

À SAIS/DIASF

Foram realizadas pela GEPP/DIAQ pesquisas preços de atas públicas no Compras Governamentais (DW-SIASG), disponível em <https://dw.comprasnet.gov.br>, em conformidade com o inciso II do Artigo 8º da Portaria SEPLAG Nº 514 de 16/11/2018.

Ressaltamos que compete à área técnica analisar o descritivo constante no Edital e emitir parecer quanto a compatibilidade do descritivo com o objeto em tela.

Informamos disponibilizamos a Pesquisa de Preços (37850771) em bloco de assinatura, para avaliação e emissão Parecer Técnico.

Por fim, pós emissão de Parecer Técnico, solicitamos retornar os autos à GEPP/DIAQ para prosseguimento da aquisição.

LEONARDO PEREIRA DA SILVA

Gerência de Pesquisa de Preços

Gerente



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO PEREIRA DA SILVA - Matr.1690644-6, Gerente de Pesquisa de Preços**, em 30/03/2020, às 19:03, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **37851254** código CRC= **21F1E387**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria de Assistência Farmacêutica
Gerência do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica

Despacho - SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF

Brasília-DF, 31 de março de 2020.

À **DIASF**,

Com vistas à **GEPP/DIAQ/SUAG/SES**

Considerando Memorando do Gabinete do Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal, Sr. Francisco Araújo Filho (37266072), que determina contratação emergencial de serviços de central telefônica e entrega em domicílio de medicamentos como uma das medidas preventivas do Plano de contingenciamento e enfrentamento à COVID-19;

Considerando Despacho GEPP (37851254) que solicita parecer técnico desta GCEAF/DIASF acerca das duas propostas recebidas, quais sejam BRB (37825188) e ABL SYSTEM (37825296);

Considerando a emergencialidade da contratação e a imprevisibilidade de dilatação temporal, diante das propostas em tela;

Cumpre-se ressaltar que a primeira (37825188) explicitou os objetivos sociais previstos no Estatuto da empresa, tais como, *in verbis*:

"Art. 4º [...]

IV - prestação de tele-serviços;

...

VI - sistema tecnológico e logístico de transporte,

Isso consoantes as exigências técnicas demandadas pelo DOD 37291643;

Ademais, fez constar na proposta como dimensionou os serviços que serão ofertados mediante capacidade da central telefônica já instalada, inclusive com colaboradores contratado e experientes para atendimento aos usuários do GDF;

Operação logística de separação e entrega de medicamentos, através de empresa especializada e consolidada no mercado para tais fins e de acordo com todas as exigências da legislação sanitária vigente;

Considerando a segunda proposta, a empresa apenas precificou os serviços a serem executados, sem, no entanto, ressaltar como foi feito o dimensionamento, se tem, ou não, capacidade já instalada para as exigências do DOD e nem como seria feita a entrega em domicílio, se de acordo com as legislações sanitárias;

Dessa forma, por impossibilidade de análise técnica da segunda proposta e nem previsibilidade de adequação normativa no âmbito da Assistência Farmacêutica, esta GCEAF, é favorável a primeira proposta, qual seja, 37825188, pela possibilidade de avaliação técnica e adequação às exigências normativas vigentes.

Respeitosamente,

Diogo de Amorim Barros

Gerente do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO DE AMORIM BARROS - Matr.1672076-8**, **Gerente do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica**, em 31/03/2020, às 16:05, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **37905728** código CRC= **646307E9**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 37905728



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Coordenação de Atenção Especializada à Saúde
Diretoria de Assistência Farmacêutica

Despacho - SES/SAIS/CATES/DIASF

Brasília-DF, 31 de março de 2020.

A SES/SUAG/DIAQ/GEPP,

Sr. Gerente,

Segue, conforme sua solicitação no despacho retro 37851254, o parecer técnico do Farmacêutico e Gerente do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica para as propostas anexadas, ate a presente data.

Colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos, que por ventura forem necessários.

Atenciosamente,

Samara Furtado Carneiro
Diretora de Assistencia Farmaceutica
Diretora



Documento assinado eletronicamente por **SAMARA FURTADO CARNEIRO - Matr.0196789-4, Diretor(a) de Assistência Farmacêutica**, em 31/03/2020, às 16:32, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **37912747** código CRC= **F4014D85**.

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 37912747



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Coordenação de Atenção Especializada à Saúde
Diretoria de Assistência Farmacêutica

Despacho - SES/SAIS/CATES/DIASF

Brasília-DF, 31 de março de 2020.

À GEPP/DIAQ

Trata-se de registros de aquisições pesquisados no data warehouse dos sistemas de Compras Governamentais DW-SIAG (disponível em <https://dw.comprasnet.gov.br>, em conformidade com o inciso II do Artigo 8º da Portaria SPPAG Nº 514 de 16/11/2018 (Doc 3410_2380223).

Os registros pesquisados foram encaminhados à DIASF, que emitiu parecer técnico referente à compatibilidade do descritivo com o objeto em tela.

Anexo 1 - compatibilização do descritivo com o objeto em tela.																									
Identif Item Compra	PREGÃO	Cod URresp Compra	URresp Compra	UF URresp Compra	Esfere URresp Compra	Código Material Serviço	Material Serviço	Descr Compil Item Compra	Modalidade Compra	CPF/CNPJ Fornecedor	Nome Fornecedor	Fabric Material Compra	Dia Resultado Compra	Dia Homologação Compra	Dia Assinatura Ata SRP	Unidade Fornecedor	Porte do Fornecedor	Dde Compra Item	Valor Unitário Homologado	Valor Total Homologado	Descrição da Ata	Parecer Técnico			
020001050000420180000100004201820001			SENADO FEDERAL	DF	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	ATENDENTE DE TELECOMUNICAÇÕES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO 2 DO EDITAL.	Pregão	07989360000107	VECTOR SERVICOS DE ATENDIMENTO TELEFONICO LTDA		31 Jan 2018	31 jan 18	01 jan 00	PROFISSIONAL	Outros	8	49.013,40	392.107,20	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baior Edital ITCPregão	Ata do Pregão	Acessar Processo	
020001050000420180000200004201820001			SENADO FEDERAL	DF	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	ENCARREGADO DE TURMA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO 2 DO EDITAL.	Pregão	07989360000107	VECTOR SERVICOS DE ATENDIMENTO TELEFONICO LTDA		31 Jan 2018	31 jan 18	01 jan 00	PROFISSIONAL	Outros	2	77.207,64	154.415,28	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baior Edital ITCPregão	Ata do Pregão	Acessar Processo	
020001050000420180000300004201820001			SENADO FEDERAL	DF	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	SUPERVISOR DE PÓS-ATENDIMENTO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO 2 DO EDITAL.	Pregão	07989360000107	VECTOR SERVICOS DE ATENDIMENTO TELEFONICO LTDA		31 Jan 2018	31 jan 18	01 jan 00	PROFISSIONAL	Outros	2	80.852,76	161.705,52	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baior Edital ITCPregão	Ata do Pregão	Acessar Processo	
020001050000420180000400004201820001			SENADO FEDERAL	DF	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO 2 DO EDITAL.	Pregão	07989360000107	VECTOR SERVICOS DE ATENDIMENTO TELEFONICO LTDA		31 Jan 2018	31 jan 18	01 jan 00	PROFISSIONAL	Outros	4	92.485,92	369.943,68	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baior Edital ITCPregão	Ata do Pregão	Acessar Processo	
070005050001620190000100016201970005			TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO	MA	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEATENDIMENTO RECEPTIVO E ATIVO NO TRE-MA NAS DEPENDÊNCIAS DA QUADRA REGIONAL ELEITORAL (ANO ELEITORAL) OS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO SERÃO REALIZADOS POR EMPREGADOS DA CONTRATAÇÃO, ORGANIZADAS E CAPACITADAS EM POSTOS DE TRABALHO, OBJETIVANDO A ORIENTAÇÃO DOS USUÁRIOS EXTERNOS QUE ACESSAM AS INFORMAÇÕES E SERVIÇOS PRESTADOS PELA JUSTIÇA ELEITORAL DO MARANHÃO E, INCLUSIVE, DOS USUÁRIOS INTERNOS DO TRE-MA E SUAS UNIDADES. A PRESTAÇÃO DOS S ERVÇOS DE ATENDIMENTO A CLIENTES ENVOLVE A ALOCAÇÃO, PELA CONTRATAÇÃO, DE MÃO DE OBRA CAPACITADA PARA: A) REALIZAR O ATENDIMENTO RECEPTIVO ATIVO TELEF	Pregão	01232642000189	IMP CAR LOCAÇAO E SERVICOS LTDA		16 Ago 2019	16 ago 19	01 jan 00	ANUAL -ANO ELEITORAL	Outros	1	135.420,60	135.420,60	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baior Edital ITCPregão	Ata do Pregão	Acessar Processo	
0700070500006520170000100065201770007			TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ	CE	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE TELEATENDIMENTO, PARA A INSTALAÇÃO DE POSTOS DE OPERADORES DE TELEMARKETING, A FIM DE PRESTAR INFORMAÇÕES ELEITORAIS VIA TELEFONE, CONFORME CONDIÇÕES QUANTITATIVAS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO T ERMO DE REFERÊNCIA.	Pregão	7653312000158	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI		02 Jan 2018	02 jan 18	01 jan 00	VALOR TOTAL BIENAL	Outros	1	854.186,07	854.186,07	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baior Edital ITCPregão	Ata do Pregão	Acessar Processo	
0700170500008020170000100080201770017			TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO	RJ	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OPERAÇÃO DE PO STOS DE TRABALHO DE OPERADORES DE TELEATENDIMENTO E DE ENCARGADO DE TELEATEN OMENTO PARA ATUAR EM CENTRAL DE ATENDIMENTO DO TRE-RJ, DEMAS ESPECIFICAÇÕES, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ESTÃO CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO 1 DO EDITAL.	Pregão	08491163000128	RIO MNAS - TERCEIRIZACAO E ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA		22 Jan 2018	22 jan 18	01 jan 00	SERVICO	Outros	1	789.994,93	789.994,93	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baior Edital ITCPregão	Ata do Pregão	Acessar Processo	
1791020500001201900001000012019179102			EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - DF	DF	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	OPERADOR DE TELEATENDIMENTO, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA A, ANEXO DO EDITAL.	Pregão	10462672000172	VANERVEN - SOLUCOES EM TECNOLOGIA E TELEATENDIMENTO EIRELI		21 Fev 2019	21 fev 19	01 jan 00	POSTOISEMESTRE	Outros	24	19.861,08	476.665,92	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baior Edital ITCPregão	Ata do Pregão	Acessar Processo	
1791020500001201900002000012019179102			EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - DF	DF	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	MONITOR DE TELEATENDIMENTO, PRESTADOS NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.	Pregão	10462672000172	VANERVEN - SOLUCOES EM TECNOLOGIA E TELEATENDIMENTO EIRELI		21 Fev 2019	21 fev 19	01 jan 00	POSTOISEMESTRAL	Outros	3	22.299,30	66.897,90	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baior Edital ITCPregão	Ata do Pregão	Acessar Processo	
1791020500001201900003000012019179102			EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - DF	DF	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	SUPERVISOR DE TELEATENDIMENTO, PRESTADOS NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.	Pregão	10462672000172	VANERVEN - SOLUCOES EM TECNOLOGIA E TELEATENDIMENTO EIRELI		21 Fev 2019	21 fev 19	01 jan 00	POSTOISEMESTRAL	Outros	1	27.218,88	27.218,88	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baior Edital ITCPregão	Ata do Pregão	Acessar Processo	
193099050022301700001000232017193099			MA-IBAMA - DEFIND	DF	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTACT CENTER - PLANEJAMENTO, IMPLANTACÃO, OPERAÇÃO E GESTÃO DE CENTRAL DE ATENDIMENTO (BAMA, OBJETIVANDO O ATENDIMENTO TELEFONICO AOS USUÁRIOS EM AMBITO NACIONAL, OS QUAIS USUÁRIOS E PODERÃO USUFRUIR DOS SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS PELO IBAMA DE FORMA ATIVA, NAS FORMAS DE ATENDIMENTO ELETRÔNICA, HUMANA E MULTIMÍDIAS, ABRANGENDO INSTALAÇÕES FÍSICAS, INFRAESTRUTURA DE ENGENHARIA DE REDES LOCAIS DE	Pregão	24935454000112	TELLUS INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA		21 Fev 2018	21 fev 18	27 fev 18	UNIDADE	Outros	1	5.198.424,00	5.198.424,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baior Edital ITCPregão	Ata do Pregão	Acessar Processo	

[illegible]

200116050001420190002000142019200116	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RJ	RJ	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	TELEATENDIMENTO	Pregão	13688695000126	PLUMA TERCEIRIZACAO EIRELI	01 Out 2019	01 out 19	02 nov 19	UNIDADE	MPE	12	5.150,00	81.800,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Processo
2001160500014201900021000142019200116	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RJ	RJ	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	TELEATENDIMENTO	Pregão	05488891000190	PLUS SERVICE EIRELI	01 Out 2019	01 out 19	14 out 19	UNIDADE	MPE	12	4.404,00	52.848,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Processo
2001160500014201900022000142019200116	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RJ	RJ	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	TELEATENDIMENTO	Pregão	05488891000190	PLUS SERVICE EIRELI	01 Out 2019	01 out 19	14 out 19	UNIDADE	MPE	12	4.100,00	49.200,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Processo
2001160500014201900023000142019200116	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RJ	RJ	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	TELEATENDIMENTO	Pregão	05488891000190	PLUS SERVICE EIRELI	01 Out 2019	01 out 19	14 out 19	UNIDADE	MPE	12	5.330,00	63.960,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Processo
2001160500014201900024000142019200116	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RJ	RJ	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	TELEATENDIMENTO	Pregão	05488891000190	PLUS SERVICE EIRELI	01 Out 2019	01 out 19	14 out 19	UNIDADE	MPE	12	5.200,00	62.400,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Processo
2001160500014201900025000142019200116	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RJ	RJ	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	TELEATENDIMENTO	Pregão	05488891000190	PLUS SERVICE EIRELI	01 Out 2019	01 out 19	14 out 19	UNIDADE	MPE	24	2.910,00	69.840,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Processo
2001160500014201900026000142019200116	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RJ	RJ	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	TELEATENDIMENTO	Pregão	05488891000190	PLUS SERVICE EIRELI	01 Out 2019	01 out 19	14 out 19	UNIDADE	MPE	36	2.910,00	104.760,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Processo
2001160500014201900027000142019200116	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RJ	RJ	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	TELEATENDIMENTO	Pregão	05488891000190	PLUS SERVICE EIRELI	01 Out 2019	01 out 19	14 out 19	UNIDADE	MPE	24	3.030,00	72.720,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Processo
2001160500014201900028000142019200116	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RJ	RJ	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	TELEATENDIMENTO	Pregão	05488891000190	PLUS SERVICE EIRELI	01 Out 2019	01 out 19	14 out 19	UNIDADE	MPE	12	3.210,00	38.520,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Processo
2001230500007201900001000072019200123	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RN	RN	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	POSTO DE TRABALHO: TELEATENDIMENTO (CBO Nº 4223-15). DAS 07H00 AS 13H00.	Pregão	02567270000104	CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA - EIRELI	16 Dez 2019	16 dez 19	01 jan 00	UNIDADE	MPE	8	39.471,00	236.826,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento ativo e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Processo
2001230500007201900002000072019200123	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RN	RN	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	POSTO DE TRABALHO: TELEATENDIMENTO (CBO Nº 4223-15). DAS 13H00 AS 19H00.	Pregão	02567270000104	CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA - EIRELI	16 Dez 2019	16 dez 19	01 jan 00	UNIDADE	MPE	8	39.471,00	236.826,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento ativo e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Processo
2001230500007201900003000072019200123	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RN	RN	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	POSTO DE TRABALHO: TELEATENDIMENTO (CBO Nº 4223-15). DAS 19H00 AS 01H00.	Pregão	02567270000104	CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA - EIRELI	16 Dez 2019	16 dez 19	01 jan 00	UNIDADE	MPE	2	44.178,00	88.356,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de teleatendimento ativo e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Processo
2001230500007201900004000072019200123	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RN	RN	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	POSTO DE TRABALHO: TELEATENDIMENTO (CBO Nº 4223-15). DAS 01H00 AS 07H00.	Pregão	02567270000104	CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA - EIRELI	16 Dez 2019	16 dez 19	01 jan 00	UNIDADE	MPE	2	45.186,00	90.372,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de teleatendimento ativo e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Processo
2001230500007201900005000072019200123	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RN	RN	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	POSTO DE TRABALHO: SUPERVISOR DE TELEATENDIMENTO (CBO Nº 4223-15). DAS 07H00 AS 13H00.	Pregão	02567270000104	CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA - EIRELI	16 Dez 2019	16 dez 19	01 jan 00	UNIDADE	MPE	1	44.076,00	44.076,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento ativo e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Processo
2001230500007201900006000072019200123	SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RN	RN	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	POSTO DE TRABALHO: TELEATENDIMENTO (CBO Nº 4223-15). DAS 13H00 AS 19H00.	Pregão	02567270000104	CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA - EIRELI	16 Dez 2019	16 dez 19	01 jan 00	UNIDADE	MPE	1	44.076,00	44.076,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento ativo e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Processo
5120080500005201900001000052019200005	COORDENACAO GERAL DE LICITACOES E CONTRATOS	DF	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	SERVICOS DE TELEATENDIMENTO, COMPREENDENDO ATENDIMENTO TELEFONICO HUMANO, CONSULTA A BANCO DE DADOS INFORMATIZADO, BEM COMO FORNECIMENTO E REGISTRO DE INFORMACOES AO USUARIO, INCLUSIVE A DISPONIBILIZACAO DE INFRAESTRUTURA PARA MAO DE OBRA ESPECIALIZADA, DE ACORDO COM OS OBJETIVOS ESTRATEGICOS E AS DIRETIVAS CORPORATIVAS DO INSTITUTO, CONFORME CONDICAOES, QUANTIDADES E EXIGENCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.	Pregão	01159435000180	PROVIDER SOLUCOES E SISTEMAS TECNOLOGICAS LTDA (EM RECUPERACAO JUDICIAL)	08 Out 2019	08 out 19	01 jan 00	SERVICO	Outros	1	88.700.000,00	98.700.000,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Processo
78000005000082019000014000082019200000	COMANDO DE OPERACOES NAVAS	RJ	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	SERVICO DE SUPORTE TECNICO (BANCO DE RH)	Pregão	17363774000180	TECHNOLOGY SOLUCOES E SISTEMAS INTEGRADOS LTDA	22 Out 2019	22 out 19	25 out 19	UTS	Outros	10	1.000,00	10.000,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Processo
						ATENDIMENTO GENERALISTA MULTICANAL												O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Processo

Proc 00600-00000439/2021																			
8100050500003201900001000032019810005	COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA DO MDH	DF	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	TELEFÔNICO, SMS, APLICAÇÃO INTERNET, REDES SOCIAIS) NAS MODALIDADES ASSISTIDA E AUTOMATIZADA.	Pregão	24913412000180	BR BPO TECNOLOGIA E SERVICOS S.A.	15 Out 2019	15 out 19	01 jan 00	UNIDADE	Outros	10.425.9002,77	28.921,44.	Serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Ata do Edital ITP Pregão Processo	
8100050500003201900002000032019810005	COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA DO MDH	DF	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	ATENDIMENTO ESPECIALISTA MULTICANAL (TELEFÔNICO, SMS, APLICAÇÃO INTERNET, REDES SOCIAIS) NAS MODALIDADES ASSISTIDA E AUTOMATIZADA.	Pregão	24913412000180	BR BPO TECNOLOGIA E SERVICOS S.A.	15 Out 2019	15 out 19	01 jan 00	UNIDADE	Outros	2.606.550	4,86	12.655.582,22	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Ata do Edital ITP Pregão Processo
8100050500003201900003000032019810005	COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA DO MDH	DF	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	ATENDIMENTO ESPECIALIZADO MULTICANAL (TELEFÔNICO, SMS, APLICAÇÃO INTERNET, REDES SOCIAIS) NAS MODALIDADES ASSISTIDA E AUTOMATIZADA.	Pregão	24913412000180	BR BPO TECNOLOGIA E SERVICOS S.A.	15 Out 2019	15 out 19	01 jan 00	UNIDADE	Outros	762.150	12,81	9.764.360,94	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Ata do Edital ITP Pregão Processo
91981805000055201700001000552017919818	BOA VISTA ENERGIA S/A	RR	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM GE STÃO DA OPERAÇÃO E DA QUALIDADE, PLANEJAMENTO, OPERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, PROJETO, IMPLANTAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E OPERACIONAL, PARA ATENDIMENTO DE CONSUMIDORES EM GERAL, COM COBERTURA DE TODA A ÁREA DE RESPOSTA E INSTALAÇÃO DA BOA VISTA ENERGIA S/A, ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE TELEATENDIMENTO ATIVO E RECEPTIVO (CALL CENTER), NA FORMA HUMANA E ELETRÔNICA, INCLUSIVE SMS, E ATENDIMENTO MULTICANAL (WEBS (INTERNET, E-MAIL, ETC.), COM DISPONIBILIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA PREDIAL E MATERIAL PERMANENTE, FORNECI	Pregão	05003257000110	CALL TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA	01 Mar 2018	01 mar 18	01 jan 00	SERV	Outros	1	5.172.061,00	5.172.061,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Ata do Edital ITP Pregão Processo
9261420500006201800001000062018926142	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL	DF	Estadual	20605	TELEATENDIMENTO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CALL CENTER, INCLUINDO TODA INFRAESTRUTURA (FÍSICA E LÓGICA) NECESSÁRIA À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEATENDIMENTO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS CONSTANTES DO ANEXO A DO EDITAL.	Pregão	10462672000172	VANERVEN - SOLUCOES EM TECNOLOGIA E TELEATENDIMENTO EIRELI	29 Mai 2018	29 mai 18	01 jan 00	UNIDADE	Outros	1	3.847.507,92	3.847.507,92	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Ata do Edital ITP Pregão Processo
9263770500075201800001000752018926377	COMPANHIA AGUAS DE JOINVILLE	SC	Estadual	20605	TELEATENDIMENTO	SERVICO DE CONTACT CENTER MULTICANAL, NAS MODALIDADES DE TELE ATENDIMENTO (ATIVO E RECEPTIVO) NA FORMA HUMANA E ELETRONICA, ATENDIMENTO VIA E-MAIL, APLICATIVOS DE MENSAGEM INSTANTANEA E MÍDIAS SOCIAIS, ESPECIFICAÇÕES CONFORME ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA, AS EMPRESAS INTERESSAS AS DEVEM REGISTRAR NO SISTEMA COMPRASNET O VALOR GLOBAL DE SUA PROPOSTA, NO ENTANTO, A EMPRESA ARREMATANTE DEVERA ENCAMINHAR SUA PROPOSTA REAJUSTADA CONFORME E SUBITEM 8.1 DO EDITAL, CONTENDO OS VALORES UNITARIOS E TOTAIS DE CADA ITEM, BEM COMO O VALOR GLOBAL, ARREMATADO, CONFORME ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.	Pregão	02502520000128E	ACCESS COBRANCA CONTACT CENTER LTDA	10 Out 2018	10 out 18	01 jan 00	MESES	MPE	24	59.563,33	1.429.999,92	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Ata do Edital ITP Pregão Processo
92648305000084201700001000842017926483	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC MG	MG	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	ARREMATANTE DEVERA ENCAMINHAR SUA PROPOSTA REAJUSTADA CONFORME E SUBITEM 8.1 DO EDITAL, CONTENDO OS VALORES UNITARIOS E TOTAIS DE CADA ITEM, BEM COMO O VALOR GLOBAL, ARREMATADO, CONFORME ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.	Pregão	02455233000104E	AEC CENTRO DE CONTATOS S/A	13 Mar 2018	13 mar 18	01 jan 00	SERVICO	Outros	1	1.433.771,00	1.433.771,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Ata do Edital ITP Pregão Processo
926690050000720180000100072018926690	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA - RJ	RJ	Estadual	20605	TELEATENDIMENTO	O VENCEDOR DA LICITAÇÃO DEVERA DISPONIBILIZAR 04 (QUATRO) OPERADORES (AS) PARA QUE PRESTEM O SERVIÇO DE CALL CENTER ATIVO/RECEPTIVO PARA FINS DE ATUALIZAÇÃO DO BANCO DE DADOS DOS INSCRITOS E 01 (UM) SUPERVISOR(A) DOS TRABALHOS A SEREM EXECUTADOS, OS SERVIÇOS OBJETO DEVERÃO SER PRESTADOS EM EDIFICAÇÕES, ESTRUTURAS E TECNOLOGICAS PRÓPRIAS DA CONTRATADA, NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, EM LOCAL DE FÁCIL ACESSO, VISANDO GARANTIR UMA COMUNICAÇÃO MAIS RÁPIDA E EFICIENTE ENTRE AS PARTES, INSTALADAS EM ESPAÇO FÍSICO ADEQUADO, CONFORME A NORMA REGULAMENTADORA Nº 17 - OS SERVIÇOS SERÃO REALIZADOS DE SEGUN	Pregão	22148707000180E	SPEEDMAIS SOLUCOES LTDA	22 Ago 2018	22 ago 18	01 jan 00	SERVICO	Outros	1	42.400,00	42.400,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Ata do Edital ITP Pregão Processo
93510005000021201700001000212017935100	CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A	RO	Federal	20605	TELEATENDIMENTO	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM GESTÃO DA OPERAÇÃO E DA QUALIDADE, PLANEJAMENTO, OPERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, PROJETO, IMPLANTAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E OPERACIONAL, PARA ATENDIMENTO DE CONSUMIDORES EM GERAL, COM COBERTURA DE TODA A ÁREA DE CONCESSÃO DA EMPRESA ELÉTRICAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA, POR MEIO DE FORNECIMENTO DE TELEATENDIMENTO ATIVO E RECEPTIVO (CALL CENTER)	Pregão	05003257000110E	CALL TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA	19 Jan 2018	19 jan 18	01 jan 00	UNIDADE	Outros	1	12.123.948,72	12.123.948,72	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Ata do Edital ITP Pregão Processo
9430010500689201900001006892019943001	GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ	CE	Estadual	20605	TELEATENDIMENTO	ATENDIMENTO TELEFÔNICO REALIZADO POR HUMANO - CHAMADAS RECEPTIVAS	Pregão	16853728000104E	IMPERATRIZ TELE SERVICOS LTDA	03 Fev 2020	03 fev 20	01 jan 00	LEGIAÇÃO	Outros	1.980.000	2,30	4.559.940,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de teleatendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Ata do Edital ITP Pregão Processo
						ATENDIMENTO TELEFÔNICO											O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado.	Baixar	

9430010500689201900002006892019	GOVERNO DO ESTADO DO CEARA	CE	Estadual	20605	TELEATENDIMENTO	REALIZADO POR HUMANO CHAMADAS ATIVAS	Pregão	1685372800010	IMPERATRIZ TELE SERVICOS LTDA	03 Feb 2020	03 fev 20	01 jan 00	LIGAÇÃO	Outros	396.000	0,10	39.996,6	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de atendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Acessar Processo
9430010500689201900003006892019	GOVERNO DO ESTADO DO CEARA	CE	Estadual	20605	TELEATENDIMENTO	ATENDIMENTO TELEFONICO CONCLUÍDO NA UNIDADE DE RESPOSTA AUTOMATIZADA	Pregão	1685372800010	IMPERATRIZ TELE SERVICOS LTDA	03 Feb 2020	03 fev 20	01 jan 00	LIGAÇÃO	Outros	591.600	0,06	32.952,12	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de atendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Acessar Processo
9430010500689201900004006892019	GOVERNO DO ESTADO DO CEARA	CE	Estadual	20605	TELEATENDIMENTO	ATENDIMENTO COM CALLBACK	Pregão	1685372800010	IMPERATRIZ TELE SERVICOS LTDA	03 Feb 2020	03 fev 20	01 jan 00	LIGAÇÕES	Outros	672.000	0,10	66.998,40	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de atendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Acessar Processo
9430010501784201800001017842018	GOVERNO DO ESTADO DO CEARA	CE	Estadual	20605	TELEATENDIMENTO	SERVIÇO DE TELEATENDIMENTO (CALL CENTER) INFORMATIZADO, PARA TRATAMENTO DAS DE MANDAS, POR TELEFONE, DOS USUÁRIOS QUE BUSCAM OS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA SEMACE, A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DEVE CONTEMPLAR O FORNECIMENTO O TREINAMENTO E O A PERFEIÇONAMENTO DO FUNCIONÁRIO DA MÃO DE OBRA, SUPRIMENTO, EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, PLATAFORMA DE ATENDIMENTO DIGITAL, SISTEMA INFORMATIZADO DE ATENDIMENTO E MOBILIÁRIO ADEQUADO, E DEMAIS ITENS INDISPENSÁVEIS À INFRAESTRUTURA DO FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.	Pregão	0250252000012	ACCESS COBRANCA DE CONTACT CENTER LTDA	17 Jul 2019	17 jul 19	01 jan 00	MES	MPE	12	21.833,33	261.999,96	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de atendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Acessar Processo
9665890500081201700001000812017	PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREI	SP	Estadual	20605	TELEATENDIMENTO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM TELEATENDIMENTO, CUJA COMUNICAÇÃO COM INTERLOCUTORES CLIENTES E USUÁRIOS É REALIZADA A DISTÂNCIA POR INTERMÉDIO DA VOZ E/OU MENSAGENS ELETRÔNICAS COM A UTILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE EQUIPAMENTOS DE AUDIÇÃO/ESCUTA E FALA TELEFÔNICA E SISTEMAS INFORMATIZADOS OU MANJAS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RELACIONAMENTO RECEPTIVO E ATIVO, NA FORMA DE POSIÇÕES DE ATENDIMENTO P.A.S, INCLUINDO A INFRAESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS E TECNOLÓGICOS NECESSÁRIAS, BEM COMO A SUA MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DESTINADO AO RELACIONAMENTO COM OS MUNICI	Pregão	1257227000015	D. DELBONI TARPINAN	25 Jan 2018	25 jan 18	01 jan 00	UN	MPE	1	375.000,00	375.000,00	O descritivo da proposta, segundo a ata de Realização do Pregão NÃO corresponde ao descritivo solicitado, pois trata-se apenas de serviço de atendimento e não contempla logística de entrega de medicamentos em domicílio.	Baixar Edital	Ata do Pregão	Acessar Processo

Documento assinado eletronicamente por **SABARA FURTADO CARNEIRO**, **Mor 0196799-4**, **Diretor(a) de Assistência Farmacêutica**, em 31/03/2020, às 11:01, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 06 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://ver.dfe.gov.br/ver/controlador_documento.php?acao=documento_conferir&id_documento=anexo_documento-verificador-37927389-código-CIC-ADCCB03

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Sector de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Ára Norte - CEP 70800-000 - DF

00000-00100204/2020-43

Doc: SEI/SEDF 37927389



Gerência de Pesquisa de Preços <gepp.diaq@gmail.com>

Solicitação de planilha de composição de custos.

1 mensagem

Gerência de Pesquisa de Preços <gepp.diaq@gmail.com>

1 de abril de 2020 15:07

Para: ggecom@brbservicos.com.br, ggerbi@brbservicos.com.br, diope@brbservicos.com.br

Sr.(a) representante,

Solicitamos a gentileza de nos enviar **planilha de composição de custos** para fins de comprovação de preços do Serviço especificado no Projeto Básico, em anexo.

Ressaltamos que, a sua colaboração é de suma importância para o bom andamento dos processos de aquisições desta secretaria. Com a sua colaboração conseguimos dar celeridade aos processos, e o fiel cumprimento da legislação pertinente.

- Para que sua cotação tenha validade é necessário seguir alguns procedimentos:
- Papel timbrado ou identificação legível da empresa;
- Valor Unitário, Valor Total por Item, valor Total por Lote (quando aplicável) e Valor Global da Proposta;
- Prazo de Validade da Proposta: não inferior a 90 dias;
- A unidade de fornecimento deverá ser o mesmo do Termo de Referência/Projeto Básico;
- Frete CIF;
- Data e assinatura

Solicito ainda, enviar proposta em nome da Secretaria do Estado de Saúde do Distrito Federal - CNPJ 00.394.700/0001-08.

Obs: Caso não seja possível o envio de proposta até a data solicitada , favor nos informar por e-mail.


Atenciosamente,

LEONARDO PEREIRA DA SILVA

GEPP/DIAQ/SUAG/SES

Secretaria do Estado de Saúde do Distrito Federal

CNPJ:00.394.700./0001-08

 PB - SEI_00060_00109204_2020_43.pdf
235K

A

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

ATT. SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - IOHAN ANDRADE STRUCK

SAIN, Parque Rural S/Nº, bloco C, 1ª andar Asa Norte, Sede da SES/DF - Plano Piloto

CEP: 70086-900- Brasília, DF

Referência: Dispensa de Licitação – Emergencial SRP nº 00060-00170460/2020-04

Proposta que faz a empresa **ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA.** inscrita no CNPJ nº 04.099.848/0001-05 estabelecida na Rua Augusto Stresser, 453 Juvevê – Curitiba – Paraná, para Dispensa de Licitação para futura Contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada para prestação de serviço de recursos humanos especializados de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) e serviço de entrega de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos.

O valor total de proposta é de R\$ 23.595.187,02 (vinte e três milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, cento e oitenta e sete reais e dois centavos), para 180 (cento e oitenta) dias de contrato. Os preços apresentados estão incluídos todas as despesas relativas à entrega, impostos, fornecimento, instalação, manutenção, customização, taxas, fretes, seguros e demais encargos e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS/LOTE/ITEM						
ITEM	DESCRIÇÃO	QNT Total	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, de 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).	6 Meses (180 dias)	Serviços	R\$ 3.932.531,17	R\$ 3.932.531,17	R\$ 23.595.187,02

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias

Rua Augusto Stresser, 453. Curitiba - PR - Brasil - CEP 80.030-340 - Fone: +55 (41) 3078-4747
grupoabl.com.br

Curitiba, 30 de março de 2020.

Roger Tedesco Bicalho
Gerente Administrativo
CPF 926.275.365-91

04 099 948/0001-05
ABL SYSTEM CONSULTORIA E
INFORMÁTICA LTDA
Rua Augusto Stresser, 453
Juvevê - CEP 80030-340
Curitiba - PR

Rua Augusto Stresser, 453. Curitiba - PR - Brasil - CEP 80.030-340 - Fone: +55 (41) 3078-4747
grupoabl.com.br

Proposta BRB SERVIÇOS Nº 20032020

Brasília, 20 de março de 2020

À
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
SAIN, Parque Rural S/Nº, bloco C, 1º andar
Asa Norte, Sede da SES/DF - Plano Piloto
CEP: 70086-900- Brasília, DF

Referência: Processo SES 00060-00107460/2020-04

Proposta que faz a empresa BRB SERVIÇOS S/A, inscrita no CNPJ nº 12.857.569/0001-80 estabelecida na Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco C, Asa Norte, Brasília – DF, para Dispensa de Licitação, para Contratação, em caráter emergencial, de empresa para prestação de serviços especializados de central telefônica ativa e receptiva, para atendimento aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo), contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos.

A contratação se justifica pelos Decretos Nºs 40.475/20, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, e no 40.520/20, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus; no perfil de usuários que são atendidos pelo Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal (CEAF-DF), compreendido essencialmente por pessoas pertencentes ao grupo de risco, ou seja,

1/4



pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes, além da suspensão de atividades coletivas com mais de cem pessoas, determinada pelo retro mencionado decreto 40.520/20.

Nesse sentido, o objeto da presente contratação é plenamente atendido pelos objetivos sociais previstos no Estatuto da BRB Serviços que prevê, entre outras atividades, a prestação dos serviços de teleatendimento, bem como a prestação de serviços de gestão de processos de negócio, incluindo sistema tecnológico e logístico de transporte, nos termos do seu art. 4º, "*in verbis*":

Art. 4º A Empresa tem por objeto social exercer as seguintes atividades:

[...]

IV - Prestação de telesserviços, incluindo serviços de Atendimento a Clientes - SAC, teleatendimento, atendimento presencial, Telecobrança, Telemarketing, Contact Center e outros serviços relacionados;

[...]

VI - Prestação de serviços de gestão de processos de negócios, tais como:

1. Sistema tecnológico e logístico de transporte;

[...]

2/4

Portanto, no presente caso, a contratação da BRB Serviços por dispensa de licitação, nos termos dos dispositivos citados, se justifica pela emergencialidade imposta pela pandemia do COVID-19, amparada pelo fato de que a BRB Serviços possui objeto social compatível, bem como a necessária expertise para prestação dos referidos serviços.

Dessa forma, após análise criteriosa do Projeto Básico SEI/GDF – 37293085, para execução dos serviços emergenciais necessários, a BRB Serviços dimensionou projeto com as seguintes especificações:

- Central Telefônica - ativa e receptiva, com 26 (vinte e seis) postos de trabalho (desse total 1 posto de trabalho será destinado à Supervisão e os outros 25 postos ao atendimento/agendamento), com funcionamento de 12 horas (07h às 19H), para atendimento aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) com sistema de agendamento. Essa central terá força de trabalho de 54 (cinquenta e quatro) funcionários (2 supervisores e 52 operadores de teleatendimento) com carga horária de 6 horas/dia cada, conforme estabelecido pela NR-17 e demais normas da categoria.
- Fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e acondicionamento dos medicamentos na quantidade de 7 Colaboradores (2 para cada unidade da Farmácia de Alto Custo e 1 Encarregado Operacional) para a separação e acondicionamento dos produtos;



3/4

- Operação logística por empresa especializada, devidamente licenciada para armazenamento e transporte de medicamentos, seguro dos medicamentos, colaboradores treinados com frota própria autorizada pela ANVISA e adequados à distribuição dos medicamentos, na quantidade necessária para realização das cerca de 33 mil entregas por mês.

O valor global da presente proposta, para execução dos serviços pelo prazo de 180 dias, é de R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil, setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos) – R\$ 1.802.625,06 (um milhão, oitocentos e dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais e seis centavos) mensais.

Nos preços apresentados estão inclusas todas as despesas relativas à entrega, impostos, fornecimento, instalação, manutenção, customização, taxas, fretes, seguros e demais encargos e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.


PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS/LOTE/ITEM

Item	Descrição	Quant Total	Unid.	Valor Mensal	Valor Total 6 meses
1	Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos	6 meses	Serviço	R\$ 1.802.625,06	R\$ 10.815.750,36

medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC N° 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC N° 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria N° 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).				
Valor total Mensal: RS 1.802.625,06 (um milhão, oitocentos e dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais e seis centavos).				
Valor Global (6 meses): RS 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil, setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos).				

Atenciosamente,

BRB Serviços S/A


Marcos Fernando F. dos Santos Jacinto
Diretor Presidente



PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

GRUPO 1 - REMUNERAÇÃO DA MÃO DE OBRA

REMUNERAÇÃO DA MÃO DE OBRA

Inicial

I	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QTDE	P. UNITÁRIO (R\$)	SUBTOTAL (R\$)
1	Operador de teleatendimento I	U.N	52	R\$ 1.377,06	R\$ 71.607,12
2	Supervisor de Operações I	U.N	2	R\$ 2.216,46	R\$ 4.432,92
Total Remuneração					R\$ 76.040,04

GRUPO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS

2.1 - 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS				%	Valor (R\$)
A	13º Salário			8,33%	R\$ 6.334,14
B	Adicional de Férias			2,78%	R\$ 2.113,91
TOTAL DO SUBGRUPO 2.1				11,11%	R\$ 8.448,05

2.2 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (GPS), FUNDO DE GARANTIA (FGTS) E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES				%	Valor (R\$)
A	INSS (Lei 12.546/2011.)			20,00%	R\$ 15.208,01
B	SESI OU SESC			1,50%	R\$ 1.140,60
C	SENAI OU SENAC			1,00%	R\$ 760,40
D	INCRRA			0,20%	R\$ 152,08
E	SEBRAE			0,60%	R\$ 456,24
F	Salário Educação			2,50%	R\$ 1.901,00
G	Seguro Acidente de Trabalho - SAT/RAT			4,25%	R\$ 3.232,92
H	FGTS			8,00%	R\$ 6.083,20
TOTAL DO SUBGRUPO 2.2				38,05%	R\$ 28.934,45

2.3 - BENEFÍCIOS MENSAS E DIÁRIOS				%	Valor (R\$)
A	Vale Transporte (¹)				R\$ 8.287,57
B	Vale Alimentação/Refeição(²)				R\$ 33.259,00
C	Assistência Médica	54	R\$ 120,00	R\$	6.480,00
D	Assistência Odontológica	54	R\$ 15,00	R\$	810,00
E	Seguro de Vida	54	R\$ 5,00	R\$	270,00
F	Cesta Básica				R\$ -
G	Auxílio Funeral	0			R\$ -
H	Auxílio Creche	0			R\$ -
J	Ações Motivacionais	0			R\$ -
K	Treinamento e Reciclagem	0			R\$ -
L	Ginástica Laboral	0			R\$ -
L	Pão e Leite	0			R\$ -
TOTAL DO SUBGRUPO 2.3					R\$ 49.106,57

RESUMO GRUPO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS				%	Valor unitário (R\$)
2.1	13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS				R\$ 8.448,05
2.2	ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (GPS), FUNDO DE GARANTIA (FGTS) E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES				R\$ 28.934,45
2.3	BENEFÍCIOS MENSAS E DIÁRIOS				R\$ 49.106,57
TOTAL DO GRUPO 2					R\$ 86.489,07

GRUPO 3 - PROVISÃO DE RESCISÃO

A	Aviso Prévio Indenizado			0,23%	R\$ 174,89
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio			8,00%	R\$ 6.083,20
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado			4,00%	R\$ 3.041,60
D	Aviso Prévio Trabalhado			0,15%	R\$ 114,06
E	Incidência do submodulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado			38,05%	R\$ 3.582,09
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado			5,00%	R\$ 3.802,00
TOTAL DO GRUPO 3					R\$ 16.797,84

GRUPO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4.1 - AUSÊNCIAS LEGAIS				%	Valor (R\$)
A	Férias			8,33%	R\$ 6.334,14
B	Ausências legais			1,45%	R\$ 1.102,58
C	Licença paternidade			1,00%	R\$ 760,40
D	Ausência por acidente de trabalho			3,35%	R\$ 2.547,34
E	Afastamento Maternidade			0,00%	R\$ -
TOTAL DO SUBGRUPO 4.1					R\$ 10.744,46

4.2 - INTRAJORNADA				%	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação			0,00%	R\$ -
TOTAL DO SUBGRUPO 4.2					R\$ -

RESUMO GRUPO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				%	Valor unitário (R\$)
4.1	AUSÊNCIAS LEGAIS			0,00%	R\$ 10.744,46
4.2	INTRAJORNADA			0,00%	R\$ -
TOTAL DO GRUPO 4					R\$ 10.744,46

GRUPO 5 - CUSTO DE CONTRATAÇÃO LOGÍSTICA

A	INSTALAÇÃO CALL CENTER		1	R\$ 51.740,00	R\$ 51.740,00
B	TELEFONIA		1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
C	ENTREGA MEDICAMENTOS EM CASA		1	R\$ 905.280,00	R\$ 905.280,00
D	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO (TECNOLÓGICOS)		0	R\$ -	R\$ -
E	SERVIÇOS DE TERCEIROS (MATERIAL E MÃO DE OBRA)		0	R\$ -	R\$ -
F	MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES PREDIAIS		0	R\$ -	R\$ -
G	DIVERSOS		0	R\$ -	R\$ -
TOTAL DO GRUPO 5					R\$ 972.020,00

6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	11,00%	R\$ 127.830,06
B	Lucro	17,00%	R\$ 255.829,53
C	Tributos	14,25%	R\$ 256.874,07
C.1	PIS	1,65%	R\$ 29.743,31
C.2	COFINS	7,60%	R\$ 136.999,50
C.3	ISS	5,00%	R\$ 90.131,25
C.4	INSS	0,00%	R\$ -
TOTAL DO GRUPO 5			R\$ 640.533,66
QUADRO RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS			
A	GRUPO 1 - REMUNERAÇÃO DA MÃO DE OBRA	R\$	76.040,04
B	GRUPO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$	86.489,07
C	GRUPO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$	16.797,84
D	GRUPO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$	10.744,46
E	GRUPO 5 - INSUMOS DIVERSOS	R\$	972.020,00
F	GRUPO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$	640.533,66
TOTAL (OS = ORÇAMENTO SINTÉTICO)			R\$ 1.802.625,06



Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria de Administração Geral
Diretoria de Instrução para Aquisições
Gerência de Pesquisa de Preços

Planilha DETALHADA de Estimativa de Preços
PROCESSO: 00060-00109204/2020-43

Item: 1	Contratação emergencial de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários				
Quantidade	6				
Unidade de fornecimento	Mês				
CÓDIGO BR	20605				
Responsável Compra / Responsável Cotação	Fonte	Data Compra/Proposta	Quantidade	Preço Unitário	Preços Válidos
ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA	Proposta	20/mar/20	6	R\$ 3.932.531,17	R\$ 3.932.531,17
BRB Serviços	Proposta	20/mar/20	6	R\$ 1.802.625,06	R\$ 1.802.625,06
Mediana		R\$			2.867.578,12
Valor Mínimo (-50%)		R\$			1.433.789,06
Valor Máximo (+50%)		R\$			4.301.367,17
Média Final		R\$			2.867.578,1150
Mediana Final		R\$			2.867.578,1150
Última Aquisição		Não localizado			
PREÇO DE REFERÊNCIA		R\$			1.802.625,06



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Gerência de Pesquisa de Preços

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DA FASE INTERNA DA LICITAÇÃO –
PESQUISA DE PREÇOS**

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS VERIFICADOS		Sim/Não/Não se aplica	Documento SEI/Folha
PESQUISA DE PREÇOS			
1.	Utilizou preços de Notas Fiscais eletrônicas consultados no Pannel de Mapa de Preço da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal-SEFAZ?	NÃO	
1.1.	Apresentou comprovante ou justificativa de ausência de preços do Pannel de Mapa de Preço da SEFAZ?	SIM	38029097
1.2.	O relatório de Notas Fiscais eletrônicas está dentro da vigência de 90 dias, sendo consideradas as NFe emitidas em até 180 dias anteriores à data da pesquisa?	NÃO SE APLICA	
2.	Utilizou preços do Sistema de Compras do Governo do Distrito Federal?	NÃO	
2.1.	O relatório do Sistema de Compras do Governo do Distrito Federal possui requisitos mínimos como número da licitação, data de homologação, descrição do objeto, valor do item?	NÃO SE APLICA	
2.2.	Os preços do Sistema de Compras do Governo do Distrito Federal estão dentro da vigência de 12 meses da data da homologação?	NÃO SE APLICA	
2.3.	Apresentou comprovante ou justificativa de ausência de preços do Sistema de Compras do Governo do Distrito Federal?	SIM	38028931
3.	Utilizou preços públicos de licitações similares de demais órgãos?	NÃO	37850771
3.1.	Demais preços públicos possuem requisitos mínimos como número da licitação, nome do órgão responsável, UASG ou outro código de identificação, quando cabível, data de homologação, descrição do objeto, valor do item?	SIM	37850771
3.2.	Demais preços públicos estão dentro da vigência de 12 meses da data homologação?	NÃO SE APLICA	
3.3.	Apresentou comprovante ou justificativa de ausência de preços públicos dos demais entes?	SIM	37850771;38029097
Utilizou preços de Atas de Registro de			

4.	Utilizou preços de Atas de Registro de Preço?	SIM	Proc 00600-00000439/
4.1.	Atas de Registro de Preço possuem requisitos mínimos como fonte da pesquisa, número da Ata e/ou da licitação, data da publicação em Diário Oficial, data de homologação, prazo de vigência, descrição do objeto, valor do item?	NÃO SE APLICA	
4.2.	Atas de Registro de Preço estão dentro da vigência determinada?	NÃO SE APLICA	
5.	Utilizou contratos de entes públicos?	NÃO	
5.1.	Os contratos estão devidamente assinados por ambas as partes contendo no mínimo o número da licitação, nome do órgão contratante, nome da contratada, UASG ou outro código de identificação, quando cabível, data de assinatura, prazo de vigência, descrição do objeto, valor do item, e os respectivos termos aditivos?	NÃO SE APLICA	
5.2.	Os contratos estão dentro do prazo de vigência ou foram finalizados até 180 dias anteriores a data da pesquisa?	NÃO SE APLICA	
6.	Utilizou propostas de fornecedores do ramo?	SIM	(37825188;37825296)
6.1.	Os pedidos de cotação a fornecedores foram feitos formalmente, em prazo de resposta não inferior a 5 dias úteis? As propostas enviadas pelos fornecedores estão de acordo com o objeto, contendo a razão social e CNPJ da empresa, valor unitário e total, assinadas pelo responsável legal, com prazo de vigência e demais informações condizentes com o objeto que incidam no preço ofertado?	SIM	37383728;37547368;
6.2.	Emitiu no sitio da Receita Federal a Situação Cadastral do CNPJ dos fornecedores que apresentaram proposta?	NÃO SE APLICA	
6.3.	Os orçamentos dos fornecedores estão em plena vigência?	SIM	
7.	Apresentou Planilha Comparativa de Preços devidamente datada, assinada e identificada pelo servidor responsável (nome e matrícula)?	NÃO SE APLICA	
7.1.	O orçamento para aquisições e serviços, inclusive os insumos para terceirização de mão de obra, encontra-se detalhado em planilhas que expresse a composição de todos os seus custos unitários baseado em pesquisa de preços praticados no mercado do ramo do objeto da contratação?	SIM	38028889
7.2.	Foram verificados se os lançamentos dos valores pesquisados e os cálculos na planilha comparativa de preços estão corretos?	SIM	38028889
	Foram excluídos do cálculo do valor de referência aqueles considerados		

7.3.	exorbitantes ou inexequíveis, conforme critérios fundamentados e descritos no processo?	SIM	38028889
7.4.	Para o cálculo do valor de referência, foram utilizados pelo menos três preços válidos?	SIM	38028889
7.4.1	No caso de pesquisa com menos de três preços válidos, foi apresentada justificativa?	SIM	38029097
7.5.	O resultado do valor de referência é o menor valor ou maior percentual de desconto obtido entre a média e a mediana final?	NÃO	38029097
7.6	Utilizou como valor de referência, de forma justificada, o menor dos preços ou o maior desconto obtido na pesquisa, sem a aplicação de tratamento estatístico?	SIM	38029097
8.	Utilizou, de forma justificada, outro parâmetro como fonte de pesquisa?	NÃO SE APLICA	
9.	Utilizou, de forma justificada, outro método para obter o valor de referência?	NÃO SE APLICA	



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO PEREIRA DA SILVA - Matr.1690644-6, Gerente de Pesquisa de Preços**, em 02/04/2020, às 15:56, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 verificador= **38028931** código CRC= **05086C88**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria de Instrução para Aquisição
Gerência de Pesquisa de Preços

Relatório SEI-GDF n.º 552/2020 - SES/SUAG/DIAQ/GEPP

Brasília-DF, 02 de abril de 2020

Assunto: Pesquisa de Preços para definição de preço de referência.

À SUAG/DIAQ.

Senhor Diretor,

1. OBJETO

1.1. Trata o presente processo de **contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente** (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis), conforme Projeto Básico (37293085).

1.2. Este relatório possui a finalidade de sugerir ao ordenador de despesas o preço de referência para a contratação em questão, que, por sua vez, auxiliará o julgador do certame quanto ao juízo de admissibilidade das propostas apresentadas, conforme disposto na Lei nº 8.666/93 e Lei Distrital nº 5.525, de 26 de agosto de 2015.

1.3. Os preços de referência sugeridos se embasaram em ampla pesquisa de preços realizada, cujos resultados se encontram relatados ao longo deste Relatório.

1.4. Em atenção ao art. 3 da Portaria nº 514/2018, que regulamenta o disposto no Decreto Distrital nº 39.453, de 14 de novembro de 2018, para a realização da pesquisa de preços foram observadas as especificações ou descrições do objeto a ser adquirido ou contratado e, sempre que possível, os seguintes fatores intervenientes no preço, dentre outros: I - o quantitativo total do objeto; II - a localização geográfica; III - a influência da sazonalidade no preço do objeto; IV - as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem, execução do serviço, formas de pagamento e garantias exigidas; V - marca e modelo solicitado, quando couber.

2. DAS FONTES PARA PESQUISA

2.1. Em atenção art. 7 da Portaria nº 514/2018, esta Gerência de Pesquisa de Preços - DIAQ/GEPP realizou consulta aos bancos de dados dos sistemas, conforme abaixo elencados:

2.2. [Painel de Mapa de Preços/GDF](#), não localizado.

2.3. [DW/SIASG \(ID: 37850771\)](#)

2.4. [Proposta de Fornecedores \(ID: 37825188;37825296\)](#)

2.5. Cumpre informar que, considerado diversas modalidades de licitação, para contratação em tela porém obtivemos **reduzida quantidade de dados que correspondam ao objeto em tela, o que inevitavelmente reduz a amplitude na análise desta DIAQ/GEPP, a fim de que o balizamento deste certame seja fundamentado nos preços praticados pela Administração Pública.** Cabe destacar que todos os resultados obtidos na presente estimativa foram avaliados pela área técnica responsável pela presente demanda no âmbito da SES-DF, como pode ser observado no Parecer Técnico (37905728) e (37927389).

2.6. Informa-se ainda que, após consulta ao Sistema de Nota Fiscal Eletrônica para pesquisa no Painel de Mapa de Preços do Distrito Federal, em atendimento ao Decreto Distrital nº 39.453/2018 e Portaria nº 514/2018 - SEPLAG, não foi possível aferir se os resultados obtidos tratam-se do mesmo objeto pleiteado.

2.7. Esclarecemos, que esta DIAQ/GEPP, realizou na presente data pesquisa de preços no Sistema de Compras do Governo do Distrito Federal (<https://www.compras.df.gov.br/publico/>), no entanto não foram encontrados resultados que tratam-se do mesmo objeto do Termo de Referência SES/DF.

2.8. Esclarecemos ainda, que esta Secretaria possui uma Central de Compras própria, para aquisições de insumos e serviços alinhados com as atividades finalísticas, portanto considerando a presente aquisição se tratar de item relacionado às atividades da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, foi realizada a busca por **Última Contratação feita por esta Pasta na presente estimativa**, porém, não localizamos registro de contratação anterior já que se trata de primeira contratação que se deu devido à crise mundial provocada por COVID-19.

3. CONCLUSÃO (ANÁLISE CASO A CASO)

3.1. Convém registrar que, embora tenhamos obtido poucas amostras de preços válidos, esta DIAQ/GEPP em sua análise não negligenciou o comportamento de preço para o referido serviço, buscando entender de forma coerente a característica de cada objeto, objetivando obter o preço de referência o mais atualizado possível, visando a viabilidade da contratação.

3.2. Para obtenção do valor de referência, aplicou-se a metodologia entabulada no Art.13 da Portaria nº 514/2018, que regulamenta o disposto no Decreto Distrital nº 39.453/2018. Primeiramente, calculou-se a mediana de todos os preços encontrados de acordo com a citada pesquisa. Após, identificou-se os valores que ficaram 50% superiores ou inferiores à mediana obtida e os mesmos foram subtraídos do cálculo referencial. Finalizados os cálculos citados, os dados resultantes foram submetidos a média e mediana, sendo que o menor preço entre as duas metodologias foi tomado como valor de referência, **no entanto devido à destoância entre as Propostas obtidas, o limitado número de fornecedores que Orçaram o serviço e ao exíguo prazo que esta GEPP/DIAQ dispõe para conclusão da pesquisa de preços**, foi utilizado o menor dos preços encontrados como referência, como pode ser observado na **Planilha Detalhada (ID:38028889)**.

3.3. Nesse sentido e diante de todos os cenários apresentados no presente Relatório, esta DIAQ/GEPP sugere que seja utilizado como Preço de Referência para os itens pleiteados, os valores discriminados na **Planilha Consolida de Pesquisa de Preços**, cujo valor global obtido é **R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos)**, conforme abaixo descrito:

Planilha CONSOLIDADA de Estimativa de Preços

PROCESSO: 00060-00109204/2020-43

ITEM	CÓDIGO BR	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA MENSAL	TOTAL POR ITEM
Item: 1	20605	Contratação emergencial de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).	Mês	6	R\$ 1.802.625,06	R\$ 10.815.750,36
TOTAL GERAL					R\$	10.815.750,36

3.4. Vale ressaltar que o preço de referência é um balizador para orientar o julgador do

certame, não devendo restringir a capacidade de negociação. De outro modo, o preço de referência é apenas o resultado de uma extensa pesquisa realizada por mais de uma área desta SES/DF que indica outras aquisições recentes, regulações de mercados, fabricantes, etc. Para otimizar o processo de aquisição, o julgador do certame não deve negligenciar este trabalho de pesquisa, e sim utilizá-lo para angariar dados quando da fase de negociação com os participantes da licitação.

3.5. Recomenda-se ainda, se possível, que quando da divulgação do presente certame as empresas que comercializam o produto/serviço sejam oficiadas, de forma a ampliar a concorrência da licitação, procedimento que se espera que seja capaz de resultar em preços mais vantajosos para esta pasta.

3.6. Informamos ainda que, em consonância com o Art. 20 da Portaria nº 514/2018, constam nos autos a **Lista de Verificação de Conformidade da Fase Interna da Licitação - Pesquisa de Preços (ID:38028931)**.

3.7. Pelo exposto, encaminha-se o presente documento para análise e superior deliberação quanto ao preço de referência estimado.

Respeitosamente,

LEONARDO PEREIRA DA SILVA

Gerência de Pesquisa de Preços

Gerente

De acordo. Encaminhe-se **À GEAQ/DAESP**, para prosseguimento.

Atenciosamente,

JADIR COSTA FILHO

Diretoria de Instrução para Aquisição

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **JADIR COSTA FILHO - Matr.1442826-1, Diretor(a) de Instrução para Aquisição**, em 02/04/2020, às 13:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO PEREIRA DA SILVA - Matr.1690644-6, Gerente de Pesquisa de Preços**, em 02/04/2020, às 13:16, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38029097** código CRC= **CF38041F**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38029097



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria de Aquisições Especiais
Gerência de Aquisições Especiais

Despacho - SES/SUAG/DAESP/GEAQ

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

AO

GEO/DIOR/FSDF

Encaminha-se os autos a Vossa Senhoria solicitando alocação de recursos para o exercício financeiro de 2020.

Objetivo: Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente.

Valor de: R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos).

Atenciosamente,

ERIKA MESQUITA TEIXEIRA

Gerente de Aquisições Especiais

EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO

Diretor de Aquisições Especiais



Documento assinado eletronicamente por **EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO - Matr.1437033-6, Diretor(a) de Aquisições Especiais**, em 02/04/2020, às 10:57, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ERIKA MESQUITA TEIXEIRA - Matr.1693597-7, Gerente de Aquisições Especiais**, em 02/04/2020, às 11:43, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[aca=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38030109** código CRC= **4B7FC072**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38030109



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Gerência da Central de Atendimento ao Cidadão

Atestado de Capacidade Técnica SEI-GDF n.º 1/2019 -
CODEPLAN/PRESI/GECAC

Brasília-DF, 10 de maio de
2019

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN, empresa pública de direito privado, sob a forma de sociedade por ações, regida pela Lei Federal nº 6.404/76, integrante da Administração Indireta do Governo do Distrito Federal na forma do artigo 3º, inciso II e parágrafos, da Lei Federal nº. 4.545, de 10 de dezembro de 1964, que a instituiu, constituída por escritura pública, de 5 de dezembro de 1966, publicada no Diário Oficial da União, de 26 de dezembro de 1966, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.046.060/0001-45, sediada no SAM, Projeção "H", Brasília-DF, declara para os devidos fins, que a empresa BRB SERVIÇOS S/A (antiga BSB Administradora de Ativos S/A), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 12.875.569/0001-80, sediada no SCN Quadra 4 Bloco C, Asa Norte, Brasília — DF, através do Contrato emergencial nº 07/2012, assinado em 31 de maio de 2013, prestou os serviços abaixo descrito:

Objeto Contratual

Contratação de empresa especializada para fornecimento de uma solução global para a implantação, sustentação operacional e modernização continuada de uma Central Única de Atendimento ao Cidadão do Governo do Distrito Federal, envolvendo todos os recursos tecnológicos e humanos de alta complexidade, incluindo pesquisas e desenvolvimento de métodos, técnicas e padrões de interação e relacionamento com usuários através de multicanais (telefone, e-mail, chat, web, mídias sociais etc.) de acordo com as especificações contidas no Projeto Básico, parte integrante do presente processo.

Contrato com ANEXO UNICO

Serviço	Unidade	Quantidade
PA I – Esse PA utilizará operador Nível I para 06 horas de atendimento de segunda a sexta feira	PA	50
PA II - Esse PA utilizará operador Nível I para 12 horas de atendimento de segunda a sexta feira, das 08 às 20h	PA	70
PA III - Esse PA utilizará operador Nível I para 12 horas de atendimento de segunda a domingo, incluindo feriados, das 08 às 20h	PA	10
PA IV- Esse PA utilizará operador Nível I para 24 horas de atendimento	PA	05

de segunda a domingo, incluindo feriado		
PA V - Esse PA utilizará operador Nível II para 06 horas de atendimento de segunda a sexta-feira. "Auxiliar de Enfermagem ou Profissionais Biomédicas"	PA	30
PA VI - Esse PA utilizará operador Nível II para 12 horas de atendimento de segunda a sexta-feira, das 08 às 20h. "Auxiliar de Enfermagem ou Profissionais Biomédicas"	PA	05
PA VII - Esse PA utilizará operador Nível II para 24 horas de atendimento de segunda a domingo, incluindo feriado "Auxiliar de Enfermagem ou Profissionais Biomédicas"	PA	10
PA VIII - Esse PA utilizará operador Nível II para 06 horas de atendimento "Psicologia"	PA	04
PA IX - Esse PA utilizará operador Nível II para 12 horas de atendimento "Psicologia"	PA	04
PA X - Esse PA utilizará operador Nível II para 24 horas de atendimento "Psicologia"	PA	02
PA XI - Esse PA utilizará operador Nível III para 06 horas de atendimento - segunda a sexta-feira - Atendimento ao Turista - Trilingue.	PA	20
PA XII - Esse PA utilizará operador Nível III para 12 horas de atendimento de segunda a sexta-feira, das 08 às 20h - Atendimento ao Turista - Trilingue.	PA	10
PA XIII - Esse PA utilizará operador Nível III para 12 horas de atendimento de segunda a domingo, incluindo feriado - Atendimento ao Turista - Trilingue.	PA	10
PA XIV - Esse PA utilizará operador Nível III para 24 horas de atendimento de segunda a domingo, incluindo feriado Atendimento ao Turista - Trilingue.	PA	10
PA XV - Esse PA utilizará operador Nível I para 12 horas de atendimento de segunda a sexta-feira, para recebimento de deficientes auditáveis e de fala, sendo equipada com todos os recursos de hardware.	PA	05



Documento assinado eletronicamente por MARIA DE NAZARE MACEDO DOMINICI - Matr.0002314-0, Assistente Técnico(a) de Administração, em 13/05/2019, às 13:50, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=22178393 código CRC= 81005870.

Setor de Administração Municipal - SAM, Bloco H - Bairro Asa Norte - CEP 70620-080 - DF

3342-2265

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA


EMPRESA EMITENTE	
RAZÃO SOCIAL	BRB Banco de Brasília S/A
CNPJ	00.000.208/0001-00
ENDEREÇO	SBS QD 01, BLOCO E, Ed. Brasília, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.072-900
TELEFONE	61 30298741
SIGNATÁRIOS DA EMITENTE DO ATESTADO	
NOME	Tiago Coli Dantas
CARGO	Superintendente
Telefone	61 – 3412-9002
e-mail	supsucan@brb.com.br
NOME	Maria do Socorro do Nascimento Oliveira
CARGO	Gerente de Área
Telefone	61 – 3027-8741
e-mail	ggetel@brb.com.br

ATESTAMOS, para fim exclusivo de participação em licitação que a empresa BRB Serviços S.A. com sede à SCN Quadra 04, Bloco C, Asa Norte, Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o número 12.875.569/0001-80, presta serviços para a Central de Relacionamentos do Banco de Brasília S.A - BRB, desde o dia 17/07/2014 até o presente momento, nos termos dos contratos 2014/144 e 2016/145, e seus aditivos, conforme descrição do objeto abaixo:

Prestação de Serviços das atividades do Site da Central de Relacionamento para o Conglomerado BRB, no Distrito Federal, incluindo instalações físicas e lógicas necessárias, instalações prediais, infraestrutura de rede, estações de trabalho, rede local, manutenção, suporte dos equipamentos, recursos humanos, mobiliários, material de expediente e equipamentos necessários à execução de serviços, de teleatendimento receptivo, telemarketing ativo, atendimento multimeios e serviços de suporte à operação. Para a prestação dos serviços disponibilizam customização de solução de atendimento eletrônico, com consulta a banco de dados em web service e vocalização das respostas automáticas através da URA, fornecimento de solução de CRM – *Customer Relationship Management*, contemplando serviços de levantamento, modelagem e implementação do sistema, disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

contemplando a execução baseada em níveis de serviços e utilização de recursos CTI (Computer Telephony Integration), gravação digital e solução de gestão de atendimentos em arquitetura web; com número de 150 (cento e cinquenta) posições de atendimentos, utilizando-se de processos baseados em normas de maturidade de Gestão, baseando-se na melhores práticas de mercado, para a gestão e entrega de resultados.

Brasília-DF, 29 de março de 2018.


Tiago Coli Dantas
Superintendente SUCAN
Maria do Socorro do Nascimento Oliveira
Gerente GETEL



A Control SAC. Segundo o novo nível de satisfação no ano de 2019 de 93,4%, com uma média de 92,96%, normal, tornando a pontuação de qualidade dos serviços oferecidos um pouco superior, demonstrando a evolução dos investimentos da NEXO Control.

[illegible]

BRB SERVIÇOS		BRB SERVIÇOS S.A.		GDP	
		CNPJ: 12.875.549/0001-00			
Nota 18 Despesas de Pessoal					
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018
Salários e vantagens	(1.387.402)	(1.253.340)			
Horas extras	(18.566)	(11.180)			
Assistat	(14.388)	(33.110)			
Férias	(250.422)	(178.815)			
13º Salário	(229.432)	(115.009)			
Indenizacões	(2.848)	(18.613)			
Vale Transporte	(25.121)	(28.313)			
Vale Refeição	(346.262)	(314.344)			
Alimentação	(39.114)	(38.592)			
Proteção Pessoal	(84.452)	(1.132.080)			
Alimentação Pessoal	(31.250)	(51.932)			
Alimentação	(40.000)	(39.000)			
Remuneração de Consultorias	(111.738)	(13.437)			
Despesas Sociais	(392.262)	(257.040)			
Despesa Despesas	(22.808)	(16.486)			
Total	(4.306.929)	(4.195.822)			
As despesas de pessoal referem-se aos salários, encargos e benefícios de pessoal da administração, consultorias e terceirizadas.					
Nota 19 Despesas Administrativas					
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018
Aluguel	(4.355)	(3.183)			
Energia Elétrica	(20.177)	(27.800)			
Manutenção de Equipamentos	(39.170)	(11.980)			
Manutenção de Locais	(14.287)	(38.981)			
Viagens Despesas	(5.903)	(2.832)			
Locação de Equipamentos	(34.875)	(24.875)			
Aluguel	(362.338)	(311.032)			
Serviços terceirizados (pessoal jurídico)	(14.438)	(24.287)			
Aluguel	(17.288)	(6.175)			
Outros	(14.200)	(28.600)			
Publicidade Legal	(27.400)	(78.400)			
Comunicação	(230)	(300)			
Consultoria	(165.710)	(27.080)			
Correspondência e Imprensa		(2.870)			
Aluguel	(17.211)	(14.618)			
Manutenção de instalações	(61.588)	(38.080)			
Despesas de Depreciação/Amortização	(187.278)	(178.272)			
Despesa Social (L1)	(14.550)	(13.657)			
Outros	(13.480)	(78.100)			
Total	(1.285.918)	(1.618.540)			
a) A perda judicial em dezembro de 2018, referente ao processo nº 0111828-36.2017.4.03.0001/0001, referente ao pagamento de indenização, resultou em valor de R\$ 11.388, e ao processo nº 012102528-2007/0001, referente à indenização em valor de R\$ 2.100.					
Nota 20 Outros Receitas e Despesas Operacionais					
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018
Recuperação de Despesas	(4.738)	38			
Despesas Operacionais	38	1			
Outros Receitas (L1)	72.580	(18.500)			
Total	72.580	(18.500)			
a) Refere-se ao montante de salvação de equidade emitido em janeiro de 2018, com a EFD - DCTF, Fimanciamos e Investimentos (FAI) e Resultado em lucro de 2018.					
Nota 21 Impacto de Evento Passivo Jurídico e Constituição Social sobre o Lucro Líquido					
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018
Resultado antes de IR e CSLL	1.990.794	1.990.794	CSLL	191.088	191.088
Aluguel	(25.121)	(22.800)	CSLL	1.343	1.343
CSLL	(300.000)	(300.000)			
Lucro real antes da compensação de prejuízos fiscais	(104.327)	(132.006)	CSLL	(32.115)	(32.115)
Compensação de prejuízos fiscais	(30.000)	(30.000)	CSLL	(30.000)	(30.000)
Base de cálculo de IRPJ e CSLL	1.111.837	1.108.837	CSLL	111.196	111.196
Despesa com IRPJ e CSLL	(121.391)	(386.889)	CSLL	(32.391)	(32.391)
Regime de tributação pelo Lucro Real - Estimativa Mensal					
Nota 22 Transações Com Partes Relacionadas					
As transações com partes relacionadas foram realizadas a preços de mercado, com as partes relacionadas não sendo consideradas em consideração no cálculo do lucro líquido da administração.					
BRB ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S.A.					
A BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. é uma entidade da Companhia, sendo assim, detentora de controle sobre a BRB Serviços S.A.					
A Companhia possui uma subsidiária administradora e Corretora de Seguros na seguinte estrutura:					
do contrato de serviços:					
a) Invenção Total - Tia. S.A. (Controladora de Seguros) (P.A. Votada).					
OPERAÇÕES COM A BRB ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S.A.					
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018
Ativo					
Contratos de seguros	151.000	151.000			
Total	151.000	151.000			
Passivo					
Receitas de serviços	1.800.000	1,800,000			
Total	1,800,000	1,800,000			
BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.					
A Companhia possui uma subsidiária - Banco de Brasília - na seguinte estrutura de prestação de serviços:					
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018
Ativo					
Contratos de seguros	151.000	151.000			
Total	151.000	151.000			
Passivo					
Receitas de serviços	1,800,000	1,800,000			
Total	1,800,000	1,800,000			
OPERAÇÕES COM A BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.					
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018
Ativo					
Contratos de seguros	151.000	151.000			
Total	151.000	151.000			
Passivo					
Receitas de serviços	1,800,000	1,800,000			
Total	1,800,000	1,800,000			
OPERAÇÕES COM A BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.					
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018
Ativo					
Contratos de seguros	151.000	151.000			
Total	151.000	151.000			
Passivo					
Receitas de serviços	1,800,000	1,800,000			
Total	1,800,000	1,800,000			
OPERAÇÕES COM A BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.					
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018
Ativo					
Contratos de seguros	151.000	151.000			
Total	151.000	151.000			
Passivo					
Receitas de serviços	1,800,000	1,800,000			
Total	1,800,000	1,800,000			
OPERAÇÕES COM A BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.					
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018
Ativo					
Contratos de seguros	151.000	151.000			
Total	151.000	151.000			
Passivo					
Receitas de serviços	1,800,000	1,800,000			
Total	1,800,000	1,800,000			
OPERAÇÕES COM A BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.					
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018
Ativo					
Contratos de seguros	151.000	151.000			
Total	151.000	151.000			
Passivo					
Receitas de serviços	1,800,000	1,800,000			
Total	1,800,000	1,800,000			
OPERAÇÕES COM A BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.					
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018
Ativo					
Contratos de seguros	151.000	151.000			
Total	151.000	151.000			
Passivo					
Receitas de serviços	1,800,000	1,800,000			
Total	1,800,000	1,800,000			
OPERAÇÕES COM A BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.					
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018
Ativo					
Contratos de seguros	151.000	151.000			
Total	151.000	151.000			
Passivo					
Receitas de serviços	1,800,000	1,800,000			
Total	1,800,000	1,800,000			
OPERAÇÕES COM A BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.					
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018
Ativo					
Contratos de seguros	151.000	151.000			
Total	151.000	151.000			
Passivo					
Receitas de serviços	1,800,000	1,800,000			
Total	1,800,000	1,800,000			
OPERAÇÕES COM A BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.					
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018
Ativo					
Contratos de seguros	151.000	151.000			
Total	151.000	151.000			
Passivo					
Receitas de serviços	1,800,000	1,800,000			
Total	1,800,000	1,800,000			
OPERAÇÕES COM A BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.					
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018
Ativo					
Contratos de seguros	151.000	151.000			
Total	151.000	151.000			
Passivo					
Receitas de serviços	1,800,000	1,800,000			
Total	1,800,000	1,800,000			
OPERAÇÕES COM A BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.					
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018
Ativo					
Contratos de seguros	151.000	151.000			
Total	151.000	151.000			
Passivo					
Receitas de serviços	1,800,000	1,800,000			
Total	1,800,000	1,800,000			
OPERAÇÕES COM A BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.					
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018
Ativo					
Contratos de seguros	151.000	151.000			
Total	151.000	151.000			
Passivo					
Receitas de serviços	1,800,000	1,800,000			
Total	1,800,000	1,800,000			
OPERAÇÕES COM A BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.					
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018
Ativo					
Contratos de seguros	151.000	151.000			
Total	151.000	151.000			
Passivo					
Receitas de serviços	1,800,000	1,800,000			
Total	1,800,000	1,800,000			
OPERAÇÕES COM A BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.					
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018
Ativo					
Contratos de seguros	151.000	151.000			
Total	151.000	151.000			
Passivo					
Receitas de serviços	1,800,000	1,800,000			
Total	1,800,000	1,800,000			
OPERAÇÕES COM A BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.					
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018
Ativo					
Contratos de seguros	151.000	151.000			
Total	151.000	151.000			
Passivo					
Receitas de serviços	1,800,000	1,800,000			
Total	1,800,000	1,800,000			
OPERAÇÕES COM A BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.					
	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018
Ativo					
Contratos de seguros	151.000	151.000			
Total	151.000	151.000			
Passivo					
Receitas de serviços	1,800,000	1,800,000			
Total	1,800,000	1,800,000			
OPERAÇÕES COM A BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.					
	31.12.2019	31.12.201			

[illegible]

(*) Republicado por erro da Editora Gráfica, publicado no DODF nº 39, de 28 de fevereiro de 2020, páginas 42 a 47.

DAR-148/2020

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01265
PROCESSO: 00060-00037310/2020-18. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, a empresa ÚNICO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLI CNPJ Nº 23.864.942/0001-13. OBJETO: AQUISIÇÃO DE DESMOPRESSINA SOLUÇÃO INJETÁVEL 4MG/ML AMPOLA 1ML REFRIGERAÇÃO, conforme Ata de Registro de Preço nº 236/2019-D SES/DF e Pedido de Aquisição de Material nº 5-20/AFM000489 e Autorização de Fornecimento de Material nº 5-20/AFM000369. VALOR: R\$ 2.586,00 (dois mil quinhentos e oitenta e seis reais). PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 08/02/2020. Pela SES/DF: EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01267
PROCESSO: 00060-00040318/2020-61. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA. CNPJ Nº 03.485.572/0001-04. OBJETO: AQUISIÇÃO DE INDAPAMIDA COMPRIMIDO LIBERAÇÃO PROLONGADA 1 MG, conforme Ata de Registro de Preço nº 23/2019-E SES/DF e Pedido de Aquisição de Material nº 5-20/2020PM00530 e Autorização de Fornecimento de Material nº 5-20/AFM000409. VALOR: R\$ 266.913,60 (duzentos e sessenta e seis mil novecentos e treze reais e sessenta centavos), PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 08/02/2020. Pela SES/DF: EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01280
PROCESSO: 00060-00040361/2020-27. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa VITAMMED DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS P. CNPJ Nº 22.530.297/0001-30. OBJETO: AQUISIÇÃO DE ALCOL GEL 70% FRASCO 400G A 500G VALVULA ,PUMP, conforme Ata de Registro de Preço nº 210/ 2019-E SES/DF e Pedido de Aquisição de Material nº 5-20/PAM000532 e Autorização de Fornecimento de Material nº 5-20/AFM000411. VALOR: R\$ 15.125,60(quinze mil cento e vinte e cinco reais e sessenta centavos), PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 08/02/2020 Pela SES/DF: EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01314
PROCESSO: 00060-00046378/2020-98. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa UNIÃO QUÍMICA FARMACÉUTICA NACIONAL S.A. CNPJ Nº 60.665.981/0009-75. OBJETO: AQUISIÇÃO DE TIORIDAZINA (CLORIDRATO) DRÁGMA 100 MG, conforme Ata de Registro de Preço nº 47/ 2019 - C SES/DF e Pedido de Aquisição de Material nº 5-20/PAM000594 e Autorização de Fornecimento de Material nº 5-20/AFM000469. VALOR: R\$ 99.360,00 (noventa e nove mil trezentos e sessenta reais). PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 11/02/2020. Pela SES/DF: NELMA REGIA DA CUNHA LOIZEIRO

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01315
PROCESSO: 00060-00047106/2020-13, Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, empresa MEDCOMERCE COM. DE MEDIC. E PRODUTOS HOSPIT. LTDA CNPJ Nº 37.396.017/0006-24, OBJETO: AQUISIÇÃO DE TENECTEPLASE PO LIOFILIZADO 40 MG FRASCO AMPOLA + SERINGA PREENCHIDA COM 8 ML DILUENTE +ADAPTADOR + AGULHA, conforme Ata de Registro de Preço nº 206/2019-C SES/DF e Pedido de Aquisição de Material nº 5-20/PAM000604 e Autorização de Fornecimento de Material nº 5-20/AFM0004076. VALOR: R\$ 709.222,88 (setecentos e nove mil duzentos e vinte e dois reais e oitenta e oito centavos). PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 11/02/2020. Pela SES/DF: NELMA REGIA DA CUNHA LOUZEIRO.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html> pelo código 50012020030200036

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01316
PROCESSO: 00600-00042989/2020-67. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa MERCANTIL BARRETO COM.L DE PROD. HOSP. E SUP. LTDA. CNPJ Nº 15.031.173/0001-44. OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOPAMINA (CLORIDRATO) SOLUCAO INJETAVEL 5 MG/ML AMPOLA 10 mL, conforme Ata de Registro de Preço nº 72/2020-SE/DF e Pedido de Aquisição de Material nº 55-2020-0000566 e Autorização de Compra nº 00000000000000000000000000000000, VALOR: R\$ 7.144,00(sete mil cento e quarenta e quatro reais). PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 11/02/2020. Pela SE/DF: NELMA REGIA DA CUNHA LOUZEIRO.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01322
PROCESSO: 00060-00036486/2020-52. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa FRESINENS KABI BRASIL LTDA. CNPJ Nº 49.324.221/0001-04. OBJETO: AQUISIÇÃO DE Glicose 10 % SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSA OU FRASCO 500 ML SISTEMA FECHADO DE INFUSÃO, conforme Ata de Registro de Preço nº 96300-0/2019, e Pedido de Aquisição de Material nº 0000000469 e Aquisição de Material nº 0000000470, com prazo de entrega de 20 (vinte) dias, valor de R\$ 14.040,00 (quatorze mil e quarenta reais), PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 11/02/2020. Pela SE/DF: NELMA REGIA DA CUNHA LOUZEIRO.

PROCESSO: 00060-00038429/2020-16. Partes: DISTRITO FEDERAL por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL por uma empresa e a empresa UNIBIO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLI CNPJ Nº 23.864.942/0001-13. OBJETO: AQUISIÇÃO DE BUDESONIDA AEROSSOL NASAL 32MCG/DOSE FRASCO 120 DOSES COM VALVULA DOSIFICADORA, conforme Ata de Registro de Preço nº 236/2019-2 SES/DF e Pedido de Afirmação de Material nº 5-20/PAM000507 e Autorização de Fornecimento de Material nº 5-20/AFM000387. VALOR: R\$ 3.088,56 (três mil oitenta e oito reais e cinquenta e seis centavos). PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 11/02/2020. Pela SES/DF: NELMA REGIA DA CUNHA LOUIZEIRO.

PROCESSO: 00060-00047298/2020-50. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa UNIÃO QUÍMICA FARMACEUTICA NACIONAL S/A. CNPJ Nº 60.665.981/0009-75. OBJETO: AQUISIÇÃO DE OCITOCINA SOLUCÃO INJETAVEL 5 UI AMPOLA 1 ML, conforme Ata de Registro de Preço nº 228/ 2019-H SUDF e Pedido de Aquisição de Material nº 5.20/PAMO000607 e Autorização de Fornecimento de Material nº 000004/2020-50. VALOR: R\$ 55.330,00 (cinquenta e cinco mil trezentos e trinta reais). PRAZO DE ENTREGA: 100% em 30 DIAS. Data do Empenho: 11/02/2020. Pela SUDF, NELMA REGIA DA CUNHA LOUZEIRO.

PROCESSO: 00060-00036771/2020-73. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa MEDCOMERCE COM. DE MEDIC. E PRODUTOS HOSPIT. LTDA, CNPJ nº 37.396.017/0006-24. OBJETO: AQUISIÇÃO DE IMUNOGLOBULINA ANTI-RHO (ANTI-D) SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 250 MCG A 300 MCG FRASCO - AMPOLA OU SERINGA PREENCHIDA, conforme ATA de Registro de Preço nº 228/2019-E SES/DF e Pedido de Aquisição de Material nº 5-20/PAM000477 e Autorização de Fornecimento de Material nº 5-20/AFM000359. VALOR: R\$ 171.261,00 (cento e setenta e um mil duzentos e sessenta e um reais), PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 11/02/2020. Pela SES/DF: NELMA REGIA DA CUNHA LOUZEIRO.

PROCESSO: 00060-00033467/2020-74. Partes: DISTRITO FEDERAL e a empresa UNIAO QUIMICA SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S.A. CNPJ Nº 60.665.981/0009-75. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CEFALEXINA SUSPENSÃO OU PO PARA SUSPENSÃO ORAL 50 MG/ML FRASCO 100 ML COM DOSEADOR, conforme Ata de Registro de Preço nº 227/2019 - I SES/DF e Pedido de Aquisição de Material nº 5-20/AFM000413e Autorização de Fornecimento de Material nº 5-20/AFM000310. VALOR: R\$ 5.135,70(cinco mil e cento e trinta e cinco reais e setenta centavos). PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 11/02/2020. Pela SES/DF: EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil





TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 16/03/2020, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

BRB SERVICOS S/A

12.875.569/0001-80

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 16/03/2020

Selo digital de segurança: **2020.CTD.EZIC.V5ZT.IPWX.Y9SD.U8RL**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.875.569/0001-80

Razão Social: BRB SERVICOS SA

Endereço: SCN QD 04 BLOCO C SN / ASA NORTE / BRASILIA / DF / 70714-902

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/03/2020 a 13/07/2020

Certificação Número: 2020031602304763260783

Informação obtida em 31/03/2020 08:33:57

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: BRB SERVICOS S/A
CNPJ: 12.875.569/0001-80

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:59:56 do dia 19/12/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/06/2020.

Código de controle da certidão: **96FC.D802.4D63.3E6E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº: 125012713472020

NOME: BSB ADMINISTRADORA DE ATIVOS S/A

ENDEREÇO: SCN QUADRA 4 BLOCO C

CIDADE: ASA NORTE

CNPJ: 12.875.569/0001-80

CF/DF: 0755948000157

FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o CNPJ acima.

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04 / 07 / 2003, gratuitamente.

Válida até 30 de abril de 2020.

Certidão emitida via internet em 31/03/2020 às 08:35:04 e deve ser validada no endereço <https://www.receita.fazenda.df.gov.br>.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Validade: 26/09/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certidão emitida gratuitamente.

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

3º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS DE BRASÍLIA
 301 Quadra 18, Bloco B-40, Lote 15/16, Fênix, Brasília/DF, CEP: 70020-100 - Fone: (61) 3321-8272
 Site: www.tjdftba.com.br E-mail: tjdftba@tjdftba.br

AUTENTICAÇÃO

Autentico esta cópia conforme ART. 7, V, da Lei 8935/54

Brasília-DF, 17/09/2019 - 13:22:54

088-MARIA DOLORES RIBEIRO
 SOARES

ESCREVENTE AUTORIZADO

Selo: TJDFDT20190080424137JREA

Consultar: www.tjdft.jus.br





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.875.569/0001-80 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/11/2010
NOME EMPRESARIAL BRB SERVICOS S/A		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 82.20-2-00 - Atividades de teleatendimento		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais 64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada		
LOGRADOURO Q SCN QUADRA 4 BLOCO C	NÚMERO 0	COMPLEMENTO *****
CEP 70.714-902	BAIRRO/DISTRITO ASA NORTE	MUNICÍPIO BRASILIA
UF DF		
ENDEREÇO ELETRÔNICO KLEZIA.FONTINELES@BSBATIVOS.COM.BR	TELEFONE (61) 3029-8346	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/11/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **31/03/2020** às **11:13:14** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO NO CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL - DIF

Imprimir

CPF/DF 07.559.480/001-57		CPF/CNPJ 12.875.569/0001-80		DataConcessão 18/11/2010	
Denominação social BRB SERVICOS S/A					
Título do Estabelecimento - Nome Fantasia BRB SERVICOS					
Natureza Jurídica/Tipo de Contribuinte SOCIEDADE ANONIMA					
Qualificação do Contribuinte ISS EMPRESA				FAC - Número do Protocolo	
				113-24136/45	
Regime de Tributação do ISS REGIME NORMAL DE APURACAO		Faixa do ISS XX		Data de enquadramento no ISS	
				17/11/2010	
Regime de Tributação do ICMS		Faixa do ICMS XX		Data de enquadramento no ICMS	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				XXXXXXXXXX	
Descrição Atividade Econômica do ISS ATIVIDADES DE TELEATENDIMENTO					
Código da Atividade - ISS N8220-2/00-00		Data de Início de Atividade - ISS 17/11/2010			
Descrição da Atividade Econômica do ICMS XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX					
Código da Atividade - ICMS XXXXXXXXXX		Data de Início de Atividade - ICMS XXXXXXXXXX			
Endereço SCN QUADRA 4 BLOCO C				CEP 70.714-902	
Bairro ASA NORTE		Cidade BRASILIA		UF DF	
Situação Cadastral ATIVA		Data 31/03/2020			

Este documento foi emitido no dia 31/03/2020 na Internet pelo portal Agênci@Net e poderá ser reimpresso no endereço <http://publica.agencianet.fazenda.df.gov.br>.



CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Nº: R00122/2020

CERTIFICAMOS, para os fins que se fizerem necessários, que a empresa **BRB SERVIÇOS S/A**, CNPJ nº 12.875.569/0001-80, encontra-se inscrita neste Conselho Regional sob o nº PJ/2496, desde 07/03/2013, sem anotação de qualquer impedimento, tendo como Responsável(is) Técnico(s) o(s) profissional(is):

- MARCELO NERES DA SILVA, inscrito no CRA-DF sob o nº: 020130

CERTIFICAMOS, TAMBÉM, que a referida Empresa **não sofreu** qualquer punição disciplinar por parte deste Conselho Regional e **nada consta** que desabone a sua conduta, até a presente data, estando em dia com suas obrigações financeiras, a que se refere o artigo 51 do Decreto nº 61.934 de 22 de dezembro de 1967, que regulamentou a Lei nº 4.769/65.

Brasília, DF, 06 de março de 2020,

ESTA CERTIDÃO É VÁLIDA ATÉ 31/12/2020

...: ESTA CERTIDÃO NÃO CONTÉM EMENDAS NEM RASURAS :...



A autenticidade do documento pode ser conferida no site e número de controle abaixo:

<http://cra-df.implanta.net.br/servicosOnline/Publico/ValidarDocumentos/a52b7702-d6bc-4f0a-985f-d85cf7c03ecb>



DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MÃO-DE-OBRA DE MENOR

A empresa **BRB SERVIÇOS S/A**, com sede em Brasília, Distrito Federal, à SCN, Quadra 04, Bloco "C", Asa Norte, CEP 70.714-902, inscrita no CNPJ sob o nº 12.875.569/0001-80, neste ato representada pelo Diretor Presidente, Sr. **Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto**, brasileiro, portador do RG nº 047810272013-4 SSP/MA e do CPF nº 473.222.251-04 e por sua Diretora Operacional, Sr. **Ricardo José Duarte Rodrigues**, brasileiro, portador do RG nº 1.997.936 SSP/DF e do CPF nº 970.107.661-34, ambos residentes e domiciliados nesta capital, DECLARA, sob as penas da lei, para os devidos fins junto à **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – SES/DF**, que não utiliza mão-de-obra, direta ou indireta, de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666/93.

Brasília – DF, 31 de março de 2020.

Atenciosamente,


Marcos Fernando F. dos Santos Jacinto
Diretor Presidente


Ricardo José Duarte Rodrigues
Diretor de Controladoria, Administração
e Finanças



DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS SUPERVENIENTE

A empresa **BRB SERVIÇOS S/A**, com sede em Brasília, Distrito Federal, à SCN, Quadra 04, Bloco "C", Asa Norte, CEP 70.714-902, inscrita no CNPJ sob o nº 12.875.569/0001-80, neste ato representada pelo Diretor Presidente, Sr. **Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto**, brasileiro, portador do RG nº 047810272013-4 SSP/MA e do CPF nº 473.222.251-04 e por sua Diretora Operacional, Sr. **Ricardo José Duarte Rodrigues**, brasileiro, portador do RG nº 1.997.936 SSP/DF e do CPF nº 970.107.661-34, ambos residentes e domiciliados nesta capital, DECLARA, sob as penas da lei, para os devidos fins junto à **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – SES/DF**, que não se encontra em processo de Falência ou Concordata, e que até a presente data não existem fatos precedentes impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Brasília – DF, 31 de março de 2020.

Atenciosamente,

Marcos Fernando F. dos Santos Jacinto
Diretor Presidente

Ricardo José Duarte Rodrigues
Diretor de Controladoria, Administração
e Finanças

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO PROJETO BÁSICO

A empresa **BRB SERVIÇOS S/A**, com sede em Brasília, Distrito Federal, à SCN, Quadra 04, Bloco "C", Asa Norte, CEP 70.714-902, inscrita no CNPJ sob o nº 12.875.569/0001-80, neste ato representada pelo Diretor Presidente, Sr. **Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto**, brasileiro, portador do RG nº 047810272013-4 SSP/MA e do CPF nº 473.222.251-04 e por sua Diretora Operacional, Sr. **Ricardo José Duarte Rodrigues**, brasileiro, portador do RG nº 1.997.936 SSP/DF e do CPF nº 970.107.661-34, ambos residentes e domiciliados nesta capital, DECLARA, sob as penas da lei, para os devidos fins junto à **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – SES/DF**, que a empresa tomou conhecimento de todos os critérios e exigências descritas no Projeto Básico e que, havendo divergência entre o descrito no Ato Convocatório e o Projeto Básico, prevalecerá as normas constantes no Projeto Básico.

Brasília – DF, 31 de março de 2020.

Atenciosamente,

Marcos Fernando F. dos Santos Jacinto
Diretor Presidente

Ricardo José Duarte Rodrigues
Diretor de Controladoria, Administração
e Finanças

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIÇOS DA ADMINISTRAÇÃO NO QUADRO SOCIETÁRIO

A empresa **BRB SERVIÇOS S/A**, com sede em Brasília, Distrito Federal, à SCN, Quadra 04, Bloco "C", Asa Norte, CEP 70.714-902, inscrita no CNPJ sob o nº 12.875.569/0001-80, neste ato representada pelo Diretor Presidente, Sr. **Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto**, brasileiro, portador do RG nº 047810272013-4 SSP/MA e do CPF nº 473.222.251-04 e por sua Diretora Operacional, Sr. **Ricardo José Duarte Rodrigues**, brasileiro, portador do RG nº 1.997.936 SSP/DF e do CPF nº 970.107.661-34, ambos residentes e domiciliados nesta capital, DECLARA, sob as penas da lei, para os devidos fins junto à **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – SES/DF**, de acordo com a Portaria nº 356 de 29 de junho de 2019, da Controladoria Geral do Distrito Federal, que não possui servidor da Administração direta ou indireta no quadro societário da empresa, conforme Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019.

Brasília – DF, 31 de março de 2020.

Atenciosamente,

Marcos Fernando F. dos Santos Jacinto
Diretor Presidente

Ricardo José Duarte Rodrigues
Diretor de Controladoria, Administração
e Finanças

 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa Departamento de Registro Empresarial e Integração		Nº 1 JCDF - SEDE SED - JCDF 26 AGO 2019 OFÍCIO DE REGISTRO EMPRESARIAL 18143.948-7	
Nº do processo ou file, quando o caso for em curso (UF)	Código da Prefeitura Jurídica	Nº do Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio	
53300012105	2054		
T - REQUERIMENTO			
ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Distrito Federal			
Nome: SRL SERVICOS S/A (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)			
requer a V.Sª a deferimento do seguinte ato:		Nº FUNDAMP DFE1800132533	
Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO OTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	019		ESTATUTO SOCIAL
BRASILIA Local		Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliário do	
		Nome: José da Costa F. Neto	
		Assinatura:	
		Telefone do Contato: 3029 8338	
28 Agosto 2019 Data			
2 - USO DA JUNTA COMERCIAL			
<input type="checkbox"/> DECISÃO SINGULAR		<input type="checkbox"/> DECISÃO COLEGIADA	
Nome(s) Empresari(a)s igual(eis) ou semelhante(s): <input type="checkbox"/> SIM		<input type="checkbox"/> SIM	
<input type="checkbox"/> NÃO / / Data Responsável		<input type="checkbox"/> NÃO / / Data Responsável	
Processo em Ordem À decisão 07.8.19 Data Responsável			
DECISÃO SINGULAR			
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.			
		/ / Data	/ / Responsável
DECISÃO COLEGIADA			
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência
<input checked="" type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.			
27 AGO 2019 Data	 Assinatura do Presidente da Turma		
OBSERVAÇÕES			



NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-00

ESTATUTO SOCIAL

BRB Serviços S/A

CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º A BRB SERVIÇOS S.A., doravante denominada Empresa, é uma sociedade por ações, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, de capital fechado, que explora atividade econômica na forma do art. 1º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, sujeita ao regime próprio das Empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, sendo regida por este Estatuto Social, pelas Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 13.303/2016, na forma regulamentada pelo Decreto nº 37.967, de 20 de janeiro de 2017, e demais disposições legais aplicáveis.

Art. 2º A Empresa tem sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal, e atuação em todo o território nacional, podendo criar ou suprimir escritórios, dependências descentralizadas e outros pontos de atendimento no País e no exterior.

Art. 3º A Empresa iniciou suas atividades em 16 de novembro de 2010, dispondo de prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II OBJETO SOCIAL

Art. 4º A Empresa tem por objeto social exercer as seguintes atividades:

I - Prestação de serviços de administração, cobrança e recuperação de títulos, operações de crédito e similares, multas e dívidas em geral de empresas e órgãos da Administração Pública e/ou a empresas privadas do País ou do exterior;

II - Participação, majoritária ou minoritária, do capital social de outras sociedades ou associações, sediadas no País ou no exterior, seja na qualidade de sócia, acionista ou associada na forma da regulamentação em vigor, desde que necessário ao atingimento de seu objeto social;

III - Serviços de recuperação, retomada, avaliação e leilão de bens;

IV - Prestação de telesserviços incluindo serviços de Atendimento a Clientes - SAC, teleatendimento, atendimento presencial, Telecobrança, Telemarketing, Contact Center e outros serviços relacionados;

V - Prestação de serviços de gestão, automação e execução das atividades referentes às rotinas de negócios ("back office") como:

- a) Gestão administrativa e financeira;
- b) Conciliação;
- c) Contas a pagar;
- d) Gestão de recursos humanos;
- e) Folha de pagamento;
- f) Gestão orçamentária;

1/30



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1303477 em 27/08/2019 da Empresa BRB SERVICOS S/A, Nire 53300012105 e protocolo DFE1900132530 - 26/08/2019. Autenticação: EA1FF392B89B2DB3BF6735599FE8334933930. Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/143.948-7 e o código de segurança be4a Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/09/2019 por Maxmilian Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Processo 00600-00000439/2020-16-e / pg. 15/15

pág. 2/31



#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

- g) Gestão contábil;
- h) Gestão de cadastro de clientes e fornecedores; e
- i) Outras rotinas de negócios.

VI - Prestação de serviços de gestão de processos de negócios, tais como:

- a) Sistema tecnológico e logístico de transporte;
- b) Meios de pagamento;
- c) Gestão de força de venda;
- d) Automação de sistema de contratação de crédito;
- e) Tratamento e higienização de cadastros;
- f) Sistemas anti-fraude;
- g) Oferta de crédito e microcrédito por meio de canais analógicos, digitais e agentes de crédito; e
- h) Outros processos.

VII - Prestação de serviços de suporte e orientação ao cliente, gerenciamento da venda e demais serviços personalizados ao consumidor por meio da infraestrutura tecnológica, inteligência artificial (chat bot) plataformas digitais, e-mail, SMS (short Mensagem Service), redes sociais e telesserviços.

VIII - Desenvolver, licenciar para outorga de direito de uso, integrar, instalar, produtos de informática, inteligência artificial, automação, inclusive equipamentos, terminais de autoatendimento bancário, partes e peças, projetos de propriedade intelectual, envolvendo toda a cadeia de serviços;

IX - Prestar serviços de:

- a) sustentação e manutenção de ambiente operacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
- b) gestão, análise, programação, codificação, manutenção, implantação e operação de sistemas de informação, inclusive gerenciamento e integração de sistemas e banco de dados;
- c) gerenciamento, monitoração e tratamento de dados e de ambientes lógicos e físicos, inclusive com hospedagem, recepção, processamento, suporte e monitoração dos dados em centro de processamento de dados;
- d) inteligência de análise de dados e intercâmbio eletrônico de informações com implementação e gestão de rede de valor agregado;
- e) manuseio, guarda e gestão por meio físico e/ou eletrônico de documentos, recepção, tratamento e digitação de dados;
- f) suporte e operação de serviços de suprimento, transporte multimodal de itens afetos ao objeto da Companhia;
- g) apoio logístico, gestão e execução de atividades inerentes aos serviços de operação bancária e de outros segmentos;
- h) consultoria em gestão, treinamento, recrutamento e seleção;

X - Prestação de serviços que requeiram suporte de Tecnologia da Informação, não previstos nos incisos anteriores;

2/30





000
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.562/0001-80

XI – cessão de mão-de-obra;

Parágrafo único. A BRB Serviços poderá, ainda, firmar convênios, contratos administrativos ou outros instrumentos jurídicos congêneres com entes públicos e privados de atividades previstas neste artigo, observadas as normas contidas no art. 1º deste Estatuto.

CAPÍTULO III FUNÇÃO SOCIAL

Art. 5º A função social da Companhia realiza-se no interesse coletivo expresso no instrumento de autorização legal para a sua criação.

§ 1º A realização do interesse coletivo de que trata este artigo deverá ser orientada para o alcance do bem-estar econômico e para a alocação socialmente eficiente dos recursos geridos pela BRB Serviços, bem como para o seguinte:

I - ampliação economicamente sustentada do acesso de consumidores aos produtos e serviços da Companhia; e

II - desenvolvimento ou emprego de tecnologia brasileira para produção e oferta de produtos e serviços da Companhia, sempre de maneira economicamente justificada.

§ 2º A Companhia deverá, nos termos da lei, adotar práticas de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social corporativa compatíveis com o mercado em que atua.

§ 3º A Companhia poderá celebrar convênio ou contrato de patrocínio com pessoa física ou com pessoa jurídica para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, desde que comprovadamente vinculadas ao fortalecimento de sua marca, observando-se, no que couber, as normas de licitação e contratos, conforme legislação vigente.

§ 4º Além de outras práticas proibidas pela legislação em vigor, é vedado à Empresa:

I - abrir crédito, emprestar, comprar ou vender bens de qualquer natureza a membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;

II - emitir debêntures conversíveis em ações, ações preferenciais ou partes beneficiárias

CAPÍTULO IV CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Art. 6º O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

§ 1º O capital social integralizado da Companhia é de 10.059.852,30 (dez milhões, cinquenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos), divididos em 248.000 (duzentas e quarenta e oito mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com ou sem emissão de certificado, podendo ser escriturais.

§ 2º O capital social poderá ser aumentado, após aprovação pela Assembleia Geral, até o limite do capital autorizado previsto no caput do art. 6º, independentemente de alteração estatutária.

MO

PA

3/30



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certificado registro sob o nº 1303477 em 27/08/2019 da Empresa BRB SERVICOS S/A, Nire 53300012105 e protocolo DFE1900132530 - 26/08/2019. Autenticação: EA1FF392B89B2DB3BF6735599FE8334933930. Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/143.948-7 e o código de segurança be4a Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/09/2019 por Maxmilian Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Processo 00600-00000439/2020-16-e / pg. 158



NIRE. 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-00

§ 3º Os títulos e certificados das ações, bem como suas respectivas cautelas, se emitidos, conterão, obrigatoriamente, as assinaturas do Diretor-Presidente e de um dos Diretores da Empresa.

§ 4º As ações são indivisíveis em relação à Empresa, cabendo a cada ação ordinária o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

§ 5º A Assembleia Geral que deliberar sobre o aumento de capital deve fixar prazo para o exercício do direito de preferência não inferior a 30 dias.

§ 6º O acionista controlador da Empresa responderá pelos atos praticados com abuso de poder, nos termos da Lei nº 6.404/1976.

CAPÍTULO V ASSEMBLEIA GERAL DE AÇIONISTAS

Art. 7º A Assembleia Geral, convocada na forma da lei, reunir-se-á ordinariamente nos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para os fins previstos em lei e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem.

Art. 8º Os trabalhos da Assembleia Geral serão presididos e secretariados por representantes do Acionista Controlador.

Parágrafo único. Nas Assembleias Gerais Extraordinárias, tratar-se-á, exclusivamente, do objeto declarado nos editais de convocação, não se admitindo a inclusão, na pauta da Assembleia, de assuntos gerais.

Art. 9º A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, pelo acionista ou pelo Conselho Fiscal, mediante anúncio publicado, observando-se os prazos e o quórum fixados na Lei nº 6.404/1976.

§ 1º O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 01 (um) ano, que seja acionista, administrador da Empresa ou advogado, na forma da legislação vigente, podendo ser solicitado o depósito prévio do respectivo instrumento de mandato na sede da Empresa, dentro do prazo estabelecido nos anúncios de convocação.

§ 2º Cabe à Assembleia Geral decidir todas as questões que lhe são privativas, de acordo com a legislação vigente. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, ressalvadas as exceções previstas em lei.

4/30





#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.075.569/0001-80

Art. 10. Além dos poderes estabelecidos em Lei, compete à Assembleia Geral:

I - deliberar sobre as demonstrações contábeis e sobre a distribuição ou retenção de lucros e a constituição de reservas;

II - deliberar sobre o relatório da administração e as contas anuais da Diretoria Colegiada;

III - aprovar anualmente o montante global de remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada da Empresa, na forma dos artigos 152 e 190 da Lei nº 6.404/1976;

IV - fixar anualmente a remuneração global dos membros do Conselho Fiscal;

V - nomear, eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, conforme legislação em vigor;

VI - aprovar as alterações do capital social da Empresa;

VII - deliberar sobre fusão, incorporação, cisão ou de quaisquer outras formas de reorganização societária envolvendo a Empresa; e

VIII - aprovar o Estatuto Social e suas reformas.

CAPÍTULO VI ADMINISTRAÇÃO

Art. 11. São considerados administradores os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada da BRB Serviços.

§ 1º Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria exercerão suas funções de forma colegiada para atingir o objeto da Empresa.

§ 2º A Empresa obedecerá às deliberações dos seus respectivos órgãos de administração, as quais estarão vinculadas às políticas e ao planejamento estratégico da Companhia.

§ 3º A composição de que trata o caput dar-se-á da seguinte forma:

I - No Conselho de Administração, por 03 (três) membros, sendo 01 (um) Presidente e 01 (um) Vice-Presidente; e

5/30





NIRE: 533.000-12-105
CNPJ: 12.075.569/0001-80

II - Na Diretoria Colegiada, por 04 (quatro) membros, sendo 01 (um) Diretor-Presidente e 03 (três) Diretores.

Art. 12. Os membros do Conselho de Administração e os indicados para os cargos de Diretor, inclusive Diretor-Presidente, serão escolhidos entre cidadãos de idoneidade moral, reputação ilibada e de notório conhecimento compatível com o cargo, devendo ser atendidos, alternativamente, um dos requisitos das alíneas "a", "b" e "c" do Inciso I e, cumulativamente, os requisitos dos incisos II e III:

I - ter experiência profissional de, no mínimo:

a) 10 (dez) anos, no setor público ou privado, na área de atuação da Companhia ou empresas do conglomerado BRB ou em área conexa àquela para a qual forem indicados, em função de direção superior; ou

b) 4 (quatro) anos ocupando pelo menos um dos seguintes cargos:

1. cargo de direção ou de chefia superior em Empresa de porte ou objetivo social semelhante ao da Companhia ou demais empresas do conglomerado BRB, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da Empresa;

2. cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior, no setor público;

3. cargo de docente ou de pesquisador em áreas de atuação da Companhia ou demais empresas do conglomerado BRB.

c) 4 (quatro) anos de experiência como profissional liberal em atividade direta ou indiretamente vinculada à área de atuação da Companhia ou demais empresas do conglomerado BRB.

II- ter formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado.

III - não se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do caput do artigo 1º da Lei Complementar nº 64/1990, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 135/2010.

§ 1º A formação acadêmica deverá contemplar curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação.

§ 2º As experiências mencionadas em alíneas distintas do inciso I do caput não poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido.

§ 3º As experiências mencionadas em uma mesma alínea do inciso I do caput poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido, desde que relativas a períodos distintos.

§ 4º Somente pessoas naturais poderão ser eleitas para o cargo de administrador da Empresa.

§ 5º Os Diretores deverão residir no País.

§ 6º Aplica-se o disposto neste artigo aos administradores da Empresa, inclusive às indicações do BRB - Banco de Brasília S.A. e da Associação dos Empregados do Banco de Brasília.

§ 7º É vedada a indicação, para o Conselho de Administração e para a Diretoria Colegiada:

6/30





#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

- I - de representante do órgão regulador ao qual a Companhia está sujeita;
- II - de Ministro de Estado, de Secretário Estadual e de Secretário Municipal;
- III - de titular de cargo em comissão na administração pública federal, estadual, distrital e municipal, direta ou indireta, sem vínculo permanente com o serviço público;
- IV - de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato eletivo de qualquer ente da federação, ainda que licenciado;
- V - de parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas mencionadas nos incisos I a IV;
- VI - de pessoa que atuou, nos últimos trinta e seis meses, como participante de estrutura decisória de partido político;
- VII - de pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização da campanha eleitoral;
- VIII - de pessoa que exerça cargo em organização sindical;
- IX - de pessoa física que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com o GDF, com a própria Companhia, com o BRB - Banco de Brasília S.A. ou empresas do conglomerado, nos três anos anteriores à data de sua nomeação; e
- X - de pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa político administrativa controladora do BRB - Banco de Brasília S.A., com o próprio BRB ou com qualquer empresa do conglomerado.

§ 8º Aplica-se a vedação do inciso III do § 7º ao servidor ou ao empregado público aposentado que seja titular de cargo em comissão da administração pública direta ou indireta.

§ 9º Aplica-se o disposto no § 7º a todos os administradores da Companhia, inclusive às indicações do BRB - Banco de Brasília S.A., e da Associação dos Empregados do Banco de Brasília - AEBRB.

§ 10 No caso de os indicados serem empregados do BRB - Banco de Brasília S.A., poderão ser dispensados os requisitos previstos no inciso I do caput, desde que atendido os seguintes requisitos:

- I - o empregado tenha ingressado no BRB por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos;
- II - o empregado tenha mais de 10 (dez) anos de trabalho efetivo no BRB ou em suas sociedades subsidiárias, controladas e coligadas;
- III - o empregado tenha ocupado cargo de direção ou chefia superior até o segundo nível não estatutário no BRB - Banco de Brasília S.A., comprovando sua capacidade para assumir as responsabilidades dos cargos de que trata o caput.

Art. 13. Os requisitos e as vedações para administradores e conselheiros fiscais são de aplicação imediata e devem ser observados nas novas nomeações e nas eleições realizadas a partir da data de publicação da Lei nº 13.303/2016, inclusive nos casos de recondução.

7/30





100
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-00

§ 1º Os requisitos deverão ser comprovados documentalmente, na forma exigida pelo formulário padronizado, disponibilizado pela Companhia.

§ 2º Será rejeitado o formulário que não estiver acompanhado dos documentos comprobatórios.

§ 3º O indicado apresentará declaração de que não incorre em nenhuma das hipóteses de vedação, nos termos do formulário padronizado.

Art. 14. A eleição e posse dos membros dos órgãos da Administração está condicionada à opinião favorável emitida pelo Comitê de Elegibilidade do BRB - Banco de Brasília S.A., quanto ao cumprimento dos requisitos e ausência dos impedimentos previstos em Lei e neste Estatuto.

Art. 15. Os membros dos órgãos da administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termos de posse no livro de atas do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada, conforme o caso.

§ 1º Assinarão o termo de posse o empossado e o Presidente do Conselho de Administração.

§ 2º Se o termo de posse não for assinado nos 30 (trinta) dias após a homologação pelo Banco Central do Brasil, esse tornar-se-á sem efeito, salvo justificativa formal aceita pelo Conselho de Administração.

§ 3º O mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada estender-se-á até a investidura dos novos Administradores eleitos.

Art. 16. Anualmente, o Conselho de Administração e a Diretoria Colegiada, sob a condução de seus Presidentes, utilizar-se-ão do método de autoavaliação, previamente regulamentada nos Regimentos Internos dos Órgãos, para avaliação formal de seus desempenhos.

CAPÍTULO VII IMPEDIMENTOS

Art. 17. Além dos impedimentos estabelecidos por lei, estarão impedidos de exercer cargos no Conselho de Administração, na Diretoria Colegiada da Companhia e demais órgãos estatutários:

I - o impedido por lei especial, o condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, contra a administração pública ou contra a licitação, ou o condenado a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;

II - o declarado inabilitado ou suspenso para o exercício dos cargos de administração, conselheiro fiscal, de conselheiro de administração, de Diretor ou de sócio-administrador nas instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, Empresas abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

8/30





#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-00

III - salvo autorização formalmente expressa, pelo nível hierárquico imediatamente superior, o que estiver respondendo pessoalmente, ou como controlador ou administrador de pessoa jurídica, por pendências relativas a protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;

IV - o declarado falido ou insolvente;

V - o inadimplente ou que tenha causado prejuízo ainda não ressarcido à Empresa, ao BRB - Banco de Brasília S.A., suas subsidiárias integrais, controladas ou coligadas;

VI - o que tiver cônjuge ou parente até segundo grau inadimplente ou tenha causado prejuízo ainda não ressarcido à Empresa, ao BRB - Banco de Brasília S.A., suas subsidiárias integrais, controladas ou coligadas;

VII - o que detiver controle ou participação relevante no capital social de pessoa jurídica inadimplente com a Empresa, com o BRB - Banco de Brasília S.A., suas subsidiárias integrais, controladas ou coligadas ou que lhes tenha causado prejuízo ainda não ressarcido, estendendo-se esse impedimento aos que tenham ocupado cargo de administração em pessoa jurídica nessa situação, no exercício social imediatamente anterior à data da eleição ou nomeação;

VIII - o que deteve o controle ou participou da administração de pessoa jurídica concordatária, falida ou insolvente, no período de 05 (cinco) anos anteriores à data da eleição ou nomeação, salvo na condição de síndico, comissário ou administrador judicial;

IX - o sócio, o ascendente, o descendente ou parente colateral ou afim, até o terceiro grau, de membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Colegiada, salvo quando for oriundo do quadro de empregados da ativa do BRB - Banco de Brasília S.A.; e

X - o que ocupar cargo em sociedade que possa ser considerado concorrente no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, Diretoria, ou em comitê de auditoria, e o que tiver interesse conflitante com a sociedade.

CAPÍTULO VIII CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 18. O Conselho de Administração, órgão independente de decisão colegiada, terá, na forma prevista em lei e neste Estatuto Social, atribuições orientadoras, eletivas e fiscalizadoras.

§ 1º O Presidente do Conselho de Administração e seu substituto serão eleitos pelo próprio Conselho.

9/30





NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

§ 2º O mandato unificado dos membros do Conselho de Administração é de 02 (dois) anos, a contar da data da Assembleia Geral que os eleger, sendo permitidas até 3 (três) reconduções consecutivas. O prazo do mandato estender-se-á até a posse dos novos membros.

§ 3º O Diretor-Presidente da Companhia, ou aquele que estiver substituindo-o, é participante obrigatório das reuniões do Conselho.

§ 4º O Conselho de Administração será composto por 03 (três) membros, sendo:

I - 02 (dois) representantes indicados pelo BRB - Banco de Brasília S.A; e

II - 01 (um) representante indicado pela AEBRB - Associação dos Empregados do Banco de Brasília.

§ 5º Perderá o mandato o Conselheiro que:

I - no período de 12 meses tiver deixado de comparecer a 02 (duas) reuniões ordinárias sequenciais, ou a 03 (três) reuniões ordinárias não consecutivas, sem justificativas aceitas pelo Presidente do Conselho de Administração; e

II - candidatar-se a mandato público eletivo. A perda do cargo dar-se-á na data do registro da candidatura.

Art. 19. No caso de vacância do cargo de Conselheiro, a Assembleia Geral será convocada para proceder nova eleição.

Art. 20. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 01 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente, mediante notificação escrita, nos termos do regimento interno do Conselho de Administração.

§ 2º As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho e secretariadas por quem ele indicar.

§ 3º Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros por si ou representados na forma do parágrafo único do artigo 21 deste Estatuto Social.

§ 4º As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Empresa, sendo admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência.

Art. 21. As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros em exercício.

10/30





400
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

Parágrafo único. Alternativamente, em caso de ausência de qualquer membro do Conselho, o mesmo poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta, fac-símile, correio eletrônico ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação do recebimento.

Art. 22. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos do Conselho cabendo ao Presidente além do voto comum, o de qualidade, em caso de empate.

Art. 23. Compete ao Conselho de Administração da Companhia, além de outras atribuições regulamentadas em lei:

I - fixar a Orientação Geral dos Negócios da Companhia, além de outras atribuições regulamentadas em Lei;

II - aprovar os documentos classificados como Estratégicos da Companhia, como Código de Conduta e Integridade Políticas; Plano Básico Organizacional - PBO; Orçamento; Planejamento Estratégico, Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, Regulamento de Licitações e Plano de Continuidade de Negócios.

III - autorizar as operações de que trata o parágrafo único do artigo 4º deste Estatuto Social;

IV - eleger o Diretor Presidente da Empresa por indicação do Diretor-Presidente do BRB - Banco de Brasília S.A., obedecidas as Leis e as disposições contidas neste Estatuto Social;

V - eleger e destituir os membros da Diretoria Colegiada da Empresa, e fixar-lhes as atribuições, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis;

VI - fiscalizar a gestão da Diretoria Colegiada da Empresa, examinar a qualquer tempo seus livros e papéis, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos;

VII - manifestar-se formalmente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria Colegiada e as Demonstrações Contábeis da Empresa, a serem submetidas à Assembleia Geral;

VIII - propor à Assembleia Geral as reformas estatutárias e manifestar-se sobre as propostas da mesma natureza apresentadas pela Diretoria Colegiada;

IX - convocar a Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou para o fim disposto no artigo 132 da Lei nº 6.404/1976;

X - aprovar o regimento interno do Conselho de Administração e decidir sobre a criação, a extinção e o funcionamento de comitês em seu próprio âmbito;

11/30





NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

XI - estabelecer meta de rentabilidade que assegure a adequada remuneração do capital próprio;

XII - autorizar a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis de uso próprio da Empresa, integrantes do ativo permanente, observadas as normas internas de competências e alçadas;

XIII - aprovar a estrutura organizacional da Empresa, especificando as responsabilidades e atribuições em nível igual ou superior ao de Gerência, observadas as disposições legais e regulamentares e as boas práticas de governança corporativa;

XIV - aprovar a política de pessoal da Empresa, fixando os respectivos dispêndios globais anuais;

XV - autorizar viagens a serviço ao exterior aos membros da Diretoria Colegiada;

XVI - aprovar o Regulamento de Compras e Contratações da Empresa; e

XVII - deliberar sobre:

a) a distribuição de dividendos intermediários, inclusive à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis;

b) o pagamento de juros sobre o capital próprio; e

c) a participação da Empresa em sociedades.

XVIII - submeter anualmente, à Assembleia Geral, proposta da remuneração global dos administradores (membros do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada) da Empresa na forma do art. 152 da Lei nº 6.404/1976, com observância aos parâmetros estabelecidos pelo BRB - Banco de Brasília S.A.;

XIX - apreciar e deliberar sobre as proposições do Comitê de Remuneração, referentes às remunerações dos membros da Diretoria Colegiada (composição e fixação da remuneração fixa, remuneração variável, bonificações, benefícios e vantagens), observado o alinhamento entre os interesses dos administradores e da Empresa, no curto, médio e longo prazo;

XX - supervisionar a conformidade da Empresa com as normas do BRB - Banco de Brasília S.A. que regem a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada;

12/30





NIRE 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.562/0001-80

XXI - supervisionar o relacionamento entre os membros da Diretoria Colegiada da Empresa com as demais partes interessadas;

XXII - decidir sobre os critérios de participação nos lucros e resultados da Empresa aos empregados;

XXIII - avaliar formalmente, ao fim de cada ano, o seu próprio desempenho e o da Diretoria Colegiada;

Parágrafo único. O processo de avaliação de desempenho citado no inciso XXIII deste artigo, no caso de administradores e dos membros de comitês, será realizado de forma individual e coletiva, conforme procedimentos previamente definidos pelo próprio Conselho de Administração, devendo ser avaliados na forma prevista na legislação.

XXIV - aprovar a criação, extinção e funcionamento de comitês estratégicos, operacionais e de controle e fiscalização, no âmbito da Diretoria Colegiada e unidades administrativas;

XXV - fixar as competências e as alçadas próprias, da Diretoria Colegiada e de seus membros, dos Comitês, bem como dos demais órgãos que compõem a estrutura organizacional da Empresa;

XXVI - aprovar os critérios de participação da Empresa em outras Sociedades, como meio de realizar seu objeto social ou para utilizar-se de incentivos;

XXVII - aprovar matérias relativas a encerramento, renúncia, liberação, cessão ou acordo de qualquer processo judicial, que envolva valores superiores a 10% do Patrimônio Líquido da Empresa; e

XXVIII - implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controles internos estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a Empresa, inclusive os riscos relacionados à ocorrência de corrupção e fraude.

CAPÍTULO IX DIRETORIA COLEGIADA

Art. 24. Todos os membros da Diretoria Colegiada serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

§ 1º O ato de nomeação exarado pelo Conselho de Administração indicará nominalmente os ocupantes dos cargos, especificando a Diretoria.

§ 2º a Diretoria Colegiada é composta pelo Diretor-Presidente e 03 (três) Diretores, sendo:

13/30





NIRE: 533 000 12-105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

I - 03 (três) representantes indicados pelo BRB - Banco de Brasília S.A, sendo 01 (um) deles do quadro de empregados do Banco; e

II - 01 (um) representante indicado pela AEBRB - Associação dos Empregados do Banco de Brasília.

§ 3º Os membros da Diretoria Colegiada terão mandato de 2 (dois) anos, permitidas até 3 (três) reconduções consecutivas. O prazo do mandato estender-se-á até a posse dos novos diretores.

§ 4º No prazo a que se refere o § 3º do caput, serão considerados os períodos anteriores de gestão ou de atuação ocorridos há menos de 02 (dois) anos e a transferência de Diretor para outra Diretoria da Empresa.

§ 5º Para fins do disposto no § 3º do caput, não se considera recondução a eleição de Diretor para atuar em outra Diretoria da Empresa.

§ 6º Atingidos os prazos máximos a que se refere o § 3º do caput, o retorno de membro estatutário para um mesmo cargo só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão ou de atuação.

Art. 25. Em suas ausências, licenças ou afastamentos, o Diretor-Presidente e demais membros da Diretoria Colegiada serão substituídos, cumulativamente, por outro membro da própria Diretoria, mediante designação do Diretor-Presidente e posterior homologação do Conselho de Administração.

§ 1º Nos casos de vacância em cargos da Diretoria Colegiada, o provimento do cargo, inclusive o de Diretor-Presidente, será feito pelo Conselho de Administração, mediante eleição, observadas as normas internas e externas que regem a matéria.

§ 2º O substituto eleito ocupará o cargo para o qual foi designado pelo tempo que restava ao substituído.

Art. 26. É assegurado aos membros da Diretoria Colegiada:

I - gratificação correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por mês de trabalho do ano calendário; e

II - gozo de férias anuais remuneradas de 30 (trinta) dias, que podem ser acumuladas até o máximo de dois períodos, vedada sua conversão em espécie ou indenização.

§ 1º As atribuições individuais do Diretor-Presidente da Empresa serão exercidas, durante suas ausências, licenças ou afastamentos:

14/30



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1303477 em 27/08/2019 da Empresa BRB SERVICOS S/A, Nire 53300012105 e protocolo DFE1900132530 - 26/08/2019. Autenticação: EA1FF392B89B2DB3BF6735599FE8334933930. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/143.948-7 e o código de segurança be4a Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/09/2019 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.



000
NIRE: 533 000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

I - de até 30 (trinta) dias consecutivos, por um dos Diretores que o Conselho de Administração designar; e

II - superiores a 30 (trinta) dias consecutivos, por um dos Diretores que for indicado internamente pelo BRB - Banco de Brasília S.A. ou pela AEBRB, dependendo de quem indicou o Diretor Presidente afastado, e homologado pelo Conselho de Administração.

§ 2º No caso de vacância, o cargo de Diretor-Presidente será ocupado, até a posse do seu sucessor, pelo Diretor indicado internamente pelo BRB - Banco de Brasília S.A. e homologado pelo Conselho de Administração.

§ 3º As atribuições individuais dos Diretores serão exercidas por outro Diretor, cumulativamente, sem acréscimo de remuneração, nos casos de ausências, licenças ou afastamentos bem como no caso de vacância, sendo:

I - até 30 (trinta) dias consecutivos, mediante designação do Diretor-Presidente; e

II - superior a 30 (trinta) dias consecutivos, ou em caso de vacância, até a posse do substituto eleito, mediante designação pelo Conselho de Administração, dentro do período em que exercer as funções do cargo.

§ 4º Nas hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo, o Diretor acumulará suas atribuições com as do Diretor-Presidente, com acréscimo de remuneração, no limite da diferença do valor entre elas.

§ 5º Perderá o cargo, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, o membro da Diretoria Colegiada que se ausentar sem amparo da Lei ou deste Estatuto Social.

Art. 27. Sob pena de perder o cargo caso haja descumprimento, os membros da Diretoria Colegiada terão dedicação integral, sendo vedado o exercício de atividades em outras sociedades com fim lucrativo, exceto:

I - quando desenvolvidas no BRB, em suas Subidiárias Integrais, Controladas ou Coligadas ou em sociedades das quais esses participem, direta ou indiretamente, observado o disposto no Inciso II, deste artigo;

II - em outras sociedades, por designação do Governador do Distrito Federal ou do Presidente da República, ou por autorização prévia e expressa do Conselho de Administração; e

III - participação em Conselhos de Administração e/ou Fiscal de Empresas não integrantes do Sistema Financeiro Nacional e/ou entidades afins.

Art. 28. É vedado aos sócios, diretores e administradores da Empresa:

15/30





#00
NIRE: 533 000 12 105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

I - aceitar ou exercer cargo ou emprego em pessoa jurídica de Direito Público, inclusive de entidade paraestatal; e

II - serem sócios, administradores, procuradores, despachantes ou empregados de Empresa de seguros, de capitalização ou de entidade aberta de previdência complementar.

Art. 29. Compete à Diretoria Colegiada cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e todas as deliberações e decisões ocorridas no âmbito dos órgãos de Governança.

Parágrafo único. Todas as decisões no âmbito da Empresa são tomadas com observância das normas internas que estabelecem as competências e alçadas aplicáveis.

Art. 30. À Diretoria Colegiada, formada pelo Diretor Presidente e Diretores, compete:

I - fazer cumprir a Orientação Geral de Negócios da Empresa, aprovada pelo Conselho de Administração;

II - deliberar e propor ao Conselho de Administração, para manifestação, as reformas estatutárias;

III - deliberar e propor ao Conselho de Administração o disposto em documentos institucionais classificados como estratégicos da Empresa, formalizados em Código de Conduta e Integridade, Políticas, Plano Básico Organizacional - PBO, Orçamento, Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, Regulamento de Licitações e Plano de Continuidade de Negócios;

IV - convocar a Assembleia Geral, na forma da lei, se o Conselho de Administração deixar de fazê-lo em tempo hábil;

V - garantir o cumprimento e a execução das matérias contidas nos documentos institucionais aprovados e das decisões exaradas, no âmbito dos órgãos de governança;

VI - aprovar e fazer executar os Planos Operacionais da Empresa;

VII - autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais, a prestação de garantias a obrigações de terceiros, a renúncia de direitos, a transação e o abatimento negocial, facultada a outorga desses poderes com limitação expressa;

VIII - manifestar-se e propor ao Conselho de Administração a política de pessoal, o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, auxílios, benefícios, e o dispêndio global anual dos empregados da Empresa, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis;

16/30





NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

IX - distribuir e aplicar os lucros apurados, na forma da deliberação da Assembleia Geral de Acionista ou do Conselho de Administração, observada a legislação vigente;

X - decidir sobre a criação, instalação e encerramento de sucursais, filiais ou agências, escritórios, dependências e outros pontos de atendimento, facultada a outorga desses poderes com limitação expresso;

XI - deliberar e propor ao Conselho de Administração, em nível igual ou superior ao de Gerência e aprovar, para os demais níveis hierárquicos, a estrutura organizacional da Empresa, bem como as suas responsabilidades e atribuições, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis e as boas práticas de governança corporativa;

XII - deliberar e propor ao Conselho de Administração a criação, extinção e funcionamento de Comitês estratégicos, operacionais e de controle e fiscalização, no âmbito da Diretoria Colegiada e Unidades Administrativas;

XIII - manifestar-se e propor ao Conselho de Administração as competências e alçadas da Diretoria Colegiada e de seus membros, dos Comitês, bem como dos demais órgãos que compõem a estrutura organizacional da Empresa;

XIV - propor ao Conselho de Administração as matérias relativas a:

a) distribuição de dividendos intermediários, inclusive à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual;

b) pagamento de juros sobre o capital próprio;

c) participações da Empresa em sociedades; e

d) aprovação do Regulamento de Compras e Contratações da Empresa.

XV - aprovar o Regimento Interno da Diretoria Colegiada e dos Comitês constituídos no âmbito deste órgão;

XVI - propor ao Conselho de Administração as matérias relativas à participação dos empregados nos lucros ou resultados da Empresa.

XVII - submeter, anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de sua gestão e as demonstrações contábeis reguladas na Lei das Sociedades por Ações.

17/30





R00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.873.569/0001-00

XVIII - autorizar a aquisição ou alienação de bens imóveis em caráter transitório, não integrantes do ativo permanente e que devam ser destinados à venda por disposição legal ou regulamentar, assim considerados os que tenham recebido em dação em pagamento, ou adquiridos em situação similar, facultada a outorga desses poderes com limitação expressa.

XIX - propor ao Conselho de Administração a aquisição ou alienação de bens imóveis de uso da Empresa, integrantes do seu ativo permanente, ressalvado o disposto no Inciso XVIII.

XX - autorizar a locação de bens imóveis de propriedade da Empresa, ou de propriedade de terceiros para seu uso, observadas as competências e alçadas.

XXI - autorizar a doação de bens inservíveis a sociedades civis sem fins lucrativos de caráter filantrópico, social, recreativo, cultural ou assistencial, bem como aprovar os normativos pertinentes, observadas as normas internas relativas as competências e alçadas.

XXII - deliberar e propor ao Conselho de Administração matérias relativas a encerramento, renúncia, liberação, cessão ou acordo de qualquer processo judicial, que envolva valores superiores a 10% do Patrimônio Líquido da Empresa.

Parágrafo único. É condição para investidura em cargo de diretoria da BRB Serviços a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, a quem incumbe fiscalizar seu cumprimento.

Art. 31. Compete ao Diretor-Presidente:

I - presidir a Empresa e dirigir seus negócios, de acordo com as normas fixadas pelo Conselho de Administração, exercitando todos os poderes conferidos no Estatuto Social ou em Resoluções do Conselho de Administração, mesmo os delegados a quaisquer outros membros da Diretoria Colegiada ou da competência destes;

II - sobrestar decisões da Diretoria Colegiada, podendo determinar novo exame ou recorrer ao Conselho de Administração;

III - outras tarefas definidas na regulamentação interna aprovada pelo Conselho de Administração, ou demandadas por este;

IV - convocar e presidir as reuniões da Diretoria Colegiada e supervisionar a sua atuação;

V - propor ao Conselho de Administração as atribuições dos Diretores, bem como eventual remanejamento;

16/30





NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

VI - dirigir e coordenar a atuação dos Diretores e titulares de unidades que estiverem sob sua supervisão direta;

VII - indicar, dentre os Diretores, coordenador com a finalidade de convocar e presidir, em suas ausências, licenças ou afastamentos, as reuniões da Diretoria Colegiada;

VIII - assinar, em conjunto com outro Diretor, convênios, acordos operacionais, contratos, cheques, cauções, ordens de pagamento ou qualquer documento que envolva responsabilidade financeira, inclusive os relativos à movimentação de fundos e depósitos bancários, ressalvado o endosso de cheques para depósito em conta corrente, que poderá ser feito isoladamente por qualquer Diretor; e

IX - nomear procuradores, em conjunto com outro Diretor, especificando os poderes. É vedada a outorga de poderes para substituir o outorgante na administração da Empresa;

X - gerenciar os riscos e controles nos processos, produtos e serviços da Empresa, além de se reportar periodicamente ao CRD do Conglomerado BRB.

Art. 32. Compete a cada Diretor:

I - administrar, supervisionar e coordenar as áreas que lhe forem atribuídas;

II - supervisionar a atuação dos titulares das unidades que estiverem sob sua supervisão direta;

III - garantir que os processos vinculados à sua área de atuação estejam sendo operacionalizados nos termos definidos nas regulamentações externas e internas;

IV - garantir a confiabilidade da gestão dos riscos e dos controles nos processos, produtos e serviços, sob condução da área que administra;

V - coordenar as reuniões da Diretoria Colegiada, quando designado pelo Diretor-Presidente;

VI - assinar, em conjunto com o Diretor-Presidente, ou, na sua ausência, com outro Diretor, convênios, acordos operacionais, contratos, cheques, cauções, ordens de pagamento ou qualquer documento que envolva responsabilidade financeira, inclusive os relativos à movimentação de fundos e depósitos bancários, ressalvado o endosso de cheques para depósito em conta corrente, que poderá ser feito isoladamente por qualquer Diretor; e

19/30





#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

VII - nomear procuradores, em conjunto com o Diretor-Presidente, ou, na sua ausência, com outro Diretor, especificando os poderes. É vedada a outorga de poderes para substituir o outorgante na administração da Empresa.

§ 1º O coordenador designado pelo Diretor Presidente para presidir as reuniões da Diretoria Colegiada não proferirá voto de qualidade no exercício dessa função.

§ 2º As atribuições individuais do Diretor-Presidente e dos Diretores serão exercidas, nas suas ausências, licenças ou afastamentos, na forma dos arts. 25 e 26, observado o que dispuserem as normas sobre competências, as alçadas decisórias e demais procedimentos fixados pela Diretoria Colegiada.

§ 3º Além do disposto nos incisos I a V, compete ao Diretor que exercer as atividades de Controladoria e Compliance, além das demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

- a) assegurar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros;
- b) supervisionar e coordenar a área de contabilidade;
- c) zelar pela qualidade, adequação e efetividade dos sistemas de controles externos e internos.

Art. 33. Todas as regras de funcionamento da Diretoria Colegiada serão disciplinadas por meio de seus Regimentos Internos e dos normativos internos, observado o disposto neste artigo.

§ 1º As reuniões ordinárias da Diretoria Colegiada serão, no mínimo, semanais, de caráter deliberativo, sempre convocadas pelo Diretor-Presidente da Empresa ou por seu substituto designado, ou pela maioria dos membros, e obrigatoriamente deverão ter a participação da maioria dos integrantes do órgão.

§ 2º As decisões da Diretoria Colegiada serão tomadas por maioria absoluta de votos, cabendo ao Diretor-Presidente, além do voto comum, o voto de qualidade, em caso de empate.

CAPÍTULO X SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES

Art. 34. É obrigatória a seguinte segregação:

Parágrafo único. As unidades responsáveis por funções relativas à gestão de riscos não podem ficar sob a supervisão direta de Diretoria a que estiverem vinculadas unidades responsáveis por qualquer outra atividade administrativa ou comercial.

20/30





400
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001 80

CAPÍTULO XI

REPRESENTAÇÕES E CONSTITUIÇÃO DE MANDATÁRIOS E PREPOSTOS

Art. 35. A representação judicial e extrajudicial e a constituição de mandatários da Empresa compete ao Diretor-Presidente.

§1º. Os instrumentos de mandato devem especificar os atos ou as operações que poderão ser praticados e a duração do mandato, podendo, o mandato judicial, ser por prazo indeterminado.

§2º Os instrumentos de mandato serão válidos ainda que o seu signatário deixe de integrar a Diretoria Colegiada da Empresa, salvo se o mandato for expressamente revogado.

Art. 36. A Empresa poderá ter prepostos de sua livre escolha bem como designar, entre eles, o que substitua nos impedimentos ou faltas.

CAPÍTULO XII

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 37. A Empresa utilizará Regulamento de Compras e Contratações aprovado pelo Conselho de Administração, em todas as suas relações com fornecedores e prestadores de serviços.

Parágrafo Único. O Regulamento de Compras e Contratações da Empresa deve ser elaborado à luz da Lei nº 13.303/2016.

Art. 38. A Empresa pode contratar as Empresas do Conglomerado BRB para a execução dos serviços necessários ao exercício de suas atividades.

Art. 39. O quadro de pessoal da Empresa é composto por empregados de quadro próprio, e/ou empregados cedidos pelo BRB - Banco de Brasília S.A., mediante ressarcimento dos custos, facultada a aceitação de estagiários e, em casos especiais, definidos pela Diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração, a contratação de mão de obra por prazo determinado.

CAPÍTULO XIII

OUIDORIA

Art. 40. A Empresa utilizará, como canal de comunicação entre clientes e usuários dos produtos e serviços de seu portfólio, a estrutura de Ouvidoria do BRB - Banco de Brasília S.A. mediante a definição, na estrutura organizacional da BRB Serviços, das Unidades responsáveis pelo acompanhamento e realização de procedimentos internos que assegurem o atendimento e respostas às demandas registradas.

21/30





NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 13.875.569/0001-80

CAPÍTULO XIV CONSELHO FISCAL

Art. 41. O Conselho Fiscal, eleito pela Assembleia Geral para um mandato de 02 (dois) anos, sendo permitidas até 02 (duas) reconduções consecutivas, será composto de até 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 03 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador de empresa.

§ 1º O Conselho Fiscal será composto por até 03 (três) membros titulares e respectivos suplentes, sendo:

I - 02 (dois) representantes indicados pelo BRB - Banco de Brasília S.A.; e

II - 01 (um) representante, pela AEBRB - Associação dos Empregados do Banco de Brasília.

§ 2º Não poderão ser eleitos para o Conselho Fiscal, cônjuge ou parente até 3º (terceiro) grau de membros de órgãos de Administração das Empresas do Conglomerado, assim como as pessoas enumeradas nos §§ 1º e 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976.

§ 3º Na eleição do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral indicará nominalmente os membros efetivos e os respectivos suplentes.

§ 4º O Conselho Fiscal, por voto favorável de, no mínimo, a maioria de seus membros, elegerá o seu Presidente e aprovará o seu regimento interno.

§ 5º A investidura dos Conselheiros far-se-á mediante termo lavrado no "Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal", assinado pelo empresário e pelo Presidente do Conselho de Administração.

§ 6º No caso de vacância do cargo ou afastamento, será o membro do Conselho Fiscal substituído pelo respectivo suplente.

§ 7º Os membros do Conselho Fiscal assistirão às reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada em que se devam discutir e votar matérias sobre as quais lhes caiba emitir parecer, conforme artigo 163, II, III e VII, da Lei nº 6.404/1976.

Art. 42. As atribuições do Conselho Fiscal são as fixadas na Lei das Sociedades por Ações.

22/30





900
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.560/0001-80

Art. 43. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada, anualmente, pela Assembleia Geral, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 0,1 (um décimo) da que, em média, for atribuída a cada Diretor, excluída a participação nos lucros.

§ 1º A remuneração a que se refere este artigo será mensal e corresponderá a todos os trabalhos afetos ao Conselho Fiscal, inclusive reuniões ordinárias e extraordinárias.

§ 2º Os Conselheiros, inclusive os suplentes, receberão a remuneração proporcionalmente ao número de vezes em que comparecerem às reuniões do Conselho.

Art. 44. Os membros do Conselho Fiscal acionistas da Empresa estão sujeitos aos deveres estabelecidos no artigo 17 deste Estatuto Social.

Art. 45. O Conselho Fiscal reunir-se-á:

I - uma vez por mês, para tomar conhecimento dos balancetes e fazer os exames e demais pronunciamentos ou adotar procedimentos determinados por Lei ou por este Estatuto Social;

II - quando convocado pelo Conselho de Administração, para apresentar, na forma da Lei e deste Estatuto Social, parecer sobre os negócios e operações sociais realizados em cada semestre do exercício em que servir; e

III - extraordinariamente, sempre que julgar necessário, ou quando convocado, na forma da Lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo único. Perderá o cargo, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o membro do Conselho Fiscal que deixar de comparecer, sem justificativa, a três reuniões ordinárias consecutivas ou a quatro reuniões ordinárias alternadas durante o prazo do mandato.

Art. 46. A eleição e posse dos membros do Conselho Fiscal está condicionada à ratificação, pelo Comitê de Elegibilidade do BRB - Banco de Brasília S.A., quanto ao cumprimento dos requisitos e ausência dos impedimentos previstos em Lei e neste Estatuto.

CAPÍTULO XV

FISCALIZAÇÃO PELO ESTADO E PELA SOCIEDADE E TRANSPARÊNCIA

Art. 47. Os órgãos de controle externo e interno do Distrito Federal e em casos específicos, a União, fiscalizarão a Companhia, quanto à legitimidade, à economicidade e à eficácia da aplicação de seus recursos, sob o ponto de vista contábil, financeiro, operacional e patrimonial.

§ 1º Para a realização da atividade fiscalizatória de que trata o caput, os órgãos de controle deverão ter acesso irrestrito aos documentos e às informações necessárias à realização dos trabalhos, inclusive aqueles classificados como sigilosos pela Empresa, nos termos da Lei no 12.527.

23/30





NIRE: 533.000.12.105
CPF: 12.875.562/0001-80

§ 2º O grau de confidencialidade será atribuído pela Empresa, no ato de entrega dos documentos e das informações solicitados, tomando-se o órgão de controle com o qual foi compartilhada a informação sigilosa corresponsável pela manutenção do seu sigilo..

Art. 48. As informações da Empresa relativas a licitações e contratos, inclusive aqueles referentes a bases de preços, constarão de bancos de dados eletrônicos atualizados e com acesso em tempo real aos órgãos de controle externo e interno do Distrito Federal.

§ 1º As demonstrações contábeis auditadas da BRB Serviços serão disponibilizadas no sítio eletrônico da Empresa na Internet, inclusive em formato eletrônico editável,

§ 2º As atas e os demais expedientes oriundos de reuniões, ordinárias ou extraordinárias, dos Conselhos de Administração ou Fiscal da Empresa, inclusive gravações e filmagens, quando houver, deverão ser disponibilizados para os órgãos de controle sempre que solicitados, no âmbito dos trabalhos de auditoria.

§ 3º O acesso dos órgãos de controle às informações referidas neste Capítulo será restrito a individualizado.

§ 4º As informações que sejam revestidas de sigilo bancário, estratégico, comercial ou industrial serão assim identificadas, respondendo o servidor responsável pela atividade fiscalizatória administrativa, civil e penalmente pelos danos causados ao BRB, suas Subsidiárias e Controladas e a seus acionistas em razão de eventual divulgação indevida.

§ 5º Os critérios para a definição do que deve ser considerado sigilo estratégico, comercial ou industrial serão estabelecidos em normas internas da Empresa, observada a legislação de regência.

Art. 49. O controle das despesas decorrentes dos contratos e dos demais instrumentos regidos pela Lei nº 13.303/2016, será feito pelos órgãos de controle externo e interno do Distrito Federal, na forma da legislação pertinente, ficando o BRB, suas Subsidiárias e Controladas responsáveis pela demonstração da legalidade e da regularidade da despesa e da execução, nos termos da Constituição Federal e Lei Orgânica do Distrito Federal.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade quanto à aplicação do disposto na Lei nº 13.303/2016, devendo protocolar o pedido no prazo de cinco dias úteis anteriores à data fixada para a ocorrência do certame, devendo a entidade julgar e responder à impugnação no prazo de três dias úteis, sem prejuízo do disposto no § 2º.

§ 2º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle externo e interno do Distrito Federal contra irregularidades quanto à aplicação do disposto na Lei nº 13.303/2016.

§ 3º Os órgãos de controle externo e interno do Distrito Federal poderão solicitar para exame, a qualquer tempo, documentos de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional do BRB, suas subsidiárias e controladas sediadas no País e no exterior, obrigando-se os jurisdicionados à adoção das medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas.

§ 4º A disponibilização de informações contratuais referentes a operações de perfil estratégico ou que tenham por objeto segredo comercial ou industrial receberá proteção mínima necessária para lhes garantir a confidencialidade.

24/30





#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.562/0001-80

§ 5º O disposto no § 4º não será oponível à fiscalização dos órgãos de controle externo e interno do Distrito Federal, sem prejuízo da responsabilização administrativa, civil e penal do servidor que der causa à eventual divulgação dessas informações.

Art. 50. As ações e deliberações do Tribunal de Contas do Distrito Federal e da Controladoria-Geral do Distrito Federal não podem implicar interferência na gestão das Empresas estatais nem ingerência no exercício de suas competências ou na definição da forma de execução das políticas públicas setoriais.

Art. 51. A Empresa deverá observar, no mínimo, os seguintes requisitos de transparência::

I - elaboração de carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a exploração dos compromissos de consecução de objetivos estratégicos da Empresa, definidos para o exercício, em atendimento ao interesse coletivo compatível com o mercado em que atua com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos;

II - adequação de seu estatuto social à autorização legislativa de sua criação;

III - divulgação tempestiva e atualizada de informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração;

IV - elaboração e divulgação de política de divulgação de informações, em conformidade com a legislação em vigor e com as melhores práticas;

V - elaboração de política de distribuição de dividendos;

VI - divulgação, em nota explicativa às demonstrações financeiras, dos dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo;

VII - elaboração e divulgação da política de transações com partes relacionadas, em conformidade com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade, que deverá ser revista, no mínimo, anualmente e aprovada pelo Conselho de Administração;

VIII - ampla divulgação, ao público em geral, de carta anual de governança corporativa, que consolide em um único documento escrito, em linguagem clara e direta, as informações de que trata o inciso III;

IX - divulgação anual de relatório integrado ou de sustentabilidade.

§ 1º O interesse público da Empresa manifesta-se por meio do alinhamento de seus objetivos estratégicos e do interesse coletivo compatível com o mercado em que atua, na forma explicitada na carta anual a que se refere o inciso I do caput.

§ 2º Quaisquer obrigações e responsabilidades que a Empresa, por explorar atividade econômica, assuma em condições distintas às de qualquer outra Empresa do setor privado em que atua, deverão:

25/30





#00
NIRE: 533.000 12 J05
CNPJ: 12.075.569/0001-00

I - estar claramente definidas em lei ou regulamento, bem como previstas em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-las, observada a ampla publicidade desses instrumentos;

II - ter seu custo e suas receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil.

§ 3º Os documentos resultantes do cumprimento dos requisitos de transparência constantes dos incisos I a IX do caput deverão ser publicamente divulgados na Internet de forma permanente e cumulativa.

CAPÍTULO XVI DO BALANÇO, DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 52. O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1ª de janeiro e terminando em 31 de dezembro.

Art. 53. Ao encerramento do exercício, a Diretoria Colegiada fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Empresa, as seguintes demonstrações contábeis, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da Empresa e as mutações ocorridas no período, além de outras que se fizerem necessárias por exigência legal:

I - balanço patrimonial;

II - demonstração das mutações do patrimônio líquido;

III - demonstração do resultado do exercício;

IV - demonstração dos fluxos de caixa; e

V - demonstração do resultado abrangente.

Parágrafo único. As demonstrações contábeis registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Art. 54. Juntamente às demonstrações contábeis, os órgãos da Alta Administração apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observados os preceitos dos arts. 186 e 191 e 199 da Lei nº 6.404/1976 e as disposições seguintes:

26/30





NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-00

I - antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, até alcançar 20% (vinte por cento) do Capital Social; e

II - será especificada a importância destinada ao pagamento de dividendos aos acionistas, de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, nos termos da Lei nº 6.404/1976.

§ 1º O saldo remanescente, depois de apartado o valor dos dividendos obrigatórios mencionados no Inciso II, terá sua distribuição proposta pelos órgãos de administração, juntamente com as demonstrações contábeis, de acordo com a Lei nº 6.404/1976, podendo ser destinado total ou parcialmente ao pagamento de dividendos adicionais ou à formação de Reservas de Lucros.

§ 2º Os dividendos são pagos no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data em que forem declarados.

Art. 55. A Diretoria Colegiada autorizará o pagamento ou crédito de juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, bem como a imputação do seu valor ao dividendo mínimo obrigatório, observada a legislação e na forma da deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo único. A Diretoria Colegiada fixará o valor e a data do pagamento ou crédito de cada parcela dos juros, autorizado na forma deste artigo.

Art. 56. A Assembleia Geral poderá, por proposta da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração, destinar parte do Lucro Líquido à formação de Reservas para Contingências, com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda provável, cujo valor possa ser estimado.

Parágrafo único. A proposta deverá indicar a causa da perda prevista e justificar, com as razões de prudência que a recomendem, a constituição da reserva.

CAPÍTULO XVII GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE

Art. 57. A Companhia adotará regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno que abranjam:

I - ação dos administradores e empregados, por meio da implementação cotidiana de práticas de controle interno;

II - área de integridade e de gestão de riscos; e

Art. 58. A Empresa terá, em sua estrutura organizacional, uma área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos, vinculada ao Diretor-

27/30





#00
NIRE: 53300012.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

Presidente, que terá a finalidade de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares aplicáveis.

§ 1º As atribuições da área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos, além de outras previstas na legislação, serão:

I - envolver todos os agentes da estrutura em alguma etapa;

II - padronizar conceitos e práticas;

III - influenciar na tomada de decisão;

IV - assegurar que as diretrizes de Governança Corporativa do BRB sejam adotadas pela Empresa;

V - fornecer um fluxo dinâmico e eficiente de informação;

VI - aumentar a transparência da Empresa;

VII - definir os parâmetros externos e internos a serem levados em consideração, ao gerenciar riscos e ao estabelecer o escopo e os critérios de risco;

VIII - identificar os riscos, registrando a busca, com reconhecimento e descrição de riscos, mediante a identificação das fontes de risco, eventos, suas causas e suas consequências potenciais;

IX - analisar os riscos e sua natureza, e determinar o respectivo nível de risco mediante a combinação da probabilidade de sua ocorrência e dos impactos possíveis;

X - tratar os riscos, selecionar e implementar uma ou mais ações de tratamento para modificar os riscos;

XI - monitorar, analisar e emitir a verificação, supervisão, observação crítica ou identificação da situação de risco, realizadas de forma contínua, a fim de determinar a adequação, suficiência e eficácia dos controles internos para atingir os objetivos estabelecidos; e

XII - comunicar, consultar e manter fluxo regular e constante de informações com as partes interessadas, durante todas as fases do processo de gestão de riscos.

28/30





#00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

§ 2º A descrição detalhada das fases a que se refere o caput deste artigo, bem como os procedimentos e os instrumentos necessários ao processo de gestão de riscos, serão definidos no Plano de Gestão de Riscos, a ser estabelecido pelo Comitê de Gestão de Riscos do BRB e aprovado pelo Conselho de Administração.

§ 3º Eventuais conflitos de atuação decorrentes do processo de gestão de riscos serão dirimidos pelo Conselho de Administração.

Art. 59. O processo de gestão de riscos deve ser realizado em ciclos não superiores a 2 (dois) anos, abrangendo os processos de trabalho das áreas de gestão orçamentária, gestão processual, gestão de pessoas, tecnologia da informação, comunicação e aquisições.

Parágrafo único. O limite temporal a ser considerado para o ciclo de gestão de riscos de cada processo de trabalho será decidido pelo respectivo gestor, levando em conta o limite máximo estipulado no caput deste artigo.

Art. 60. A área de integridade, bem como, a área de compliance, se reportará diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, nas situações em que houver suspeita do envolvimento dos membros da diretoria em irregularidades ou quando estes deixarem de adotar as medidas necessárias em relação à situação a eles relatadas.

§ 1º O Código de Conduta e Integridade, deverá dispor sobre:

I - princípios, valores e missão da Empresa, além de orientações sobre a prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude;

II - instâncias internas responsáveis pela atualização e aplicação do Código de Conduta e Integridade;

III - canal de ética que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas relativas ao descumprimento do Código de Conduta e Integridade e demais normas internas de ética;

IV - mecanismos de proteção que impeçam qualquer espécie de retaliação à pessoa que utilize o canal de ética;

V - sanções aplicáveis em caso de violação às regras do Código de Conduta e Integridade; e

VI - previsão de treinamento periódico, no mínimo anual, sobre o Código de Conduta e Integridade, para empregados e administradores, e sobre a política de gestão de riscos, para administradores.

CAPÍTULO XVIII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 61. A Empresa entra em liquidação nos casos previstos em Lei ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral, à qual compete estabelecer o modo de liquidação, bem como eleger os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação.

29/30





P00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

Art. 62. Os Administradores da Empresa, ou ao menos um deles; os membros do Conselho Fiscal, ou ao menos um deles; e o Auditor Independente, se houver, deverão estar presentes às Assembleias Gerais para atender aos pedidos de esclarecimentos de acionistas.

Art. 63. A Companhia assegurará aos integrantes da Diretoria Colegiada, dos Conselhos de Administração e Fiscal, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Empresa, a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício do cargo ou função.

§ 1º A Empresa poderá manter, na forma e extensão definida pelo Conselho de Administração, observado o disposto no caput, contrato de seguro permanente em favor das pessoas mencionadas, para resguardá-los de responsabilidade por atos ou fatos pelos quais eventualmente possam vir a ser demandados judicial ou administrativamente.

§ 2º Se alguma das pessoas mencionadas no caput for condenada, por decisão judicial transitada em julgado, com fundamento em violação de lei ou deste Estatuto Social, deverá ressarcir a Empresa de todos os custos e despesas com a assistência jurídica, nos termos da lei.

§ 3º O Conselho de Administração regulamentará a forma, as condições e os limites para a concessão da assistência jurídica.

Art. 64. A remuneração dos Administradores da Empresa deverá refletir a política remuneratória do BRB - Banco de Brasília S.A., bem como a estrutura de subordinação societária.

Art. 65. As atribuições e competências do Comitê de Remuneração, Comitê de Risco, Comitê de Elegibilidade e Comitê de Auditoria Estatutário do BRB - Banco de Brasília S.A. serão adotadas pela Empresa, por meio de procedimentos a serem definidos pelo Banco, na condição de controlador das Empresas do Conglomerado.

Art. 66. Este Estatuto Social entra em vigor na data de sua publicação.


HUMBERTO JOSÉ TEÓFILO MAGALHÃES
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTA
BRB ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S/A.


MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS JACINTO
DIRETOR PRESIDENTE
BRB SERVIÇOS S/A.

30/30



1º OFÍCIO DE NOTAS
João Ribeiro da Silva
Escrivente
BRASILIA-DF

1º Ofício de Notas e Protesto do Brasil
CNPJ nº 07.040.180/0001-11 - Fone: (61) 3700-1515 - www.oficiodenasnotas.com.br
Caridade: Fone: (61) 3700-1515 - www.oficiodenasnotas.com.br

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original (Lei n.º 8.935/94)
Brasília-DF, 31 de Janeiro de 2019
JOAO RIBEIRO DA SILVA
ESCREVENTE NOTARIAL
Consultar selos: www.tdft.jus.br
320 - Belo TJOF T20190010138565DVKZ



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
15/01/2019 14:02:11
15/01/2019 14:02:11

21/03/2013

MARCOS FERNANDO PORTOURA DOS SANTOS JACINTO
FELIPE DOS SANTOS JACINTO E HIRIALICE PORTOURA DOS SANTOS JACINTO

SAO LUIS - MA
CASAM. N.11630 FLS.435 LIV.B21

173222251-04
P-2

08/06/1967

VIA-01



Marcos Fernando T. Jacinto
Escrivente Notarial

15/01/2019 14:02:11



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 12.875.569/0001-80
Razão Social: BRB SERVICOS S/A
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: 20/11/2020

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Consta**
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	16/06/2020
FGTS	Validade:	13/07/2020
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	28/08/2020

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	01/04/2020
Receita Municipal (Isento)		

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2020

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 31/03/2020 09:20

1 de 1

CPF: 903.002.111-04 Nome: EDUARDO MENDANHA RESENDE

Ass: _____
Processo Habilitação 09284/2020-025539297833/00060500000439/2020-16-e / pg. 188

TERMO DE POSSE

HUMBERTO JOSÉ TEÓFILO MAGALHÃES
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JULIANA GONÇALVES NAVARRO
DIRETORA DE OPERAÇÕES.



NIRE: 533.000.12-105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

DIRETORIA

TERMO DE POSSE

Aos 31 dias do mês de maio do ano de 2019, às dezesseis horas, na sala de reuniões da BRB Serviços S/A, situada no SCN Quadra 04 Bloco C, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, compareceu o Sr. **MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS JACINTO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 047810272013-4 SSP/MA, emitida em 21/03/2013, e do CPF nº 473.222.251-04, residente e domiciliado na SQNW 309, Bloco D, Apartamento 509, Setor Noroeste, Brasília - DF, CEP 70.687-120, após cumprimento das formalidades legais, tomar posse e entrar no exercício do cargo de **Diretor Presidente - PRESI** da BRB SERVIÇOS S/A, para o qual foi eleito na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração nº 33/2019, em 31.05.2019, nos termos do Estatuto Social, para mandato que se expira em **27/04/2020**, ou até investidura de novo membro, declarando o Diretor, sob as penas da Lei, não estar impedido de exercer o cargo: (I) por lei especial; (II) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela; (III) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (IV) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade, além de ter conhecimento do inteiro teor do Estatuto Social da Companhia. Declara, ainda, o endereço acima como seu domicílio para todos os efeitos legais. Para constar, foi lavrado o presente Termo de Posse.

Brasília, 31 de maio de 2019.

Marcos Fernando F. S. Jacinto
MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS JACINTO
 Diretor Presidente

HUMBERTO J. T. MAGALHÃES
Presidente do Conselho de Administração

SCN Quadra 04, Bloco C - Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70714-030
www.brservicos.com.br



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Gerência de Execução Orçamentária
Núcleo de Programação Orçamentária

Despacho - SES/FSDF/DIOR/GEO/NPO

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

À

GEAQ/DAESP

Sr. (a) Gerente,

Trata-se os autos da **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE** (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, **contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente**, no valor de R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos).

Em atendimento ao despacho 38030109, informamos abaixo as funcionais programáticas mais adequadas para custear a referida despesa, bem como, os valores fixados na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020, nessas ações:

- 10.126.8202.1471.0087 MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-APERF. E GESTÃO DA TECNOL.DA INFORMAÇÃO - SES-DISTRITO FEDERAL, no valor aprovado de R\$ 7.640.867,00 (sete milhões, seiscentos e quarenta mil oitocentos e sessenta e sete reais), na natureza de despesa 339039, fonte 100.
-
- 10.126.8202.2557.0100 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SES-DISTRITO FEDERAL, no valor aprovado de R\$ 7.967.463,00 (sete milhões, novecentos e sessenta e sete mil quatrocentos e sessenta e três reais), na natureza de despesa 339039, fonte 100.

Informamos também, que foi solicitado o descontingenciamento dos créditos nos Programas de Trabalho acima, por meio do processo SEI 00060-00139281/2020-28, a fim de atender a presente demanda.

Salientamos que o contingenciamento supracitado é decorrente do Decreto nº 40.449, de 07 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2020, e dá outras providências.



Documento assinado eletronicamente por **MONICA GOMES PEREIRA - Matr.1443295-1**,



Gerente de Execução Orçamentária, em 02/04/2020, às 12:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO BANGOIM MARREIROS LIMA - Matr.1657796-5, Diretor(a) de Análise e Execução Orçamentária**, em 02/04/2020, às 12:29, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO CARLOS DA PAIXAO - Matr.1443229-3, Chefe do Núcleo de Programação Orçamentária**, em 02/04/2020, às 12:30, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RONAN PEREIRA LIMA - Mat.1694457-7, Diretor(a) do Fundo de Saúde**, em 02/04/2020, às 14:44, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
 acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 verificador= **38040617** código CRC= **626876AD**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco A - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Aquisições Especiais

Gerência de Aquisições Especiais

Despacho - SES/SUAG/DAESP/GEAQ

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

À

SUAG/SES

Trata o presente processo da contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente, conforme condições e especificações constantes no Projeto Básico (37293085).

Feita a instrumentalização da demanda por meio do Projeto Básico (37293085), foi elaborado o Ofício 60 (37301064) para a convocação das empresas para o recebimento das propostas (37383728) até as 10 horas do dia 20 de março de 2020. Em que pese tenhamos elaborado o Despacho SES/SUAG/DAESP/GEAQ 37383752, informamos que recebemos apenas uma proposta (37433072) da empresa ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA., porém foi enviada no dia 20 de março de 2020 às 17:13 (37434525), ou seja, fora do prazo estipulado. Após edição de novo Ofício, a saber, Ofício 349 (37510147), com novo prazo para apresentação de propostas, até o dia 30/03/2020, às 15 horas, foram recebidas, tempestivamente, duas propostas, uma do BRB SERVIÇOS (37825188) e uma da empresa ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA. (37825296).

Consta nos autos manifestação da área técnica favorável à proposta da empresa BRB SERVIÇOS (37825188), a qual expressa que *"esta GCEAF, é favorável a primeira proposta, qual seja, 37825188, pela possibilidade de avaliação técnica e adequação às exigências normativas vigentes"* (37905728). Consta também manifestação da Diretoria de Análise e Execução Orçamentária (DIOR/FSDf) (38040617).

Diante do exposto, encaminhamos o presente processo para conhecimento e prosseguimento do feito.

Atenciosamente,

ERIKA MESQUITA TEIXEIRA

Gerente de Aquisições Especiais

EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO

Diretor de Aquisições Especiais



Documento assinado eletronicamente por **ERIKA MESQUITA TEIXEIRA - Matr.16.....**,
Gerente de Aquisições Especiais, em 02/04/2020, às 12:41, conforme art. 6º do Decreto nº
36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180,
quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

e-DOC 4F8982E9

Proc 00600-00000439/2020-16-e



Documento assinado eletronicamente por **EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO - Matr.1437033-6**, **Diretor(a) de Aquisições Especiais**, em 02/04/2020, às 12:41, conforme art. 6º do Decreto nº
36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180,
quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38043891** código CRC= **519B1EBE**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38043891



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Procuradoria-Geral do Consultivo

Parecer Referencial SEI-GDF n.º 002/2020 - PGDF/PGCONS

PROCESSO N.º 00020-00009864/2020-74

E M E N T A :PARECER
REFERENCIAL. ADMINISTRATIVO.
AQUISIÇÃO DE BENS, SERVIÇOS E
INSUMOS. ENFRENTAMENTO DA
PANDEMIA DA DOENÇA DO
CORONAVÍRUS (COVID-19).
CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE
LICITAÇÃO. LEI FEDERAL Nº 13.979/2020.
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 926/2020.
DECRETOS DISTRITAIS Nºs 40.475/2020 E
40.512/2020.

1. Cancelamento do Parecer Referencial
nº 001/2020 – PGCONS/PGDF, em razão
de alteração legislativa superveniente,
consistente na edição da Medida
Provisória nº 926/2020.

2. Parecer jurídico referencial que é
exarado com fundamento no art. 36, §2º
da Instrução Normativa nº 05/2017,
elaborada pela Secretaria de Gestão do
então Ministério do Planejamento,
Desenvolvimento e Gestão, recepcionada
em âmbito local pelo Decreto distrital nº
38.934/2018, bem como no art. 7º da
Portaria PGDF nº 115/2020.

3. Indicação dos requisitos necessários
para a incidência do art. 4º da Lei federal
nº 13.979/2020, bem como dos elementos
que devem constar da instrução dos autos
de cada processo de contratação direta,
mediante dispensa de licitação, para a
aquisição de bens, serviços e insumos
destinados ao enfrentamento da
pandemia da doença do coronavírus
(COVID-19).

4. Com a emissão de parecer referencial, fica dispensado o envio do processo para exame e aprovação pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, ressalvada a hipótese de consulta acerca de dúvida de ordem jurídica devidamente identificada e motivada.

5. Para a utilização do parecer referencial nos casos concretos, deve a Administração Pública instruir o processo com (a) cópia integral do parecer referencial com as cotas de aprovação do Procurador-Chefe e do Procurador-Geral do Distrito Federal ou do procurador-geral adjunto; e (b) declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do parecer referencial e que serão observadas suas orientações, conforme modelo anexo à Portaria PGDF nº 115/2020.

Exmo. Sr. Procurador-Chefe do Consultivo em Matéria Financeira, Tributária e de Licitações e Contratos,

1. RELATÓRIO

Em 18.03.2020, foi-nos solicitada a elaboração de **parecer referencial** que abordasse as orientações e diretrizes para dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde, destinados ao enfrentamento da pandemia da doença do coronavírus (COVID-19), conforme previsão da Lei Federal nº 13.979/2020 e do Decreto 40.512/2020, em especial o disposto em seu art. 6º (ID SEI 37262990).

Foram juntados aos autos a Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 (ID SEI 37273237), o Decreto nº 40.512, de 13 de março de 2020 e a Portaria PGDF nº 115, de 16 de março de 2020 (ID SEI 37273613).

Em 20.03.2020 exarei o Parecer Referencial n.º 001/2020 – PGCONS/PGDF, aprovado com pequeno acréscimo, pelo Sr. Procurador-Chefe e Sra. Procuradora-Geral Adjunta do Consultivo (ID SEI 37378067).

Ontem, 21.03.2020, retornaram os autos para nova análise, tendo em vista a recente publicação da Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, que altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Edição de norma superveniente que demanda a reanálise da matéria constante no Parecer Referencial n.º 001/2020 – PGCONS/PGDF

Em 20.03.2020, foi exarado por esta Procuradoria o Parecer Referencial n.º 001/2020 – PGCONS/PGDF, com a seguinte ementa:

“PARECER REFERENCIAL. ADMINISTRATIVO. AQUISIÇÃO DE BENS, SERVIÇOS E INSUMOS DE SAÚDE. ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA DOENÇA DO CORONAVÍRUS (COVID-19). CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. LEI FEDERAL Nº 13.979/2020. DECRETOS DISTRITAIS NºS 40.475/2020 E 40.512/2020.

1. Parecer jurídico referencial que é exarado com fundamento no art. 36, §2º da Instrução Normativa nº 05/2017, elaborada pela Secretaria de Gestão do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, recepcionada em âmbito local pelo Decreto distrital nº 38.934/2018, bem como no art. 7º da Portaria PGDF nº 115/2020,

2. Indicação dos requisitos necessários para a incidência do art. 4º da Lei federal nº 13.979/2020, bem como dos elementos que devem constar da instrução dos autos de cada processo de contratação direta, mediante dispensa de licitação, para a aquisição de bens, serviços e insumos de saúde, destinados ao enfrentamento da pandemia da doença do coronavírus (COVID-19).

3. Com a emissão de parecer referencial, fica dispensado o envio do processo para exame e aprovação pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, ressalvada a hipótese de consulta acerca de dúvida de ordem jurídica devidamente identificada e motivada.

4. Para a utilização do parecer referencial nos casos concretos, deve a Administração Pública instruir o processo com (a) cópia integral do parecer referencial com as cotas de aprovação do Procurador-Chefe e do Procurador-Geral do Distrito Federal ou do procurador-geral adjunto; e (b) declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do parecer referencial e que serão observadas suas orientações, conforme modelo anexo à Portaria PGDF nº 115/2020.”

Tendo examinado a matéria à luz da Lei federal nº 13.979/2020, externamos as recomendações a serem seguidas pelos órgãos da administração direta e indireta do Distrito Federal para a correta contratação direta mediante dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde, destinados ao enfrentamento da pandemia da doença do coronavírus (COVID-19).

Ocorre que, após a divulgação do mencionado parecer referencial, foi publicada, no Diário Oficial da União de 20.3.2020 - Edição Extra – G, a Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, que *“altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus”*

A [Medida Provisória nº 926/2020](#) introduziu alterações substanciais no art. 4º da Lei nº 13.979/2020, dispositivo que serviu de fundamento para a elaboração do Parecer Referencial nº 001/2020 – PGCONS/PGDF.

Em síntese, no que diz respeito ao **art. 4º da Lei nº 13.979/2020**, foi ampliada a

hipótese de incidência da autorização legal de dispensa para **incluir também os serviços de engenharia, substituindo, ainda, a expressão “insumos médicos” por “insumos”** no *caput* do art. 4º.

O §3º do art. 4º da referida lei passa a admitir, excepcionalmente, a **possibilidade de contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido.**

Foi introduzido o **art. 4º-A**, para esclarecer que a dispensa tratada no *caput* do artigo 4º **não se restringe a equipamentos novos**, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido.

No **art. 4º-B**, estabeleceu-se a **presunção** das seguintes condições nas dispensas tratadas na Lei:

- a) ocorrência de situação de emergência;
- b) necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;
- c) existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e
- d) limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

No **art. 4º-C**, informa-se **não ser exigível a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns.**

O **art. 4º-D** esclarece que o **gerenciamento de riscos** somente será exigível **durante a gestão do contrato.**

No que diz respeito ao **termo de referência ou projeto básico**, o **art. 4º-E** admite que este seja apresentado de **forma simplificada**, com os elementos indicados no §1º do artigo.

Nos termos do §2º do **art. 4º-E**, **dispensar-se-á**, excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, a **estimativa de preços** de que trata o inciso VI do *caput* do artigo.

O §3º do **art. 4º-E** permite a **contratação** pelo Poder Público por **valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos.**

Já o **art. 4º-F** permite, em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, que a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, a **dispensa da apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição**^[1].

O **art. 4º-G** estabelece **regras para as licitações na modalidade pregão**, eletrônico ou presencial, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência da COVID-19, reduzindo, em especial, os prazos dos procedimentos licitatórios pela metade.

O **art. 4º-H** estabelece que **os prazos de duração dos contratos** regidos pela Lei serão de até seis meses, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

Por último, o **art. 4º-I** previu a **obrigatoriedade** de os contratados aceitarem, **nas**

mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato.

Como se verifica, a Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, ao criar todo um novo conjunto de regras específicas para as contratações tratadas na Lei nº 13.979/2020, impõe o **cancelamento do Parecer Referencial n.º 001/2020 – PGCONS/PGDF** com a edição de um novo parecer referencial, sendo esse o escopo desta manifestação.

2.2 A emissão de parecer referencial

A hipótese de dispensa de envio de processo a esta Procuradoria em caso de existência de **parecer jurídico referencial** encontra-se prevista no art. 36 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, elaborada pela Secretaria de Gestão do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que *“dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional”*

“Art. 36. Antes do envio do processo para exame e aprovação da assessoria jurídica, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993, deve-se realizar uma avaliação da conformidade legal do procedimento administrativo da contratação, preferencialmente com base nas disposições previstas no Anexo I da Orientação Normativa/Seges nº 2, de 6 de junho de 2016, no que couber.

§ 1º A lista de verificação de que trata o caput deverá ser juntada aos autos do processo, com as devidas adaptações relativas ao momento do seu preenchimento.

§ 2º É dispensado o envio do processo, se houver parecer jurídico referencial exarado pelo órgão de assessoramento competente, que deverá ser anexado ao processo, ressalvada a hipótese de consulta acerca de dúvida de ordem jurídica devidamente identificada e motivada.”

Ressalte-se que a Instrução Normativa nº 5/2017 é aplicável, no que couber, às contratações de serviços, continuados ou não, **no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal**, por força do [Decreto distrital nº 38.934/2018](#).

Visando regulamentar a matéria, a [Portaria nº 115, de 16 de março de 2020](#), que *“dispõe sobre os procedimentos inerentes à atuação dos Procuradores no âmbito da atividade consultiva da Procuradoria-Geral do Distrito Federal e dá outras providências”*, assim definiu o **parecer referencial**:

“Art. 3º Para efeitos desta Portaria, considera-se:

(...)

*IV – **parecer referencial: manifestação proferida por Procurador e sujeita à aprovação do Procurador-Chefe e do Procurador-Geral Adjunto ou do Procurador-Geral do Distrito Federal, que deve observar os pressupostos de fato e de direito previstos no Capítulo IV desta Portaria;***

O Capítulo IV da mencionada Portaria, disciplinou as hipóteses em que é cabível a elaboração de **parecer referencial**, bem como as consequências de sua emissão para as Secretarias

Parágrafo único. O parecer referencial cancelado ou alterado mantém a numeração original, seguida da expressão “CANCELADO” ou “ALTERADO”, conforme o caso, e da data da alteração ou do cancelamento.”

A incidência da norma autorizadora para a emissão de parecer referencial revela-se evidente, na medida em que a atual situação de emergência de saúde pública decorrente da COVID-19, oficialmente declarada por meio do Decreto n. 40.475, de 28.02.2020, demanda a adoção de rito extraordinariamente célere no procedimento de aquisição de bens, serviços e insumos, destinados ao enfrentamento da pandemia em questão.

O [Decreto distrital n. 40.475](#), de 28.02.2020, declarou “*situação de emergência, no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, pelo período de cento e oitenta dias, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus*”

“Os coronavírus (CoV) são uma grande família de vírus que causam doenças que vão desde o resfriado comum até doenças mais graves, como a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV) e a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-CoV).”

Os coronavírus são zoonóticos, o que significa que são transmitidos entre animais e pessoas. Investigações detalhadas descobriram que o SARS-CoV foi transmitido de gatos civetas para humanos e MERS-CoV de camelos dromedários para humanos. Vários coronavírus conhecidos estão circulando em animais que ainda não infectaram humanos.

As recomendações padrão para evitar a propagação da infecção incluem lavagem regular das mãos, cobertura da boca e do nariz ao tossir e

espirrar, cozinhar completamente carne sinuosa e ovos. Evite contato próximo com qualquer pessoa que apareça com sintomas de doença respiratória, como tosse e espirro.”^[2]

Segundo o Relatório de Situação da OMS para o COVID-19 nº 61, de 20.03.2020 ([Coronavirus disease 2019 \(COVID-19\) - Situation Report – 61](#)), foram identificados, globalmente, 266.073 casos, sendo 32.000 nas últimas 24 horas, e 11.184 mortes, sendo 1.344 nas últimas 24 horas, com avaliação de risco **global muito alto**.

Essa é a situação atual reportada pela OMS no referido relatório^[3]:

SITUAÇÃO EM NÚMEROS

total (novos) casos nas últimas 24 horas

Globalmente

266.073 confirmados (32.000)

11.184 mortes (1.344)

Pacífico Ocidental

94.037 confirmado (688)

3.426 mortes (21)

Região Europeia

128.541 confirmado (23.950)

6.000 mortes (1.101)

Sudeste Asiático

979 confirmados (61)

38 mortes (7)

Mediterrâneo Oriental

22.355 confirmados (1596)

1.466 mortes (154)

Região das Américas

18.877 confirmado (5606)

235 mortes (57)

Região Africana

572 confirmados (99)

12 óbitos (4)

AValiação DE RISCO DA OMS

Nível global muito alto

Notícias veiculadas na imprensa até o momento em que se elabora o presente parecer registram a ocorrência de dezoito mortes confirmadas no país devido ao coronavírus, sendo quinze no Estado de São Paulo e três no Estado do Rio de Janeiro^[4].

Segundo informe publicado na Agência Brasília às 19 horas de ontem, 20.03.2020^[5], o Distrito Federal constava com 855 casos notificados em investigação, 87 confirmados e 157 descartados. O informe confirma a existência de 5 casos com transmissão local, a qual se dá “*quando a contaminação se dá por pessoa que entrou em contato com algum viajante positivo*”. Até o momento da elaboração deste parecer, não foram reportadas mortes pela COVID-19 no Distrito Federal.

Em resposta à grave situação epidemiológica, foi editada, em 06.02.2020, a Lei federal nº 13.979 que “*dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019*”.

No que diz respeito ao objeto do presente parecer, o art. 4º da Lei n. 13.979, de 06.02.2020, estabeleceu hipótese excepcional e temporária de dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Trata-se, com efeito, de criação de nova hipótese de dispensa de licitação, que se soma às demais previsões estabelecidas no art. 24 da Lei 8.666/93.

Conforme mencionado acima, em 20.03.2020 foi editada a Medida Provisória nº 926/2020, que “*altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus*”.

Os dispositivos em questão (arts. 4º a 4º-I da atual redação da Lei nº 13.979/2020), aplicam-se a todas as esferas federativas, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, eis que oriundos de lei federal, no regular exercício da competência legislativa privativa da União prevista no art. 22, XXVII c/c art. 24, § 2º da Constituição Federal de 1988:

“Art. 22. Compete privativamente à União **legislar** sobre:

(...)

XXVII **–normas gerais de licitação e contratação**, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III;

(...)

Art. 24 (...)

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a **competência suplementar dos Estados.**”

No que diz respeito à validade de edição de medida provisória para regular a matéria, entendo-a presente, na medida em que, dada a grave emergência pública de saúde, se mostram evidentes a relevância e a urgência estabelecidos no art. 62 da Constituição Federal^[6].

Alerte-se, no entanto, que, por se tratar de medida provisória, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 e do art. 62 da CF/88, seus dispositivos poderão perder sua eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do §7º do referido artigo, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.

Dessa forma, a validade futura do presente parecer referencial dependerá ao resultado da tramitação da Medida Provisória nº 926/2020, podendo este ser novamente revisto em caso de alteração no texto que vier a ser eventualmente aprovado pelo Congresso Nacional.

A possibilidade de fixação de hipóteses de dispensa de licitação por legislação esparsa, apartada, portanto, da Lei 8.666/93, é reconhecida pela doutrina nacional. Com efeito, já aludia a esse fato JACOBY em sua célebre obra:

“Há possibilidade de adventícias legislações esparsas inovarem o tema, reconhecendo outros casos de dispensa de licitação, como ocorreu com a Lei nº 8.880/94, que instituiu o Plano Real, autorizando a contratação de institutos de pesquisas sem licitação”^[7].

No mesmo sentido aponta PARZIALE:

“O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, criado pela Lei federal nº 11.947/09, tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional, e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo, articulando a produção de agricultores familiares e as demandas das escolas para atendimento da alimentação escolar.

Com a finalidade de perseguir tais objetivos, o art. 14 da mencionada lei determina que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no âmbito do PNAE, deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, podendo-se dispensar a instauração de licitação, conforme preconiza o § 1º.

*Assim, **cria-se uma hipótese distinta de dispensa de licitação, podendo apenas ser utilizada no âmbito da aquisição de alimentação escolar, cuja aplicabilidade é dissociada das hipóteses arroladas no art. 24 do estatuto federal licitatório.***^[8]

Fixada a validade da hipótese legal de dispensa de licitação introduzida em nosso ordenamento pela Lei n. 13.979/2020, há que se observar que o art. 37, XXI da Constituição Federal estabelece:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI -ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente

permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Como se vê, a exigência de prévia licitação é requisito essencial, de índole constitucional, para a realização de contratos com a Administração. Com efeito, tal exigência se faz necessária para a efetiva realização dos princípios basilares que regem a Administração pública, elencados no art. 37, caput, da CF/88. A esse respeito, colho esclarecedor excerto da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

“O artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, de conteúdo conceptual extensível primacialmente aos procedimentos licitatórios, insculpiu o princípio da isonomia assecuratória da igualdade de tratamento entre todos os concorrentes, em sintonia com o seu caput — obediência aos critérios da legalidade, impessoalidade e moralidade — e ao de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.” (MS 22.509, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ 04.12.1996)

No entanto, o próprio dispositivo constitucional admite a ocorrência de casos específicos, expressamente previstos pela legislação, em que há exceção à regra geral da prévia licitação como requisito à celebração de contratos com a Administração.

Tais exceções encontram-se nos arts. 24 e 25 da Lei 8.666/93, respectivamente, dispensa e inexigibilidade de licitação.

DI PIETRO esclarece a distinção entre os dois institutos^[9]:

*“A diferença básica entre as duas hipóteses está no fato de que, na **dispensa**, há possibilidade de **competição** que justifique a licitação; de modo que a lei **faculta** a dispensa, que fica inserida na competência discricionária da Administração. Nos casos de **inexigibilidade**, não há possibilidade de competição, porque só existe **um objeto**, ou **uma pessoa** que atenda às necessidades da Administração; a licitação é, portanto, **inviável**”*

NIEBUHR apresenta importante diferença entre as hipóteses de contratação direta, asseverando a expressa autorização legislativa como requisito para a efetivação da dispensa de licitação:

“(…) a dispensa é pertinente aos casos em que é possível realizar licitação pública, uma vez que a competição é viável, porém realizá-la imporia sacrifício ou gravame desmedido ao interesse público. Portanto, visando a evitar o sacrifício ou o gravame, o legislador autoriza o agente administrativo a não proceder à licitação pública, para o efeito de firmar contrato administrativo de modo direto, o que acaba por minimizar o princípio da isonomia.

A inexigibilidade depende de hipótese fática, de ter ocorrido efetivamente situação que inviabiliza a competição. Quer-se dizer que pouco importam as prescrições legislativas, pois, diante de inviabilidade de competição, está-se, queira-se ou não, diante de inexigibilidade.

Já a dispensa depende de hipótese fática e da respectiva autorização legislativa. Melhor explicando: ao agente administrativo só é lícito

O fato é que a análise das hipóteses de dispensa de licitação deve necessariamente ser empreendida em vista das hipóteses prescritas em lei e, ademais, nos estritos termos delas. Em sentido oposto ao da inexigibilidade, em que a lei é mero coadjuvante, agora, para apreender os casos de dispensa, a lei é alçada a referencial principal, até porque, fora dela, nem sequer cabe reconhecer a figura.”^[10]

No que interessa ao tema objeto deste parecer, estabelece a Lei federal n. 13.979/2020, com a redação dada pela Medida Provisória nº 926/2020:

Art. 4º-A A aquisição de bens e a contratação de serviços a que se refere o caput do art. 4º não se restringe a equipamentos novos, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-B Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

I - ocorrência de situação de emergência; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;
(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)*

III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e
(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-C Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-D O Gerenciamento de Riscos da contratação somente será exigível durante a gestão do contrato. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-E Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterá: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

I - declaração do objeto; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

II - fundamentação simplificada da contratação; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

III - descrição resumida da solução apresentada; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

IV - requisitos da contratação; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

V - critérios de medição e pagamento; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

a) Portal de Compras do Governo Federal; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

b) pesquisa publicada em mídia especializada; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

c) *sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;* (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

d) contratações similares de outros entes públicos; ou (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

VII - adequação orçamentária. (Incluído pela Medida Provisória nº 926,

de 2020)

§ 2º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do caput. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 3º Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do caput não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-F Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-G Nos casos de licitação na modalidade pregão, eletrônico ou presencial, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, os prazos dos procedimentos licitatórios serão reduzidos pela metade. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º Quando o prazo original de que trata o caput for número ímpar, este será arredondado para o número inteiro antecedente. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 2º Os recursos dos procedimentos licitatórios somente terão efeito devolutivo. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 3º Fica dispensada a realização de audiência pública a que se refere o art. 39 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para as licitações de que trata o caput. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-H Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-I Para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

(...)

Art. 8º Esta Lei vigorará enquanto perdurar o estado de emergência de saúde internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, exceto quanto aos contratos de que trata o art. 4º-H, que obedecerão ao prazo de vigência neles estabelecidos. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)”

Extrai-se dos dispositivos algumas conclusões importantes:

a) A dispensa de licitação fundamentada na Lei nº 13.979/2020 destina-se **exclusivamente** à aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos **que tenham por finalidade o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus**.

Dessa forma, mostra-se manifestamente **inviável a aquisição**, por meio de dispensa de licitação fundamentada na mencionada lei, de bens, serviços e insumos **com finalidade diversa àquela preconizada pela Lei, sendo descabida qualquer interpretação extensiva da permissão legal em comento.**

b) A eficácia do dispositivo é temporária, e se limita ao período enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Assim, **uma vez cessada a emergência de saúde**, dado a ser aferido concretamente no contexto fático da unidade federativa que aplicaria a norma, **inviável se tornará a realização de dispensa de licitação por tal fundamento.**

A única ressalva a essa regra não diz respeito à hipótese de incidência para a realização da dispensa em si, mas apenas quanto à duração dos contratos pactuados sob a égide da Lei, que perdurarão até o término de seu prazo de vigência, salvo hipótese de eventual rescisão, nos termos do art. 8º da Lei nº 13.979/2020, com a redação dada pela MP nº 926/2020.

c) As aquisições realizadas com base no dispositivo deverão ser imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527/2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição. Alerta-se que a presente exigência, específica para o dispositivo em comento, não dispensa a publicação dos atos administrativos realizados nos respectivos processos de aquisição, por força de outros atos normativos que assim o estabeleça.

d) Excepcionalmente, quando houver **demonstração inequívoca da existência de um único fornecedor para determinado bem ou serviço**, será **admissível a contratação de empresa que esteja com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso.**

e) Admite-se a aquisição de bens e contratação de serviços, que envolvam **equipamentos usados, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido.**

f) Presumem-se atendidas, nas dispensas de licitação objeto da Lei nº 13.979/2020, **não havendo**, assim, **necessidade de comprovação:**

f.1) ocorrência de situação de emergência;

f.2) necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;

f.3) existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e

f.4) limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

g) Quando se tratar de **bens e serviços comuns**, assim entendidos aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado (definição do art. 3º, II do Decreto federal n. 10.024/2019), **não será exigida a elaboração de estudos preliminares** tratados no art. 24 da Instrução Normativa nº 05/2017, elaborada pela Secretaria de Gestão do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

h) O **gerenciamento de riscos** a que aludem os arts. 25 a 27 da Instrução Normativa nº 05/2017, somente será exigível **durante a fase de gestão do contrato** (terceira fase da contratação, nos termos do art. 19 da referida Instrução Normativa).

i) Para a contratação dos bens e serviços em comento, será admitida a

apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado com os elementos constantes do art. 4º-E, §1º da Lei nº 13.979/2020.

j) Excepcionalmente, e mediante justificativa expressa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços a que alude o art. 4º-E, VI da Lei nº 13.979/2020.

k) Mediante justificativa nos autos, poderá o Poder Público contratar os bens e serviços objeto da Lei por valores superiores à estimativa realizada, em razão de oscilações ocasionadas pela variação de preços.

l) Havendo restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, pode a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição.

m) A duração dos contratos regidos pela Lei n. 13.979/2020 limita-se a 6 meses, podendo ser o período de vigência prorrogado por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

n) Para os contratos regidos pela referida Lei, pode a administração pública prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato.

Ao dispositivo da Lei n. 13.979/2020, acresceu-se, em âmbito local, o art. 6º do Decreto n. 40.512/2020, com o seguinte teor:

*“Art. 6º Fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde, destinados ao **enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do COVID-19 e da Dengue, nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.**”*

Questão de relevo a ser observada é que enquanto a Lei federal n. 13.979/2020 trata exclusivamente de aquisições referente à emergência de saúde decorrente da doença do coronavírus (COVID-19), **o Decreto n. 40.512/2020 estendeu a hipótese também para a emergência de saúde da Dengue.**

Importante distinguir que **as dispensas de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos para o enfrentamento do COVID-19 e da Dengue deverão receber tratamento jurídico distinto.**

Com efeito, **não há lei federal estabelecendo a dispensa de licitação especificamente para o enfrentamento da Dengue, ao contrário do que ocorreu com o COVID-19.** Dessa forma, **em se tratando da Dengue**, nos casos em que se entender presente o traço de emergência para a aquisição visando o seu enfrentamento, **podrá a Administração utilizar-se das outras hipóteses de dispensa de licitação previstas no art. 24 da Lei 8.666/93, em especial aquela estabelecida em seu inciso IV**^[11].

Não poderá, no entanto, para as aquisições destinadas ao enfrentamento da Dengue, utilizar, como fundamento legal, o art. 4º da Lei nº 13.979/2020.

Não aprofundaremos as questões jurídicas atinentes à dispensa de licitação para as aquisições para o enfrentamento da Dengue, vez que **o escopo do presente parecer referencial se limita à hipótese da doença do coronavírus (COVID-19).**

Importante alertar que, não obstante o permissivo legal para a dispensa de licitação nas aquisições destinadas ao enfrentamento da COVID-19, deve o gestor público sempre observar os princípios que lhe são impostos pelo art. 37 da Constituição Federal, bem como aqueles previstos no art. 3º da Lei 8.666/93.

Assim, a celeridade necessária para as aquisições em comento não significa uma atuação que possa, de alguma forma, contrariar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, promoção do desenvolvimento nacional sustentável, bem como demais preceitos que lhe sejam correlatos.

Não se trata, assim, de autorização irrestrita para aquisição desmesurada e irracional de bens e serviços, somente em razão de se estar em face de excepcional situação de emergência pandêmica.

Nesse sentido, confira-se as palavras de OLIVEIRA, em recente artigo sobre os reflexos do coronavírus no Direito Administrativo^[12]:

“Em casos emergenciais, revela-se possível, em tese, a adoção de medidas excepcionais, de forma proporcional e justificada, que restringem a liberdade individual para garantir a saúde pública. Como dizia Hipócrates, considerado o pai da medicina, ‘para os males extremos, só são eficazes os remédios intensos’.

Isso não significa dizer, naturalmente, um cheque em branco aos agentes públicos competentes que deverão agir, em conformidade com os limites fixados no ordenamento jurídico, sob pena de responsabilidade.

O Direito Administrativo possui ferramentas para o enfrentamento da crise na saúde pública, mas, evidentemente, o Direito não é suficiente para resolução de todos os problemas, revelando-se fundamental, no ponto, a conscientização da população e os avanços da ciência na busca de tratamentos adequados no tratamento das pessoas contaminadas pelo coronavírus.

A inércia estatal é indesejada no momento de crise, assim como revela-se vedada a adoção de medidas arbitrárias que extrapolam a proporcionalidade na restrição de direitos individuais. O desafio, como de praxe, é encontrar o ponto médio na ponderação entre as liberdades individuais e a necessidade de proteção da saúde pública.”

Esta Procuradoria, recentemente, ao exarar o [Parecer nº 220/2020 – PGCONS/PGDF](#), examinou caso concreto em que se objetivava a contratação direta, pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, mediante inexigibilidade de licitação, do fornecimento de consumíveis para a coleta de material e detecção de 2019-nCoV (Chip VereCov com seus reagentes e acessórios e cone de detecção do Coriolis com seus reagentes e acessórios).

O parecer, da lavra do Subprocurador-Geral do Distrito Federal Leonardo A. de Sanches, em paralelo à verificação dos requisitos de inexigibilidade, identificou que a hipótese também poderia se configurar como dispensa de licitação com fundamento no art. 4º da Lei nº 13.979/2020.

Na oportunidade, apontou o parecerista que o art. 4º da Lei nº 13.979/2020 representa uma especialidade ao art. 24, IV da Lei 8.666/93, razão pela qual **“ainda que com emprego da**

analogia, seriam aplicáveis alguns dos requisitos previstos para a já conhecida contratação emergencial, notadamente diante da falta de regulamentação dessa nova modalidade de dispensa”

Nesse diapasão, afirmou:

“Ao que se percebe, o contexto atual reclama medidas tão céleres que nem ao menos se pode aguardar o amadurecimento de instrução processual nos níveis usualmente conhecidos para as contratações emergenciais em geral, ou seja, com publicação de editais de intenção de compras para convocação de empresas ou mesmo com a exigência de instauração formal de procedimento licitatório para compra dos insumos aqui pretendidos. Com efeito, não se pode aguardar prazos longos e a situação não decorreu, obviamente, da paralisação de procedimento de contratação regular em curso.

Assim, a dispensa prevista na Lei Federal nº 13.979/2020, embora análoga, difere do que se costuma verificar nas contratações emergenciais em geral.

Nesse sentido, a caracterização de eventual situação emergencial há de atender aos requisitos previstos na Decisão nº 3.500/99, de cunho normativo, tomada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.”

Ocorre que, **embora tal raciocínio estivesse perfeito na data em que exarado o parecer**, com a superveniente alteração do texto da Lei federal nº 13.979/2020 pela Medida Provisória nº 926/2020, os requisitos estabelecidos pela Decisão TCDF nº 3.500/99 não são mais aplicáveis às contratações diretas por dispensa de licitação para a aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da COVID-19.

Isso porque a recentíssima inovação legislativa operada pela Medida Provisória nº 926/2020 conferiu às contratações diretas para o enfrentamento da COVID-19 um conjunto de regras e requisitos especiais, que afastam a antes apontada analogia com o art. 24, IV da Lei nº 8.666/93.

Com efeito, transcrevo da Decisão Normativa nº 3.500/99, emanada do Tribunal de Contas do Distrito Federal:

“II) informar ao ilustre consulente que, sem prejuízo do cumprimento das formalidades previstas no art. 26 da Lei nº 8.666/93, é possível a contratação direta de obras, serviços (continuados ou não) e bens, com fulcro no art. 24, IV, da referida norma legal, se estiverem presentes, simultaneamente, os seguintes requisitos, devidamente demonstrados em processo administrativo próprio:

a) a licitação tenha se iniciado em tempo hábil, considerando, com folga, os prazos previstos no Estatuto Fundamental das Contratações para abertura do procedimento licitatório e interposição de recursos administrativos, bem assim aqueles necessários à elaboração do instrumento convocatório, análise dos documentos de habilitação (se for o caso) e das propostas, adjudicação do objeto e homologação do certame;

b) o atraso porventura ocorrido na conclusão do procedimento licitatório não tenha sido resultante de falta de planejamento, desídia administrativa ou má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, que tal fato não possa, em hipótese alguma, ser atribuído à culpa ou dolo do(s) agente(s) público(s) envolvido(s);

c) a situação exija da Administração a adoção de medidas urgentes e imediatas, sob pena de ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou

particulares;

d) a contratação direta pretendida seja o meio mais adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado;

e) o objeto da contratação se limite, em termos qualitativos e quantitativos, ao que for estritamente indispensável para o equacionamento da situação emergencial;

f) a duração do contrato, em se tratando de obras e serviços, não ultrapasse o prazo de 180 dias, contados a partir da data de ocorrência do fato tido como emergencial;

g) a compra, no caso de aquisição de bens, seja para entrega imediata;”

Inicialmente, de forma idêntica ao apontado no Parecer nº 220/2020 – PGCONS/PGDF, **as exigências constantes das alíneas “a” e “b” da referida decisão de cunho normativo não se aplicam aos casos em que incide a Lei nº 13.979/2020**, na medida em que nesses não se trata de contratação regular que não foi concluída a tempo em razão de fato que não possa ser imputado à desídia ou falta de planejamento, mas sim de hipótese tão extraordinária e imprevisível, e que se desenrola com tamanha velocidade, que sequer seria razoável se cogitar na exigência de prévio planejamento pela Administração.

No que diz respeito às alíneas “c” a “g”, conquanto outrora exigíveis, não mais o são, em razão da superveniente edição da Medida Provisória nº 926/2020.

Isso porque o art. 4-B da Lei federal n. 13.979/2020 com a redação da mencionada medida provisória adotou a **presunção** de que, para as dispensas de licitação para as aquisições de bens, serviços e insumos visando o enfrentamento da doença do coronavírus (COVID-19), **já se consideram atendidas:**

- a) a ocorrência de situação de emergência;
- b) a necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;
- c) existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e
- d) limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

É de se observar que **tais itens se identificam com os requisitos elencados nas alíneas “c”, “d” e “e” da Decisão Normativa nº 3.500/99**, emanada do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Tendo a lei presumido como presentes tais requisitos nas aquisições emergenciais por dispensa de licitação para o enfrentamento da COVID-19, **desnecessária a sua demonstração em cada um dos procedimentos administrativos instaurados com tal finalidade.**

Advirta-se, no entanto, que se trata de presunção *juris tantum*, ou seja, relativa, que admite prova ou argumentação em sentido contrário.

Quanto ao tema, colho interessante observação de ARAGÃO^[13], em artigo sobre a presunção de veracidade dos atos administrativos:

“O princípio da legalidade se apresenta como a sujeição de toda atividade administrativa, em sentido amplo, à lei, não podendo atuar sem base legal ou constitucional.”¹

No direito positivo brasileiro, esse postulado, além do disposto no art. 37, está contido no art. 5º, inciso II, da Constituição Federal e, como consequência, obriga o Estado, como administrador dos interesses da

sociedade, a agir secundum legem, jamais contra legem ou mesmo *prae legem*.² Assentada tal premissa, cabe dizer que a doutrina brasileira reconhece uma presunção relativa de legalidade³ como um dos atributos dos atos da administração pública e, em decorrência dela, presume-se que seus atos sejam verídicos e legítimos, tanto em relação aos fatos por ela invocados como sua causa, quanto no que toca às razões jurídicas que os motivaram.

Nesse diapasão, tal presunção abrange dois aspectos: de um lado, a presunção de verdade, que diz respeito à certeza dos fatos; de outro lado, a presunção da legalidade, pois, se a administração pública se submete à lei, presume-se, conforme mencionado, até prova em contrário, que seus atos sejam praticados com observância das normas legais pertinentes.

Ensina Demian Guedes que

a presunção de legalidade implica que ato exarado pela Administração presume-se legal (conforme o direito), valendo até o reconhecimento jurídico de sua nulidade. Em decorrência de sua presumida correção, tem-se a presunção de veracidade do ato: seus pressupostos fáticos são admitidos como verdadeiros até prova em contrário.⁴

*Essa presunção de legitimidade do agir do Estado, que vem expressa no próprio conteúdo democrático do estado de direito, o submete, além da vontade juridicamente positivada — situada no campo do princípio da legalidade —, também à vontade democraticamente expressa.*⁵

Nesse sentido, cita-se a pertinente preleção de Diogo de Figueiredo Moreira Neto, afirmando que

a legitimidade se deriva diretamente do princípio democrático, destinada a informar fundamentalmente a relação entre a vontade geral do povo e as suas diversas expressões estatais — políticas, administrativas e judiciárias. Trata-se de uma vontade difusa, captada e definida formalmente a partir de debates políticos, de processos eleitorais e de instrumentos de participação política dispostos pela ordem jurídica, bem como captada e definida informalmente pelos veículos abertos à liberdade de expressão das pessoas, para saturar toda estrutura do Estado democrático, de modo a se tornar necessariamente informativa, em maior ou menor grau, conforme hipótese aplicativa, do exercício de todas as funções e em todos os níveis em que se deva dar alguma integração jurídica de sua ação.⁶

*Contudo, insta consignar que tal presunção é relativa, juris tantum, admitindo prova ou argumentação em sentido contrário, da mesma forma que a possibilidade de sua impugnação judicial é sempre garantida.*⁷

Esse é o princípio que embasa a dita ‘fé pública’⁸ atribuída a declarações proferidas por autoridades públicas ou agentes dela delegatários (o tabelião possui fé pública nas declarações que afiança acerca de contratos imobiliários; o guarda de trânsito, ainda que não tenha como obrigar o motorista supostamente alcoolizado a realizar o teste do bafômetro, pode e deve indicar os sinais exteriores de embriaguez, tais como a dificuldade de se expressar verbalmente e o andar com dificuldade, e essas afirmações

*serão tidas, na esfera administrativa, até prova em contrário, como verdadeiras quanto à existência dos fatos e válidas quanto à sua juridicidade).*⁹

Quanto às consequências práticas de tal presunção, o posicionamento doutrinário tradicional defende que a presunção de veracidade do ato administrativo transfere ao particular não apenas o ônus de impugná-lo, mas de fazer prova de sua invalidade ou inveracidade. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles leciona que, entre as consequências da presunção de legitimidade, está ‘a transferência do ônus da prova da invalidade do ato administrativo para quem a invoca’.^{10 11}

Em face da grave e urgente calamidade pública que assola o país e o mundo, decidiu a Lei, em observância ao princípio da eficiência insculpido no art. 37, *caput* da CF/88, que não seria razoável exigir que o gestor público declinasse, em cada um dos processos de aquisição, os fatos e circunstâncias que são de conhecimento público e notório.

Ocorre, no entanto, que tal presunção, embora desobrigue o gestor público de apresentar repetidamente, e de forma prévia, as justificativas da emergência e da necessidade da contratação, implica a sua responsabilização caso sobrevenha prova em sentido contrário, ou seja, de que as circunstâncias fáticas que fundamentaram a contratação por força desta autorização legal específica carecem de veracidade.

Dessa forma, a celeridade buscada pelo legislador, ao passo que mitiga algumas exigências previstas na sistemática da Lei nº 8.666/93, impõe ao gestor público o dever de cautela e de apuração das circunstâncias fáticas que orientam para eventual contratação direta sob tal fundamento.

Prosseguindo no **cotejo das exigências da Decisão Normativa nº 3.500/99**, emanada do Tribunal de Contas do Distrito Federal, entendemos que **as alíneas “f” e “g” também não se aplicam às contratações diretas regidas pela Lei nº 13.979/2020.**

Com efeito, em contraste com a clássica vedação de contratação emergencial fundamentada no art. 24, IV da Lei nº 8.666/93 por prazo superior a 180 dias, a Lei federal n. 13.979/2020, com a redação da Medida Provisória nº 926/2020, estabeleceu **regramento específico que admite a prorrogação do contrato com prazo de duração até 6 meses, por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública** (art. 4º-H da Lei nº 13.979/2020).

Pelas mesmas razões, **uma vez afastada a analogia com a hipótese prevista no art. 24, IV da Lei nº 8.666/93** vez que a Medida Provisória nº 926/2020 criou um subsistema específico para as dispensas de licitação fundamentadas no art. 4º da Lei nº 13.979/2020, **não se lhe aplicam as regras de instrução previstas no art. 3º do Decreto distrital n. 34.466/2013**, que “*dispõe sobre os procedimentos de contratação emergencial por órgãos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal e dá outras providências*”.

No que diz respeito à instrução dos autos em que processada a aquisição, usualmente denominada de “*fase interna*” do procedimento, também a Medida Provisória nº 926/2020, ao alterar a Lei nº 13.979/2020, afastou, tal como mencionamos acima, algumas regras previstas na Lei nº 8.666/93.

Necessário, assim, que os autos sejam instruídos com:

a) Projeto básico **simplificado** (ou termo de referência **simplificado**), contendo os elementos indicados no art. 4º-E, §1º da Lei nº 13.979/2020, aprovado pela autoridade

competente (art. 7º, §2º, I, Lei 8.666/93), contendo orçamento detalhado (art. 7º, §2º, II, Lei 8.666/93);

b) Comprovação da existência de recursos orçamentários para fazer frente à futura contratação (art. 4º-E, §1º, VII da Lei nº 13.979/2020 c/c art. 7º, §2º, III, Lei 8.666/93);

c) Habilitação jurídica, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 28 da Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);

d) Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 29, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020). A dispensa de apresentação da documentação não poderá recair, no entanto, sobre a prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

e) Documentação relativa à capacidade técnica, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 30, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);

f) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 31, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);

No que diz respeito às exigências previstas no art. 26, da Lei nº 8.666/93, também a Lei nº 13.979/2020, em sua nova redação, mitigou as exigências previstas na lei nacional de licitações e contratos.

Estabelece o dispositivo:

“Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

(...)”

Como já se viu, as **presunções estabelecidas no art. 4º-B da Lei nº 13.979/2020 tornam desnecessário** que o gestor público instrua os autos com a justificativa atinente à **“caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa”**, prevista no art. 26, parágrafo único, I, da Lei 8.666/93.

Persiste, no entanto, a necessidade de **cumprimento das exigências do art. 26, parágrafo único, II e III da Lei nº 8.666/93**, instruindo-se os autos com:

- a) A razão da escolha do fornecedor ou executante;
- b) A justificativa do preço.

No que diz respeito à **justificativa do preço**, não obstante tenha a Lei nº 13.979/2020 indicado parâmetros para a realização da estimativa de preço, entendemos que devem ser observadas, no que couber, as regras locais estabelecidas no [Decreto nº 39.453/2018](#), que *“regulamenta a Lei distrital nº 5.525, de 26 de agosto de 2015, que estabelece que, em compras e contratações de bens e serviços, qualquer que seja a modalidade de licitação, o valor a ser pago não seja superior à média de preços do mercado, no âmbito do Distrito Federal”*.

Com efeito, a sistemática de realização de estimativa de preços constante no Decreto nº 39.453/2018 não é incompatível com o art. 4º-E, VI da Lei nº 13.979/2020, merecendo ser observada nos casos de que trata o presente parecer.

Estabelece o Decreto nº 39.453/2018:

“Art. 4º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

I - relatório de pesquisa de preços de produtos com base nas informações da Nota Fiscal eletrônica - NFe;

II - preços públicos referentes a aquisições ou contratações similares realizadas pelo Distrito Federal e demais entes públicos;

III - pesquisa junto a fornecedores;

IV - pesquisa publicada em mídias ou sítios especializados ou de domínio amplo.

Parágrafo único. A opção pela utilização de outro parâmetro de pesquisa ou método para obtenção do valor de referência deverá ser descrita e justificada nos autos pelo gestor responsável.

Art. 5º A pesquisa de preços será realizada da forma mais ampla possível e deverá ser composta de, no mínimo, 03 valores válidos, além de contemplar todas as características do objeto, incluindo referência à marca e especificações exclusivas, quando cabível, nas hipóteses do art. 7º, § 5º da Lei federal nº 8.666, 21 de junho de 1993.

Art. 6º Deverá ser juntada aos autos Planilha Comparativa de Preços composta de, no mínimo, 03 valores válidos, obedecendo aos parâmetros estabelecidos no art. 4º, observadas as especificações ou descrições do objeto e os fatores intervenientes no preço, os quais serão definidos em norma complementar.

§ 1º É obrigatória a apresentação de pelo menos um preço de cada parâmetro constante nos incisos I e II do art. 4º.

§ 2º O gestor responsável deverá comprovar e justificar nos autos a

Art. 11. Excepcionalmente, mediante justificativa do gestor responsável e desde que comprovado nos autos, será admitida a pesquisa com menos de 03 preços válidos.”

A segunda regra, prevista no **art. 4º-E, § 3º da Lei nº 13.979/2020**, diz respeito à possibilidade de contratação pelo Poder Público por valores superiores ao encontrado na

estimativa de preços, desde que esses decorram de oscilações ocasionadas pela variação de preços.

Mostra-se razoável a regra, tendo em vista que a pandemia do COVID-19 repercutiu abruptamente nas diversas cadeias de produção dos bens e serviços, desequilibrando, assim, os mercados. Com efeito, a intensa procura por alguns bens, serviços e insumos, tem o potencial para deslocar os preços do mercado para patamar superior àquele observado em cenário anterior à crise, sendo, nesses casos, inviável a comparação.

De qualquer maneira, para a contratação em valores acima do estimado, **imprescindível que o gestor público apresente robusta justificativa acerca da elevação abrupta dos preços, declinando as razões que acarretaram tal quadro.**

Devem, finalmente, ser observadas as **normas distritais que instituem vedações de contratação, em especial o Decreto nº 32.751/2011 (art. 3º, §2º), que veda o nepotismo, e o Decreto nº 39.860/2019.**

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, dada a grande alteração implementada pela Medida Provisória nº 926/2020 na Lei nº 13.979/2020, opinamos pelo **cancelamento do Parecer Referencial n.º 001/2020 – PGCONS/PGDF** exarando o presente opinativo para sua substituição.

Elencamos a seguir, **s.m.j.**, os elementos a serem verificados individualmente nos autos de cada procedimento administrativo em que se processará a contratação direta, mediante dispensa de licitação, para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, com fundamento no art. 4º da Lei federal nº 13.979/2020:

a) Cumprimento dos requisitos para a incidência da norma federal que autoriza a dispensa de licitação:

a.1) Os bens, serviços e insumos que se objetiva adquirir deverão destinar-se **exclusivamente ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19);**

a.2) A autorização legal para a aquisição direta por dispensa de licitação é **temporária**, se limitando ao período enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

a.3) As aquisições realizadas com base no dispositivo deverão ser **imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores**, contendo as informações descritas no art. 4º, §2º da Lei federal nº 13.979/2020.

b) Não obstante o permissivo legal para a dispensa de licitação nas aquisições destinadas ao enfrentamento da COVID-19, deve o gestor público sempre observar os princípios que lhe são impostos pelo art. 37 da Constituição Federal, bem como aqueles previstos no art. 3º da Lei 8.666/93.

c) Mesmo se tratando de procedimento de contratação direta, deve ser

observado o rito e a instrução da denominada fase interna do procedimento, de acordo com as regras da Lei nº 13.979/2020, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, instruindo-se os autos com:

c.1) Projeto básico **simplificado** (ou termo de referência **simplificado**), contendo os elementos indicados no art. 4º-E, §1º da Lei nº 13.979/2020, aprovado pela autoridade competente (art. 7º, §2º, I, Lei 8.666/93), contendo orçamento detalhado (art. 7º, §2º, II, Lei 8.666/93);

c.2) Comprovação da existência de recursos orçamentários para fazer frente à futura contratação (art. 4º-E, §1º, VII da Lei nº 13.979/2020 c/c art. 7º, §2º, III, Lei 8.666/93);

c.3) Habilitação jurídica, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 28 da Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);

c.4) Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 29, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020). A dispensa de apresentação da documentação não poderá recair, no entanto, sobre a prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

c.5) Documentação relativa à capacidade técnica, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 30, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);

c.6) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 31, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);

d) Devem ser cumpridas as exigências do art. 26, parágrafo único, II e III da Lei nº 8.666/93, instruindo-se os autos com:

d.1) A razão da escolha do fornecedor ou executante;

d.2) A justificativa do preço.

e) No que diz respeito à pesquisa de preços que embasará a aquisição, devem ser observadas as regras do Decreto distrital nº 39.453/2018.

Regras especiais quanto à justificativa de preços introduzidas pela Medida Provisória nº 926/2000:

e.1) Por força do art. 4º-E, § 2º da Lei nº 13.979/2020, admite-se **excepcionalmente**, mediante **justificativa** da autoridade competente, a possibilidade de dispensa da apresentação estimativa de preços de que trata o inciso VI do mencionado dispositivo;

e.2) O **art. 4º-E, § 3º da Lei nº 13.979/2020** admite, **mediante justificativa nos autos**, a possibilidade de contratação pelo Poder Público por valores superiores ao encontrado na estimativa de preços, desde que esses decorram de oscilações ocasionadas pela variação de preços.

f) Devem ser observadas as **normas distritais que instituem** ~~regulamentos de~~ contratação, em especial o Decreto nº 32.751/2011 (art. 3º, §2º), que veda o nepotismo, e o Decreto nº 39.860/2019.

g) Outras regras específicas a serem observadas nas dispensas de licitação realizadas sob a égide da Lei nº 13.979/2020:

g.1) **Excepcionalmente**, quando houver **demonstração inequívoca da existência de um único fornecedor para determinado bem ou serviço**, será **admissível a contratação de empresa que esteja com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso**.

g.2) Admite-se a aquisição de bens e contratação de serviços, que envolvam **equipamentos usados**, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido.

g.3) Quando se tratar de **bens e serviços comuns**, assim entendidos aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado (definição do art. 3º, II do Decreto federal n. 10.024/2019), **não será exigida a elaboração de estudos preliminares** tratados no art. 24 da Instrução Normativa nº 05/2017, elaborada pela Secretaria de Gestão do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

g.4) O **gerenciamento de riscos** a que aludem os arts. 25 a 27 da Instrução Normativa nº 05/2017, somente será exigível **durante a fase de gestão do contrato** (terceira fase da contratação, nos termos do art. 19 da referida Instrução Normativa).

g.5) A **duração dos contratos** regidos pela Lei n. 13.979/2020 limita-se a 6 meses, podendo ser o período de vigência prorrogado por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

g.6) Para os contratos regidos pela referida Lei, **pode** a administração pública prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, **acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato**.

Com a emissão do presente parecer referencial, fica dispensado o envio do processo para exame e aprovação pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, ressalvada a hipótese de consulta acerca de dúvida de ordem jurídica devidamente identificada e motivada.

Para a utilização do parecer referencial nos casos concretos, deve a Administração Pública instruir o processo com:

(a) cópia integral deste parecer referencial com as cotas de aprovação do Procurador-Chefe e do Procurador-Geral do Distrito Federal ou do procurador-geral adjunto; e

(b) declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do parecer referencial e que serão observadas suas orientações, conforme modelo anexo à Portaria PGDF nº 115/2020.

À elevada consideração superior.

ALEXANDRE MORAES PEREIRA
Procurador do Distrito Federal

[1] Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)
XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

[2] Fonte: <https://www.who.int/health-topics/coronavirus>, tradução livre, consulta em 18.03.2020

[3] Documento original em língua inglesa. Tradução livre do autor.

[4] <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/prefeitura-de-petropolis-rj-anuncia-primeira-morte-por-coronavirus.shtml>

[5] <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/03/20/informe-sobre-o-coronavirus-no-distrito-federal-dia-20-de-marco-as-19h/>

[6] Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

I – relativa a: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

b) direito penal, processual penal e processual civil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

II – que vise a detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

III – reservada a lei complementar; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

IV – já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 2º Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 4º O prazo a que se refere o § 3º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando

sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 7º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 9º Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 10. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

[7] FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby, *Contratação direta sem licitação*, 6 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2006, pp. 335-336

[8] PARZIALE, Aniello dos Reis. [Contratação direta de alimentação escolar: uma hipótese de dispensa de licitação não arrolada na Lei federal nº 8.666/93](#). *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 16, n. 2830, 1 abr. 2011. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/18814>. Acesso em: 19 mar. 2020.

[9] DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella, *Direito Administrativo*, 13ª Ed., São Paulo: Atlas, 2001, p. 302

[10] NIEBUHR, Joel de Menezes; NIEBUHR, Joel de Menezes. *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública*. Belo Horizonte: Fórum, 2015. Disponível em: <https://www.forumconhecimento.com.br/livro/1189>. Acesso em: 19 mar. 2020.

[11] Art. 24. É dispensável a licitação:
(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

[12] OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende, *Direito Administrativo e coronavírus*, <https://www.migalhas.com.br/depeso/321892/direito-administrativo-e-coronavirus>, consulta em 18.03.2020

[13] DE ARAGÃO, Alexandre Santos. Algumas notas críticas sobre o princípio da presunção de veracidade dos atos administrativos. *RDA – Revista de Direito Administrativo*, Belo Horizonte, v. 259, jan./abr. 2012 Disponível em: <<http://www.bidforum.com.br/PDI0006.aspx?pdiCntd=80405>>. Acesso em: 21 mar. 2020.



Procurador(a) do Distrito Federal, em 22/03/2020, às 01:41, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

verificador= **37412481** código CRC= **90EEA3C0**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF

00020-00009890/2020-01

Doc. SEI/GDF 37412481

Cota de Aprovação - PGDF/PGCONS/CHEFIA





"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Administração Geral

Despacho - SES/SUAG

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

Ao GAB/SES,
Senhor Secretário,

Trata o presente processo da a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente, com fulcro no artigo 4º, inciso IV, da Lei nº 13.979/2020**, onde foi ampliada a hipótese de incidência da autorização legal de dispensa de licitação para insumos destinados ao enfrentamento da pandemia da doença do coronavírus (COVID-19) **conforme Projeto Básico (37293085).**

Registra-se o **Parecer Referencial 02 - PGDF (8044862)** através do qual a d. Procuradoria discorre acerca das orientações e diretrizes para dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde, destinados ao enfrentamento da pandemia da doença do coronavírus (COVID-19), conforme previsão da Lei Federal nº 13.979/2020 e do Decreto 40.512/2020.

Tal Parecer fora emitido, por ocasião da Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, que "altera a supracitada Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, incluindo, portando elementos a serem verificados individualmente nos autos de cada procedimento administrativo em que se processará a pretensa contratação direta, **com fundamento no art. 4º da Lei federal nº 13.979/2020.**

Ademais, buscou-se a maior publicidade para contratação enviando os **Ofícios 60 (37301064) 349 (37510147), conforme E-mail DE PUBLICAÇÃO DO OFÍCIO Nº 349/2020 - GMAIL (37547368) (37383728)**, bem como publicação em Diário Oficial e Jornal de grande circulação.

O Decreto distrital n. 40.475, de 28.02.2020, declarou "situação de emergência, no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, pelo período de cento e oitenta dias, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus"

Segundo informações da Organização Mundial da Saúde :

"Os coronavírus (CoV) são uma grande família de vírus que causam doenças que vão desde o resfriado comum até doenças mais graves, como a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV) e a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-CoV).

A doença do coronavírus (COVID-19) é uma nova cepa que foi descoberta em 2019 e não foi identificada anteriormente em humanos. Os coronavírus são zoonóticos, o que significa que são transmitidos entre animais e pessoas. Investigações detalhadas descobriram que o SARS-CoV foi transmitido de gatos civetas para humanos e MERS-CoV de camelos dromedários para humanos. Vários coronavírus conhecidos estão circulando em animais que ainda não infectaram humanos.

Os sinais comuns de infecção incluem sintomas respiratórios, febre, tosse, falta de ar e dificuldades respiratórias. Em casos mais graves, a infecção pode causar pneumonia, síndrome respiratória aguda grave, insuficiência renal e até mesmo morte.

As recomendações padrão para evitar a propagação da infecção incluem lavagem regular das mãos, cobertura da boca e do nariz ao tossir e espirrar, cozinhar completamente carne sinuosa e ovos. Evite contato próximo com qualquer pessoa que apresente com sintomas de doença respiratória, como tosse e espirro."

A título de atualização, até a presente data, 02 de abril de 2020, são 962.977 casos confirmados, 49.180 mortes, no Brasil já são 6.988 casos com 127 mortes em decorrência da pandemia.

Dos elementos a serem verificados individualmente nos autos de cada procedimento administrativo em que se processará a contratação direta, mediante dispensa de licitação, conforme **Parecer Referencial 02 - PGDF (38044862)**:

a.1) Os bens, serviços e insumos que se objetiva adquirir deverão destinar-se exclusivamente ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19);

Considerando o **DECRETO Nº 40.475, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020**, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus;

Considerando a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia de 11 de março de 2020, como **pandemia do Novo Coronavírus**:

Considerando a recomendação do Ministério da Saúde e demais autoridades sanitárias de **se evitar aglomerações para reduzir a propagação do Covid-19**, principalmente para os grupos de risco quais sejam: **imunodeprimidos, portadores de doenças crônicas, idosos; gestantes.**

Considerando que o perfil de usuários que são atendidos pelo Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal (CEAF-DF) compreende essencialmente pessoas pertencentes ao referido grupo de risco, ou seja, pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes:

Benefícios/resultados a serem alcançados:

Evitar exposição dos pacientes cadastrados no CEA-DF tanto pelo deslocamento até as unidades quanto pelo tempo de espera pelo atendimento.

Evitar a propagação do vírus Covid-19

Evitar sobrecarga do sistema de saúde do Distrito Federal

Aumentar a capacidade de resposta sistema de saúde do Distrito Federal diante do cenário atual de pandemia

Reduzir o risco de pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes serem infectados pelo coronavírus.

O contrato terá vigência de **ATÉ 180 (cento e oitenta) dias corridos**, por se tratar de CONTRATAÇÃO por Dispensa de Licitação, enquadrando-se no **com fulcro no artigo 4º, inciso IV, da Lei nº 13.979/2020**.

b) Não obstante o permissivo legal para a dispensa de licitação nas aquisições destinadas ao enfrentamento da COVID-19, deve o gestor público sempre observar os princípios que lhe são impostos pelo art. 37 da Constituição Federal, bem como aqueles previstos no art. 3º da Lei 8.666/93

c.1) Projeto básico simplificado (ou termo de referência simplificado), contendo os elementos indicados no art. 4º-E, §1º da Lei nº 13.979/2020, aprovado pela autoridade competente (art. 7º, §2º, I, Lei 8.666/93), contendo orçamento detalhado (art. 7º, §2º, II, Lei 8.666/93);

- Despacho SES/FSDF/DIOR/GEO/NPO (38040617)

- **Habilitação BRB (38040295)**

Consta a regularidade junto com a habilitação das Empresas:

- **Habilitação BRB (38040295)**

Consta a capacidade técnica junto com a habilitação das Empresas:

- **Habilitação BRB (38040295)**

Consta a capacidade técnica junto com a habilitação das Empresas:

- **Habilitação BRB (38040295)**

d.1) A razão da escolha do fornecedor ou executante;

d.2) A justificativa do preço:

- **Planilha Detalhada + Propostas (38028889)**

e) No que diz respeito à pesquisa de preços que embasará a aquisição, devem ser observadas as regras do Decreto distrital nº 39.453/2018.

- **Lista de Verificação - Pesquisa de Preços SES/SUAG/DIAQ/GEPP (38028931)**
- **Relatório 552 (38029097)**

Decreto nº 32.751/2011 (art. 3º, §2º), que veda o nepotismo, e o Decreto nº 39.860/2019.

- **Habilitação BRB (38040295)**

g) Outras regras específicas a serem observadas nas dispensas de licitação realizadas sob a égide da Lei nº 13.979/2020:

Solicita-se à DAESP e DFACC o correto cumprimento do Art. 4º da LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020,

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição. (ato posterior)

Pelo exposto, à luz da emergencialidade evidenciada nos autos, e com o fito de promover a celeridade na instrução processual, com base no **Parecer Referencial 02 - PGDF (38044862)**, fica dispensado o envio dos autos à Assessoria Jurídico Legislativa desta pasta para análise de alçada.

Tendo em vista a pretendida contratação realizada com fundamento no Artigo 4º, da Lei nº 13.979/2020, RECONHEÇO a Dispensa de Licitação nº 03/2020, com fulcro na especificação técnica, detalhamento da necessidade e justificativa, bem como da aprovação da proposta pela área técnica competente, que está sendo contratada, no valor global de R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos), referente à **Contratação emergencial (por 180 dias) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente.**

IOHAN ANDRADE STRUCK

Subsecretaria de Administração Geral/SES

Subsecretário

À
SUAG/SES

Considerando as informações contidas no presente processo e mediante Despacho SES/SUAG (38044988), com fundamento no Artigo 4º, da Lei nº 13.979/2020, RATIFICO a Dispensa de Licitação nº 03/2020 no valor global de R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos), sendo declarada vencedora a empresa BRB SERVIÇOS S/A, referente à **Contratação emergencial (por 180 dias) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente.**

Isto posto, encaminha-se os autos à Subsecretaria de Administração Geral - SUAG/SES para providências subsequentes.

FRANCISCO ARAÚJO FILHO

Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **IOHAN ANDRADE STRUCK - Matr.1677744-1, Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 02/04/2020, às 12:55, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO ARAUJO FILHO - Matr.1689145-7**,
Secretário(a) de Estado de Saúde do Distrito Federal, em 02/04/2020, às 13:49, conforme art.
6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito
Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=38044988 código CRC= 90E1958A.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

(61)3348-6123

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38044988



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

CONTRATO Nº. 063/2020 - SES/DF

CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O DISTRITO
FEDERAL, POR INTERMÉDIO
DA SECRETARIA DE ESTADO
DE SAÚDE E A EMPRESA **BRB
SERVIÇOS S/A** NOS TERMOS
DO PADRÃO Nº 02/2002, NA
FORMA ABAIXO.

PROCESSO SEI nº [00060-00109204/2020-43](#)

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1. O DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.700/0001-08, denominada CONTRATANTE, com sede no SAIN Parque Rural s/nº, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.770-200, representada neste ato por **FRANCISCO ARAUJO FILHO** para responder interinamente pelo Cargo de Natureza Política na qualidade de Secretário de Estado, Símbolo CNP-03, de Secretário de Estado, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, Decreto de 16 de março de 2020, publicado no DODF Edição Extra nº 30, de 17 de março de 2020, pg. 01, e a empresa **BRB SERVIÇOS S/A** inscrita no CNPJ nº 12.857.569/0001-80, denominada CONTRATADA, com sede no Distrito Federal, CEP. 70.714-902 neste ato representada por **MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS** portador do RG nº 047.810.272.013-4 SSP-MA, e CPF nº 473.222.251-04, na qualidade de representante legal.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO

2.1. O presente Contrato obedece aos termos do Projeto Básico (37293085), da Proposta BRB (37825188), do Ato Convocatório para **DL emergencial** (37510147), da Autorização da Dispensa de Licitação - **DL emergencial** (37266072), Ratificação da Dispensa de Licitação- **DL emergencial** (38044988), com fulcro no artigo 4º, inciso IV, da Lei nº 13.979/2020, da Autorização da emissão da Nota de Empenho (.....), da Nota de Empenho (.....), e demais disposições constantes na Lei nº 8.666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O Contrato tem por objeto a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente** (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis), nos termos do Projeto Básico (37293085), da Proposta BRB (37825188), do Ato Convocatório para **DL emergencial** (37510147), da Autorização da Dispensa de Licitação - **DL emergencial** (37266072), Ratificação da Dispensa de Licitação- **DL emergencial** (38044988), com fulcro no artigo 4º, inciso IV, da Lei nº 13.979/2020, da Autorização da emissão da Nota de Empenho (.....), da Nota de Empenho (.....), e demais disposições constantes na Lei nº 8.666/93, que passam a integrar o presente Termo.

3.2. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

3.2.1. O serviço ofertado deverá atender a todos os itens descritos neste Contrato e seus apêndices como solução de fornecimento no âmbito do Distrito Federal e seu entorno, classificado, a saber:

ITEM	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
------	-----------	-----------	---------	------------

01	20605	Contratação emergencial de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).	Serviço	6 meses (180 dias)
----	-------	---	---------	--------------------

4. CLÁUSULA QUARTA- DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O Regime de Execução do Contrato está disposto na Lei nº 8.666/93 - Art. 6º, VIII, A, qual seja: empreitada por menor preço LOTE/ITEM, por se tratar de execução de serviço por preço certo e total.

4.2. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

4.2.1. A CONTRATADA, através de seus funcionários, deverá estar apta a operar a central telefônica ativa e receptiva para realizar o atendimento, agendamento e entrega de medicamentos aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo);

4.2.2. Eventuais alterações do sistema operacional adotado pela CONTRATANTE serão notificadas à CONTRATADA em tempo hábil para as providências que couberem, sem ônus à SES - DF.

4.2.3. A CONTRATADA para prestação do serviço deverá executar suas atividades nos locais de trabalho e horários fixados pela contratante, obedecida a jornada de trabalho legalmente fixada na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional e utilizada para a respectiva atividade;

4.3. TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

4.3.1. A CONTRATADA deverá manter sob sua responsabilidade as ações de treinamento e capacitação inicial de seus funcionários, referentes às atividades de teleatendimento.

4.3.2. Cabe a CONTRATADA a documentação, através de registro individualizado, de todas as ações de treinamento, capacitação e aprimoramento contínuo de seus funcionários;

4.3.3. Cabe à CONTRATADA manter, dispor e realizar ações de capacitação e treinamento, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, assim como sua adequada substituição nos postos de atendimento e de transporte e entrega dos medicamentos durante estas ações.

4.3.4. Cabe à CONTRATADA a apresentação prévia do planejamento das ações de educação continuada ao CONTRATANTE.

4.4. QUALIDADE GERAL DOS SERVIÇOS

4.4.1. A qualidade geral dos serviços será avaliada periodicamente, em conjunto com representantes da SES, através dos instrumentos de avaliação e mensuração de serviços vinculados a este "CONTRATO", acrescido das metodologias de avaliação adotadas pela SES-DF;

4.4.2. Para a qualidade geral dos serviços serão avaliadas assiduidade, asseio, postura e comportamento dos funcionários da CONTRATADA;

4.5. VOLUMETRIA E NÍVEIS BÁSICOS DE SERVIÇOS REQUERIDOS

4.5.1. Quanto aos serviços implantados, visando atender as demandas exigidas, ficam estabelecidas:

4.5.2. Volume Diário Médio de Ligações: A projeção do volume médio de ligações é de **2.750 ligações/dia**, devendo ser registradas e acompanhadas pelo CONTRATANTE através de relatório de produção. A CONTRATADA deverá garantir, através de seus funcionários, o atendimento de acordo com os padrões de qualidade estipulados neste CONTRATO pelo CONTRATANTE.

4.5.3. Análise qualitativa das ligações:

- Taxa de abandono de ligações inferior a 5%;
- Velocidade de atendimento das ligações inferior a 10 segundos para o mínimo de 90% do total de ligações, garantindo o atendimento em tempo adequado: 90/10 90% das ligações atendidas em até 10 segundos, equivalente a atendimento em até 3 toques;
- **Atendimento e agendamento efetivado para os usuários por dia.**

4.5.4. TMA (Tempo Médio de Atendimento):

- < (menor que) 10 minutos por ligação.

4.5.5. Treinamento, capacitação:

- Comprovação das ações de treinamento, capacitação referentes às atividades de teleatendimento e para todo o efetivo dos funcionários contratados em atividades deste CONTRATO.

4.5.6. Entrega:

- > (maior a) 15 mil entregas em domicílio por mês.

4.6. PERFIL DOS PROFISSIONAIS

4.6.1. TELEFONISTA:

- a. Maior de 18 anos;
- b. Escolaridade mínima: Formação Nível Médio
- c. Experiência mínima de 06 meses em teleatendimento;
- d. Conhecimento da geografia do Distrito Federal;
- e. Habilidade em redigir textos e análises executivas;
- f. Conhecimentos e habilidade básicos em informática (sistemas operacionais, editores de texto, entre outros);
- g. Devem conhecer plenamente e serem capazes, após treinamento, de utilizar de forma eficaz as ferramentas associadas à função e aos serviços prestados;
- h. Perfil pessoal: Sensibilidade humana, facilidade de comunicação, fluência verbal, boa dicção, audição e com visão capaz de permitir a perfeita utilização do sistema, adequada postura profissional e emocional e pró-atividade, capacidade de manutenção de sigilo profissional, capacidade de trabalhar em equipe, disposição para cumprimento de normas, regulamentos e orientações, capacidade de absorção de conhecimento através de experiência diária, conhecimento e habilidade em informática, bem como através de treinamentos formais fornecidos pela CONTRATADA ou pela CONTRATANTE;

4.7. REMUNERAÇÃO

4.7.1. Os salários dos profissionais a serem alocados na prestação dos serviços, deverão, no mínimo, orientar-se pelos valores de referência da Convenção Coletiva da Categoria ou Sindicato, para cada categoria de profissionais.

4.8. TRANSPORTE e ARMAZENAMENTO

4.8.1. Transporte e armazenamento atendendo à:

1. Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos;
2. Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências;
3. Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis.

4.9. DA FISCALIZAÇÃO, CONTROLE DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 4.9.1. Os serviços objeto deste Contrato serão executados pela CONTRATADA, com a supervisão e fiscalização por servidor indicado pela CONTRATANTE.
- 4.9.2. A CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado;
- 4.9.3. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços especificados neste CONTRATO, a CONTRATANTE; é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por funcionário indicado, podendo para isso:
- 4.9.4. Solicitar a imediata substituição do funcionário da CONTRATADA que agir fora das determinações descritas nos scripts ou de forma diversa das políticas e normas da CONTRATANTE; recomendadas aos prestadores dos serviços objeto deste CONTRATO;
- 4.9.5. Exigir junto à CONTRATADA a regularização das eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, comunicando à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência, tudo sem prejuízo às penalidades cabíveis;
- 4.9.6. Supervisionar as atividades CONTRATADA, mediante avaliação periódica.
- 4.9.7. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização, não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços contratados.
- 4.9.8. A execução dos serviços objeto desta contratação deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, por parte da SES.
- 4.9.9. O objeto do presente contrato será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela CONTRATADA, sendo tal relatório submetido à fiscalização da CONTRATANTE, que após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento.
- 4.9.10. Havendo inexecução total/parcial dos serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 4.9.11. A fiscalização e supervisão se darão através do acompanhamento quanto à qualidade dos serviços, controle de desempenho e cumprimento de horários pela CONTRATADA.

4.10. DA MEDIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

- 4.10.1. No último dia útil de cada mês, a CONTRATADA deverá efetuar a apuração dos serviços executados no respectivo mês, e, considerando os recursos contratados e Instrumento de Medição de Resultados - IMR, elaborar o correspondente relatório contendo os Agentes de Atendimento alocados, descrevendo dias e horários;
- 4.10.2. Para efeito de pagamento, as medições deverão ser realizadas com o seguinte procedimento:
- 4.10.3. No primeiro dia útil subsequente ao mês que os serviços foram prestados, a CONTRATADA deverá entregar o relatório contendo os quantitativos mensais de postos de trabalho, tabela IMR e os respectivos valores apurados;
- 4.10.4. Na hipótese de glosas e/ou incorreções de quantitativos e/ou valores, o CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA a retificação do relatório, objetivando a emissão da Nota Fiscal Fatura;
- 4.10.5. Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:
- I. O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços contratados às correspondentes quantidades de serviços executados considerando os recursos contratados e Instrumento de Medição de Resultados - IMR, descontadas as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo CONTRATANTE por motivos imputáveis à CONTRATADA;
 - II. A aplicação dos descontos indicados no item imediatamente acima não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA, em razão da não execução dos serviços;
 - III. O fiscal do contrato deverá apresentar os relatórios que comprovem a eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente da central telefônica e o relatório de conformidade nos padrões de qualidade que atestará a realização da prestação dos serviços contratados;
 - IV. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, o CONTRATANTE atestará a medição mensal, comunicando a CONTRATADA, no prazo de 3 (três) dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e, autorizando a emissão da correspondente Nota Fiscal Fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados;
 - V. Não haverá qualquer forma de subordinação dos prestadores de serviços alocados para as atividades executadas ao CONTRATANTE, o qual se limitará a fornecer à CONTRATADA as corretas informações dos serviços a serem executados;

- VI. A CONTRATADA se obriga a manter a composição da equipe local, dentro dos parâmetros definidos em sua proposta. Qualquer modificação a ser efetuada pela CONTRATADA na composição das equipes locais e de seu Supervisor deverá ser comunicada a CONTRATANTE com antecedência de 72 (setenta e duas) horas;
- VII. Caso a CONTRATADA precise substituir um profissional alocado, deverá informar ao CONTRATANTE; com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis para que o novo profissional possa inteirar-se dos procedimentos técnicos e administrativos para a boa execução dos serviços contratados;
- VIII. Ao critério exclusivo da CONTRATANTE este poderá solicitar a substituição de funcionário da CONTRATADA alocado nos serviços, devendo o pedido ser formalizado até 5 (cinco) dias úteis, antes da substituição, que se fará obrigatoriamente, sob pena de incorrer a CONTRATADA em falta contratual;
- IX. A CONTRATANTE utilizará ferramenta de gestão de informações para gerenciar os serviços realizados pela CONTRATADA, ao nível de relatórios gerenciais e indicadores de performance ou outra forma a ser definida entre as partes durante a implantação dos serviços;
- X. Serão realizadas reuniões de trabalho entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA para a análise do desempenho desta, sempre que houver necessidade, sendo as mesmas registradas em ata que deverá ser juntada ao processo referente a presente contratação, sem ônus adicional à SES - DF;
- XI. A CONTRATANTE por intermédio de seus funcionários ou prepostos se reserva ao direito de efetuar inspeção de qualidade, em qualquer tempo, nos serviços realizados pela empresa CONTRATADA;
- XII. Na fase de implantação dos serviços, a CONTRATANTE deverá realizar a integração da equipe alocada no contrato, para fornecer conhecimento sobre o sistema de atendimento, recursos tecnológicos da Central, serviços a serem executados e procedimentos existentes.

4.11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

- I. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
- II. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o controle da execução dos serviços e do contrato.
- III. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Contrato.
- IV. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no Art. 47 e no Anexo V, item 2.6, I, ambos da IN nº 05/2017.
- V. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento, sendo que um dos seus principais objetivos é a busca da eficiência com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitem e estimulem a melhoria constante dos serviços prestados.
- VI. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Apêndice III, deste documento, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- VII. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- VIII. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- IX. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- X. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- XI. O Fiscal/Gestor do contrato deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução dos serviços, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços executados.
- XII. O Preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
- XIII. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo Fiscal/Gestor, desde que comprovada a

excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

- XIV. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- XV. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- XVI. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- XVII. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- XVIII. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Art. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- XIX. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.12.DAS OCORRÊNCIAS

4.12.1. Será atribuído a CONTRATADA pontuação a cada constatação das seguintes ocorrências, conforme tabela abaixo:

OCORRÊNCIA	PONTOS	PRAZO RESOLUÇÃO
Interrupção, parcial ou total, não programada nos serviços contratados, sem prévio comunicação a SES/DF, por evento, acrescido a cada hora.	0,3	1 hora
Seguidas interrupções nos serviços contratados em um lapso temporal de 07 (sete) dias, por evento, a pontuação será multiplicada pelo número de interrupções, por evento.	0,3	1 hora
Cobrança por serviços não prestados, por evento.	0,3	2 dias
Cobrança de valores em desacordo com o contrato, por evento.	0,3	2 dias
Utilizar profissionais em serviço sem a devida identificação (crachá e/ou camiseta), por evento.	0,3	1 dia
Utilizar profissionais em serviço com identificação em mal estado (crachá ilegível ou danificado), vestimentas sujas e/ou rasgadas (camiseta), por evento.	0,3	1 dia
Não apresentar corretamente a Nota Fiscal dos serviços prestados no mês, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico, que deverão conter todos os tributos, encargos e descontos, conforme preços contratados no processo licitatório, por evento.	0,5	2 dias
Atraso injustificado no recebimento de produtos pactuados no contratos direcionada à seu(s) Almoxarifado(s), dentro do horário de funcionamento estipulado neste documento.	0,3	1 dia
Atraso (injustificado) na entrega dos produtos objetos deste Contrato. O valor da pontuação deverá ser acrescido a cada 24 (vinte e quatro) horas de atraso.	0,5	24 horas
Não realizar as entregas previstas nas unidades de consumo nos prazos pactuados, por evento.	1	1 dia
Não entregar os produtos nos prazos e quantidades especificadas no documento de transferência às unidades de consumo, salvo autorização prévia da área técnica vinculada à CONTRATANTE, por evento.	0,5	1 dia
Mal funcionamento dos sistemas elencados ao Serviço, por evento.	0,5	2 dias
Inoperância dos sistemas elencados ao Serviço, por evento.	0,5	1 dia
Má conservação das instalações, equipamentos, aparelhos, materiais ou qualquer outro recurso de sua responsabilidade empregado no serviço, por evento.	0,5	2 dias

Não cumprir os horários mínimos de funcionamento previstos neste documento, salvo se autorizado, por escrito, pelo Gestor do Contrato, por evento.	1	1 dia
Não receber entrega direcionada à seu(s) Almoxtarifado(s), dentro do horário mínimo de funcionamento previsto neste documento, salvo se por erro do entregador, por evento.	1	1 dia
Instalar durante a implementação do serviço, qualquer equipamento que não seja novo, de primeiro uso, salvo se autorizado, por escrito, pelo Gestor do Contrato, por evento.	1	3 dias
Descumprir qualquer OBRIGAÇÃO descrita neste documento, por evento.	1	3 dias
Causar qualquer tipo de problema de modo a dificultar a transição contratual, por evento.	1	1 dia
Não manter seus sistemas, equipamentos, pessoal ou qualquer outro objeto necessário ao funcionamento do serviço durante a transição contratual, por evento, acrescido a cada dia.	1	1 dia
Negligenciar medidas de segurança ou legislação pertinente, por evento.	1	1 dia
Utilizar mão de obra com qualificação incompatível com àquela necessária a execução dos serviços, por evento.	1	1 dia
Deixar de fornecer os relatórios gerenciais nos moldes e prazos requeridos, por evento, acrescido a cada dia.	1	5 dias
Deixar de realizar as auditorias e inventários nos moldes e prazos previstos, por evento, acrescido a cada dia.	1	5 dias

- I. Para confirmação dos eventos será tomado como base os relatos de ocorrências direcionados ao Gestor/Fiscal do Contrato e aferição junto a CONTRATADA.
- II. Os prazos serão contados a partir da data da ocorrência em relação ao pactuado ou relato oficial, quando aplicável.
- III. O Gestor/Fiscal deverá realizar a avaliação mensal para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- IV. O somatório da pontuação será apurado dentro do mês de prestação do serviço, coincidente com o mês civil.
- V. Caso necessário, a somatória será arredondada, para mais ou para menos, levando em consideração quando o número estiver mais próximo daquele imediatamente superior ou inferior.
- VI. Esta pontuação servirá como base para que a CONTRATANTE aplique as seguintes sanções administrativas, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma sanção, esta será imediatamente aplicada, observado o processo administrativo.

Pontuação acumulada	Sanção
1 (um) ponto	Advertência
2 (dois) pontos	Advertência
3 (três) pontos	Multa correspondente a 3% (três por cento) do valor mensal do contrato
4 (quatro) pontos	Multa correspondente a 4% (quatro por cento) do valor mensal do contrato
5 (cinco) pontos	Multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor mensal do contrato
6 (seis) pontos	Multa correspondente a 6% (seis por cento) do valor mensal do contrato
7 (sete) pontos	Multa correspondente a 7% (sete por cento) do valor mensal do contrato
8 (oito) pontos	Multa correspondente a 8% (oito por cento) do valor mensal do contrato
9 (nove) pontos	Multa correspondente a 9% (nove por cento) do valor mensal do contrato

10 (dez) pontos	Multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato
11 (onze) pontos ou +	Suscetível a Rescisão Unilateral do Contrato

- VII. Durante o período de implantação dos serviços, conforme IMR previstos, poderão ser abrandados, em detrimento da necessidade de ajustes e correções nos serviços.
- VIII. A ocorrência de três ou mais sanções consecutivas, acarretará sanção correspondente ao somatório das pontuações acumuladas nesses meses.

4.14. DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

4.14.1 A prestação dos serviços de que trata este contrato e seus Apêndices não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a SES/DF, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.14.2 Os profissionais e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com o Estado.

4.14.3 Todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial, oriundas dos acidentes de trabalho e das doenças causadas pelo exercício das atividades laborais, entre outras, correm por conta exclusiva da CONTRATADA, a qual se obriga a saldar na época devida.

4.14.4 A CONTRATADA deverá manter vínculo, empregatício ou na forma de contrato de prestação de serviços, com todos os profissionais alocados nos serviços descritos neste Contrato, de forma a garantir a subordinação de todos aqueles que trabalhem nas instalações da SES/DF às determinações emanadas pelo Preposto.

4.15. DAS LOCALIDADES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.15.1. As atividades previstas nos itens deste documento deverão ser executadas no Distrito Federal, sem qualquer custo adicional, de segunda à sexta, exceto feriados, das 08h às 17 h.

4.16. PRAZOS DE ENTREGA

4.16.1. Prazo de Entrega: Os serviços deverão estar em plena execução em até 5 (CINCO) dias úteis, a partir da data da assinatura do Contrato.

4.17. MODELO DE EXECUÇÃO

4.17.1. O modelo de execução do contrato deverá contemplar condições necessárias ao devido fornecimento do Serviço para atendimento das necessidades do central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo), no que se refere ao objeto deste Instrumento, observando o que segue:

- I. Realizar a convocação da CONTRATADA será realizada de forma IMEDIATA, após a assinatura do contrato, a qual deverá dar da CONTRATANTE, conhecendo o ambiente físico e tecnológico, dentro do escopo contratado, e absorver o conhecimento necessário para entrega e prestação dos serviços acordados.
- II. A CONTRATADA deverá participar de reunião inicial, convocada pelo Gestor do contrato, com a participação da Equipe de Fiscalização da CONTRATANTE, do representante legal da CONTRATADA, e dos demais interveniente por ele identificado, cuja pauta observará, pelo menos: presença do representante legal da CONTRATADA, que apresentará o seu Preposto, assinatura, por parte da CONTRATADA, do Termo de Confidencialidade e Sigilo e do Termo de Ciência, esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gerenciamento do Contrato, nivelando os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Apêndices e Termos, bem como, esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.
- III. Informar à CONTRATADA que o pagamento dos serviços contratados e implementados será realizado após o aceite parcial e/ou definitivo da implantação.
- IV. A CONTRATADA deve assinar Termo de Ciência, comprovando que a mesma já detém conhecimento suficiente e que foram alcançadas as condições técnicas para realização dos serviços sem riscos operacionais.
- V. A CONTRATADA deverá seguir todas as normas de segurança vigente na Instituição.
- VI. A CONTRATADA poderá, exclusivamente a seu critério e ônus, desenvolver, avaliar e incorporar métodos, processos e tecnologias para a melhoria na forma da execução contratual dos serviços ora licitados, desde que seus procedimentos estejam em conformidade com as definições, premissas e recomendações técnicas.

- VII. Todos os serviços que envolvam ações de desenvolvimento e implementação de atividades de melhoria contínua de ambiente, obedecerão a uma estruturação e planejamento prévios da CONTRATADA e autorização da CONTRATANTE, onde serão estabelecidos os prazos, horário e condições gerais da execução destas atividades.

4.18. DAS INSPEÇÕES E DILIGÊNCIAS

4.18.1 A CONTRATANTE poderá, se julgar necessário, realizar inspeções e diligências a fim de garantir que a licitante vencedora esteja em condições de fornecer os produtos/serviços pretendidos de acordo com a qualidade exigida neste documento.

4.19. DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

- I. A CONTRATADA será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela SES/DF, tais documentos.
- II. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto sem autorização por escrito da SES/DF, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.
- III. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo de responsabilidade e sigilo, comprometendo-se a não divulgar nenhum assunto tratado nas dependências da SES/DF ou a serviço desses, salvo se expressamente autorizado, Apêndice I – Termo de Confidencialidade de Informações.
- IV. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo declarando estar ciente de que as informações disponibilizada pela SES/DF e pacientes não poderá ser utilizada para fins particulares e que a navegação em sítios da Internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando o endereço da SES/DF, ou acessadas a partir dos seus equipamentos, poderão ser auditadas.
- V. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo de compromisso declarando total obediência às normas de segurança vigentes ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, na SES/DF.
- VI. Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. Abrange toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, protocolos, informações pessoais de pacientes e informações sobre as atividades da CONTRATANTE.
- VII. As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto.
- VIII. As obrigações constantes deste DOCUMENTO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros e estranhos, sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.
- IX. A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.
- X. A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO sobre a existência deste Contrato bem como da natureza sigilosa das informações.
- XI. A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente DOCUMENTO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.
- XII. A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

4.20. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

- I. A contratação será fiscalizada por comissões de servidores constituídas para esse fim, composta pelo Gestor do Contrato, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Fiscal Requisitante, indicados pela SES/DF, juntamente com seus respectivos suplentes.

4.20.1. GESTOR DO CONTRATO:

4.20.1.1. Entidade: CONTRATANTE, indicado pela SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF;

4.20.1.2. Responsabilidade:

- I. Verificar a eficiência: utilização de recursos de computação alocados a Solução de Gestão, desempenho dos profissionais envolvidos, tempo e custo de execução;
- II. Constatar a eficácia: validação dos resultados gerados pela Solução e verificação de conformidade (se os resultados oferecidos estão atendendo adequadamente às necessidades dos usuários); e
- III. Atestar a segurança: segurança em comunicação quanto à veiculação de dados por meios de comunicação.

4.20.2.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor do Contrato serão solicitadas aos seus superiores.

4.20.2. FISCAL TÉCNICO

4.20.2.1. Entidade: CONTRATANTE

4.20.2.2. Responsabilidade:

- a. encaminhar pendências que possam gerar fato administrativo, analisar e gerar relatórios das faturas emitidas, incluindo apontar não conformidades e desvios de qualidade, verificar prazos dos serviços contratados e fiscalizar tecnicamente o Contrato.

4.20.3. FISCAL ADMINISTRATIVO

4.20.3.1. Entidade: CONTRATANTE

4.20.3.2. Responsabilidade:

- a. Fiscalizar o Contrato, quanto aos aspectos administrativos.

4.20.4. FISCAL REQUISITANTE

4.20.4.1. Entidade: CONTRATANTE

4.20.4.2. Responsabilidade:

- a. Fiscalizar o Contrato do ponto de vista funcional da Serviço;

4.21. PREPOSTO OU GERENTE DE RELACIONAMENTO

4.21.1. Entidade: CONTRATADA

4.21.2. Formação: Colaborador da CONTRATADA.

4.21.3. Responsabilidade:

- a. Acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento e execução contratual;
- b. Negociar, junto ao Gestor do Contrato, termos e condições complementares a este documento para a realização dos serviços;
- c. Gerenciar e supervisionar a execução dos serviços, franqueando ao Gestor do Contrato, a qualquer tempo, o acesso a seus registros, para efeito de acompanhamento e fiscalização de serviços técnicos efetivamente utilizados;
- d. Tratar com o Gestor do Contrato questões relevantes à sua execução e providenciar a regularização de faltas, falhas ou defeitos observados.
- e. Elaborar e encaminhar relatório mensal de atividades para avaliação pelo Gestor do Contrato;
- f. Encaminhar à SES/DF nota fiscal ou fatura dos serviços aferidos no período, conforme medição efetuada; e

- g. Providenciar a entrega de todos os produtos/serviços/sistemas/objetos, documentos, referentes à prestação dos serviços.

2

4.22. DO PARECER TÉCNICO

4.22.1 O Parecer técnico será dado por equipe de técnicos lotados na SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF.

4.23. DO REPASSE DE CONHECIMENTO

4.23.1. Por se tratar de um contrato em regime emergencial, cuja o objetivo é a manutenção dos serviços da central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado, o presente contrato não contemplará transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

4.24. DA PROPRIEDADE E PROVIMENTO DOS SERVIÇOS

4.24.1. Os produtos aplicados ou resultantes da prestação de serviços da CONTRATADA, tais como estudos, relatórios, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, páginas na Intranet e Internet, documentação didática em papel ou em mídia eletrônica, projetos, sistemas, programas objetos ou executáveis, bases de dados, arquivos, interfaces, drivers e correlatos, desenvolvidos especificamente para este objeto, serão de propriedade patrimonial exclusiva da SES/DF nos termos do Art. 111 da Lei nº 8.666/93, concomitante com o Art. 4º da Lei nº 9.609/98.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O valor total do contrato é de **R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos)** em procedência do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual.

- 10.126.8202.1471.0087 MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-APERF. E GESTÃO DA TECNOL.DA INFORMAÇÃO - SES-DISTRITO FEDERAL, no valor aprovado de R\$ 7.640.867,00 (sete milhões, seiscentos e quarenta mil oitocentos e sessenta e sete reais), na natureza de despesa 339039, fonte 100.
-
- 10.126.8202.2557.0100 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SES-DISTRITO FEDERAL, no valor aprovado de R\$ 7.967.463,00 (sete milhões, novecentos e sessenta e sete mil quatrocentos e sessenta e três reais), na natureza de despesa 339039, fonte 100.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I	Unidade Orçamentária:	
II	Programa de Trabalho:	
III	Elemento de Despesa:	
IV	Fonte de Recursos:	
V	Valor Inicial	
VI	Nota de Empenho:	
VII	Data de Emissão:	
VII	Evento:	
VII	Modalidade:	

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

- I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no Decreto nº 8.302/2014;

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

V – Certidão de Regularidade quanto à Dívida Ativa da União (DAU);

VI – Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (CND).

VII – Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados (PORTARIA CONJUNTA RFB/PGFN Nº 1.751/2014).

7.2. Os pagamentos do contrato serão efetuados conforme as normas orçamentárias e fiscais em vigor.

7.3. O serviço a ser contratado é prestado de forma contínua com pagamento em parcelas mensais mediante ateste das faturas de prestação do serviço.

7.4. A Nota Fiscal da empresa CONTRATADA deve ser emitida com data posterior ao Aceite do Recebimento e apresentado juntamente com o Termo de Aceite para o Gestor do Contrato. O pagamento se dará em até 30 (trinta) dias após o Gestor do Contrato receber o Termo de Aceite do Recebimento e as Notas Fiscais da Contratada.

7.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.6. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

I – Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.7. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido a contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86, da Lei 8.666/93.

7.8. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

7.8.1. Excluem-se das disposições do artigo 6º, Decreto 32.767 de 17/02/2011:

I – Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;

II – Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos.

7.9. As eventuais penalidades serão abatidas na fatura do mês subsequente ao da prestação de serviços, exceto no último mês do Contrato, cuja fatura já deverá contemplar todos os excedentes e eventuais penalidades.

7.10. Antes de cada pagamento, deverá ser exigida da contratada a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa), nos termos da alteração ocorrida no art 27 da Lei 8.666/93, em decorrência da Lei nº 12.440 de 2011.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. O contrato terá vigência de **ATÉ 180 (cento e oitenta) dias corridos**, por se tratar de CONTRATAÇÃO por Dispensa de Licitação, enquadrando-se **no artigo 4º, inciso IV, da Lei nº 13.979/2020**.

9. CLÁUSULA NONA – DAS GARANTIAS

9.1. A CONTRATADA deverá apresentar individualmente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura do respectivo CONTRATO, carta de garantia no montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do CONTRATO, perfazendo o valor de **R\$ 540.787,52 (quinhentos e quarenta mil setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos)**, que será liberado somente após o término de sua vigência, cabendo-lhe(s) optar por uma das modalidades de garantia previstas no Art. 56, § 1º da Lei nº 8.666/93.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

10.1. São obrigações da SES/DF:

- I. O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa
- II. Cumprir fielmente o Contrato de modo que a CONTRATADA possa realizar os serviços com esmero e perfeição.
- III. Receber os empregados e prepostos da CONTRATADA, devidamente credenciados, para manutenção e conservação dos equipamentos, tomando as providências administrativas que garantam o livre desempenho de tais atividades.
- IV. Realizar sindicância para apurar RESPONSABILIDADE no caso de danos nos equipamentos da CONTRATADA, sob sua responsabilidade.
- V. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, após assinatura do Contrato.
- VI. Receber o serviço fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- VII. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando se tratar de contrato oriundo de Ata de Registro de Preços.
- VIII. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato.
- IX. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do Serviço.
- X. Definir produtividade ou capacidade mínima do Serviço por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável.
- XI. A CONTRATANTE se reserva o direito a qualquer momento de realizar diligências e inspeções junto à CONTRATADA a fim de garantir a qualidade dos serviços prestados e para esclarecimento de dúvidas.
- XII. Faculta-se ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, sempre quando necessário, agendar reuniões periódicas de caráter gerencial ou técnico para avaliar os trabalhos, adotar resoluções e obter esclarecimento de pendências durante toda a vigência do contrato.
- XIII. Efetuar o pagamento de acordo com as normas orçamentárias e financeira do DF.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.1. São obrigações da CONTRATADA:

11.2. Apresentar ao Distrito Federal :

- Até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;
 - Comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais;
 - Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.
- I. A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.
 - II. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
 - III. A executar fielmente os serviços especificados no Projeto Básico, através de funcionários devidamente treinados e com bons antecedentes.
 - IV. Designar por escrito, preposto(s) que tenha(m) poder(es) para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato.
 - V. Manter o número acordado de profissionais para a execução do serviço, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença, greve, falta ao serviço, demissão, etc.
 - VI. Realizar, diariamente, por intermédio do preposto, o controle de frequência do pessoal em serviço.
 - VII. Manter a quantidade de profissionais com as qualificações indicadas neste Contrato, e acordados, para realizar, caso necessário, substituições.
 - VIII. Fazer seguro de seus trabalhadores contra riscos de acidente de trabalho, plano de saúde, responsabilizando-se também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
 - IX. Obedecer, na execução e desenvolvimento do seu trabalho, as determinações do Ministério do Trabalho, bem como, a legislação técnica vigente e as normas e procedimentos internos do CONTRATANTE, de engenharia de segurança e medicina e meio ambiente do trabalho, que sejam aplicáveis à execução específica da atividade.

- X. Cumprir as legislações Federais, Estaduais e Municipais que interfiram na execução dos serviços.
- XI. Reparar e corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, qualquer irregularidade na prestação dos serviços que lhe for comunicada, sem prejuízo da aplicação de penalidades e da rescisão contratual, se cabível.
- XII. Manter constante e permanente vigilância sobre os serviços executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe a responsabilidade por quaisquer perdas e danos que venham a ocorrer, desde que por comprovada culpa, durante a vigência do contrato.
- XIII. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização dos serviços pelo CONTRATANTE.
- XIV. Toda solução a que se refere este documento deverá estar implementada, assim como, os profissionais, devidamente habilitados, referidos neste termo, aptos em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.
- XV. Manter seus empregados regularmente registrados segundo as normas da Consolidação das Leis do Trabalho, assumindo inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes dessas relações de emprego.
- XVI. Manter a suas expensas apoio psicológico aos seus funcionários uma vez tratar-se de serviço de urgência e emergência com carga emocional elevada.
- XVII. Apresentar, no momento do início da execução dos serviços, relação nominal de seus empregados separados por turno, constando os respectivos números de telefones para contato, em atividade nas dependências da CONTRATANTE, responsabilizando-se por todos os prejuízos que esses possam ocasionar no desempenho de suas atribuições;
- XVIII. A relação, a que se refere este item, deverá ser atualizada sempre que houver alteração no quadro de empregados;
- XIX. Afastar imediatamente das funções designadas qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada pela CONTRATANTE inconveniente, substituindo-o para que não haja prejuízo ao serviço
- XX. Atender prontamente todas as recomendações da CONTRATANTE, que visem à regular execução do presente Contrato;
- XXI. Manter seu pessoal identificado por meio de crachás, com fotografia recente; e identificação de sua função hierárquica;
- XXII. A CONTRATADA deverá alocar nos serviços funcionários contratados sob regime trabalhista de acordo com a CLT.
- XXIII. Empregar preferencialmente Pessoas com Necessidades Especiais nos serviços objeto do contrato, nos termos da legislação específica;
- XXIV. Realizar a gestão e administração do contrato e da equipe alocada, englobando recursos humanos, qualidade geral dos serviços e relatórios gerenciais;
- XXV. Diligenciar na escolha de seus funcionários a serem alocados nos serviços, de forma que os mesmos possam deslocar-se, alimentar-se e desenvolver outras atividades de subsistência sem depender de auxílio dos servidores públicos e do próprio CONTRATANTE;
- XXVI. Efetuar os exames médicos, físicos e psíquicos necessários nos funcionários envolvidos nos serviços, responsabilizando-se integralmente por sua habilitação para o desempenho e contexto das funções;
- XXVII. A CONTRATADA, não poderá subcontratar os funcionários a serem alocados nos serviços objeto do contrato, bem como não poderá subcontratar ou associar-se ou consorciar-se ou estabelecer aliança ou parceria com terceiros para a execução dos serviços e para prover os recursos de infraestrutura previstos neste Contrato;
- XXVIII. Manter equipe de apoio composta por profissionais capacitados objetivando a manutenção da qualidade de atendimento de forma a suprir as necessidades detectadas pela CONTRATADA especialmente no que se refere ao item Perfis e Responsabilidades dos seus Profissionais.
- XXIX. Quando necessário e desde que planejado com antecedência mínima de 10 dias, o CONTRATANTE; poderá solicitar reciclagem e/ou treinamento técnico ou comportamental dos profissionais da CONTRATADA envolvidos nos serviços;
- XXX. Toda e qualquer comunicação à CONTRATANTE deverá se efetuada por escrito, podendo ser realizada por meio eletrônico;
- XXXI. Manter durante toda a execução do ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Contrato.
- XXXII. Manter o fornecimento necessário de materiais de escritório para o desenvolvimento das atividades determinadas neste Contrato, como por exemplo: papel sulfite, caneta, grameador, etc.
- XXXIII. Proporcionar, durante a execução dos serviços ora contratado, aos seus profissionais toda a

assistência para as necessidades especiais que os mesmos apresentarem.

- XXIV. Manter sob sua responsabilidade as ações de treinamento e capacitação inicial de seus funcionários, referentes às atividades de teleatendimento e de radio-operação, relacionadas ao melhor desempenho e qualidade da prestação do serviço.
- XXV. Cabe a CONTRATADA a documentação, através de registro individualizado, de todas as ações de treinamento, capacitação e aprimoramento contínuo de seus funcionários;
- XXVI. Cabe à CONTRATADA manter, dispor e apresentar seus funcionários para as ações de capacitação e treinamento citadas acima, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, assim como sua adequada substituição nos postos de atendimento e despacho durante estas ações.
- XXVII. Cabe à CONTRATADA a apresentação prévia do planejamento das ações de educação continuada à SES - DF.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº. 8.666/93, vedada à modificação do objeto.

12.2. A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista neste Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

12.3. Todo e qualquer pedido de alteração do contrato oriundo deste Contrato será dirigido à autoridade responsável por sua emissão, a quem caberá o deferimento ou não do pedido.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1. Nos casos de atrasos injustificados ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração aplicar-se-ão as sanções administrativas estabelecidas no Decreto nº 26.851 de 30 de maio de 2006 e alterações previstas no **Decreto nº 35.831** de 19 de setembro de 2014, que regulamenta a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 e 10.520, de 17 de julho de 2002.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO AMIGÁVEL

14.1. O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

14.2. O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. A rescisão do Contrato se dará nos termos dos Arts. 77, 78, 79, 80 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. No caso de rescisão decorrente do inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do Contrato até o valor dos prejuízos causados.

15.3 No procedimento de rescisão contratual, será assegurado o contraditório e a ampla defesa sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade da CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

16.1. Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podem do, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO EXECUTOR

17.1. O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Saúde, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

17.2. MODELO DE GESTÃO

17.2.1. Com base na atual estrutura organizacional da SES/DF, a gestão do contrato será realizada por Comissão Executora da SAIS/SES.

17.2.2. Assim em atendimento a Portaria nº 57 de 25 de abril de 2011, para a gestão da contratação em tela, serão indicados Servidores Públicos Estatutários do Quadro de Carreira da SES/DF, lotados preferencialmente SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO**

18.1. A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, em conformidade com o art. 60 da Lei nº 8666/93.

19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

19.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

19.2. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no Telefone 0800-6449060.

FRANCISCO ARAUJO FILHO
Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal

MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS
Diretor Presidente - BRB Serviços S/A

Apêndice I - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

A **CONTRATANTE**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº XXX, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **Empresa** _____, estabelecida à _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pelo **S.r.** _____, (cargo) _____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, (profissão) _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliado em _____, e, sempre que em conjunto referidas como PARTES para efeitos deste **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, doravante denominado simplesmente TERMO, e, **CONSIDERANDO** que, em razão do atendimento à exigência do Contrato Nº XX/20XX, celebrado pelas PARTES, doravante denominado **CONTRATO**, cujo objeto é a **<objeto do contrato>**, mediante condições estabelecidas pelo **CONTRATO**;

CONSIDERANDO que o presente **TERMO** vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de **INFORMAÇÕES**, que a **CONTRATADA** tiver acesso em virtude da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Ministério da Saúde de que a **CONTRATADA** tomar conhecimento em razão da execução do **CONTRATO**, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às **INFORMAÇÕES**;

A **CONTRATANTE** estabelece o presente **TERMO** mediante as cláusulas e condições a seguir:

20. **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto deste **TERMO** é prover a necessária e adequada **PROTEÇÃO ÀS INFORMAÇÕES** da **CONTRATANTE**, principalmente aquelas classificadas como **CONFIDENCIAIS**, em razão da execução do **CONTRATO** celebrado entre as **PARTES**.

21. **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**

Parágrafo Primeiro: As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** reveladas pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo: A **CONTRATADA** se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** que venham a ser fornecidas pelo **CONTRATANTE**, a partir da data de assinatura deste **TERMO**, devendo ser tratadas como **INFORMAÇÕES**

CONFIDENCIAIS, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: A **CONTRATANTE**, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as **INFORMAÇÕES** que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela **CONTRATADA**.

22. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

Parágrafo Único: As obrigações constantes deste **TERMO** não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

1. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das PARTES;
2. Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente **TERMO**;
3. Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as PARTES cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

23. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** se compromete a utilizar as **INFORMAÇÕES** reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo segundo: A **CONTRATADA** se compromete a não efetuar qualquer cópia das **INFORMAÇÕES** sem o consentimento prévio e expresso da **CONTRATANTE**.

1. O consentimento mencionado no Parágrafo segundo, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das PARTES.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste **TERMO** e da natureza confidencial das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: A **CONTRATADA** deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quinto: Cada PARTE permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo Sexto: O presente **TERMO** não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

1. Os produtos gerados na execução do **CONTRATO**, bem como as **INFORMAÇÕES** repassadas à **CONTRATADA**, são única e exclusiva propriedade intelectual do **MI CONTRATANTE**.

Parágrafo Sétimo: A **CONTRATADA** firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao **CONTRATO**, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.

Parágrafo Oitavo: A **CONTRATADA** obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativo aos produtos gerados e às **INFORMAÇÕES** que venham a ser reveladas durante a execução do **CONTRATO**.

24. CLÁUSULA QUINTA - DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

Parágrafo Único: Todas as **INFORMAÇÕES** reveladas pelas PARTES permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

1. A **CONTRATADA** deverá devolver íntegros, e integralmente todos os documentos a ela fornecidos, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada pelo **CONTRATANTE** para entrega, ou quando não mais for necessária a manutenção das Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias.
2. A **CONTRATADA** deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham Informações Confidenciais do **CONTRATANTE**, quando não mais for necessária a manutenção dessas Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.

25. CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

Parágrafo Único: O presente **TERMO** tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até 05 (cinco) anos após o término do Contrato.

26. **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

Parágrafo Único: A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na **RESCISÃO DO CONTRATO** firmado entre as PARTES. Neste caso, a **CONTRATADA**, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo **CONTRATANTE**, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

27. **CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Parágrafo Primeiro: Este **TERMO** constitui vínculo indissociável ao **CONTRATO**, que é parte independente e regulatória deste instrumento.

Parágrafo Segundo: O presente **TERMO** constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento de **INFORMAÇÕES**, principalmente as **CONFIDENCIAIS**, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas **PARTES** em ações feitas direta ou indiretamente.

Parágrafo Terceiro: Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste **TERMO** ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as **PARTES** tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: O disposto no presente **TERMO** prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à **CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES**.

Parágrafo Quinto: A omissão ou tolerância das PARTES, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

28. **CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Parágrafo Único: Fica eleito o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **TERMO**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estar justa e estabelecida às condições, a **CONTRATADA** assina o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO** em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Brasília/DF, ____ de _____ de 20.....

Nome do Diretor ou representante legal da empresa

Cargo

CPF nº

Gestor do Contrato

Matrícula

<<Cargo/Função>>

<<Setor/Departamento>>

Fiscal Técnico do Contrato

Matrícula

<<Cargo/Função>>

APÊNDICE III – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento, sendo que um dos seus principais objetivos é a busca da eficiência com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitem e estimulem a melhoria constante dos serviços prestados.

As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo para sua aferição mensal.

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Nº 1 - Central de atendimento	
Nº + Título do Indicador que será utilizado	
Item	Descrição
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de medição	
Forma de acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de Cálculo	
Início de Vigência	
Faixas de ajuste no pagamento	
Sanções	
Observações	
Exemplo de Indicador	
Nº 01 Prazo de atendimento de demandas (OS).	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do órgão.
Meta a cumprir	24h
Instrumento de medição	Sistema informatizado de solicitação de serviços - Ordem de Serviço (OS) eletrônica.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Cada OS será verificada e valorada individualmente. Nº de horas no atendimento/24h = X
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	X até 1 - 100% do valor da OS De 1 a 1,5 - 90% do valor da OS

	De 1,5 a 2 - 80% do valor da OS
Sanções	20% das OS acima de 2 - multa de XX 30% das OS acima de 2 - multa de XX + rescisão contratual
Observações	

Nº 2 - Entrega de Medicamentos em Domicílio	
Entregas realizadas	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a realização das entregas dos medicamentos padronizados no âmbito do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica aos usuários cadastrados, conforme especificado neste termo de referência.
Meta a cumprir	Realizar no mínimo 95% das entregas domiciliares agendadas (no limite máximo de 5.000 entregas/mês)
Documento de medição	Relatório de entregas realizadas.
Forma de acompanhamento	Monitoramento por meio dos relatórios das entregas.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Parâmetro: % (percentual) mensal de entregas domiciliares realizadas. Cálculo: (Quantidade de entregas realizadas dividido pela quantidade de entregas agendadas) x 100 = X
Início de Vigência	Início das atividades de Entrega de Medicamento em Domicílio, conforme cronograma de implantação.
Faixas de ajuste no pagamento	X maior ou igual a 95% = pagamento de 100 % do valor previsto para o item 6. Para X menor que 95% = pagamento de X vezes o valor previsto para o subitem item 6.
Sanções	Multa de 1% do valor mensal previsto para o contrato para cada 1% abaixo da meta.
Observações	Serão desconsideradas do cálculo as entregas não realizadas que estejam devidamente justificadas. em que fique comprovada a ausência de culpa da CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **JOSEFA NOBREGA DANTAS - Matr.16801237, Técnico(a) Administrativo(a)**, em 02/04/2020, às 16:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **38056140** código CRC= **9FB8CB8C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Despacho - SES/SUAG/DFACC/GINFCC

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

À SUAG/SES

Assunto: **Autorização para emissão de Nota de Empenho - Contrato nº 063/2020 - SES/DF -BRB SERVIÇOS S/A**, cujo objeto é a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente** (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis)

Senhor Subsecretário de Administração Geral,

Em relação ao contrato acima referenciado, o Núcleo de Programação Orçamentária, através do Despacho - SES/FSDF/DIOR/GEO/NPO (38040617) informa:

" Em atendimento ao despacho 38030109, informamos abaixo as funcionais programáticas mais adequadas para custear a referida despesa, bem como, os valores fixados na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020, nessas ações:

10.126.8202.1471.0087 MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-APERF. E GESTÃO DA TECNOL.DA INFORMAÇÃO - SES-DISTRITO FEDERAL, no valor aprovado de R\$ 7.640.867,00 (sete milhões, seiscentos e quarenta mil oitocentos e sessenta e sete reais), na natureza de despesa 339039, fonte 100.

10.126.8202.2557.0100 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SES-DISTRITO FEDERAL, no valor aprovado

de R\$ 7.967.463,00 (sete milhões, novecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e três reais), na natureza de despesa 339039, fonte 100.

Informamos também, que foi solicitado o descontingenciamento dos créditos nos Programas de Trabalho acima, por meio do processo SEI 00060-00139281/2020-28, a fim de atender a presente demanda.

Salientamos que o contingenciamento supracitado é decorrente do Decreto nº 40.449, de 07 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2020, e dá outras providências."

Diante de tal informação, **solicita-se autorização para a emissão da Nota de Empenho** visando fazer face à despesa referente à FORMALIZAÇÃO do contrato já mencionado.

Atenciosamente,

Haroldo Farias

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Gerente

Helberth Gonçalves Macau

Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **HAROLDO CUSTODIO DE FARIAS - Matr.1688852-9, Gerente de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios**, em 02/04/2020, às 16:14, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **HELBERTH GONCALVES MACAU - Matr.1688795-6, Diretor(a) de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios**, em 02/04/2020, às 17:05, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=38057816 código CRC= **67CEDA62**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38057816

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Autorização de Despesa 0660001092043/DF9297693FCC 38E570680-0005E6090820000920425E20-43 / pg. 230

Subsecretário de Administração Geral

Subsecretário



Documento assinado eletronicamente por **IOHAN ANDRADE STRUCK - Matr.1677744-1**, **Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 02/04/2020, às 16:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **38057988** código CRC= **50A0F67D**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38057988



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Despacho - SES/SUAG/DFACC/GINFCC

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

À SES/FSDF/DIOR/GEO/NEMP,

Trata-se da a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE** (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, **contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente** (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis)

Objetivando a contratação com a empresa **BRB SERVIÇOS S/A** CNPJ 12.857.569/0001-80, encaminham-se os autos para registro no Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGO)

Atenciosamente,

JOSEFA NOBREGA DANTAS

Gerência Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Técnica Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **JOSEFA NOBREGA DANTAS - Matr.16801237, Técnico(a) Administrativo(a)**, em 02/04/2020, às 15:09, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38059586** código CRC= **D357991A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38059586



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Gerência de Execução Orçamentária
Núcleo de Empenho

Despacho - SES/FSDF/DIOR/GEO/NEMP

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

À
GINFCC/DFACC,

Restituímos os autos informando que o credor mencionado no despacho nº 38059586, encontra-se cadastrado no SIGGo com o CNPJ: 12.875.569/0001-80.

Atenciosamente.



Documento assinado eletronicamente por **MONICA GOMES PEREIRA - Matr.1443295-1, Gerente de Execução Orçamentária**, em 02/04/2020, às 15:40, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **38063435** código CRC= **ADE62E12**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco A - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38063435

Detalhamento de Contrato

Objeto	Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando age
Situação do Registro	Ativo



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 12.875.569/0001-80
Razão Social: BRB SERVICOS S/A
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: 20/11/2020

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Consta**
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas: **Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público": **Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	16/06/2020
FGTS	Validade:	13/07/2020
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	28/08/2020

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	01/04/2020 (*)
Receita Municipal (Isento)		

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2020

Emitido em: 02/04/2020 15:59
CPF: 938.877.011-00 Nome: JOSEFA NOBREGA DANTAS
Ass: _____

1 de 1

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	29/10/2018	Valor da Multa:	R\$ 3.847,68
Número do Processo:	041.000.940/2018	Número do Contrato:	2018/101
Descrição/Justificativa:	De acordo com a área gestora em sua correspondência (C.DIRED/SUCAN/GETEL – 2018/014, anexa), houve indisponibilidade da Central de relacionamento para recebimento /e ligações por 56 minutos, no dia 31/07/2018, comprovada pela monitoração realizada pelo sistema Zabbi, do Banco de Brasília. Apenso 041.000.632/2018		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	01/02/2019	Valor da Multa:	R\$ 19.192,31
Número do Processo:	041.000.940/2018	Número do Contrato:	2018/101
Descrição/Justificativa:	<p>De acordo com a área gestora, houve indisponibilidades da Central de relacionamento para recebimento /e ligações nos dias 17, 23 e 24/10, comprovadas pela monitoração realizada pelo sistema Zabbix, do Banco de Brasília. A indisponibilidade descumpre a Cláusula Décima Oitava do contrato BRB 2018/101, que obriga a empresa "(...) na execução do objeto, a CONTRATADA deve observar os requisitos de desempenho previstos no Termo de referência, estando, em caso de descumprimento, sujeita a todas as penalidades definidas no referido documento." Apenso 041.000.632/2018</p>		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	12/05/2015	Valor da Multa:	R\$ 26.034,69
Número do Processo:	041.001.084/2014	Número do Contrato:	BRB Nº 2014/144
Descrição/Justificativa:	Descumprimento por parte da contratada do disposto no Item XXXIII da Cláusula Segunda do contrato BRB nº 2014-144, que trata de garantir o perfeito funcionamento da Central de Relacionamento durante 24 horas por 7 dias por semana, bem com o que preconizam os Itens 13 e 14 do Termo de Referência, sanção aplicada com fundamento no Inciso II do Art. 87, da Lei nº 8666/93, e conforme disposto na Cláusula Décima Oitava do contrato em referência. Medição: 01-02/2015.		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	24/06/2015	Valor da Multa:	R\$ 23.884,04
Número do Processo:	041.001.084/2014	Número do Contrato:	BRB Nº 2014/144
Descrição/Justificativa:	Descumprimento por parte da contratada do disposto no Item XXXIII da Cláusula Segunda do contrato BRB nº 2014-144, que trata de garantir o perfeito funcionamento da Central de Relacionamento durante 24 horas por 7 dias por semana, bem com o que preconizam os Itens 13 e 14 do Termo de Referência, sanção aplicada com fundamento no Inciso II do Art. 87, da Lei nº 8666/93, e conforme disposto na Cláusula Décima Oitava do contrato em referência. Medição: 02-03/2015.		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	24/06/2015	Valor da Multa:	R\$ 24.014,34
Número do Processo:	041.001.084/2014	Número do Contrato:	BRB Nº 2014/144
Descrição/Justificativa:	<p>Descumprimento por parte da contratada do disposto no Item XXXIII da Cláusula Segunda do contrato BRB nº 2014-144, que trata de garantir o perfeito funcionamento da Central de Relacionamento durante 24 horas por 7 dias por semana, bem com o que preconizam os Itens 13 e 14 do Termo de Referência, sanção aplicada com fundamento no Inciso II do Art. 87, da Lei nº 8666/93, e conforme disposto na Cláusula Décima Oitava do contrato em referência. Medição: 03-04/2015</p>		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	15/07/2015	Valor da Multa:	R\$ 24.915,29
Número do Processo:	041.001.084/2014	Número do Contrato:	BRB Nº 2014/144
Descrição/Justificativa:	Descumprimento por parte da contratada do disposto no Item XXXIII da Cláusula Segunda do contrato BRB nº 2014-144, que trata de garantir o perfeito funcionamento da Central de Relacionamento durante 24 horas por 7 dias por semana, bem com o que preconizam os Itens 13 e 14 do Termo de Referência, sanção aplicada com fundamento no Inciso II do Art. 87, da Lei nº 8666/93, e conforme disposto na Cláusula Décima Oitava do contrato em referência. Medição: 04-05/2015.		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	03/09/2015	Valor da Multa:	R\$ 24.750,00
Número do Processo:	041.001.084/2014	Número do Contrato:	BRB Nº 2014/144.
Descrição/Justificativa:	Descumprimento por parte da contratada do disposto no Item XXXIII da Cláusula Segunda do contrato BRB nº 2014-144, que trata de garantir o perfeito funcionamento da Central de Relacionamento durante 24 horas por 7 dias por semana, bem com o que preconizam os Itens 13 e 14 do Termo de Referência, sanção aplicada com fundamento no Inciso II do Art. 87, da Lei nº 8666/93, e conforme disposto na Cláusula Décima Oitava do contrato em referência. Medição: 05-06/2015.		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	30/09/2015	Valor da Multa:	R\$ 23.933,66
Número do Processo:	041.001.084/2014	Número do Contrato:	BRB Nº 2014/144
Descrição/Justificativa:	Descumprimento por parte da contratada do disposto no Item XXXIII da Cláusula Segunda do contrato BRB nº 2014-144, que trata de garantir o perfeito funcionamento da Central de Relacionamento durante 24 horas por 7 dias por semana, bem com o que preconizam os Itens 13 e 14 do Termo de Referência, sanção aplicada com fundamento no Inciso II do Art. 87, da Lei nº 8666/93, e conforme disposto na Cláusula Décima Oitava do contrato em referência. Medição: 06-07/2015.		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	27/11/2015	Valor da Multa:	R\$ 24.584,83
Número do Processo:	041.001.084/2014	Número do Contrato:	BRB Nº 2014/144
Descrição/Justificativa:	Descumprimento por parte da contratada do disposto no Item XXXIII da Cláusula Segunda do contrato BRB nº 2014-144, que trata de garantir o perfeito funcionamento da Central de Relacionamento durante 24 horas por 7 dias por semana, bem com o que preconizam os Itens 13 e 14 do Termo de Referência, sanção aplicada com fundamento no Inciso II do Art. 87, da Lei nº 8666/93, e conforme disposto na Cláusula Décima Oitava do contrato em referência. Medição: 07-08/2015.		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	05/02/2016	Valor da Multa:	R\$ 23.785,32
Número do Processo:	041.001.084/2014	Número do Contrato:	144/2014
Descrição/Justificativa:	Aplicação da penalidade de MULTA, com fulcro no disposto do Item II do Art. 87 da Lei 8.666/93, e pelo descumprimento do disposto na Cláusula Décima Oitava do Contrato avençada no instrumento contratual supramencionado.		
	Processo nº 041.001.084/2014 (penalidades). Apenso ao Processo nº 041.000.455/2014.		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	05/02/2016	Valor da Multa:	R\$ 26.701,37
Número do Processo:	041.001.084/2014	Número do Contrato:	144/2014
Descrição/Justificativa:	Aplicação da penalidade de MULTA, com fulcro no disposto do Item II do Art. 87 da Lei 8.666/93, e pelo descumprimento do disposto na Cláusula Décima Oitava do Contrato avençada no instrumento contratual supramencionado.		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	05/02/2016	Valor da Multa:	R\$ 27.756,79
Número do Processo:	041.001.084/2014	Número do Contrato:	144/2014
Descrição/Justificativa:	Aplicação da penalidade de MULTA, com fulcro no disposto do Item II do Art. 87 da Lei 8.666/93, e pelo descumprimento do disposto na Cláusula Décima Oitava do Contrato avençada no instrumento contratual supramencionado.		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	25/07/2017	Valor da Multa:	R\$ 55.692,89
Número do Processo:	041.001.084/2014	Número do Contrato:	BRB 2016/145
Descrição/Justificativa:	Descumprimento da Cláusula Terceira, item I do contrato. Apenso ao processo originário 041.000.455/2014.		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	03/12/2014	Valor da Multa:	R\$ 24.715,74
Número do Processo:	041.001.084/2014	Número do Contrato:	BRB Nº 2014-144
Descrição/Justificativa:	Descumprimento por parte da contratada do disposto no Item XXXIII da Cláusula Segunda do contrato BRB nº 2014-144, que trata de garantir o perfeito funcionamento da Central de Relacionamento durante 24 horas por 7 dias por semana, bem com o que preconizam os Itens 13 e 14 do Termo de Referência, que tratam dos níveis de serviço, sanção aplicada com fundamento no Inciso II do Art. 87, da Lei nº 8666/93, e conforme disposto na Cláusula Décima Oitava do contrato em referência. Medição: 09-10/2014.		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	30/03/2015	Valor da Multa:	R\$ 31.272,55
Número do Processo:	041.001.084/2014	Número do Contrato:	BRB Nº 2014/144
Descrição/Justificativa:	Descumprimento por parte da contratada do disposto no Item XXXIII da Cláusula Segunda do contrato BRB nº 2014-144, que trata de garantir o perfeito funcionamento da Central de Relacionamento durante 24 horas por 7 dias por semana, bem com o que preconizam os Itens 13 e 14 do Termo de Referência, sanção aplicada com fundamento no Inciso II do Art. 87, da Lei nº 8666/93, e conforme disposto na Cláusula Décima Oitava do contrato em referência. Medição: 11-12/2014.		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	30/03/2015	Valor da Multa:	R\$ 23.661,77
Número do Processo:	041.001.084/2014	Número do Contrato:	BRB Nº 2014/144
Descrição/Justificativa:	Descumprimento por parte da contratada do disposto no Item XXXIII da Cláusula Segunda do contrato BRB nº 2014-144, que trata de garantir o perfeito funcionamento da Central de Relacionamento durante 24 horas por 7 dias por semana, bem com o que preconizam os Itens 13 e 14 do Termo de Referência, que tratam dos níveis de serviço, sanção aplicada com fundamento no Inciso II do Art. 87, da Lei nº 8666/93, e conforme disposto na Cláusula Décima Oitava do contrato em referência. Medição: 12/2014-01/2015.		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II		
Motivo:	Inexecução Total ou Parcial do Contrato		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
Data Aplicação:	12/05/2015	Valor da Multa:	R\$ 26.880,25
Número do Processo:	041.001.084/2014	Número do Contrato:	BRB Nº 2014/144
Descrição/Justificativa:	Descumprimento por parte da contratada do disposto no Item XXXIII da Cláusula Segunda do contrato BRB nº 2014-144, que trata de garantir o perfeito funcionamento da Central de Relacionamento durante 24 horas por 7 dias por semana, bem com o que preconizam os Itens 13 e 14 do Termo de Referência, que tratam dos níveis de serviço, sanção aplicada com fundamento no Inciso II do Art. 87, da Lei nº 8666/93, e conforme disposto na Cláusula Décima Oitava do contrato em referência. Medição: 10-11/2014.		

Tipo Ocorrência:	Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II		
Motivo:	Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II		
UASG Sancionadora:	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A		
	Impeditiva:	Não	
Prazo Inicial:	25/03/2020		
Data Aplicação:	25/03/2020		
Número do Processo:	041.000.940/2018	Número do Contrato:	2018/101
Descrição/Justificativa:	Pelo descumprimento de indicadores contratuais nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2019.		



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: 12.875.569/0001-80
Razão Social: BRB SERVICOS S/A
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

Dados do Fornecedor

CNPJ: 12.875.569/0001-80
Razão Social: BRB SERVICOS S/A
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Nenhum registro de Ocorrência Impeditiva Indireta encontrado para o fornecedor.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº: 099013558252020

NOME: BSB ADMINISTRADORA DE ATIVOS S/A

ENDEREÇO: SCN QUADRA 4 BLOCO C

CIDADE: ASA NORTE

CNPJ: 12.875.569/0001-80

CF/DF: 0755948000157

FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o CNPJ acima.

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04 / 07 / 2003, gratuitamente.

Válida até 2 de Maio de 2020.

Certidão emitida via internet em 02/04/2020 às 16:00:40 e deve ser validada no endereço <https://www.receita.fazenda.df.gov.br>.

Detalhamento das Sanções Vigentes - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS

[Verificar status sanção](#)

FILTRO

SELECIONE

PERÍODO DE CONSULTA

NOME

CPF / CNPJ

UF DE SANÇÃO

OUTROS SANÇÃO

TIPO DE SANÇÃO

[OCULTAR FILTROS DE CONSULTA](#)

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 12375569300180

[LIMPAR](#)

Data da consulta: 02/04/2020 10:20:25

Data da última atualização: 02/04/2020 11:20:06

Tabela de dados

SELECIONE	PERÍODO DE CONSULTA	NOME	CPF / CNPJ	UF DE SANÇÃO	OUTROS SANÇÃO	TIPO DE SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO
Nenhuma empresa encontrada.							
<div> ANTERIOR PRÓXIMA </div> <div> Exibindo 15 resultados </div> <div> PAGINAÇÃO COMPLETA </div>							



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Despacho - SES/SUAG/DFACC/GINFCC

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

DICON/GEAC,

Assunto: Análise de Balanço Patrimonial

Objetivando a adequada instrução dos autos. solicita-se a análise de balanço patrimonial - 38040295, fl. 06 a 11.

HELBERTH MACAU

Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios



Documento assinado eletronicamente por **HELBERTH GONCALVES MACAU - Matr.1688795-6, Técnico(a) Administrativo(a)**, em 02/04/2020, às 16:59, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38073366** código CRC= **837EB975**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38073366



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Contabilidade

Gerência de Conformidade Contábil e Análise de Custos

Parecer Técnico n.º 683/2020 - SES/FSDF/DICON/GEACAC

Empresa: BRB SERVIÇOS S.A

CNPJ: 12.875.569/0001-80

Processo: 00060-00109204/2020-43

À GINFCC/DFACC/SUAG/SES,

Senhor (a) Gerente,

Vieram os autos à GCAC/DICON/FSDF para análise dos Demonstrativos Contábeis, conforme solicitado por meio do Despacho 38073366. Destacamos que as informações do Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício – DRE **38040295** são referentes ao exercício social encerrado de 2019, apresentado por meio de cópia contendo assinatura do Contabilista e do Administrador. Considerando o disposto no Art. 31, da Lei nº 8.666/93, quanto a documentação relativa à qualificação econômico-financeira, a saber:

Art. 31 - A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á:

I - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; (.....)

§5º - A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

A qualificação econômico-financeira, anteriormente denominada “idoneidade

financeira”, tem por objetivo a verificação da disponibilidade de recurso financeiro dos ~~interantes para~~ ^{Proc 00600-00000439,} a plena e satisfatória execução do objeto a ser contratado. O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade. A análise aos Demonstrativos, quanto aos critérios consiste em avaliar a situação econômico-financeira da empresa pelos índices de Liquidez Geral (**LG**), Liquidez Corrente (**LC**) e Solvência Geral (**SG**), aplicando as seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Passivo não Circulante) = > **1.00**

Liquidez Corrente (LC) = Ativo Circulante ÷ Passivo Circulante = > 1,00

Solvência Geral (SG) = $\text{Ativo Total} \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}) = > 1.00$

Apresentamos os seguintes resultados:

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIO SOCIAL	2018	R\$
ATIVO CIRCULANTE		8.772.897
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.688.927
ATIVO TOTAL.....		13.624.914
PASSIVO CIRCULANTE.....		5.404.130
PASSIVO NÃO CIRCULANTE.....		6.814
PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		8.213.970
PASSIVO TOTAL.....		13.624.914
	RESULTADO	REFER.
LIQUIDEZ CORRENTE - (LC)		
<i>Ativo Circulante ÷ Passivo Circulante</i>	1,62	=>1,00
LIQUIDEZ GERAL - (LG)		

$(\text{Ativo Circ.} + \text{Realizável a L. Prazo}) \div (\text{Passivo Circ.} + \text{Passivo não Circulante})$	2,12	=>1,00
SOLVÊNCIA GERAL - (SG)		
$\text{Ativo Total} \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$	2,52	=>1,00

- **LIQUIDEZ GERAL (LG):**

Significa afirmar que a empresa possui, aproximadamente, **R\$ 2,12** de Ativo Circulante e Ativo Realizável a Longo Prazo para cada R\$ 1,00 de dívida.

- **LIQUIDEZ CORRENTE (LC):**

A partir do resultado obtido podemos concluir que o índice maior que 1, demonstra disponibilidade para quitar as obrigações de curto prazo, **R\$ 1,62** para R\$ 1,00 de obrigação.

- **SOLVÊNCIA GERAL (SG):**

A disponibilidade é de aproximadamente **R\$ 2,52** para cada R\$ 1,00 de dívida.

PARECER

Considerando que, em exame aos autos apresentados, todos os índices de Qualificação Econômico-Financeira da Empresa apresentam **valores superiores a 1 (um)**, tomando por base as informações descritas nos Demonstrativos Contábeis referentes ao exercício social de **2018**, com as legislações aqui apresentadas e demais vigentes, restituímos o processo para conhecimento das informações **os quais evidenciamos a capacidade Econômico-Financeira**, neste momento, para a presente empresa.



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO DE ARAUJO PEREIRA DIAS - Matr.1693851-8, Contador(a)**, em 02/04/2020, às 17:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ELLISTON LOBATO DOS SANTOS - Matr.1694379-1, Gerente de Conformidade Contábil e Análise de Custos**, em 02/04/2020, às 17:40, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.





A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38078624** código CRC= **DC1640F0**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco A - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38078624

Célula Orçamentaria	Disponível	D/C	A Liquidar	D/C	Liquidado	D/C
2-23901-10126820225570100-100000000-339039	1.521.507,50	D	164.860,47	D	0,00	C
Total	1.521.507,50		164.860,47		0,00	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

NOTA DE EMPENHO

Unidade Gestora 170101 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	Número do Documento 2020NE02875	Empenho Original	
Gestão 17901 - FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	Número do Processo 00060-0000109204/2020-43	Data de Emissão 02/04/2020	
Credor 130208-13208 - BRB SERVICOS S/A	Licitação 05 - Dispensa de Licitação	Modalidade 3 - Global	
Endereço BSB	Cidade BSB	UF DF	CEP 70000000
Evento 400091 - EMPENHO DA DESPESA	Referência ART. 24, IV, 8666/93	Nº Suprimento	
Local de Entrega SES/DF	Exige Contrato 040838	Prazo de Entrega dias	
Valor por extenso (um milhao quinhentos e vinte e um mil quinhentos e sete reais e cinquenta centavos)	Transferência	Valor 1.521.507,50	

Classificação Orçamentária																																		
Esfera 2	Unidade Orçamentária 23901	Programa de Trabalho 10126820225570100	Id. Uso 0	Fonte de Recurso 100000000	ContraPartida 99999	Natureza da Despesa 339039																												
<table> <tr> <td>Cronograma de Desembolso</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr> <td>Janeiro 0,00</td><td>Fevereiro 0,00</td><td>Março 0,00</td><td>Abril 1.521.507,50</td><td colspan="3"></td></tr> <tr> <td>Maio 0,00</td><td>Junho 0,00</td><td>Julho 0,00</td><td>Agosto 0,00</td><td colspan="3"></td></tr> <tr> <td>Setembro 0,00</td><td>Outubro 0,00</td><td>Novembro 0,00</td><td>Dezembro 0,00</td><td colspan="3"></td></tr> </table>							Cronograma de Desembolso							Janeiro 0,00	Fevereiro 0,00	Março 0,00	Abril 1.521.507,50				Maio 0,00	Junho 0,00	Julho 0,00	Agosto 0,00				Setembro 0,00	Outubro 0,00	Novembro 0,00	Dezembro 0,00			
Cronograma de Desembolso																																		
Janeiro 0,00	Fevereiro 0,00	Março 0,00	Abril 1.521.507,50																															
Maio 0,00	Junho 0,00	Julho 0,00	Agosto 0,00																															
Setembro 0,00	Outubro 0,00	Novembro 0,00	Dezembro 0,00																															

Subítemos da Despesa							
Código 58	Valor 1.521.507,50	Código	Valor	Código	Valor	Código	Valor

No. Licitação	Ano Licitação	No. Ata	Ano Ata	Item	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
---------------	---------------	---------	---------	------	------	----------------	-------------

--	--	--	--	--	--	--	--

Descrição dos Itens

Item	Quant.	Especificação	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
001	000001	COVID-19 VLR. P/ COBRIR, CONF. DISPONIBILIDADE ORÇAMENT., CONT. EMERG. (POR 180 DIAS) DE CENTRAL TELEFÔNICA ATIVA/ RECEPTIVA P/ ATENDER OS USUÁRIOS CADAST. NOS NÚCLEOS DO COMPONENTE ESPECIALIZADO - NFCE (FARMÁCIAS DE ALTO CUSTO) DA GCEAF/ DIASF/SESDF, DE ACORDO C/ PROJETO BÁSICO (37293085). DL. Nº 03/2020, C/ BASE NO ART. 24, IV, 8.666/93. AUT. E RAT. DL: 37266072/ 38044988 INFO. REC.: 38040617 AUT. DE EMP. SUAG/SES: 38057988	UNID	1.521.507,50	1.521.507,50

--	--	--	--	--	--

Gestor Administrativo 037.571.301-89 - IOHAN ANDRADE STRUCK	Material Recebido/Serviço Executado em
Chefe SOF 667.917.316-72 - RONAN PEREIRA LIMA	

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

Emitido em: 02/04/2020 17:59:38



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Gerência de Execução Orçamentária
Núcleo de Empenho

Despacho - SES/FSDF/DIOR/GEO/NEMP

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

À

GINFCC/DFACC,

Tratam os autos da contratação emergencial (por 180 dias improrrogáveis) da empresa **BRB SERVIÇOS S/A** para a prestação de serviço de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente, conforme especificado no Projeto Básico (37293085), por meio da DL nº 03/2020, mediante Autorização e Ratificação (37266072/38044988).

Encaminhamos os autos após a emissão da (s) Nota (s) de Empenho nº (s) **2020NE02875** (38081231), visando atender as despesas inerentes à contratação acima descrita, no presente exercício, sendo parcial, tendo em vista a disponibilidade orçamentária (38080998).



Documento assinado eletronicamente por **HELLEN MARTINS RAMOS DA SILVA - Matr.1443227-7, Chefe do Núcleo de Empenho**, em 02/04/2020, às 18:33, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MONICA GOMES PEREIRA - Matr.1443295-1, Gerente de Execução Orçamentária**, em 02/04/2020, às 19:21, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO BANGOIM MARREIROS LIMA - Matr.1657796-5, Diretor(a) de Análise e Execução Orçamentária**, em 03/04/2020, às 09:34, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[aca=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38081296** código CRC= **EB5550A0**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco A - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **HAROLDO CUSTODIO DE FARIAS - Matr.1688852-9, Gerente de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios**, em 02/04/2020, às 18:29, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **HELBERTH GONCALVES MACAU - Matr.1688795-6, Diretor(a) de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios**, em 02/04/2020, às 18:33, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38081944** código CRC= **A2E576FE**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38081944



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Despacho - SES/SUAG/DFACC/GINFCC

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

**Ao GAB/SES,
com vistas ao SAG**

Referência: CT 063/2020 – BRB SERVIÇOS S/A cujo objeto é a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente** (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).

Senhores Gestores

A presente instrução encontra-se fundamentado na Lei nº 13.979/2020 e no Parecer Referencial SEI-GDF n.º 002/2020 - PGDF/PGCONS (38044862), no qual expôs que os autos sejam instruídos com:

- " a) Projeto básico simplificado (ou termo de referência simplificado), contendo os elementos indicados no art. 4º-E, §1º da Lei nº 13.979/2020, aprovado pela autoridade;*
- b) Comprovação da existência de recursos orçamentários para fazer frente à futura contratação (art. 4º-E, §1º, VII da Lei nº 13.979/2020 c/c art. 7º, §2º, III, Lei 8.666/93);*
- c) Habilitação jurídica, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 28 da Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);*

e) Documentação relativa à capacidade técnica, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 30, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);

"Persiste, no entanto, a necessidade de cumprimento das exigências do art. 26, parágrafo único, II e III da Lei nº 8.666/93, instruindo-se os autos com:

b) A justificativa do preço. "

documentos:

- Justificativa quanto ao Parecer Referencial e Ratifico da Dispensa de Licitação - 38044988
- Autorização para emissão de Nota de Empenho - 38057988
- Nota de Empenho - 38081231
- Certidões de Regularidade Fiscal - 38066926, 38067232, 38069908, 38070047, 38070339, 38070871
- Parecer Técnico quanto ao Balanço Patrimonial - 38078624
- Minuta de Contrato - 38082098

pretendida.

IOHAN ANDRADE STRUCK

Subsecretaria de Administração Geral

Subsecretário



Documento assinado eletronicamente por **IOHAN ANDRADE STRUCK - Matr.1677744-1**, **Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 02/04/2020, às 19:16, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **38082014** código CRC= **18238641**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38082014



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

CONTRATO Nº. 063/2020 - SES/DF

CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O DISTRITO
FEDERAL, POR INTERMÉDIO
DA SECRETARIA DE ESTADO
DE SAÚDE E A EMPRESA **BRB
SERVIÇOS S/A** NOS TERMOS
DO PADRÃO Nº 02/2002, NA
FORMA ABAIXO.

PROCESSO SEI nº [00060-00109204/2020-43](#)

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1. O DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.700/0001-08, denominada CONTRATANTE, com sede no SAIN Parque Rural s/nº, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.770-200, representada neste ato por **FRANCISCO ARAUJO FILHO**, para responder interinamente pelo Cargo de Natureza Política na qualidade de Secretário de Estado, Símbolo CNP-03, de Secretário de Estado, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, Decreto de 16 de março de 2020, publicado no DODF Edição Extra nº 30, de 16 de março de 2020, pg. 01, e a empresa **BRB SERVIÇOS S/A** inscrita no CNPJ nº 12.857.569/0001-80, denominada CONTRATADA, com sede no Distrito Federal, CEP. 70.714-902 neste ato representada por **MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS** portador do RG nº 047.810.272.013-4 SSP-MA, e CPF nº 473.222.251-04, **JULIANA GONÇALVES NAVARRO** portadora do RG 6.448.462-1 SSP-PR, CPF nº 019.390.829-86, na qualidade de representante legal.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO

2.1. O presente Contrato obedece aos termos do Projeto Básico (37293085), da Proposta BRB (37825188), do Ato Convocatório para **DL emergencial** (37510147), da Autorização da Dispensa de Licitação - **DL emergencial** (37266072), Ratificação da Dispensa de Licitação- **DL emergencial** (38044988), com fulcro no artigo 4º, da Lei nº 13.979/2020, da Autorização da emissão da Nota de Empenho (38057988), da Nota de Empenho (38081231), e demais disposições constantes na Lei nº 8.666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O Contrato tem por objeto a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente** (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis), nos termos do Projeto Básico (37293085), da Proposta BRB (37825188), do Ato Convocatório para **DL emergencial** (37510147), da Autorização da Dispensa de Licitação - **DL emergencial** (37266072), Ratificação da Dispensa de Licitação- **DL emergencial** (38044988), com fulcro no artigo 4º, da Lei nº 13.979/2020, da Autorização da emissão da Nota de Empenho (38057988), da Nota de Empenho (38081231), e demais disposições constantes na Lei nº 8.666/93, que passam a integrar o presente Termo.

3.2. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

3.2.1. O serviço ofertado deverá atender a todos os itens descritos neste Contrato e seus apêndices como solução de fornecimento no âmbito do Distrito Federal e seu entorno, classificado, a saber:

ITEM	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	20605	Contratação emergencial de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).	Serviço	6 meses (180 dias)

4. CLÁUSULA QUARTA- DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O Regime de Execução do Contrato está disposto na Lei nº 8.666/93 - Art. 6º, VIII, A, qual seja: empreitada por menor preço LOTE/ITEM, por se tratar de execução de serviço por preço certo e total.

4.2. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

4.2.1. A CONTRATADA, através de seus funcionários, deverá estar apta a operar a central telefônica ativa e receptiva para realizar o atendimento, agendamento e entrega de medicamentos aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo);

4.2.2. Eventuais alterações do sistema operacional adotado pela CONTRATANTE serão notificadas à CONTRATADA em tempo hábil para as providências que couberem, sem ônus à SES - DF.

4.2.3. A CONTRATADA para prestação do serviço deverá executar suas atividades nos locais de trabalho e horários fixados pela contratante, obedecida a jornada de trabalho legalmente fixada na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional e utilizada para a respectiva atividade;

4.3. TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

4.3.1. A CONTRATADA deverá manter sob sua responsabilidade as ações de treinamento e capacitação inicial de seus funcionários, referentes às atividades de teleatendimento.

4.3.2. Cabe a CONTRATADA a documentação, através de registro individualizado, de todas as ações de treinamento, capacitação e aprimoramento contínuo de seus funcionários;

4.3.3. Cabe à CONTRATADA manter, dispor e realizar ações de capacitação e treinamento, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, assim como sua adequada substituição nos postos de atendimento e de transporte e entrega dos medicamentos durante estas ações.

4.3.4. Cabe à CONTRATADA a apresentação prévia do planejamento das ações de educação continuada ao CONTRATANTE.

4.4. QUALIDADE GERAL DOS SERVIÇOS

4.4.1. A qualidade geral dos serviços será avaliada periodicamente, em conjunto com representantes da SES, através dos instrumentos de avaliação e mensuração de serviços vinculados a este "CONTRATO", acrescido das metodologias de avaliação adotadas pela SES-DF;

4.4.2. Para a qualidade geral dos serviços serão avaliadas assiduidade, asseio, postura e comportamento dos funcionários da CONTRATADA;

4.5. VOLUMETRIA E NÍVEIS BÁSICOS DE SERVIÇOS REQUERIDOS

4.5.1. Quanto aos serviços implantados, visando atender as demandas exigidas, ficam estabelecidas:

4.5.2. Volume Diário Médio de Ligações: A projeção do volume médio de ligações é de **2.750 ligações/dia**, devendo ser registradas e acompanhadas pelo CONTRATANTE através de relatório de produção. A CONTRATADA deverá garantir, através de seus funcionários, o atendimento de acordo com os padrões de qualidade estipulados neste CONTRATO pelo CONTRATANTE.

4.5.3. Análise qualitativa das ligações:

- Taxa de abandono de ligações inferior a 5%;
- Velocidade de atendimento das ligações inferior a 10 segundos para o mínimo de 90% do total de ligações, garantindo o atendimento em tempo adequado: 90/10 90% das ligações atendidas em até 10 segundos, equivalente a atendimento em até 3 toques;
- **Atendimento e agendamento efetivado para os usuários por dia.**

4.5.4. TMA (Tempo Médio de Atendimento):

- < (menor que) 10 minutos por ligação.

4.5.5. Treinamento, capacitação:

- Comprovação das ações de treinamento, capacitação referentes às atividades de teleatendimento e para todo o efetivo dos funcionários contratados em atividades deste CONTRATO.

4.5.6. Entrega:

- > (maior a) 15 mil entregas em domicílio por mês.

4.6. PERFIL DOS PROFISSIONAIS

4.6.1. TELEFONISTA:

- Maior de 18 anos;
- Escolaridade mínima: Formação Nível Médio
- Experiência mínima de 06 meses em teleatendimento;
- Conhecimento da geografia do Distrito Federal;
- Habilidade em redigir textos e análises executivas;
- Conhecimentos e habilidade básicos em informática (sistemas operacionais, editores de texto, entre outros);
- Devem conhecer plenamente e serem capazes, após treinamento, de utilizar de forma eficaz as ferramentas associadas à função e aos serviços prestados;
- Perfil pessoal: Sensibilidade humana, facilidade de comunicação, fluência verbal, boa dicção, audição e com visão capaz de permitir a perfeita utilização do sistema, adequada postura profissional e emocional e pró-atividade, capacidade de manutenção de sigilo profissional, capacidade de trabalhar em equipe, disposição para cumprimento de normas, regulamentos e

orientações, capacidade de absorção de conhecimento através de experiência diária, conhecimento e habilidade em informática, bem como através de treinamentos formais fornecidos pela CONTRATADA ou pela CONTRATANTE;

4.7. REMUNERAÇÃO

4.7.1. Os salários dos profissionais a serem alocados na prestação dos serviços, deverão, no mínimo, orientar-se pelos valores de referência da Convenção Coletiva da Categoria ou Sindicato, para cada categoria de profissionais.

4.8. TRANSPORTE e ARMAZENAMENTO

4.8.1. Transporte e armazenamento atendendo à:

1. Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos;
2. Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências;
3. Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis.☐

4.9. DA FISCALIZAÇÃO, CONTROLE DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

4.9.1. Os serviços objeto deste Contrato serão executados pela CONTRATADA, com a supervisão e fiscalização por servidor indicado pela CONTRATANTE.

4.9.2. A CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado;

4.9.3. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços especificados neste CONTRATO, a CONTRATANTE; é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por funcionário indicado, podendo para isso:

4.9.4. Solicitar a imediata substituição do funcionário da CONTRATADA que agir fora das determinações descritas nos scripts ou de forma diversa das políticas e normas da CONTRATANTE; recomendadas aos prestadores dos serviços objeto deste CONTRATO;

4.9.5. Exigir junto à CONTRATADA a regularização das eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, comunicando à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência, tudo sem prejuízo às penalidades cabíveis;

4.9.6. Supervisionar as atividades CONTRATADA, mediante avaliação periódica.

4.9.7. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização, não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços contratados.

4.9.8. A execução dos serviços objeto desta contratação deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, por parte da SES.

4.9.9. O objeto do presente contrato será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela CONTRATADA, sendo tal relatório submetido à fiscalização da CONTRATANTE, que após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento.

4.9.10. Havendo inexecução total/parcial dos serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

4.9.11. A fiscalização e supervisão se darão através do acompanhamento quanto à qualidade dos serviços, controle de desempenho e cumprimento de horários pela CONTRATADA.

4.10. DA MEDIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

4.10.1. No último dia útil de cada mês, a CONTRATADA deverá efetuar a apuração dos serviços executados no respectivo mês, e, considerando os recursos contratados e Instrumento de Medição de Resultados - IMR, elaborar o correspondente relatório contendo os Agentes de Atendimento alocados, descrevendo dias e horários;

4.10.2. Para efeito de pagamento, as medições deverão ser realizadas com o seguinte procedimento:

4.10.3. No primeiro dia útil subsequente ao mês que os serviços foram prestados, a CONTRATADA deverá entregar o relatório contendo os quantitativos mensais de postos de trabalho, tabela IMR e os respectivos valores apurados;

4.10.4. Na hipótese de glosas e/ou incorreções de quantitativos e/ou valores, o CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA a retificação do relatório, objetivando a emissão da Nota Fiscal Fatura;

4.10.5. Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

- I. O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços contratados às correspondentes quantidades de serviços executados considerando os recursos contratados e Instrumento de Medição de Resultados - IMR, descontadas as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo CONTRATANTE por motivos imputáveis à CONTRATADA;
- II. A aplicação dos descontos indicados no item imediatamente acima não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA, em razão da não execução dos serviços;
- III. O fiscal do contrato deverá apresentar os relatórios que comprovem a eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente da central telefônica e o relatório de conformidade nos padrões de qualidade que atestará a realização da prestação dos serviços contratados;
- IV. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, o CONTRATANTE atestará a medição mensal, comunicando a CONTRATADA, no prazo de 3 (três) dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e, autorizando a emissão da correspondente Nota Fiscal Fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados;
- V. Não haverá qualquer forma de subordinação dos prestadores de serviços alocados para as atividades executadas ao CONTRATANTE, o qual se limitará a fornecer à CONTRATADA as corretas informações dos serviços a serem executados;
- VI. A CONTRATADA se obriga a manter a composição da equipe local, dentro dos parâmetros definidos em sua proposta. Qualquer modificação a ser efetuada pela CONTRATADA na composição das equipes locais e de seu Supervisor deverá ser comunicada a CONTRATANTE com antecedência de 72 (setenta e duas) horas;
- VII. Caso a CONTRATADA precise substituir um profissional alocado, deverá informar ao CONTRATANTE; com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis para que o novo profissional possa inteirar-se dos procedimentos técnicos e administrativos para a boa execução dos serviços contratados;
- VIII. Ao critério exclusivo da CONTRATANTE este poderá solicitar a substituição de funcionário da CONTRATADA alocado nos serviços, devendo o pedido ser formalizado até 5 (cinco) dias úteis, antes da substituição, que se fará obrigatoriamente, sob pena de incorrer a CONTRATADA em falta contratual;
- IX. A CONTRATANTE utilizará ferramenta de gestão de informações para gerenciar os serviços realizados pela CONTRATADA, ao nível de relatórios gerenciais e indicadores de performance ou outra forma a ser definida entre as partes durante a implantação dos serviços;
- X. Serão realizadas reuniões de trabalho entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA para a análise do desempenho desta, sempre que houver necessidade, sendo as mesmas registradas em ata que deverá ser juntada ao processo referente a presente contratação, sem ônus adicional à SES - DF;
- XI. A CONTRATANTE por intermédio de seus funcionários ou prepostos se reserva ao direito de efetuar inspeção de qualidade, em qualquer tempo, nos serviços realizados pela empresa CONTRATADA;
- XII. Na fase de implantação dos serviços, a CONTRATANTE deverá realizar a integração da equipe alocada no contrato, para fornecer conhecimento sobre o sistema de atendimento, recursos tecnológicos da Central, serviços a serem executados e procedimentos existentes.

4.11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

- I. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei

nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

- II. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o controle da execução dos serviços e do contrato.
- III. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Contrato.
- IV. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no Art. 47 e no Anexo V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.
- V. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento, sendo que um dos seus principais objetivos é a busca da eficiência com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitem e estimulem a melhoria constante dos serviços prestados.
- VI. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Apêndice III, deste documento, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- VII. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- VIII. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- IX. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- X. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- XI. O Fiscal/Gestor do contrato deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução dos serviços, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços executados.
- XII. O Preposto deverá por assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
- XIII. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo Fiscal/Gestor, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- XIV. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- XV. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- XVI. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- XVII. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- XVIII. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Art. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- XIX. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.12.DAS OCORRÊNCIAS

4.12.1. Será atribuído a CONTRATADA pontuação a cada constatação das seguintes ocorrências, conforme tabela abaixo:

OCORRÊNCIA	PONTOS	PRAZO RESOLUÇÃO
Interrupção, parcial ou total, não programada nos serviços contratados, sem prévio comunicação a SES/DF, por evento, acrescido a cada hora.	0,3	1 hora
Seguidas interrupções nos serviços contratados em um lapso temporal de 07 (sete) dias, por evento, a pontuação será multiplicada pelo número de interrupções, por evento.	0,3	1 hora
Cobrança por serviços não prestados, por evento.	0,3	2 dias
Cobrança de valores em desacordo com o contrato, por evento.	0,3	2 dias
Utilizar profissionais em serviço sem a devida identificação (crachá e/ou camiseta), por evento.	0,3	1 dia
Utilizar profissionais em serviço com identificação em mal estado (crachá ilegível ou danificado), vestimentas sujas e/ou rasgadas (camiseta), por evento.	0,3	1 dia
Não apresentar corretamente a Nota Fiscal dos serviços prestados no mês, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico, que deverão conter todos os tributos, encargos e descontos, conforme preços contratados no processo licitatório, por evento.	0,5	2 dias
Atraso injustificado no recebimento de produtos pactuados no contratos direcionada à seu(s) Almoxtarifado(s), dentro do horário de funcionamento estipulado neste documento.	0,3	1 dia
Atraso (injustificado) na entrega dos produtos objetos deste Contrato. O valor da pontuação deverá ser acrescido a cada 24 (vinte e quatro) horas de atraso.	0,5	24 horas
Não realizar as entregas previstas nas unidades de consumo nos prazos pactuados, por evento.	1	1 dia
Não entregar os produtos nos prazos e quantidades especificadas no documento de transferência às unidades de consumo, salvo autorização prévia da área técnica vinculada à CONTRATANTE, por evento.	0,5	1 dia
Mal funcionamento dos sistemas elencados ao Serviço, por evento.	0,5	2 dias
Inoperância dos sistemas elencados ao Serviço, por evento.	0,5	1 dia
Má conservação das instalações, equipamentos, aparelhos, materiais ou qualquer outro recurso de sua responsabilidade empregado no serviço, por evento.	0,5	2 dias
Não cumprir os horários mínimos de funcionamento previstos neste documento, salvo se autorizado, por escrito, pelo Gestor do Contrato, por evento.	1	1 dia
Não receber entrega direcionada à seu(s) Almoxtarifado(s), dentro do horário mínimo de funcionamento previsto neste documento, salvo se por erro do entregador, por evento.	1	1 dia
Instalar durante a implementação do serviço, qualquer equipamento que não seja novo, de primeiro uso, salvo se autorizado, por escrito, pelo Gestor do Contrato, por evento.	1	3 dias
Descumprir qualquer OBRIGAÇÃO descrita neste documento, por evento.	1	3 dias
Causar qualquer tipo de problema de modo a dificultar a transição contratual, por evento.	1	1 dia
Não manter seus sistemas, equipamentos, pessoal ou qualquer outro objeto necessário ao funcionamento do serviço durante a transição contratual, por evento, acrescido a cada dia.	1	1 dia
Negligenciar medidas de segurança ou legislação pertinente, por evento.	1	1 dia
Utilizar mão de obra com qualificação incompatível com àquela necessária a execução dos serviços, por	1	1 dia

evento.		
Deixar de fornecer os relatórios gerenciais nos moldes e prazos requeridos, por evento, acrescido a cada dia.	1	5 dias
Deixar de realizar as auditorias e inventários nos moldes e prazos previstos, por evento, acrescido a cada dia.	1	5 dias

- I. Para confirmação dos eventos será tomado como base os relatos de ocorrências direcionados ao Gestor/Fiscal do Contrato e aferição junto a CONTRATADA.
- II. Os prazos serão contados a partir da data da ocorrência em relação ao pactuado ou relato oficial, quando aplicável.
- III. O Gestor/Fiscal deverá realizar a avaliação mensal para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- IV. O somatório da pontuação será apurado dentro do mês de prestação do serviço, coincidente com o mês civil.
- V. Caso necessário, a somatória será arredondada, para mais ou para menos, levando em consideração quando o número estiver mais próximo daquele imediatamente superior ou inferior.
- VI. Esta pontuação servirá como base para que a CONTRATANTE aplique as seguintes sanções administrativas, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma sanção, esta será imediatamente aplicada, observado o processo administrativo.

Pontuação acumulada	Sanção
1 (um) ponto	Advertência
2 (dois) pontos	Advertência
3 (três) pontos	Multa correspondente a 3% (três por cento) do valor mensal do contrato
4 (quatro) pontos	Multa correspondente a 4% (quatro por cento) do valor mensal do contrato
5 (cinco) pontos	Multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor mensal do contrato
6 (seis) pontos	Multa correspondente a 6% (seis por cento) do valor mensal do contrato
7 (sete) pontos	Multa correspondente a 7% (sete por cento) do valor mensal do contrato
8 (oito) pontos	Multa correspondente a 8% (oito por cento) do valor mensal do contrato
9 (nove) pontos	Multa correspondente a 9% (nove por cento) do valor mensal do contrato
10 (dez) pontos	Multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato
11 (onze) pontos ou +	Suscetível a Rescisão Unilateral do Contrato

- VII. Durante o período de implantação do serviços, conforme IMR previstos, poderão ser abrandados, em detrimento da necessidade de ajustes e correções nos serviços.
- VIII. A ocorrência de três ou mais sanções consecutivas, acarretará sanção correspondente ao somatório das pontuações acumuladas nesses meses.

4.14. DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

4.14.1 A prestação dos serviços de que trata este contrato e seus Apêndices não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a SES/DF, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

4.14.2 Os profissionais e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com o Estado.

4.14.3 Todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial, oriundas dos acidentes de trabalho e das doenças causadas pelo exercício das atividades laborais, entre outras, correm por conta exclusiva da CONTRATADA, a qual se obriga a saldar na época devida.

4.14.4 A CONTRATADA deverá manter vínculo, empregatício ou na forma de contrato de prestação de serviços, com todos os profissionais alocados nos serviços descritos neste Contrato, de forma a garantir a subordinação de todos aqueles que trabalhem nas instalações da SES/DF às determinações emanadas pelo Preposto.

4.15. DAS LOCALIDADES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.15.1. As atividades previstas nos itens deste documento deverão ser executadas no Distrito Federal, sem qualquer custo adicional, de segunda à sexta, exceto feriados, das 08h às 17 h.

4.16. PRAZOS DE ENTREGA

4.16.1. Prazo de Entrega: Os serviços deverão estar em plena execução em até 5 (CINCO) dias úteis, a partir da data da assinatura do Contrato.

4.17. MODELO DE EXECUÇÃO

4.17.1. O modelo de execução do contrato deverá contemplar condições necessárias ao devido fornecimento do Serviço para atendimento das necessidades do central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo), no que se refere ao objeto deste Instrumento, observando o que segue:

- I. Realizar a convocação da CONTRATADA será realizada de forma IMEDIATA, após a assinatura do contrato, a qual deverá dar da CONTRATANTE, conhecendo o ambiente físico e tecnológico, dentro do escopo contratado, e absorver o conhecimento necessário para entrega e prestação dos serviços acordados.
- II. A CONTRATADA deverá participar de reunião inicial, convocada pelo Gestor do contrato, com a participação da Equipe de Fiscalização da CONTRATANTE, do representante legal da CONTRATADA, e dos demais interveniente por ele identificado, cuja pauta observará, pelo menos: presença do representante legal da CONTRATADA, que apresentará o seu Preposto, assinatura, por parte da CONTRATADA, do Termo de Confidencialidade e Sigilo e do Termo de Ciência, esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gerenciamento do Contrato, nivelando os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Apêndices e Termos, bem como, esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.
- III. Informar à CONTRATADA que o pagamento dos serviços contratados e implementados será realizado após o aceite parcial e/ou definitivo da implantação.
- IV. A CONTRATADA deve assinar Termo de Ciência, comprovando que a mesma já detém conhecimento suficiente e que foram alcançadas as condições técnicas para realização dos serviços sem riscos operacionais.
- V. A CONTRATADA deverá seguir todas as normas de segurança vigente na Instituição.
- VI. A CONTRATADA poderá, exclusivamente a seu critério e ônus, desenvolver, avaliar e incorporar métodos, processos e tecnologias para a melhoria na forma da execução contratual dos serviços ora licitados, desde que seus procedimentos estejam em conformidade com as definições, premissas e recomendações técnicas.
- VII. Todos os serviços que envolvam ações de desenvolvimento e implementação de atividades de melhoria contínua de ambiente, obedecerão a uma estruturação e planejamento prévios da CONTRATADA e autorização da CONTRATANTE, onde serão estabelecidos os prazos, horário e condições gerais da execução destas atividades.

4.18. DAS INSPEÇÕES E DILIGÊNCIAS

4.18.1 A CONTRATANTE poderá, se julgar necessário, realizar inspeções e diligências a fim de garantir que a licitante vencedora esteja em condições de fornecer os produtos/serviços pretendidos de acordo com a qualidade exigida neste documento.

4.19. DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

- I. A CONTRATADA será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela SES/DF, tais documentos.
- II. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto sem autorização por escrito da SES/DF, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.
- III. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo de responsabilidade e sigilo, comprometendo-se a não divulgar nenhum assunto tratado nas dependências da SES/DF ou a serviço desses, salvo se expressamente autorizado, Apêndice I – Termo de Confidencialidade de Informações.
- IV. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo declarando estar ciente de que as informações disponibilizada pela SES/DF e pacientes não poderá ser utilizada para fins particulares e que a navegação em sítios da Internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando o endereço da SES/DF, ou acessadas a partir dos seus equipamentos, poderão ser auditadas.
- V. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo de compromisso declarando total obediência às normas de segurança vigentes ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, na SES/DF.
- VI. Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. Abrange toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, protocolos, informações pessoais de pacientes e informações sobre as atividades da CONTRATANTE.
- VII. As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto.
- VIII. As obrigações constantes deste DOCUMENTO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros e estranhos, sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.
- IX. A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.
- X. A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO sobre a existência deste Contrato bem como da natureza sigilosa das informações.
- XI. A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente DOCUMENTO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.
- XII. A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

4.20. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

- I. A contratação será fiscalizada por comissões de servidores constituídas para esse fim, composta pelo Gestor do Contrato, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Fiscal Requisitante, indicados pela SES/DF, juntamente com seus respectivos suplentes.

4.20.1. GESTOR DO CONTRATO:

4.20.1.1. Entidade: CONTRATANTE, indicado pela SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF;

4.20.1.2. Responsabilidade:

- I. Verificar a eficiência: utilização de recursos de computação alocados a Solução de Gestão, desempenho dos profissionais envolvidos, tempo e custo de execução;
- II. Constatar a eficácia: validação dos resultados gerados pela Solução e verificação de conformidade (se os resultados oferecidos estão atendendo adequadamente às necessidades dos usuários); e
- III. Atestar a segurança: segurança em comunicação quanto à veiculação de dados por meios de comunicação.

4.20.2.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor do Contrato serão solicitadas aos seus superiores.

4.20.2. FISCAL TÉCNICO

4.20.2.1. Entidade: CONTRATANTE

4.20.2.2. Responsabilidade:

- a. encaminhar pendências que possam gerar fato administrativo, analisar e gerar relatórios das faturas emitidas, incluindo apontar não conformidades e desvios de qualidade, verificar prazos dos serviços contratados e fiscalizar tecnicamente o Contrato.

4.20.3. FISCAL ADMINISTRATIVO

4.20.3.1. Entidade: CONTRATANTE

4.20.3.2. Responsabilidade:

- a. Fiscalizar o Contrato, quanto aos aspectos administrativos.

4.20.4. FISCAL REQUISITANTE

4.20.4.1. Entidade: CONTRATANTE

4.20.4.2. Responsabilidade:

- a. Fiscalizar o Contrato do ponto de vista funcional da Serviço;

4.21. PREPOSTO OU GERENTE DE RELACIONAMENTO

4.21.1. Entidade: CONTRATADA

4.21.2 .Formação: Colaborador da CONTRATADA.

4.22.3. Responsabilidade:

- a. Acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento e execução contratual;
- b. Negociar, junto ao Gestor do Contrato, termos e condições complementares a este documento para a realização dos serviços;
- c. Gerenciar e supervisionar a execução dos serviços, franqueando ao Gestor do Contrato, a qualquer tempo, o acesso a seus registros, para efeito de acompanhamento e fiscalização de

serviços técnicos efetivamente utilizados;

- d. Tratar com o Gestor do Contrato questões relevantes à sua execução e providenciar a regularização de faltas, falhas ou defeitos observados.
- e. Elaborar e encaminhar relatório mensal de atividades para avaliação pelo Gestor do Contrato;
- f. Encaminhar à SES/DF nota fiscal ou fatura dos serviços aferidos no período, conforme medição efetuada; e
- g. Providenciar a entrega de todos os produtos/serviços/sistemas/objetos, documentos, referentes à prestação dos serviços.

2

4.22. DO PARECER TÉCNICO

4.22.1 O Parecer técnico será dado por equipe de técnicos lotados na SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF.

4.23. DO REPASSE DE CONHECIMENTO

4.23.1. Por se tratar de um contrato em regime emergencial, cuja o objetivo é a manutenção dos serviços da central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado, o presente contrato não contemplará transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

4.24. DA PROPRIEDADE E PROVIMENTO DOS SERVIÇOS

4.24.1. Os produtos aplicados ou resultantes da prestação de serviços da CONTRATADA, tais como estudos, relatórios, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, páginas na Intranet e Internet, documentação didática em papel ou em mídia eletrônica, projetos, sistemas, programas objetos ou executáveis, bases de dados, arquivos, interfaces, drivers e correlatos, desenvolvidos especificamente para este objeto, serão de propriedade patrimonial exclusiva da SES/DF nos termos do Art. 111 da Lei nº 8.666/93, concomitante com o Art. 4º da Lei nº 9.609/98.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O valor total do contrato é de **R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos)** em procedência do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I	Unidade Orçamentária:	23901
II	Programa de Trabalho:	10126820225570100
III	Elemento de Despesa:	339039
IV	Fonte de Recursos:	100000000
V	Valor Inicial	R\$1.521.507,50
VI	Nota de Empenho:	2020NE02875
VII	Data de Emissão:	02/04/2020
VII	Evento:	400091
VII	Modalidade:	Global

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

- I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no Decreto nº 8.302/2014;
- II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
- III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;
- IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.
- V – Certidão de Regularidade quanto à Dívida Ativa da União (DAU);
- VI – Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (CND).
- VII – Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados (PORTARIA CONJUNTA RFB/PGFN Nº 1.751/2014).

7.2. Os pagamentos do contrato serão efetuados conforme as normas orçamentárias e fiscais em vigor.

7.3. O serviço a ser contratado é prestado de forma contínua com pagamento em parcelas mensais mediante ateste das faturas de prestação do serviço.

7.4. A Nota Fiscal da empresa CONTRATADA deve ser emitida com data posterior ao Aceite do Recebimento e apresentado juntamente com o Termo de Aceite para o Gestor do Contrato. O pagamento se dará em até 30 (trinta) dias após o Gestor do Contrato receber o Termo de Aceite do Recebimento e as Notas Fiscais da Contratada.

7.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.6. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

I – Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.7. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido a contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86, da Lei 8.666/93.

7.8. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

7.8.1. Excluem-se das disposições do artigo 6º, Decreto 32.767 de 17/02/2011:

- I – Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;
- II – Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos.

7.9. As eventuais penalidades serão abatidas na fatura do mês subsequente ao da prestação de serviços, exceto no último mês do Contrato, cuja fatura já deverá contemplar todos os excedentes e eventuais penalidades.

7.10. Antes de cada pagamento, deverá ser exigida da contratada a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa), nos termos da alteração ocorrida no art 27 da Lei 8.666/93, em decorrência da Lei nº 12.440 de 2011.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. O contrato terá vigência de **ATÉ 180 (cento e oitenta) dias corridos**, por se tratar de CONTRATAÇÃO por Dispensa de Licitação, enquadrando-se **no artigo 4º, inciso IV, da Lei nº 13.979/2020**.

9. **CLÁUSULA NONA – DAS GARANTIAS**

9.1. A CONTRATADA deverá apresentar individualmente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura do respectivo CONTRATO, carta de garantia no montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do CONTRATO, perfazendo o valor de **R\$ 540.787,52 (quinhentos e quarenta mil setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos)**, que será liberado somente após o término de sua vigência, cabendo-lhe(s) optar por uma das modalidades de garantia previstas no Art. 56, § 1º da Lei nº 8.666/93.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL**

10.1. São obrigações da SES/DF:

- I. O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa
- II. Cumprir fielmente o Contrato de modo que a CONTRATADA possa realizar os serviços com esmero e perfeição.
- III. Receber os empregados e prepostos da CONTRATADA, devidamente credenciados, para manutenção e conservação dos equipamentos, tomando as providências administrativas que garantam o livre desempenho de tais atividades.
- IV. Realizar sindicância para apurar RESPONSABILIDADE no caso de danos nos equipamentos da CONTRATADA, sob sua responsabilidade.
- V. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, após assinatura do Contrato.
- VI. Receber o serviço fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- VII. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando se tratar de contrato oriundo de Ata de Registro de Preços.
- VIII. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato.
- IX. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do Serviço.
- X. Definir produtividade ou capacidade mínima do Serviço por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável.
- XI. A CONTRATANTE se reserva o direito a qualquer momento de realizar diligências e inspeções junto à CONTRATADA a fim de garantir a qualidade dos serviços prestados e para esclarecimento de dúvidas.
- XII. Faculta-se ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, sempre quando necessário, agendar reuniões periódicas de caráter gerencial ou técnico para avaliar os trabalhos, adotar resoluções e obter esclarecimento de pendências durante toda a vigência do contrato.
- XIII. Efetuar o pagamento de acordo com as normas orçamentárias e financeira do DF.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

11.1. São obrigações da CONTRATADA:

11.2. Apresentar ao Distrito Federal :

- Até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;
 - Comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais;
 - Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.
- I. A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.
 - II. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na

licitação.

- III. A executar fielmente os serviços especificados no Projeto Básico, através de funcionários devidamente treinados e com bons antecedentes.
- IV. Designar por escrito, preposto(s) que tenha(m) poder(es) para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato.
- V. Manter o número acordado de profissionais para a execução do serviço, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença, greve, falta ao serviço, demissão, etc.
- VI. Realizar, diariamente, por intermédio do preposto, o controle de frequência do pessoal em serviço.
- VII. Manter a quantidade de profissionais com as qualificações indicadas neste Contrato, e acordados, para realizar, caso necessário, substituições.
- VIII. Fazer seguro de seus trabalhadores contra riscos de acidente de trabalho, plano de saúde, responsabilizando-se também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
- IX. Obedecer, na execução e desenvolvimento do seu trabalho, as determinações do Ministério do Trabalho, bem como, a legislação técnica vigente e as normas e procedimentos internos do CONTRATANTE, de engenharia de segurança e medicina e meio ambiente do trabalho, que sejam aplicáveis à execução específica da atividade.
- X. Cumprir as legislações Federais, Estaduais e Municipais que interfiram na execução dos serviços.
- XI. Reparar e corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, qualquer irregularidade na prestação dos serviços que lhe for comunicada, sem prejuízo da aplicação de penalidades e da rescisão contratual, se cabível.
- XII. Manter constante e permanente vigilância sobre os serviços executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe a responsabilidade por quaisquer perdas e danos que venham a ocorrer, desde que por comprovada culpa, durante a vigência do contrato.
- XIII. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização dos serviços pelo CONTRATANTE.
- XIV. Toda solução a que se refere este documento deverá estar implementada, assim como, os profissionais, devidamente habilitados, referidos neste termo, aptos em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.
- XV. Manter seus empregados regularmente registrados segundo as normas da Consolidação das Leis do Trabalho, assumindo inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes dessas relações de emprego.
- XVI. Manter a suas expensas apoio psicológico aos seus funcionários uma vez tratar-se de serviço de urgência e emergência com carga emocional elevada.
- XVII. Apresentar, no momento do início da execução dos serviços, relação nominal de seus empregados separados por turno, constando os respectivos números de telefones para contato, em atividade nas dependências da CONTRATANTE, responsabilizando-se por todos os prejuízos que esses possam ocasionar no desempenho de suas atribuições;
- XVIII. A relação, a que se refere este item, deverá ser atualizada sempre que houver alteração no quadro de empregados;
- XIX. Afastar imediatamente das funções designadas qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada pela CONTRATANTE inconveniente, substituindo-o para que não haja prejuízo ao serviço
- XX. Atender prontamente todas as recomendações da CONTRATANTE, que visem à regular execução do presente Contrato;
- XXI. Manter seu pessoal identificado por meio de crachás, com fotografia recente; e identificação de sua função hierárquica;
- XXII. A CONTRATADA deverá alocar nos serviços funcionários contratados sob regime trabalhista de acordo com a CLT.
- XXIII. Empregar preferencialmente Pessoas com Necessidades Especiais nos serviços objeto do contrato, nos termos da legislação específica;
- XXIV. Realizar a gestão e administração do contrato e da equipe alocada, englobando recursos humanos, qualidade geral dos serviços e relatórios gerenciais;

- XXV. Diligenciar na escolha de seus funcionários a serem alocados nos serviços, de forma que os mesmos possam deslocar-se, alimentar-se e desenvolver outras atividades de subsistência sem depender de auxílio dos servidores públicos e do próprio CONTRATANTE;
- XXVI. Efetuar os exames médicos, físicos e psíquicos necessários nos funcionários envolvidos nos serviços, responsabilizando-se integralmente por sua habilitação para o desempenho e contexto das funções;
- XXVII. A CONTRATADA, não poderá subcontratar os funcionários a serem alocados nos serviços objeto do contrato, bem como não poderá subcontratar ou associar-se ou consorciar-se ou estabelecer aliança ou parceria com terceiros para a execução dos serviços e para prover os recursos de infraestrutura previstos neste Contrato;
- XXVIII. Manter equipe de apoio composta por profissionais capacitados objetivando a manutenção da qualidade de atendimento de forma a suprir as necessidades detectadas pela CONTRATADA especialmente no que se refere ao item Perfis e Responsabilidades dos de seus Profissionais.
- XXIX. Quando necessário e desde que planejado com antecedência mínima de 10 dias, o CONTRATANTE; poderá solicitar reciclagem e/ou treinamento técnico ou comportamental dos profissionais da CONTRATADA envolvidos nos serviços;
- XXX. Toda e qualquer comunicação à CONTRATANTE deverá se efetuada por escrito, podendo ser realizada por meio eletrônico;
- XXXI. Manter durante toda a execução do ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Contrato.
- XXXII. Manter o fornecimento necessário de materiais de escritório para o desenvolvimento das atividades determinadas neste Contrato, como por exemplo: papel sulfite, caneta, grampeador, etc.
- XXXIII. Proporcionar, durante a execução dos serviços ora contratado, aos seus profissionais toda a assistência para as necessidades especiais que os mesmos apresentarem.
- XXXIV. Manter sob sua responsabilidade as ações de treinamento e capacitação inicial de seus funcionários, referentes às atividades de teleatendimento e de radio-operação, relacionadas ao melhor desempenho e qualidade da prestação do serviço.
- XXXV. Cabe a CONTRATADA a documentação, através de registro individualizado, de todas as ações de treinamento, capacitação e aprimoramento contínuo de seus funcionários;
- XXXVI. Cabe à CONTRATADA manter, dispor e apresentar seus funcionários para as ações de capacitação e treinamento citadas acima, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, assim como sua adequada substituição nos postos de atendimento e despacho durante estas ações.
- XXXVII. Cabe à CONTRATADA a apresentação prévia do planejamento das ações de educação continuada à SES - DF.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº. 8.666/93, vedada à modificação do objeto.
- 12.2. A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista neste Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.
- 12.3. Todo e qualquer pedido de alteração do contrato oriundo deste Contrato será dirigido à autoridade responsável por sua emissão, a quem caberá o deferimento ou não do pedido.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

- 13.1. Nos casos de atrasos injustificados ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração aplicar-se-ão as sanções administrativas estabelecidas no Decreto nº 26.851 de 30 de maio de 2006 e alterações previstas no **Decreto nº 35.831** de 19 de setembro de 2014, que regulamenta a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 e 10.520, de 17 de julho de 2002.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO AMIGÁVEL

- 14.1. O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

14.2. O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. A rescisão do Contrato se dará nos termos dos Arts. 77, 78, 79, 80 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. No caso de rescisão decorrente do inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do Contrato até o valor dos prejuízos causados.

15.3 No procedimento de rescisão contratual, será assegurado o contraditório e a ampla defesa sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade da CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

16.1. Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podem do, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO EXECUTOR

17.1. O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Saúde, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

17.2. MODELO DE GESTÃO

17.2.1. Com base na atual estrutura organizacional da SES/DF, a gestão do contrato será realizada por Comissão Executora da SAIS/SES.

17.2.2. Assim em atendimento a Portaria nº 57 de 25 de abril de 2011, para a gestão da contratação em tela, serão indicados Servidores Públicos Estatutários do Quadro de Carreira da SES/DF, lotados preferencialmente SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

18.1. A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito federal, em conformidade com o art. 60 da Lei nº 8666/93.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

19.2. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no Telefone 0800-6449060.

Apêndice I - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

A **CONTRATANTE**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº XXX, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **BRB SERVIÇOS S/A** inscrita no CNPJ nº 12.857.569/0001-80, denominada **CONTRATADA**, com sede no Distrito Federal, CEP. 70.714-902 neste ato representada por **MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS**, portador do RG nº 047.810.272.013-4 SSP-MA, e CPF nº 473.222.251-04, **JULIANA GONÇALVES NAVARRO**, portadora do RG 6.448.462-1 SSP-PR, CPF nº 019.390.829-86, na qualidade de representante legal e, sempre que em conjunto referidas como

PARTES para efeitos deste **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, doravante denominado simplesmente **TERMO**, e, **CONSIDERANDO** que, em razão do atendimento à exigência do Contrato Nº 63/2020, celebrado pelas PARTES, doravante denominado **CONTRATO**, cujo objeto é a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente**, mediante condições estabelecidas pelo **CONTRATO**;

CONSIDERANDO que o presente **TERMO** vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de **INFORMAÇÕES**, que a **CONTRATADA** tiver acesso em virtude da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Ministério da Saúde de que a **CONTRATADA** tomar conhecimento em razão da execução do **CONTRATO**, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às **INFORMAÇÕES**;

A **CONTRATANTE** estabelece o presente **TERMO** mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste **TERMO** é prover a necessária e adequada **PROTEÇÃO ÀS INFORMAÇÕES** da **CONTRATANTE**, principalmente aquelas classificadas como **CONFIDENCIAIS**, em razão da execução do **CONTRATO** celebrado entre as **PARTES**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

Parágrafo Primeiro: As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** reveladas pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo: A **CONTRATADA** se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** que venham a ser fornecidas pelo **CONTRATANTE**, a partir da data de assinatura deste **TERMO**, devendo ser tratadas como **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: A **CONTRATANTE**, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as **INFORMAÇÕES** que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

Parágrafo Único: As obrigações constantes deste **TERMO** não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

1. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das PARTES;
2. Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente **TERMO**;
3. Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as PARTES cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** se compromete a utilizar as **INFORMAÇÕES** reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo segundo: A **CONTRATADA** se compromete a não efetuar qualquer cópia das **INFORMAÇÕES** sem o consentimento prévio e expresso da **CONTRATANTE**.

1. O consentimento mencionado no Parágrafo segundo, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das PARTES.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste **TERMO** e da natureza confidencial das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: A **CONTRATADA** deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quinto: Cada PARTE permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo Sexto: O presente **TERMO** não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

1. Os produtos gerados na execução do **CONTRATO**, bem como as **INFORMAÇÕES** repassadas à **CONTRATADA**, são única e exclusiva propriedade intelectual do **MI CONTRATANTE**.

Parágrafo Sétimo: A **CONTRATADA** firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao **CONTRATO**, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.

Parágrafo Oitavo: A **CONTRATADA** obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativo aos produtos gerados e às **INFORMAÇÕES** que venham a ser reveladas durante a execução do **CONTRATO**.

CLÁUSULA QUINTA - DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

Parágrafo Único: Todas as **INFORMAÇÕES** reveladas pelas PARTES permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

1. A **CONTRATADA** deverá devolver íntegros, e integralmente todos os documentos a ela fornecidos, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada pelo **CONTRATANTE** para entrega, ou quando não mais for necessária a manutenção das Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias.
2. A **CONTRATADA** deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham Informações Confidenciais do **CONTRATANTE**, quando não mais for necessária a manutenção dessas Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

Parágrafo Único: O presente **TERMO** tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até 05 (cinco) anos após o término do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Parágrafo Único: A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na **RESCISÃO DO CONTRATO** firmado entre as PARTES. Neste caso, a **CONTRATADA**, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo **CONTRATANTE**, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro: Este **TERMO** constitui vínculo indissociável ao **CONTRATO**, que é parte independente e regulatória deste instrumento.

Parágrafo Segundo: O presente **TERMO** constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento de **INFORMAÇÕES**, principalmente as **CONFIDENCIAIS**, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas PARTES em ações feitas direta ou indiretamente.

Parágrafo Terceiro: Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste **TERMO** ou

quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as **PARTES** tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: O disposto no presente **TERMO** prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à **CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES**.

Parágrafo Quinto: A omissão ou tolerância das **PARTES**, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Parágrafo Único: Fica eleito o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **TERMO**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estar justa e estabelecida às condições, a **CONTRATADA** assina o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO** em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, na presença de duas testemunhas.

APÊNDICE III – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento, sendo que um dos seus principais objetivos é a busca da eficiência com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitem e estimulem a melhoria constante dos serviços prestados.

As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo para sua aferição mensal.

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Nº 01 Prazo de atendimento de demandas (OS).	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do órgão.
Meta a cumprir	24h
Instrumento de medição	Sistema informatizado de solicitação de serviços - Ordem de Serviço (OS) eletrônica.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Cada OS será verificada e valorada individualmente. Nº de horas no atendimento/24h = X
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	X até 1 - 100% do valor da OS De 1 a 1,5 - 90% do valor da OS De 1,5 a 2 - 80% do valor da OS
Sanções	20% das OS acima de 2 - multa de XX

30% das OS acima de 2 - multa de XX + rescisão contratual

Observações

Nº 2 - Entrega de Medicamentos em Domicílio	
Entregas realizadas	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a realização das entregas dos medicamentos padronizados no âmbito do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica aos usuários cadastrados, conforme especificado neste termo de referência.
Meta a cumprir	Realizar no mínimo 95% das entregas domiciliares agendadas (no limite máximo de 15.000 entregas/mês)
Documento de medição	Relatório de entregas realizadas.
Forma de acompanhamento	Monitoramento por meio dos relatórios das entregas.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Parâmetro: % (percentual) mensal de entregas domiciliares realizadas. Cálculo: (Quantidade de entregas realizadas dividido pela quantidade de entregas agendadas) x 100 = X
Início de Vigência	Início das atividades de Entrega de Medicamento em Domicílio, conforme cronograma de implantação.
Faixas de ajuste no pagamento	X maior ou igual a 95% = pagamento de 100 % do valor previsto para o item 6. Para X menor que 95% = pagamento de X vezes o valor previsto para o subitem item 6.
Sanções	Multa de 1% do valor mensal previsto para o contrato para cada 1% abaixo da meta.
Observações	Serão desconsideradas do cálculo as entregas não realizadas que estejam devidamente justificadas. em que fique comprovada a ausência de culpa da CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO ARAUJO FILHO - Matr.1689145-7, Secretário(a) de Estado de Saúde do Distrito Federal**, em 02/04/2020, às 19:22, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA GONÇALVES NAVARRO, Usuário Externo**, em 02/04/2020, às 21:16, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS JACINTO, Usuário Externo**, em 02/04/2020, às 21:23, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA - Matr.1694784-3, Técnico(a) em Contabilidade**, em 09/04/2020, às 08:47, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **HAROLDO CUSTODIO DE FARIAS - Matr.1688852-9, Gerente de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios**, em 09/04/2020, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=38082098)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=38082098)
[verificador= 38082098](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=38082098) código CRC= **02DD9029**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38082098

Correspondência Eletrônica - 38171104

Data de Envio:

04/04/2020 19:46:08

De:

SES/Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios - SES/SUAG/DFACC/GINFCC
<ginfcc.dfacc@saude.df.gov.br>

Para:

ggecom@brbsevidicos.com.br
ggerbi@brbsevidicos.com.br
diope@brbsevidicos.com.br

Assunto:

Nota de Empenho, Contrato 088/2019 e Solicitação de Garantia Contratual

Mensagem:

Boa noite,

Encaminhamos anexo, a Nota de Empenho e o CT , para conhecimento.

POR FAVOR , ENVIAR GARANTIA CONTRATUAL NO EMAIL - CONTRATOSES.GARANTIA@GMAIL.COM

Conforme Cláusula Nona do Termo Aditivo, solicitamos a Garantia Contratual.

9.1. A CONTRATADA deverá apresentar individualmente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura do respectivo CONTRATO, carta de garantia no montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do CONTRATO, perfazendo o valor de R\$ 540.787,52 (quinhentos e quarenta mil setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), que será liberado somente após o término de sua vigência, cabendo-lhe(s) optar por uma das modalidades de garantia previstas no Art. 56, § 1º da Lei nº 8.666/93.

Solicitamos ainda, que seja acusado o recebimento do e-mail.

Atenciosamente,

Fernando Urbano Neto
Assessor Técnico

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios (GINFCC/DFACC/SUAG/SES)

SAIN Parque Rural, S/N, Bloco "A", 1º andar, Sala 67, Asa Norte - Brasília/DF

Telefone: 61 99236 4192

Anexos:

Contrato_Administrativo_38082098.pdf
Nota_de_Empenho_38081231_2020NE02875.pdf



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Despacho - SES/SUAG/DFACC/GINFCC

Brasília-DF, 04 de abril de 2020.

À SAIS,

Informamos que na data 02/04/2020, foi assinado o Seguinte Contrato :

- 063/2020, com a empresa **BRB SERVIÇOS S/A**, que tem por objeto a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE** (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF

Desta forma, visando a celeridade solicitamos providencias quanto a indicação dos executores para o referido ajuste.

Lembramos para tanto que a indicação deve conter:

O preenchimento por cada Executor indicado, da Declaração conforme modelo já disponibilizado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI para todas as unidades da SES/DF, com o nome "Declaração para exercer fiscalização de Contratos". (de acordo com a Circular SEI-GDF n.º 3/2019 - SES/SUAG/DFACC/GINFCC (28414025).

Esta declaração foi alterada através da Ordem de Serviço nº 267, publicada no DODF nº 164 de 29 de agosto de 2019, página 04, adicionando o argumento () ***Que não trabalho ou nem trabalhei nos últimos 5 (cinco) anos como sócio, administrador ou não, ou responsável pelas entidades/empresas contratadas.*** A fim de atender a Decisão nº 5.089/2016 - TCDF.

Atentamos ainda que as indicações devem atender aos seguintes requisitos:

- Portaria nº 29, de 25 de fevereiro de 2004, publicada no DODF nº 38, de 26 de fevereiro de 2004, página 01;
- Portaria nº 125, de 30 de abril de 2004, publicada no DODF nº 83, de 4 de maio de 2004, página 04;
- Portaria nº 57, de 25 de Abril de 2011, publicada no DODF nº 87, de 09 de maio de 2011;
- Decreto nº 32.753, de 04 de Fevereiro de 2011, publicado no DODF nº 26, de 07 de Fevereiro de 2011;
- Artigo nº 41 do Decreto nº 32.598 de 15 de Dezembro de 2010, disponíveis no endereço da internet http://www.buriti.df.gov.br/ftp/default_ctd.cfm.

Destacamos das demais normas a Cartilha do Executor de Contratos Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/licitacoes-e-contratos/contratos.html> e <http://rede.saude.df.gov.br/>, no espaço de trabalho "Diretoria de Contratos e Convênios".

Atenciosamente,

FERNANDO URBANO NETO

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Assessor Técnico



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO URBANO NETO - Matr.1690943-7, Assessor(a)**, em 05/04/2020, às 00:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **38171118** código CRC= **82F0EB4A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38171118



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde

Despacho - SES/SAIS

Brasília-DF, 06 de abril de 2020.

À SES/CATES,

Senhora Coordenadora,

Trata-se o presente de Contrato nº 063/2020, celebrado entre a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e a empresa **BRB SERVIÇOS S/A** que tem por objeto a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE** (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF.

Considerando o disposto em Despacho - SES/SUAG/DFACC/GINFCC nº 38171118, do qual requer celeridade quanto a indicação de executores contratuais para o referido ajuste contratual.

Desta feita, encaminhamos o presente a Vossa Senhoria para ciência e demais providências pertinentes, com máxima urgência que o caso requer.

Atenciosamente,

LUCIANO MORESCO AGRIZZI

Subsecretário de Atenção Integral à Saúde - SES/SAIS



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO MORESCO AGRIZZI - Matr.1688993-2, Subsecretário(a) de Atenção Integral à Saúde**, em 06/04/2020, às 13:27, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38194500** código CRC= **A14C715A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38194500



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde
Coordenação de Atenção Especializada à Saúde

Despacho - SES/SAIS/CATES

Brasília-DF, 06 de abril de 2020.

À: DIASF,

Senhora Diretora,

Trata-se o presente de Contrato nº 063/2020, celebrado entre a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e a empresa **BRB SERVIÇOS S/A** que tem por objeto a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE** (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF.

Considerando despacho 38194500 da **Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde** que remete os autos a esta Coordenação para *"indicação de executores contratuais para o referido ajuste contratual"*.

Considerando o disposto no despacho 38171118 da **Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios**, o qual aduz:

Informamos que na data 02/04/2020, foi assinado o Seguinte Contrato :

- 063/2020, com a empresa **BRB SERVIÇOS S/A** que tem por objeto a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE** (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF

Desta forma, visando a celeridade solicitamos providencias quanto a indicação dos executores para o referido ajuste.

Lembramos para tanto que a indicação deve conter:

O preenchimento por cada Executor indicado, da Declaração conforme modelo já disponibilizado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI para todas as unidades da SES/DF, com o nome "Declaração para exercer fiscalização de Contratos". (de acordo com a Circular SEI-GDF n.º 3/2019 - SES/SUAG/DFACC/GINFCC (28414025).

Esta declaração foi alterada através da Ordem de Serviço nº 267, publicada no DODF nº 164 de 29 de agosto de 2019, página 04, adicionando o argumento () **Que não trabalho ou nem trabalhei nos últimos 5 (cinco) anos como sócio, administrador ou não, ou responsável pelas entidades/empresas contratadas**. A fim de atender a Decisão nº 5.089/2016 - TCDF.

Atentamos ainda que as indicações devem atender aos seguintes requisitos:

- Portaria nº 29, de 25 de fevereiro de 2004, publicada no DODF nº 38, de 26 de fevereiro de 2004, página 01;
- Portaria nº 125, de 30 de abril de 2004, publicada no DODF nº 83, de 4 de

maio de 2004, página 04;

- Portaria nº 57, de 25 de Abril de 2011, publicada no DODF nº 87, de 09 de maio de 2011;

- Decreto nº 32.753, de 04 de Fevereiro de 2011, publicado no DODF nº 26, de 07 de Fevereiro de 2011;

- Artigo nº 41 do Decreto nº 32.598 de 15 de Dezembro de 2010, disponíveis no endereço da internet http://www.buriti.df.gov.br/ftp/default_ctd.cfm.

Destacamos das demais normas a Cartilha do Executor de Contratos Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/licitacoes-e-contratos/contratos.html> e <http://rede.saude.df.gov.br/>, no espaço de trabalho "Diretoria de Contratos e Convênios".

Encaminhamos os autos para ciência e demais providências quanto a indicação solicitada, considerando a urgência que o caso requer.

Atenciosamente,

NATHÁLIA AYSLA DE TOLEDO KAKAZU

Assessora

CATES/SAIS/SES-DF



Documento assinado eletronicamente por **NATHALIA AYSLA DE TOLEDO KAKAZU - Matr.1442909-8, Assessor(a)**, em 06/04/2020, às 17:23, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **38242113** código CRC= **B7D3AC98**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Despacho - SES/SUAG/DFACC/GINFCC

Brasília-DF, 07 de abril de 2020.

SUAG/SES,

Trata-se o presente do Contrato nº 063/2020-SES/DF, celebrado no dia 02 de abril de 2020, que tem como objeto a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE** (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, **contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente** (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).

Encaminhamos o presente para ciência e autorização para publicação no DODF do seguinte extrato de instrumento contratual:

- **Contrato nº 063/2020-SES/DF** SIGGO: 40838. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa **BRB SERVIÇOS S/A**;

Porém, destaca-se que a referida empresa não apresentou a garantia contratual estabelecida através da Cláusula Nona até a presente data; observa-se ainda que conforme a Cláusula citada a empresa contratada possui o prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura do respectivo Contrato para a apresentação da garantia citada (38082098).

Cabe salientar que o Art. 61, da lei 8666/93, traz a seguinte redação em relação a publicação dos extratos contratuais:

[...]Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus[...]

Ante o exposto, sugere-se o encaminhamento dos autos para ciência e deliberação quanto a autorização desta Subsecretaria de Administração Geral em proceder a publicação do extrato na imprensa oficial com pendência referente a entrega da garantia contratual.

HAROLDO FARIAS

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Gerente

Ciente, encaminhe-se o presente à SUAG/SES, nos termos do despacho da GINFCC/DFACC, para ciência e deliberação quanto a autorização ao exposto.

HELBERTH GONCALVES MACAU

Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios

Diretor

De Acordo, AUTORIZO o envio da matéria para publicação em imprensa oficial conforme exposto no despacho GINFCC/DFACC/SUAG.

IOHAN ANDRADE STRUCK

Subsecretaria de Administração Geral

Subsecretário



Documento assinado eletronicamente por **HAROLDO CUSTODIO DE FARIAS - Matr.1688852-9, Gerente de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios**, em 07/04/2020, às 11:18, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **HELBERTH GONCALVES MACAU - Matr.1688795-6, Diretor(a) de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios**, em 07/04/2020, às 14:17, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **IOHAN ANDRADE STRUCK - Matr.1677744-1, Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 08/04/2020, às 17:22, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38274644



Dispensa de Licitação <dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com>

Pontos de Atenção - Ressalvas Processo SEI 00060-00109204-2020-43

#Gerente GECOM - BRB Serviços <ggecom@brbservicos.com.br>

2 de abril de 2020 21:10

Para: Dispensa de Licitação <dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com>, "gepp.diaq@gmail.com"

<gepp.diaq@gmail.com>, SES/Gerência de Pesquisa de Preços - SES/SUAG/DIAQ/GEPP

<gepp.diaq@saude.df.gov.br>

Cc: #Diretor Presidente - BRB Serviços <presi@brbservicos.com.br>, #Diretoria de Operações - BRB Serviços

<diope@brbservicos.com.br>, #Consultoria Jurídica - BRB Serviços <cojur@brbservicos.com.br>, "#Diretor de

Controladoria, Administração e Finanças - BRB Serviços" <dicaf@brbservicos.com.br>, #Gerente GERBI - BRB

Serviços <ggerbi@brbservicos.com.br>, #Gerente GECOM - BRB Serviços <ggecom@brbservicos.com.br>

Prezados, boa tarde.

Após análise criteriosa do processo em epígrafe, verificamos os seguintes pontos conflitantes entre a redação do Projeto Básico, íntegra do processo e Termo Contratual:

1) Subcontratação: O item 3 do Projeto Básico possibilita a subcontratação, mediante aprovação da Contratante, conforme previsto na proposta enviada pela empresa BRB Serviços. Contudo, o item 11.1 do Termo Contratual, item XXVII, que trata das obrigações da Contratada, menciona vedação à subcontratação. Nesse sentido, solicitamos que o item seja revisto ou retirado do Contrato, para que não haja discrepância entre o previsto no Projeto Básico e o Termo Contratual e seja autorizada a subcontratação.

2) Erro Material: Identificamos que no Apêndice III, Modelo de IMR nº 2 "Entrega de Medicamentos", consta a meta de no máximo 5.000 entregas/mês, quando o Projeto Básico menciona quantidade de entregas "maior que 15.000 entregas mensais".

3) Erro material: em análise dos autos, foi constatado que em alguns documentos, especificamente nos documentos nºs 37608726, 37825387, 37842890, 37266072, 37288855, 37292833, 37383752, 37434579, 37508690, trazem objeto em divergência ao da presente contratação, conforme destacado no trecho abaixo:

"Serviços de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente, bem como empresa especializada na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas, a qual ficará como responsável pelo desenvolvimento e execução dos meios de comunicação, digo, softwares que possibilitarão o desempenho dos serviços de entrega individual em

domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados na rede pública de saúde do Distrito Federal.

Solicitamos que as divergências apontadas sejam retificadas, por entender que tratam-se de erros materiais, mas que fogem do objeto convencionado e discriminado no Projeto Básico e no Termo Contratual.

O Contrato será encaminhado para assinatura da Diretoria da BRB Serviços na forma proposta, com a certeza da prevalência do pactuado entre às Partes e do entendimento comum.

Atenciosamente,

Eduardo Mendanha Resende

Gerente Comercial, Compras e Licitações

GECOM/DIOPE

☎(61) 3029 8324 / ☎(61) 9.8139-6122

✉ ggecom@brbservicos.com.br

✉ eduardo.mendanha@brbservicos.com.br





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria de Aquisições Especiais
Gerência de Aquisições Especiais

Despacho - SES/SUAG/DAESP/GEAQ

Brasília-DF, 07 de abril de 2020.

À
GINFCC/DFACC
GCEAF/DIASF,

Encaminha-se os autos para conhecimento acerca dos apontamentos elencados pelo BRB SERVIÇOS (38325608). Considerando que a Dispensa de Licitação nº 03/2020, que resultou no Contrato nº 063/2020, já foi devidamente ratificada solicitamos que os trâmites não sejam mais realizados por meio desta GEAQ/DAESP.

Atenciosamente,

ERIKA MESQUITA TEIXEIRA
Gerente de Aquisições Especiais

EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO
Diretor de Aquisições Especiais



Documento assinado eletronicamente por **ERIKA MESQUITA TEIXEIRA - Matr.1693597-7, Gerente de Aquisições Especiais**, em 07/04/2020, às 17:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **EMMANUEL DE OLIVEIRA CARNEIRO - Matr.1437033-6, Diretor(a) de Aquisições Especiais**, em 07/04/2020, às 18:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38325650** código CRC= **A108FEDC**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Coordenação de Atenção Especializada à Saúde
Diretoria de Assistência Farmacêutica

Despacho - SES/SAIS/CATES/DIASF

Brasília-DF, 08 de abril de 2020.

À GCEAF/DIASF,

Reportamo-nos ao Contrato 063/2020 celebrado com a empresa BRB SERVIÇOS S/A, que tem por objeto a Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF.

Encaminhamos os autos para indicação dos executores do contrato - TITULAR e SUBSTITUTO, nos termos solicitado no Despacho SES/SUAG/DFACC/GINFCC (38171118).

Atenciosamente,

SAMARA FURTADO CARNEIRO
Diretoria de Assistência Farmacêutica
Diretora



Documento assinado eletronicamente por **SAMARA FURTADO CARNEIRO - Matr.0196789-4, Diretor(a) de Assistência Farmacêutica**, em 08/04/2020, às 22:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38387337** código CRC= **DB8B7B42**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Assistência Farmacêutica

Gerência do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica

**DECLARAÇÃO DE NÃO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE INCOMPATÍVEL COM A
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

(§ 11 do art. 41 do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010)

Eu, **DIOGO DE AMORIM BARROS** CPF nº **017.291.001-39**, Matrícula nº **1672076-8**, Telefone **(61) 99184-0173**, E-mail: **diogo_worshiper@hotmail.com**, Lotado(a) no(a) **Gerência do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica**, para fins de designação como executor titular do Contrato nº **063/2020** - SES/DF, firmado com a empresa **BRB SERVIÇOS S/A**.

DECLARO, sob as penas da Lei e conforme § 11 do art. 41 do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, **NÃO EXERCER ATIVIDADE INCOMPATÍVEL COM A FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS OU POSSUIR RELAÇÃO DE PARENTESCO, ATÉ O TERCEIRO GRAU**, com sócio gerente ou administrador do contratado.

DECLARO AINDA:

(☒) Que não divulgarei ou farei uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiros, obtida em razão das atividades exercidas como executor do referido contrato;

(☒) Que não exerço atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com a pessoa física ou jurídica contratada;

(☒) Que não exerço, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja

incompatível com as atribuições de executor do referido contrato;

(**X**) Que não atuo, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados da contratada;

(**X**) Que não praticarei ato em benefício de interesse de pessoa jurídica contratada;

(**X**) Que não receberei presente da contratada fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento específico;

(**X**) Que não prestarei serviços, ainda que eventuais, a empresa contratada, enquanto estiver designado como executor do citado contrato; e

(**X**) Que não trabalho ou nem trabalhei nos últimos 5 (cinco) anos como sócio, administrador ou não, ou responsável pelas entidades/empresas contratadas.

Brasília/DF, 13 de abril de 2020.

DIOGO DE AMORIM BARROS

Gerente do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO DE AMORIM BARROS - Matr.1672076-8, Gerente do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica**, em 13/04/2020, às 08:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=38501468 código CRC= **B50F253B**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38501468

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Gerência do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica
Núcleo de Farmácia do Componente Especializado em Ceilândia

(§ 11 do art. 41 do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010)

DECLARO, sob as penas da Lei e conforme § 11 do art. 41 do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, NÃO EXERCER ATIVIDADE INCOMPATÍVEL COM A FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS OU POSSUIR RELAÇÃO DE PARENTESCO, ATÉ O TERCEIRO GRAU, com sócio gerente ou administrador do contratado.

DECLARO AINDA:

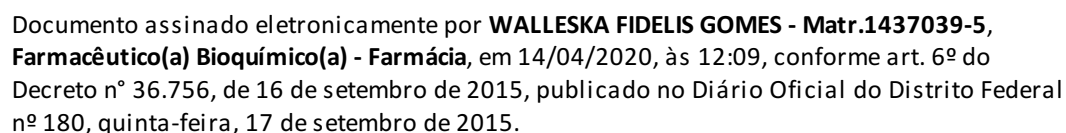
(X) Que não divulgarei ou farei uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiros, obtida em razão das atividades exercidas como executor do referido contrato;

(X) Que não exerço atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com a pessoa física ou jurídica contratada;

(X) Que não exerço, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja

(X) Que não trabalho ou nem trabalhei nos últimos 5 (cinco) anos como sócio, administrador ou não, ou responsável pelas entidades/empresas contratadas.

Chefe do Núcleo Farmacêutico do Componente Especializado em Ceilândia





A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38550674** código CRC= **150A5180**.

e-DOC 4F8982E9
Proc 00600-00000439/2020-16-e

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38550674

**SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA - EM
LIQUIDAÇÃO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
CNPJ Nº. 00.037.226/0001-67

Nos termos do artigo 15 do Estatuto Social da SAB S.A (Em Liquidação), ficam os Senhores Acionistas, convocados para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA a ser realizada, às 15h00min do dia 24 de abril do corrente exercício, na Sede da Empresa, sita no Setor de Indústria e Abastecimento Sul (SIA/SUL), Trecho 06 Lote 270 nesta Capital, para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2019, Processo SEI nº 00075-00000019/2020-16, acompanhado do Processo: 00075-00000414/2019-65, referente ao Inventário de Bens Patrimoniais; 2- eleição/recondução dos membros efetivos, bem como o presidente do Conselho Fiscal; e, 3- Ratificar eleição do membro do Conselho Fiscal - Ofício Nº 115/2020 - GAG/GAB, indicando a Senhora EDILEIDE OLIVEIRA SANTOS, em substituição a Senhora MARILUCE CAVALCANTE GOMES, para completar o mandato da Conselheira substituída.

Brasília/DF, 06 de abril de 2020
CÁTIA MIHO TAKAHASHI DE AQUINO CARVALHO
Presidente do Conselho

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**EXTRATOS CONTRATUAIS**

Espécie: Contrato de Comodato nº 059/2020-SES/DF. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a AMORA - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E OU PROPRIETÁRIOS DO NÚCLEO RURAL RAJADINHA II, inscrita no CNPJ nº 05.035.390/0001-59. Objeto: O bem do referido comodato é um lote de 200 m², onde já existe um (galpão) com 122 m², situado na DF 130, Km 11, Rua 06, Lote 18A, Núcleo Rural Rajadinha II, Planaltina-DF. O Imóvel será utilizado como Unidade Básica de Saúde para Equipe da Estratégia Saúde da Família, abrigando uma equipe responsável pelo atendimento do território adstrito, além de espaço para organização de ações da Atenção Primária à Saúde. Vigência: O presente Termo entra em vigor na data de sua publicação e tem validade inicial de 05 (cinco anos), podendo ser renovado por iguais períodos, desde que haja interesse das partes, manifestado por meio de Termo Aditivo; Em a Comodatária não conseguindo as autorizações necessárias para funcionar o objeto acima descrito, no prazo de 06 (seis) meses, o imóvel volta para a Comodante. O prazo poderá ser prorrogado por igual período caso necessário. Despesa de Publicação: SES. Processo nº: 00060-00345504/2018-70. Data de Assinatura: 07/04/2020. Pela SES/DF: FRANCISCO ARAUJO FILHO. Pela comodante: ILCANÃ FIGUEIRA ALVES FERREIRA. Testemunhas: LUCIANE DE SOUZA BRITO e ANA PAULA SOUSA P. e SILVA.

Espécie: Contrato nº 063/2020-SES/DF. SIGGO: 40838. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa BRB SERVIÇOS S/A, inscrita no CNPJ nº 12.857.569/0001-80. Objeto: Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente. Vigência: ATÉ 180 (cento e oitenta) dias corridos, por se tratar de CONTRATAÇÃO por Dispensa de Licitação, enquadrando-se no artigo 4º, inciso IV, da Lei nº 13.979/2020. Do Valor: O valor total do Contrato é de R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos) em procedência do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual. Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 23901. Programa de Trabalho: 10126820225570100. Natureza da Despesa: 339039. Fonte de Recurso: 100000000. Nota de Empenho: 2020NE02875. Valor inicial: R\$ 1.521.507,50 (um milhão e quinhentos e vinte e um mil e quinhentos e sete reais e cinquenta centavos). Emitido em 02/04/2020. Sob o evento: 400091. Na modalidade: Global. Despesa de Publicação: SES. Processo nº: 00060-00109204/2020-43. Data de Assinatura: 02/04/2020. Pela SES/DF: FRANCISCO ARAUJO FILHO. Pela contratada: JULIANA GONÇALVES NAVARRO e MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS JACINTO. Testemunhas: HAROLDO CUSTODIO DE FARIAS e PAULO HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA.

Espécie: Contrato nº 065/2020-SES/DF. SIGGO: 40863. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.820.448/0018-84. Objeto: prestação de serviços de fornecimento de CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO DOMICILIAR DE BAIXO e ALTO FLUXO e CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO PORTÁTIL, fornecimento de GÁS MEDICINAL e DESCARTÁVEIS PARA OXIGENOTERAPIA, com COMODATO DE CILINDROS DE OXIGÊNIO e LOCAÇÃO DOS CONCENTRADORES para atender às demandas da

Secretaria de Saúde - DF. Vigência: ATÉ 180 (cento e oitenta) dias corridos, por se tratar de CONTRATAÇÃO por Dispensa de Licitação, enquadrando-se no artigo 4º, inciso IV, da Lei nº 13.979/2020 ou até a conclusão do Processo Regular 00060-00007427/2019-33, o que ocorrer primeiro. Do Valor: O valor total do Contrato é de R\$ 3.663.470,85 (Três milhões, seiscentos e sessenta e treze mil, quatrocentos e setenta reais e cinco centavos), em procedência ao Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual. Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 23901. Programa de Trabalho: 10302620260520003. Natureza da Despesa: 339039. Fonte de Recurso: 100000000. Nota de Empenho: 2020NE03023. Valor inicial: R\$ 915.867,71 (novecentos e quinze mil e oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e um centavos). Emitido em 07/04/2020. Sob o evento: 400091. Na modalidade: Global. Despesa de Publicação: SES. Processo nº: 00060-00385454/2019-44. Data de Assinatura: 08/04/2020. Pela SES/DF: FRANCISCO ARAUJO FILHO. Pela contratada: ALEXANDRE ALCANTARA. Testemunhas: HAROLDO CUSTODIO DE FARIAS e PAULO HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA.

Espécie: Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 038/2016-SES/DF. SIGGO: 33198. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa ASTEM COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA. EPP. CNPJ nº 03.864.631/0001-47. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 30/03/2020 a 29/03/2021, com fundamento no Art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93; Conceder Reajuste de 4,19% (quatro inteiros e dezenove centésimos por cento) sobre o valor do contrato; Com o reajuste, o valor global do contrato passa de R\$1.841.992,63 (um milhão, oitocentos e quarenta e um mil novecentos e noventa e dois reais e sessenta e três centavos) para R\$ 1.919.172,12 (um milhão, novecentos e dezenove mil cento e setenta e dois reais e doze centavos); O valor mensal do Contrato passa de R\$ 153.499,39 (cento e cinquenta e três mil quatrocentos e noventa e nove reais e trinta e nove centavos) para R\$ 159.931,01 (cento e cinquenta e nove mil novecentos e trinta e um reais e um centavo). Vigência: a contar da assinatura. Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 23901. Programas de Trabalho: 10302620229950001. Natureza das Despesas: 339039 e 339030. Fonte de Recursos: 138003467. Notas de Empenho: 2020NE02645 e 2020NE02646. Valores de empenho inicial: R\$ 736.348,59 (setecentos e trinta e seis mil e trezentos e quarenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) e R\$ 708.361,53 (setecentos e oito mil e trezentos e sessenta e um reais e cinquenta e três centavos). Emitidos em 27/03/2020. Sob o evento: 400091. Na modalidade: Global. Despesa de Publicação: SES. Processo nº: 0060-005091/2014. Data de Assinatura: 27/03/2020. Pela SES/DF: FRANCISCO ARAUJO FILHO. Pela contratada: LEWANDER FRANCISCO PEDROSA. Testemunhas: JOSEFA NOBREGA DANTAS e CAMILA CALVET GUIMARAES. Publicação do Ajuste Original:12/04/2016.

Espécie: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 061/2018-SES/DF. SIGGO: 36299. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa INSTITUTO DE RADIOTERAPIA DE TAGUATINGA LTDA ME. CNPJ nº 06.292.778/0001-06. Objeto: Acrescer um percentual de aproximadamente 10,8387% (dez inteiros, oito mil, trezentos e oitenta e sete décimos e milésimos por cento); Suprimir o percentual de aproximadamente 1,2251% (um inteiro, dois mil, duzentos e cinquenta e um décimos e milésimos por cento); Com o Acréscimo de R\$ 139.080,00 (cento e trinta e nove mil e oitenta reais) o que corresponde a um percentual aproximadamente de 10,8387 % (dez inteiros, oito mil, trezentos e oitenta e sete décimos e milésimos por cento), e a Supressão de R\$ 15.720,00 (quinze mil e setecentos e vinte reais) o que corresponde a um percentual aproximadamente de 1,2251% (um inteiro, dois mil, duzentos e cinquenta e um décimos e milésimos por cento), o valor global do contrato passará de R\$ 1.283.176,68 (um milhão, duzentos e oitenta e três mil, cento e setenta e seis reais e sessenta e oito centavos) para R\$ 1.406.536,68 (um milhão, quatrocentos e seis mil, quinhentos e trinta e seis reais e sessenta e oito centavos), ao valor inicial atualizado do contrato. E o valor mensal do Contrato passará de R\$ 106.931,39 (cento e seis mil novecentos e trinta e um reais e trinta e nove centavos) para R\$ 117.211,39 (cento e dezessete mil duzentos e onze reais e trinta e nove centavos). Vigência: a contar da assinatura. Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 23901. Programa de Trabalho: 10302620221452549. Natureza da Despesa: 339039. Fonte de Recurso: 138003467. Nota de Empenho: 2020NE02599. Valor de empenho inicial: R\$ 123.360,00 (cento e vinte e três mil e trezentos e sessenta reais). Emitido em 25/03/2020. Sob o evento: 400091. Na modalidade: Global. Despesa de Publicação: SES. Processo nº: 00060-00160484/2018-69. Data de Assinatura: 03/04/2020. Pela SES/DF: FRANCISCO ARAUJO FILHO. Pela contratada: WALKIRIA DUARTE SERRA. Testemunhas: ANA PAULA SOUSA P. e SILVA e CAMILA CALVET GUIMARAES. Publicação do Ajuste Original:15/06/2018.

Espécie: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 130/2018-SES/DF. SIGGO: 34542. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa PRIME HOME CARE ASSISTÊNCIA MÉDICA DOMICILIAR LTDA. CNPJ nº 16.739.984/0001-67. Objeto: acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao quantitativo atual do contrato passando o quantitativo do contrato de 80 vagas para 100 vagas simultâneas para usuários do SUS com necessidade de ventilação mecânica invasiva, assistência intensiva de enfermagem e classificados como de alta complexidade conforme a tabela da Associação Brasileira das Empresas de Medicina Domiciliar – ABEMID. O valor mensal do contrato passa de R\$1.869.917,88 (um milhão, oitocentos e sessenta e nove mil novecentos e dezessete reais e oitenta e oito centavos) para R\$2.337.397,36 (dois milhões, trezentos e trinta e sete mil trezentos e

Correspondência Eletrônica - 38655371

Data de Envio:

15/04/2020 03:59:00

De:

SES/Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios - SES/SUAG/DFACC/GINFCC
<ginfcc.dfacc@saude.df.gov.br>

Para:

ustrac.10@gmail.com

Assunto:

Tabela do CTnº 063/2020

Mensagem:

Boa noite,

Segue em anexo a tabela para publicação.

Atenciosamente ,

Fernando Urbano Neto
Assessor Técnico

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios (GINFCC/DFACC/SUAG/SES)

SAIN Parque Rural, S/N, Bloco "A", 1º andar, Sala 67, Asa Norte - Brasília/DF

Telefone: 61 99236 4192

Anexos:

TABELA CT 063-2020.pdf
Contrato_Administrativo_38082098.pdf



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Despacho - SES/SUAG/DFACC/GINFCC

Brasília-DF, 15 de abril de 2020.

À DACC/SUAG,

Encaminhamos, para o devido registro, o **Contrato nº 063/2020**, celebrado entre o DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE e a empresa **BRB SERVIÇOS S/A.**, que tem por objeto a Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente .

Atenciosamente,

FERNANDO URBANO NETO

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Assessor Técnico



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO URBANO NETO - Matr.1690943-7, Assessor(a)**, em 15/04/2020, às 04:41, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38655372** código CRC= **77223590**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Subsecretaria de Administração Geral
Diretoria de Acompanhamento de Contratos e Convênios

Despacho - SES/SUAG/DACC

Brasília-DF, 15 de abril de 2020.

À GACTC/DACC/SUAG,

Encaminhamos, para o devido registro, o **Contrato nº 063/2020 (38082098)**, celebrado entre o DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE e a empresa **BRB SERVIÇOS S/A.**, que tem por objeto a Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente.

MARIA NILZA XAVIER DE SOUSA

Diretoria de Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretora



Documento assinado eletronicamente por **MARIA NILZA XAVIER DE SOUSA - Matr.0189336-X, Diretor(a) de Acompanhamento de Contratos e Convênios**, em 15/04/2020, às 13:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38667281** código CRC= **90207988**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Acompanhamento de Contratos e Convênios

Gerência de Acompanhamento de Contratos de Terceirização e Concessionárias

Despacho - SES/SUAG/DACC/GACTC

Brasília-DF, 15 de abril de 2020.

À

GELIQ/DIRFI/FSDF/SES

Senhor (a) Diretor (a),

Tratam os autos da **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, objeto do Contrato nº 063/2020 - SES/DF, firmado com a empresa **BRB SERVIÇOS S/A** com valor total de R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos)¶.**

Considerando a formalização do **Contrato nº 063/2020 - SES/DF**, celebrado entre o Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, e a empresa **BRB SERVIÇOS S/A** encaminhamos o presente processo à Diretoria Financeira - FSDF/DIRFI, com vistas à Gerência de Liquidação - DIRFI/GELIQ, nos termos do § 3º, do art. 8º, da Portaria n. 170/2018-SES/DF, para conhecimento e providências quanto à emissão de **Nota de Lançamento** no valor abaixo relacionado:

Natureza de despesa: 339039 – R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos)¶ – contrato SIGGO – 40838.

PATRICIA SILVA DE OLIVEIRA

Gerência de Acompanhamento de Contratos de Terceirização e Concessionárias

Gerente



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA SILVA DE OLIVEIRA - Matr.1687483-8, Gerente de Acompanhamento de Contratos de Terceirização e Concessionárias**, em 15/04/2020, às 16:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[aca=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38706489** código CRC= **07D56709**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38706489



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Administração Geral

Ofício Nº 689/2020 - SES/SUAG

Brasília-DF, 16 de abril de 2020.

Senhora Subcontroladora,

Cumprimentando-a cordialmente, utilizo-me do presente em atendimento ao Decreto nº 40.584, de 1º de abril de 2020, na qual estabelece medidas de transparência e prioridade aos processos relativos à atual situação de emergência em saúde pública e pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em decorrência do novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

Deste modo, informo que o presente processo SEI 00060-00109204/2020-43 trata da contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SES-DF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, **Contrato nº 063/2020 - SES/DF (R\$8056140)**, firmado com a empresa **BRB SERVIÇOS S/A** CNPJ nº 12.857.569/0001-80, pelo valor total de **R\$ 10.815.750,36** (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos)¶.

Atenciosamente,

IOHAN ANDRADE STRUCK

Subsecretaria de Administração Geral/SES

Subsecretário

Senhora,

Rejane Vaz de Abreu

Subcontroladora de Transparência e Controle Social

Controladoria-Geral do DF

Brasília/DF



Documento assinado eletronicamente por **IOHAN ANDRADE STRUCK - Matr.1677744-1**, **Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 16/04/2020, às 19:02, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF
(61)3348-6123

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38747037



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Detalhamento de Nota de Lançamento

Data de Emissão 17/04/2020 **Data de Lançamento** 17/04/2020 **N. Documento** 2020NL05268
Unidade Gestora 170101 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Gestão 17901 - FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Credor 170101-17901 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Contrato 40838 **Fatura/NF** NL DE REGISTRO **Processo** 00060-0000109204/2020-43
Transferência **Espécie** **Decreto**
Prioridade de Pagamento Z0

Evento Inscrição	Classificação Contábil	Classificação Orçamentária	Fonte	Valor
570648 040838				10.815.750,36

Observação VALOR REFERENTE AO CONTRATO 0063/2020 - SES/DF FIRMADO COM A EMPRESA BRB SERVIÇOS S/A.
PROCESSO SEI: 00060-00109204/2020-43
Solicitação Link 38706489.

Usuário Lançado em: 17/04/2020 às 11:17 por 03578249114 - MONIKY LOPES LEITE

NL Contratos

Linha	Código de Pagamento	Nota Empenho	Valor
-------	---------------------	--------------	-------

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria Financeira
Gerência de Liquidação

Despacho - SES/FSDF/DIRFI/GELIQ

Brasília-DF, 17 de abril de 2020.

À SES/SUAG/DACC/GACTC,

Senhor(a) gerente,

Retornamos os autos após emissão de Nota de Lançamento de Registro (38812732).

Moniky Lopes Leite
Gerência de Liquidação
Gerente



Documento assinado eletronicamente por **MONIKY LOPES LEITE - Matr.1679929-1, Gerente de Liquidação**, em 17/04/2020, às 11:20, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38812797** código CRC= **B17A0633**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38812797



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Acompanhamento de Contratos e Convênios

Gerência de Acompanhamento de Contratos de Terceirização e Concessionárias

Despacho - SES/SUAG/DACC/GACTC

Brasília-DF, 17 de abril de 2020.

À GEO/DIOR/FSDF/SES

ASSUNTO: REFORÇO DE NOTA DE EMPENHO

Senhor(a) Chefe,

Tratam os autos da contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, objeto do contrato nº **063/2020-SES/DF**, celebrado entre o DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE e a empresa **BRB SERVIÇOS S/A** vigente de **02/04/2020 a 28/09/2020**, com um valor total de **R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos)**, na natureza de despesa 339039.

O valor mensal para atendimento ao Contrato é de **R\$ 1.802.625,06 (um milhão, oitocentos e dois mil seiscentos e vinte e cinco reais e seis centavos)**.

Consta nos autos a Autorização de Despesa e Empenho SES/SUAG/DFACC/GINFCC (38057988) no valor de **R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos)**.

No exercício de 2020 foi empenhado o valor de **R\$ 1.521.507,50 (um milhão, quinhentos e vinte e um mil quinhentos e sete reais e cinquenta centavos)**, correspondente à Nota de Empenho: 2020NE02875 (38081231), portanto, falta empenhar o valor de **R\$ 9.924.242,86 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil duzentos e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos)** para fazer face ao contrato até o término de sua vigência em 28/09/2020.

Diante do exposto, solicitamos reforço de nota de empenho no valor de **R\$ 9.924.242,86 (nove milhões, novecentos e vinte e quatro mil duzentos e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos)** para cobrir a despesa até o fim da vigência do contrato, referente a contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos objeto do contrato nº **063/2020-SES/DF**, celebrado entre o DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE e a empresa **BRB SERVIÇOS S/A** vigente de **02/04/2020 a 28/09/2020**.

Patricia Silva de Oliveira**Gerência de Acompanhamento de Contratos de Terceirização e Concessionárias****Gerente**

Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA SILVA DE OLIVEIRA - Matr.1687483-8, Gerente de Acompanhamento de Contratos de Terceirização e Concessionárias**, em 17/04/2020, às 15:30, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **38834109** código CRC= **7DAFC186**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38834109



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Gerência de Execução Orçamentária
Núcleo de Programação Orçamentária

Despacho - SES/FSDF/DIOR/GEO/NPO

Brasília-DF, 20 de abril de 2020.

À (o)

NEMP/GEO

Sr.(a). Chefe,

Informamos que há previsão orçamentária na LOA de 2020, na presente data, para atender a despesas desta natureza, conforme abaixo:

Programa de Trabalho: 10.126.8202.2557.0100

Elemento de Despesa: 339039 58

Valor: R\$ 281.117,56

Fonte: 100000000

Objeto: Despesa com a execução do Contrato de Gestão nº **063/2020-SES/DF** - SES/DF, firmado com **BRB SERVIÇOS S/A**

O valor informado acima atende ao solicitado no GACTC/DACC (38834109) e visa o atendimento de despesas com a execução do Contrato de Gestão nº **063/2020-SES/DF 02/04/2020 a 28/09/2020**, sendo correspondente a complementação do valor mensal no presente exercício. Nestes termos, remetemos os autos para reforço da Nota de Empenho: 2020NE02875 (38081231), autorizo de emissão de nota de empenho, documento:38057988.



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO CARLOS DA PAIXAO - Matr.1443229-3, Chefe do Núcleo de Programação Orçamentária**, em 20/04/2020, às 17:32, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=38931828 código CRC= **D6CEC621**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco A - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

Classificação Orçamentária						
Esfera	Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Id. Uso	Fonte de Recurso	ContraPartida	Natureza da Despesa
2	23901	10126820225570100	0	100000000	99999	339039

Subitens da Despesa							
Código	Valor	Código	Valor	Código	Valor	Código	Valor
58	281.117,56						

--

Item	Quant.	Especificação	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
001	000001	COVID-19 REFORÇO DA 2020NE02875 VLR. P/ COBRIR, CONF. DISPONIBILIDADE ORÇAMENT., CONT. EMERG. (POR 180 DIAS) DE CENTRAL TELEFÔNICA ATIVA/ RECEPTIVA P/ ATENDER OS USUÁRIOS CADAST. NOS NÚCLEOS DO COMPONENTE ESPECIALIZADO - NFCE (FARMÁCIAS DE ALTO CUSTO) DA GCEAF/ DIASF/SESDF, DE ACORDO C/ PROJETO BÁSICO (37293085). DL. N° 03/2020, C/ BASE NO ART. 24, IV, 8.666/ 93. AUT. E RAT. DL: 37266072/ 38044988 INFO. REC.: 38931828 AUT. DE EMP. SUAG/SES: 38057988	-	281.117,56	281.117,56

Emitido em: 22/04/2020 10:07:35

1

Emitido por: Guilherme Kazuhiro Inoue - Matrícula: 1682901-8



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Gerência de Execução Orçamentária
Núcleo de Empenho

Despacho - SES/FSDF/DIOR/GEO/NEMP

Brasília-DF, 22 de abril de 2020.

À
GACTC/DACC,

Tratam os autos da contratação emergencial (por 180 dias improrrogáveis) da empresa **BRB SERVIÇOS S/A** para a prestação de serviço de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente, conforme especificado no Projeto Básico (37293085), por meio da DL nº 03/2020, mediante Autorização e Ratificação (37266072/38044988).

Encaminhamos os autos após a emissão da (s) Nota (s) de Empenho nº (s) **2020NE03383** (38966540), visando atender as despesas inerentes à contratação acima descrita, no presente exercício, sendo parcial, tendo em vista a disponibilidade orçamentária (38931828).



Documento assinado eletronicamente por **HELLEN MARTINS RAMOS DA SILVA - Matr.1443227-7, Chefe do Núcleo de Empenho**, em 22/04/2020, às 18:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MONICA GOMES PEREIRA - Matr.1443295-1, Gerente de Execução Orçamentária**, em 24/04/2020, às 11:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO BANGOIM MARREIROS LIMA - Matr.1657796-5, Diretor(a) de Análise e Execução Orçamentária**, em 24/04/2020, às 14:20, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38966581** código CRC= **A6E00271**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco A - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF





A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38979542** código CRC= **6C113696**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Anexo do Palácio do Buriti 13º andar - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38979542



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Administração Geral

Despacho - SES/SUAG

Brasília-DF, 24 de abril de 2020.

À DAESP/SUAG

Tratam os autos da **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE** (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, **contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos**, objeto do **Contrato nº 063/2020 - SES/DF**, firmado com a empresa **BRB SERVIÇOS S/A**.

Por meio do Ofício 30 (38979542) a Subcontroladoria de Transparência e Controle Social - CGDF, informar que a contratação comunicada por meio do Ofício 689 (38747037) foi devidamente disponibilizada no [Portal COVID-19](#).

Nesse sentido, encaminho os autos para conhecimento ressaltando a necessidade de disponibilização de todos os instrumentos de contratação/aquisição na aba de contratos, do menu de acesso à informação desse órgão, em atendimento à Lei nº 4.990/2012, e reitero a solicitação de encaminhamento de todas as demais contratações e aquisições que porventura forem realizadas com fulcro da Lei nº 13.979/2020.

IOHAN ANDRADE STRUCK

Subsecretaria de Administração Geral/SES

Subsecretário

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

(61)3348-6123

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 39129499

DADOS DO SEGURADO

NOME: DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE SAUDE
ENDEREÇO: PC PRACA DO BURITI S/N 13 - D - ZONA CIVICO ADMINISTRATIVA

CPF OU CNPJ: 00.394.700/0001-08

CEP: 70.075-900

CIDADE: BRASÍLIA

UF: DF

DADOS DO TOMADOR

NOME: BRB SERVIÇOS S/A
ENDEREÇO: Q SCN QUADRA 4, BLOCO C - ASA NORTE
CEP: 70.714-902

CPF OU CNPJ: 12.875.569/0001-80

CIDADE: BRASÍLIA

UF: DF

DADOS DO CORRETOR

NOME: BRB ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S/A

CPF OU CNPJ: 42.597.575/0001-83

SUSEP:100066141

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA / MODALIDADE

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA (LMG): R\$ 540.787,52 - Quinhentos e Quarenta Mil e Setecentos e Oitenta e Sete Reais e Cinquenta e Dois Centavos

MODALIDADE: Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços

O Limite Máximo de Garantia é o valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

OBJETO DA GARANTIA

Este seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos causados pelo Tomador ao Segurado, em razão de inadimplemento das obrigações previstas no Contrato nº 063/2020, Processo nº 00060-00109204/2020-43, cujo objeto é a Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente.

COBERTURAS CONTRATADAS

COBERTURA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO LÍQUIDO	INÍCIO DE VIGÊNCIA	FIM DE VIGÊNCIA
Construção, Fornecimento ou Prestação de serviços	R\$ 540.787,52	R\$ 2.133,52	23/04/2020	20/10/2020

Não se aplica franquia a nenhuma das coberturas contratadas por esta Apólice.

DADOS DO PRÊMIO DE SEGURO

CUSTO DO SEGURO

Prêmio Líquido	R\$	2.133,52
Adicional de Fracionamento	R\$	0,00
Custo de Apólice	R\$	0,00
IOF	R\$	0,00
Prêmio Total	R\$	2.133,52

FORMA DE PAGAMENTO - BOLETO

Parcela	Valor	Vencimento
1	R\$ 2.133,52	14/05/2020

Susep - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normalização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros. Plano de Seguro aprovado em conformidade com a Circular Susep 477/13 e Processo Susep 15414.900138/2014-20. O Registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. O Processo deste plano e a situação cadastral do(s) Corretor(es) deste Seguro poderão ser consultados no site www.susep.gov.br, por meio dos números de registros informados nesta apólice, ou pelo telefone SUSEP de atendimento ao público 0800 021 8484 (ligação gratuita).

Belo Horizonte, 24/04/2020 16:24:00

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que instituiu a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, em vigor consoante E.C. nº 32 de 11/09/2001 - Art.2º. Art.1º. - Fica instituída a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica deve ser verificada no endereço <https://www.pottencial.com.br/autenticidade>. No site, informe o Nº da Apólice: 0306920209907750371057000 e o Controle Interno: 00ABA905A9711018. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da SUSEP: www.susep.gov.br sob o nº de documento 030692020009900750371057000000.


João de Lima Géo Neto
Diretor
Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital


Ricardo Nassif Gregório
Diretor
Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital



As coberturas desta apólice foram contratadas em conformidade com as Condições Gerais do Seguro Garantia, de acordo com a Circular SUSEP nº 477/2013. As Condições Gerais deste produto encontram-se disponíveis no endereço: www.pottencial.com.br, ou através do QR Code.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

CIRCULAR SUSEP 477/13 - PLANO PADRONIZADO

CONDIÇÕES ESPECIAIS - SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CAPÍTULO II: CONDIÇÕES ESPECIAIS. RAMO 0775: SEGURADO SETOR PÚBLICO.

1. OBJETO:

1.1. Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, fornecimento ou prestação de serviços.

1.2. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.303/2016 ou na Lei nº 8.666/1993.

1.3. Poderá ainda ser contratada, com verba específica independente, a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias, conforme descrito no Capítulo III deste Anexo.

2. DEFINIÇÕES:

Define-se, para efeito desta modalidade, além das definições constantes na Lei nº 13.303/2016 ou na Lei nº 8.666/1993 e do art. 2º da Lei nº 8.987/95:

I - Prejuízo: perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do contrato principal, causada pelo inadimplemento do tomador, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes.

3. VIGÊNCIA:

3.1. A vigência da apólice será fixada de acordo com as seguintes regras:

I - coincidindo com o prazo de vigência do contrato administrativo pertinente à execução de obras, serviços e/ou compras;

II - por períodos renováveis, no caso de concessões e permissões do serviço público.

3.2. As renovações, a que se refere o inciso II do item 3.1., não se presumem, serão precedidas de notificação escrita da seguradora ao segurado e ao tomador, com antecedência de até noventa dias da data do término de vigência da apólice em vigor, declarando seu explícito interesse na manutenção da garantia.

4. EXPECTATIVA, RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

4.1. Expectativa: tão logo realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador, este deverá ser imediatamente notificado pelo segurado, indicando claramente os itens não cumpridos e concedendo-lhe prazo para regularização da inadimplência apontada, remetendo cópia da notificação para a seguradora, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.

4.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo segurado à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;

b)Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;

c)Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;

d)Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;

e)Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos;

4.2.2. A não formalização da Reclamação do Sinistro tornará sem efeito a Expectativa do Sinistro;

4.3. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.2.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

5. RATIFICAÇÃO:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios

Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Ofício Nº 110/2020 - SES/SUAG/DFACC/GINFCC

Brasília-DF, 28 de abril de 2020.

À SEEC/GETES

Senhor Gerente,

Pelo presente encaminhamos a APÓLICE DE SEGURO GARANTIA da EMPRESA POTTENCIAL SEGURADORA, com vencimento em 20/10/2020, da empresa **BRB SERVIÇOS S/ACNPJ 12.857.569/0001-80, Contrato SIGGO nº 40838**, cujo objeto é a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos.**

APÓLICE DE SEGURO GARANTIA Nº 0306920209907750371057000CT 063/2020 (39261774).

Para assinatura do presente instrumento, a CONTRATADA prestará garantia contratual no valor de **R\$ 540.787,52 (quinhentos e quarenta mil setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos)**, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, conforme § 1º do Art. 56, da Lei 8.666/93.

Atenciosamente,

FERNANDO URBANO NETO

Gerente de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios

Assessor Técnico



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO URBANO NETO - Matr.1690943-7, Assessor(a)**, em 28/04/2020, às 10:22, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=39265475 código CRC= **7CD9D40E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 39265475



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Fazenda
e Planejamento



**DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO
(CAUÇÃO)**

DAR Nº
17484 / 2020

DATA PAGAMENTO
28/04/2020

NOME OU RAZÃO SOCIAL BRB SERVIÇOS S/A	CPF / CNPJ 12.857.569/0001-80	TELEFONE 000000000
ENDEREÇO SCN QUADRA 04 BL C ASA NORTE	CIDADE BRASILIA	UF CEP DF 79714902
ESPECIFICAÇÃO CAUÇÃO	COD.RECEITA 9041	Nº DOCUMENTO OF SEI N 110/2020-SES
INFORMAÇÕES PREVISTAS EM INSTRUÇÃO RECEBEMOS APÓLICE DE SEGURO DE N 0306920209907750371057000, NA GARANTIA DO CONTRATO DE N 063/2020 - SES - CONTRATO SIGGO 40838 VENCIMENTO PARA 20/10/2020.	VALOR 540.787,52	

Autenticação

Impressão em: 28/04/2020



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA**

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO
DISTRITO FEDERAL**

Representação nº 12/2020 – CF

URGENTE

O Ministério Público que atua junto a esse Tribunal, no desempenho de sua missão institucional de defender a ordem jurídica, o regime democrático, a guarda da Lei e fiscalizar sua execução, no âmbito das contas do Distrito Federal, fundamentado no texto do artigo 85 da Lei Orgânica do Distrito Federal - LODF; dos artigos 1º, inciso XIV e § 3º, e 76 da Lei Complementar 1/1994 - LOTCDF; e do artigo 99, inciso I, da Resolução 38/1990 - RITCDF, vem oferecer a seguinte:

REPRESENTAÇÃO, com pedido de cautelar

O DODF 45-A, de 02/04-Edição Extra, dá conta de contratação direta, no valor de mais de R\$ 10 milhões, a um só tempo, para serviço de central telefônica e outros, de separação e entrega de medicamentos, assim:

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2020

*A Subsecretaria de Administração Geral – SUAG/SES-DF autorizou a realização de despesa mediante Dispensa de Licitação nº 03/2020, processo SEI 00060- 00109204/2020-43 referente à contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de **central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (Farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SES-DF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde – SES-DF, em favor da empresa BRB SERVIÇOS, no valor global de R\$ 10.815.750,36 (Dez milhões oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos), conforme especificado no Projeto Básico dos autos, com fundamento legal no Artigo 4º, da Lei nº 13.979/2020. Prévia autorização de acordo com o Decreto nº 34.466 de 18 de junho de 2013. Ato que ratifiquei em 02 de abril de 2020, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e determinei sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia.***



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA**

Trata-se, pelo que se pôde apreender do extrato em referência, de terceirização das atividades da SES, que estão sob a responsabilidade da Diretoria de Assistência Farmacêutica (DIASF), unidade orgânica de direção vinculada à Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde – SAIS.

Matéria jornalística recente¹ noticia como referido serviço é prestado pelas 3 Farmácias de Alto Custo (Asa Sul, Ceilândia e Gama), que, no DF, fornecem 245 tipos de medicamentos.

O primeiro atendimento, para usuários do DF, deve ser feito por agendamento, pelo **Disque Saúde 160, opção 3**. Já para quem mora fora do Distrito Federal, a marcação deve ser feita **pelo telefone: 0800 644 0160**.

Para retirar o remédio nas unidades, é preciso apresentar documento de identificação com foto e a receita original. Para medicamentos termossensíveis, é preciso levar um recipiente térmico com gelo.

A renovação do cadastro deve ser feita a cada três meses. O paciente poderá designar representantes para realizar a renovação e retirar o medicamento. É necessário apresentar declaração autorizadora anexada às cópias dos documentos pessoais da pessoa designada.

Ademais, em face da pandemia, usuários que fazem parte dos grupos de risco para a Covid-19 – idosos, crianças, gestantes, imunodeprimidos, transplantados e portadores de doenças respiratórias – poderão cadastrar até 05 pessoas por paciente, para fazer a retirada dos medicamentos em seu lugar².

Como é sabido, **tais serviços compreendem atividade especializada consoante a Portaria 187/15-SES e que devem envolver a Ética e Anamnese farmacêutica, por exemplo.**

Por outro lado, **ao se pesquisar sobre a BRB Serviços, vê-se que se trata da antiga BSB Administradora de Ativos S/A, uma Empresa do BRB – Banco de Brasília S/A especializada na prestação de serviços de Cobrança Extrajudicial, Contact Center e Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas** (<https://www.brbservicos.com.br/>).

Afigura-se, assim, à primeira vista, que as atividades desempenhadas pela BRB Serviços não se compreendem no objeto contratado.

Nesse contexto, por mais relevante que sejam os propósitos e a iniciativa, é importante esclarecer por qual motivo a SES não consegue atender a

¹ <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/03/02/farmacias-de-alto-custo-ampliam-horario-de-funcionamento-no-df-veja-como-fica.ghtml>

² <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/03/20/coronavirus-cirurgias-eletivas-e-atendimentos-ambulatorios-continuam-na-rede-publica-e-privada-do-df.ghtml>



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA**

demanda nas suas Farmácias de Alto Custo, mediante agendamento, visto que, como se sabe, os serviços essenciais foram mantidos, nesse período de calamidade, etc.

Ressalte-se, também, que várias têm sido as iniciativas governamentais, buscando parcerias para fornecimentos de serviços, gratuitamente³ ou com menor custo⁴.

De fato, todas as contratações efetivadas no período de emergência devem estar atreladas, ainda, à legalidade e à economicidade.

Isso porque, como se sabe, a CLDF ao aprovar a situação de calamidade, no DF, reconheceu que a receita de impostos sofrerá forte decréscimo, de maneira que a utilização dos recursos públicos deve ser direcionada para a máxima eficiência.

Posto isso, o MPC/DF oferta a presente Representação, solicitando a concessão de medida cautelar para suspensão de qualquer pagamento alusivo à referida contratação, até que a Corte examine o mérito da dispensa⁵.

Ao ensejo, requer que seja solicitada cópia dos autos à SES/DF com audiência do seu Titular, **em 05 (cinco) dias úteis**, para que apresente esclarecimentos a respeito da referida contratação, inclusive justificativa de preço.

Brasília, 06 de abril de 2020.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora

³ Como recentemente anunciado pelo RJ após recuar em um contrato de semelhantes R\$ 10 milhões de reais. Assim, optou-se por firmar uma parceria, através do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro (PRODERJ), junto às operadoras de telefonia móvel, **para a prestação de serviços de central telefônica para atendimento sobre a Covid-19, no RJ, e remessa de SMS, de forma gratuita** (<https://www.oantagonista.com/brasil/apos-denuncia-de-o-antagonista-witzel-cancela-gasto-de-10-milhoes-com-aplicativo-sobre-coronavirus/?desk>).

⁴ Cite-se a Caixa Econômica Federal, que estaria investindo R\$ 250 mil no desenvolvimento do **aplicativo** que será usado para pagamento do *coronavoucher*, como anunciou a imprensa (<https://www.oantagonista.com/brasil/caixa-gastara-com-aplicativo-15-do-valor-previsto-em-projeto-do-governo-witzel/?desk>).

⁵ Vide jurisprudência do STF: Mandado de Segurança nº 24.510; Suspensão de Segurança nº 3.789/MA, 4878, 5182, etc.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Coordenação de Atenção Especializada à Saúde
Diretoria de Assistência Farmacêutica

Despacho - SES/SAIS/CATES/DIASF

Brasília-DF, 27 de maio de 2020.

Ao GAB/SES-DF

Sr. Secretário de Estado de Saúde,

Vimos através deste, Prestar informações para dirimir possíveis questionamentos que ainda persistem, em relação ao documento de número 38987234 do MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL.

Quanto aos questionamentos abaixo listados:

0.1. Trata-se, pelo que se pôde apreender do extrato em referência, de terceirização das atividades da SES, que estão sob a responsabilidade da Diretoria de Assistência Farmacêutica (DIASF), unidade orgânica de direção vinculada à Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde – SAIS. (...) Como é sabido, tais serviços compreendem atividade especializada consoante a Portaria 187/15-SES e que devem envolver a Ética e Anamnese farmacêutica, por exemplo.

Ressaltamos que não há terceirização das atividades Farmacêuticas das Farmácias do Componente Especializado (Farmácias de alto custo). Todas as unidades permanecem atendendo presencialmente aos usuários que por ventura não desejem receber seus medicamentos em casa, os Farmacêuticos continuam lotados em suas respectivas unidades realizando os atendimentos de primeira vez e prestando Cuidado Farmacêutico; realizando anamnese Farmacêutica e todas as demais atividades internas assistenciais permanecem inalteradas.

0.2. (...) Assim sendo, sugerimos manifestação da área técnica demandante (DIASF/CATES/SAIS/SES) quanto ao enquadramento da demanda como terceirização das atividades da SES e ao cumprimento da Portaria 187/2015, com a contratação do serviço em questão.

O Serviço de agendamento e entrega em domicílio, se faz necessário decorrente das medidas emergenciais de enfrentamento da COVID-19, onde o isolamento social é recomendado e cujos deslocamentos e as aglomerações favorecem o contágio da COVID-19,.

Considerando o número de atendimentos médio diário dessas unidades por volta de 460 pacientes, em cada uma das três unidades, o Serviço de agendamento e entrega foi uma alternativa coerente para salvaguardar as equipes e acima de tudo os usuários dos CEAFs, cujas comorbidades de base, são fatores de alto risco a esses pacientes contraírem a referida patologia, sejam nos deslocamentos ou no aguardo do atendimento nas extensas filas que existiam anteriormente ao Serviço de agendamento e Entrega em domicílio.

Esta Diretoria de Assistência Farmacêutica e a equipe dos CEAFs se encontra a a disposição para explicar os processos assistenciais de trabalho, bem como demais etapas administrativas inerentes ao funcionamento das Farmácias de alto custo.

Respeitosamente,

Samara Furtado Carneiro
Diretora de Assistência Farmacêutica
Diretora

Cargo



Documento assinado eletronicamente por **SAMARA FURTADO CARNEIRO - Matr.0196789-4, Diretor(a) de Assistência Farmacêutica**, em 27/05/2020, às 13:43, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=40809033 código CRC= **EA675D36**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

00600-00000619/2020-06

Doc. SEI/GDF 40809033



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde

Despacho - SES/SAIS

Brasília-DF, 27 de maio de 2020.

URGENTE

Ao

GAB/SES

Com vistas à SAA/SES

Senhor Secretário,

Trata-se do Ofício nº 2310/2020-GP (38987275), oriundo do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que encaminha o **Despacho Singular nº 207/2020-IM**, referente à Representação nº 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao TCDF, versando sobre a dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) desta Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Mediante o exposto no despacho GAB/SES-40806623 que acata sugestão da SUAG/SES-39335500 quanto ao envio da demanda para DIASF/CATES/SAIS/SES a fim de esclarecimentos dos itens destacados no referido documento.

Segue manifestação DIASF/CATES/SAIS/SES-40809033

Quanto aos questionamentos listados:

Trata-se, pelo que se pôde apreender do extrato em referência, de terceirização das atividades da SES, que estão sob a responsabilidade da Diretoria de Assistência Farmacêutica (DIASF), unidade orgânica de direção vinculada à Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde – SAIS. (...) Como é sabido, tais serviços compreendem atividade especializada consoante a Portaria 187/15-SES e que devem envolver a Ética e Anamnese farmacêutica, por exemplo.

Ressaltamos que não há terceirização das atividades Farmacêuticas das Farmácias do Componente Especializado (Farmácias de alto custo). Todas as unidades permanecem atendendo presencialmente aos usuários que por ventura não desejem receber seus medicamentos em casa, os Farmacêuticos continuam lotados em suas respectivas unidades realizando os atendimentos de primeira vez e prestando Cuidado Farmacêutico; realizando anamnese Farmacêutica e todas as demais

atividades internas assistenciais permanecem inalteradas.

(...) Assim sendo, sugerimos manifestação da área técnica demandante (DIASF/CATES/SAIS/SES) quanto ao enquadramento da demanda como terceirização das atividades da SES e ao cumprimento da Portaria 187/2015, com a contratação do serviço em questão.

O Serviço de agendamento e entrega em domicílio, se faz necessário decorrente das medidas emergenciais de enfrentamento da COVID-19, onde o isolamento social é recomendado e cujos deslocamentos e as aglomerações favorecem o contágio da COVID-19,.

Considerando o número de atendimentos médio diário dessas unidades por volta de 460 pacientes, em cada uma das três unidades, o Serviço de agendamento e entrega foi uma alternativa coerente para salvaguardar as equipes e acima de tudo os usuários dos CEAFs, cujas comorbidades de base, são fatores de alto risco a esses pacientes contraírem a referida patologia, sejam nos deslocamentos ou no aguardo do atendimento nas extensas filas que existiam anteriormente ao Serviço de agendamento e Entrega em domicílio.

Esta Diretoria de Assistência Farmacêutica e a equipe dos CEAFs se encontra a disposição para explicar os processos assistenciais de trabalho, bem como demais etapas administrativas inerentes ao funcionamento das Farmácias de alto custo.

Restituí-se para conhecimento e adoção das tratativas para continuidade do feito.

Nos colocamos à disposição para esclarecimentos ulteriores e deliberações de alçada que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

LUCIANO MORESCO AGRIZZI

Subsecretário de Atenção Integral à Saúde - SES/SAIS



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO MORESCO AGRIZZI - Matr.1688993-2, Subsecretário(a) de Atenção Integral à Saúde**, em 27/05/2020, às 15:03, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **40834996** código CRC= **2C7B0E31**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria Adjunta de Gestão em Saúde

Declaração - SES/SAG

AO GAB,

Reportamo-nos ao **Ofício nº 2310/2020-GP** (38987275), que encaminha o Despacho Singular nº 207/2020-IM, referente à Representação nº 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao TCDF, versando sobre a dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) desta Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Atenciosamente,

EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO

Secretaria Adjunta de Gestão em Saúde
Secretário-Adjunto

MINUTA

A Sua Excelência a Senhora
ANILCÉIA LUZIA MACHADO

Presidente

Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Brasília/DF

No tocante ao determinado, a Subsecretaria de Administração Geral exarou os seguintes esclarecimentos:

-Despacho - SES/SUAG (39335500)

Versa o presente processo a respeito do **Ofício nº 2310/2020-GP** (38987275), que encaminha o Despacho Singular nº 207/2020-IM, referente à Representação nº 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao TCDF, versando sobre a dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) desta Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

O mencionado Despacho exara:

Assim, amparado no art. 40 da Lei Complementar n.º 01/1994, no art. 113, § 2º, da Lei

n.º 8.666/1993 e no art. 277 do RI/TCDF, de forma divergente à instrução, **DECIDO**, cautelarmente, por:

(...)

III. com fundamento nos arts. 230, § 9º, e 248, inciso V, do RI/TCDF, fixar prazo de 5 (cinco) dias para que:

a) a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF manifeste-se sobre os fatos representados e disponibilize acesso integral ao Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43;

(...)

Destarte, visando atendimento ao Despacho - SES/CONT/ASDOC (39288951), no que compete à Subsecretaria de Administração Geral apresentamos a manifestação da Diretoria de Aquisições Especiais, por intermédio do Despacho - SES/SUAG/DAESP (39313737):

Preliminarmente, registramos que constam, nestes autos, arquivo em extensão .pdf (39297893) do Processo 00060-00109204/2020-43, no qual foi gerada a demanda e instruída a referida dispensa de licitação. Assim, entende-se que este pode ser remetido ao TCDF, mas atentamos também para a possibilidade de disponibilização de acesso externo à E. Corte de Contas, caso haja conta de e-mail disponível para tal, uma vez que a execução do contrato continua sendo instruída nestes autos, possibilitando, assim, acesso integral ao processo, o que resultará em pleno atendimento à decisão.

Passando à manifestação acerca dos fatos representados, destaca-se a introdução da Representação nº 12/2020 – CF (38987234):

Trata-se, pelo que se pôde apreender do extrato em referência, de terceirização das atividades da SES, que estão sob a responsabilidade da Diretoria de Assistência Farmacêutica (DIASF), unidade orgânica de direção vinculada à Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde – SAIS.

(...)

Como é sabido, tais serviços compreendem atividade especializada consoante a Portaria 187/15-SES e que devem envolver a Ética e Anamnese farmacêutica, por exemplo.

Ocorre que a Dispensa de Licitação nº 03/2020, ratificada para a "contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente", teve sua demanda instrumentalizada pelo Projeto Básico (37293085), cuja área demandante é a própria Diretoria de Assistência Farmacêutica (DIASF).

Assim sendo, sugerimos manifestação da área técnica demandante (DIASF/CATES/SAIS/SES) quanto ao enquadramento da demanda como terceirização das atividades da SES e ao cumprimento da Portaria 187/2015, com a contratação do serviço em questão.

Em continuidade, consta da supramencionada Representação:

Por outro lado, ao se pesquisar sobre a BRB Serviços, vê-se que se trata da antiga BSB Administradora de Ativos S/A, uma Empresa do BRB – Banco de Brasília S/A especializada na prestação de serviços de Cobrança Extrajudicial, Contact Center e Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas (<https://www.brbservicos.com.br/>).

Afigura-se, assim, à primeira vista, que as atividades desempenhadas pela BRB Serviços não se compreendem no objeto contratado.

Passando à manifestação relativa a este tópico, resgatamos o parecer emitido pela área técnica acerca das propostas recebidas, sendo elas: (1) da empresa BRB SERVIÇOS (37825188) e (2) da empresa ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA (37825296), da qual destacamos do Despacho SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF (37905728) o seguinte trecho:

Cumpre-se ressaltar que a **primeira (37825188) explicitou os objetivos sociais previstos no Estatuto da empresa, tais como, in verbis:**

"Art. 4º [...]"

IV - prestação de tele-serviços;

...

VI - sistema tecnológico e logístico de transporte, (grifo nosso)

Isso consoantes as exigências técnicas demandas pelo DOD 37291643;

Ademais, fez constar na proposta como dimensionou os serviços que serão ofertados mediante capacidade da central telefônica já instalada, inclusive com colaboradores contratado e experientes para atendimento aos usuários do GDF;

Operação logística de separação e entrega de medicamentos, através de empresa especializada e consolidada no mercado para tais fins e de acordo com todas as exigências da legislação sanitária vigente;

Considerando a segunda proposta, a empresa apenas precificou os serviços a serem executados, sem, no entanto, ressaltar como foi feito o dimensionamento, se tem, ou não, capacidade já instalada para as exigências do DOD e nem como seria feita a entrega em domicílio, se de acordo com as legislações sanitárias;

Dessa forma, por impossibilidade de análise técnica da segunda proposta e nem previsibilidade de adequação normativa no âmbito da Assistência Farmacêutica, **esta GCEAF, é favorável a primeira proposta, qual seja, 37825188, pela possibilidade de avaliação técnica e adequação às exigências normativas vigentes. (grifo nosso).**

Assim sendo, resta evidente que a avaliação do escopo de atividades desempenhadas pela empresa BRB Serviços foram devidamente analisadas, quando da qualificação técnica da empresa. Mais ainda, ao ratificar a Dispensa de Licitação nº 03/2020 (38044988), observou-se que consta documentação relativa à capacidade técnica, dentre as apresentadas para a habilitação (38040295).

Adicionalmente, observamos que a Dispensa de Licitação nº 03/2020, justificada por ser medida de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, foi conduzida sob os pilares dos princípios regentes da Administração Pública, em especial à legalidade, com plena observância à legislação especial vigente e ao Parecer Referencial SEI-GDF n.º 002/2020 - PGDF/PGCONS (38044862) e à economicidade, pois foi contratada a proposta mais vantajosa e de menor valor, dentre as apresentadas, como pode ser observado no ato de ratificação da referida dispensa de licitação (38044988).

FRANCISCO ARAÚJO FILHO

Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO - Matr.1694636-7, Secretário(a) Adjunto(a) de Gestão em Saúde**, em 26/05/2020, às 08:50,



conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

e-DOC 4F8982E9
Proc 00600-00000439/2020-16-e



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **40390922** código CRC= **A1C441FB**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00600-00000619/2020-06

Doc. SEI/GDF 40390922



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria Adjunta de Assistência à Saúde

Despacho - SES/SAA

Brasília-DF, 27 de maio de 2020.

AO GAB/SES,
Senhora Assessora,

Trata-se do Ofício nº 2310/2020-GP (38987275), oriundo do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que encaminha o **Despacho Singular nº 207/2020-IM**, referente à Representação nº 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao TCDF, versando sobre a dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) desta Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Ratificamos o Despacho - SES/SAIS 40834996, sem complementação.

Retornamos para prosseguimento.

Atenciosamente,

RICARDO TAVARES MENDES

Secretário Adjunto de Assistência à Saúde/SES-DF



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO TAVARES MENDES - Matr.0142531-5, Secretário(a) Adjunto(a) de Assistência à Saúde**, em 27/05/2020, às 15:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[aca=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **40836623** código CRC= **9EEE8343**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Elaboração de Instrumentos de Contratação

Projeto Básico - SES/SUAG/CEIC

PROCESSO: 00060-00107460/2020-04

MODALIDADE DA LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO - EMERGENCIAL

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).

2. DA JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. Lei nº 8.666/93, que regulamenta as licitações e os contratos no âmbito da Administração Pública.

2.1.2. Lei nº 9.611, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o transporte multimodal de cargas.

2.1.3. Lei nº 11.442, de 05 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980.

2.1.4. Decreto Distrital Nº 36.520, de 28/05/2015, que 9/09/2016, que Estabelece diretrizes e normas gerais de licitações, contratos e outros ajustes para a Administração direta e indireta do Distrito Federal no âmbito do Distrito Federal.

2.1.5. Resolução da Diretoria Colegiada nº 304, de 17 de setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos.

2.1.6. Resolução CFF nº 433 de 26 de abril de 2005 - Conselho Federal de Farmácias (CFF), que regulamenta a atuação do farmacêutico em empresa de transporte terrestre, aéreo, ferroviário ou fluvial, de produtos farmacêuticos, fitoquímicos e produtos para saúde.

2.1.7. Decreto nº 3.411, de 12 de abril de 2000, que regulamenta a Lei nº 9.611, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o Transporte Multimodal de Cargas, altera os Decretos nºs 91.030, de 5 de março de 1985, e 1.910, de 21 de maio de 1996, e dá outras providências.

2.1.8. Resolução ANTT nº 794, de 22 de novembro de 2004, que dispõe sobre a habilitação do Operador de Transporte Multimodal.

2.1.9. Resolução ANTT nº 420, de 12 de fevereiro de 2004, que aprova as instruções complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos e alterações.

2.1.10. Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017 que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

2.1.11. Portaria nº 386, de 27 de julho 2017, que Organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do Distrito Federal.

2.1.12. Portaria MS/GM nº 2.048 de 5 de novembro de 2002, que institui o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência.

2.1.13. Portaria de Consolidação MS/GM nº 3 de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde, especificamente Rede de Atenção às Urgências e Emergências.

2.1.14. Decreto nº 39.619, DE 07 de janeiro de 2019, que declara a situação de emergência no âmbito da Saúde Pública do Distrito Federal e dá outras providências.

2.1.15. Decreto nº 40.416/2020, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de epidemia por doenças transmitidas pelo Aedes no âmbito do Distrito Federal.

2.1.16. **Decreto Nº 40.475**, de 28 de Fevereiro de 2020 que declara situação de emergência no âmbito do Distrito Federal, em razão da pandemia do novo coronavírus, ações complementares são essenciais no momento epidêmico.

A relação acima é meramente exemplificativa, frisando-se que a ausência de previsão expressa de qualquer legislação neste Projeto, não exige a Contratada de cumprir a todas as normas e legislações vigentes aplicáveis ao objeto deste processo de contratação.

2.2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.2.1. Considerando o DECRETO Nº 40.475, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus;

2.2.2. Considerando a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia de 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

2.2.3. Considerando o DECRETO Nº 40.520, DE 14 DE MARÇO DE 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus;

2.2.4. Considerando a recomendação do Ministério da Saúde e demais autoridades sanitárias de se evitar aglomerações para reduzir a propagação do Covid-19, principalmente para os grupos de risco quais sejam: imunodeprimidos, portadores de doenças crônicas, idosos; gestantes.

2.2.5. Considerando que o perfil de usuários que são atendidos pelo Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal (CEAF-DF) compreende essencialmente pessoas pertencentes ao referido grupo de risco, ou seja, pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes;

2.2.6. Considerando a suspensão de atividades coletivas com mais de cem pessoas, determinada pelo decreto 40.520, de 14 DE março de 2020;

2.2.7. Considerando que o número médio de atendimentos por unidade do CEAF DF é de 500 usuários por dia, bem como a vulnerabilidade destes em aglomerações para acesso aos medicamentos;

2.2.8. Considerando o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), criado para contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todos os estabelecimentos de saúde do território nacional.

2.2.9. Urge a medida emergencial e preventiva da entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades quanto pelo tempo de espera pelo atendimento.

2.2.10. O presente visa atender aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo).

2.2.11. Tal implementação visa evitar a descontinuidade do acesso aos medicamentos dos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) durante o período de situação de emergência no âmbito do Distrito Federal. Tendo em vista que se trata de um serviço de essencial que não pode ser interrompido.

2.2.12. Um sistema eficiente de comunicação e telefonia é a condição básica para a operacionalização de um sistema de emergência, tanto como ferramenta de garantia de um tempo-resposta adequado às necessidades da população, como também para determinar a vida ou a morte de um cidadão que procura o medicamento.

2.2.13. Benefícios/resultados a serem alcançados:

- a) Evitar exposição dos pacientes cadastrados no CEAF-DF tanto pelo deslocamento até as unidades quanto pelo tempo de espera pelo atendimento.
- b) Evitar a propagação do vírus Covid-19
- c) Evitar sobrecarga do sistema de saúde do Distrito Federal
- d) Aumentar a capacidade de resposta sistema de saúde do Distrito Federal diante do cenário atual de pandemia
- e) Contribuir para cumprimento do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP)
- f) Contribuir para o Uso Racional de Medicamentos
- g) Reduzir o risco de pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes serem infectados pelo coronavírus.

2.3. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO

Não há como se definir o fluxo de operação de cada empresa interessada na contratação, sem o risco de caracterizar direcionamento, o que é vedado pela legislação de regência.

Diante das necessidades de separação e transporte dos medicamentos, caberá à empresa contratada a definição de rotas, de acordo com a distância;

Sobre a aplicação dos recursos humanos disponíveis, o quantitativo irá variar conforme a tecnologia e sistemas utilizados por cada empresa interessada. Quanto maior a automatização dos processos, menor a necessidade de empregados;

A cotação dos seguros caberá às interessadas, devendo apenas ser garantida a cobertura mínima prevista em edital, não cabendo à SES/DF especificar o valor dos seguros, podendo ser cotado muito abaixo de qualquer previsão, de acordo com negociação feita pela interessada;

As soluções tecnológicas e sistemas podem variar, não cabendo à SES/DF definir qual deverá ser utilizado e, assim, sendo impossível precisar o valor de cada solução empregada;

Desta forma, a metrficação detalhada do quantitativo poderia resultar em uma limitação da competição, por ser passível de individualizar o objeto e evidenciar um suposto direcionamento.

Entretanto, após analisar licitações semelhantes faz-se evidente que não há óbice à apresentação das estimativas de quantitativos ao longo do contrato, devendo ser apresentada a planilha com os custos unitários da operação pela empresa CONTRATADA, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU (item 1.5.1.4, TC-015.378/2009-0, Acórdão nº 2.986/2009-Plenário e item 9.3.8, TC-008.753/2004-1, Acórdão nº 7.054/2010-2ª Câmara).

Tal conduta garante a transparência na aplicação dos recursos públicos, sendo demonstrados os custos efetivos da operação, respeitados os requisitos mínimos exigidos na licitação e em conformidade com a capacidade de cada empresa.

Diante do exposto, faz-se evidente que os quantitativos a serem contratados deverão ser estabelecidos pela empresa CONTRATADA com base nos processos de trabalho por ela adotados para atender aos requisitos estabelecidos no Termo de Referência dessa contratação.

Estima-se aproximadamente 15 mil entregas em domicílio por mês e 2750 ligações com agendamento efetivado para os usuários por dia.

3. SUBCONTRATAÇÃO

3.1. A contratada poderá subcontratar o objeto desse Projeto Básico, conforme estabelecido nos termos do Art. 72, da Lei 8.666/93:

Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

3.2. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

3.3. A LICITANTE, caso opte pela subcontratação, deverá indicar, na fase de habilitação, as entidades que subcontratará, com a descrição dos bens e serviços a serem subcontratados com a respectiva porcentagem, responsabilizando-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

3.4. A SUBCONTRATADA deverá possuir todas as autorizações necessárias à execução dos serviços contratados.

3.5. A CONTRATADA deverá substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

3.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4. ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO

4.1. O Serviço a ser contratado trata-se de contratação por **DISPENSA DE LICITAÇÃO** enquadrando-se no exposto no incisos IV, Art. 24 da Lei nº 8666/93.

5. DETALHAMENTO DO OBJETO

5.1. O serviço ofertado deverá atender a todos os itens descritos neste Projeto Básico e seus Apêndices como solução de fornecimento no âmbito do Distrito Federal e seu entorno, classificado, a saber:

ITEM	Código BR	DESCRIÇÃO		
01	20605	Contratação emergencial de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).	6 meses (180 dias)	Serviço

6. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

6.1. A CONTRATADA, através de seus funcionários, deverá estar apta a operar a central telefônica ativa e receptiva para realizar o atendimento, agendamento e entrega de medicamentos aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo);

6.2. Eventuais alterações do sistema operacional adotado pela CONTRATANTE serão notificadas à CONTRATADA em tempo hábil para as providências que couberem, sem ônus à SES - DF.

6.3. A CONTRATADA para prestação do serviço deverá executar suas atividades nos locais de trabalho e horários fixados pela contratante, obedecida a jornada de trabalho legalmente fixada na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional e utilizada para a respectiva atividade;

6.4. TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

6.4.1. A CONTRATADA deverá manter sob sua responsabilidade as ações de treinamento e capacitação inicial de seus funcionários, referentes às atividades de teleatendimento.

6.4.2. Cabe a CONTRATADA a documentação, através de registro individualizado, de todas as ações de treinamento, capacitação e aprimoramento contínuo de seus funcionários;

6.4.3. Cabe à CONTRATADA manter, dispor e realizar ações de capacitação e treinamento, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, assim como sua adequada substituição nos postos de atendimento e de transporte e entrega dos medicamentos durante estas ações.

6.4.4. Cabe à CONTRATADA a apresentação prévia do planejamento das ações de educação continuada ao CONTRATANTE.

6.5. QUALIDADE GERAL DOS SERVIÇOS

6.5.1. A qualidade geral dos serviços será avaliada periodicamente, em conjunto com representantes da SES, através dos instrumentos de avaliação e mensuração de serviços vinculados a este "Projeto Básico", acrescido das metodologias de avaliação adotadas pela SES-DF;

6.5.2. Para a qualidade geral dos serviços serão avaliadas assiduidade, asseio, postura e comportamento dos funcionários da CONTRATADA;

6.6. VOLUMETRIA E NÍVEIS BÁSICOS DE SERVIÇOS REQUERIDOS

6.6.1. Quanto aos serviços implantados, visando atender as demandas exigidas, ficam estabelecidas:

6.6.2. Volume Diário Médio de Ligações: A projeção do volume médio de ligações é de **2.750 ligações/dia**, devendo ser registradas e acompanhadas pelo CONTRATANTE através de relatório de produção. A CONTRATADA deverá garantir, através de seus funcionários, o atendimento de acordo com os padrões de qualidade estipulados neste Projeto Básico pelo CONTRATANTE.

6.6.3. Análise qualitativa das ligações:

6.6.3.1. Taxa de abandono de ligações inferior a 5%;

6.6.3.2. Velocidade de atendimento das ligações inferior a 10 segundos para o mínimo de 90% do total de ligações, garantindo o atendimento em tempo adequado: 90/10 90% das ligações atendidas em até 10 segundos, equivalente a atendimento em até 3 toques;

6.6.3.3. **Atendimento e agendamento efetivado para os usuários por dia.**

6.6.4. TMA (Tempo Médio de Atendimento):

6.6.4.1. < (menor que) 10 minutos por ligação.

6.6.5. Treinamento, capacitação:

6.6.6. Comprovação das ações de treinamento, capacitação referentes às

atividades de teleatendimento e para todo o efetivo dos funcionários contratados em atividades deste Projeto Básico

6.6.7. Entrega:

6.6.7.1. > (maior a) 15 mil entregas em domicílio por mês.

6.7. PERFIL DOS PROFISSIONAIS

6.7.1. TELEFONISTA:

- a) Maior de 18 anos;
- b) Escolaridade mínima: Formação Nível Médio
- c) Experiência mínima de 06 meses em teleatendimento;
- d) Conhecimento da geografia do Distrito Federal;
- e) Habilidade em redigir textos e análises executivas;
- f) Conhecimentos e habilidade básicos em informática (sistemas operacionais, editores de texto, entre outros);
- g) Devem conhecer plenamente e serem capazes, após treinamento, de utilizar de forma eficaz as ferramentas associadas à função e aos serviços prestados;
- h) Perfil pessoal: Sensibilidade humana, facilidade de comunicação, fluência verbal, boa dicção, audição e com visão capaz de permitir a perfeita utilização do sistema, adequada postura profissional e emocional e pró-atividade, capacidade de manutenção de sigilo profissional, capacidade de trabalhar em equipe, disposição para cumprimento de normas, regulamentos e orientações, capacidade de absorção de conhecimento através de experiência diária, conhecimento e habilidade em informática, bem como através de treinamentos formais fornecidos pela CONTRATADA ou pela CONTRATANTE;

6.7.2. REMUNERAÇÃO

6.7.2.1. Os salários dos profissionais a serem alocados na prestação dos serviços, deverão, no mínimo, orientar-se pelos valores de referência da Convenção Coletiva da Categoria ou Sindicato, para cada categoria de profissionais.

6.8. TRANSPORTE e ARMAZENAMENTO

6.8.1. Transporte e armazenamento atendendo à:

6.8.1.1. Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos;

6.8.1.2. Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências;

6.8.1.3. Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis.

7. DA FISCALIZAÇÃO, CONTROLE DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

7.1. Os serviços objeto deste Contrato serão executados pela CONTRATADA, com a supervisão e fiscalização por servidor indicado pela CONTRATANTE.

7.2. A CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado;

7.3. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços especificados neste Projeto Básico, a CONTRATANTE; é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por funcionário indicado, podendo para isso:

7.4. Solicitar a imediata substituição do funcionário da CONTRATADA que agir fora das determinações descritas nos scripts ou de forma diversa das políticas e normas da CONTRATANTE; recomendadas aos prestadores dos serviços objeto deste Projeto;

7.5. Exigir junto à CONTRATADA a regularização das eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, comunicando à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência, tudo sem prejuízo às penalidades cabíveis;

7.6. Supervisionar as atividades CONTRATADA, mediante avaliação periódica.

7.7. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização, não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços contratados.

7.8. A execução dos serviços objeto desta contratação deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, por parte da SES.

7.9. O objeto do presente contrato será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela CONTRATADA, sendo tal relatório submetido à fiscalização da CONTRATANTE, que após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento.

7.10. Havendo inexecução total/parcial dos serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.11. A fiscalização e supervisão se darão através do acompanhamento quanto à qualidade dos serviços, controle de desempenho e cumprimento de horários pela CONTRATADA.

8. DA MEDIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

8.1. No último dia útil de cada mês, a CONTRATADA deverá efetuar a apuração dos serviços executados no respectivo mês, e, considerando os recursos contratados elaborar o correspondente relatório contendo os Agentes de Atendimento alocados, descrevendo dias e horários;

8.2. Para efeito de pagamento, as medições deverão ser realizadas com o seguinte procedimento:

8.3. No primeiro dia útil subsequente ao mês que os serviços foram prestados, a CONTRATADA deverá entregar o relatório contendo os quantitativos mensais de postos de trabalho e os respectivos valores apurados;

8.4. Na hipótese de glosas e/ou incorreções de quantitativos e/ou valores, o CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA a retificação do relatório, objetivando a emissão da Nota Fiscal Fatura;

8.5. Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

8.6. O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, descontadas as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo CONTRATANTE por motivos imputáveis à CONTRATADA;

8.7. A aplicação dos descontos indicados no item imediatamente acima não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA, em razão da não execução dos serviços;

8.8. O fiscal do contrato deverá apresentar os relatórios que comprovem a eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente da central telefônica e o relatório de conformidade nos padrões de qualidade que atestará a realização da prestação dos serviços contratados;

8.9. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, o CONTRATANTE atestará a medição mensal, comunicando a CONTRATADA, no prazo de 3 (três) dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e, autorizando a emissão da correspondente Nota Fiscal Fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados;

8.10. Não haverá qualquer forma de subordinação dos prestadores de serviços alocados para as atividades executadas ao CONTRATANTE, o qual se limitará a fornecer à CONTRATADA as corretas informações dos serviços a serem executados;

8.11. A CONTRATADA se obriga a manter a composição da equipe local, dentro dos parâmetros definidos em sua proposta. Qualquer modificação a ser efetuada pela CONTRATADA na composição das equipes locais e de seu Supervisor deverá ser comunicada a CONTRATANTE com antecedência de 72 (setenta e duas) horas;

8.12. Caso a CONTRATADA precise substituir um profissional alocado, deverá informar ao CONTRATANTE; com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis para que o novo profissional possa inteirar-se dos procedimentos técnicos e administrativos para a boa execução dos serviços contratados;

8.13. Ao critério exclusivo da CONTRATANTE este poderá solicitar a substituição de funcionário da CONTRATADA alocado nos serviços, devendo o pedido ser formalizado até 5 (cinco) dias úteis, antes da substituição, que se fará obrigatoriamente, sob pena de incorrer a CONTRATADA em falta contratual;

8.14. A CONTRATANTE utilizará ferramenta de gestão de informações para gerenciar os serviços realizados pela CONTRATADA, ao nível de relatórios gerenciais e indicadores de performance ou outra forma a ser definida entre as partes durante a implantação dos serviços;

8.15. Serão realizadas reuniões de trabalho entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA para a análise do desempenho desta, sempre que houver necessidade, sendo as mesmas registradas em ata que deverá ser juntada ao processo referente a presente contratação, sem ônus adicional à SES - DF;

8.16. A CONTRATANTE por intermédio de seus funcionários ou prepostos se reserva ao direito de efetuar inspeção de qualidade, em qualquer tempo, nos serviços realizados pela empresa CONTRATADA;

8.17. Na fase de implantação dos serviços, a CONTRATANTE deverá realizar a integração da equipe alocada no contrato, para fornecer conhecimento sobre o sistema de atendimento, recursos tecnológicos da Central, serviços a serem executados e procedimentos existentes.

9. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

9.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o controle da execução dos serviços e do contrato.

9.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto básico.

9.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no Art. 47 e no Anexo V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

9.5. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento, sendo que um dos seus principais objetivos é a busca da eficiência com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitem e estimulem a melhoria constante dos serviços prestados.

9.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Apêndice III, deste documento, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

9.7. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

9.8. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.9. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

9.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

9.11. O Fiscal/Gestor do contrato deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução dos serviços, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços executados.

9.12. O Preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

9.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo Fiscal/Gestor, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

9.14. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

9.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

9.16. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

9.17. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.18. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Art. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10. DAS OCORRÊNCIAS

10.1. Será atribuído a CONTRATADA pontuação a cada constatação das

seguintes ocorrências, conforme tabela abaixo:

OCORRÊNCIA	PONTOS	PRAZO RESOLUÇÃO
Interrupção, parcial ou total, não programada nos serviços contratados, sem prévio comunicação a SES/DF, por evento, acrescido a cada hora.	0,3	1 hora
Seguidas interrupções nos serviços contratados em um lapso temporal de 07 (sete) dias, por evento, a pontuação será multiplicada pelo número de interrupções, por evento.	0,3	1 hora
Cobrança por serviços não prestados, por evento.	0,3	2 dias
Cobrança de valores em desacordo com o contrato, por evento.	0,3	2 dias
Utilizar profissionais em serviço sem a devida identificação (crachá e/ou camiseta), por evento.	0,3	1 dia
Utilizar profissionais em serviço com identificação em mal estado (crachá ilegível ou danificado), vestimentas sujas e/ou rasgadas (camiseta), por evento.	0,3	1 dia
Não apresentar corretamente a Nota Fiscal dos serviços prestados no mês, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico, que deverão conter todos os tributos, encargos e descontos, conforme preços contratados no processo licitatório, por evento.	0,5	2 dias
Atraso injustificado no recebimento de produtos pactuados no contratos direcionada à seu(s) Almoxarifado(s), dentro do horário de funcionamento estipulado neste documento.	0,3	1 dia
Atraso (injustificado) na entrega dos produtos objetos deste Contrato. O valor da pontuação deverá ser acrescido a cada 24 (vinte e quatro) horas de atraso.	0,5	24 horas
Não realizar as entregas previstas nas unidades de consumo nos prazos pactuados, por evento.	1	1 dia
Não entregar os produtos nos prazos e quantidades especificadas no documento de transferência às unidades de consumo, salvo autorização prévia da área técnica vinculada à CONTRATANTE, por evento.	0,5	1 dia
Mal funcionamento dos sistemas elencados ao Serviço, por evento.	0,5	2 dias
Inoperância dos sistemas elencados ao Serviço, por evento.	0,5	1 dia
Má conservação das instalações, equipamentos, aparelhos, materiais ou qualquer outro recurso de sua responsabilidade empregado no serviço, por evento.	0,5	2 dias
Não cumprir os horários mínimos de funcionamento previstos neste documento, salvo se autorizado, por escrito, pelo Gestor do Contrato, por evento.	1	1 dia
Não receber entrega direcionada à seu(s) Almoxarifado(s), dentro do horário mínimo de funcionamento previsto neste documento, salvo se por erro do entregador, por evento.	1	1 dia
Instalar durante a implementação do serviço, qualquer equipamento que não seja novo, de primeiro uso, salvo se autorizado, por escrito, pelo Gestor do Contrato, por evento.	1	3 dias
Descumprir qualquer OBRIGAÇÃO descrita neste documento, por evento.	1	3 dias
Causar qualquer tipo de problema de modo a dificultar a transição contratual, por evento.	1	1 dia
Não manter seus sistemas, equipamentos, pessoal ou qualquer outro objeto necessário ao funcionamento do serviço durante a transição contratual, por evento, acrescido a cada dia.	1	1 dia
Negligenciar medidas de segurança ou legislação pertinente, por evento.	1	1 dia
Utilizar mão de obra com qualificação incompatível com àquela necessária a execução dos serviços, por evento.	1	1 dia
Deixar de fornecer os relatórios gerenciais nos moldes e prazos requeridos, por evento, acrescido a cada dia.	1	5 dias
Deixar de realizar as auditorias e inventários nos moldes e prazos previstos, por evento, acrescido a cada dia.	1	5 dias

10.2. Para confirmação dos eventos será tomado como base os relatos de ocorrências direcionados ao Gestor/Fiscal do Contrato e aferição junto a CONTRATADA.

10.3. Os prazos serão contados a partir da data da ocorrência em relação ao pactuado ou relato oficial, quando aplicável.

10.4. O Gestor/Fiscal deverá realizar a avaliação mensal para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

10.5. O somatório da pontuação será apurado dentro do mês de prestação do serviço, coincidente com o mês civil.

10.6. Caso necessário, a somatória será arredondada, para mais ou para menos, levando em consideração quando o número estiver mais próximo daquele imediatamente superior ou inferior.

10.7. Esta pontuação servirá como base para que a CONTRATANTE aplique as seguintes sanções administrativas, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma sanção, esta será imediatamente aplicada, observado o processo administrativo.

Pontuação acumulada	Sanção
1 (um) ponto	Advertência
2 (dois) pontos	Advertência
3 (três) pontos	Multa correspondente a 3% (três por cento) do valor mensal do contrato
4 (quatro) pontos	Multa correspondente a 4% (quatro por cento) do valor mensal do contrato

5 (cinco) pontos	Multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor mensal do contrato
6 (seis) pontos	Multa correspondente a 6% (seis por cento) do valor mensal do contrato
7 (sete) pontos	Multa correspondente a 7% (sete por cento) do valor mensal do contrato
8 (oito) pontos	Multa correspondente a 8% (oito por cento) do valor mensal do contrato
9 (nove) pontos	Multa correspondente a 9% (nove por cento) do valor mensal do contrato
10 (dez) pontos	Multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato
11 (onze) pontos ou +	Suscetível a Rescisão Unilateral do Contrato

10.8. Durante o período de implantação dos serviços, conforme IMR previstos, poderão ser abrandados, em detrimento da necessidade de ajustes e correções nos serviços.

10.9. A ocorrência de três ou mais sanções consecutivas, acarretará sanção correspondente ao somatório das pontuações acumuladas nesses meses.

11. DA GARANTIA DO CONTRATO

11.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

11.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

11.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

11.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

11.5. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017, desde que não ocorram intercorrências que gerem ônus para a CONTRATANTE durante o período de transição contratual.

11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

11.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.9. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.10. Será considerada extinta a garantia:

- com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

11.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

11.12. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Projeto Básico e no Contrato.

12. DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

12.1. A prestação dos serviços de que trata este Projeto Básico e seus Apêndices não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a SES/DF, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

12.2. Os profissionais e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com o Estado.

12.3. Todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial, oriundas dos acidentes de trabalho e das doenças causadas pelo exercício das atividades laborais, entre outras, correm por conta exclusiva da CONTRATADA, a qual se obriga a saldar na época devida.

12.4. A CONTRATADA deverá manter vínculo, empregatício ou na forma de contrato de prestação de serviços, com todos os profissionais alocados nos serviços descritos neste Termo de Referência, de forma a garantir a subordinação de todos aqueles que trabalhem nas instalações da SES/DF às determinações emanadas pelo Preposto.

13. ESTIMATIVAS DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

13.1. A consolidação da estimativa de preços será realizada pelo setor competente subordinado a DIAQ/SUAG/SES.

14. DOS CUSTOS ENVOLVIDOS

14.1. Todos os componentes das Prestação do Serviço pela CONTRATADA para a execução dos serviços constantes deste documento são insumos pessoais do funcionário (uniforme, meios de comunicação e etc) da CONTRATADA para esta prestação, e deverão estar detalhados na proposta;

14.2. Todos os custos com pessoal, residentes ou não na SES/DF, correrão por conta da CONTRATADA, na forma deste documento, sem quaisquer ônus adicionais ao Contrato;

14.3. Todos os impostos e demais aspectos financeiros da execução deverão ser previstos e contidos nos preços da Proposta Comercial da licitante.

15. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

15.1. As propostas apresentadas pelas proponentes deverão ter validade não inferior a **90 (noventa) dias**, discriminando os valores mensais e quantitativos, conforme estabelecido neste Instrumento.

15.2. **O CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS SERÁ O DE MENOR VALOR ITEM;**

15.3. Nenhum item poderá ser cotado acima do valor estimado;

15.4. A empresa proponente deverá apresentar cotação para o serviço descrito no presente Projeto Básico devendo discriminar pormenorizadamente o serviço cotado, com todos os elementos necessários para a aferição da avaliação técnica dos mesmos (memória de cálculo), contendo o nome da empresa proponente, endereço, números do CNPJ e da inscrição estadual ou do Distrito Federal, estando em papel timbrado, datada e assinada e com a especificação em conformidade com o solicitado - Apêndice II – Modelo de Proposta;

15.5. **Todos os custos relativos a transporte, frete, e custos relativos à entrega de materiais complementares à prestação de serviços, deverão já constar no custo total efetivo das propostas para contratação do serviço;**

15.6. Os proponentes deverão apresentar, na ocasião da apresentação das propostas, a Convenção Coletiva, Acordo Coletivo ou Dissídio Coletivo da categoria profissional, às quais estão vinculadas;

15.7. Para garantia da exequibilidade dos preços e uniformização das propostas, os proponentes deverão adotar, sob pena de desclassificação, os valores referenciais de encargos sociais previstos na Convenção Coletiva de Trabalho, em obediência às Decisões n.º 2472/2013 e n.º 3836/2013 do TCDF;

15.8. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da empresa proponente, das condições estabelecidas neste Projeto Básico;

15.9. No caso de omissões puramente formais em propostas, inclusive quanto ao seu prazo de validade, serão considerados aqueles descritos no Projeto Básico;

15.10. Informar o regime de tributação no qual está inscrita;

15.11. As empresas proponentes deverão apresentar a composição do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) na planilha de formação de preços, utilizando os percentuais correspondentes ao regime de tributação ao qual optou;

15.12. Para fins de composição de preço, esta Secretaria utilizou como base o Regime de Tributação de Lucro Real;

15.13. O proponente deverá prever em seus preços todas as despesas diretas e indiretas para a perfeita execução do objeto, bem como as deduções necessárias de custos, de forma a não caracterizar “bis in idem”, devendo considerar toda a legislação aplicável, a Convenção Coletiva de Trabalho em vigor e a jurisprudência atual dos tribunais, visando a uniformização das propostas e a tramitação isonômica do processo licitatório, sob pena de desclassificação da proposta apresentada.

16. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR E HABILITAÇÃO

16.1. PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1.1. A empresa proponente deverá apresentar descrição detalhada do serviço ofertado e anexar o respectivo escopo de suas soluções.

16.2. DA HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.2.1. O licitante vencedor deverá apresentar a documentação abaixo, podendo ser solicitada novamente no momento da contratação:

16.2.2. Para fins de comprovação da capacidade técnica, a empresa deverá apresentar **Atestado de Capacidade Técnica** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa prestado ou estar prestando o mesmo serviço objeto deste Projeto Básico, compatível em características de Teleatendimento, nas quantidades e prazos com o objeto deste Projeto Básico;

16.2.3. Os atestados deverão conter necessariamente:

16.2.3.1. A empresa poderá apresentar tantos atestados de capacidade técnica quantos julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto semelhante ao deste Projeto Básico, destacando-se a necessidade desses atestados demonstrarem que o interessado forneceu anteriormente, pelo menos, o quantitativo solicitado no subitem anterior.

16.2.4. Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;

16.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei 12.440, de 07 de Julho de 2011;

16.2.6. Prova de regularidade relativa ao FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (Certificado do F.G.T.S.);

16.2.7. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual/Municipal, do domicílio ou sede do licitante, composta de Certidão Negativa de Tributos Estadual/Municipal, ou positiva com efeito de negativa, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado/Município, ou outro meio equivalente admitido por lei;

16.2.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de *Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa*, expedida pelo *Tribunal Superior do Trabalho* (Lei Federal nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1470 de 24 de agosto de 2011);

17. DAS LOCALIDADES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1. As atividades previstas nos itens deste documento deverão ser executadas no Distrito Federal, sem qualquer custo adicional, de segunda à sexta, exceto feriados, das 08h às 17 h.

18. REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

18.1. O Regime de Execução do Contrato está disposto na Lei nº 8.666/93 - Art. 6º, VIII, A, qual seja: empreitada por menor preço LOTE/ITEM, por se tratar de execução de serviço por preço certo e total.

19. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

19.1. Para a prestação dos serviços será formalizado um Contrato Administrativo estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, garantias, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Projeto Básico e da proposta de preços da licitante vencedora.

19.2. O contrato terá vigência de **ATÉ 180 (cento e oitenta) dias corridos, IMPRORROGÁVEIS**, por se tratar de CONTRATAÇÃO por Dispensa de Licitação, enquadrando-se no Inciso IV, Art. 24 da Lei 8666/93.

20. PRAZOS DE ENTREGA

20.1. Prazo de Entrega: Os serviços deverão estar em plena execução em até 5 (CINCO) dias úteis, a partir da data da assinatura do Contrato.

21. MODELO DE EXECUÇÃO

21.1. O modelo de execução do contrato deverá contemplar condições necessárias ao devido fornecimento do Serviço para atendimento das necessidades do central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo), no que se refere ao objeto deste Instrumento, observando o que segue:

21.1.1. Realizar a convocação da CONTRATADA será realizada de forma IMEDIATA, após a assinatura do contrato, a qual deverá dar da CONTRATANTE, conhecendo o ambiente físico e tecnológico, dentro do escopo contratado, e absorver o conhecimento necessário para entrega e prestação dos serviços acordados.

21.1.2. A CONTRATADA deverá participar de reunião inicial, convocada pelo Gestor do contrato, com a participação da Equipe de Fiscalização da CONTRATANTE, do representante legal da CONTRATADA, e dos demais interveniente por ele identificado, cuja pauta observará, pelo menos: presença do representante legal da CONTRATADA, que apresentará o seu Preposto, assinatura, por parte da CONTRATADA, do Termo de Confidencialidade e Sigilo e do Termo de Ciência, esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gerenciamento do Contrato, nivelando os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Apêndices e Termos, bem como, esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

21.1.3. Informar à CONTRATADA que o pagamento dos serviços contratados e implementados será realizado após o aceite parcial e/ou definitivo da implantação.

21.1.4. A CONTRATADA deve assinar Termo de Ciência, comprovando que a mesma já detém conhecimento suficiente e que foram alcançadas as condições técnicas para realização dos serviços sem riscos operacionais.

21.1.5. A CONTRATADA deverá seguir todas as normas de segurança vigente na Instituição.

21.1.6. A CONTRATADA poderá, exclusivamente a seu critério e ônus, desenvolver, avaliar e incorporar métodos, processos e tecnologias para a melhoria na forma da execução contratual dos serviços ora licitados, desde que seus procedimentos estejam em conformidade com as definições, premissas e recomendações técnicas.

21.1.7. Todos os serviços que envolvam ações de desenvolvimento e implementação de atividades de melhoria contínua de ambiente, obedecerão a uma estruturação e planejamento prévios da CONTRATADA e autorização da CONTRATANTE, onde serão estabelecidos os prazos, horário e condições gerais da execução destas atividades.

21.2. DAS INSPEÇÕES E DILIGÊNCIAS

21.2.1. A CONTRATANTE poderá, se julgar necessário, realizar inspeções e diligências a fim de garantir que a licitante vencedora esteja em condições de fornecer os produtos/serviços pretendidos de acordo com a qualidade exigida neste documento.

22. DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

22.1. A CONTRATADA será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela SES/DF, tais documentos.

22.2. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto sem autorização por escrito da SES/DF, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.

22.3. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo de responsabilidade e sigilo, comprometendo-se a não divulgar nenhum assunto tratado nas dependências da SES/DF ou a serviço desses, salvo se expressamente autorizado, Apêndice I – Termo de Confidencialidade de Informações.

22.4. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo declarando estar ciente de que as informações disponibilizada pela SES/DF e pacientes não poderá ser utilizada para fins particulares e que a navegação em sítios da Internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando o endereço da SES/DF, ou acessadas a partir dos seus equipamentos, poderão ser auditadas.

22.5. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo de compromisso declarando total obediência às normas de segurança vigentes ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, na SES/DF.

22.6. Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. Abrange toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro

modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, protocolos, informações pessoais de pacientes e informações sobre as atividades da CONTRATANTE.

22.7. As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto.

22.8. As obrigações constantes deste DOCUMENTO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros e estranhos, sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

22.9. A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

22.10. A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO sobre a existência deste Projeto bem como da natureza sigilosa das informações.

22.11. A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente DOCUMENTO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

22.12. A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

23. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA

23.1. São instrumentos formais de comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA:

- 23.1.1. Chamados telefônicos registrados na Central de Atendimento.
- 23.1.2. Chamados registrados em Sistema de Gestão de Demandas.
- 23.1.3. Ofícios.
- 23.1.4. Relatórios.
- 23.1.5. Demais Termos previstos no instrumento convocatório.

24. DAS OBRIGAÇÕES

24.1. DA CONTRATANTE

- 24.1.1. Cumprir fielmente o Contrato de modo que a CONTRATADA possa realizar os serviços com esmero e perfeição.
- 24.1.2. Receber os empregados e prepostos da CONTRATADA, devidamente credenciados, para manutenção e conservação dos equipamentos, tomando as providências administrativas que garantam o livre desempenho de tais atividades.
- 24.1.3. Realizar sindicância para apurar RESPONSABILIDADE no caso de danos nos equipamentos da CONTRATADA, sob sua responsabilidade.
- 24.1.4. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, após assinatura do Contrato.
- 24.1.5. Receber o serviço fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 24.1.6. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando se tratar de contrato oriundo de Ata de Registro de Preços.
- 24.1.7. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato.
- 24.1.8. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do Serviço.
- 24.1.9. Definir produtividade ou capacidade mínima do Serviço por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável.
- 24.1.10. A CONTRATANTE se reserva o direito a qualquer momento de realizar diligências e inspeções junto à CONTRATADA a fim de garantir a qualidade dos serviços prestados e para esclarecimento de dúvidas.
- 24.1.11. Faculta-se ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, sempre quando necessário, agendar reuniões periódicas de caráter gerencial ou técnico para avaliar os trabalhos, adotar

resoluções e obter esclarecimento de pendências durante toda a vigência do contrato.

24.1.12. Efetuar o pagamento de acordo com as normas orçamentárias e financeira do DF.

24.2. DA CONTRATADA

24.2.1. A executar fielmente os serviços especificados no Projeto Básico, através de funcionários devidamente treinados e com bons antecedentes.

24.2.2. Designar por escrito, preposto(s) que tenha(m) poder(es) para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato.

24.2.3. Manter o número acordado de profissionais para a execução do serviço, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença, greve, falta ao serviço, demissão, etc.

24.2.4. Realizar, diariamente, por intermédio do preposto, o controle de frequência do pessoal em serviço.

24.2.5. Manter a quantidade de profissionais com as qualificações indicadas neste Projeto Básico, e acordados, para realizar, caso necessário, substituições.

24.2.6. Fazer seguro de seus trabalhadores contra riscos de acidente de trabalho, plano de saúde, responsabilizando-se também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

24.2.7. Obedecer, na execução e desenvolvimento do seu trabalho, as determinações do Ministério do Trabalho, bem como, a legislação técnica vigente e as normas e procedimentos internos do CONTRATANTE, de engenharia de segurança e medicina e meio ambiente do trabalho, que sejam aplicáveis à execução específica da atividade.

24.2.8. Cumprir as legislações Federais, Estaduais e Municipais que interfiram na execução dos serviços.

24.2.9. Reparar e corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, qualquer irregularidade na prestação dos serviços que lhe for comunicada, sem prejuízo da aplicação de penalidades e da rescisão contratual, se cabível.

24.2.10. Manter constante e permanente vigilância sobre os serviços executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe a responsabilidade por quaisquer perdas e danos que venham a ocorrer, desde que por comprovada culpa, durante a vigência do contrato.

24.2.11. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização dos serviços pelo CONTRATANTE.

24.2.12. Toda solução a que se refere este documento deverá estar implementada, assim como, os profissionais, devidamente habilitados, referidos neste termo, aptos em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

24.2.13. Manter seus empregados regularmente registrados segundo as normas da Consolidação das Leis do Trabalho, assumindo inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes dessas relações de emprego.

24.2.14. Manter a suas expensas apoio psicológico aos seus funcionários uma vez tratar-se de serviço de urgência e emergência com carga emocional elevada.

24.2.15. Apresentar, no momento do início da execução dos serviços, relação nominal de seus empregados separados por turno, constando os respectivos números de telefones para contato, em atividade nas dependências da CONTRATANTE, responsabilizando-se por todos os prejuízos que esses possam ocasionar no desempenho de suas atribuições;

24.2.16. A relação, a que se refere este item, deverá ser atualizada sempre que houver alteração no quadro de empregados;

24.2.17. Afastar imediatamente das funções designadas qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada pela CONTRATANTE inconveniente, substituindo-o para que não haja prejuízo ao serviço

24.2.18. Atender prontamente todas as recomendações da CONTRATANTE, que visem à regular execução do presente Projeto Básico;

24.2.19. Manter seu pessoal identificado por meio de crachás, com fotografia recente; e identificação de sua função hierárquica;

24.2.20. A empresa ou instituição CONTRATADA deverá alocar nos serviços funcionários contratados sob regime trabalhista de acordo com a CLT.

24.2.21. Empregar preferencialmente Pessoas com Necessidades Especiais nos serviços objeto do contrato, nos termos da legislação específica;

24.2.22. Realizar a gestão e administração do contrato e da equipe alocada, englobando recursos humanos, qualidade geral dos serviços e relatórios gerenciais;

24.2.23. Diligenciar na escolha de seus funcionários a serem alocados nos serviços, de forma que os mesmos possam deslocar-se, alimentar-se e desenvolver outras atividades de subsistência sem depender de auxílio dos servidores públicos e do próprio CONTRATANTE;

- 24.2.24. Efetuar os exames médicos, físicos e psíquicos necessários nos funcionários envolvidos nos serviços, responsabilizando-se integralmente por sua habilitação para o desempenho e contexto das funções;
- 24.2.25. A Empresa ou Instituição CONTRATADA, não poderá subcontratar os funcionários a serem alocados nos serviços objeto do contrato, bem como não poderá subcontratar ou associar-se ou consorciar-se ou estabelecer aliança ou parceria com terceiros para a execução dos serviços e para prover os recursos de infraestrutura previstos neste documento;
- 24.2.26. Manter equipe de apoio composta por profissionais capacitados objetivando a manutenção da qualidade de atendimento de forma a suprir as necessidades detectadas pela CONTRATADA especialmente no que se refere ao item Perfis e Responsabilidades dos seus Profissionais.
- 24.2.27. Quando necessário e desde que planejado com antecedência mínima de 10 dias, o CONTRATANTE; poderá solicitar reciclagem e/ou treinamento técnico ou comportamental dos profissionais da CONTRATADA envolvidos nos serviços;
- 24.2.28. Toda e qualquer comunicação à CONTRATANTE deverá se efetuada por escrito, podendo ser realizada por meio eletrônico;
- 24.2.29. Manter durante toda a execução do ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Projeto Básico.
- 24.2.30. Manter o fornecimento necessário de materiais de escritório para o desenvolvimento das atividades determinadas neste Projeto Básico, como por exemplo: papel sulfite, caneta, grampeador, etc.
- 24.2.31. Proporcionar, durante a execução dos serviços ora contratado, aos seus profissionais toda a assistência para as necessidades especiais que os mesmos apresentarem.
- 24.2.32. Manter sob sua responsabilidade as ações de treinamento e capacitação inicial de seus funcionários, referentes às atividades de teleatendimento e de radio-operação, relacionadas ao melhor desempenho e qualidade da prestação do serviço.
- 24.2.33. Cabe a CONTRATADA a documentação, através de registro individualizado, de todas as ações de treinamento, capacitação e aprimoramento contínuo de seus funcionários;
- 24.2.34. Cabe à CONTRATADA manter, dispor e apresentar seus funcionários para as ações de capacitação e treinamento citadas acima, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, assim como sua adequada substituição nos postos de atendimento e despacho durante estas ações.
- 24.2.35. Cabe à CONTRATADA a apresentação prévia do planejamento das ações de educação continuada à SES - DF.

25. MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

Com base na atual estrutura organizacional da SES/DF, a gestão do contrato será realizada por Comissão Executiva da SAIS/SES.

Assim em atendimento a Portaria nº 57 de 25 de abril de 2011, para a gestão da contratação em tela, serão indicados Servidores Públicos Estatutários do Quadro de Carreira da SES/DF, lotados preferencialmente SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF.

25.1. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 25.1.1. O representante da SES/DF, Gestor do Contrato, deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas ou defeitos observados.
- 25.1.2. No sentido de permitir a fiscalização do contrato de forma plena, poderá ser indicado um Gestor Local e seu Suplente para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA.
- 25.1.3. A existência de fiscalização da SES/DF de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA na prestação dos serviços a serem executados.
- 25.1.4. A SES/DF poderá exigir o afastamento de qualquer profissional ou Preposto da CONTRATADA que venha causar embaraço a fiscalização, ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.
- 25.1.5. Os servidores designados à fiscalização do contrato poderão recusar, sustar, mandar refazer ou fazer quaisquer falhas ou problemas inerentes ao fornecimento do objeto, que estejam em desacordo com o preestabelecido.
- 25.1.6. A SES/DF se reserva o direito, a qualquer momento durante a vigência do contrato, de aferir a solução contratada, realizando testes, auditorias por meio de ferramentas e recursos próprios ou empresas contratada para este fim.
- 25.1.7. Independente dos sistemas de acompanhamento e supervisão que serão exercidos pela CONTRATADA, a SES/DF exercerá o seu processo de supervisão e acompanhamento do Contrato através de um ou mais técnicos designados para este fim, sob a supervisão do Gestor do Contrato.

25.1.8. Dentre as diversas funções do acompanhamento e supervisão a serem exercidas pela SES/DF pode-se destacar:

- 25.1.8.1. Homologação de planos de ação, produtos, serviços, relatórios e documentação.
- 25.1.8.2. Acompanhamento da execução.
- 25.1.8.3. Realização de reuniões de coordenação para planejamento, organização e avaliação da prestação dos serviços.
- 25.1.8.4. Proposição de modificação na sistemática de prestação de serviços e nos processos de trabalho.
- 25.1.8.5. Aprovação prévia de metodologias, práticas e tecnologias que melhor se empreguem à execução dos serviços no âmbito da SES/DF.

25.2. **PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**

A contratação oriunda deste Projeto Básico será fiscalizada por comissões de servidores constituídas para esse fim, composta pelo Gestor do Contrato, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Fiscal Requisitante, indicados pela SES/DF, juntamente com seus respectivos suplentes.

25.2.1. **GESTOR DO CONTRATO:**

- 25.2.1.1. Entidade: CONTRATANTE, indicado pela SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF;
- 25.2.1.2. Responsabilidade:
 - a) Verificar a eficiência: utilização de recursos de computação alocados a Solução de Gestão, desempenho dos profissionais envolvidos, tempo e custo de execução;
 - b) Constatar a eficácia: validação dos resultados gerados pela Solução e verificação de conformidade (se os resultados oferecidos estão atendendo adequadamente às necessidades dos usuários); e
 - c) Atestar a segurança: segurança em comunicação quanto à veiculação de dados por meios de comunicação.
- 25.2.1.3. As decisões e providências que ultrapassem a competência do Gestor do Contrato serão solicitadas aos seus superiores.

25.2.2. **FISCAL TÉCNICO**

- 25.2.2.1. Entidade: CONTRATANTE
- 25.2.2.2. Responsabilidade:
 - a) Encaminhar pendências que possam gerar fato administrativo, analisar e gerar relatórios das faturas emitidas, incluindo apontar não conformidades e desvios de qualidade, verificar prazos dos serviços contratados e fiscalizar tecnicamente o Contrato.

25.2.3. **FISCAL ADMINISTRATIVO**

- 25.2.3.1. Entidade: CONTRATANTE
- 25.2.3.2. Responsabilidade:
 - a) Fiscalizar o Contrato, quanto aos aspectos administrativos.

25.2.4. **FISCAL REQUISITANTE**

- 25.2.4.1. Entidade: CONTRATANTE
- 25.2.4.2. Responsabilidade:
 - a) Fiscalizar o Contrato do ponto de vista funcional da Serviço;

25.2.5. **PREPOSTO OU GERENTE DE RELACIONAMENTO**

- 25.2.5.1. Entidade: CONTRATADA
- 25.2.5.2. Responsabilidade:
 - a) Acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento e execução contratual;
 - b) Negociar, junto ao Gestor do Contrato, termos e condições complementares a este documento para a realização dos serviços;
 - c) Gerenciar e supervisionar a execução dos serviços, franqueando ao Gestor do Contrato, a qualquer tempo, o acesso a seus registros, para efeito de acompanhamento e fiscalização de serviços técnicos efetivamente utilizados;

- d) Tratar com o Gestor do Contrato questões relevantes à sua execução e providenciar a regularização de faltas, falhas ou defeitos observados.
- e) Elaborar e encaminhar relatório mensal de atividades para avaliação pelo Gestor do Contrato;
- f) Encaminhar à SES/DF nota fiscal ou fatura dos serviços aferidos no período, conforme medição efetuada; e
- g) Providenciar a entrega de todos os produtos/serviços/sistemas/objetos, documentos, referentes à prestação dos serviços.

26. DO PARECER TÉCNICO

O Parecer técnico será dado por equipe de técnicos lotados na SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF.

27. DO REPASSE DE CONHECIMENTO

27.1. Por se tratar de um contrato em regime emergencial, cuja o objetivo é a manutenção dos serviços da central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado, o presente contrato não contemplará transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

28. DA PROPRIEDADE E PROVIMENTO DOS SERVIÇOS

28.1. Os produtos aplicados ou resultantes da prestação de serviços da CONTRATADA, tais como estudos, relatórios, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, páginas na Intranet e Internet, documentação didática em papel ou em mídia eletrônica, projetos, sistemas, programas objetos ou executáveis, bases de dados, arquivos, interfaces, drivers e correlatos, desenvolvidos especificamente para este objeto, serão de propriedade patrimonial exclusiva da SES/DF nos termos do Art. 111 da Lei nº 8.666/93, concomitante com o Art. 4º da Lei nº 9.609/98.

29. FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Programa de Trabalho 10.303.6202.4216.0001 Aquisição de Medicamentos - Assistência à Saúde Pública - DF.

30. DO PAGAMENTO

30.1. Os pagamentos do contrato serão efetuados conforme as normas orçamentárias e fiscais em vigor.

30.2. O serviço a ser contratado é prestado de forma contínua com pagamento em parcelas mensais mediante ateste das faturas de prestação do serviço.

30.3. A Nota Fiscal da empresa CONTRATADA deve ser emitida com data posterior ao Aceite do Recebimento e apresentado juntamente com o Termo de Aceite para o Gestor do Contrato. O pagamento se dará em até 30 (trinta) dias após o Gestor do Contrato receber o Termo de Aceite do Recebimento e as Notas Fiscais da Contratada.

30.4. As eventuais penalidades serão abatidas na fatura do mês subsequente ao da prestação de serviços, exceto no último mês do Contrato, cuja fatura já deverá contemplar todos os excedentes e eventuais penalidades.

31. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

31.1. Nos casos de atrasos injustificados ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração aplicar-se-ão as sanções administrativas estabelecidas no Decreto nº 26.851 de 30 de maio de 2006 e alterações previstas no Decreto nº 35.831 de 19 setembro de 2014, que regulamenta a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02.

32. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

32.1. É dispensada a elaboração dos Estudos Preliminares de acordo com o Art. 20, III, §2º, alínea b da IN nº5/2017.

Art. 20. O Planejamento da Contratação, para cada serviço a ser contratado, consistirá nas seguintes etapas:

I - Estudos Preliminares;

II - Gerenciamento de Riscos; e

III - Termo de Referência ou Projeto Básico.

§ 1º As situações que ensejam a dispensa ou inexigibilidade da licitação exigem o cumprimento das etapas do Planejamento da Contratação, no que couber.

§ 2º Salvo o Gerenciamento de Riscos relacionado à fase de Gestão do Contrato, as etapas I e II do **caput** ficam dispensadas quando se tratar de:

a) contratações de serviços cujos valores se enquadram nos limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993; ou

b) contratações previstas nos incisos IV e XI do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

33. DESCRIÇÃO DOS APÊNDICES QUE INTEGRAM O PROJETO BÁSICO

Apêndice I – Termo de Confidencialidade de Informações.

Apêndice II – Modelo de Proposta.

34. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO

Cleitiana da Cruz de Almeida - Matrícula: 1.680.265-9 - SES/SUAG/CEIC - **Integrante Administrativo**

Diogo de Amorim Barros - Matrícula: 1.672.076-8 - SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF - **Integrante Demandante**

Samara Furtado Carneiro - Matrícula: 196.789-4 - DIASF/CATES/SAIS/SES - **Integrante Demandante**

Autoridade Imediatamente Superior pela Aprovação do Projeto Básico:

Aprovamos o presente Projeto Básico, em conformidade com o artigo 20, inciso XIX da Portaria 210/2017 - SES/DF.

Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde
SAIS/SES

Apêndice I - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

A **CONTRATANTE**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº XXX, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **Empresa** _____, estabelecida à _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pelo **S.r.** _____, (cargo) _____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, (profissão) _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliado em _____, e, sempre que em conjunto referidas como PARTES para efeitos deste **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, doravante denominado simplesmente **TERMO**, e, **CONSIDERANDO** que, em razão do atendimento à exigência do Contrato Nº XX/20XX, celebrado pelas PARTES, doravante denominado **CONTRATO**, cujo objeto é a <objeto do contrato>, mediante condições estabelecidas pelo **CONTRATO**;

CONSIDERANDO que o presente **TERMO** vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de **INFORMAÇÕES**, que a **CONTRATADA** tiver acesso em virtude da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Ministério da Saúde de que a **CONTRATADA** tomar conhecimento em razão da execução do **CONTRATO**, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às **INFORMAÇÕES**;

A **CONTRATANTE** estabelece o presente **TERMO** mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste **TERMO** é prover a necessária e adequada **PROTEÇÃO ÀS INFORMAÇÕES** da **CONTRATANTE**, principalmente aquelas classificadas como **CONFIDENCIAIS**, em razão da execução do **CONTRATO** celebrado entre as **PARTES**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

Parágrafo Primeiro: As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** reveladas pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo: A **CONTRATADA** se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** que venham a ser fornecidas pelo **CONTRATANTE**, a partir da data de assinatura deste **TERMO**, devendo ser tratadas como **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: A **CONTRATANTE**, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as **INFORMAÇÕES** que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

Parágrafo Único: As obrigações constantes deste **TERMO** não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

1. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das **PARTES**;
2. Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente **TERMO**;
3. Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as **PARTES** cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** se compromete a utilizar as **INFORMAÇÕES** reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo segundo: A **CONTRATADA** se compromete a não efetuar qualquer cópia das **INFORMAÇÕES** sem o consentimento prévio e expresso da **CONTRATANTE**.

1. O consentimento mencionado no Parágrafo segundo, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das **PARTES**.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste **TERMO** e da natureza confidencial das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: A **CONTRATADA** deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quinto: Cada **PARTE** permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo Sexto: O presente **TERMO** não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

1. Os produtos gerados na execução do **CONTRATO**, bem como as **INFORMAÇÕES** repassadas à **CONTRATADA**, são única e exclusiva propriedade intelectual do **MI CONTRATANTE**.

Parágrafo Sétimo: A **CONTRATADA** firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao **CONTRATO**, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.

Parágrafo Oitavo: A **CONTRATADA** obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativo aos produtos gerados e às **INFORMAÇÕES** que venham a ser reveladas durante a execução do **CONTRATO**.

CLÁUSULA QUINTA - DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

Parágrafo Único: Todas as **INFORMAÇÕES** reveladas pelas **PARTES** permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

1. A **CONTRATADA** deverá devolver íntegros, e integralmente todos os documentos a ela fornecidos, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada pelo **CONTRATANTE** para entrega, ou quando não mais for necessária a manutenção das Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias.
2. A **CONTRATADA** deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham Informações Confidenciais do **CONTRATANTE**, quando não mais for necessária a manutenção dessas Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

Parágrafo Único: O presente **TERMO** tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até 05 (cinco) anos após o término do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Parágrafo Único: A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na **RESCISÃO DO CONTRATO** firmado entre as PARTES. Neste caso, a **CONTRATADA**, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo **CONTRATANTE**, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro: Este **TERMO** constitui vínculo indissociável ao **CONTRATO**, que é parte independente e regulatória deste instrumento.

Parágrafo Segundo: O presente **TERMO** constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento de **INFORMAÇÕES**, principalmente as **CONFIDENCIAIS**, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas **PARTES** em ações feitas direta ou indiretamente.

Parágrafo Terceiro: Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste **TERMO** ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as **PARTES** tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as **INFORMAÇÕES** do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: O disposto no presente **TERMO** prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à **CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES**.

Parágrafo Quinto: A omissão ou tolerância das PARTES, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Parágrafo Único: Fica eleito o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **TERMO**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estar justa e estabelecida às condições, a **CONTRATADA** assina o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Brasília/DF, ____ de _____ de 20xx.

Nome do Diretor ou representante legal da empresa

Cargo

CPF nº

Gestor do Contrato

Matrícula

<<Cargo/Função>>

<<Setor/Departamento>>

Fiscal Técnico do Contrato

Matrícula

<<Cargo/Função>>

Apêndice II - MODELO DE PROPOSTA*(Em papel timbrado da empresa)*

À

Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal**SAIN, Parque Rural S/Nº, bloco C, 1º andar****Asa Norte, Sede da SES/DF - Plano Piloto****CEP: 70086-900- Brasília, DF****Referência:** Pregão Eletrônico SRP nº ____/____

Proposta que faz a empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____ estabelecida no(a) _____, para Dispensa de Licitação para futura Contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada para prestação de serviço de recursos humanos especializados de **central telefônica** ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) e serviço de **entrega de medicamentos em domicílio** e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos.

O valor total de proposta é de _____ (em algarismo e por extenso), para 180 (cento e oitenta) dias de contrato.

Os preços apresentados estão incluídos todas as despesas relativas à entrega, impostos, fornecimento, instalação, manutenção, customização, taxas, fretes, seguros e demais encargos e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS/LOTE/ITEM

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. TOTAL	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (6 MESES)
1	Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).	6 Meses (180 dias)	Serviço	R\$ -	R\$ -	R\$ -
VALOR TOTAL MENSAL						
VALOR GLOBAL (6 MESES)						

Nome do Diretor ou representante legal da empresa**Cargo****CPF nº****APÊNDICE III – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

Mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento, sendo que um dos seus principais objetivos é a busca da eficiência com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitem e estimulem a melhoria constante dos serviços prestados.

As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo para sua aferição mensal.

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Nº 1 - Central de atendimento	
Nº + Título do Indicador que será utilizado	
Item	Descrição
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de medição	
Forma de acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de Cálculo	
Início de Vigência	
Faixas de ajuste no pagamento	
Sanções	
Observações	
Exemplo de Indicador	
Nº 01 Prazo de atendimento de demandas (OS).	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do órgão.
Meta a cumprir	24h
Instrumento de medição	Sistema informatizado de solicitação de serviços - Ordem de Serviço (OS) eletrônica.

Forma de acompanhamento	Pelo sistema.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Cada OS será verificada e valorada individualmente. Nº de horas no atendimento/24h = X
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	X até 1 - 100% do valor da OS De 1 a 1,5 - 90% do valor da OS De 1,5 a 2 - 80% do valor da OS
Sanções	20% das OS acima de 2 - multa de XX 30% das OS acima de 2 - multa de XX + rescisão contratual
Observações	

Nº 2 - Entrega de Medicamentos em Domicílio	
Entregas realizadas	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a realização das entregas dos medicamentos padronizados no âmbito do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica aos usuários cadastrados, conforme especificado neste termo de referência.
Meta a cumprir	Realizar no mínimo 95% das entregas domiciliares agendadas (no limite máximo de 5.000 entregas/mês)
Documento de medição	Relatório de entregas realizadas.
Forma de acompanhamento	Monitoramento por meio dos relatórios das entregas.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Parâmetro: % (percentual) mensal de entregas domiciliares realizadas. Cálculo: (Quantidade de entregas realizadas dividido pela quantidade de entregas agendadas) x 100 = X
Início de Vigência	Início das atividades de Entrega de Medicamento em Domicílio, conforme cronograma de implantação.
Faixas de ajuste no pagamento	X maior ou igual a 95% = pagamento de 100 % do valor previsto para o item 6. Para X menor que 95% = pagamento de X vezes o valor previsto para o subitem item 6.
Sanções	Multa de 1% do valor mensal previsto para o contrato para cada 1% abaixo da meta.
Observações	Serão desconsideradas do cálculo as entregas não realizadas que estejam devidamente justificadas. em que fique comprovada a ausência de culpa da CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **SAMARA FURTADO CARNEIRO - Matr.0196789-4**, **Diretor(a) de Assistência Farmacêutica**, em 18/03/2020, às 17:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180,

quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CLEITIANA DA CRUZ DE ALMEIDA - Matr.1680265-9, Membro da Comissão de Elaboração de Instrumentos de Contratação**, em 18/03/2020, às 17:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO DE AMORIM BARROS - Matr.1672076-8, Gerente do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica**, em 18/03/2020, às 17:32, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MOEMA LIZIANE SILVA CAMPOS - Matr.0158991-1, Subsecretário(a) de Atenção Integral à Saúde**, em 18/03/2020, às 19:06, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **37293085** código CRC= **1963EFC7**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

Proposta BRB SERVIÇOS Nº 20032020

Brasília, 20 de março de 2020

À
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
SAIN, Parque Rural S/Nº, bloco C, 1º andar
Asa Norte, Sede da SES/DF - Plano Piloto
CEP: 70086-900- Brasília, DF

Referência: Processo SES 00060-00107460/2020-04

Proposta que faz a empresa BRB SERVIÇOS S/A, inscrita no CNPJ nº 12.857.569/0001-80 estabelecida na Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco C, Asa Norte, Brasília – DF, para Dispensa de Licitação, para Contratação, em caráter emergencial, de empresa para prestação de serviços especializados de central telefônica ativa e receptiva, para atendimento aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo), contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos.

A contratação se justifica pelos Decretos Nºs 40.475/20, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, e no 40.520/20, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus; no perfil de usuários que são atendidos pelo Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal (CEAF-DF), compreendido essencialmente por pessoas pertencentes ao grupo de risco, ou seja,

1/4



pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes, além da suspensão de atividades coletivas com mais de cem pessoas, determinada pelo retro mencionado decreto 40.520/20.

Nesse sentido, o objeto da presente contratação é plenamente atendido pelos objetivos sociais previstos no Estatuto da BRB Serviços que prevê, entre outras atividades, a prestação dos serviços de teleatendimento, bem como a prestação de serviços de gestão de processos de negócio, incluindo sistema tecnológico e logístico de transporte, nos termos do seu art. 4º, *"in verbis"*:

Art. 4º A Empresa tem por objeto social exercer as seguintes atividades:

[...]

IV - Prestação de telesserviços, incluindo serviços de Atendimento a Clientes - SAC, teleatendimento, atendimento presencial, Telecobrança, Telemarketing, Contact Center e outros serviços relacionados;

[...]

VI – Prestação de serviços de gestão de processos de negócios, tais como:

1. Sistema tecnológico e logístico de transporte;

[...]



2/4

Portanto, no presente caso, a contratação da BRB Serviços por dispensa de licitação, nos termos dos dispositivos citados, se justifica pela emergencialidade imposta pela pandemia do COVID-19, amparada pelo fato de que a BRB Serviços possui objeto social compatível, bem como a necessária expertise para prestação dos referidos serviços.

Dessa forma, após análise criteriosa do Projeto Básico SEI/GDF – 37293085, para execução dos serviços emergenciais necessários, a BRB Serviços dimensionou projeto com as seguintes especificações:

- Central Telefônica - ativa e receptiva, com 26 (vinte e seis) postos de trabalho (desse total 1 posto de trabalho será destinado à Supervisão e os outros 25 postos ao atendimento/agendamento), com funcionamento de 12 horas (07h às 19H), para atendimento aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) com sistema de agendamento. Essa central terá força de trabalho de 54 (cinquenta e quatro) funcionários (2 supervisores e 52 operadores de teleatendimento) com carga horária de 6 horas/dia cada, conforme estabelecido pela NR-17 e demais normas da categoria.
- Fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e acondicionamento dos medicamentos na quantidade de 7 Colaboradores (2 para cada unidade da Farmácia de Alto Custo e 1 Encarregado Operacional) para a separação e acondicionamento dos produtos;



3/4

- Operação logística por empresa especializada, devidamente licenciada para armazenamento e transporte de medicamentos, seguro dos medicamentos, colaboradores treinados com frota própria autorizada pela ANVISA e adequados à distribuição dos medicamentos, na quantidade necessária para realização das cerca de 33 mil entregas por mês.

O valor global da presente proposta, para execução dos serviços pelo prazo de 180 dias, é de R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil, setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos) – R\$ 1.802.625,06 (um milhão, oitocentos e dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais e seis centavos) mensais.

Nos preços apresentados estão inclusas todas as despesas relativas à entrega, impostos, fornecimento, instalação, manutenção, customização, taxas, fretes, seguros e demais encargos e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.


PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS/LOTE/ITEM

Item	Descrição	Quant Total	Unid.	Valor Mensal	Valor Total 6 meses
I	Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos	6 meses	Serviço	R\$ 1.802.625,06	R\$ 10.815.750,36

medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).				
Valor total Mensal: R\$ 1.802.625,06 (um milhão, oitocentos e dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais e seis centavos).				
Valor Global (6 meses): R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil, setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos).				

Atenciosamente,

BRB Serviços S/A


Marcos Fernando F. dos Santos Jacinto
Diretor Presidente

A

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
ATT. SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - IOHAN ANDRADE STRUCK
SAIN, Parque Rural S/Nº, bloco C, 1º andar Asa Norte, Sede da SES/DF - Plano Piloto
CEP: 70086-900- Brasília, DF

Referência: Dispensa de Licitação – Emergencial SRP nº 00060-00170460/2020-04

Proposta que faz a empresa **ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA.** inscrita no CNPJ nº 04.099.848/0001-05 estabelecida na Rua Augusto Stresser, 453 Juvevê – Curitiba – Paraná, para Dispensa de Licitação para futura Contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada para prestação de serviço de recursos humanos especializados de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) e serviço de entrega de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos.

O valor total de proposta é de R\$ 23.595.187,02 (vinte e três milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, cento e oitenta e sete reais e dois centavos), para 180 (cento e oitenta) dias de contrato. Os preços apresentados estão incluídos todas as despesas relativas à entrega, impostos, fornecimento, instalação, manutenção, customização, taxas, fretes, seguros e demais encargos e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS/LOTE/ITEM						
ITEM	DESCRIÇÃO	QNT Total	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).	6 Meses (180 dias)	Serviços	R\$ 3.932.531,17	R\$ 3.932.531,17	R\$ 23.595.187,02

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias



Rua Augusto Stresser, 453. Curitiba – PR – Brasil - CEP 80.030-340 – Fone: +55 (41) 3076-4747
grupoabl.com.br

Declaramos, que todos os custos relativos a transporte, frete, e custos relativos à entrega de materiais complementares à prestação de serviços, deverão já constar no custo total efetivo das propostas para contratação do serviço.

Curitiba, 30 de março de 2020.


ABL SYSTEM CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA.

Roger Tedesco Bicalho
Gerente Administrativo
CPF 926.275.365-91

04 099 948/0001-05
ABL SYSTEM CONSULTORIA E
INFORMÁTICA LTDA
Rua Augusto Stresser, 453
Juvevê - CEP 80030-340
Curitiba - PR

Rua Augusto Stresser, 453. Curitiba - PR - Brasil - CEP 80.030-340 - Fone: +55 (41) 3078-4747
grupoabl.com.br



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria de Assistência Farmacêutica
Gerência do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica

Despacho - SES/SAIS/CATES/DIASF/GCEAF

Brasília-DF, 31 de março de 2020.

À **DIASF**,

Com vistas à **GEPP/DIAQ/SUAG/SES**

Considerando Memorando do Gabinete do Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal, Sr. Francisco Araújo Filho (37266072), que determina contratação emergencial de serviços de central telefônica e entrega em domicílio de medicamentos como uma das medidas preventivas do Plano de contingenciamento e enfrentamento à COVID-19;

Considerando Despacho GEPP (37851254) que solicita parecer técnico desta GCEAF/DIASF acerca das duas propostas recebidas, quais sejam BRB (37825188) e ABL SYSTEM (37825296);

Considerando a emergencialidade da contratação e a imprevisibilidade de dilatação temporal, diante das propostas em tela;

Cumpre-se ressaltar que a primeira (37825188) explicitou os objetivos sociais previstos no Estatuto da empresa, tais como, *in verbis*:

"Art. 4º [...]

IV - prestação de tele-serviços;

...

VI - sistema tecnológico e logístico de transporte,

Isso consoantes as exigências técnicas demandadas pelo DOD 37291643;

Ademais, fez constar na proposta como dimensionou os serviços que serão ofertados mediante capacidade da central telefônica já instalada, inclusive com colaboradores contratado e experientes para atendimento aos usuários do GDF;

Operação logística de separação e entrega de medicamentos, através de empresa especializada e consolidada no mercado para tais fins e de acordo com todas as exigências da legislação sanitária vigente;

Considerando a segunda proposta, a empresa apenas precificou os serviços a serem executados, sem, no entanto, ressaltar como foi feito o dimensionamento, se tem, ou não, capacidade já instalada para as exigências do DOD e nem como seria feita a entrega em domicílio, se de acordo com as legislações sanitárias;

Dessa forma, por impossibilidade de análise técnica da segunda proposta e nem previsibilidade de adequação normativa no âmbito da Assistência Farmacêutica, esta GCEAF, é favorável a primeira proposta, qual seja, 37825188, pela possibilidade de avaliação técnica e adequação às exigências normativas vigentes.

Respeitosamente,

Diogo de Amorim Barros

Gerente do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO DE AMORIM BARROS - Matr.1672076-8**, **Gerente do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica**, em 31/03/2020, às 16:05, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **37905728** código CRC= **646307E9**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 37905728



DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA - DOD

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DEMANDANTE

Unidade/Setor/Depto.: GCEAF/DIASF/CATES/SES

Data:	17/03/2020		
Responsável pela Demanda:	Diogo de Amorim Barros	Telefone Resp.:	17/03/2020
E-mail do Responsável:	geceaf@saude.df.gov.br	Matr. do Resp.:	1672076-8

INDICAÇÃO DO INTEGRANTE TÉCNICO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Integrante Técnico:	Isis Andrade Franco de Carvalho	Telefone do I.T.:	61 981516406
E-mail do Integrante Técnico:	geceaf@saude.df.gov.br		

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente (Resolução-RDC Nº 304, de 17 de Setembro de 2019, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos; Resolução RDC Nº 234, DE 20 DE JUNHO DE 2018, que dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências; Portaria Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; e demais legislações e normativas aplicáveis).

Quantidade:	Atendimento de aproximadamente 33 mil usuários cadastrados e ativos no CEAF-DF.	Unidade de fornecimento :	Aproximadamente 15 mil entregas em domicílio por mês; Aproximadamente 2750 ligações para os usuários por dia.
Memória de Cálculo do quantitativo:	Número total aproximado de pacientes cadastrados para atendimento nas unidades do CEAF-DF = 33 mil pacientes.		
Código SES:	Não se Aplica.	Código BR:	20605
Programa de trabalho :	10.303.6202.4216.0001 Aquisição de Medicamentos - Assistência à Saúde Pública - DF.		
Fonte de Recursos:	Indicação do FSDF		

MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA

Considerando o DECRETO Nº 40.475, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus;

Considerando a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia de 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

Considerando o DECRETO Nº 40.520, DE 14 DE MARÇO DE 2020, que dispõe sobre as medidas para

enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus;

Considerando a recomendação do Ministério da Saúde e demais autoridades sanitárias de se evitar aglomerações para reduzir a propagação do Covid-19, principalmente para os grupos de risco quais sejam: imunodeprimidos, portadores de doenças crônicas, idosos; gestantes.

Considerando que o perfil de usuários que são atendidos pelo Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal (CEAF-DF) compreende essencialmente pessoas pertencentes ao referido grupo de risco, ou seja, pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes;

Considerando a suspensão de atividades coletivas com mais de cem pessoas, determinada pelo decreto 40.520, de 14 DE março de 2020;

Considerando que o número médio de atendimentos por unidade do CEAF DF é de 500 usuários por dia, bem como a vulnerabilidade destes em aglomerações para acesso aos medicamentos;

Considerando o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), criado para contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todos os estabelecimentos de saúde do território nacional.

Urge a medida emergencial e preventiva da entrega individual em domicílio dos medicamentos do Componente Especializado a todos os usuários cadastrados, a fim de evitar exposição tanto pelo deslocamento até as unidades quanto pelo tempo de espera pelo atendimento.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

Item	<i>Alinhamento Estratégico:</i>
a)	<i>Plano Estratégico do Distrito Federal, Eixo Saúde, Batalha 1: Garantir que a população tenha acesso ao medicamento certo na hora certa</i>
b)	<i>Alinhamento com o Plano Distrital de Saúde - PDS, que traz que a aspiração maior do governo 2019-2022 no que concerne à assistência farmacêutica é garantir que a população tenha acesso ao medicamento certo na hora certa.</i>
c)	Para cumprir a Iniciativa nº 165 do eixo saúde no sistema gestãodf, cuja ação traz a necessidade de implantação de pelo menos uma unidade de farmácia de alto custo por Região de Saúde, descentralizaremos a distribuição dos medicamentos para atender à demanda da capilaridade do serviço.

BENEFÍCIOS/RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

Item	<i>Benefícios/Resultados:</i>
a)	Evitar exposição dos pacientes cadastrados no CEAF-DF tanto pelo deslocamento até as unidades quanto pelo tempo de espera pelo atendimento.
b)	Evitar a propagação do vírus Covid-19
c)	Evitar sobrecarga do sistema de saúde do Distrito Federal
d)	Aumentar a capacidade de resposta sistema de saúde do Distrito Federal diante do cenário atual de pandemia
e)	Contribuir para cumprimento do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP)
f)	Contribuir para o Uso Racional de Medicamentos
g)	Reduzir o risco de pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes serem infectados pelo coronavírus.

ÁREA DEMANDANTE

Diogo de Amorim Barros
Matrícula: 1672076-8

Brasília, 18 de Março de 2020

APROVAÇÃO

Conter a aprovação EXPRESSA da Contratação pela Autoridade imediatamente superior à área demandante.

O presente DOD tem força de Documento de Consolidação da Demanda - DCD, por não haver outra área demandante para a presente contratação.

AUTORIDADE IMEDIATAMENTE SUPERIOR

Samara Furtado Carneiro
Matrícula: 0196789-4

Brasília, 18 de Março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **SAMARA FURTADO CARNEIRO - Matr.0196789-4, Diretor(a) de Assistência Farmacêutica**, em 18/03/2020, às 17:25, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO DE AMORIM BARROS - Matr.1672076-8, Gerente do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica**, em 18/03/2020, às 17:42, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **37291643** código CRC= **9CE2115E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 - DF

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 37291643



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Administração Geral

Despacho - SES/SUAG

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

Ao GAB/SES,
Senhor Secretário,

Trata o presente processo da a **Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente, com fulcro no artigo 4º, inciso IV, da Lei nº 13.979/2020**, onde foi ampliada a hipótese de incidência da autorização legal de dispensa de licitação para insumos destinados ao enfrentamento da pandemia da doença do coronavírus (COVID-19) **conforme Projeto Básico (37293085).**

Registra-se o **Parecer Referencial 02 - PGDF 38044862**) através do qual a douta Procuradoria discorre acerca das orientações e diretrizes para dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde, destinados ao enfrentamento da pandemia da doença do coronavírus (COVID-19), conforme previsão da Lei Federal nº 13.979/2020 e do Decreto 40.512/2020.

Tal Parecer fora emitido, por ocasião da Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, que "altera a supracitada Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, incluindo, portando elementos a serem verificados individualmente nos autos de cada procedimento administrativo em que se processará a pretensa contratação direta, **com fundamento no art. 4º da Lei federal nº 13.979/2020.**

Ademais, buscou-se a maior publicidade para contratação enviando os **Ofícios 60 (37301064) 349 (37510147), conforme E-mail DE PUBLICAÇÃO DO OFÍCIO Nº 349/2020 - GMAIL (37547368) (37383728)**, bem como publicação em Diário Oficial e Jornal de grande circulação.

O Decreto distrital n. 40.475, de 28.02.2020, declarou "situação de emergência, no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, pelo período de cento e oitenta dias, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus"

Segundo informações da Organização Mundial da Saúde :

"Os coronavírus (CoV) são uma grande família de vírus que causam doenças que vão desde o resfriado comum até doenças mais graves, como a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV) e a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-CoV).

A doença do coronavírus (COVID-19) é uma nova cepa que foi descoberta em 2019 e não foi identificada anteriormente em humanos. Os coronavírus são zoonóticos, o que significa que são transmitidos entre animais e pessoas. Investigações detalhadas descobriram que o SARS-CoV foi transmitido de gatos civetas para humanos e MERS-CoV de camelos dromedários para humanos. Vários coronavírus conhecidos estão circulando em animais que ainda não infectaram humanos.

Os sinais comuns de infecção incluem sintomas respiratórios, febre, tosse, falta de ar e dificuldades respiratórias. Em casos mais graves, a infecção pode causar pneumonia, síndrome respiratória aguda grave, insuficiência renal e até mesmo morte.

As recomendações padrão para evitar a propagação da infecção incluem lavagem regular das mãos, cobertura da boca e do nariz ao tossir e espirrar, cozinhar completamente carne sinuosa e ovos. Evite contato próximo com qualquer pessoa que apresente com sintomas de doença respiratória, como tosse e espirro."

A título de atualização, até a presente data, 02 de abril de 2020, são 962.977 casos confirmados, 49.180 mortes, no Brasil já são 6.988 casos com 127 mortes em decorrência da pandemia.

FONTE: <https://gisanddata.maps.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6> (ACESSADO EM 02/04/2020 - 12h00)

Dos elementos a serem verificados individualmente nos autos de cada procedimento administrativo em que se processará a contratação direta, mediante dispensa de licitação, conforme **Parecer Referencial 02 - PGDF (38044862)**:

a) Cumprimento dos requisitos para a incidência da norma federal que autoriza a dispensa de licitação:

a.1) Os bens, serviços e insumos que se objetiva adquirir deverão destinar-se exclusivamente ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19);

Conforme Memorando 78 (37266072), exarado pelo Secretário SES, bem como o Projeto Básico SES/SUAG/CEIC (37293085), a presente contratação destina-se ao atendimento dos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo), conforme segue.

Considerando o **DECRETO Nº 40.475, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020**, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus;

Considerando a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia de 11 de março de 2020, como **pandemia do Novo Coronavírus**;

Considerando a recomendação do Ministério da Saúde e demais autoridades sanitárias de **se evitar aglomerações para reduzir a propagação do Covid-19**, principalmente para os grupos de risco quais sejam: **imunodeprimidos, portadores de doenças crônicas, idosos; gestantes.**

Considerando que o perfil de usuários que são atendidos pelo Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal (CEAF-DF) compreende essencialmente pessoas pertencentes ao referido grupo de risco, ou seja, pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes:

Benefícios/resultados a serem alcançados:

Evitar exposição dos pacientes cadastrados no CEA-DF tanto pelo deslocamento até as unidades quanto pelo tempo de espera pelo atendimento.

Evitar a propagação do vírus Covid-19

Evitar sobrecarga do sistema de saúde do Distrito Federal

Aumentar a capacidade de resposta sistema de saúde do Distrito Federal diante do cenário atual de pandemia

Contribuir para cumprimento do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP)

Contribuir para o Uso Racional de Medicamentos

Reduzir o risco de pacientes crônicos renais, pacientes oncológicos, pacientes portadores de doenças raras, gestantes de alto risco, pacientes portadores de leucemias, diabéticos em vários níveis de gravidade, pacientes com hipertensão arterial sistêmica, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, dentre outras comorbidades importantes serem infectados pelo coronavírus.

a.2) A autorização legal para a aquisição direta por dispensa de licitação é temporária, se limitando ao período enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

O contrato terá vigência de **ATÉ 180 (cento e oitenta) dias corridos**, por se tratar de CONTRATAÇÃO por Dispensa de Licitação, enquadrando-se no **com fulcro no artigo 4º, inciso IV, da Lei nº 13.979/2020**.

a.3) As aquisições realizadas com base no dispositivo deverão ser imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores, contendo as informações descritas no art. 4º, §2º da Lei federal nº 13.979/2020.

b) Não obstante o permissivo legal para a dispensa de licitação nas aquisições destinadas ao enfrentamento da COVID-19, deve o gestor público sempre observar os princípios que lhe são impostos pelo art. 37 da Constituição Federal, bem como aqueles previstos no art. 3º da Lei 8.666/93

c) Mesmo se tratando de procedimento de contratação direta, deve ser observado o rito e a instrução da denominada fase interna do procedimento, de acordo com as regras da Lei nº 13.979/2020, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, instruindo-se os autos com:

c.1) Projeto básico simplificado (ou termo de referência simplificado), contendo os elementos indicados no art. 4º-E, §1º da Lei nº 13.979/2020, aprovado pela autoridade competente (art. 7º, §2º, I, Lei 8.666/93), contendo orçamento detalhado (art. 7º, §2º, II, Lei 8.666/93);

- **Projeto Básico SES/SUAG/CEIC (37293085)**

c.2) Comprovação da existência de recursos orçamentários para fazer frente à futura contratação (art. 4º-E, §1º, VII da Lei nº 13.979/2020 c/c art. 7º, §2º, III, Lei 8.666/93);

- **Despacho SES/FSDF/DIOR/GEO/NPO (38040617)**

c.3) Habilitação jurídica, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 28 da Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);

- **Habilitação BRB (38040295)**

c.4) Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 29, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020). A dispensa de apresentação da documentação não poderá recair, no entanto, sobre a prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

Consta a regularidade junto com a habilitação das Empresas:

- **Habilitação BRB (38040295)**

c.5) Documentação relativa à capacidade técnica, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 30, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);

Consta a capacidade técnica junto com a habilitação das Empresas:

- **Habilitação BRB (38040295)**

c.6) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 31, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);

Consta a capacidade técnica junto com a habilitação das Empresas:

- **Habilitação BRB (38040295)**

d) Devem ser cumpridas as exigências do art. 26, parágrafo único, II e III da Lei nº 8.666/93, instruindo-se os autos com:

d.1) A razão da escolha do fornecedor ou executante;

Conforme Projeto Básico SES/SUAG/CEIC (37293085), o critério de aceitação da proposta é o de menor preço.

d.2) A justificativa do preço:

- **Planilha Detalhada + Propostas (38028889)**

e) No que diz respeito à pesquisa de preços que embasará a aquisição, devem ser observadas as regras do Decreto distrital nº 39.453/2018.

- **Lista de Verificação - Pesquisa de Preços SES/SUAG/DIAQ/GEPP (38028931)**
- **Relatório 552 (38029097)**

Decreto nº 32.751/2011 (art. 3º, §2º), que veda o nepotismo, e o Decreto nº 39.860/2019.

- **Habilitação BRB (38040295)**

g) Outras regras específicas a serem observadas nas dispensas de licitação realizadas sob a égide da Lei nº 13.979/2020:

Solicita-se à DAESP e DFACC o correto cumprimento do Art. 4º da LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020,

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição. (ato posterior)

Pelo exposto, à luz da emergencialidade evidenciada nos autos, e com o fito de promover a celeridade na instrução processual, com base no **Parecer Referencial 02 - PGDF (38044862)**, fica dispensado o envio dos autos à Assessoria Jurídico Legislativa desta pasta para análise de alçada.

Tendo em vista a pretendida contratação realizada com fundamento no Artigo 4º, da Lei nº 13.979/2020, RECONHEÇO a Dispensa de Licitação nº 03/2020, com fulcro na especificação técnica, detalhamento da necessidade e justificativa, bem como da aprovação da proposta pela área técnica competente, que está sendo contratada, no valor global de R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos), referente à **Contratação emergencial (por 180 dias) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente.**

IOHAN ANDRADE STRUCK

Subsecretaria de Administração Geral/SES

Subsecretário

À

SUAG/SES

Considerando as informações contidas no presente processo e mediante Despacho SES/SUAG (38044988), com fundamento no Artigo 4º, da Lei nº 13.979/2020, RATIFICO a Dispensa de Licitação nº 03/2020 no valor global de R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos), sendo declarada vencedora a empresa BRB SERVIÇOS S/A, referente à **Contratação emergencial (por 180 dias) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente.**

Isto posto, encaminha-se os autos à Subsecretaria de Administração Geral - SUAG/SES para providências subsequentes.

FRANCISCO ARAÚJO FILHO

Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **IOHAN ANDRADE STRUCK - Matr.1677744-1, Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 02/04/2020, às 12:55, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO ARAUJO FILHO - Matr.1689145-7, Secretário(a) de Estado de Saúde do Distrito Federal**, em 02/04/2020, às 13:49, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38044988** código CRC= **90E1958A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

(61)3348-6123

00060-00109204/2020-43

Doc. SEI/GDF 38044988



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Gerência da Central de Atendimento ao Cidadão

Atestado de Capacidade Técnica SEI-GDF n.º 1/2019 -
CODEPLAN/PRESI/GECAC

Brasília-DF, 10 de maio de
2019

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN, empresa pública de direito privado, sob a forma de sociedade por ações, regida pela Lei Federal nº 6.404/76, integrante da Administração Indireta do Governo do Distrito Federal na forma do artigo 3º, inciso II e parágrafos, da Lei Federal nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, que a instituiu, constituída por escritura pública, de 5 de dezembro de 1966, publicada no Diário Oficial da União, de 26 de dezembro de 1966, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.046.060/0001-45, sediada no SAM, Projeção "H", Brasília-DF, declara para os devidos fins, que a empresa BRB SERVIÇOS S/A (antiga BSB Administradora de Ativos S/A), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 12.875.569/0001-80, sediada no SCN Quadra 4 Bloco C, Asa Norte, Brasília — DF, através do Contrato emergencial nº 07/2012, assinado em 31 de maio de 2013, prestou os serviços abaixo descrito:

Objeto Contratual

Contratação de empresa especializada para fornecimento de uma solução global para a implantação, sustentação operacional e modernização continuada de uma Central Única de Atendimento ao Cidadão do Governo do Distrito Federal, envolvendo todos os recursos tecnológicos e humanos de alta complexidade, incluindo pesquisas e desenvolvimento de métodos, técnicas e padrões de interação e relacionamento com usuários através de multicanais (telefone, e-mail, chat, web, mídias sociais etc.) de acordo com as especificações contidas no Projeto Básico, parte integrante do presente processo.

Contrato com ANEXO UNICO

Serviço	Unidade	Quantidade
PA I – Esse PA utilizará operador Nível I para 06 horas de atendimento de segunda a sexta feira	PA	50
PA II - Esse PA utilizará operador Nível I para 12 horas de atendimento de segunda a sexta feira, das 08 às 20h	PA	70
PA III - Esse PA utilizará operador Nível I para 12 horas de atendimento de segunda a domingo, incluindo feriados, das 08 às 20h	PA	10
PA IV- Esse PA utilizará operador Nível I para 24 horas de atendimento	PA	05

de segunda a domingo, incluindo feriado		
PA V - Esse PA utilizará operador Nível II para 06 horas de atendimento de segunda a sexta-feira. "Auxiliar de Enfermagem ou Profissionais Biomédicas"	PA	30
PA VI - Esse PA utilizará operador Nível II para 12 horas de atendimento de segunda a sexta-feira, das 08 às 20h. "Auxiliar de Enfermagem ou Profissionais Biomédicas"	PA	05
PA VII - Esse PA utilizará operador Nível II para 24 horas de atendimento de segunda a domingo, incluindo feriado "Auxiliar de Enfermagem ou Profissionais Biomédicas"	PA	10
PA VIII - Esse PA utilizará operador Nível II para 06 horas de atendimento "Psicologia"	PA	04
PA IX - Esse PA utilizará operador Nível II para 12 horas de atendimento "Psicologia"	PA	04
PA X - Esse PA utilizará operador Nível II para 24 horas de atendimento "Psicologia"	PA	02
PA XI - Esse PA utilizará operador Nível III para 06 horas de atendimento - segunda a sexta-feira - Atendimento ao Turista - Trilingue.	PA	20
PA XII - Esse PA utilizará operador Nível III para 12 horas de atendimento de segunda a sexta-feira, das 08 às 20h - Atendimento ao Turista - Trilingue.	PA	10
PA XIII - Esse PA utilizará operador Nível III para 12 horas de atendimento de segunda a domingo, incluindo feriado - Atendimento ao Turista - Trilingue.	PA	10
PA XIV - Esse PA utilizará operador Nível III para 24 horas de atendimento de segunda a domingo, incluindo feriado Atendimento ao Turista - Trilingue.	PA	10
PA XV - Esse PA utilizará operador Nível I para 12 horas de atendimento de segunda a sexta-feira, para recebimento de deficientes auditáveis e de fala, sendo equipada com todos os recursos de hardware.	PA	05

e software necessários para os recebimentos de chamadas de aparelhos telefônicos de texto. Terminal Telefônico para deficientes auditivos.		
PA XVI - Esse PA é composto somente da infraestrutura de atendimento sem a alocação de operador, para 12 horas de atendimento.	PA	40
PA XVII - Ligações atendidas utilizando o recurso de URA desenvolvidos para a realização de atendimento eletrônico	PA	40 mil



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DE NAZARE MACEDO DOMINICI - Matr.0002314-0, Assistente Técnico(a) de Administração**, em 13/05/2019, às 13:50, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=22178393 código CRC= 81005870.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Administração Municipal - SAM, Bloco H - Bairro Asa Norte - CEP 70620-080 - DF

3342-2265

00121-00000884/2019-71

Doc: SEI/GDF 22178393

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

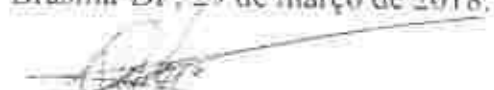
EMPRESA EMITENTE	
RAZÃO SOCIAL	BRB Banco de Brasília S/A
CNPJ	00.000.208/0001-00
ENDEREÇO	SBS QD 01, BLOCO E, Ed. Brasília, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.072-900
TELEFONE	61 30298741
SIGNATÁRIOS DA EMITENTE DO ATESTADO	
NOME	Tiago Coli Dantas
CARGO	Superintendente
Telefone	61 – 3412-9002
e-mail	supsucan@brb.com.br
NOME	Maria do Socorro do Nascimento Oliveira
CARGO	Gerente de Área
Telefone	61 – 3027-8741
e-mail	ggetel@brb.com.br

ATESTAMOS, para fim exclusivo de participação em licitação que a empresa BRB Serviços S/A, com sede à SCN Quadra 04, Bloco C, Asa Norte, Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o número 12.875.569/0001-80, presta serviços para a Central de Relacionamento do Banco de Brasília S.A - BRB, desde o dia 17/07/2014 até o presente momento, nos termos dos contratos 2014/144 e 2016/145, e seus aditivos, conforme descrição do objeto abaixo:


Prestação de Serviços das atividades do Site da Central de Relacionamento para o Conglomerado BRB, no Distrito Federal, incluindo instalações físicas e lógicas necessárias, instalações prediais, infraestrutura de rede, estações de trabalho, rede local, manutenção, suporte dos equipamentos, recursos humanos, mobiliários, material de expediente e equipamentos necessários à execução de serviços, de teleatendimento receptivo, telemarketing ativo, atendimento multimeios e serviços de suporte à operação. Para a prestação dos serviços disponibilizam customização de solução de atendimento eletrônico, com consulta a banco de dados em web service e vocalização das respostas automáticas através da URA, fornecimento de solução de CRM - *Customer Relationship Management*, contemplando serviços de levantamento, modelagem e implementação do sistema, disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

contemplando a execução baseada em níveis de serviços e utilização de recursos CTI (Computer Telephony Integration), gravação digital e solução de gestão de atendimentos em arquitetura web; com número de 150 (cento e cinquenta) posições de atendimentos, utilizando-se de processos baseados em normas de maturidade de Gestão, baseando-se na melhores práticas de mercado, para a gestão e entrega de resultados.

Brasília-DF, 29 de março de 2018.



Tiago Coli Dantas
Superintendente SUCAN



Maria do Socorro do Nascimento Oliveira
Gerente GETEL

Habilitação BRB (38040295) SEI 00060-00109204/2020-43 / pg. 47

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

[illegible]

[illegible]

(*) Republicado por erro da Editora Gráfica, publicado no DODF nº 39, de 28 de fevereiro de 2020, páginas 42 a 47.

DAR-148/2020

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01265
PROCESSO: 00060-00037310/2020-18, Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa ÚNICO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLI. CNPJ Nº 23.864.942/0001-13. OBJETO: AQUISIÇÃO DE DESMOPRESSINA SOLUÇÃO INJETÁVEL 4MG/ML AMPOLA 1ML REFRIGERAÇÃO, conforme Ata de Registro de Preço nº 236/2019-D SES/DF e Pedido de Aquisição de Material nº 5-20/AFM000489 e Autorização de Fornecimento de Material nº 5-20/AFM000369. VALOR: R\$ 2.586,00(dois mil quinhentos e oitenta e seis reais), PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 08/02/2020. Pela SES/DF: EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01267
PROCESSO: 00060-00040318/2020-61. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA. CNPJ Nº 03.485.572/0001-04. OBJETO: AQUISIÇÃO DE INDAPAMIDA COMPRIMIDO LÍBERAÇÃO PROLONGADA 1,5 MG, conforme Ata de Registro de Preço nº 23/01/2020. SÚMULA: 1. Fornecedor: GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA. Fornecedor de Material nº 5-20/AFEM000409 VALOR: R\$ 266.913,60 (duzentos e sessenta e seis mil novecentos e treze reais e sessenta centavos), PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 08/02/2020. Pela SCS/DF: EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO.

PROCESSO: 0060-00040361/2020-27. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a pessoa VITAMMED DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS P. CNPJ Nº 22.530.297/0001-30. OBJETO: AQUISIÇÃO DE ALCOOL GEL 70% FRASCO 400G A 500G VALVULA C.PUMP, conforme Ata de Registro de Preço nº 210/ 2020-27 SES/DF e Pedido de aquisição de Material nº 5-20/PAM000532 e autorização de compra nº 210/ 2020-27 SES/DF. Valor estimado: R\$ 25.25 quinze mil centos e vinte e cinco reais e sessenta centavos). PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 08/02/2020. Pela SES/DF: EDUARDO SFARA MACHADO POIO DO REGO.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01314
PROCESSO: 00060-00046378/2020-98. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A. CNPJ Nº 60.665.981/0009-75. OBJETO: AQUISIÇÃO DE TIORIDAZINA (CLORIDRATO) DRAGEE 100 MG, conforme Ata de Registro de Preço nº 47/ 2019 - SES/DF e Pedido de Aquisição de Material nº 5-20/PAMA/MS94 e Autorização de Fornecimento de Material nº 5-20/AFM004, no valor de R\$ 260.000 (duzentos e sessenta mil reais). PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 10/02/2020. Pela SES/DF: NELMA REGIA DA CUNHA LOUZIDARO.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01315
PROCESSO: 00060-00047106/2020-13. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa MEDCOMERCE COM. DE MEDIC. E PRODUTOS HOSPIT. LTDA CNPJ Nº 37.396.017/0006-24. OBJETO: AQUISIÇÃO DE TENECTEPLASE PO LIOFILIZADO 40 MG FRASCO AMPOLA + SERINGA PREENCHIDA COM 8 ML DILUENTE +ADAPTADOR + AGULHA, conforme Ata de Registro de Preço nº 206/2019-C SES/DF e Pedido de Aquisição de Material nº 5-20/PAM000604 e Autorização de Fornecimento de Material nº 5-20/AFM000476. VALOR: R\$ 709.222,88 (setecentos e nove mil duzentos e vinte e dois reais e oitenta e oito centavos). PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 11/02/2020. Pela SES/DF: NELMA REGIA DA CUNHA LOUZEIRO.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html> pelo código 50012020030200036

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01316
PROCESSO: 0060-00042989/2020-67, Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa MERCANTIL BARRETO COML. DE PROD. HOSP E SUP. LTDA. CNPJ Nº 15.031.173/0001-44. OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOPAMINA (CLORIDRATO) SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 MG/ML AMPOLA 10 ML, conforme Ata de Registro de Preço nº 72/2020, SOLICITAÇÃO e Pedido de aquisição de Material nº 000000566 e Autorização de fornecimento - Matrícula nº 0000000000000000 VALOR: R\$ 7.144,00(sete mil cento e quarenta e quatro reais), PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 11/02/2020. Pela SE/DE: NELMA REGIA DA CUNHA LOUZEIRO.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01322
PROCESSO: 0060-6036486/2020-52. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa FRESNIUN KABI BRASIL LTDA. CNPJ nº 49.324.221/0001-04. OBJETO: AQUISIÇÃO DE Glicose 10 % SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSAS OU FRASCOS 500 ML SISTEMA FECHADO DE INFUSÃO, conforme Ata de Registro de Preços nº 007/2019, para aquisição de Material nº 2020/PAM000469 e Autorização de Fornecimento do Material nº 5/2020/M000352. VALOR: R\$ 14.040,00(quatorze mil e quarenta reais), PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 11/02/2020. Pela SE/DF: NEILMA REGIA DA CUNHA LOUZEIRO.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01326
PROCESSO: 00660-00038429/2020-16. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, e a empresa UNIQUE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA LTDA inscrita no CNPJ nº 16.642.042/2013-01, OBJETO: AQUISIÇÃO DE BUDESONIDA AEROSSOL NASAL 32MCG/DSE FRASCO 120 DOSES COM VALVULA DOSIFICADORA, conforme Ata de Registro de Preço nº 236/2019-D SES/DF e Pedido de Aquisição de Material nº 5-20/PAF000057 e Autorização de Fornecimento de Material nº 5-20/AFM000387, VALOR: R\$ 3.088,56 (três mil oitenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 11/02/2020. Pela SES/DF: NELMA REGINA DA CUNHA LOUREIRO.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01327
PROCESSO: 0060-00047298/2020-50. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa UNIÃO QUÍMICA FARMACEÚTICA NACIONAL S/A. CNPJ Nº 60.665.981/0009-75. OBJETO: AQUISIÇÃO DE OCITOCINA SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 UI AMPOLA 1 ML, conforme Ata de Registro de Preço nº 228/ 2019-H SES/DF e Pedido de Aquisição de Material nº 5-20/PAM000607 e Autorização de Comprometimento de Material nº 5-20/CMR. R\$ 5.330,00 (cinco mil e trezentos e trinta reais). PRAZO DE ENTREGA: 100% EM 30 DIAS. Data do Empenho: 11/02/2020. Pela SES/DF: NELMA REGIA DA CUNHA LOUZEIRO

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01332
PROCESSO: 0060-0003671/2020-73. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua
PREFEITA DE ESTADIAÇÃO, SINDICATO DISTRITO FEDERAL, e a empresa MEDCOMERCIAL
COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ 07.724.724/0001-00
AQUISIÇÃO DE IMUNOGLOBULINA INJETAVEL (ANTI-D) SOLUCAO INJETAVEL DE 250 MCG/ML
A 300 MCG FRASCO -AMPOLA OU SERINGA PREENCHIDA, conforme Ata de Registro de Preço
nº 228/2019-5 SSES/DF e Pedido de Aquisição de Material nº 5-20/PAM004477 e Autorização de
Fornecimento de Material nº 5-20/AM00359 VALOR: R\$ 71.261,00 (cento e setenta e um mil
e sessenta e um reais e 00/100) Data de Emissão: 11/02/2020, 30 DIAS. Data do Empenho:
11/02/2020. Pela SSES/DF: NELMA REGIA DA CUNHA LOUIZEIRO.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01333
PROCESSO: 00660-00033467/2020-74. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa UNIAO QUIMICA S/A, inscrita no CNPJ nº 06.908.288/0001-00, para aquisição de 50 MG/ML FRASCO 100 ML CEFALEXINA SUSPENSÃO OU PO PARA SUSPENSÃO ORAL 50 MG/ML FRASCO 100 ML COM DOSADOR, conforme Ata de Registro de Preço nº 227/2019 - I SES/DF e Pedido de Aquisição de Material nº 5-20/PAM000413e Autorização de Fornecimento de Material nº 5-20/AMF000310-1. VALOR: R\$ 5.135,70(cinco mil e cento e trinta e cinco reais e setenta centavos), PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. Data do Empenho: 11/02/2020. Pela SES/DF: EDUARDO SEARA MACHADO POPO DO REGO.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
IDENTIDADE DO ADVOGADO

NOME:
JULIANA GONÇALVES NAVARRO

FILIAÇÃO:
VALTER NAVARRO
MARIA ELIZA GONÇALVES NAVARRO

DATA DO NASCIMENTO:
10/01/1970

DATA DO REGISTRO:
01/03/2000

CPF:
019.350.838-65

ENDEREÇO:
RUA DO BRASIL, 1000 - BRASÍLIA - DF

CEP:
70000-000

ASSINATURA: *Juliana Navarro*

VALIDADE: 01/03/2020

ESTADO: DF

CLASSIFICAÇÃO: 17026

BRASIL

TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 00257084

1000 ORGANIZAÇÃO
DESEMPENHO CIVIL, PARA TODAS AS FÉRE LEGAIS
Art. 10 da Lei nº 4.066/62

ASSINATURA DO PORTADOR

COEFICIENTE

4º OFÍCIO DE NOTAS - DF

DEPM DO SIA, 800, MANHÃ, LÔJA 100714 - BRASÍLIA/DF

FONE: (61) 3320-5236/3036-2508/3792-7474

4oficiodemenotaspri.com

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original. (Lei n. 8.935/94)

Tabelião: Evaldo Feltosa dos Santos

Brasília-DF, 12 de Agosto de 2019

ALISSON JACINTO DE MOURA

ESCREVENTE AUTORIZADO

181-Consultar selos: www.tjdft.jus.br

Selo: TJDFT20190090873714XDZ

SEMPRE PRESENTE NA SUA REALIZAÇÃO DOCUMENTAL



TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 16/03/2020, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

BRB SERVICOS S/A

12.875.569/0001-80

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 16/03/2020

Selo digital de segurança: **2020.CTD.EZIC.V5ZT.IPWX.Y9SD.U8RL**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.875.569/0001-80

Razão Social: BRB SERVICOS SA

Endereço: SCN QD 04 BLOCO C SN / ASA NORTE / BRASILIA / DF / 70714-902

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/03/2020 a 13/07/2020

Certificação Número: 2020031602304763260783

Informação obtida em 31/03/2020 08:33:57

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: BRB SERVICOS S/A
CNPJ: 12.875.569/0001-80

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:59:56 do dia 19/12/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/06/2020.

Código de controle da certidão: **96FC.D802.4D63.3E6E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº: 125012713472020

NOME: BSB ADMINISTRADORA DE ATIVOS S/A

ENDEREÇO: SCN QUADRA 4 BLOCO C

CIDADE: ASA NORTE

CNPJ: 12.875.569/0001-80

CF/DF: 0755948000157

FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o CNPJ acima.

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04 / 07 / 2003, gratuitamente.

Válida até 30 de abril de 2020.

Certidão emitida via internet em 31/03/2020 às 08:35:04 e deve ser validada no endereço <https://www.receita.fazenda.df.gov.br>.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Validade: 26/09/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

C e r t i f i c a - s e q u e B R B S E R V I C O S S / A
 (M A T R I Z E F I L I A I S), inscrito(a) no CNPJ sob o nº
12.875.569/0001-80, N Ã O C O N S T A do Banco Nacional de Devedores
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMACÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

3º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS DE BRASÍLIA
 101 Brasília DF, Torre E-62, Lote 1450 Ventania Shopping, 1º Andar, Brasília/DF, Cep: 70160-900 - Fone: (61) 3301.1212
 Site: www.3oficio.com.br E-mail: recursos@3oficio.com.br

AUTENTICAÇÃO

Autentico esta cópia conforme Art.7, V, da Lei 8935/94

Brasília-DF, 17/09/2019 - 13:22:54

088-MARIA DOLORES RIBEIRO
 SOARES

ESCREVENTE AUTORIZADO

Selo: TJDFDT20190080424137JREA

Consultar: www.tjdft.jus.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.875.569/0001-80 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/11/2010
NOME EMPRESARIAL BRB SERVICOS S/A		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 82.20-2-00 - Atividades de teleatendimento		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais 64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada		
LOGRADOURO Q SCN QUADRA 4 BLOCO C	NÚMERO 0	COMPLEMENTO *****
CEP 70.714-902	BAIRRO/DISTRITO ASA NORTE	MUNICÍPIO BRASILIA
UF DF		
ENDEREÇO ELETRÔNICO KLEZIA.FONTINELES@BSBATIVOS.COM.BR	TELEFONE (61) 3029-8346	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/11/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **31/03/2020** às **11:13:14** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO NO CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL - DIF

Imprimir

CF/DF 07.559.480/001-57		CPF/CNPJ 12.875.569/0001-80	DataConcessão 18/11/2010
Denominação social BRB SERVICOS S/A			
Título do Estabelecimento - Nome Fantasia BRB SERVICOS			
Natureza Jurídica/Tipo de Contribuinte SOCIEDADE ANONIMA			
Qualificação do Contribuinte ISS EMPRESA			FAC - Número do Protocolo
			113-24136/45
Regime de Tributação do ISS REGIME NORMAL DE APURACAO		Faixa do ISS XX	Data de enquadramento no ISS
			17/11/2010
Regime de Tributação do ICMS		Faixa do ICMS XX	Data de enquadramento no ICMS
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			XXXXXXXXXX
Descrição Atividade Econômica do ISS ATIVIDADES DE TELEATENDIMENTO			
Código da Atividade - ISS N8220-2/00-00		Data de Início de Atividade - ISS 17/11/2010	
Descrição da Atividade Econômica do ICMS XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX			
Código da Atividade - ICMS XXXXXXXXXX		Data de Início de Atividade - ICMS XXXXXXXXXX	
Endereço SCN QUADRA 4 BLOCO C			CEP 70.714-902
Bairro ASA NORTE		Cidade BRASILIA	UF DF
Situação Cadastral ATIVA		Data 31/03/2020	

Este documento foi emitido no dia 31/03/2020 na Internet pelo portal Agênci@Net e poderá ser reimpresso no endereço <http://publica.agencianet.fazenda.df.gov.br>.



CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Nº: R00122/2020

CERTIFICAMOS, para os fins que se fizerem necessários, que a empresa **BRB SERVIÇOS S/A**, CNPJ nº **12.875.569/0001-80**, encontra-se inscrita neste Conselho Regional sob o nº PJ/2496, desde 07/03/2013, sem anotação de qualquer impedimento, tendo como Responsável(is) Técnico(s) o(s) profissional(is):

- **MARCELO NERES DA SILVA**, inscrito no CRA-DF sob o nº: 020139

CERTIFICAMOS, TAMBÉM, que a referida Empresa **não sofreu** qualquer punição disciplinar por parte deste Conselho Regional e **nada consta** que desabone a sua conduta, até a presente data, estando em dia com suas obrigações financeiras, a que se refere o artigo 51 do Decreto nº 61.934 de 22 de dezembro de 1967, que regulamentou a Lei nº 4.769/65.

Brasília, DF, 06 de março de 2020.

ESTA CERTIDÃO É VÁLIDA ATÉ 31/12/2020

...: ESTA CERTIDÃO NÃO CONTÉM EMENDAS NEM RASURAS ...:



A autenticidade do documento pode ser conferida no site e número de controle abaixo:

<http://cra-df.implanta.net.br/servicosOnline/Publico/ValidarDocumentos/a52b7702-d6bc-4f0a-985f-d85cf7c03ecb>



DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MÃO-DE-OBRA DE MENOR

A empresa **BRB SERVIÇOS S/A**, com sede em Brasília, Distrito Federal, à SCN, Quadra 04, Bloco "C", Asa Norte, CEP 70.714-902, inscrita no CNPJ sob o nº 12.875.569/0001-80, neste ato representada pelo Diretor Presidente, Sr. **Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto**, brasileiro, portador do RG nº 047810272013-4 SSP/MA e do CPF nº 473.222.251-04 e por sua Diretora Operacional, Sr. **Ricardo José Duarte Rodrigues**, brasileiro, portador do RG nº 1.997.936 SSP/DF e do CPF nº 970.107.661-34, ambos residentes e domiciliados nesta capital, DECLARA, sob as penas da lei, para os devidos fins junto à **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – SES/DF**, que não utiliza mão-de-obra, direta ou indireta, de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666/93.

Brasília – DF, 31 de março de 2020.

Atenciosamente,


Marcos Fernando F. dos Santos Jacinto
Diretor Presidente


Ricardo José Duarte Rodrigues
Diretor de Controladoria, Administração
e Finanças



DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS SUPERVENIENTE

A empresa **BRB SERVIÇOS S/A**, com sede em Brasília, Distrito Federal, à SCN, Quadra 04, Bloco "C", Asa Norte, CEP 70.714-902, inscrita no CNPJ sob o nº 12.875.569/0001-80, neste ato representada pelo Diretor Presidente, Sr. **Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto**, brasileiro, portador do RG nº 047810272013-4 SSP/MA e do CPF nº 473.222.251-04 e por sua Diretora Operacional, Sr. **Ricardo José Duarte Rodrigues**, brasileiro, portador do RG nº 1.997.936 SSP/DF e do CPF nº 970.107.661-34, ambos residentes e domiciliados nesta capital, DECLARA, sob as penas da lei, para os devidos fins junto à **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – SES/DF**, que não se encontra em processo de Falência ou Concordata, e que até a presente data não existem fatos precedentes impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Brasília – DF, 31 de março de 2020.

Atenciosamente,

Marcos Fernando F. dos Santos Jacinto
Diretor Presidente

Ricardo José Duarte Rodrigues
Diretor de Controladoria, Administração
e Finanças




DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO PROJETO BÁSICO

A empresa **BRB SERVIÇOS S/A**, com sede em Brasília, Distrito Federal, à SCN, Quadra 04, Bloco "C", Asa Norte, CEP 70.714-902, inscrita no CNPJ sob o nº 12.875.569/0001-80, neste ato representada pelo Diretor Presidente, Sr. **Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto**, brasileiro, portador do RG nº 047810272013-4 SSP/MA e do CPF nº 473.222.251-04 e por sua Diretora Operacional, Sr. **Ricardo José Duarte Rodrigues**, brasileiro, portador do RG nº 1.997.936 SSP/DF e do CPF nº 970.107.661-34, ambos residentes e domiciliados nesta capital, DECLARA, sob as penas da lei, para os devidos fins junto à **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – SES/DF**, que a empresa tomou conhecimento de todos os critérios e exigências descritas no Projeto Básico e que, havendo divergência entre o descrito no Ato Convocatório e o Projeto Básico, prevalecerá as normas constantes no Projeto Básico.

Brasília – DF, 31 de março de 2020.

Atenciosamente,


Marcos Fernando F. dos Santos Jacinto
Diretor Presidente


Ricardo José Duarte Rodrigues
Diretor de Controladoria, Administração
e Finanças




DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOS DA ADMINISTRAÇÃO NO QUADRO SOCIETÁRIO




A empresa **BRB SERVIÇOS S/A**, com sede em Brasília, Distrito Federal, à SCN, Quadra 04, Bloco "C", Asa Norte, CEP 70.714-902, inscrita no CNPJ sob o nº 12.875.569/0001-80, neste ato representada pelo Diretor Presidente, Sr. **Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto**, brasileiro, portador do RG nº 047810272013-4 SSP/MA e do CPF nº 473.222.251-04 e por sua Diretora Operacional, Sr. **Ricardo José Duarte Rodrigues**, brasileiro, portador do RG nº 1.997.936 SSP/DF e do CPF nº 970.107.661-34, ambos residentes e domiciliados nesta capital, DECLARA, sob as penas da lei, para os devidos fins junto à **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – SES/DF**, de acordo com a Portaria nº 356 de 29 de junho de 2019, da Controladoria Geral do Distrito Federal, que não possui servidor da Administração direta ou indireta no quadro societário da empresa, conforme Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019.

Brasília – DF, 31 de março de 2020.

Atenciosamente,


Marcos Fernando F. dos Santos Jacinto
Diretor Presidente


Ricardo José Duarte Rodrigues
Diretor de Controladoria, Administração
e Finanças


 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa Departamento de Registro Empresarial e Integração		Nº 1  JCDF - SEDE SEDE JCDF 26 AGO 2019  19/143.948-7
NRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	4º de Matricula do Agente Auxiliar do Comércio
53300012105	2054	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Distrito Federal

Venho: **BRB SERVICOS S/A**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCM/REMP

DFE1900132530

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO ATO	Q'DE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	019			ESTATUTO SOCIAL

BRASILIA
Local

26 Agosto 2019
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do
 Nome: José da Costa F. Neto
 Assinatura: [Assinatura]
 Telefone de Contato: 3029.8338

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresa(s) / Agente(s) ou semelhantes(s):

☐ SIM ☐ NÃO

☐ NÃO _____ ☐ NÃO _____

Data Responsável Data Responsável

Processo em URMAM
 A decisão
27.8.19
 Data
[Assinatura]
 Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e argua-se

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2º Exigência 3º Exigência 4º Exigência 5º Exigência

_____ Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e argua-se

☐ Processo indeferido. Publique-se

2º Exigência 3º Exigência 4º Exigência 5º Exigência

_____ Data Responsável

[Assinatura] [Assinatura] [Assinatura] [Assinatura]
 [Assinatura] [Assinatura] [Assinatura] [Assinatura]
 Presidente da Junta

OBSERVAÇÕES





NIRE: 533.000.12.1105
CNPJ: 12.875.560/0001-00

ESTATUTO SOCIAL

BRB Serviços S/A

CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º A BRB SERVIÇOS S.A., doravante denominada Empresa, é uma sociedade por ações, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, de capital fechado, que explora atividade econômica na forma do art. 1º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, sujeita ao regime próprio das Empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, sendo regida por este Estatuto Social, pelas Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 13.303/2016, na forma regulamentada pelo Decreto nº 37.967, de 20 de janeiro de 2017, e demais disposições legais aplicáveis.

Art. 2º A Empresa tem sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal, e atuação em todo o território nacional, podendo criar ou suprimir escritórios, dependências descentralizadas e outros pontos de atendimento no País e no exterior.

Art. 3º A Empresa iniciou suas atividades em 16 de novembro de 2016, dispondo de prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II OBJETO SOCIAL

Art. 4º A Empresa tem por objeto social exercer as seguintes atividades:

I - Prestação de serviços de administração, cobrança e recuperação de títulos, operações de crédito e similares, multas e dívidas em geral de empresas e órgãos da Administração Pública e/ou a empresas privadas do País ou do exterior;

II - Participação, majoritária ou minoritária, do capital social de outras sociedades ou associações, sediadas no País ou no exterior, seja na qualidade de sócia, acionista ou associada na forma da regulamentação em vigor, desde que necessário ao atingimento de seu objeto social;

III - Serviços de recuperação, retomada, avaliação e leilão de bens;

IV - Prestação de telesserviços incluindo serviços de Atendimento a Clientes - SAC, teleatendimento, atendimento presencial, Telecobrança, Telemarketing, Contact Center e outros serviços relacionados;

V - Prestação de serviços de gestão, automação e execução das atividades referentes às rotinas de negócios ("back office") como:

- a) Gestão administrativa e financeira;
- b) Conciliação;
- c) Contas a pagar;
- d) Gestão de recursos humanos;
- e) Folha de pagamento;
- f) Gestão orçamentária;

1/30





#20
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.874.969/0001-90

- g) Gestão contábil;
- h) Gestão de cadastro de clientes e fornecedores, e
- i) Outras rotinas de negócios.

VI - Prestação de serviços de gestão de processos de negócios, tais como:

- a) Sistema tecnológico e logístico de transporte;
- b) Meios de pagamento;
- c) Gestão de força de venda;
- d) Automação de sistema de contratação de crédito;
- e) Tratamento e higienização de cadastros;
- f) Sistemas anti-fraude;
- g) Oferta de crédito e microcrédito por meio de canais analógicos, digitais e agentes de crédito; e
- h) Outros processos.

VII - Prestação de serviços de suporte e orientação ao cliente, gerenciamento de venda e demais serviços personalizados ao consumidor por meio de infraestrutura tecnológica, inteligência artificial (chat bot) plataformas digitais, e-mail, SMS (short Mensagem Service), redes sociais e telesserviços.

VIII - Desenvolver, licenciar para outorga de direito de uso, integrar, instalar, produtos de informática, inteligência artificial, automação, inclusive equipamentos, terminais de autoatendimento bancário, partes e peças, projetos de propriedade intelectual, envolvendo toda a cadeia de serviços;

IX - Prestar serviços de:

- a) sustentação e manutenção do ambiente operacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
- b) gestão, análise, programação, codificação, manutenção, Implantação e operação de sistemas de informação, inclusive gerenciamento e integração de sistemas e banco de dados;
- c) gerenciamento, monitoração e tratamento de dados e de ambientes lógicos e físicos, inclusive com hospedagem, recepção, processamento, suporte e monitoração dos dados em centro de processamento de dados;
- d) inteligência de análise de dados e intercâmbio eletrônico de informações com implementação e gestão de rede de valor agregado;
- e) manuseio, guarda e gestão por meio físico e/ou eletrônico de documentos, recepção, tratamento e digitação de dados;
- f) suporte e operação de serviços de suprimento, transporte multimodal de itens afetos ao objeto da Companhia;
- g) apoio logístico, gestão e execução de atividades inerentes aos serviços de operação bancária e de outros segmentos;
- h) consultoria em gestão, treinamento, recrutamento e seleção;

X - Prestação de serviços que requeiram suporte de Tecnologia da Informação, não previstos nos itens anteriores;

2/30





#CD
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.559/0001-80

X1 – cessão de mão-de-obra;

Parágrafo Único. A BRB Serviços poderá, ainda, firmar convênios, contratos administrativos ou outros instrumentos jurídicos congêneros com entes públicos e privados de atividades previstas neste artigo, observadas as normas contidas no art. 1º deste Estatuto.

CAPÍTULO III FUNÇÃO SOCIAL

Art. 5º A função social da Companhia realiza-se no interesse coletivo expresso no instrumento de autorização legal para a sua criação.

§ 1º A realização do interesse coletivo de que trata este artigo deverá ser orientada para o alcance do bem-estar econômico e para a alocação socialmente eficiente dos recursos geridos pela BRB Serviços, bem como para o seguinte:

I - ampliação economicamente sustentada do acesso de consumidores aos produtos e serviços da Companhia; e

II - desenvolvimento ou emprego de tecnologia brasileira para produção e oferta de produtos e serviços da Companhia, sempre de maneira economicamente justificada.

§ 2º A Companhia deverá, nos termos da lei, adotar práticas de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social corporativa compatíveis com o mercado em que atua.

§ 3º A Companhia poderá celebrar convênio ou contrato de patrocínio com pessoa física ou com pessoa jurídica para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, desde que comprovadamente vinculadas ao fortalecimento de sua marca, observando-se, no que couber, as normas de licitação e contratos, conforme legislação vigente.

§ 4º Além de outras práticas proibidas pela legislação em vigor, é vedado à Empresa:

I - abrir crédito, emprestar, comprar ou vender bens de qualquer natureza a membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;

II - emitir debêntures conversíveis em ações, ações preferenciais ou partes beneficiárias.

CAPÍTULO IV CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Art. 6º O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

§ 1º O capital social integralizado da Companhia é de 10.059.852,30 (dez milhões, cinquenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos), divididos em 248.000 (duzentas e quarenta e oito mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com ou sem emissão de certificado, podendo ser escriturais.

§ 2º O capital social poderá ser aumentado, após aprovação pela Assembleia Geral, até o limite do capital autorizado previsto no caput do art. 6º, independentemente de alteração estatutária.

3 / 30



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1303477 em 27/08/2019 da Empresa BRB SERVICOS S/A, Nire 53300012105 e protocolo DFE1900132530 - 26/08/2019. Autenticação: EA1FF392B89B2DB3BF6735599FE8334933930. Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/143.948-7 e o código de segurança be4a Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/09/2019 por Maxmilian Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Habilitação BRB (38040295)

SEI 00060-00109204/2020-43 / pg. 70



pág. 4/31



400
NIRE 533.000.12.105
CNPJ 12.875.569/0001-50

§ 3º Os títulos e certificados das ações, bem como suas respectivas cautelas, se emitidos, conterão, obrigatoriamente, as assinaturas do Diretor-Presidente e de um dos Diretores da Empresa.

§ 4º As ações são indivisíveis em relação à Empresa, cabendo a cada ação ordinária o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

§ 5º A Assembleia Geral que deliberar sobre o aumento do capital deve fixar prazo para o exercício do direito de preferência não inferior a 30 dias.

§ 6º O acionista controlador da Empresa responderá pelos atos praticados com abuso de poder, nos termos da Lei nº 6.404/1976.

CAPÍTULO V ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Art. 7º A Assembleia Geral, convocada na forma da lei, reunir-se-á ordinariamente nos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para os fins previstos em lei e extraordinariamente sempre que os Interesses sociais o exigirem.

Art. 8º Os trabalhos da Assembleia Geral serão presididos e secretariados por representantes do Acionista Controlador.

Parágrafo único. Nas Assembleias Gerais Extraordinárias, tratar-se-á, exclusivamente, do objeto declarado nos editais de convocação, não se admitindo a inclusão, na pauta da Assembleia, de assuntos gerais.

Art. 9º A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, pelo acionista ou pelo Conselho Fiscal, mediante anúncio publicado, observando-se os prazos e o quórum fixados na Lei nº 6.404/1976.

§ 1º O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 01 (um) ano, que seja acionista, administrador da Empresa ou advogado, na forma da legislação vigente, podendo ser solicitado o depósito prévio do respectivo instrumento de mandato na sede da Empresa, dentro do prazo estabelecido nos anúncios de convocação.

§ 2º Cabe à Assembleia Geral decidir todas as questões que lhe são privativas, de acordo com a legislação vigente. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, ressalvadas as exceções previstas em lei.

4/30





#00
NIRE: 53300012105
CNPJ: 17.874.569/0001-60

Art. 10. Além dos poderes estabelecidos em Lei, compete à Assembleia Geral:

I - deliberar sobre as demonstrações contábeis e sobre a distribuição ou retenção de lucros e a constituição de reservas;

II - deliberar sobre o relatório da administração e as contas anuais da Diretoria Colegiada;

III - aprovar anualmente o montante global de remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada da Empresa, na forma dos artigos 152 e 190 da Lei nº 6.404/1976;

IV - fixar anualmente a remuneração global dos membros do Conselho Fiscal;

V - nomear, eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, conforme legislação em vigor;

VI - aprovar as alterações do capital social da Empresa;

VII - deliberar sobre fusão, incorporação, cisão ou de quaisquer outras formas de reorganização societária envolvendo a Empresa; e

VIII - aprovar o Estatuto Social e suas reformas.

CAPÍTULO VI ADMINISTRAÇÃO

Art. 11. São considerados administradores os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada da BRB Serviços.

§ 1º Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria exercerão suas funções de forma colegiada para atingir o objeto da Empresa.

§ 2º A Empresa obedecerá às deliberações dos seus respectivos órgãos de administração, os quais estarão vinculadas às políticas e ao planejamento estratégico da Companhia.

§ 3º A composição de que trata o caput dar-se-á da seguinte forma:

I - No Conselho de Administração, por 03 (três) membros, sendo 01 (um) Presidente e 01 (um) Vice-Presidente; e

5/30





NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

II - Na Diretoria Colegiada, por 04 (quatro) membros, sendo 01 (um) Diretor-Presidente e 03 (três) Diretores.

Art. 12. Os membros do Conselho de Administração e os indicados para os cargos de Diretor, inclusive Diretor-Presidente, serão escolhidos entre cidadãos de idoneidade moral, reputação ilibada e de notório conhecimento compatível com o cargo, devendo ser atendidos, alternativamente, um dos requisitos das alíneas "a", "b" e "c" do inciso I e, cumulativamente, os requisitos dos incisos II e III:

I - ter experiência profissional de, no mínimo:

a) 10 (dez) anos, no setor público ou privado, na área de atuação da Companhia ou empresas do conglomerado BRB ou em área conexa àquela para o qual forem indicados, em função de direção superior; ou

b) 4 (quatro) anos ocupando pelo menos um dos seguintes cargos:

1. cargo de direção ou de chefia superior em Empresa de porte ou objetivo social semelhante ao da Companhia ou demais empresas do conglomerado BRB, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da Empresa;

2. cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior, no setor público;

3. cargo de docente ou de pesquisador em áreas de atuação da Companhia ou demais empresas do conglomerado BRB.

c) 4 (quatro) anos de experiência como profissional liberal em atividade direta ou indiretamente vinculada à área de atuação da Companhia ou demais empresas do conglomerado BRB.

II - ter formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado.

III - não se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do caput do artigo 1º da Lei Complementar nº 64/1990, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 135/2010.

§ 1º A formação acadêmica deverá contemplar curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação.

§ 2º As experiências mencionadas em alíneas distintas do inciso I do caput não poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido.

§ 3º As experiências mencionadas em uma mesma alínea do inciso I do caput poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido, desde que relativas a períodos distintos.

§ 4º Somente pessoas naturais poderão ser eleitas para o cargo de administrador da Empresa.

§ 5º Os Diretores deverão residir no País.

§ 6º Aplica-se o disposto neste artigo aos administradores da Empresa, inclusive às indicações do BRB - Banco de Brasília S.A. e da Associação dos Empregados do Banco de Brasília.

§ 7º É vedada a indicação, para o Conselho de Administração e para a Diretoria Colegiada:

6/30





#LU
NIRE 533.000.12.105
CNPJ: 12.075.569/0001-80

- I - de representante do órgão regulador ao qual a Companhia está sujeita;
- II - de Ministro do Estado, de Secretário Estadual e de Secretário Municipal;
- III - de titular de cargo em comissão na administração pública federal, estadual, distrital e municipal, direta ou indireta, sem vínculo permanente com o serviço público;
- IV - de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato eletivo de qualquer ente da federação, ainda que licenciado;
- V - de parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas mencionadas nos incisos I a IV;
- VI - de pessoa que atuou, nos últimos trinta e seis meses, como participante de estrutura decisória de partido político;
- VII - de pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;
- VIII - de pessoa que exerça cargo em organização sindical;
- IX - de pessoa física que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com o GDF, com a própria Companhia, com o BRB - Banco de Brasília S.A. ou empresas do conglomerado, nos três anos anteriores à data de sua nomeação; e
- X - de pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa politico-administrativa controladora do BRB - Banco de Brasília S.A., com o próprio BRB ou com qualquer empresa do conglomerado.

§ 8º Aplica-se a vedação do inciso III do § 7º ao servidor ou ao empregado público aposentado que seja titular de cargo em comissão da administração pública direta ou indireta.

§ 9º Aplica-se o disposto no § 7º a todos os administradores da Companhia, inclusive às indicações do BRB - Banco de Brasília S.A., e da Associação dos Empregados do Banco de Brasília - AEBRB.

§ 10 No caso de os indicados serem empregados do BRB - Banco de Brasília S.A., poderão ser dispensados os requisitos previstos no inciso I do caput, desde que atendido os seguintes requisitos:

- I - o empregado tenha ingressado no BRB por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos;
- II - o empregado tenha mais de 10 (dez) anos de trabalho efetivo no BRB ou em suas sociedades subsidiárias, controladas e coligadas;
- III - o empregado tenha ocupado cargo de direção ou chefia superior até o segundo nível não estatutário no BRB - Banco de Brasília S.A., comprovando sua capacidade para assumir as responsabilidades dos cargos de que trata o caput.

Art. 13. Os requisitos e as vedações para administradores e conselheiros fiscais são de aplicação imediata e devem ser observados nas novas nomeações e nas eleições realizadas a partir da data de publicação da Lei nº 13.303/2016, inclusive nos casos de recondução.

7/30





00
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

§ 1º Os requisitos deverão ser comprovados documentalmente, na forma exigida pelo formulário padronizado, disponibilizado pela Companhia.

§ 2º Será rejeitado o formulário que não estiver acompanhado dos documentos comprobatórios.

§ 3º O indicado apresentará declaração de que não incorre em nenhuma das hipóteses de vedação, nos termos do formulário padronizado.

Art. 14. A eleição e posse dos membros dos órgãos da Administração está condicionada à opinião favorável emitida pelo Comitê de Elegibilidade do BRB - Banco de Brasília S.A., quanto ao cumprimento dos requisitos e ausência dos impedimentos previstos em Lei e neste Estatuto.

Art. 15. Os membros dos órgãos da administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termos de posse no livro de atas do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada, conforme o caso.

§ 1º Assinarão o termo de posse o empossado e o Presidente do Conselho de Administração.

§ 2º Se o termo de posse não for assinado nos 30 (trinta) dias após a homologação pelo Banco Central do Brasil, esse tornar-se-á sem efeito, salvo justificativa formal aceita pelo Conselho de Administração.

§ 3º O mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada estender-se-á até a investidura dos novos Administradores eleitos.

Art. 16. Anualmente, o Conselho de Administração e a Diretoria Colegiada, sob a condução de seus Presidentes, utilizar-se-ão do método de autoavaliação, previamente regulamentada nos Regimentos Internos dos Órgãos, para avaliação formal de seus desempenhos.

CAPÍTULO VII IMPEDIMENTOS

Art. 17. Além dos impedimentos estabelecidos por lei, estarão impedidos de exercer cargos no Conselho de Administração, na Diretoria Colegiada da Companhia e demais órgãos estatutários:

I - o impedido por lei especial, o condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, contra a administração pública ou contra a licitação, ou o condenado a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;

II - o declarado inabilitado ou suspenso para o exercício dos cargos de administração, conselheiro fiscal, de conselheiro de administração, de Diretor ou de sócio-administrador nas instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, Empresas abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

8/30





#00
NIRE 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

III - salvo autorização formalmente expressa, pelo nível hierárquico imediatamente superior, o que estiver respondendo pessoalmente, ou como controlador ou administrador de pessoa jurídica, por pendências relativas a protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplimento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;

IV - o declarado falido ou insolvente;

V - o inadimplente ou que tenha causado prejuízo ainda não ressarcido à Empresa, ao BRB - Banco de Brasília S.A., suas subsidiárias integrais, controladas ou coligadas;

VI - o que tiver cônjuge ou parente até segundo grau inadimplente ou tenha causado prejuízo ainda não ressarcido à Empresa, ao BRB - Banco de Brasília S.A., suas subsidiárias integrais, controladas ou coligadas;

VII - o que detiver controle ou participação relevante no capital social de pessoa jurídica inadimplente com a Empresa, com o BRB - Banco de Brasília S.A., suas subsidiárias integrais, controladas ou coligadas ou que lhes tenha causado prejuízo ainda não ressarcido, estendendo-se esse impedimento aos que tenham ocupado cargo de administração em pessoa jurídica nessa situação, no exercício social imediatamente anterior à data da eleição ou nomeação;

VIII - o que de leve o controle ou participou da administração de pessoa jurídica concordatária, falida ou insolvente, no período de 05 (cinco) anos anteriores à data da eleição ou nomeação, salvo na condição de síndico, comissário ou administrador judicial;

IX - o sócio, o ascendente, o descendente ou parente colateral ou afim, até o terceiro grau, de membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Colegiada, salvo quando for oriundo do quadro de empregados da ativa do BRB - Banco de Brasília S.A.; e

X - o que ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, Diretoria, ou em comitê de auditoria, o o que tiver interesse conflitante com a sociedade.

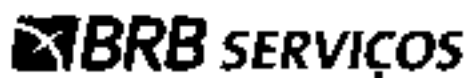
CAPÍTULO VIII CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 18. O Conselho de Administração, órgão independente de decisão colegiada, terá, na forma prevista em lei e neste Estatuto Social, atribuições orientadoras, eletivas e fiscalizadoras.

§ 1º O Presidente do Conselho de Administração e seu substituto serão eleitos pelo próprio Conselho.

9/30





AUC
NIRE: 533 000 12 105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

§ 2º O mandato unificado dos membros do Conselho de Administração é de 02 (dois) anos, a contar da data da Assembleia Geral que os eleger, sendo permitidas até 3 (três) reconduções consecutivas. O prazo do mandato estender-se-á até a posse dos novos membros.

§ 3º O Diretor-Presidente da Companhia, ou aquele que estiver substituindo-o, é participante obrigatório das reuniões do Conselho.

§ 4º O Conselho de Administração será composto por 03 (três) membros, sendo:

I - 02 (dois) representantes indicados pelo BRB - Banco de Brasília S.A; e

II - 01 (um) representante indicado pela AEBRB - Associação dos Empregados do Banco de Brasília.

§ 5º Perderá o mandato o Conselheiro que:

I - no período de 12 meses tiver deixado de comparecer a 02 (duas) reuniões ordinárias sequenciais, ou a 03 (três) reuniões ordinárias não consecutivas, sem justificativas aceitas pelo Presidente do Conselho de Administração; e

II - candidatar-se a mandato público eletivo. A perda do cargo dar-se-á na data do registro da candidatura.

Art. 19. No caso de vacância do cargo de Conselheiro, a Assembleia Geral será convocada para proceder nova eleição.

Art. 20. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 01 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente, mediante notificação escrita, nos termos do regimento interno do Conselho de Administração.

§ 2º As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho e secretariadas por quem ele indicar.

§ 3º Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros por si ou representados na forma do parágrafo único do artigo 21 deste Estatuto Social.

§ 4º As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Empresa, sendo admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência.

Art. 21. As reuniões do Conselho de Administração somente se instaurarão com a presença da maioria de seus membros em exercício.

10/30





#00
NIRE: 53300012105
CNPJ: 12.875.469/0001-80

Parágrafo único. Alternativamente, em caso de ausência de qualquer membro do Conselho, o mesmo poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta, fac-símil, correio eletrônico ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação do recebimento.

Art. 22. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos do Conselho cabendo ao Presidente além do voto comum, o de qualidade, em caso de empate.

Art. 23. Compete ao Conselho de Administração da Companhia, além de outras atribuições regulamentadas em lei:

I - fixar a Orientação Geral dos Negócios da Companhia, além de outras atribuições regulamentadas em Lei;

II - aprovar os documentos classificados como Estratégicos da Companhia, como Código de Conduta e Integridade Políticas; Plano Básico Organizacional - PBO; Orçamento; Planejamento Estratégico, Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, Regulamento de Licitações e Plano de Continuidade de Negócios.

III - autorizar as operações de que trata o parágrafo único do artigo 4º deste Estatuto Social;

IV - eleger o Diretor Presidente da Empresa por indicação do Diretor-Presidente do BRB - Banco de Brasília S.A., obedecidas as Leis e as disposições contidas neste Estatuto Social;

V - eleger e destituir os membros da Diretoria Colegiada da Empresa, e fixar lhes as atribuições, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis;

VI - fiscalizar a gestão da Diretoria Colegiada da Empresa, examinar a qualquer tempo seus livros e papéis, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos;

VII - manifestar-se formalmente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria Colegiada e as Demonstrações Contábeis da Empresa, a serem submetidas à Assembleia Geral;

VIII - propor à Assembleia Geral as reformas estatutárias e manifestar-se sobre as propostas da mesma natureza apresentadas pela Diretoria Colegiada;

IX - convocar a Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou para o fim disposto no artigo 132 da Lei nº 6.404/1976,

X - aprovar o regimento interno do Conselho de Administração e decidir sobre a criação, a extinção e o funcionamento de comitês em seu próprio âmbito;

11/30





NIRE: 533.000/12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-00

XI - estabelecer meta de rentabilidade que assegure a adequada remuneração do capital próprio;

XII - autorizar a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis de uso próprio da Empresa, integrantes do ativo permanente, observadas as normas internas de competências e alçadas;

XIII - aprovar a estrutura organizacional da Empresa, especificando as responsabilidades e atribuições em nível igual ou superior ao de Gerência, observadas as disposições legais e regulamentares e as boas práticas de governança corporativa;

XIV - aprovar a política de pessoal da Empresa, fixando os respectivos dispêndios globais anuais;

XV - autorizar viagens a serviço ao exterior aos membros da Diretoria Colegiada;

XVI - aprovar o Regulamento de Compras e Contratações da Empresa; e

XVII - deliberar sobre:

a) a distribuição de dividendos intermediários, inclusive à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis;

b) o pagamento de juros sobre o capital próprio; e

c) a participação da Empresa em sociedades.

XVIII - submeter anualmente, à Assembleia Geral, proposta da remuneração global dos administradores (membros do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada) da Empresa na forma do art. 152 da Lei nº 6.404/1976, com observância aos parâmetros estabelecidos pelo BRB - Banco de Brasília S.A.;

XIX - apreciar e deliberar sobre as proposições do Comitê de Remuneração, referentes às remunerações dos membros da Diretoria Colegiada (composição e fixação da remuneração fixa, remuneração variável, bonificações, benefícios e vantagens), observado o alinhamento entre os interesses dos administradores e da Empresa, no curto, médio e longo prazo;

XX - supervisionar a conformidade da Empresa com as normas do BRB - Banco de Brasília S.A., que regem a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada;

12/30





NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 17.875.959/0001-00

XXI - supervisionar o relacionamento entre os membros da Diretoria Colegiada da Empresa com as demais partes interessadas;

XXII - decidir sobre os critérios de participação nos lucros e resultados da Empresa aos empregados;

XXIII - avaliar formalmente, ao fim de cada ano, o seu próprio desempenho e o da Diretoria Colegiada;

Parágrafo único. O processo de avaliação de desempenho citado no inciso XXIII deste artigo, no caso de administradores e dos membros de comitês, será realizado de forma individual e coletiva, conforme procedimentos previamente definidos pelo próprio Conselho de Administração, devendo ser avaliados na forma prevista na legislação.

XXIV - aprovar a criação, extinção e funcionamento de comitês estratégicos, operacionais e de controle e fiscalização, no âmbito da Diretoria Colegiada e unidades administrativas;

XXV - fixar as competências e as alçadas próprias, da Diretoria Colegiada e de seus membros, dos Comitês, bem como dos demais órgãos que compõem a estrutura organizacional da Empresa;

XXVI - aprovar os critérios de participação da Empresa em outras Sociedades, como meio de realizar seu objeto social ou para utilizar-se de incentivos;

XXVII - aprovar matérias relativas a encerramento, renúncia, liberação, questão ou acordo de qualquer processo judicial, que envolva valores superiores a 10% do Patrimônio Líquido da Empresa; e

XXVIII - implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controles internos estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a Empresa, inclusive os riscos relacionados à ocorrência de corrupção e fraude.

CAPÍTULO IX DIRETORIA COLEGIADA

Art. 24. Todos os membros da Diretoria Colegiada serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

§ 1º O ato de nomeação exarado pelo Conselho de Administração indicará nominalmente os ocupantes dos cargos, especificando a Diretoria.

§ 2º a Diretoria Colegiada é composta pelo Diretor-Presidente e 03 (três) Diretores, sendo:

13/30





#00
NIRE: 533.000.12.1105
CNPJ: 12.875.560/0001-80

I - 03 (três) representantes indicados pelo BRB - Banco de Brasília S.A, sendo 01 (um) deles do quadro de empregados do Banco; e

II - 01 (um) representante indicado pela AEBRB - Associação dos Empregados do Banco de Brasília.

§ 3º Os membros da Diretoria Colegiada terão mandato de 2 (dois) anos, permitidas até 3 (três) reconduções consecutivas. O prazo do mandato estender-se-á até a posse dos novos diretores.

§ 4º No prazo a que se refere o § 3º do caput, serão considerados os períodos anteriores de gestão ou de atuação ocorridos há menos de 02 (dois) anos e a transferência de Diretor para outra Diretoria da Empresa.

§ 5º Para fins do disposto no § 3º do caput, não se considera recondução a eleição de Diretor para atuar em outra Diretoria da Empresa.

§ 6º Atingidos os prazos máximos a que se refere o § 3º do caput, o retorno de membro estatutário para um mesmo cargo só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão ou de atuação.

Art. 25. Em suas ausências, licenças ou afastamentos, o Diretor-Presidente e demais membros da Diretoria Colegiada serão substituídos, cumulativamente, por outro membro da própria Diretoria, mediante designação do Diretor-Presidente e posterior homologação do Conselho de Administração.

§ 1º Nos casos de vacância em cargos da Diretoria Colegiada, o provimento do cargo, inclusive o de Diretor-Presidente, será feito pelo Conselho de Administração, mediante eleição, observadas as normas internas e externas que regem a matéria.

§ 2º O substituto efetivo ocupará o cargo para o qual foi designado pelo tempo que restava ao substituído.

Art. 26. É assegurado aos membros da Diretoria Colegiada:

I - gratificação correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por mês de trabalho do ano calendário; e

II - gozo de férias anuais remuneradas de 30 (trinta) dias, que podem ser acumuladas até o máximo de dois períodos, vedada sua conversão em espécie ou indenização.

§ 1º As atribuições individuais do Diretor-Presidente da Empresa serão exercidas, durante suas ausências, licenças ou afastamentos:

14/30





#00
NIRE 533.000.12.1115
CNPJ: 12.875.560/0001-80

I - de até 30 (trinta) dias consecutivos, por um dos Diretores que o Conselho de Administração designar; e

II - superiores a 30 (trinta) dias consecutivos, por um dos Diretores que for indicado internamente pelo BRB - Banco de Brasília S.A. ou pela AEBRB, dependendo de quem indicou o Diretor Presidente afastado, e homologado pelo Conselho de Administração.

§ 2º No caso de vacância, o cargo de Diretor-Presidente será ocupado, até a posse do seu sucessor, pelo Diretor indicado internamente pelo BRB - Banco de Brasília S.A. e homologado pelo Conselho de Administração.

§ 3º As atribuições individuais dos Diretores serão exercidas por outro Diretor, cumulativamente, sem acréscimo de remuneração, nos casos de ausências, licenças ou afastamentos bem como no caso de vacância, sendo:

I - até 30 (trinta) dias consecutivos, mediante designação do Diretor-Presidente; e

II - superior a 30 (trinta) dias consecutivos, ou em caso de vacância, até a posse do substituto eleito, mediante designação pelo Conselho de Administração, dentro do período em que exercer as funções do cargo.

§ 4º Nas hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo, o Diretor acumulará suas atribuições com as do Diretor-Presidente, com acréscimo de remuneração, no limite da diferença do valor entre eles.

§ 5º Perderá o cargo, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, o membro da Diretoria Colegiada que se ausentar sem amparo da Lei ou deste Estatuto Social.

Art. 27. Sob pena de perder o cargo caso haja descumprimento, os membros da Diretoria Colegiada terão dedicação integral, sendo vedado o exercício de atividades em outras sociedades com fim lucrativo, exceto:

I - quando desenvolvidas no BRB, em suas Subsidiárias Integrais, Controladas ou Coligadas ou em sociedades das quais esses participem, direta ou indiretamente, observado o disposto no Inciso I, deste artigo;

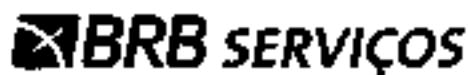
II - em outras sociedades, por designação do Governador do Distrito Federal ou do Presidente da República, ou por autorização prévia e expressa do Conselho de Administração; e

III - participação em Conselhos de Administração e/ou Fiscal de Empresas não integrantes do Sistema Financeiro Nacional e/ou entidades afins.

Art. 28. É vedado aos sócios, diretores e administradores da Empresa:

15/30





400
NIRE 533.000.12.1115
CNPJ: 12.875.560/0001-80

I - aceitar ou exercer cargo ou emprego em pessoa jurídica de Direito Público, inclusive de entidade paraestatal; e

II - serem sócios, administradores, procuradores, despachantes ou empregados de Empresa de seguros, de capitalização ou de entidade aberta de previdência complementar.

Art. 29. Compete à Diretoria Colegiada cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e todas as deliberações e decisões ocorridas no âmbito dos órgãos de Governança.

Parágrafo único. Todas as decisões no âmbito da Empresa são tomadas com observância das normas internas que estabelecem as competências e alçadas aplicáveis.

Art. 30. À Diretoria Colegiada, formada pelo Diretor Presidente e Diretores, compete:

I - fazer cumprir a Orientação Geral de Negócios da Empresa, aprovada pelo Conselho de Administração;

II - deliberar e propor ao Conselho de Administração, para manifestação, as reformas estatutárias;

III - deliberar e propor ao Conselho de Administração o disposto em documentos institucionais classificados como estratégicos da Empresa, formalizados em Código de Conduta e Integridade, Políticas, Plano Básico Organizacional - PBO, Orçamento, Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, Regulamento de Licitações e Plano de Continuidade de Negócios;

IV - convocar a Assembleia Geral, na forma da lei, se o Conselho de Administração deixar de fazê-lo em tempo hábil;

V - garantir o cumprimento e a execução das matérias contidas nos documentos institucionais aprovados e das decisões exarçadas, no âmbito dos órgãos de governança;

VI - aprovar e fazer executar os Planos Operacionais da Empresa;

VII - autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais, a prestação de garantias a obrigações de terceiros, a renúncia de direitos, a transação e o abatimento negocial, facultada a outorga desses poderes com limitação expressa;

VIII - manifestar-se e propor ao Conselho de Administração a política de pessoal, o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, auxílios, benefícios, e o dispêndio global anual dos empregados da Empresa, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis,

16/30





#001
NIRE: 53300012105
CNPJ: 12.873.569/0001-811

IX - distribuir e aplicar os lucros apurados, na forma da deliberação da Assembleia Geral de Acionista ou do Conselho de Administração, observada a legislação vigente;

X - decidir sobre a criação, instalação e encerramento de sucursais, filiais ou agências, escritórios, dependências e outros pontos de atendimento, facultada a outorga desses poderes com limitação expressa;

XI - deliberar e propor ao Conselho de Administração, em nível igual ou superior ao de Gerência e aprovar, para os demais níveis hierárquicos, a estrutura organizacional da Empresa, bem como as suas responsabilidades e atribuições, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis e as boas práticas de governança corporativa;

XII - deliberar e propor ao Conselho de Administração a criação, extinção e funcionamento de Comitês estratégicos, operacionais e de controle e fiscalização, no âmbito da Diretoria Colegiada e Unidades Administrativas,

XIII - manifestar-se e propor ao Conselho de Administração as competências e alçadas da Diretoria Colegiada e de seus membros, dos Comitês, bem como dos demais órgãos que compõem a estrutura organizacional da Empresa;

XIV - propor ao Conselho de Administração as matérias relativas a:

a) distribuição de dividendos intermediários, inclusive à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual,

b) pagamento de juros sobre o capital próprio;

c) participações da Empresa em sociedades; e

d) aprovação do Regulamento de Compras e Contratações da Empresa.

XV - aprovar o Regimento Interno da Diretoria Colegiada e dos Comitês constituídos no âmbito deste órgão;

XVI - propor ao Conselho de Administração as matérias relativas à participação dos empregados nos lucros ou resultados da Empresa.

XVII - submeter, anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de sua gestão e as demonstrações contábeis reguladas na Lei das Sociedades por Ações.

17/30





AQC
NIRE: 533 000 12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

XVIII - autorizar a aquisição ou alienação de bens imóveis em caráter transitório, não integrantes do ativo permanente e que devam ser destinados à venda por disposição legal ou regulamentar, assim considerados os que tenham recebido em doação em pagamento, ou adquiridos em situação similar, facultada a outorga desses poderes com limitação expressa.

XIX - propor ao Conselho de Administração a aquisição ou alienação de bens imóveis de uso da Empresa, integrantes do seu ativo permanente, ressalvado o disposto no inciso XVIII.

XX - autorizar a locação de bens imóveis de propriedade da Empresa, ou de propriedade de terceiros para seu uso, observadas as competências e alçadas.

XXI - autorizar a doação de bens inservíveis a sociedades civis sem fins lucrativos de caráter filantrópico, social, recreativo, cultural ou assistencial, bem como aprovar os normativos pertinentes, observadas as normas internas relativas às competências e alçadas.

XXII - deliberar e propor ao Conselho de Administração matérias relativas a encerramento, renúncia, liberação, cessão ou acordo de qualquer processo judicial, que envolva valores superiores a 10% do Patrimônio Líquido da Empresa.

Parágrafo único. É condição para investidura em cargo de diretoria da BRB Serviços a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, a quem incumbe fiscalizar seu cumprimento.

Art. 31. Compete ao Diretor-Presidente:

I - presidir a Empresa e dirigir seus negócios, de acordo com as normas fixadas pelo Conselho de Administração, exercitando todos os poderes conferidos no Estatuto Social ou em Resoluções do Conselho de Administração, mesmo os delegados a quaisquer outros membros da Diretoria Colegiada ou da competência destes;

II - sobrestar decisões da Diretoria Colegiada, podendo determinar novo exame ou recorrer ao Conselho de Administração;

III - outras tarefas definidas na regulamentação interna aprovada pelo Conselho de Administração, ou demandadas por este;

IV - convocar e presidir as reuniões da Diretoria Colegiada e supervisionar a sua atuação;

V - propor ao Conselho de Administração as atribuições dos Diretores, bem como eventual remanejamento;

18/30





NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.870.469/0001-80

VI - dirigir e coordenar a atuação dos Diretores e titulares de unidades que estiverem sob sua supervisão direta;

VII - indicar, dentre os Diretores, coordenador com a finalidade de convocar e presidir, em suas ausências, licenças ou afastamentos, as reuniões da Diretoria Colegiada;

VIII - assinar, em conjunto com outro Diretor, convênios, acordos operacionais, contratos, cheques, cauções, ordens de pagamento ou qualquer documento que envolva responsabilidade financeira, inclusive os relativos à movimentação de fundos e depósitos bancários, ressalvado o endosso de cheques para depósito em conta corrente, que poderá ser feito isoladamente por qualquer Diretor; e

IX - nomear procuradores, em conjunto com outro Diretor, especificando os poderes. É vedada a outorga de poderes para substituir o outorgante na administração da Empresa;

X - gerenciar os riscos e controles nos processos, produtos e serviços da Empresa, além de se reportar periodicamente ao CRO do Conglomerado BRB.

Art. 32. Compete a cada Diretor:

I - administrar, supervisionar e coordenar as áreas que lhe forem atribuídas;

II - supervisionar a atuação dos titulares das unidades que estiverem sob sua supervisão direta;

III - garantir que os processos vinculados à sua área de atuação estejam sendo operacionalizados nos termos definidos nas regulamentações externas e internas;

IV - garantir a confiabilidade da gestão dos riscos e dos controles nos processos, produtos e serviços, sob condução da área que administra;

V - coordenar as reuniões da Diretoria Colegiada, quando designado pelo Diretor-Presidente;

VI - assinar, em conjunto com o Diretor-Presidente, ou, na sua ausência, com outro Diretor, convênios, acordos operacionais, contratos, cheques, cauções, ordens de pagamento ou qualquer documento que envolva responsabilidade financeira, inclusive os relativos à movimentação de fundos e depósitos bancários, ressalvado o endosso de cheques para depósito em conta corrente, que poderá ser feito isoladamente por qualquer Diretor; e

: 9/30





NIRE 53300012105
CNPJ: 12.875.550/0001-80

VII - nomear procuradores, em conjunto com o Diretor-Presidente, ou, na sua ausência, com outro Diretor, especificando os poderes. É vedada a outorga de poderes para substituir o outorgante na administração da Empresa.

§ 1º O coordenador designado pelo Diretor Presidente para presidir as reuniões da Diretoria Colegiada não proferirá voto de qualidade no exercício dessa função.

§ 2º As atribuições individuais do Diretor-Presidente e dos Diretores serão exercidas, nas suas ausências, licenças ou afastamentos, na forma dos arts. 25 e 26, observado o que dispuserem as normas sobre competências, as alçadas decisórias e demais procedimentos fixados pela Diretoria Colegiada.

§ 3º Além do disposto nos incisos I a V, compete ao Diretor que exercer as atividades de Controladoria e Compliance, além das demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

- a) assegurar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros;
- b) supervisionar e coordenar a área de contabilidade,
- c) zelar pela qualidade, adequação e efetividade dos sistemas de controles externos e internos.

Art. 33. Todas as regras de funcionamento da Diretoria Colegiada serão disciplinadas por meio de seus Regimentos Internos e dos normativos internos, observado o disposto neste artigo.

§ 1º As reuniões ordinárias da Diretoria Colegiada serão, no mínimo, semanais, de caráter deliberativo, sempre convocadas pelo Diretor-Presidente da Empresa ou por seu substituto designado, ou pela maioria dos membros, e obrigatoriamente deverão ter a participação da maioria dos integrantes do órgão.

§ 2º As decisões da Diretoria Colegiada serão tomadas por maioria absoluta de votos, cabendo ao Diretor-Presidente, além do voto comum, o voto de qualidade, em caso de empate.

CAPÍTULO X SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES

Art. 34. É obrigatória a seguinte segregação.

Parágrafo único. As unidades responsáveis por funções relativas à gestão de riscos não podem ficar sob a supervisão direta de Diretoria a que estiverem vinculadas unidades responsáveis por qualquer outra atividade administrativa ou comercial.

20/30





NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-60

CAPÍTULO XI

REPRESENTAÇÕES E CONSTITUIÇÃO DE MANDATÁRIOS E PREPOSTOS

Art. 35. A representação judicial e extrajudicial e a constituição de mandatários da Empresa compete ao Diretor-Presidente.

§1º. Os instrumentos de mandato devem especificar os atos ou as operações que poderão ser praticados e a duração do mandato, podendo, o mandato judicial, ser por prazo indeterminado.

§2º Os instrumentos de mandato serão válidos ainda que o seu signatário deixe de integrar a Diretoria Colegiada da Empresa, salvo se o mandato for expressamente revogado.

Art. 36. A Empresa poderá ter prepostos de sua livre escolha bem como designar, entre eles, o que substitua nos impedimentos ou faltas.

CAPÍTULO XII

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 37. A Empresa utilizará Regulamento de Compras e Contratações aprovado pelo Conselho de Administração, em todas as suas relações com fornecedores e prestadores de serviços.

Parágrafo Único. O Regulamento de Compras e Contratações da Empresa deve ser elaborado à luz da Lei nº 13.303/2016.

Art. 38. A Empresa pode contratar as Empresas do Conglomerado BRB para a execução dos serviços necessários ao exercício de suas atividades.

Art. 39. O quadro de pessoal da Empresa é composto por empregados de quadro próprio, e/ou empregados cedidos pelo BRB - Banco de Brasília S.A., mediante ressarcimento dos custos, facultada a aceitação de estagiários e, em casos especiais, definidos pela Diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração, a contratação de mão de obra por prazo determinado.

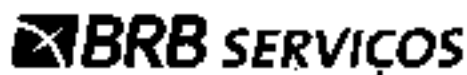
CAPÍTULO XIII

OUIVORIA

Art. 40. A Empresa utilizará, como canal de comunicação entre clientes e usuários dos produtos e serviços de seu portfólio, a estrutura de Ouvidoria do BRB - Banco de Brasília S.A. mediante a definição, na estrutura organizacional da BRB Serviços, das Unidades responsáveis pelo acompanhamento e realização de procedimentos internos que assegurem o atendimento e respostas às demandas registradas.

21/30





AOC
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

CAPÍTULO XIV CONSELHO FISCAL

Art. 41. O Conselho Fiscal, eleito pela Assembleia Geral para um mandato de 02 (dois) anos, sendo permitidas até 02 (duas) reconduções consecutivas, será composto de até 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 03 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador de empresa.

§ 1º O Conselho Fiscal será composto por até 03 (três) membros titulares e respectivos suplentes, sendo:

I - 02 (dois) representantes indicados pelo BRB - Banco de Brasília S.A ; e

II - 01 (um) representante, pela AEBRB - Associação dos Empregados do Banco de Brasília.

§ 2º Não poderão ser eleitos para o Conselho Fiscal, cônjuge ou parente até 3º (terceiro) grau de membros de órgãos de Administração das Empresas do Conglomerado, assim como as pessoas enumeradas nos §§ 1º e 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976.

§ 3º Na eleição do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral indicará nominalmente os membros efetivos e os respectivos suplentes.

§ 4º O Conselho Fiscal, por voto favorável de, no mínimo, a maioria de seus membros, elegerá o seu Presidente e aprovará o seu regimento interno.

§ 5º A investidura dos Conselheiros far-se-á mediante termo lavrado no "Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal", assinado pelo empossado e pelo Presidente do Conselho de Administração.

§ 6º No caso de vacância do cargo ou afastamento, será o membro do Conselho Fiscal substituído pelo respectivo suplente.

§ 7º Os membros do Conselho Fiscal assistirão às reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada em que se devam discutir e votar matérias sobre as quais lhes caiba emitir parecer, conforme artigo 163, II, III e VII, da Lei nº 6.404/1976.

Art. 42. As atribuições do Conselho Fiscal são as fixadas na Lei das Sociedades por Ações.

72/30





#FD
NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 17.875.569/0001-80

Art. 43. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada, anualmente, pela Assembleia Geral, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 0,1 (um décimo) da que, em média, for atribuída a cada Diretor, excluída a participação nos lucros.

§ 1º A remuneração a que se refere este artigo será mensal e corresponderá a todos os trabalhos afetos ao Conselho Fiscal, inclusive reuniões ordinárias e extraordinárias.

§ 2º Os Conselheiros, inclusive os suplentes, receberão a remuneração proporcionalmente ao número de vezes em que comparecerem às reuniões do Conselho.

Art. 44. Os membros do Conselho Fiscal acionistas da Empresa estão sujeitos aos deveres estabelecidos no artigo 17 deste Estatuto Social.

Art. 45. O Conselho Fiscal reunir-se-á:

I - uma vez por mês, para tomar conhecimento dos balanços e fazer os exames e demais pronunciamentos ou adotar procedimentos determinados por Lei ou por este Estatuto Social;

II - quando convocado pelo Conselho de Administração, para apresentar, na forma da Lei e deste Estatuto Social, parecer sobre os negócios e operações sociais realizados em cada semestre do exercício em que servir; e

III - extraordinariamente, sempre que julgar necessário, ou quando convocado, na forma da Lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo único. Perderá o cargo, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o membro do Conselho Fiscal que deixar de comparecer, sem justificativa, a três reuniões ordinárias consecutivas ou a quatro reuniões ordinárias alternadas durante o prazo do mandato.

Art. 46. A eleição e posse dos membros do Conselho Fiscal está condicionada à ratificação, pelo Comitê de Elegibilidade do BRB - Banco de Brasília S.A., quanto ao cumprimento dos requisitos e ausência dos impedimentos previstos em Lei e neste Estatuto.

CAPÍTULO XV

FISCALIZAÇÃO PELO ESTADO E PELA SOCIEDADE E TRANSPARÊNCIA

Art. 47. Os órgãos de controle externo e interno do Distrito Federal e em casos específicos, a União, fiscalizarão a Companhia, quanto à legitimidade, à economicidade e à eficácia da aplicação de seus recursos, sob o ponto de vista contábil, financeiro, operacional e patrimonial.

§ 1º Para a realização da atividade fiscalizatória de que trata o caput, os órgãos de controle deverão ter acesso irrestrito aos documentos e às informações necessárias à realização dos trabalhos, inclusive aqueles classificados como sigilosos pela Empresa, nos termos da Lei no 12.527.

24/31





NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.559/0001-00

§ 2º O grau de confidencialidade será atribuído pela Empresa, no ato de entrega dos documentos e das informações solicitados, tornando-se o órgão de controle com o qual foi compartilhada a informação sigilosa corresponsável pela manutenção do seu sigilo..

Art. 48. As informações da Empresa relativas a licitações e contratos, inclusive aqueles referentes a bases de preços, constarão de bancos de dados eletrônicos atualizados e com acesso em tempo real aos órgãos de controle externo e interno do Distrito Federal.

§ 1º As demonstrações contábeis auditadas da BRB Serviços serão disponibilizadas no sítio eletrônico da Empresa na Internet, inclusive em formato eletrônico editável.

§ 2º As atas e os demais expedientes oriundos de reuniões, ordinárias ou extraordinárias, dos Conselhos de Administração ou Fiscal da Empresa, inclusive gravações e filmagens, quando houver, deverão ser disponibilizados para os órgãos de controle sempre que solicitados, no âmbito dos trabalhos de auditoria.

§ 3º O acesso dos órgãos de controle às informações referidas neste Capítulo será restrito e individualizado.

§ 4º As informações que sejam revestidas de sigilo bancário, estratégico, comercial ou industrial serão assim identificadas, respondendo o servidor responsável pela atividade fiscalizatória administrativa, civil e penalmente pelos danos causados ao BRB, suas Subsidiárias e Controladas e a seus acionistas em razão de eventual divulgação indevida.

§ 5º Os critérios para a definição do que deve ser considerado sigilo estratégico, comercial ou industrial serão estabelecidos em normas internas da Empresa, observada a legislação de regência.

Art. 49. O controle das despesas decorrentes dos contratos e dos demais instrumentos regidos pela Lei nº 13.303/2016, será feito pelos órgãos de controle externo e interno do Distrito Federal, na forma da legislação pertinente, ficando o BRB, suas Subsidiárias e Controladas responsáveis pela demonstração da legalidade e da regularidade da despesa e da execução, nos termos da Constituição Federal e Lei Orgânica do Distrito Federal.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade quanto à aplicação do disposto na Lei nº 13.303/2016, devendo protocolar o pedido no prazo de cinco dias úteis anteriores à data fixada para a ocorrência do certame, devendo a entidade julgar e responder à impugnação no prazo de três dias úteis, sem prejuízo do disposto no § 2º.

§ 2º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle externo e interno do Distrito Federal contra irregularidades quanto à aplicação do disposto na Lei nº 13.303/2016.

§ 3º Os órgãos de controle externo e interno do Distrito Federal poderão solicitar para exame, a qualquer tempo, documentos de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional do BRB, suas subsidiárias e controladas sediadas no País e no exterior, obrigando-se os jurisdicionados à adoção das medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas.

§ 4º A disponibilização de informações contratuais referentes a operações de perfil estratégico ou que tenham por objeto segredo comercial ou industrial receberá proteção mínima necessária para lhes garantir a confidencialidade.

24/30





NIRE: 533.000 12 105
CNPJ: 12.847.569/0001-00

§ 5º O disposto no § 4º não será oponível à fiscalização dos órgãos de controle externo e interno do Distrito Federal, sem prejuízo da responsabilização administrativa, civil e penal do servidor que der causa à eventual divulgação dessas informações.

Art. 50. As ações e deliberações do Tribunal de Contas do Distrito Federal e da Controladoria-Geral do Distrito Federal não podem implicar interferência na gestão das Empresas estatais nem ingerência no exercício de suas competências ou na definição da forma de execução das políticas públicas setoriais.

Art. 51. A Empresa deverá observar, no mínimo, os seguintes requisitos de transparência:

I - elaboração de carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos estratégicos da Empresa, definidos para o exercício, em atendimento ao interesse coletivo compatível com o mercado em que atua com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de Indicadores objetivos;

II - adequação de seu estatuto social à autorização legislativa de sua criação;

III - divulgação tempestiva e atualizada de informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração;

IV - elaboração e divulgação de política de divulgação de informações, em conformidade com a legislação em vigor e com as melhores práticas;

V - elaboração de política de distribuição de dividendos;

VI - divulgação, em nota explicativa às demonstrações financeiras, dos dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de Interesse coletivo;

VII - elaboração e divulgação da política de transações com partes relacionadas, em conformidade com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade, que deverá ser revista, no mínimo, anualmente e aprovada pelo Conselho de Administração;

VIII - ampla divulgação, ao público em geral, de carta anual de governança corporativa, que consolide em um único documento escrito, em linguagem clara e direta, as informações de que trata o inciso III;

IX - divulgação anual de relatório integrado ou de sustentabilidade.

§ 1º O Interesse público da Empresa manifesta-se por meio do alinhamento de seus objetivos estratégicos e do interesse coletivo compatível com o mercado em que atua, na forma explicitada na carta anual a que se refere o inciso I do caput.

§ 2º Quaisquer obrigações e responsabilidades que a Empresa, por explorar atividade econômica, assuma em condições distintas às de qualquer outra Empresa do setor privado em que atua, deverão-

25/30





#00
NIRE 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

I - estar claramente definidas em lei ou regulamento, bem como previstas em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-las, observada a ampla publicidade desses instrumentos;

II - ter seu custo e suas receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil.

§ 3º Os documentos resultantes do cumprimento dos requisitos de transparência constantes dos incisos I a IX do caput deverão ser publicamente divulgados na internet de forma permanente e cumulativa.

CAPÍTULO XVI

DO BALANÇO, DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 52. O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro.

Art. 53. Ao encerramento do exercício, a Diretoria Colegiada fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Empresa, as seguintes demonstrações contábeis, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da Empresa e as mutações ocorridas no período, além de outras que se fizerem necessárias por exigência legal:

I - balanço patrimonial;

II - demonstração das mutações do patrimônio líquido;

III - demonstração do resultado do exercício;

IV - demonstração dos fluxos de caixa; e

V - demonstração do resultado abrangente.

Parágrafo único. As demonstrações contábeis registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Art. 54. Juntamente às demonstrações contábeis, os órgãos da Alta Administração apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observados os preceitos dos arts. 186 e 191 a 199 da Lei nº 6.404/1976 e as disposições seguintes:

26/30





#00
NIRE: 533 000 12.105
CNPJ: 12 875.559/0001-50

I - antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, até alcançar 20% (vinte por cento) do Capital Social; e

II - será especificada a importância destinada ao pagamento de dividendos aos acionistas, de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, nos termos da Lei nº 6.404/1976.

§ 1º O saldo remanescente, depois de apartado o valor dos dividendos obrigatórios mencionados no Inciso II, terá sua distribuição proposta pelos órgãos de administração, juntamente com as demonstrações contábeis, de acordo com a Lei nº 6.404/1976, podendo ser destinado total ou parcialmente ao pagamento de dividendos adicionais ou à formação de Reservas de Lucros.

§ 2º Os dividendos são pagos no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data em que forem declarados

Art. 55. A Diretoria Colegiada autorizará o pagamento ou crédito de juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, bem como a imputação do seu valor ao dividendo mínimo obrigatório, observada a legislação e na forma da deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo único. A Diretoria Colegiada fixará o valor e a data do pagamento ou crédito de cada parcela dos juros, autorizado na forma deste Artigo.

Art. 56. A Assembleia Geral poderá, por proposta da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração, destinar parte do Lucro Líquido à formação de Reservas para Contingências, com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda provável, cujo valor possa ser estimado.

Parágrafo único. A proposta deverá indicar a causa da perda prevista e justificar, com as razões de prudência que a recomendem, a constituição da reserva.

CAPÍTULO XVII GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE

Art. 57. A Companhia adotará regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno que abranjam:

I - ação dos administradores e empregados, por meio da implementação cotidiana de práticas de controle interno;

II - área de Integridade e de gestão de riscos; e

Art. 58. A Empresa terá, em sua estrutura organizacional, uma área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos, vinculada ao Diretor-

2/30





NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-00

Presidente, que terá a finalidade de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares aplicáveis.

§ 1º As atribuições da área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos, além de outras previstas na legislação, serão:

- I - envolver todos os agentes da estrutura em alguma etapa;
- II - padronizar conceitos e práticas;
- III - influenciar na tomada de decisão;
- IV - assegurar que as diretrizes de Governança Corporativa do BRB sejam adotadas pela Empresa;
- V - fornecer um fluxo dinâmico e eficiente de informação;
- VI - aumentar a transparência da Empresa;
- VII - definir os parâmetros externos e internos a serem levados em consideração, ao gerenciar riscos e ao estabelecer o escopo e os critérios de risco;
- VIII - identificar os riscos, registrando a busca, com reconhecimento e descrição de riscos, mediante a identificação das fontes de risco, eventos, suas causas e suas consequências potenciais;
- IX - analisar os riscos e sua natureza, e determinar o respectivo nível de risco mediante a combinação da probabilidade de sua ocorrência e dos impactos possíveis;
- X - tratar os riscos, selecionar e implementar uma ou mais ações de tratamento para modificar os riscos;
- XI - monitorar, analisar e criticar a verificação, supervisão, observação crítica ou identificação da situação de risco, realizadas de forma contínua, a fim de determinar a adequação, suficiência e eficácia dos controles internos para atingir os objetivos estabelecidos; e
- XII - comunicar, consultar e manter fluxo regular e constante de informações com as partes interessadas, durante todas as fases do processo de gestão de riscos.

26/30





NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 17.874.569/0001-90

§ 2º A descrição detalhada das fases a que se refere o caput deste artigo, bem como os procedimentos e os instrumentos necessários ao processo de gestão de riscos, serão definidos no Plano de Gestão de Riscos, a ser estabelecido pelo Comitê de Gestão de Riscos do BRB e aprovado pelo Conselho de Administração.

§ 3º Eventuais conflitos de atuação decorrentes do processo de gestão de riscos serão dirimidos pelo Conselho de Administração.

Art. 59. O processo de gestão de riscos deve ser realizado em ciclos não superiores a 2 (dois) anos, abrangendo os processos de trabalho das áreas de gestão orçamentária, gestão processual, gestão de pessoas, tecnologia da informação, comunicação e aquisições.

Parágrafo único. O limite temporal a ser considerado para o ciclo de gestão de riscos de cada processo de trabalho será decidido pelo respectivo gestor, levando em conta o limite máximo estipulado no caput deste artigo.

Art. 60. A área de integridade, bem como, a área de compliance, se reportará diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, nas situações em que houver suspeita do envolvimento dos membros da diretoria em irregularidades ou quando estes deixarem de adotar as medidas necessárias em relação à situação a eles relatadas.

§ 1º O Código de Conduta e Integridade, deverá dispor sobre:

I - princípios, valores e missão da Empresa, além de orientações sobre a prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude;

II - instâncias internas responsáveis pela atualização e aplicação do Código de Conduta e Integridade;

III - canal de ética que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas relativas ao descumprimento do Código de Conduta e Integridade e demais normas internas de ética;

IV - mecanismos de proteção que impeçam qualquer espécie de retaliação à pessoa que utilize o canal de ética;

V - sanções aplicáveis em caso de violação às regras do Código de Conduta e Integridade; e

VI - previsão de treinamento periódico, no mínimo anual, sobre o Código de Conduta e Integridade, para empregados e administradores, e sobre a política de gestão de riscos, para administradores.

CAPÍTULO XVIII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 61. A Empresa entra em liquidação nos casos previstos em Lei ou em virtude da deliberação da Assembleia Geral, à qual compete estabelecer o modo de liquidação, bem como eleger os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação.

23/30





NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.975.569/0001-80

Art. 62. Os Administradores da Empresa, ou ao menos um deles; os membros do Conselho Fiscal, ou ao menos um deles; e o Auditor Independente, se houver, deverão estar presentes às Assembleias Gerais para atender aos pedidos de esclarecimentos de acionistas.

Art. 63. A Companhia assegurará aos integrantes da Diretoria Colegiada, dos Conselhos de Administração e Fiscal, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Empresa, a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício do cargo ou função.

§ 1º A Empresa poderá manter, na forma e extensão definida pelo Conselho de Administração, observado o disposto no caput, contrato de seguro permanente em favor das pessoas mencionadas, para resguardá-las de responsabilidade por atos ou fatos pelos quais eventualmente possam vir a ser demandadas judicial ou administrativamente.

§ 2º Se alguma das pessoas mencionadas no caput for condenada, por decisão judicial transitada em julgado, com fundamento em violação de lei ou deste Estatuto Social, deverá ressarcir a Empresa de todos os custos e despesas com a assistência jurídica, nos termos da lei.


§ 3º O Conselho de Administração regulamentará a forma, as condições e os limites para a concessão da assistência jurídica.

Art. 64. A remuneração dos Administradores da Empresa deverá refletir a política remuneratória do BRB - Banco de Brasília S.A., bem como a estrutura de subordinação societária.

Art. 65. As atribuições e competências do Comitê de Remuneração, Comitê de Risco, Comitê de Elegibilidade e Comitê de Auditoria Estatutário do BRB - Banco de Brasília S.A. serão adotadas pela Empresa, por meio de procedimentos a serem definidos pelo Banco, na condição de controlador das Empresas do Conglomerado.

Art. 66. Este Estatuto Social entra em vigor na data de sua publicação.


HUMBERTO JOSÉ TEÓFILO MAGALHÃES
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL DE AÇONISTA
BRB ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S/A.


MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS JACINTO
DIRETOR PRESIDENTE
BRB SERVIÇOS S/A.

30/30



047B10272013-4 21/03/2013
 MARCOS FERNANDO FONToura DOS SANTOS
 JACINTO
 FELIPE DOS SANTOS JACINTO E MARIALICE
 FONToura DOS SANTOS JACINTO
 SAO LUIS - MA
 CASAM. N.11630 FLS.435 LIV.B21
 473222251-04
 VIA-01



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 12.875.569/0001-80
Razão Social: BRB SERVICOS S/A
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: 20/11/2020

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Consta**
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	16/06/2020
FGTS	Validade:	13/07/2020
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	28/08/2020

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	01/04/2020
Receita Municipal (Isento)		

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2020

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 31/03/2020 09:20

1 de 1

CPF: 903.002.111-04 Nome: EDUARDO MENDANHA RESENDE

Ass: _____



NIRE: 533.00012105
CNPJ: 12.075.509/0001-60

DIRETORIA

TERMO DE POSSE

Ao 1º (primeiro) dia do mês de agosto de 2019, às dezenove horas, na sede da Companhia, situada no SCN Quadra 04 Bloco C, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, compareceu a senhora **JULIANA GONÇALVES NAVARRO**, brasileira, solteira, Bacharel em Direito, portadora do CPF nº 019.390.829- 86 e da Carteira de Identidade nº 64484621 SSP-PR, residente e domiciliada Quadra 20, Casa 48, Setor Leste - Gama, Brasília-DF, CEP: 72.480-200, para, após cumprimento das formalidades legais, tomar posse e entrar em exercício no cargo de **Diretora de Operações da BRB SERVIÇOS S.A.**, para o qual foi eleita na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração ocorrida em 01/08/2019, para mandato com início nesta data e término em **27/04/2020** ou até investidura de novo membro. A Diretora empossada declara estar apta para assumir o cargo, nos termos dos normativos que dispõem sobre os requisitos e impedimentos para seu exercício. Declara, ainda, o endereço acima como seu domicílio para todos os efeitos legais. Para constar, foi lavrado o presente Termo de Posse.


HUMBERTO JOSÉ TEÓFILO MAGALHÃES
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


JULIANA GONÇALVES NAVARRO
DIRETORA DE OPERAÇÕES.



Junta Comercial do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1299853 em 15/08/2019 da Empresa BRB SERVICOS S/A, Nire 53300012105 e protocolo DFE1900122512 - 13/08/2019. Autenticação: 553A8223F3BDF7CB58CEBEA7A528ABE1A6FC066. Maximilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/135.142-8 e o código de segurança 143d Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/08/2019 por Maximilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral.



NIRE: 533.000.12.105
CNPJ: 12.875.569/0001-80

DIRETORIA

TERMO DE POSSE

Aos 31 dias do mês de maio do ano de 2019, às dezesseis horas, na sala de reuniões da BRB Serviços S/A, situada no SCN Quadra 04 Bloco C, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, compareceu o Sr. **MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS JACINTO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 047810272013-4 SSP/MA, emitida em 21/03/2013, e do CPF nº 473.222.251-04, residente e domiciliado na SQNW 309, Bloco D, Apartamento 509, Setor Noroeste, Brasília - DF, CEP 70.687-120, após cumprimento das formalidades legais, tomar posse e entrar no exercício do cargo de **Diretor Presidente - PRESI** da BRB SERVIÇOS S/A, para o qual foi eleito na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração nº 33/2019, em 31.05.2019, nos termos do Estatuto Social, para mandato que se expira em **27/04/2020**, ou até investidura de novo membro, declarando o Diretor, sob as penas da Lei, não estar impedido de exercer o cargo: (I) por lei especial; (II) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela; (III) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (IV) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade, além de ter conhecimento do inteiro teor do Estatuto Social da Companhia. Declara, ainda, o endereço acima como seu domicílio para todos os efeitos legais. Para constar, foi lavrado o presente Termo de Posse.

Brasília, 31 de maio de 2019.


MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS JACINTO
Diretor Presidente


HUMBERTO J. T. MAGALHÃES
Presidente do Conselho de Administração

SCN Quadra 04, Bloco C - Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70714-030
www.brb.servicos.com.br



Junta Comercial do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1299854 em 15/08/2019 da Empresa BRB SERVIÇOS S/A, Nire 53300012105 e protocolo 191098091 - 24/06/2019. Autenticação: 294C802536371160799AC4C06FA52D1A1131942F. Maximilian Patrícia Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/109.809-1 e o código de segurança 8v6W Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/08/2019 por Maximilian Patrícia Carneiro - Secretário-Geral.



NIRE: 503.88012105
CNPJ: 13.875.588-0001-80

DIRETORIA

TERMO DE POSSE

Aos 8 (oito) dias do mês de outubro de 2019, às nove horas, na sede da Companhia, situada no SCN Quadra 04 Bloco C, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, compareceu o senhor **RICARDO JOSÉ DUARTE RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, Mestre em Ciências Contábeis, portador do CPF nº 970.107.661-34 e da Carteira de Identidade nº 1.997.936 SSP- DF, residente e domiciliado na Quadra 204, Praça Pardal, Bloco A, Lote 04, Apartamento 804, Águas Claras, Brasília-DF, CEP: 71.939-540, para, após cumprimento das formalidades legais, tomar posse e entrar em exercício no cargo de **Diretor de Controladoria, Administração e Finanças da BRB SERVIÇOS S.A.**, para o qual foi eleito na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração ocorrida, em 04/10/2019, para mandato com início nesta data e término em **27/04/2020** ou até investidura de novo membro. O Diretor empossado declara estar apto para assumir o cargo, nos termos dos normativos que dispõem sobre os requisitos e impedimentos para seu exercício. Declara, ainda, o endereço acima como seu domicílio para todos os efeitos legais. Para constar, foi lavrado o presente Termo de Posse.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Procuradoria-Geral do Consultivo

Parecer Referencial SEI-GDF n.º 002/2020 - PGDF/PGCONS

PROCESSO N.º 00020-00009864/2020-74

E M E N T A :PARECER
REFERENCIAL. ADMINISTRATIVO.
AQUISIÇÃO DE BENS, SERVIÇOS E
INSUMOS. ENFRENTAMENTO DA
PANDEMIA DA DOENÇA DO
CORONAVÍRUS (COVID-19).
CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE
LICITAÇÃO. LEI FEDERAL Nº 13.979/2020.
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 926/2020.
DECRETOS DISTRITAIS Nºs 40.475/2020 E
40.512/2020.

1. Cancelamento do Parecer Referencial nº 001/2020 – PGCONS/PGDF, em razão de alteração legislativa superveniente, consistente na edição da Medida Provisória nº 926/2020.

2. Parecer jurídico referencial que é exarado com fundamento no art. 36, §2º da Instrução Normativa nº 05/2017, elaborada pela Secretaria de Gestão do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, recepcionada em âmbito local pelo Decreto distrital nº 38.934/2018, bem como no art. 7º da Portaria PGDF nº 115/2020.

3. Indicação dos requisitos necessários para a incidência do art. 4º da Lei federal nº 13.979/2020, bem como dos elementos que devem constar da instrução dos autos de cada processo de contratação direta, mediante dispensa de licitação, para a aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia da doença do coronavírus (COVID-19).

4. Com a emissão de parecer referencial, fica dispensado o envio do processo para exame e aprovação pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, ressalvada a hipótese de consulta acerca de dúvida de ordem jurídica devidamente identificada e motivada.

5. Para a utilização do parecer referencial nos casos concretos, deve a Administração Pública instruir o processo com (a) cópia integral do parecer referencial com as cotas de aprovação do Procurador-Chefe e do Procurador-Geral do Distrito Federal ou do procurador-geral adjunto; e (b) declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do parecer referencial e que serão observadas suas orientações, conforme modelo anexo à Portaria PGDF nº 115/2020.

Exmo. Sr. Procurador-Chefe do Consultivo em Matéria Financeira, Tributária e de Licitações e Contratos,

1. RELATÓRIO

Em 18.03.2020, foi-nos solicitada a elaboração de **parecer referencial** que abordasse as orientações e diretrizes para dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde, destinados ao enfrentamento da pandemia da doença do coronavírus (COVID-19), conforme previsão da Lei Federal nº 13.979/2020 e do Decreto 40.512/2020, em especial o disposto em seu art. 6º (ID SEI 37262990).

Foram juntados aos autos a Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 (ID SEI 37273237), o Decreto nº 40.512, de 13 de março de 2020 e a Portaria PGDF nº 115, de 16 de março de 2020 (ID SEI 37273613).

Em 20.03.2020 exarei o Parecer Referencial n.º 001/2020 – PGCONS/PGDF, aprovado com pequeno acréscimo, pelo Sr. Procurador-Chefe e Sra. Procuradora-Geral Adjunta do Consultivo (ID SEI 37378067).

Ontem, 21.03.2020, retornaram os autos para nova análise, tendo em vista a recente publicação da Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, que altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Edição de norma superveniente que demanda a reanálise da matéria constante no Parecer Referencial n.º 001/2020 – PGCONS/PGDF

Em 20.03.2020, foi exarado por esta Procuradoria o Parecer Referencial n.º 001/2020 – PGCONS/PGDF, com a seguinte ementa:

“PARECER REFERENCIAL. ADMINISTRATIVO. AQUISIÇÃO DE BENS, SERVIÇOS E INSUMOS DE SAÚDE. ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA DOENÇA DO CORONAVÍRUS (COVID-19). CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. LEI FEDERAL Nº 13.979/2020. DECRETOS DISTRITAIS Nºs 40.475/2020 E 40.512/2020.

1. Parecer jurídico referencial que é exarado com fundamento no art. 36, §2º da Instrução Normativa nº 05/2017, elaborada pela Secretaria de Gestão do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, recepcionada em âmbito local pelo Decreto distrital nº 38.934/2018, bem como no art. 7º da Portaria PGDF nº 115/2020.

2. Indicação dos requisitos necessários para a incidência do art. 4º da Lei federal nº 13.979/2020, bem como dos elementos que devem constar da instrução dos autos de cada processo de contratação direta, mediante dispensa de licitação, para a aquisição de bens, serviços e insumos de saúde, destinados ao enfrentamento da pandemia da doença do coronavírus (COVID-19).

3. Com a emissão de parecer referencial, fica dispensado o envio do processo para exame e aprovação pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, ressalvada a hipótese de consulta acerca de dúvida de ordem jurídica devidamente identificada e motivada.

4. Para a utilização do parecer referencial nos casos concretos, deve a Administração Pública instruir o processo com (a) cópia integral do parecer referencial com as cotas de aprovação do Procurador-Chefe e do Procurador-Geral do Distrito Federal ou do procurador-geral adjunto; e (b) declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do parecer referencial e que serão observadas suas orientações, conforme modelo anexo à Portaria PGDF nº 115/2020.”

Tendo examinado a matéria **à luz da Lei federal nº 13.979/2020**, externamos as recomendações a serem seguidas pelos órgãos da administração direta e indireta do Distrito Federal para a correta contratação direta mediante dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde, destinados ao enfrentamento da pandemia da doença do coronavírus (COVID-19).

Ocorre que, após a divulgação do mencionado parecer referencial, foi publicada, no Diário Oficial da União de 20.3.2020 - Edição Extra – G, a Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, que *“altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus”*

A [Medida Provisória nº 926/2020](#) introduziu alterações substanciais no art. 4º da Lei nº 13.979/2020, dispositivo que serviu de fundamento para a elaboração do Parecer Referencial n.º 001/2020 – PGCONS/PGDF.

Em síntese, no que diz respeito ao **art. 4º da Lei nº 13.979/2020**, foi ampliada a

hipótese de incidência da autorização legal de dispensa para **incluir também os serviços de engenharia, substituindo, ainda, a expressão “insumos médicos” por “insumos” no caput do art. 4º.**

O **§3º do art. 4º** da referida lei passa a admitir, excepcionalmente, a **possibilidade de contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido.**

Foi introduzido o **art. 4º-A**, para esclarecer que a dispensa tratada no *caput* do artigo 4º **não se restringe a equipamentos novos**, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido.

No **art. 4º-B**, estabeleceu-se a **presunção** das seguintes condições nas dispensas tratadas na Lei:

- a) ocorrência de situação de emergência;
- b) necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;
- c) existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e
- d) limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

No **art. 4º-C**, informa-se **não ser exigível a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns.**

O **art. 4º-D** esclarece que o **gerenciamento de riscos** somente será exigível **durante a gestão do contrato.**

No que diz respeito ao **termo de referência ou projeto básico**, o **art. 4º-E** admite que este seja apresentado de **forma simplificada**, com os elementos indicados no **§1º** do artigo.

Nos termos do **§2º do art. 4º-E**, **dispensar-se-á**, excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, a **estimativa de preços** de que trata o inciso VI do *caput* do artigo.

O **§3º do art. 4º-E** permite a **contratação** pelo Poder Público por **valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos.**

Já o **art. 4º-F** permite, em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, que a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, a **dispensa da apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição**^[1].

O **art. 4º-G** estabelece **regras para as licitações na modalidade pregão**, eletrônico ou presencial, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência da COVID-19, reduzindo, em especial, os prazos dos procedimentos licitatórios pela metade.

O **art. 4º-H** estabelece que **os prazos de duração dos contratos** regidos pela Lei serão de até seis meses, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

Por último, o **art. 4º-I** previu a **obrigatoriedade** de os contratados aceitarem, **nas**

mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato.

Como se verifica, a Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, ao criar todo um novo conjunto de regras específicas para as contratações tratadas na Lei nº 13.979/2020, impõe o **cancelamento do Parecer Referencial n.º 001/2020 – PGCONS/PGDF** com a edição de um novo parecer referencial, sendo esse o escopo desta manifestação.

2.2 A emissão de parecer referencial

A hipótese de dispensa de envio de processo a esta Procuradoria em caso de existência de **parecer jurídico referencial** encontra-se prevista no art. 36 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, elaborada pela Secretaria de Gestão do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que *“dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional”*

“Art. 36. Antes do envio do processo para exame e aprovação da assessoria jurídica, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993, deve-se realizar uma avaliação da conformidade legal do procedimento administrativo da contratação, preferencialmente com base nas disposições previstas no Anexo I da Orientação Normativa/Seges nº 2, de 6 de junho de 2016, no que couber.

§ 1º A lista de verificação de que trata o caput deverá ser juntada aos autos do processo, com as devidas adaptações relativas ao momento do seu preenchimento.

§ 2º É dispensado o envio do processo, se houver parecer jurídico referencial exarado pelo órgão de assessoramento competente, que deverá ser anexado ao processo, ressalvada a hipótese de consulta acerca de dúvida de ordem jurídica devidamente identificada e motivada.”

Ressalte-se que a Instrução Normativa nº 5/2017 é aplicável, no que couber, às contratações de serviços, continuados ou não, **no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal**, por força do [Decreto distrital nº 38.934/2018](#).

Visando regulamentar a matéria, a [Portaria nº 115, de 16 de março de 2020](#), que *“dispõe sobre os procedimentos inerentes à atuação dos Procuradores no âmbito da atividade consultiva da Procuradoria-Geral do Distrito Federal e dá outras providências”*, assim definiu o **parecer referencial**:

“Art. 3º Para efeitos desta Portaria, considera-se:

(...)

IV – parecer referencial: manifestação proferida por Procurador e sujeita à aprovação do Procurador-Chefe e do Procurador-Geral Adjunto ou do Procurador-Geral do Distrito Federal, que deve observar os pressupostos de fato e de direito previstos no Capítulo IV desta Portaria;”

O Capítulo IV da mencionada Portaria, disciplinou as hipóteses em que é cabível a elaboração de **parecer referencial**, bem como as consequências de sua emissão para as Secretarias

de Estado e demais órgãos da estrutura administrativa do Distrito Federal:

“Art. 7º Fica admitida a elaboração de parecer referencial quando houver processos e expedientes administrativos recorrentes ou com caráter repetitivo em que sejam veiculadas consultas sobre questões com os mesmos pressupostos de fato e de direito para os quais seja possível estabelecer orientação jurídica uniforme que permita a verificação do atendimento das exigências legais mediante a simples conferência de atos administrativos, dados ou documentos constantes dos autos.

Parágrafo único. Também será admitida a elaboração, de ofício, de parecer referencial de forma preventiva ou antecipada quando, em virtude de alteração ou inovação normativa, o caráter repetitivo ou multiplicador da matéria puder impactar a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos, embora ainda não esteja presente a repetição de processos e expedientes administrativos.

Art. 8º A elaboração de parecer referencial deverá observar a seguinte forma:

I - Ementa: deverá constar a expressão “PARECER REFERENCIAL” com a identificação clara e precisa do objeto da análise e indicada a possibilidade de aplicar a orientação a casos semelhantes;

II - Fundamentação: na qual serão indicadas as circunstâncias que ensejaram a sua adoção, analisadas as questões de fato e de direito e apresentada a orientação jurídica uniforme com os respectivos pressupostos de fato e de direito, os atos, as condutas e os requisitos legais e regulamentares exigidos;

III - Conclusão: na qual serão indicados os requisitos e as condições necessárias para sua utilização.

Parágrafo único. O parecer referencial deverá abordar todas as questões jurídicas pertinentes ao objeto tratado nos respectivos autos.

Art. 9º Fica dispensado o envio do processo para exame e aprovação da assessoria jurídica, se houver parecer referencial, ressalvada a hipótese de consulta acerca de dúvida de ordem jurídica devidamente identificada e motivada.

Parágrafo único. Para utilizar o parecer referencial a Administração Pública deverá instruir o processo com:

I - cópia integral do parecer referencial com as cotas de aprovação do Procurador-Chefe e do Procurador-Geral do Distrito Federal ou do procurador-geral adjunto;

II - declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do parecer referencial e que serão observadas suas orientações, conforme modelo anexo a esta Portaria.

Art. 10. Os pareceres referenciais receberão número próprio em ordem sequencial, sem renovação anual, e serão disponibilizados no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

Art. 11. Compete ao Procurador-chefe dirimir eventuais dúvidas da Administração Pública a respeito de pareceres referenciais, sem prejuízo da revisão da conclusão pelo Procurador-Geral Adjunto ou do Procurador-Geral do Distrito Federal.

Art. 12. O Procurador-Geral do Distrito Federal, o Procurador-Geral Adjunto e o Procurador-Chefe da Procuradoria-Geral do Consultivo poderão:

I - suspender a utilização de parecer referencial mediante despacho a ser

comunicado aos demais órgãos e entidades da administração do Distrito Federal;

II – elaborar ou designar Procurador do Distrito Federal para elaborar novo parecer referencial na hipótese de alteração ou inovação normativa ou jurisprudencial superveniente.

Parágrafo único. O parecer referencial cancelado ou alterado mantém a numeração original, seguida da expressão “CANCELADO” ou “ALTERADO”, conforme o caso, e da data da alteração ou do cancelamento.”

Trata-se, portanto, de caso que se enquadra perfeitamente no art. 7º, parágrafo único da Portaria nº 115/2020, eis que, de ofício, e em razão das alterações normativas introduzidas por força da recente pandemia, solicita-nos o Sr. Procurador-Chefe do Consultivo em Matéria Financeira, Tributária e de Licitações e Contratos a emissão de *“parecer referencial de forma preventiva ou antecipada quando, em virtude de alteração ou inovação normativa, o caráter repetitivo ou multiplicador da matéria puder impactar a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos, embora ainda não esteja presente a repetição de processos e expedientes administrativos”*.

A incidência da norma autorizadora para a emissão de parecer referencial revela-se evidente, na medida em que a atual situação de emergência de saúde pública decorrente da COVID-19, oficialmente declarada por meio do Decreto n. 40.475, de 28.02.2020, demanda a adoção de rito extraordinariamente célere no procedimento de aquisição de bens, serviços e insumos, destinados ao enfrentamento da pandemia em questão.

2.3 Dispensa de licitação fundamentada no art. 4º da Lei nº 13.979/2020

O [Decreto distrital n. 40.475](#), de 28.02.2020, declarou *“situação de emergência, no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, pelo período de cento e oitenta dias, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus”*

Segundo informações da Organização Mundial da Saúde, agência especializada em saúde, fundada em 7 de abril de 1948 e subordinada à Organização das Nações Unidas:

“Os coronavírus (CoV) são uma grande família de vírus que causam doenças que vão desde o resfriado comum até doenças mais graves, como a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV) e a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-CoV).

[A doença do coronavírus \(COVID-19\)](#) é uma nova cepa que foi descoberta em 2019 e não foi identificada anteriormente em humanos.

Os coronavírus são zoonóticos, o que significa que são transmitidos entre animais e pessoas. Investigações detalhadas descobriram que o SARS-CoV foi transmitido de gatos civetas para humanos e MERS-CoV de camelos dromedários para humanos. Vários coronavírus conhecidos estão circulando em animais que ainda não infectaram humanos.

Os sinais comuns de infecção incluem sintomas respiratórios, febre, tosse, falta de ar e dificuldades respiratórias. Em casos mais graves, a infecção pode causar pneumonia, síndrome respiratória aguda grave, insuficiência renal e até mesmo morte.

As recomendações padrão para evitar a propagação da infecção incluem lavagem regular das mãos, cobertura da boca e do nariz ao tossir e

espirrar, cozinhar completamente carne sinuosa e ovos. Evite contato próximo com qualquer pessoa que apareça com sintomas de doença respiratória, como tosse e espirro.”^[2]

Segundo o Relatório de Situação da OMS para o COVID-19 nº 61, de 20.03.2020 ([Coronavirus disease 2019 \(COVID-19\) - Situation Report – 61](#)), foram identificados, globalmente, 266.073 casos, sendo 32.000 nas últimas 24 horas, e 11.184 mortes, sendo 1.344 nas últimas 24 horas, com avaliação de risco **global muito alto**.

Essa é a situação atual reportada pela OMS no referido relatório^[3]:

SITUAÇÃO EM NÚMEROS

total (novos) casos nas últimas 24 horas

Globalmente

266.073 confirmados (32.000)

11.184 mortes (1.344)

Pacífico Ocidental

94.037 confirmado (688)

3.426 mortes (21)

Região Europeia

128.541 confirmado (23.950)

6.000 mortes (1.101)

Sudeste Asiático

979 confirmados (61)

38 mortes (7)

Mediterrâneo Oriental

22.355 confirmados (1596)

1.466 mortes (154)

Região das Américas

18.877 confirmado (5606)

235 mortes (57)

Região Africana

572 confirmados (99)

12 óbitos (4)

AValiação DE RISCO DA OMS

Nível global muito alto

Notícias veiculadas na imprensa até o momento em que se elabora o presente parecer registram a ocorrência de dezoito mortes confirmadas no país devido ao coronavírus, sendo quinze no Estado de São Paulo e três no Estado do Rio de Janeiro^[4].

Segundo informe publicado na Agência Brasília às 19 horas de ontem, 20.03.2020^[5], o Distrito Federal constava com 855 casos notificados em investigação, 87 confirmados e 157 descartados. O informe confirma a existência de 5 casos com transmissão local, a qual se dá *“quando a contaminação se dá por pessoa que entrou em contato com algum viajante positivo”*. Até o momento da elaboração deste parecer, não foram reportadas mortes pela COVID-19 no Distrito Federal.

Em resposta à grave situação epidemiológica, foi editada, em 06.02.2020, a Lei federal nº 13.979 que *“dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”*.

No que diz respeito ao objeto do presente parecer, o art. 4º da Lei n. 13.979, de 06.02.2020, estabeleceu hipótese excepcional e temporária de dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Trata-se, com efeito, de criação de nova hipótese de dispensa de licitação, que se soma às demais previsões estabelecidas no art. 24 da Lei 8.666/93.

Conforme mencionado acima, em 20.03.2020 foi editada a Medida Provisória nº 926/2020, que *“altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus”*.

Os dispositivos em questão (arts. 4º a 4º-I da atual redação da Lei nº 13.979/2020), aplicam-se a todas as esferas federativas, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, eis que oriundos de lei federal, no regular exercício da competência legislativa privativa da União prevista no art. 22, XXVII c/c art. 24, § 2º da Constituição Federal de 1988:

*“Art. 22. Compete privativamente à União **legislar** sobre:*

(...)

*XXVII –**normas gerais de licitação e contratação**, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III;*

(...)

Art. 24 (...)

*§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a **competência suplementar dos Estados.**”*

No que diz respeito à validade de edição de medida provisória para regular a matéria, entendo-a presente, na medida em que, dada a grave emergência pública de saúde, se mostram evidentes a relevância e a urgência estabelecidos no art. 62 da Constituição Federal^[6].

Alerte-se, no entanto, que, por se tratar de medida provisória, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 e do art. 62 da CF/88, seus dispositivos poderão perder sua eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do §7º do referido artigo, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.

Dessa forma, a validade futura do presente parecer referencial dependerá ao resultado da tramitação da Medida Provisória nº 926/2020, podendo este ser novamente revisto em caso de alteração no texto que vier a ser eventualmente aprovado pelo Congresso Nacional.

A possibilidade de fixação de hipóteses de dispensa de licitação por legislação esparsa, apartada, portanto, da Lei 8.666/93, é reconhecida pela doutrina nacional. Com efeito, já aludia a esse fato JACOBY em sua célebre obra:

“Há possibilidade de adventícias legislações esparsas inovarem o tema, reconhecendo outros casos de dispensa de licitação, como ocorreu com a Lei nº 8.880/94, que instituiu o Plano Real, autorizando a contratação de institutos de pesquisas sem licitação”^[7].

No mesmo sentido aponta PARZIALE:

“O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, criado pela Lei federal nº 11.947/09, tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional, e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo, articulando a produção de agricultores familiares e as demandas das escolas para atendimento da alimentação escolar.

Com a finalidade de perseguir tais objetivos, o art. 14 da mencionada lei determina que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no âmbito do PNAE, deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, podendo-se dispensar a instauração de licitação, conforme preconiza o § 1º.

*Assim, **cria-se uma hipótese distinta de dispensa de licitação, podendo apenas ser utilizada no âmbito da aquisição de alimentação escolar, cuja aplicabilidade é dissociada das hipóteses arroladas no art. 24 do estatuto federal licitatório.***^[8]

Fixada a validade da hipótese legal de dispensa de licitação introduzida em nosso ordenamento pela Lei n. 13.979/2020, há que se observar que o art. 37, XXI da Constituição Federal estabelece:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente

permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Como se vê, a exigência de prévia licitação é requisito essencial, de índole constitucional, para a realização de contratos com a Administração. Com efeito, tal exigência se faz necessária para a efetiva realização dos princípios basilares que regem a Administração pública, elencados no art. 37, caput, da CF/88. A esse respeito, colho esclarecedor excerto da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

“O artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, de conteúdo conceptual extensível primacialmente aos procedimentos licitatórios, insculpiu o princípio da isonomia assecuratória da igualdade de tratamento entre todos os concorrentes, em sintonia com o seu caput — obediência aos critérios da legalidade, impessoalidade e moralidade — e ao de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.” (MS 22.509, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ 04.12.1996)

No entanto, o próprio dispositivo constitucional admite a ocorrência de casos específicos, expressamente previstos pela legislação, em que há exceção à regra geral da prévia licitação como requisito à celebração de contratos com a Administração.

Tais exceções encontram-se nos arts. 24 e 25 da Lei 8.666/93, respectivamente, dispensa e inexigibilidade de licitação.

DI PIETRO esclarece a distinção entre os dois institutos^[9]:

*“A diferença básica entre as duas hipóteses está no fato de que, na **dispensa**, há possibilidade de **competição** que justifique a licitação; de modo que a lei **faculta** a dispensa, que fica inserida na competência discricionária da Administração. Nos casos de **inexigibilidade**, não há possibilidade de competição, porque só existe **um objeto**, ou **uma pessoa** que atenda às necessidades da Administração; a licitação é, portanto, inviável”*

NIEBUHR apresenta importante diferença entre as hipóteses de contratação direta, asseverando a expressa autorização legislativa como requisito para a efetivação da dispensa de licitação:

“(…) a dispensa é pertinente aos casos em que é possível realizar licitação pública, uma vez que a competição é viável, porém realizá-la imporá sacrifício ou gravame desmedido ao interesse público. Portanto, visando a evitar o sacrifício ou o gravame, o legislador autoriza o agente administrativo a não proceder à licitação pública, para o efeito de firmar contrato administrativo de modo direto, o que acaba por minimizar o princípio da isonomia.

A inexigibilidade depende de hipótese fática, de ter ocorrido efetivamente situação que inviabiliza a competição. Quer-se dizer que pouco importam as prescrições legislativas, pois, diante de inviabilidade de competição, está-se, queira-se ou não, diante de inexigibilidade.

Já a dispensa depende de hipótese fática e da respectiva autorização legislativa. Melhor explicando: ao agente administrativo só é lícito

dispensar a licitação diante de expressa autorização legal; ao legislador, por sua vez, só é lícito autorizar a dispensa de licitação pública diante de hipótese fática capaz de sacrificar o interesse público ou de impor-lhe gravame desmedido. Sucede que, aos olhos da Constituição Federal, mormente da parte inicial do inciso XXI do seu artigo 37, a obrigatoriedade de licitação pública é a regra, e a contratação direta, a exceção. Daí que ao legislador não é lícito autorizar a dispensa de licitação pública de acordo com o que bem ou mal lhe aprouver, mas somente diante de situações em que, insista-se, efetivamente o certame importaria gravames ao interesse público. Em caso contrário, se o legislador tivesse liberdade para criar hipóteses de dispensa diante de quaisquer situações, a atividade dele potencialmente acabaria por inverter a regra constitucional, cujo teor, repita-se, propugna a obrigatoriedade de licitação pública.

*O fato é que **a análise das hipóteses de dispensa de licitação deve necessariamente ser empreendida em vista das hipóteses prescritas em lei e, ademais, nos estritos termos delas. Em sentido oposto ao da inexigibilidade, em que a lei é mero coadjuvante, agora, para apreender os casos de dispensa, a lei é alçada a referencial principal, até porque, fora dela, nem sequer cabe reconhecer a figura.*** ^[10]

A hipótese de dispensa de licitação de que cuida o presente parecer remete especificamente à emergência de saúde acarretada pela pandemia da doença do coronavírus (COVID-19).

No que interessa ao tema objeto deste parecer, estabelece a Lei federal n. 13.979/2020, com a redação dada pela Medida Provisória nº 926/2020:

“Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

§ 3º Excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-A A aquisição de bens e a contratação de serviços a que se refere o caput do art. 4º não se restringe a equipamentos novos, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-B Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

I - ocorrência de situação de emergência; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-C Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-D O Gerenciamento de Riscos da contratação somente será exigível durante a gestão do contrato. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-E Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterá: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

I - declaração do objeto; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

II - fundamentação simplificada da contratação; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

III - descrição resumida da solução apresentada; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

IV - requisitos da contratação; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

V - critérios de medição e pagamento; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

a) Portal de Compras do Governo Federal; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

b) pesquisa publicada em mídia especializada; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

d) contratações similares de outros entes públicos; ou (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

VII - adequação orçamentária. (Incluído pela Medida Provisória nº 926,

de 2020)

§ 2º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do caput. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 3º Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do caput não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-F Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-G Nos casos de licitação na modalidade pregão, eletrônico ou presencial, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, os prazos dos procedimentos licitatórios serão reduzidos pela metade. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º Quando o prazo original de que trata o caput for número ímpar, este será arredondado para o número inteiro antecedente. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 2º Os recursos dos procedimentos licitatórios somente terão efeito devolutivo. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 3º Fica dispensada a realização de audiência pública a que se refere o art. 39 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para as licitações de que trata o caput. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-H Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-I Para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

(...)

Art. 8º Esta Lei vigorará enquanto perdurar o estado de emergência de saúde internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, exceto quanto aos contratos de que trata o art. 4º-H, que obedecerão ao prazo de vigência neles estabelecidos. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)”

Extrai-se dos dispositivos algumas conclusões importantes:

a) A dispensa de licitação fundamentada na Lei nº 13.979/2020 destina-se **exclusivamente** à aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos **que tenham por finalidade o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus**.

Dessa forma, mostra-se manifestamente **inviável a aquisição**, por meio de dispensa de licitação fundamentada na mencionada lei, de bens, serviços e insumos **com finalidade diversa àquela preconizada pela Lei, sendo descabida qualquer interpretação extensiva da permissão legal em comento.**

b) A eficácia do dispositivo é temporária, e se limita ao período enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Assim, **uma vez cessada a emergência de saúde**, dado a ser aferido concretamente no contexto fático da unidade federativa que aplicaria a norma, **inviável se tornará a realização de dispensa de licitação por tal fundamento.**

A única ressalva a essa regra não diz respeito à hipótese de incidência para a realização da dispensa em si, mas apenas quanto à duração dos contratos pactuados sob a égide da Lei, que perdurarão até o término de seu prazo de vigência, salvo hipótese de eventual rescisão, nos termos do art. 8º da Lei nº 13.979/2020, com a redação dada pela MP nº 926/2020.

c) As aquisições realizadas com base no dispositivo deverão ser imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527/2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição. Alerta-se que a presente exigência, específica para o dispositivo em comento, não dispensa a publicação dos atos administrativos realizados nos respectivos processos de aquisição, por força de outros atos normativos que assim o estabeleça.

d) Excepcionalmente, quando houver **demonstração inequívoca da existência de um único fornecedor para determinado bem ou serviço**, será **admissível a contratação de empresa que esteja com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso.**

e) Admite-se a aquisição de bens e contratação de serviços, que envolvam **equipamentos usados, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido.**

f) Presumem-se atendidas, nas dispensas de licitação objeto da Lei nº 13.979/2020, **não havendo**, assim, **necessidade de comprovação:**

f.1) ocorrência de situação de emergência;

f.2) necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;

f.3) existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e

f.4) limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

g) Quando se tratar de **bens e serviços comuns**, assim entendidos aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado (definição do art. 3º, II do Decreto federal n. 10.024/2019), **não será exigida a elaboração de estudos preliminares** tratados no art. 24 da Instrução Normativa nº 05/2017, elaborada pela Secretaria de Gestão do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

h) O **gerenciamento de riscos** a que aludem os arts. 25 a 27 da Instrução Normativa nº 05/2017, somente será exigível **durante a fase de gestão do contrato** (terceira fase da contratação, nos termos do art. 19 da referida Instrução Normativa).

i) Para a contratação dos bens e serviços em comento, será admitida a

apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado com os elementos constantes do art. 4º-E, §1º da Lei nº 13.979/2020.

j) Excepcionalmente, e mediante justificativa expressa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços a que alude o art. 4º-E, VI da Lei nº 13.979/2020.

k) Mediante justificativa nos autos, poderá o Poder Público contratar os bens e serviços objeto da Lei por valores superiores à estimativa realizada, em razão de oscilações ocasionadas pela variação de preços.

l) Havendo restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, pode a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição.

m) A duração dos contratos regidos pela Lei n. 13.979/2020 limita-se a 6 meses, podendo ser o período de vigência prorrogado por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

n) Para os contratos regidos pela referida Lei, pode a administração pública prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato.

Ao dispositivo da Lei n. 13.979/2020, acresceu-se, em âmbito local, o art. 6º do Decreto n. 40.512/2020, com o seguinte teor:

*“Art. 6º Fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde, destinados ao **enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do COVID-19 e da Dengue, nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.**”*

Questão de relevo a ser observada é que enquanto a Lei federal n. 13.979/2020 trata exclusivamente de aquisições referente à emergência de saúde decorrente da doença do coronavírus (COVID-19), **o Decreto n. 40.512/2020 estendeu a hipótese também para a emergência de saúde da Dengue.**

Importante distinguir que **as dispensas de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos para o enfrentamento do COVID-19 e da Dengue deverão receber tratamento jurídico distinto.**

Com efeito, **não há lei federal estabelecendo a dispensa de licitação especificamente para o enfrentamento da Dengue, ao contrário do que ocorreu com o COVID-19.** Dessa forma, **em se tratando da Dengue, nos casos em que se entender presente o traço de emergência para a aquisição visando o seu enfrentamento, poderá a Administração utilizar-se das outras hipóteses de dispensa de licitação previstas no art. 24 da Lei 8.666/93, em especial aquela estabelecida em seu inciso IV^[11].**

Não poderá, no entanto, para as aquisições destinadas ao enfrentamento da Dengue, utilizar, como fundamento legal, o art. 4º da Lei nº 13.979/2020.

Não aprofundaremos as questões jurídicas atinentes à dispensa de licitação para as aquisições para o enfrentamento da Dengue, vez que **o escopo do presente parecer referencial se limita à hipótese da doença do coronavírus (COVID-19).**

Importante alertar que, não obstante o permissivo legal para a dispensa de licitação nas aquisições destinadas ao enfrentamento da COVID-19, deve o gestor público sempre observar os princípios que lhe são impostos pelo art. 37 da Constituição Federal, bem como aqueles previstos no art. 3º da Lei 8.666/93.

Assim, a celeridade necessária para as aquisições em comento não significa uma atuação que possa, de alguma forma, contrariar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, promoção do desenvolvimento nacional sustentável, bem como demais preceitos que lhe sejam correlatos.

Não se trata, assim, de autorização irrestrita para aquisição desmesurada e irracional de bens e serviços, somente em razão de se estar em face de excepcional situação de emergência pandêmica.

Nesse sentido, confira-se as palavras de OLIVEIRA, em recente artigo sobre os reflexos do coronavírus no Direito Administrativo^[12]:

“Em casos emergenciais, revela-se possível, em tese, a adoção de medidas excepcionais, de forma proporcional e justificada, que restringem a liberdade individual para garantir a saúde pública. Como dizia Hipócrates, considerado o pai da medicina, ‘para os males extremos, só são eficazes os remédios intensos’.

Isso não significa dizer, naturalmente, um cheque em branco aos agentes públicos competentes que deverão agir, em conformidade com os limites fixados no ordenamento jurídico, sob pena de responsabilidade.

O Direito Administrativo possui ferramentas para o enfrentamento da crise na saúde pública, mas, evidentemente, o Direito não é suficiente para resolução de todos os problemas, revelando-se fundamental, no ponto, a conscientização da população e os avanços da ciência na busca de tratamentos adequados no tratamento das pessoas contaminadas pelo coronavírus.

A inércia estatal é indesejada no momento de crise, assim como revela-se vedada a adoção de medidas arbitrárias que extrapolam a proporcionalidade na restrição de direitos individuais. O desafio, como de praxe, é encontrar o ponto médio na ponderação entre as liberdades individuais e a necessidade de proteção da saúde pública.”

Esta Procuradoria, recentemente, ao exarar o [Parecer nº 220/2020 – PGCONS/PGDF](#), examinou caso concreto em que se objetivava a contratação direta, pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, mediante inexigibilidade de licitação, do fornecimento de consumíveis para a coleta de material e detecção de 2019-nCoV (Chip VereCov com seus reagentes e acessórios e cone de detecção do Coriolis com seus reagentes e acessórios).

O parecer, da lavra do Subprocurador-Geral do Distrito Federal Leonardo A. de Sanches, em paralelo à verificação dos requisitos de inexigibilidade, identificou que a hipótese também poderia se configurar como dispensa de licitação com fundamento no art. 4º da Lei nº 13.979/2020.

Na oportunidade, apontou o parecerista que o art. 4º da Lei nº 13.979/2020 representa uma especialidade ao art. 24, IV da Lei 8.666/93, razão pela qual **“ainda que com emprego da**

analogia, seriam aplicáveis alguns dos requisitos previstos para a já conhecida contratação emergencial, notadamente diante da falta de regulamentação dessa nova modalidade de dispensa”

Nesse diapasão, afirmou:

“Ao que se percebe, o contexto atual reclama medidas tão céleres que nem ao menos se pode aguardar o amadurecimento de instrução processual nos níveis usualmente conhecidos para as contratações emergenciais em geral, ou seja, com publicação de editais de intenção de compras para convocação de empresas ou mesmo com a exigência de instauração formal de procedimento licitatório para compra dos insumos aqui pretendidos. Com efeito, não se pode aguardar prazos longos e a situação não decorreu, obviamente, da paralisação de procedimento de contratação regular em curso.

Assim, a dispensa prevista na Lei Federal nº 13.979/2020, embora análoga, difere do que se costuma verificar nas contratações emergenciais em geral.

Nesse sentido, a caracterização de eventual situação emergencial há de atender aos requisitos previstos na Decisão nº 3.500/99, de cunho normativo, tomada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.”

Ocorre que, **embora tal raciocínio estivesse perfeito na data em que exarado o parecer**, com a superveniente alteração do texto da Lei federal nº 13.979/2020 pela Medida Provisória nº 926/2020, os requisitos estabelecidos pela Decisão TCDF nº 3.500/99 não são mais aplicáveis às contratações diretas por dispensa de licitação para a aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da COVID-19.

Isso porque a recentíssima inovação legislativa operada pela Medida Provisória nº 926/2020 conferiu às contratações diretas para o enfrentamento da COVID-19 um conjunto de regras e requisitos especiais, que afastam a antes apontada analogia com o art. 24, IV da Lei nº 8.666/93.

Com efeito, transcrevo da Decisão Normativa nº 3.500/99, emanada do Tribunal de Contas do Distrito Federal:

“II) informar ao ilustre consulente que, sem prejuízo do cumprimento das formalidades previstas no art. 26 da Lei nº 8.666/93, é possível a contratação direta de obras, serviços (continuados ou não) e bens, com fulcro no art. 24, IV, da referida norma legal, se estiverem presentes, simultaneamente, os seguintes requisitos, devidamente demonstrados em processo administrativo próprio:

a) a licitação tenha se iniciado em tempo hábil, considerando, com folga, os prazos previstos no Estatuto Fundamental das Contratações para abertura do procedimento licitatório e interposição de recursos administrativos, bem assim aqueles necessários à elaboração do instrumento convocatório, análise dos documentos de habilitação (se for o caso) e das propostas, adjudicação do objeto e homologação do certame;

b) o atraso porventura ocorrido na conclusão do procedimento licitatório não tenha sido resultante de falta de planejamento, desídia administrativa ou má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, que tal fato não possa, em hipótese alguma, ser atribuído à culpa ou dolo do(s) agente(s) público(s) envolvido(s);

c) a situação exija da Administração a adoção de medidas urgentes e imediatas, sob pena de ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou

particulares;

d) a contratação direta pretendida seja o meio mais adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado;

e) o objeto da contratação se limite, em termos qualitativos e quantitativos, ao que for estritamente indispensável para o equacionamento da situação emergencial;

f) a duração do contrato, em se tratando de obras e serviços, não ultrapasse o prazo de 180 dias, contados a partir da data de ocorrência do fato tido como emergencial;

g) a compra, no caso de aquisição de bens, seja para entrega imediata;”

Inicialmente, de forma idêntica ao apontado no Parecer nº 220/2020 – PGCONS/PGDF, **as exigências constantes das alíneas “a” e “b” da referida decisão de cunho normativo não se aplicam aos casos em que incide a Lei nº 13.979/2020**, na medida em que nesses não se trata de contratação regular que não foi concluída a tempo em razão de fato que não possa ser imputado à desídia ou falta de planejamento, mas sim de hipótese tão extraordinária e imprevisível, e que se desenrola com tamanha velocidade, que sequer seria razoável se cogitar na exigência de prévio planejamento pela Administração.

No que diz respeito às alíneas “c” a “g”, conquanto outrora exigíveis, não mais o são, em razão da superveniente edição da Medida Provisória nº 926/2020.

Isso porque o art. 4-B da Lei federal n. 13.979/2020 com a redação da mencionada medida provisória adotou a **presunção** de que, para as dispensas de licitação para as aquisições de bens, serviços e insumos visando o enfrentamento da doença do coronavírus (COVID-19), **já se consideram atendidas:**

- a) a ocorrência de situação de emergência;
- b) a necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;
- c) existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e
- d) limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

É de se observar que **tais itens se identificam com os requisitos elencados nas alíneas “c”, “d” e “e” da Decisão Normativa nº 3.500/99**, emanada do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Tendo a lei presumido como presentes tais requisitos nas aquisições emergenciais por dispensa de licitação para o enfrentamento da COVID-19, **desnecessária a sua demonstração em cada um dos procedimentos administrativos instaurados com tal finalidade.**

Advirta-se, no entanto, que se trata de presunção *juris tantum*, ou seja, relativa, que admite prova ou argumentação em sentido contrário.

Quanto ao tema, colho interessante observação de ARAGÃO^[13], em artigo sobre a presunção de veracidade dos atos administrativos:

“O princípio da legalidade se apresenta como a sujeição de toda atividade administrativa, em sentido amplo, à lei, não podendo atuar sem base legal ou constitucional.”¹

No direito positivo brasileiro, esse postulado, além do disposto no art. 37, está contido no art. 5º, inciso II, da Constituição Federal e, como consequência, obriga o Estado, como administrador dos interesses da

sociedade, a agir secundum legem, jamais contra legem ou mesmo *prae iure legem*.² Assentada tal premissa, cabe dizer que a doutrina brasileira reconhece uma presunção relativa de legalidade³ como um dos atributos dos atos da administração pública e, em decorrência dela, presume-se que seus atos sejam verídicos e legítimos, tanto em relação aos fatos por ela invocados como sua causa, quanto no que toca às razões jurídicas que os motivaram.

Nesse diapasão, tal presunção abrange dois aspectos: de um lado, a presunção de verdade, que diz respeito à certeza dos fatos; de outro lado, a presunção da legalidade, pois, se a administração pública se submete à lei, presume-se, conforme mencionado, até prova em contrário, que seus atos sejam praticados com observância das normas legais pertinentes.

Ensina Demian Guedes que

*a presunção de legalidade implica que ato exarado pela Administração presume-se legal (conforme o direito), valendo até o reconhecimento jurídico de sua nulidade. Em decorrência de sua presumida correção, tem-se a presunção de veracidade do ato: seus pressupostos fáticos são admitidos como verdadeiros até prova em contrário.*⁴

*Essa presunção de legitimidade do agir do Estado, que vem expressa no próprio conteúdo democrático do estado de direito, o submete, além da vontade juridicamente positivada — situada no campo do princípio da legalidade —, também à vontade democraticamente expressa.*⁵

Nesse sentido, cita-se a pertinente preleção de Diogo de Figueiredo Moreira Neto, afirmando que

*a legitimidade se deriva diretamente do princípio democrático, destinada a informar fundamentalmente a relação entre a vontade geral do povo e as suas diversas expressões estatais — políticas, administrativas e judiciárias. Trata-se de uma vontade difusa, captada e definida formalmente a partir de debates políticos, de processos eleitorais e de instrumentos de participação política dispostos pela ordem jurídica, bem como captada e definida informalmente pelos veículos abertos à liberdade de expressão das pessoas, para saturar toda estrutura do Estado democrático, de modo a se tornar necessariamente informativa, em maior ou menor grau, conforme hipótese aplicativa, do exercício de todas as funções e em todos os níveis em que se deva dar alguma integração jurídica de sua ação.*⁶

Contudo, insta consignar que tal presunção é relativa, *juris tantum*, admitindo prova ou argumentação em sentido contrário, da mesma forma que a possibilidade de sua impugnação judicial é sempre garantida.⁷

Esse é o princípio que embasa a dita 'fé pública'⁸ atribuída a declarações proferidas por autoridades públicas ou agentes dela delegatários (o tabelião possui fé pública nas declarações que afiança acerca de contratos imobiliários; o guarda de trânsito, ainda que não tenha como obrigar o motorista supostamente alcoolizado a realizar o teste do bafômetro, pode e deve indicar os sinais exteriores de embriaguez, tais como a dificuldade de se expressar verbalmente e o andar com dificuldade, e essas afirmações

*serão tidas, na esfera administrativa, até prova em contrário, como verdadeiras quanto à existência dos fatos e válidas quanto à sua juridicidade).*⁹

Quanto às consequências práticas de tal presunção, o posicionamento doutrinário tradicional defende que a presunção de veracidade do ato administrativo transfere ao particular não apenas o ônus de impugná-lo, mas de fazer prova de sua invalidade ou inveracidade. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles leciona que, entre as consequências da presunção de legitimidade, está ‘a transferência do ônus da prova da invalidade do ato administrativo para quem a invoca’.^{10 11}”

Em face da grave e urgente calamidade pública que assola o país e o mundo, decidiu a Lei, em observância ao princípio da eficiência insculpido no art. 37, *caput* da CF/88, que não seria razoável exigir que o gestor público declinasse, em cada um dos processos de aquisição, os fatos e circunstâncias que são de conhecimento público e notório.

Ocorre, no entanto, que tal presunção, embora desobrigue o gestor público de apresentar repetidamente, e de forma prévia, as justificativas da emergência e da necessidade da contratação, implica a sua responsabilização caso sobrevenha prova em sentido contrário, ou seja, de que as circunstâncias fáticas que fundamentaram a contratação por força desta autorização legal específica carecem de veracidade.

Dessa forma, a celeridade buscada pelo legislador, ao passo que mitiga algumas exigências previstas na sistemática da Lei nº 8.666/93, impõe ao gestor público o dever de cautela e de apuração das circunstâncias fáticas que orientam para eventual contratação direta sob tal fundamento.

Prosseguindo no **cotejo das exigências da Decisão Normativa nº 3.500/99**, emanada do Tribunal de Contas do Distrito Federal, entendemos que **as alíneas “f” e “g” também não se aplicam às contratações diretas regidas pela Lei nº 13.979/2020.**

Com efeito, em contraste com a clássica vedação de contratação emergencial fundamentada no art. 24, IV da Lei nº 8.666/93 por prazo superior a 180 dias, a Lei federal n. 13.979/2020, com a redação da Medida Provisória nº 926/2020, estabeleceu **regramento específico que admite a prorrogação do contrato com prazo de duração até 6 meses, por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública** (art. 4º-H da Lei nº 13.979/2020).

Pelas mesmas razões, **uma vez afastada a analogia com a hipótese prevista no art. 24, IV da Lei nº 8.666/93**, vez que a Medida Provisória nº 926/2020 criou um subsistema específico para as dispensas de licitação fundamentadas no art. 4º da Lei nº 13.979/2020, **não se lhe aplicam as regras de instrução previstas no art. 3º do Decreto distrital n. 34.466/2013**, que “*dispõe sobre os procedimentos de contratação emergencial por órgãos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal e dá outras providências*”.

No que diz respeito à instrução dos autos em que processada a aquisição, usualmente denominada de “*fase interna*” do procedimento, também a Medida Provisória nº 926/2020, ao alterar a Lei nº 13.979/2020, afastou, tal como mencionamos acima, algumas regras previstas na Lei nº 8.666/93.

Necessário, assim, que os autos sejam instruídos com:

a) Projeto básico **simplificado** (ou termo de referência **simplificado**), contendo os elementos indicados no art. 4º-E, §1º da Lei nº 13.979/2020, aprovado pela autoridade

competente (art. 7º, §2º, I, Lei 8.666/93), contendo orçamento detalhado (art. 7º, §2º, II, Lei 8.666/93);

b) Comprovação da existência de recursos orçamentários para fazer frente à futura contratação (art. 4º-E, §1º, VII da Lei nº 13.979/2020 c/c art. 7º, §2º, III, Lei 8.666/93);

c) Habilitação jurídica, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 28 da Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);

d) Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 29, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020). A dispensa de apresentação da documentação não poderá recair, no entanto, sobre a prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

e) Documentação relativa à capacidade técnica, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 30, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);

f) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 31, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);

No que diz respeito às exigências previstas no art. 26, da Lei nº 8.666/93, também a Lei nº 13.979/2020, em sua nova redação, mitigou as exigências previstas na lei nacional de licitações e contratos.

Estabelece o dispositivo:

“Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

(...)”

Como já se viu, as **presunções estabelecidas no art. 4º-B da Lei nº 13.979/2020 tornam desnecessário** que o gestor público instrua os autos com a justificativa atinente à **“caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa”**, prevista no art. 26, parágrafo único, I, da Lei 8.666/93.

Persiste, no entanto, a necessidade de **cumprimento das exigências do art. 26, parágrafo único, II e III da Lei nº 8.666/93**, instruindo-se os autos com:

- a) A razão da escolha do fornecedor ou executante;
- b) A justificativa do preço.

No que diz respeito à **justificativa do preço**, não obstante tenha a Lei nº 13.979/2020 indicado parâmetros para a realização da estimativa de preço, entendemos que devem ser observadas, no que couber, as regras locais estabelecidas no [Decreto nº 39.453/2018](#), que *“regulamenta a Lei distrital nº 5.525, de 26 de agosto de 2015, que estabelece que, em compras e contratações de bens e serviços, qualquer que seja a modalidade de licitação, o valor a ser pago não seja superior à média de preços do mercado, no âmbito do Distrito Federal”*.

Com efeito, a sistemática de realização de estimativa de preços constante no Decreto nº 39.453/2018 não é incompatível com o art. 4º-E, VI da Lei nº 13.979/2020, merecendo ser observada nos casos de que trata o presente parecer.

Estabelece o Decreto nº 39.453/2018:

“Art. 4º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

I - relatório de pesquisa de preços de produtos com base nas informações da Nota Fiscal eletrônica - NFe;

II - preços públicos referentes a aquisições ou contratações similares realizadas pelo Distrito Federal e demais entes públicos;

III - pesquisa junto a fornecedores;

IV - pesquisa publicada em mídias ou sítios especializados ou de domínio amplo.

Parágrafo único. A opção pela utilização de outro parâmetro de pesquisa ou método para obtenção do valor de referência deverá ser descrita e justificada nos autos pelo gestor responsável.

Art. 5º A pesquisa de preços será realizada da forma mais ampla possível e deverá ser composta de, no mínimo, 03 valores válidos, além de contemplar todas as características do objeto, incluindo referência à marca e especificações exclusivas, quando cabível, nas hipóteses do art. 7º, § 5º da Lei federal nº 8.666, 21 de junho de 1993.

Art. 6º Deverá ser juntada aos autos Planilha Comparativa de Preços composta de, no mínimo, 03 valores válidos, obedecendo aos parâmetros estabelecidos no art. 4º, observadas as especificações ou descrições do objeto e os fatores intervenientes no preço, os quais serão definidos em norma complementar.

§ 1º É obrigatória a apresentação de pelo menos um preço de cada parâmetro constante nos incisos I e II do art. 4º.

§ 2º O gestor responsável deverá comprovar e justificar nos autos a

impossibilidade de atendimento ao disposto no § 1º.

§ 3º Quanto aos preços obtidos por meio do Painel de Mapa de Preços de NFe, o valor a ser utilizado na composição da Planilha Comparativa de Preços corresponderá apenas ao valor médio encontrado para cada item pesquisado.

Art. 7º A Planilha Comparativa de Preços poderá ser composta por preços públicos com prazo de validade superior ao previsto em norma complementar desde que comprovada nos autos a inexistência de preços públicos vigentes.

Parágrafo único. Os preços públicos a que se refere o caput deverão ser atualizados na forma definida em norma complementar.

Art. 8º O valor de referência de cada item será o menor preço ou o maior percentual de desconto obtido após o cálculo da média final e mediana final dos valores válidos contidos na pesquisa de preços, conforme o critério de julgamento estabelecido em edital.

Art. 9º O gestor responsável pela pesquisa de preços deverá apontar na Planilha:

I - os critérios utilizados para identificar os valores exorbitantes ou inexequíveis;

II - a memória de cálculo e a metodologia aplicada para a obtenção dos valores de referência.

Parágrafo único. A decisão para desconsiderar os valores definidos no inciso I deste artigo deverá ser fundamentada e descrita no processo administrativo.

Art. 10. Poderá ser admitido como valor de referência apenas o menor dos valores ou o maior percentual de desconto obtido na pesquisa, desde que justificado nos autos.

Art. 11. Excepcionalmente, mediante justificativa do gestor responsável e desde que comprovado nos autos, será admitida a pesquisa com menos de 03 preços válidos.”

Duas regras especiais presentes na Lei nº 13.979/2020 destoam das regras gerais previstas na Lei nº 8.666/93.

A primeira regra, presente no **art. 4º-E, § 2º da Lei nº 13.979/2020**, diz respeito à **possibilidade excepcional, mediante justificativa da autoridade competente, de dispensa da apresentação da estimativa de preços de que trata o inciso VI do mencionado dispositivo.**

Quanto ao ponto, entendemos que tal possibilidade somente poderá ser utilizada pelo gestor público em casos **excepcionalíssimos** nos quais a necessidade de aquisição é tão urgente, e o risco do perecimento do bem jurídico que se visa proteger com a contratação é tão elevado, que não se mostraria razoável a realização de qualquer diligência para a realização da estimativa de preços. Poder-se-ia, da mesma forma, dispensar a realização de tal estimativa de preços caso houvesse demonstração inequívoca de que a aferição de preços em mercado revela-se manifestamente impossível.

De qualquer forma, por se tratar de dispensa de exigência que, caso mal utilizada, poderá frustrar os princípios da economicidade e da obtenção da proposta mais vantajosa, **deve o gestor, ao assim proceder, apresentar a devida justificativa para não realizar a estimativa de preços.**

A segunda regra, prevista no **art. 4º-E, § 3º da Lei nº 13.979/2020**, diz respeito à **possibilidade de contratação pelo Poder Público por valores superiores ao encontrado na**

estimativa de preços, desde que esses decorram de oscilações ocasionadas pela variação de preços.

Mostra-se razoável a regra, tendo em vista que a pandemia do COVID-19 repercutiu abruptamente nas diversas cadeias de produção dos bens e serviços, desequilibrando, assim, os mercados. Com efeito, a intensa procura por alguns bens, serviços e insumos, tem o potencial para deslocar os preços do mercado para patamar superior àquele observado em cenário anterior à crise, sendo, nesses casos, inviável a comparação.

De qualquer maneira, para a contratação em valores acima do estimado, **imprescindível que o gestor público apresente robusta justificativa acerca da elevação abrupta dos preços, declinando as razões que acarretaram tal quadro.**

Devem, finalmente, ser observadas as **normas distritais que instituem vedações de contratação, em especial o Decreto nº 32.751/2011 (art. 3º, §2º), que veda o nepotismo, e o Decreto nº 39.860/2019.**

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, dada a grande alteração implementada pela Medida Provisória nº 926/2020 na Lei nº 13.979/2020, opinamos pelo **cancelamento do Parecer Referencial n.º 001/2020 – PGCONS/PGDF** exarando o presente opinativo para sua substituição.

Elencamos a seguir, **s.m.j.**, os elementos a serem verificados individualmente nos autos de cada procedimento administrativo em que se processará a contratação direta, mediante dispensa de licitação, para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, com fundamento no art. 4º da Lei federal nº 13.979/2020:

a) Cumprimento dos requisitos para a incidência da norma federal que autoriza a dispensa de licitação:

a.1) Os bens, serviços e insumos que se objetiva adquirir deverão destinar-se **exclusivamente ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19);**

a.2) A autorização legal para a aquisição direta por dispensa de licitação é **temporária**, se limitando ao período enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

a.3) As aquisições realizadas com base no dispositivo deverão ser **imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores**, contendo as informações descritas no art. 4º, §2º da Lei federal nº 13.979/2020.

b) Não obstante o permissivo legal para a dispensa de licitação nas aquisições destinadas ao enfrentamento da COVID-19, deve o gestor público sempre observar os princípios que lhe são impostos pelo art. 37 da Constituição Federal, bem como aqueles previstos no art. 3º da Lei 8.666/93.

c) Mesmo se tratando de procedimento de contratação direta, deve ser

observado o rito e a instrução da denominada fase interna do procedimento, de acordo com as regras da Lei nº 13.979/2020, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, instruindo-se os autos com:

c.1) Projeto básico **simplificado** (ou termo de referência **simplificado**), contendo os elementos indicados no art. 4º-E, §1º da Lei nº 13.979/2020, aprovado pela autoridade competente (art. 7º, §2º, I, Lei 8.666/93), contendo orçamento detalhado (art. 7º, §2º, II, Lei 8.666/93);

c.2) Comprovação da existência de recursos orçamentários para fazer frente à futura contratação (art. 4º-E, §1º, VII da Lei nº 13.979/2020 c/c art. 7º, §2º, III, Lei 8.666/93);

c.3) Habilitação jurídica, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 28 da Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);

c.4) Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 29, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020). A dispensa de apresentação da documentação não poderá recair, no entanto, sobre a prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

c.5) Documentação relativa à capacidade técnica, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 30, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);

c.6) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira, dispensada mediante justificativa da autoridade competente em caso de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço (art. 31, Lei 8.666/93 c/c art. 4º-F da Lei nº 13.979/2020);

d) Devem ser cumpridas as exigências do art. 26, parágrafo único, II e III da Lei nº 8.666/93, instruindo-se os autos com:

d.1) A razão da escolha do fornecedor ou executante;

d.2) A justificativa do preço.

e) No que diz respeito à pesquisa de preços que embasará a aquisição, devem ser observadas as regras do Decreto distrital nº 39.453/2018.

Regras especiais quanto à justificativa de preços introduzidas pela Medida Provisória nº 926/2000:

e.1) Por força do art. 4º-E, § 2º da Lei nº 13.979/2020, admite-se **excepcionalmente**, mediante **justificativa** da autoridade competente, a possibilidade de dispensa da apresentação estimativa de preços de que trata o inciso VI do mencionado dispositivo;

e.2) O **art. 4º-E, § 3º da Lei nº 13.979/2020** admite, **mediante justificativa nos autos**, a possibilidade de contratação pelo Poder Público por valores superiores ao encontrado na estimativa de preços, desde que esses decorram de oscilações ocasionadas pela variação de preços.

f) Devem ser observadas as **normas distritais que instituem** ~~regulamentos de~~ contratação, em especial o Decreto nº 32.751/2011 (art. 3º, §2º), que veda o nepotismo, e o Decreto nº 39.860/2019.

g) Outras regras específicas a serem observadas nas dispensas de licitação realizadas sob a égide da Lei nº 13.979/2020:

g.1) **Excepcionalmente**, quando houver **demonstração inequívoca da existência de um único fornecedor para determinado bem ou serviço**, será **admissível a contratação de empresa que esteja com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso**.

g.2) Admite-se a aquisição de bens e contratação de serviços, que envolvam **equipamentos usados**, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido.

g.3) Quando se tratar de **bens e serviços comuns**, assim entendidos aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado (definição do art. 3º, II do Decreto federal n. 10.024/2019), **não será exigida a elaboração de estudos preliminares** tratados no art. 24 da Instrução Normativa nº 05/2017, elaborada pela Secretaria de Gestão do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

g.4) O **gerenciamento de riscos** a que aludem os arts. 25 a 27 da Instrução Normativa nº 05/2017, somente será exigível **durante a fase de gestão do contrato** (terceira fase da contratação, nos termos do art. 19 da referida Instrução Normativa).

g.5) A **duração dos contratos** regidos pela Lei n. 13.979/2020 limita-se a 6 meses, podendo ser o período de vigência prorrogado por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

g.6) Para os contratos regidos pela referida Lei, **pode** a administração pública prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, **acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato**.

Com a emissão do presente parecer referencial, fica dispensado o envio do processo para exame e aprovação pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, ressalvada a hipótese de consulta acerca de dúvida de ordem jurídica devidamente identificada e motivada.

Para a utilização do parecer referencial nos casos concretos, deve a Administração Pública instruir o processo com:

(a) cópia integral deste parecer referencial com as cotas de aprovação do Procurador-Chefe e do Procurador-Geral do Distrito Federal ou do procurador-geral adjunto; e

(b) declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do parecer referencial e que serão observadas suas orientações, conforme modelo anexo à Portaria PGDF nº 115/2020.

À elevada consideração superior.

ALEXANDRE MORAES PEREIRA
Procurador do Distrito Federal

[1] Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

[2] Fonte: <https://www.who.int/health-topics/coronavirus>, tradução livre, consulta em 18.03.2020

[3] Documento original em língua inglesa. Tradução livre do autor.

[4] <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/prefeitura-de-petropolis-rj-anuncia-primeira-morte-por-coronavirus.shtml>

[5] <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/03/20/informe-sobre-o-coronavirus-no-distrito-federal-dia-20-de-marco-as-19h/>

[6] Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

I – relativa a: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

b) direito penal, processual penal e processual civil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

II – que vise a detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

III – reservada a lei complementar; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

IV – já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 2º Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 4º O prazo a que se refere o § 3º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando

sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 7º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 9º Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 10. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

[7] FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby, *Contratação direta sem licitação*, 6 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2006, pp. 335-336

[8] PARZIALE, Aniello dos Reis. [Contratação direta de alimentação escolar: uma hipótese de dispensa de licitação não arrolada na Lei federal nº 8.666/93](#). *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 16, n. 2830, 1 abr. 2011. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/18814>. Acesso em: 19 mar. 2020.

[9] DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella, *Direito Administrativo*, 13ª Ed., São Paulo: Atlas, 2001, p. 302

[10] NIEBUHR, Joel de Menezes; NIEBUHR, Joel de Menezes. *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública*. Belo Horizonte: Fórum, 2015. Disponível em: <https://www.forumconhecimento.com.br/livro/1189>. Acesso em: 19 mar. 2020.

[11] Art. 24. É dispensável a licitação:
(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

[12] OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende, *Direito Administrativo e coronavírus*, <https://www.migalhas.com.br/depeso/321892/direito-administrativo-e-coronavirus>, consulta em 18.03.2020

[13] DE ARAGÃO, Alexandre Santos. Algumas notas críticas sobre o princípio da presunção de veracidade dos atos administrativos. *RDA – Revista de Direito Administrativo*, Belo Horizonte, v. 259, jan./abr. 2012 Disponível em: <<http://www.bidforum.com.br/PDI0006.aspx?pdiCntd=80405>>. Acesso em: 21 mar. 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE MORAES PEREIRA - Mat. 1.000.000-0**,
Procurador(a) do Distrito Federal, em 22/03/2020, às 01:41, conforme art. 6º do Decreto nº
36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180,
quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **37412481** código CRC= **90EEA3C0**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF

00020-00009890/2020-01

Doc. SEI/GDF 37412481



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Chefia - Procuradoria-Geral do Consultivo

Cota de Aprovação - PGDF/PGCONS/CHEFIA

PROCESSO Nº: 00020-00009864/2020-74
MATÉRIA: Administrativo

APROVO O PARECER REFERENCIAL Nº 002/2020 - PGCONS/PGDF, aprovado pelo(a) ilustre Procurador(a) do Distrito Federal Alexandre Moraes Pereira.

Reforço a orientação de que, apesar de o parecer referencial dispensar a emissão de opinativo jurídico para análise da contratação nele enquadrada, ressalva-se a hipótese de consulta acerca de dúvida jurídica específica, devidamente identificada e motivada, sobre questão não abordada no parecer.

A autoridade competente deve fazer uso do presente instrumento observando as regras procedimentais previstas no art. 9º, parágrafo único, da [Portaria nº 115, de 16 de março de 2020](#).

Nos termos do art. 12, parágrafo único, da [Portaria nº 115, de 16 de março de 2020](#), fica cancelado o Parecer Referencial nº 001/2020-PGCONS/PGDF.

Ressalto, por fim, que a autoridade administrativa deverá zelar pela correta condução do processo administrativo submetido a exame, sendo de sua inteira responsabilidade a observância às normas legais de regência e às recomendações constantes do opinativo.

GABRIEL ABBAD SILVEIRA

Procurador-Chefe

De acordo.

Expeça-se ofício circular para dar conhecimento da aprovação do parecer referencial a todos os órgãos e entidades da administração distrital.

Encaminhe-se cópia do opinativo à Assessoria de Comunicação desta Procuradoria-Geral, para disponibilização no sítio eletrônico desta Casa Jurídica.

SARAH GUIMARÃES DE MATOS

Procuradora-Geral Adjunta do Consultivo



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL ABBAD SILVEIRA - Matr.0171596-8, Procurador(a)-Chefe**, em 22/03/2020, às 12:34, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **SARAH GUIMARÃES DE MATOS - Matr.174.801-7, Procurador(a)-Geral Adjunta do Consultivo e de Tribunais de Contas**, em 22/03/2020, às 12:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2020.

do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **37413181** código CRC= **61DBA08C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF

00020-00009890/2020-01

Doc. SEI/GDF 37413181


Zimbra

protocolo@tc.df.gov.br

Ofício nº 2310/2020-GP

De : SES/Gabinete - SES/GAB
<gabinete@saude.df.gov.br>

qui, 28 de mai de 2020 08:35

 2 anexos

Assunto : Ofício nº 2310/2020-GP

Para : protocolo@tc.df.gov.br

Responder para : SES/Gabinete - SES/GAB
<gabinete@saude.df.gov.br>

Ofício Nº 2980/2020 - SES/GAB

Brasília-DF, 26 de maio de 2020.

Senhora Conselheira-Presidente,

Cumprimentando-a cordialmente, reportamo-nos ao Ofício nº 2310/2020-GP (38987275), que encaminha o Despacho Singular nº 207/2020-IM (Processo nº 00600-00000439/2020-16-e) (38987255), referente à Representação nº 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao TCDF, versando sobre a dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) desta Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

No tocante ao determinado, a Subsecretaria de Administração Geral exarou os seguintes esclarecimentos:

....

Posto isto, enviamos este expediente para apreciação de Vossa Excelência, ao passo que colocamo-nos à disposição para dirimir eventuais dúvidas que porventura venham a surgir.



SEI_00600_00000619_2020_06_compressed (1).pdf

7 MB



SEI_00060_00109204_2020_43_compressed.pdf

3 MB

